

MANUEL AMARO BERNARDO  
FRANCISCO PROENÇA GARCIA  
RUI DOMINGUES DA FONSECA

# 25 DE NOVEMBRO 1975

OS 'COMANDOS'  
E O COMBATE PELA LIBERDADE



## **Manuel Amaro Bernardo**

Nasceu em Faro, em 28-3-1939, e é Coronel do Exército (Infantaria) na reforma. Cumpriu quatro comissões no Ultramar desde 1961.

Foi promotor de justiça e juiz nos Tribunais Militares Territoriais de Lisboa e é diplomado com o Curso de Ciências da Informação da Universidade Católica Portuguesa (1990/93).

Publicou os livros: "Os Comandos no Eixo da Revolução 1975-76" (1977); "Marcello e Spínola, a Ruptura"; "As Forças Armadas e a Imprensa na Queda do Estado Novo"; "Portugal 1973-74" (1994 e 2.ª edição em 1996); "Equívocos e Realidades; Portugal 1974-75" (2 vols, 1999);

Na editora Prefácio: "Combater em Moçambique - Guerra e Descolonização; 1964-75" (2003); e "Memórias da Revolução; Portugal 1974-75" (2004); em co-autoria com o Pil. Av. Cor. Moraes da Silva (ex-CEMFA) - "Timor; Abandono e Tragédia" (2000).

## **Francisco Miguel Gouveia Pinto Proença Garcia**

Nascido em 22-9-1967, é Major de Infantaria, Mestre em Relações Internacionais e Doutor em História Contemporânea.

Prestou serviço em várias unidades militares, como a Escola Prática de Infantaria, os Regimentos de Infantaria do Porto e de Vila Real, a Escola de Sargentos do Exército e a Academia Militar. Foi adjunto para as operações futuras do Comando do Sector Central em Timor-Leste (2001).

É membro de associações científicas e culturais, como a S. H. I. P., a Sociedade de Geografia de Lisboa e a Revista Militar.

Publicou "Análise Global de uma Guerra; Moçambique 1964-74" (2003), cujo texto tinha sido distinguido com o Prémio Defesa Nacional.

## **Rui Jaime Domingues da Fonseca**

Nasceu em 10-9-1946, e é natural de Luanda/ /Angola. Como Furriel miliciano, cumpriu uma comissão na 6.ª C. Cmds, na Região Militar de Angola. Em 7-11-1975 foi "convocado" nos termos do Dec-Lei 577/A/75 para prestar serviço na C. Cmds 122 / R. Cmds, tendo participado no contragolpe do 25 de Novembro de 1975.

Ingressou no QP do Exército/Infantaria, em 11-11-1977. Prestou serviço nas Forças de Segurança de Macau (1980-82), no Gabinete do Adido de Defesa na República de S. Tomé e Príncipe (1988-91) e na Cooperação Técnico-Militar com as FA angolanas (1995-96). Galardoado com a medalha da Cruz de Guerra de 4.ª classe; a medalha de Serviços Distintos e duas medalhas de Mérito Militar, entre outras. Mantém-se no serviço activo.



# 25 DE NOVEMBRO

1975

## OS 'COMANDOS' E O COMBATE PELA LIBERDADE

**MANUEL AMARO BERNARDO**  
**FRANCISCO PROENÇA GARCIA**  
**RUI DOMINGUES DA FONSECA**

## ASSOCIAÇÃO DE COMANDOS

### FICHA TÉCNICA

**Título:** 25 DE NOVEMBRO 1975

Os 'Comandos' e o Combate pela Liberdade

**Autores:** Manuel Amaro Bernardo, Francisco Proença Garcia  
e Rui Domingues da Fonseca

**Edição:** Associação de Comandos

**Capa e orientação gráfica:** Vítor Luís

**Revisão:** Joaquim Evónio R. Vasconcelos

**Composição e Imagem:** Maria Esther – Gabinete Artes Gráficas, Lisboa

**Pré-impressão:** Coraze, Oliveira de Azeméis

**Impressão e Acabamento:** Satelicor, Estúdio Gráfico, Lisboa

1.<sup>a</sup> Edição: Lisboa, 20 de Novembro de 2005

Tiragem: 2000 exemplares

ISBN: 989-20-0024-2

Depósito legal n.º: 234236/05

**Apoio:**



*Aos Oficiais, Sargentos e Praças  
do Regimento de Comandos  
e elementos da Associação de Comandos  
que actuaram de maneira decisiva  
em 25/26 de Novembro de 1975.*

*Aos Oficiais, Sargentos e Praças da Força Aérea,  
da Escola Prática de Infantaria (Mafra),  
do Regimento de Cavalaria de Estremoz,  
do Centro de Instrução de Artilharia Anti-Aérea e de Costa (Cascais),  
da Escola Prática de Cavalaria (Santarém),  
e das companhias da Região Militar Norte que participaram  
nas operações para a reposição da ordem pública  
e da autoridade do Estado.*

*A todos os militares e civis que, em 1975,  
correndo bastantes riscos pessoais,  
contribuíram para a instauração da Democracia em Portugal.*



# ÍNDICE

<b>Lista de Abreviaturas</b>	9
<b>Prefácio</b> pelo Tenente-General Alípio Tomé Pinto	17
<b>Introdução</b>	23
<b>PRIMEIRA PARTE</b>	
<b>I – A Comunicação Social e o 25 de Novembro</b>	25
1. A Perspectiva de uma Emissora de Rádio Estrangeira. <i>(A Voz da Alemanha)</i>	27
2. A Imprensa no pré-25 de Novembro	49
3. A Rádio e o 25 de Novembro	69
4. A Televisão na Revolução	79
5. A Imprensa no pós-Revolução	87
<b>II – A Revolução e o 25 de Novembro</b>	105
1. Apoio dos EUA e da Europa à resistência anticomunista	107
2. A Reforma Agrária e o 25 de Novembro	113
3. A Tortura “Revolucionária”	123
4. Os dez dias antes do golpe	131
5. Planeamento e Actividades no 25 de Novembro	145
6. Actuação na Calçada da Ajuda. (cinco anexos)	153
7. A Versão da “Esquerda Revolucionária”. (um anexo)	165
8. O 25 de Novembro segundo um Processo Criminal	179
9. O 25 de Novembro e as alterações do projecto constitucional	199
10. As contradições do Marechal Costa Gomes	213
11. As “infidelidades” a Vasco Lourenço no 25 de Novembro	225
12. Considerações Finais	235
<b>SEGUNDA PARTE</b>	
<b>III – Depoimentos de intervenientes</b>	239
1. Coronel “Cmd” Jaime Neves (quatro anexos)	241
2. Tenente-General Aurélio Trindade	269
3. General Garcia dos Santos	285
4. Coronel Pil. Av. Morais da Silva	289
5. Major-General Pil. Av. Ribeiro Cardoso	301
6. Coronel Cav.ª Hernani Moás	313

7.	Coronel SAM Aventino Teixeira (dois anexos)	321
8.	Coronel “Cmd” Loureiro Cadete	359
9.	Major-General “Cmd” Manuel Apolinário	365
10.	Major-General “Cmd” António Lourenço	383
11.	Coronel “Cmd” Ribeiro da Fonseca	389
12.	Capitão “Cmd” Sousa Gonçalves (dois anexos)	399
13.	Comandante “Cmd” Vítor Ribeiro	409
14.	Sarg. Mor “Cmd” Rui Fonseca	417
<b>IV – Textos de Manuel A. Bernardo na Imprensa</b>		421
1.	“O Herói do Diálogo e o Outro”, (Salgueiro Maia e Jaime <i>in</i> “Mama Sume” de Junho de 1995	423
2.	Polémica com Mário Tomé sobre o 25 de Novembro, <i>in</i> revista “História” de Janeiro e Fevereiro de 1996	427
3.	Polémica com Costa Martins, <i>in</i> “Público” de 21 e 31-7-1997 e de 10 e 22-8-1997	429
4.	“Rescaldo dos 25 anos do 25 de Novembro”, <i>in</i> “O Algarve” de 11-12-2000	439
5.	“Pires Veloso e a Tentativa de Manipulação da História”, <i>in</i> “O Diabo” de 11-9-2001	445
6.	Carta (sobre Melo Antunes) de 19-11-2004, para o “Diário de Notícias”	449
<b>V – Cronologias</b>		451
<b>VI – Documentos</b>		481
1.	Pessoal do Regimento de Comandos no 25 de Novembro	483
2.	Relatório de Operações do 25 de Novembro	493
3.	Mortos “Comando” até 25 de Novembro de 1975	499
<b>Posfácio</b> pelo General António Ramalho Eanes		507
<b>Bibliografia</b>		515

## LISTA DE ABREVIATURAS

- AB 1 – Aeródromo Base n.º 1 (Lisboa).  
ADFA – Associação dos Deficientes das Forças Armadas.  
ADU – Assembleia de Delegados da Unidade.  
ALA – Associação Livre de Agricultores.  
Alf. – Alferes.  
AM – Academia Militar.  
AM 1 – Aeródromo de Manobra n.º 1 (Ovar/Cortegaça)  
AMI – Agrupamento Militar de Intervenção.  
AML – Auto Metralhadora Ligeira.  
ANOP – Agência Noticiosa Portuguesa.  
ANP – Acção Nacional Popular.  
AOC – Aliança Operária Camponesa.  
ARA – Acção Revolucionária Armada (PCP).  
Art. – Artilharia.  
Asp. – Aspirante.
- BA – Base Aérea.  
    1 – Sintra  
    2 – Ota  
    3 – Tancos  
    5 – Monte Real
- Bat. – Batalhão.  
BBC – British Broadcasting Corporation (Rádio de Londres).  
BC 9 – Batalhão de Caçadores n.º 9 (Viana do Castelo) <sup>1</sup>.  
B Cmds – Batalhão de Comandos (Amadora); <sup>1</sup> R Cmds <sup>2</sup>.  
BETPQ – Base Escola de Tropas Pára-quedistas. <sup>2</sup>.  
B Eng. 3 – Batalhão de Engenharia 3 (Tancos).  
BIP – Banco Internacional Português.

---

<sup>1</sup> Designação antes de Abril de 1975.

<sup>2</sup> Designação depois de Abril de 1975.

BNL – Base Naval de Lisboa (Alfeite).

Brig. – Brigadeiro.

CAP – Confederação dos Agricultores de Portugal.

Cap. – Capitão.

Cav. – Cavalaria.

CC/MFA (CCP/MFA) – Comissão Coordenadora do MFA.

CDE – Comissão Democrática Eleitoral.

CDL – Comitês de Defesa da Liberdade.

CDR – Comitês de Defesa da Revolução.

CDS – Centro Democrático Social.

CE – Conselho de Estado.

CEE – Comunidade Económica Europeia.

CEM – Chefe do Estado Maior.

CEMA – Chefe do Estado Maior da Armada.

CEME – Chefe do Estado Maior do Exército.

CEMFA – Chefe do Estado Maior da Força Aérea.

CEMGFA – Chefe do Estado Maior General das Forças Armadas.

CHERET – Chefia de Reconhecimento das Transmissões.

CIA – Central Intelligence Agency ( Agência de Segurança/EUA).

CIAAC – Centro de Instrução de Artilharia Anti-Aérea e Costa (Cascais).

CICA 1 – Centro de Instrução de Condução Auto 1 (Porto); <sup>1</sup>; CICIP <sup>2</sup>.

CIOE – Centro de Instrução de Operações Especiais.

CM – Colégio Militar.

Cmd – Comando.

Cmdt – Comandante.

2.<sup>o</sup> Cmdt – 2.<sup>o</sup> Comandante.

CODECO – Comandos para a Defesa da Civilização Ocidental.

CODICE – Comissão Dinamizadora Central (5.<sup>a</sup> Divisão/EMGFA).

COMRA 1 – Comando da Região Aérea N.<sup>o</sup> 1.

COPCON – Comando Operacional do Continente.

Comp. Pára – Companhia de Pára-quedistas.

CR – Conselho da Revolução.

CRRA – Centro Regional da Reforma Agrária.

CRTSM – Conselhos Revolucionários de Trabalhadores, Soldados e Marinheiros.

---

<sup>1</sup> Designação antes de Abril de 1975.

<sup>2</sup> Designação depois de Abril de 1975.

CTs – Comissões de Trabalhadores  
CT/PCP – Centro de Trabalho/PCP  
CTT – Correios Telégrafos e Telefones.  
CUF – Companhia União Fabril (Barreiro).  
CVRFA – Comissão de Vigilância Revolucionária das FA.

DAA – Direcção da Arma de Artilharia.  
DAC – Direcção da Arma de Cavalaria.  
DAE – Direcção da Arma de Engenharia.  
DAI – Direcção da Arma de Infantaria.  
DFAD – Destacamento do Forte do Alto do Duque (Lisboa).  
DGA – Depósito Geral de Adidos (Calçada da Ajuda).  
DGAFa – Depósito Geral de Adidos da Força Aérea (Lumiar).  
DGS – Direcção Geral de Segurança (extinta após o 25 de Abril de 1974)  
DGMG – Depósito Geral de Material de Guerra (Beirolas).  
DL – Diário de Lisboa.  
DMFA – Destacamento Misto do Forte de Almada.  
DN – Diário de Notícias.  
DORL – Direcção da Organização Regional de Lisboa (PCP).

ECA/FP 25 – Estrutura Clandestina Armada / FP 25.  
EF – Escola de Fuzileiros (Vale do Zebro).  
EFTA – European Free Trade Association (Associação Europeia de Comércio Livre).  
ELP – Exército de Libertação de Portugal.

EM – Estado Maior.  
EMA – Estado Maior da Armada.  
EME – Estado Maior do Exército.  
EMFA – Estado Maior da Força Aérea.  
EMGFA – Estado Maior General das Forças Armadas.  
EN – Emissora Nacional.  
Eng. – Engenheiro (Eng.<sup>a</sup> – Engenharia).  
EPA – Escola Prática de Artilharia (Vendas Novas).  
EPAM – Escola Prática de Administração Militar (Lumiar).  
EPC – Escola Prática de Cavalaria (Santarém).  
EPE – Escola Prática de Engenharia (Tancos).  
EPI – Escola Prática de Infantaria (Mafra).  
EPSM – Escola Prática de Serviço de Material (Sacavém).

EPTm – Escola Prática de Transmissões (Sapadores/Lisboa).  
Esp. G 3 – Espingarda Automática G 3.  
EUA – Estados Unidos da América.

FA – Forças Armadas.

FAP – Força Aérea Portuguesa.

FEC (m-l) – Frente Eleitoral Comunista (Marxista-leninista).

FFC – Força de Fuzileiros do Continente (Alfeite).

FFH – Fundo de Fomento da Habitação.

"FIATS" – Aviões de combate.

FICO – Frente Independente de Convergência Ocidental.

FLA – Frente de Libertação dos Açores.

FMU – Frente Militar Única.

FNAT – Fundação Nacional para a Alegria no Trabalho.

FP 25 – Forças Populares 25 de Abril.

FSP – Frente Socialista Popular.

FUP – Frente de Unidade Popular.

FUR – Frente Unida Revolucionária.

Fur. – Furriel.

Fuzos – Fuzileiros.

GDACI – Grupo de Detecção, Alerta e Conduta da Interseção  
(Monsanto).

GDE – Grupo de Dinamização do Exército.

GDR – Grupo de Dinamização Regional.

GDU – Grupo de Dinamização da Unidade.

GDUP – Grupo Dinamizador de Unidade Popular.

Gen. – General.

GF – Guarda Fiscal (antes de se integrar na GNR).

GNR – Guarda Nacional Republicana.

IAEM – Instituto de Altos Estudos Militares.

IARN – Instituto de Apoio a Retornados Nacionais.

IN – Inimigo.

IRA – Instituto de Reorganização Agrária.

JSN – Junta de Salvação Nacional.

KGB – Komitet Gosudarstvennoy Bezopastnosti (Comité para  
a Segurança do Estado/URSS).

LCI – Liga Comunista Internacionalista.  
LP – Legião Portuguesa (extinta após o 25.de Abril de 1974).  
LUAR – Liga de Unidade e Acção Revolucionária.

M 47 – Carro de Combate.  
MAI – Ministério da Administração Interna.  
Maj. – Major.  
MAP – Ministério da Agricultura e Pescas.  
MCS – Ministério da Comunicação Social.  
MDLP – Movimento Democrático de Libertação de Portugal.  
MDM – Movimento Democrático das Mulheres.  
MDN – Ministério da Defesa Nacional.  
MDP/CDE – Movimento Democrático Português/Comissão Democrática Eleitoral.

MEC – Ministério da Educação e Cultura.  
MES – Movimento da Esquerda Socialista.  
MFA – Movimento das Forças Armadas.  
Mil.<sup>o</sup> – Miliciano.  
MP – Mocidade Portuguesa (extinta após o 25 de Abril de 1974).  
MRPP – Movimento Reorganizativo do Partido do Proletariado.

NATO – Organização do Tratado do Atlântico Norte.  
NT – Nossas Tropas.

OCDE – Organização de Cooperação e Desenvolvimento Económico.  
OCS – Órgãos de Comunicação Social.  
ONU – Organização das Nações Unidas.  
OUT – Organização Unitária de Trabalhadores.

PA – Polícia Aérea.  
Páras – Pára-quedistas.  
PC – Posto de Comando.  
PCP (PC) – Partido Comunista Português.  
PCP (m-l) – Partido Comunista Português (Marxista-leninista).  
PCUS – Partido Comunista da União Soviética.  
PDC – Partido da Democracia Cristã.  
PG – Projecto Global/FP 25.  
PIDE/DGS – Polícia Internacional de Defesa do Estado ( depois Direcção Geral de Segurança).  
PIM – Polícia de Informação Militar.



## PREFÁCIO

**U**MA vez mais, o Coronel Manuel Bernardo, agora em parceria com o Major Francisco Garcia (Prof. Dr./História) e o Sargento-mor “Cmd” Rui da Fonseca, veio lembrar a história recente (trinta anos) para que o futuro seja construído sobre a verdade, independentemente de opções político-partidárias.

O que mais importa é Portugal com a sua longa história, na certeza de que o amanhã dependerá da atitude de cada um de nós.

Por mais que a muitos pese, foram, sem dúvida, os acontecimentos do 25 de Novembro de 1975 – decorrentes da resistência, coragem e dinâmica do povo português, de que militares e civis interventores são emanação – que conduziram à real implantação da Democracia iniciada em 25 de Abril de 1974. Sem os Capitães de Abril não haveria a “Democratização, Descolonização, Desenvolvimento”. Mas há que recordar “os solavancos do percurso” que, só depois do 25 de Novembro – um ano e meio depois –, lhes viria a pôr cobro e, fundamentalmente, permitir que hoje sejamos pertença por direito natural e cultural da União Europeia (U.E.), sem abdicar de obrigações e direitos de pertença à Comunidade dos Povos de Língua Portuguesa (C.P.L.P.) e reforçar as ligações político-sociais com todo o mundo.

Para os estudiosos este é, sem dúvida, um óptimo documento para compreender o Processo Revolucionário em Curso (PREC) dos anos de 1974/75 e os riscos vividos por muitos portugueses de então. O suporte com inúmera documentação e os testemunhos relatados mais fidelizam este texto aos acontecimentos daquela época. Não vale a pena escamotear, nem “dourar a pílula” com a nossa tradicional “compreensão nacional”: estivemos, de facto, à beira de grave conflito dentro destas velhas fronteiras de oito séculos!... Os autores não o referem mas, para muitos ideólogos de então, um dos modelos políticos a importar seria o romeno e/ou de países vizinhos (!).

A verdade é que não estivemos longe desse “disparate utópico” e por isso valeu a pena o esforço, o sacrifício e o risco de uns tantos militares e civis.

Não se julgue que a paragem dessa “loucura” foi fácil. O medo assustou muitos e a inércia tomou conta de muitos mais, pelo que é de toda a justiça homenagear aqueles – como fizeram os autores – que reconduziram Portugal aos caminhos da Democracia. Há nomes e instituições que não deviam ser esquecidos, nem tão pouco a data de 25 de Novembro ser varrida para debaixo da tapete da História. Incomoda muitos mas orgulha muitos mais. Fizeram-no por Portugal.

Valeu a pena? Sem dúvida. Foram criadas as condições de segurança e liberdade que permitiram ao povo português escolher o seu destino: finalizado o período imperial/colonial, reencontrámo-nos com a Europa... Voltámos as costas ao mar, até quando? Portugal, admitimos que só no reencontro com o mar; entrosando a estratégia marítima com a continental, será a centralidade, mantendo-se no mundo que ajudou a conhecer, na primeira globalização que provocou.

Portugal não é apenas território, mas também Povo espalhado pelos quatro cantos do mundo. O 25 de Novembro também se fez para estes e por estes, numa visão alargada de solidariedade, humanismo e universalismo.

Raramente vamos ao fundo das questões – é o “porreirismo nacional” –, somos emotivos, choramos com facilidade e depois da morte não há rapazes maus, como diria o Padre Américo. Aliás, isso ficou amplamente demonstrado no recente falecimento de dois dos mais importantes interventores no designado “Verão Quente” de 1975 – o Ten-General Vasco Gonçalves e o Dr. Álvaro Cunhal. A Comunicação Social ocupou imensas horas com o relato das suas vidas, quase esquecendo (branqueando) este doloroso período da nossa História recente. Porquê? Pese o respeito que a todos nos merece a morte, a verdade não poderá ser escamoteada sob pena de negar a História e, conseqüentemente, fazer da mentira o suporte do futuro. Uma vez mais o Dr. Mário Soares, dentre as muitas pessoas ouvidas, não deixou de sublinhar a negativa intervenção dessas duas entidades no citado período. Também outros o poderiam ter feito, mas não o fizeram. O Homem é ele e as circunstâncias e não fora a determinação

essas relações, para culminar com a constituição da Comunidade dos Povos de Língua Portuguesa em 1996. Portugal, desde 1985, faz parte da União Europeia.

O mundo lusófono gira a uma velocidade que deverá ter em conta a velocidade da globalização mundial. Não são apenas questões económicas que estão em jogo, mas de solidariedade também: ao “poder” Norte/Sul está sucedendo o “poder” Sul/Sul; ao “poder” do G-8 (os mais ricos) surge, em contraponto, o “poder” das Conferências de Porto Alegre e África do Sul (os mais pobres), que dizem que “um outro mundo é possível”, não pelo confronto ideológico-militar, mas pelo apoio à boa governação e pelo combate à pobreza, que atinge quase mil milhões de pessoas a viverem com menos de um dólar por dia.

O nosso 25 de Novembro tem a ver com isto, na medida em que se antecipou, em catorze anos, à queda do “Muro de Berlim”, que marcou o destino de uma nova Europa e desencadeou a globalização.

Não foi fácil, como é lembrado no Capítulo I, ao recortar e lembrar os temas dos Órgãos de Comunicação Social da época ante, durante e pós 25 de Novembro. Como foi possível tanta ingenuidade e tanta “maldade”?!...

“Nunca tantos deveram tanto a tão poucos”, como afirma o Ten-General Aurélio Trindade (parafrazeando Churchill sobre a intervenção dos pilotos da R.A.F. na 2.<sup>a</sup> Guerra Mundial), com justa razão no que se refere a muitos, em especial aos convocados ex-Comandos, que deixaram família e emprego, para novamente servirem Portugal. É uma tarefa que ainda falta cumprir ao meu velho e sempre amigo General Ramalho Eanes e que o poder político de então não deveria ter esquecido. Se na classe política dúvidas houver, perguntem ao então Secretário de Estado, Eng.<sup>o</sup> Machado Rodrigues, e ele responderá.

Os autores do livro socorrem-se e bem da imprensa, de documentos oficiais e de declarações de muitos dos intervenientes. Muitos mais poderiam falar; aqueles que normalmente não têm voz, mas que estão sempre prontos ao sacrifício pátrio pelo seu “torrão natal”. Lembro os retornados do Nordeste Transmontano, o meu primo Adérito e tantos outros que, em Rio Maior e um pouco por todo o Portugal, disseram: *BASTA!*

Dos muitos acontecimentos narrados recordo com forte e impressionante memória: o cerco da Assembleia da República e os deputados do P.C.P. a atirarem os ossos do seu jantar aos restantes membros; a manifestação da Alameda, de iniciativa do P. S. e em que os partidos democráticos participaram vindos de todo o País e em especial do Porto, vencendo as barreiras colocadas na auto-estrada pelas tropas do RALIS; a greve do Governo; o discurso do General Vasco Gonçalves em Almada; a entrevista do Dr. Álvaro Cunhal à jornalista Oriana Fallaci, em Maio de 1975... “jamais haverá democracia parlamentar”... “viverão bem pouco os que não chegarem a ver a implantação do socialismo (tipo soviético) em Portugal”...; declarações de militares, pseudo-militares, revolucionários e contra-revolucionários. Enfim... tudo foi posto em causa... até o poeta Luís Vaz de Camões!!!

Sei que assim é em qualquer situação revolucionária, mas muito nos diz quando é em nossa “casa” e a mais nos obriga. Foi este sentimento e sentido de responsabilidade que conduziu a que os acontecimentos do 25 de Novembro fossem moderados e limitados a possíveis excessos, sempre difíceis de controlar em situações deste teor. Não tenho a certeza se isso aconteceria caso os acontecimentos tivessem um vencedor diferente, não excluindo (e Deus me perdoe) a utilização do “paredão” para alguns militares intervenientes, ainda que estivessem a cumprir ordens legítimas oriundas da Presidência da República, como vários documentos o demonstram.

Honra pois para aqueles que não negaram a sua dádiva ao País, inclusive a sua vida, parabéns aos autores que, por vezes, com algum entusiasmo e opinião pessoal, lembram o quadro político-ideológico que se vivia na ocasião de “golpes e contragolpes” de “revolucionários e reaccionários” a gosto e sob a fantasia de interesses vários.

Valeu a pena, porquanto, a não ter havido o 25 de Novembro, não se comemoraria hoje o 25 de Abril nos ideais de Liberdade e Democracia, como felizmente acontece.

Algés, 16 de Junho de 2005

ALÍPIO TOMÉ PINTO



# INTRODUÇÃO

Este livro, intitulado 25 de Novembro, fala-nos de um período fascinante da história recente de Portugal. De forma a torná-lo agradável à leitura organizámo-lo em cinco capítulos distintos mas inter-relacionados.

No primeiro capítulo, e como enquadramento geral daquele que ficou conhecido na historiografia portuguesa pelo período do Processo Revolucionário em Curso (PREC), apresentamos as visões de alguma comunicação social relativamente àquela época. Da emissora *A voz da Alemanha*, apresentamos extractos do seu programa, *Portugal 1975 – o ano mais longo*, que descrevem primorosamente os acontecimentos mais relevantes de todo o Processo Revolucionário. Neste capítulo também procuramos retratar a actividade da principal imprensa escrita no pré-25 de Novembro, e dos papéis desempenhados por esta e pelas Rádio e Televisão, na disputa entre as facções envolvidas pelo Poder. Termina com uma análise da actividade da imprensa no pós-revolução e até às eleições legislativas de 1976.

O segundo capítulo analisa e descreve a Revolução e o 25 de Novembro. Inicia-se com uma breve referência ao apoio internacional à resistência anti-comunista, passando depois para a análise da situação política e social interna. Desta destacam-se o projecto do Partido Comunista Português designado por *reforma agrária* no Alentejo e a tentativa da sua extensão ao Ribatejo, e os actos de violência e mesmo de tortura praticados sobre militares e civis, na situação de *não-Direito* então vivida em Portugal.

Neste capítulo descreve-se ainda, e de uma forma cronológica, a situação político-militar nos dias antecedentes ao 25 de Novembro, bem como o planeamento e as posteriores actividades militares no próprio dia, destacando-se a actuação do Regimento de Comandos face ao Regimento de Polícia Militar, na Calçada da Ajuda, em Lisboa.

O capítulo confronta ainda a versão dos acontecimentos vistos pela *esquerda revolucionária* e finaliza com uma análise comparativa dos projectos constitucionais do pós-25 de Abril de 1974 (resultante do primeiro acordo MFA/Partidos) e do pós-25 de Novembro de 1975, que daria corpo à Constituição de 1976.

Os depoimentos de diversos intervenientes de destaque, quer na acção militar desencadeada no contragolpe de 25/26 de Novembro de 1975, quer no planeamento e na intervenção na Comunicação Social, constituem o terceiro capítulo do livro e revelaram-se complementares da documentação analisada, sendo importantes na medida em que nos possibilitaram o acesso aos bastidores político-militares da época, permitindo contextualizar muitas das decisões e medidas adoptadas.

Os textos de um dos autores publicados na imprensa, na última década, bem como os anexos ao presente livro, constituem os quarto e quinto capítulos e contribuem para complementar alguns detalhes em torno do PREC e do papel (menos lembrado na opinião pública portuguesa), que os “Comandos” desempenharam no 25 de Novembro para ajudarem a repor a legalidade democrática e a Ordem pública.

O presente livro baseia-se, essencialmente, em três núcleos documentais, a saber: a documentação militar, a documentação referente à ordem política interna e a documentação memorialística.

No que diz respeito à primeira, atribuímos prioridade à documentação arquivística (referida em bibliografia) do Serviço de Documentação e História Militar e do Arquivo Histórico Militar.

No respeitante à política interna, consideramos também uma multiplicidade de fontes impressas e arquivísticas. Destacamos a legislação publicada, mas privilegiámos a análise de alguma documentação inédita de diversos acervos pessoais de alguns dos colaboradores desta publicação.

A documentação de âmbito memorialístico reúne correspondências, memórias, depoimentos e outro tipo de informação dos principais intervenientes militares, com quem tivemos a singular oportunidade de privar.

## PRIMEIRA PARTE

### I

## A COMUNICAÇÃO SOCIAL E O 25 DE NOVEMBRO



# 1

## A PERSPECTIVA DE UMA EMISSORA DE RÁDIO ESTRANGEIRA...

(...) A 5.<sup>a</sup> Divisão do EMGFA, suspensa por decisão do CR, foi ocupada, a partir das 6H00<sup>1</sup> de hoje, por forças de intervenção do COPCON (do Regimento de Comandos).  
In "A Luta" de 27-8-1975.

Entre as várias emissoras então existentes nos países democráticos da Europa Ocidental, com programas em língua portuguesa, encontrava-se a *A Voz da Alemanha*, que emitia a partir da República Federal da Alemanha. Recorde-se o facto de, naquela época, ainda se manter a grande importância da Rádio nos *media*, a qual veio a ceder progressiva e inevitavelmente à Televisão. Também continuava implantado o *Muro de Berlim*, símbolo da separação do mundo comunista europeu (no outro lado ficava a designada República Democrática Alemã), do conjunto de países democráticos, na altura bastante preocupados com a revolução portuguesa.

Desde o Dia de Natal de 1975 e até 19 de Janeiro seguinte, aquela emissora difundiu um programa intitulado *Portugal 1975, o Ano Mais Longo*, na perspectiva de um redactor de "esquerda civilizada"...<sup>2</sup>

Apenas nos debruçaremos sobre o 2.<sup>o</sup> semestre de 1975, coincidente com o embate entre os dois projectos políticos antagónicos, protagonizados pelo PCP e extrema-esquerda, por um lado, e pelos partidos democráticos (PS, PPD e CDS) pelo outro, e que culminaria com o 25 de Novembro. Nessa retrospectiva o redactor afirmava que, em relação ao sucedido até meados de Outubro, ela foi escrita ainda antes da confrontação militar referida e não fez qualquer correcção posterior.

Na introdução referia:

Quando nos dispusemos a fazer uma retrospectiva do ano político em Portugal, de longe o ano mais interessante da actualidade internacional, constatámos que será difícil repetir-se, onde

<sup>1</sup> Ocorreu às 04H00. Ver depoimento do Major-General Manuel Apolinário, neste trabalho.

<sup>2</sup> Ver Luís Galvão. Anexos aos PERBOLRAD 367/75 a 19/76. In arquivo EME/CHERET

quer que seja, um conjunto tão rico e variado de acontecimentos. Por isso, não é exagerado falar-se de “O Ano Mais Longo”.

Caíram governos, houve eleições, tentativas de golpe, intonatas, inventonatas, confrontações violentas, greves, mas também um manancial de experiências sociais, que causaram e motivam grandes esperanças da esquerda europeia.

Portugal conseguiu, ao longo do ano, ter a atenção de toda a Europa, dum lado e do outro. Sem que muitos portugueses disso se apercebam, a evolução portuguesa para um socialismo humano representa a esperança de muitos milhões de pessoas. Por isso se dividiu a esquerda francesa, distinguindo com energia e inteligência as convulsões portuguesas. A Itália, a Espanha, a Holanda, a Suécia e a Grã Bretanha sentiram-se, de certo modo, envolvidas no caso português, como igualmente a Jugoslávia e a Roménia por um lado, e a Polónia, a República Democrática Alemã e a União Soviética, por outro, não estiveram alheias ao que em Lisboa se passava. Os EUA, mais afastados da cena, terão contribuído à sua maneira para o desenvolvimento do seu espinho. Na RFA, Portugal foi assunto de capas de revistas, de primeiras páginas de jornais, de programas de Rádio e de Televisão. Mas verdade seja dita que foi em França, nomeadamente através do jornal “Le Monde”, do semanário “Le Nouvelle Observateur” e do “L’ Humanité”, que Portugal foi tema de debate, de análise e de polémica, que chegou a atingir o nível académico, não por ter envolvido catedráticos, mas pelo facto das teses apresentadas terem teorizado brilhantemente a experiência portuguesa.

Mas, se Portugal foi o laboratório da Europa, o preço da experiência foi e é suportado pelo magro manancial de disponibilidades económicas portuguesas, pois além do deslumbramento europeu pelo derrube de uma ditadura, pouco mais se registou de apoio directo a um país pobre, que mesmo com convulsões internas graves, mesmo com a revolução soube dar, à comunidade internacional, mais cinco países independentes. Estamos certos de que este período da História portuguesa será melhor apreciado pelos historiadores do que por alguns órgãos de Imprensa, que estiveram, ao longo do ano, com o complexo comunista atravessado na caneta dos seus redactores. Os historiadores saberão dimensionar o significado das nacionalizações, da reforma agrária, das tentativas titubeantes de organização de um “poder popular”.

Não queremos dizer que tudo são elogios, já que muitos acontecimentos podem ser considerados negativos sob um ou outro prisma. Queremos apenas significar que, apesar de todas as ten-

tações, o povo português conseguiu evitar a guerra civil generalizada, de que muitos povos não se podem orgulhar, pois, por menos, se viram envolvidos em sangrentos combates fratricidas. Se tentássemos dizer, na parte que nos resta até ao fim desta página, o que foi Portugal/1975, diríamos que foi, até ao meio do ano, a avançada corajosa e à vezes irreflectida de uma esquerda radical e, até ao fim do ano, a pausa necessária à digestão desses avanços. E que foi o ano do desencantamento dos cravos, do voltar à terra, da pulverização do MFA, do desgaste apressado de uma economia, mas também do amadurecimento político de um povo; algo que, na Europa, levou muitos anos a fazer e ainda não se fez, foi realizado por um povo acordado de repente num mundo desconhecido. Ano crucial da revolução; ano de desilusões inerentes a uma revolução, ano de muitos anos, num só. (...)

### **A revolução portuguesa discutida em Paris...**

Em relação ao segundo semestre, transcreve-se o que foi difundido no crucial período de Julho a meados de Agosto:

Entramos no mês de Julho.

No estrangeiro continua a falar-se do “República”. Em Bona, o Almirante Rosa Coutinho dissera, no final do mês, que o caso “República” fora ignobilmente explorado pela imprensa estrangeira.

Edgar Morin, sociólogo francês escreve:

“O Caso República não é apenas um revelador dos conflitos internos, onde se joga o destino da revolução portuguesa. Ele é também revelador das nossas próprias capacidades em analisar e situar de um modo sociológico e político, o problema da liberdade de imprensa. O que é então muito revelador naqueles que se dizem de esquerda, tanto no silêncio como no comentário, é a impotência perante uma alternativa entre processo revolucionário e liberdade de imprensa”.

E, após outras reflexões, acrescenta Edgar Morin:

“Se a revolução avança à custa da sufocação da liberdade da imprensa, então ela volta as costas à esperança do socialismo original, para o modelo monótono do socialismo de aparelho. (...)”

Mas o “República” é um caso consumado para os portugueses. O dia 1 de Julho surge com mais uma novidade no caso Rádio Renascença. Os trabalhadores da emissora católica são pessoalmente informados, pelo Primeiro-Ministro, que o Governo decidira entregar a estação ao Episcopado. Mas essa decisão foi imediatamente contestada pelos trabalhadores, com o apoio de organi-

zações da esquerda, do chamado “poder popular” e, menos de 48 horas depois, o CR (Conselho da Revolução) desautoriza o Governo e dita a sua vontade.

Lembramos ainda que o país estava mergulhado numa enorme vaga de boatos sobre golpes de estado iminentes. O próprio Presidente da República se deslocou à televisão para acalmar o país. A decisão do CR referente à rádio é espectacularmente recebida no estrangeiro.

Mas, ainda no dia 2, a movimentação política prossegue. O COPCON ocupara os telefones de Lisboa e Porto, onde 4500 telefonistas intensificavam a sua greve de duas semanas. O Governo recusa-se a aceitar as reivindicações. Nas estações de caminho-de-ferro registaram-se manifestações contra o aumento de 50% das tarifas. Grupos maoístas impediram os passageiros de comprar bilhetes e ameaçaram os revisores dos comboios. Todos viajaram de graça, pois foi impossível ao COPCON rebater a tese de que os aumentos eram um ataque à classe operária.

A caça aos Pides de Alcoentre continuou e trouxe mais três prisões. Entretanto, 33 Pides continuam a monte. No dia 3 de Julho de manhã, o “Diário de Notícias” põe o país em estado de golpe. Na sua primeira página é publicado um editorial: “Estão a arder os rastilhos”. Aí se diz que a reacção prepara qualquer coisa. É um rastilho. O outro é o da revolução que avança a olhos vistos. No final diz o editorialista: “Cabe-nos evitar que o rastilho deflagre a mina que cavaram debaixo dos nossos pés. Cabe-nos, mais do que isso, serrar os punhos e empurrar a vontade para que a revolução se antecipe aos golpes que a reacção vai dar”.

Assim está clara uma chamada ao golpe, com aspecto de contragolpe, situação que vai durar meses; ameaça do golpe, a espera, a continuação do ambiente inseguro. Nesse dia, talvez porque o ambiente era propício, o CR desautoriza o Governo. Reunidos durante toda a noite, os conselheiros prometem nacionalizar todas as estações de rádio e confiscar fábricas, cujos proprietários estão ausentes, além de reduzir os bilhetes dos caminhos-de-ferro, numa tentativa para acalmar a agitação social.

Como vimos, em relação à Rádio Renascença, o CR decide não entregar a estação à Igreja, como Vasco Gonçalves e o seu gabinete haviam decidido há dois dias. No dia 4 realiza-se uma manifestação dos trabalhadores dos telefones de Lisboa e Porto, CTT e TAP. Terminava a greve dos telefones, que durara 17 dias. No dia 7, são preconizados, na lei, os conselhos regionais da Reforma Agrária, descentralização necessária.

## **O Verão começa a aquecer...**

No dia 8 realiza-se a Assembleia do MFA. Começa com mau ambiente. Diz-se que Vasco Gonçalves é contestado por determinadas correntes de oficiais. O PCP mobiliza a opinião pública para defender Vasco Gonçalves, e Vasco não cai. No final da primeira sessão da Assembleia, o projecto aliança Povo-MFA estava já a ser estudado. Aprovado na sessão seguinte, o documento-guia sobre organizações de base unitárias vai ecoar por todo o mundo.

Este projecto tem três linhas fundamentais: a do MFA, a popular e a governamental. Na fase de transição preconizada, o aparelho de estado, descentralizando os seus poderes permitirá progressivamente o controlo local, enquadrado pelos organismos populares. Estes órgãos de poder popular são igualmente referidos: assembleias populares locais, constituídas pelas comissões de moradores, as comissões de trabalhadores e outras.<sup>3</sup> Estas formam as assembleias municipais e assim sucessivamente até à Assembleia Nacional Popular. A participação dos militares começa a nível municipal com as ADU (assembleia de delegados de Unidade), e depois com as ADR (dos 3 Ramos) e a AMFA.

Um outro pormenor interessante e que contradiz o pacto anteriormente assinado pelos partidos, é que o órgão máximo de soberania nacional é o CR. Diz também que todas as decisões são tomadas de braço no ar, curioso processo de votação. Afirma-se que não se pretende militarizar o povo, nem ignorar os partidos. (...)

O povo, ora ingénuo, ora apto para tudo, é uma fórmula que não se dá muito bem com a lógica revolucionária. A mais forte reacção provocada em Portugal pela decisão da Assembleia do MFA foi a retirada dos ministros socialistas do Governo. É unicamente fundamentada no facto do jornal "República" se ter voltado a editar, desta vez sob a direcção do Coronel Pereira de Carvalho. No entanto, o "República" não será a única causa da demissão dos socialistas, e tanto assim é que, em comunicado, o PS contesta abertamente o documento do MFA em questão.

Chega, assim, nova crise. O PS acusa os militares de quererem instituir em Portugal um modelo ditatorial e burocrático, do tipo

---

<sup>3</sup> Pretendia-se montar um sistema político idêntico ao existente em Cuba. Para esclarecimento do sucedido neste país, foi lançado neste mês de Julho, em Lisboa, um livro intitulado "Comités de Defesa da Revolução" (Ed. Iniciativas Editoriais), onde estes órgãos de poder popular (inicialmente designados por "comités de vigilância"), são propostos por Fidel de Castro, em 28-09-1960: "(...) Vamos estabelecer um sistema de vigilância revolucionária colectiva (...), em cada quarteirão, em cada bairro, em cada zona (...)"

Europa Oriental. Recordamos que um mês antes da saída dos socialistas, a 11 de Junho saíra o PAP (Plano de Acção Política), em que se assegurava o pluralismo democrático. No dia seguinte, Willy Brandt, secretário geral do SPB alemão, solidariza-se com a decisão dos socialistas portugueses.(...) Então a imprensa europeia comentará intensamente a decisão dos militares portugueses. As perguntas sucedem-se, como por exemplo esta do *Suddeutsche Zeitung*: “Será o General Carvalho com as suas tropas, os seus grupos revolucionários de base e os seus teóricos de extrema-esquerda, que determinará a orientação decisiva em Portugal, ou virá da maioria do povo, dos partidos por este escolhidos e dos militares que pugnam por uma democracia pluralista?”.

O “*Tages Anzeiger*” de Zurique pergunta se os militares portugueses podem calar as vozes dos partidos políticos e lembra que os líderes dos partidos foram chamados do exílio pelos próprios militares.

Em Portugal Mário Soares fala em paralisar o país e mais algumas sedes do PCP são destruídas. Dão-se os incidentes de Rio Maior. A confrontação da esquerda radical e dos moderados começa agora verdadeiramente, para só abrandar com a queda de Vasco Gonçalves.

### **O PS enche a Alameda D. Afonso Henriques**

No dia 16 de Julho, sai o PPD do Governo. O Governo cai, é dissolvido. Acaba o quarto e, enquanto se espera pelo quinto, a extrema-esquerda pede a dissolução da Assembleia Constituinte. Os militares do RALIS apoiam. O PS convoca, com dois dias de antecedência, uma manifestação para Lisboa, para exigir a queda de Vasco Gonçalves. Apesar das barricadas levantadas pelo PCP e de toda uma série de boicotes para precaver uma marcha sobre Lisboa, o PS enche a Alameda Afonso Henriques. Esta manifestação retira definitivamente o complexo de rua ao PS. A partir daqui, a rua também pertence aos socialistas e desfaz-se o mal-entendido de que as bases condenam a cúpula do partido.

Os dias seguintes, em Lisboa, são de recriminação. O maniqueísmo instala-se. Sem Governo, o país assiste à troca de ofensas. A extrema esquerda acusa o PS. Este acusa Gonçalves. Ambos querem um Governo de unidade nacional. Os conceitos é que diferem. Um quer os partidos eleitoralmente maioritários e o outro quer personalidades não vinculadas a partidos.

O MFA começa a demonstrar a sua fragilidade. O verão aquece e as sedes do PCP vão sendo destruídas sistematicamente.

As matas são contagiadas pelo calor político. Os fogos repetem-se; é a política do fósforo.

Portugal procura um quinto Governo. Vasco Gonçalves contacta com membros do PPD e do PS. Este faz saber que proíbe a participação dos seus militantes num Governo chefiado por Vasco Gonçalves. Para este, o problema agudiza-se.

Quando Otelo parte para Cuba, noticia-se já a concordância entre Vasco Gonçalves, Costa Gomes e Otelo, no sentido de se constituir um triunvirato. Estamos a 24 de Julho.<sup>4</sup>

Para o dia 25 está marcada a reunião da Assembleia do MFA. Entretanto, divulga-se que o projecto da Aliança Povo-MFA foi aprovado por 40 votos a favor, com 4 contra e mais de 100 abstenções. Reúne a Assembleia e vence a tese do triunvirato. Mas todos os triunviratos se mantiveram no poder por muito pouco tempo. O de Lisboa não vai ser excepção. As opiniões dividem-se. Uns aplaudem essa decisão como forma de reforço da autoridade, que é praticamente inexistente, dado o número dos órgãos do poder em Portugal. Outros condenam-na, dizendo que é difícil arranjar uma plataforma de entendimento entre um moderado Costa Gomes<sup>5</sup>, um pró-comunista Vasco Gonçalves e um socialista utópico Saraiva de Carvalho. Além disso o triunvirato é considerado como um pano quente, ou como um remendo mais pequeno que o buraco.

Estamos no fim de mês, com um triunvirato a partir do zero e sem apoio em qualquer dos documentos do MFA e sem Governo há quase duas semanas. Interessante é o facto de, no

---

<sup>4</sup> Na véspera tinha ocorrido uma importante reunião (não detectada pelo redactor do programa), em Mafra, com delegados de todas as Unidades militares de Infantaria (a maior Arma do Exército), com a presença de Vasco Lourenço, onde foi aprovada, em votação secreta, apenas com um voto contra em relação a três dos pontos, a seguinte moção:

“1. Levar a efeito a dissolução da 5.<sup>a</sup> Divisão do EMGFA. 2. Exigir a proporcionalidade de membros da Assembleia do MFA, de acordo com os efectivos de cada um dos três Ramos das Forças Armadas. 3. Considerar a Assembleia do MFA de natureza consultiva. 4. Exigir que as votações fossem de natureza secreta. 5. Considerar que havia conveniência na saída de Vasco Gonçalves do lugar de Primeiro-Ministro.”

Vasco Lourenço apresentou esta moção na Assembleia de Delegados do Exército, em 24, mas acabou por retirá-la. Ver Manuel Branco (pseudónimo de Manuel Amaro Bernardo). Os “Comandos” no Eixo da Revolução; Crise Permanente do PREC; Portugal 1975-76. Lisboa, Ed. Abril, 1977, p. 86.

<sup>5</sup> Segundo várias fontes estaria sob chantagem do PCP, face ao roubo dos arquivos da PIDE/DGS, no pós-25 de Abril. Recorde-se que o PCP posteriormente fez seguir estes e outros documentos para Moscovo: a carga de três camionetas, retiradas do reduto Sul de Caxias, segundo o Presidente da Comissão de Extinção da PIDE, General Ribeiro de Faria, nomeado após o 25 de Novembro. Ver “DN” de 22-06-1976.

comunicado de 25 de Julho da Assembleia do MFA, o plenário do CR passar a constituir um órgão de Conselho dos três elementos referidos, Vasco, Gomes e Otelo. Quer dizer: O CR, que ainda em Abril era o segundo órgão de soberania, passa no dia 9 deste mês, pelo projecto de aliança Povo-MFA, a órgão máximo da soberania nacional e, menos de 20 dias depois, passa a órgão de conselho.

A revolução portuguesa parece estar num buraco que interessa cavar cada vez mais depressa, em lugar de se tentar clarificar a situação, de uma vez por todas. Mas esta é uma tarefa impossível, embora, em Agosto, a palavra de ordem venha a ser exactamente a ser "clarificação".

Regressando ao comunicado da Assembleia de 25, é de notar que o último ponto revela que as alterações sobre a competência do CR ficam dependentes da Assembleia do MFA, segundo a Lei n.º 5/75. Este pormenor é importante para a compreensão das convulsões internas das Forças Armadas portuguesas, que cada vez são menos MFA.

O mês chega ao fim. O CR legaliza a existência do Directório, Otelo chega de Cuba e o V Governo continua por formar. Mário Soares é ameaçado por Otelo. Ao chegar de Cuba, este diz que a revolução não pode ser feita por meios pacíficos.

No Norte do país, as sedes do PCP, do MDP/CDE e da FSP são, na maior parte dos casos, esqueletos vazios, destruídos pela violência anticomunista.

## **A tentativa de destruição do Regimento de Comandos**

Agosto. Eis-nos chegados ao mês quente. A temperatura meteorológica vai influenciar determinantemente a política. Será o mês mais interessante do ano. Todos os dias se passa muita coisa. O debate aceso em volta de Vasco conhece o seu apogeu. A revolução é colocada entre vários documentos.(...)

No primeiro dia de Agosto, Costa Gomes está em Helsínquia, na cimeira de encerramento da Conferência de Segurança e Cooperação. À partida da Portela, Costa Gomes deixa o país descansado. "Já há Governo", diz o Presidente. Mas o seu anúncio não se confirma. Vasco Gonçalves continua sem equipa. O CR recusa a submissão de passar a órgão consultivo. Sousa e Castro diz que seria ilegal.

No Norte, em S. João da Madeira, regista-se violência anticomunista. No Regimento de Comandos da Amadora, manobras partidárias, atribuídas ao PCP, levam à prisão de 9 oficiais e 4 sargentos,

estando entre eles o Coronel Jaime Neves, comandante da Unidade da Amadora.<sup>6</sup> As prisões são atribuídas a jovens oficiais, com o apoio de Otelo. Isto escrevia um jornal americano no dia 1.

A questão Jaime Neves prossegue. Há forças interessadas em queimar o comandante da Unidade da Amadora. Otelo destituiu Jaime Neves, sem o punir. Mas ainda este caso não terminara, começa um outro: o documento Jesuíno.

No dia 5, o "Jornal" publica o projecto de decreto-lei. Preconiza-se a criação de uma comissão de análise dos meios de comunicação social, formada por seis militares. Esta comissão seria destinada a ajuizar práticas condenáveis e a aplicar multas e suspensões aos responsáveis. O "Jornal Novo" abre fogo. Nasce mais um caso. A nova censura está a formar-se, é a opinião geral. Portugal está há quatro semanas sem Governo. (...)

O Coronel Jaime Neves, não contente com a manipulação de que fora alvo, dá entrevistas aos jornais liberais de Lisboa, "Jornal Novo" e "Expresso".<sup>7</sup>

Resultado: Otelo faz autocritica. Realiza-se novo plenário na Amadora e Jaime Neves volta a ocupar o lugar de comandante do Regimento de Comandos. Os oficiais que manipularam são entregues a tribunal militar que, passados seis meses, ainda não tinha reunido.

A manipulação do PCP foi apresentada às claras, sendo a primeira derrota do mês do PCP, não contando com a violência no Norte, onde Famalicão e Santo Tirso eram, nesta altura, os exemplos mais frescos da rejeição pecêpista: Milhares de manifestantes, passividade do Exército, dois mortos.

---

<sup>6</sup> Jaime Neves não foi detido, mas impedido de entrar na Unidade. Foi preso o 2.º comandante, Major Lobato Faria e o Capitão Ribeiro da Fonseca, ambos condecorados com a Torre Espada, por feitos na guerra do Ultramar, dois alferes e o sargento da guarda de polícia ao quartel. Assim, apenas foram detidos quatro oficiais e um sargento. Ver anexo ao depoimento do Coronel Jaime Neves, neste trabalho.

<sup>7</sup> Também deu uma entrevista ao vespertino "A Capital". Este caso do "saneamento" e recondução de Jaime Neves no comando do Regimento de Comandos, encontra-se pormenorizado num texto do então Major Manuel Amaro Bernardo (acompanhou todo o processo dentro desta Unidade), publicado por Manuel Barão da Cunha, in "Os Párias e os Outros; Textos Incómodos". Porto, Ed. Livraria Internacional, 1976; em Manuel Branco. Ob. cit., pp. 88 a 98; em Manuel Amaro Bernardo. "Memórias da Revolução; Portugal 1974-1975". Lisboa, Ed. Prefácio, 2004, pp. 585 a 587; em Manuel Barão da Cunha (coord.). "Os Militares, as Artes e as Letras; Os 25 Anos do 25 de Novembro". Lisboa, Ed. Notícias, 2001, pp. 335 a 339; e ainda em anexo ao depoimento do Coronel Jaime Neves, neste trabalho.

## Lançamento do “Documento dos Nove”

No dia 7, o “Jornal Novo” publica o “Documento dos Nove”<sup>8</sup>. No dia seguinte o Directório condena a divulgação, mas não o documento.

O “Diário de Notícias” não dá conta do texto. Publica, por mais estranho que pareça, durante muitos dias, críticas e mais críticas ao documento, sem o publicar, entenda-se. Entra-se no surrealismo informativo. O semanário “O Jornal” dá a 1.<sup>a</sup> página ao “Documento Melo Antunes”.

Mário Soares escreve a Costa Gomes uma carta aberta; uma advertência séria e solene, no dizer do secretário-geral do PS. Em linguagem pouco agradável, o PS diz ao Presidente da República que não deve insistir em Vasco Gonçalves, evitando o irremediável, antes que seja tarde. Deve dizer-se que a carta de Mário Soares aparece colada ao “Documento dos Nove”.<sup>9</sup> Soares aproveita a oportunidade para levar a água ao seu moinho.

Mas ainda não falámos no “Documento dos Nove”. Recusando o modelo de sociedade socialista tipo Europa do Leste, recusando a social-democracia, do tipo da Europa desenvolvida, os “Nove” lutam por um projecto político de esquerda, onde a construção de uma sociedade socialista se realize aos ritmos adequados à realidade social concreta portuguesa, por forma a que a transição se realize gradualmente, sem convulsões e pacificamente. Este projecto de socialismo é inseparável da democracia política, e das liberdades, direitos e garantias fundamentais. É evidente que tal documento teria que ser grotescamente desfeito por várias forças políticas e também militares. Os argumentos apresentados contra os moderados são tão inesgotáveis como insuficientes. É um diálogo de conceitos de sociedade. A pressão vai subir. Os “Nove” vão ser afastados do CR, sem que a Assembleia do MFA seja consultada pelo Directório.

Entretanto o V Governo toma posse, incompleto, em cerimónia mais ou menos particular. Interessante é o discurso de Costa Gomes, que chama ao gabinete empossado como um Governo de passagem. Como nova modalidade regista-se a presença de dois vice-primeiros ministros, com nove militares pouco conhecidos e civis, na sua grande parte igualmente pouco notados. O V Governo vai durar muito pouco tempo.

<sup>8</sup> Foi subscrito por nove membros do CR: Melo Antunes, Vítor Alves, Vítor Crespo, Franco Charais, Pezarat Correia, Vasco Lourenço, Canto e Castro, Costa Neves e Sousa e Castro.

<sup>9</sup> Tal como o “Documento dos Nove” tinha surgido “colado” à recondução de Jaime Neves no comando do Regimento de Comandos.

Chegamos ao dia 11, com as suspensões dos “Nove”, mas com o país cada vez mais dividido. As adesões ao “Documento dos Nove” continuam a processar-se em grande número. Pires Veloso afirma ao “Jornal Novo” que o país vive numa amargura total. A 5.<sup>a</sup> Divisão diz que os “Nove” deverão ficar sob a alçada da justiça revolucionária. E por falar em justiça revolucionária, nesse dia, o 12.<sup>o</sup> do mês, é publicado, no “Diário do Governo”, o decreto-lei que cria o Tribunal Militar Revolucionário.<sup>10</sup>

O dia seguinte é marcado pela publicação do “Documento do COPCON” ou a auto-crítica revolucionária do COPCON e proposta para um programa político. O “Documento dos Nove” é severamente criticado e propõem, em alternativa, uma organização de massas populares em conselhos de aldeia, de fábrica e de bairro, única maneira de se opor vitoriosamente “à agressão fascista e imperialista”. O documento não é senão o prolongamento do documento guia, a aliança Povo-MFA, e nele teria havido contribuição decisiva, na sua redacção, de membros das brigadas revolucionárias.

Entretanto, em Évora, o PS manifesta-se em apoio de Pezarat Correia. O PC convoca igualmente, em Évora, uma manifestação de sinal contrário. Temeu-se a confrontação, evitada por cordão de militares.

O Conselho de Ministros declara o estado de crise na Imprensa, sem que os seus efeitos sejam palpáveis, mesmo alguns meses depois. No dia 14, sai mais um boletim do MFA. O seu editorial interessante, sereno e confiante, diz:

*Não há donos da Revolução! Não há castas numa Revolução. São as forças revolucionárias em movimento, com os sectores mais lúcidos e conscientes, mas firmes, à frente, que determinam o que se vai passar num processo revolucionário.*

Apesar de ser um órgão da 5.<sup>a</sup> Divisão, o editorial tenta manter alguma frieza. Conseguo-o, mesmo sabendo o leitor de que lado está a 5.<sup>a</sup> Divisão.

## **De Tancos às dificuldades do VI Governo Provisório**

Continuemos a debruçar-nos sobre o “Ano Mais Longo”. Mas agora apenas com ligeiros apontamentos retirados do texto difundido, já que o leitor mais atento poderá seguir os acontecimentos através da

---

<sup>10</sup> Nunca entraria em funções e viria a ser extinto em 23-12-1975.

cronologia em anexo. Também os colaboradores deste trabalho dar-nos-ão as versões das suas experiências vividas no terreno, para completar o conhecimento de período tão fascinante da nossa história recente.

(...) Estamos a meio do mês (Agosto) e definem-se já dois campos: O dos moderados que se indica terem o apoio da maioria das Forças Armadas e o dos radicais afectos ao documento do COPCON, da 5.<sup>a</sup> Divisão e Gabinete de Dinamização da Marinha.

(...) No dia 18, Vasco Gonçalves faz o seu importantíssimo discurso em Almada. É o “sprint final” de Vasco Gonçalves. Os “Nove” são acusados de fazer golpes de baixa política. A imprensa seguidista é defendida, bem como o documento Jesuíno. O “Jornal Novo”, o “Expresso” e o “Tempo” são fortemente atacados. Vasco Gonçalves joga com a sua honestidade, coragem e consciência revolucionária. A plateia, escolhida, aplaude.

(...) O Governo quer dar um rebufado aos funcionários públicos, com aumentos que vão até aos 40% nas categorias mais baixas. Os aumentos retroactivos serão pagos no último mês do ano. Mas como muitas outras leis do 5.<sup>o</sup> Governo em embrião, esta também não se vai concretizar.

(...) Os intelectuais portugueses começam em Agosto a publicar extensos e interessantes textos de análise da situação. Fazem-se autocríticas. Citaremos os nomes que mais nos impressionaram: Eduardo Prado Coelho, César Oliveira e Eduardo Lourenço.<sup>11</sup> Noutra direcção, isto é, compositivamente hipotecados a partidos ou sob tensão psíquica evidente: Luso Soares, Mário Ventura Henriques e Vergílio Ferreira.

(...) No dia 27, o COPCON ocupa a 5.<sup>a</sup> Divisão.<sup>12</sup> A coutada de Ramiro Correia morre, para não mais se ver.

(...) O “Diário de Lisboa” recebe a alteração no poder com frieza, embora considere positivo que Pinheiro de Azevedo ocupe o cargo de Primeiro-Ministro.

(...) O “Diário de Lisboa” noticia que Morais da Silva foi mandado apresentar-se em Belém. No dia anterior, Morais da Silva fizera afirmações interessantes, distribuindo um comunicado à imprensa em que afirmava nomeadamente: “Uma revolução feita

<sup>11</sup> Ver textos publicados in César Oliveira, Eduardo Lourenço e Eduardo Prado Coelho. “A Crise da Revolução”. Lisboa, Ed. Iniciativas Editoriais, 1976

<sup>12</sup> Os efectivos militares que actuaram na operação pertenciam ao Regimento de Comandos, sob o comando e coordenação do Coronel Jaime Neves. Ver depoimento do Major-General Manuel Apolinário, neste trabalho.

para 80% dos portugueses não pode ser transformada numa ditadura de 20% dos portugueses sobre 80%.”

(...) Entretanto o grande ausente nesta crise, Rosa Coutinho, regressa de Lima e faz uma das suas bombásticas declarações: “Não podemos continuar a ser os lacaios de uma Europa que nos considera europeus de segunda”. Presente o espírito de não alinhamento, com o carimbo de Lima.

(...) Reúne a Assembleia (5-09-1975). Vejamos o que diz a imprensa liberal. No “Jornal Novo”: “Vasco Gonçalves sai do cargo político-militar e o MFA tenta a unidade”; no “Expresso”: “Vasco declina em Tancos, mas a crise continua”.

(...) Evitando pormenores, diremos que, em 5 de Setembro de 1975, morreu o MFA do 25 de Abril, ou o que dele restava. Trata-se de agora construir outro MFA sobre os escombros do defunto. (...) A clarificação está em marcha. Vasco decide demitir-se, o V Governo deixa de existir a 8 de Setembro, embora já tivesse morrido a 29 de Agosto.

Até ao final do mês de Setembro, o PCP, além da Intersindical e nomeadamente dos sindicatos das empresas rodoviárias e de construção civil da “cintura industrial” de Lisboa, vai utilizando uma “organização unitária” de soldados – SUV (Soldados Unidos Vencerão) e a Associação de Deficientes das Forças Armadas para realizar a contestação ao recém-formado VI Governo de Pinheiro de Azevedo. Para tentar enquadrar e controlar a “esquerda revolucionária”, o PCP também integra a FUR, constituída em 25 de Agosto, no Centro de Sociologia Militar, com a FSP, a LCI, o PRP/BR, o MDP/CDE a LUAR e o MES. No entanto, passado pouco tempo, o PCP sai desta organização.

Apresentam-se “flashes” do citado programa radiofónico para elucidação:

(...) Os SUV dão sinal de vida no Porto para apoiar Corvacho, a próxima cabeça a cair. O “Diário de Lisboa” diz que os SUV são uma organização unitária, que emprega soldados da RMN, em luta pelos seus interesses de classe, defendendo uma estreita ligação com os restantes trabalhadores. Os SUV vão ser um dos mais interessantes produtos da originalidade portuguesa.

(...) Eurico Corvacho é finalmente afastado das suas funções de comandante da RMN e substituído por Pires Veloso. A FUR faz comícios em Lisboa para pedir um Governo revolucionário. Se o PC já contesta o Governo, a FUR não pôde ficar atrás.

(...) Mário Soares parte para a Alemanha para se encontrar com membros do SPB. (...) A “Voz da Alemanha” entrevista o secretário-geral dos socialistas portugueses:

(...) M. S. – “Penso que essa cooperação é possível, desde que o PC, que é o partido a que se refere, esteja disposto sincera e lealmente a jogar o jogo da democracia. Até agora não tem sido o caso”.

### Armas roubadas em “boas mãos”...

(...) Estamos a 19 de Setembro. Os títulos do “Diário de Lisboa” são elucidativos das semanas que passaram e das alterações ocorridas. Sob uma fotografia da manifestação do dia anterior, lê-se: “O povo não quer fascistas no poder”. E, na última, “Milhares de trabalhadores recusam Governo de direita”.

(...) Começou, em Portugal, quatro dias depois da tomada de posse do VI Governo, a onda de contestação. A Emissora Nacional é ocupada pelos deficientes das FA, que aproveitam a ascensão do Governo de Pinheiro de Azevedo para descobrir que estão a ser vítimas de enormes injustiças. Custou mas foi. Esta ocupação veio na sequência de barragens de trânsito em Belém, portagem da ponte sobre o Tejo. Os retornados entretanto são dispersados no Rossio, pelos tiros da PM, e os SUV marcam manifestação para Lisboa. A temperatura começa a subir rapidamente e vai aumentar tanto que, da febre chega ao delírio. As relações entre Portugal e Espanha atingem um ponto crítico, devido à agitação portuguesa contra as condenações dos bascos pelo regime franquista.

(...) Rosa Coutinho e Otelo chegam da Suécia. Otelo faz a sua declaração de que as armas roubadas estão em boas mãos.

(...) Os manifestantes dos SUV conseguiram a libertação de dois militares da EPI, que estavam presos na Trafaria, por terem feito propaganda dos SUV. A ordem de libertação veio de Otelo, e os manifestantes desviaram dezenas de autocarros da Carris para libertar os detidos.<sup>13</sup>

---

<sup>13</sup> Curiosa é a descrição do sucedido e que é completada, pelo Tenente-General Aurélio Trindade, então comandante da EPI e elemento destacado do “Grupo Militar” naquela altura: “(...) O comando da EPI alertou o COPCON do que se estava a passar, solicitando que os presos fossem transferidos de helicóptero para Santarém. O COPCON não aceitou a proposta da EPI e os militares foram soltos e enviados para a EPI. Ao recebê-los, o comando mandou metê-los numa viatura e entregá-los no QG/RML (comandado por Otelo). Os oficiais da EPI foram apelidados de fascistas pelos oficiais do QG/RML.” Ver Manuel Barão da Cunha (coord.). Ob. cit., p. 118

Estamos ainda a 26. Franco anuncia a pena de morte para cinco bascos. Pouco depois, em Lisboa, manifestantes destruíam o recheio da embaixada de Espanha e do consulado. Preço: 600 mil contos. Entre as obras destruídas, contava-se um Goya original, do Museu do Prado. No Porto, o consulado de Espanha é igualmente incendiado. A Espanha deixa de ter virtualmente relações com Portugal e os seus diplomatas regressam a Madrid.

(...) Os deficientes das FA demonstram muita eficiência e tentam imobilizar o Governo, que se encontra retido em S. Bento. Jaime Neves, comandante dos “comandos”, entra em acção e acaba com o cerco. A sua acção relâmpago foi considerada brutal, embora não tivesse sido ninguém gravemente ferido. Os deficientes, em protesto, entregaram, na Amadora, cadeiras de rodas e próteses. Jaime Neves diz que vai entregar a quem precise, já que os deficientes parecem não necessitar.

O mês está a acabar em beleza. O que se passou foi apenas o aperitivo do VI Governo. O pior está para vir.

A terminar a transcrição dos documentos da CHERET/EME, resultado das escutas feitas à emissora “Voz da Alemanha”, debruçemo-nos sobre o referente ao período de 1 de Outubro a 25 de Novembro.

Para evitar sobrecarregar este texto apenas se transcreve o respeitante à 1.<sup>a</sup> semana de Outubro e, mais à frente, o sucedido desde o frente a frente de Mário Soares e Álvaro Cunhal, na RTP, em 6-11-1975, e até ao 25 de Novembro.

Em 1 de Outubro o Presidente Costa Gomes chegava a Moscovo, ido de Varsóvia. Pinheiro de Azevedo continua a ver a sua actividade governativa prejudicada por contestações diárias. Mesmo assim, ou talvez por isso mesmo, Pinheiro de Azevedo manda retirar as tropas das estações de rádio, substituindo-as por guardas da PSP. Esta medida, aparentemente de satisfação à esquerda, levanta novos problemas. Para já não está em questão sair da Renascença, pois a atitude da estação é inadmissível e, no RCP, são os próprios soldados que se recusam a sair: “Soldados sempre ao lado do Povo”. Apenas sairão se os trabalhadores quiserem, e a sua saída só se verifica depois de Otelo, com a sua estrela cadente, ter interferido pessoalmente no caso.

Neste primeiro dia de Outubro, fala-se em toda a imprensa gonçalvista, sem Gonçalves, de um plano dos coronéis.<sup>14</sup> Tratar-se-ia de um documento secreto de círculos do VI Governo, no qual se preconizaria o aniquilamento das forças de esquerda, pela dissolução de quartéis progressistas, não reconhecimento do MPLA como único movimento de libertação de Angola, etc..

O tal plano dos coronéis, o negativo do documento Ponomarev<sup>15</sup>, contém efectivamente linhas que terão de ser seguidas pelo VI Governo para a estabilização do país. Tal como o documento Ponomarev tem linhas que não estarão longe da actualização real dos partidos comunistas ortodoxos.

Mas a existência formal de um e de outro é outra coisa e o Governo, reagindo contra pretensos documentos, processa-se, ou melhor dizendo, o Governo processa o Estado, já que os jornais em questão são diários do Estado; caso do "Século", "Diário de Notícias" e "Diário de Lisboa", entre outros.

O nervosismo surgiria ainda neste dia 1 de Outubro, quando o PS decide publicar comunicados dando conta de uma tentativa de conquista do poder nessa mesma noite. "A revolução está em perigo; a liberdade está ameaçada", assim começava o comunicado do PS. Prosseguindo, acrescentava que grupos minoritários planeavam o assalto aos órgãos de informação e o ataque ao Primeiro-Ministro Pinheiro de Azevedo. O PPD adere à mobilização e o PC ingenuamente interroga-se sobre tanto alarme. Não estamos em posição de definitivamente esclarecer o que se passou. Sabe-se que, para essa noite, estava marcado um comício da Intersindical, no Campo Pequeno, que celebrava os seus cinco anos de actividade. Falou-se em concentração de tractores e camponeses do Ribatejo e Alentejo, nos arredores de Lisboa, para a invadirem. No fim de contas, os camponeses apoiavam a Intersindical e o comício, mas, curiosamente, o VI Governo não vai em alarmismos do PS, tal como os círculos informados de Lisboa o não fazem. Se houve qualquer coisa evitada pela mobilização geral do PS, a pedido, diz-se, de entidades do Governo, foi muito bem

---

<sup>14</sup> Esta terminologia terá sido repescada do caso grego, onde tinha ocorrido um golpe dos coronéis. No entanto, em Portugal, a credibilidade ficaria à partida afectada, já que a maioria dos coronéis tinha sido "saneada", no pós-25 de Abril, não havendo assim hipóteses de se movimentarem junto das áreas do poder. A excepção poderia ser o caso de Soares Carneiro, detido na sequência do 11 de Março e libertado em Maio de 1975. Existiriam oficiais prontos a actuar, mas com postos menores.

<sup>15</sup> Ver Carlos Gaspar e Vasco Rato. *Rumo à Memória; Crónicas da Crise Comunista*. Lisboa, Ed. Quetzal, 1992, p. 72

disfarçada, pois não se falou mais no caso. O semanário "O Jornal", referindo-se à instabilidade crescente, faz um triplo sugestivo: "Golpe de Direita, Golpe de Esquerda, ou Golpe de Misericórdia"

A propósito da instabilidade, o CR analisa a hipótese de sobrevivência de uma alegada comuna de Lisboa, como uma das variantes da evolução política possível. O CR conclui que a tentativa de golpe de esquerda teria poucas possibilidades de êxito, mas os elementos de análise mudam muito rapidamente. Em Beirolas, donde, nesta altura, já saíram milhares de armas com destino desconhecido, produz-se um incidente entre o Major Vargas e o Major Dinis de Almeida.<sup>16</sup> Este, dizendo que a guerra civil é inevitável, tenta impedir a transferência de três mil G3 e desafia para os tiros o Major Vargas. Este o realismo personificado pelo sr. Almeida, o folclorista revolucionário, como dois meses depois lhe chamaria o semanário "O Jornal". Pinheiro de Azevedo, em entrevista ao "Expresso", indica a possibilidade de transformar a Constituinte em Legislativa.

## **A instabilidade continua em Lisboa e Porto**

Em Moscovo, o Presidente Costa Gomes termina a sua visita com a assinatura de vários acordos de cooperação e de uma declaração conjunta sobre o desanuviamento internacional e apoio à ONU. No Porto, após conflitos surgidos no CICAP, o comando militar da Região Militar Norte manda encerrar aquela Unidade. Em Beja, na Base Aérea n.º 11, produzem-se igualmente incidentes com os militares esquerdistas. Em Évora, os SUV dão sinal de vida e anunciam manifestações, pois, em seu entender, estão ameaçadas as conquistas do 25 de Abril. Miguel Judas é afastado da Comissão de Extinção da PIDE/DGS, onde era chefe, em virtude de ter deixado de ser conselheiro da revolução.

O PS faz uma manifestação de apoio a Jaime Neves, pela forma como este defendeu o Governo, aquando da tentativa de sequestro por parte dos deficientes das Forças Armadas. O 5 de Outubro, comemorado nos Paços do Concelho de Lisboa, provoca atritos.

---

<sup>16</sup> As mais de 10 000 G3 saídas de Beirolas foram transferidas, de acordo com um plano aprovado pelo EME, de Carlos Fabião e pelo COPCON, de Otelo S. Carvalho, com vista a tentar evitar a sua utilização por forças partidárias civis, dado o descontrolo interno existente naquele Depósito (DGMG). No mesmo sentido foi levada a efeito a transferência de muitas culatras para a Região Militar do Centro (Coimbra). No entanto, durante aqueles deslocamentos de e para o COPCON, cerca de mil G3 foram roubadas pelo então Capitão Fernandes e teriam sido entregues ao PRP/BR de Carlos Antunes e Isabel do Carmo. Ver entrevista de Pedro Cardoso, *in* Manuel Amaro Bernardo. Ob. cit., p. 516 e Manuel Branco. Ob. cit., pp. 258/259.

Mário Soares é ofendido pelos manifestantes. Rosa Coutinho, num plenário da CUF, afirma: “Ser-se revolucionário de acordo com as maiorias é um contrasenso. Revolucionários desses não são precisos. De acordo com as maiorias requerem-se processos eleitorais e não é preciso revolução”. No Porto registam-se incidentes no exterior do CICAP, mandado encerrar por Pires Veloso, como dissemos.

O dia 7 de Outubro vai ser marcado por dois acontecimentos importantes. No Porto, soldados esquerdistas encerram-se no RASP. É um fenómeno novo, o da ocupação de um quartel por soldados, em grande número não afectos àquela Unidade. Os comandos militares do Porto ameaçam intervir. Pires Veloso deseja passar à ofensiva, pois considera tal acção essencialmente dirigida contra a sua pessoa. Ele tem razão, mas apenas parcialmente. A ofensiva geral foi declarada contra o VI Governo e contra a sua tentativa de centralizar o país, corrigindo-lhe o acentuado desvio para a esquerda. Em Lisboa, Fabião, homem inconstante na sua opção de classe, como se diria nos meios politizados da capital, “deita água na fervura” e procura um compromisso.

Entretanto, no Luxemburgo, reúne-se o conselho de ministros da CEE. Na agenda encontra-se Portugal e a ajuda económica. Melo Antunes e Jorge Campinos estão presentes. No final do dia, a “Voz da Alemanha” entrevistava o ministro dos Negócios Estrangeiros português sobre a concessão de um empréstimo de mais de cinco milhões de contos, ligado a projectos de desenvolvimento.

Nesse mesmo dia 7, enquanto decorre uma greve de metalúrgicos, Dinis de Almeida, 2.º comandante do RALIS, fala a manifestantes e realiza o seu mais demagógico discurso de sempre, que escusamos de citar.

No dia seguinte assiste-se a uma batalha campal entre os ocupantes do RASP e os defensores civis por um lado, e manifestantes não radicais por outro: balanço – sessenta feridos. O RASP vai continuar para uns em rebelião, para outros numa fase do processo revolucionário. Em Lisboa, militantes da UDP matam um militante do MRPP. Nesta altura Saldanha Sanches, conhecido dirigente maoísta, abandona este movimento. (...)

### **Até à insurreição armada de Novembro...**

(...) Declara-se um conflito no “Século” entre uma minoria afecta à extrema-esquerda e a maioria dos trabalhadores não radical. No entanto, se nos perguntarem se tal minoria não era

a que antes do 25 de Abril já constituía a oposição antifascista, diremos que, em larga medida, era isso que acontecia.

O dia 6 de Novembro regista um espectáculo de televisão inédito. Soares e Cunhal, num frente-a-frente, respondem ao país, em quatro horas. No entanto, no dia seguinte, o semanário "O Jornal" dá o título: "Soares e Cunhal; o país sem resposta". A conversa ou o duelo de punhos de renda na televisão, foi mais um exercício de estilo que um debate franco.

Entretanto, Alpoim Calvão visita Braga e, apesar do Exército o tentar deter, o chefe militar do MDLP foge.

Poucas horas após os telespectadores desligarem os seus receptores de TV, os páras fazem saltar os emissores de onda média de Lisboa, da Rádio Renascença. Estamos no dia 7. O VI Governo toma, pela primeira vez, uma medida autoritária no verdadeiro sentido da palavra. Responde com a violência do troil à indisciplina da comissão de trabalhadores da R. R. ou, de outra forma, responde pela bomba à legalidade revolucionária da R. R.. São estes os dois conceitos opostos que se irão como sempre enfrentar – a legalidade dita burguesa e a legalidade revolucionária. O caso Renascença entra no seu penúltimo capítulo, já que o último irá suceder antes do ano terminar, com a entrega ao Patriarcado da emissora católica.

Em Beirolas há manifestação: 200 pessoas estão a apoiar a atitude dos soldados de congelar o armamento no maior depósito de armas do país. As armas devem ser controladas pelos soldados, dizem os ocupantes.

Em Portugal, desfez-se a noção de poder, de sociedade organizada e de estado. Virtualmente Portugal tem dois poderes, um na rua e outro nos gabinetes. Nos Restauradores ocorre um outro caso e outra manifestação: contesta-se Ferreira da Cunha, Secretário de Estado da Informação. Em Santarém, no dia anterior, mortos e feridos, devido a opiniões opostas sobre a Reforma Agrária. Os ânimos escaldam. A agitação popular, por parte dos grupos activistas, vai conhecer um período ímpar.

O Secretário de Estado da Informação é cercado durante 24 horas, a explosão nas antenas da R. R. é condenada pelos manifestantes, que simultaneamente condenam o Ministro da Comunicação Social e o Governo. O objectivo da extrema esquerda deixa de ser a contestação de um ou outro facto e passa a ser a contestação global e o apelo à rebelião. Quem deixasse de ler os jornais do dia 8 ao dia 14, pensaria que tinha chegado a outro país, tal a velocidade da desestabilização do clima social. Isto porque, entretanto fora cercado o Governo, Pinheiro de Azevedo ficara

impossibilitado de sair da sua residência. Os operários da construção civil reivindicavam melhores salários. Não há dúvida que os seus salários eram reduzidos, mas eram os mesmos do tempo do camarada Vasco (Gonçalves) e nessa altura não cercaram a residência do Primeiro-Ministro. É a política de pressão pura e o chefe de orquestra não aparece. Quem comanda a agitação? A FUR? Não nos parece que assim seja exclusivamente, pois o “toque” do PCP ali está. No início da acção da construção civil, quando os deputados da Constituinte ficaram cercados, os únicos a poderem receber alimentos foram os deputados do PCP. No entanto, este partido não era propriamente da oposição, pois estava presente no poder e na Constituinte, órgãos burgueses a destruir.

A encenação golpista continua. Em Tancos, 123 dos 124 oficiais saem da Unidade, apresentando-se no Estado-Maior da FAP (Lisboa)<sup>17</sup>. No dia 17, no Terreiro do Paço e segundo o “Diário de Notícias”, o povo manifestou-se contra o Governo de direita. Milhares e milhares de pessoas enchem aquela praça, de acordo com o referido diário. Otelo apoia a manifestação. Costa Martins está presente.

Um dia depois Otelo começa a conhecer a grande contestação que corre nas altas esferas do MFA. Otelo vai ser demitido. O “Diário de Notícias” escreve um editorial com o título “Aviso prévio para o golpe”. Referia-se a um aviso, publicado uns dias antes naquele jornal, de que estaria em preparação um golpe da Força Aérea, segundo informações de uma Comissão de Vigilância Revolucionária. Como resultado, devido ao clima de agitação que o “Diário de Notícias” ajudou a criar, a dependência deste jornal no Chiado (Lisboa) é alvo de uma bomba.

No dia 19, o Governo suspende as suas funções. O Governo em greve! Última palavra da originalidade do processo português. A Base de Tancos entra em autogestão. O “Diário de Notícias”, órgão oficial da esquerda revolucionária, embora enquadrada pelo PCP, escreve: “Pára-quedistas de Tancos na caminhada para o socialismo”.

---

<sup>17</sup> Em 10 de Novembro, saíram de Tancos 123 oficiais, isto é, todos os oficiais pára-quedistas, com a excepção do Major J. Pessoa e do comandante, Coronel Moura Calheiros. Este viria a abandonar a Unidade em 18-11-1975, em consonância com a directiva do CEMFA, General Morais da Silva que, no dia anterior, tinha mandado passar a licença registada todos os militares pára-quedistas do SMO (cerca de 1200). Ver Manuel Barão da Cunha. Ob. cit., pp. 297 a 300.

O país entra em estado de golpe. Oficiais ditos revolucionários defendem o poder popular armado.<sup>18</sup> Finalmente Fabião diz: “O projecto Povo-MFA é uma realidade que avança”. Os campos estão a definir-se.

Os jornais do Porto falam como se estivéssemos noutra país: “O país já cheira a podre”. “O PCP prepara a tomada do poder”, denuncia Melo Antunes. “O PS de novo na vanguarda, de armas na mão, se necessário”.<sup>19</sup> Esta última frase é de Mário Soares, que sabe estar o golpe a algumas horas de distância. Por isso o secretário-geral do PS mobiliza o país de Norte a Sul, com êxito. De um lado e do outro da barricada, uma multidão e muitos militares. Só falta disparar o tiro de partida. E por mais estranho que pareça, o tiro parte de Rio Maior. A iniciativa é da direita. Durante 12 horas, o país fica partido ao meio, pois Rio Maior cortou as comunicações (terrestres).

Os pára-quedistas de Tancos reagem e avançam para Lisboa. Ocupam o Estado-Maior da Força Aérea Portuguesa, o Comando da Região Aérea (Monsanto) e as Bases do Montijo, Monte Real e Tancos.<sup>20</sup>

Depois, todos se lembram do sucedido. O 25 de Novembro vem terminar praticamente o ano. Acaba um ciclo da revolução ou, na opinião de outros, termina a Revolução Portuguesa!

1975 passará à História como um ano de instabilidade e de radicalização. Nos compêndios da História de Portugal do século XXI, tudo se resumirá a meia página, breve e curta, fria e descomprometida. No entanto, 1975 foram muitas páginas, longas e hesitantes, quentes e comprometidas. 1975 foi o ano que marcou uma geração. 1975 foi um ano inesquecível, pelo bom e pelo mau. 1975 foi o ano mais longo.

---

<sup>18</sup> Ocorreu em 20-11-1975, na Praça Afonso de Albuquerque, em frente aos jardins da Presidência da República, onde, na presença de Costa Gomes e Otelo, foi lido o manifesto do poder popular armado, subscrito por 18 oficiais que, entre outros, incluía Queirós de Azevedo, Mário Tomé, Matos Gomes, Cabral e Silva e Durand Clemente. Ver Manuel Amaro Bernardo. Ob. cit., pp. 576/578.

<sup>19</sup> Para Mário Soares fazer estas declarações públicas, já devia ser conhecedor do plano de operações do “Grupo Militar”, liderado por Ramalho Eanes, onde estava prevista a distribuição de armas a civis. Ver José Freire Antunes. *O Segredo do 25 de Novembro*. Lisboa, Ed. Europa América, 1980, p. 221.

<sup>20</sup> A Base da Ota também foi ocupada pelos pára-quedistas. No entanto, na restantes ocupações foram igualmente utilizadas algumas forças páras que, do antecedente, estavam distribuídas por vários locais da área da “grande Lisboa”. Quanto ao Estado-Maior da FAP, na Avenida da Liberdade, a ocupação foi efectuada por uma força da Polícia Aérea afectada aos revoltosos e ida do DGAFAP (Lumiar). Ver Martinho Simões (ed.). *Relatório do 25 de Novembro de 1975*; Texto Integral. 2 vols. Lisboa, Ed. Abril, 1976, pp. 21 e 83/2.º vol.



## 2

### A IMPRENSA NO PRÉ-25 DE NOVEMBRO

*(...) passámos a divulgar comunicados de denúncia dos “golpes e contragolpes” alimentados pelo PCP e extrema-esquerda. Os jornais utilizados eram “A Luta”, o “Jornal Novo” e o “Expresso”. Coronel Aventino Teixeira, in depoimento de 24-10-2004*

Em princípios de Agosto de 1975, aquando do lançamento público do “Documento dos Nove”, quase toda a Imprensa escrita estatizada (Lisboa), na sequência das nacionalizações do pós-11 de Março, se encontrava enfeudada à linha FUR/PCP: os matutinos “Diário de Notícias” e “Século”, e os vespertinos “Diário de Lisboa”, “A Capital”, e o “Diário Popular”.

O único jornal com grandes tiragens, que restava desde o 25 de Abril, em Lisboa, com abertura aos vários partidos políticos, era o semanário “Expresso”, mercê de uma orientação pluripartidária interna, a nível dos seus quadros redactoriais.

Entretanto, por reacção à manipulação da opinião pública pela esquerda radical, foram surgindo desde Abril de 1975 outros jornais:

- “Jornal Novo”, diário dirigido por Artur Portela Filho, em 17-4-1975;
- “O Jornal”, semanário dirigido por Joaquim Letria, em 1-5-1975;
- “Tempo”, semanário sob a direcção de Nuno Rocha, em 29-5-1975.

No Porto, o diário “Jornal de Notícias” estava igualmente muito influenciado pela linha FUR/PCP, havendo, nesta cidade, uma maior informação independente, com os outros dois periódicos, também diários: “Comércio do Porto” e “Primeiro de Janeiro”.

#### **O “caso República” e a ruptura do PS com o PCP/MFA**

Entretanto já tinha ocorrido o “caso República”, em Maio, quando o socialista Raúl Rego e os jornalistas da sua redacção foram “saneados” pelos tipógrafos. Mário Soares, apesar de saber que o PCP inicialmente não estava por detrás de tal actuação, como declarou numa reunião com o Conselho da Revolução, em 23-5-1975, aproveitou a oportunidade para lançar a suspeita sobre os comunistas, de molde a criar uma

situação de alarme, com a finalidade de suscitar o apoio internacional e a nível interno <sup>1</sup>.

Sobre esta ocorrência escreve Francisco Rui Cádima: <sup>2</sup>

(...) O caso "República" atingiu uma dimensão internacional inesperada, designadamente no que concerne à questão da discussão do tema «liberdade de expressão» numa democracia emergente e foi, sem dúvida, como, aliás, refere Mário Mesquita, numa leitura distanciada dos acontecimentos, para além de um «incidente crítico», «um episódio decisivo da luta política em que se jogava a natureza do regime português» (...).

De facto, depois das grandes manifestações de rua e do debate a nível nacional e internacional, nomeadamente em Paris, o "caso República" levou Mário Soares e Almeida Santos a abandonarem o IV Governo provisório de Vasco Gonçalves, em princípios de Julho, a lançarem graves acusações ao PCP e a pedir a cabeça do Primeiro-Ministro na célebre manifestação da Alameda D. Afonso Henriques, em Lisboa (19-7-1975).

Significativamente, um mês antes, como afirma Kenneth Maxwell: <sup>3</sup>

(...) Como que a confirmar a imagem de inspiração estalinista, Álvaro Cunhal escolheu precisamente este momento para conceder uma entrevista à famosa jornalista italiana Oriana Falacci, que depressa se tornou célebre através de toda a Europa. «Se você pensa que o Partido Socialista com os seus quarenta por cento e os sociais-democratas com os seus vinte e sete por cento constituem a maioria», disse ele e acrescentou: «está a ser vítima de um mal-entendido... Digo-lhe que as eleições não têm nada a ver, ou têm muito pouco, com a dinâmica da revolução... prometo-lhe que não haverá Parlamento em Portugal» (...).

<sup>1</sup> Ver Diego Palacios Cerezales. "O Poder Caiu na Rua (...)". Lisboa, Ed. Imprensa de Ciências Sociais/ICSUL, 2003, p. 149.

<sup>2</sup> Ver "Os «Media» na Revolução (1974-1976)". In J. M. Brandão de Brito (coord.). "O País em Revolução". Lisboa, Ed. Notícias, 2002, p. 333.

<sup>3</sup> Ver "The Making of Portuguese Democracy". Cambridge, Cambridge University Press, 1995, tradução portuguesa. Lisboa, Ed. Presença, 1999, p. 169.

## A Imprensa a partir de Agosto de 1975

A lista dos jornais independentes viria a engrossar, em 25 de Agosto, com o lançamento de “A Luta”, dirigido por Raúl Rego, acompanhado pelos ex-jornalistas do “República”.

Entretanto, a 18 de Agosto, no “Diário de Notícias”, o PCP já tinha reforçado a sua posição com a expulsão de 24 jornalistas. Nuno Rocha publica, em Setembro, a sua versão do sucedido: <sup>4</sup>

(...) Efectivamente após a convulsão, apareceu como director o jornalista Luís de Barros, cujo passado político não era suficientemente conhecido. No entanto, tempos depois, o lugar de subdirector foi dado ao escritor José Saramago, este filiado no Partido Comunista, conforme aliás declarou aos seus camaradas de jornal, no dia em que tomou posse. José Saramago escolheu, depois, colaboradores filiados no Partido Comunista e tornou um dos seus conselheiros o redactor principal do “Diário de Notícias”, Mário Ventura Henriques, cuja trajectória oblíqua dos últimos anos não o afastou completamente do PCP, tornando-o, especialmente dentro do conhecido matutino, defensor da linha do general Vasco Gonçalves.

José Saramago promoveu uma depuração no seio da redacção do “Diário de Notícias”, afastando todos os elementos discordantes da disciplina PCP e os que ficaram acabaram há dias de publicar um manifesto de crítica que lhes valeu uma manipulação de plenário e a sua expulsão pura e simples da redacção. (...)

Na mesma edição, o semanário “Tempo” fazia uma curiosa análise da Imprensa existente em Portugal, aquando da tomada de posse do VI Governo provisório, presidido pelo Almirante Pinheiro de Azevedo. Em nota de rodapé, afirmava que *nos meios da Imprensa são estas as características e as tiragens de cada um dos jornais analisados*. Adiantava ainda que *se sabia apresentarem elevado o número de jornais não vendidos o Diário de Notícias, o Diário Popular, o Jornal de Notícias, A Capital, o Século, a República, O Jornal e o Diário de Lisboa*; e que *até agora apenas decidiram divulgar as tiragens de cada edição o Expresso, o Tempo, o Jornal, o Diário Popular e o Diário de Notícias*, e que *os restantes tentam manter secretas as suas tiragens*:

---

<sup>4</sup> “Tempo” de 25-9-1975.

**Expresso** – 130 000 exemplares

Independente. Conotações com o PPD pelo facto de serem deste partido o director (Dr. Francisco Balsemão) e um dos directores-adjuntos (Marcelo Rebelo de Sousa). Colaboração de tecnocratas. Influência de jornalistas do MRPP. Defensores do socialismo em liberdade e da social-democracia. O jornal português de maior prestígio.

**Tempo** – 110 000 exemplares

Independente. Liberal. Conotações com todos os partidos democráticos. Defensor de um socialismo onde sejam respeitados os princípios da Declaração Universal dos Direitos do Homem. Linha redactorial tentando seguir os exemplos de “Le Monde” e de “Le Nouvel Observateur”.

**Diário de Notícias** – 106 000 exemplares

Subsidiado pelo Estado. Porta-voz do Partido Comunista Português, pelo facto de serem comunistas o seu director adjunto José Saramago e um dos seus redactores principais Mário Ventura Henriques. A sua redacção tem outros jornalistas filiados no PCP, como José Jorge Letria. Editoriais pró-PCP.

**Jornal Novo** – 100 000 exemplares

Independente. Linha heterogênea de esquerda. Oposição rebelde e inconformista às ditaduras. Influências de certo esquerdismo intelectual.

**O Comércio do Porto** – 95 000 exemplares

Subsidiado pelo Estado. Liberal. Defensor da Democracia. Predominância, na sua redacção, de jornalistas não comunistas. Tendência para ser um grande jornal popular.

**O Jornal** – 90 000 exemplares

Independente. Fundado e dirigido exclusivamente por jornalistas. Posição política ainda desconhecida. Indicado nos meios profissionais como tendo conotações com destacados elementos do MFA. Tendência para grandes títulos de 1.<sup>a</sup> página.

**A Luta** – 80 000 exemplares

Independente. Porta-voz do Partido Socialista pelo facto do seu director (Dr. Raúl Rego) ser membro da Comissão Política do PS. Estilo dos grandes jornais informativos, como existem especialmente na Bélgica. Defesa intransigente da Liberdade e da Democracia.

**Diário Popular** – 73 000 exemplares

Subsidiado pelo Estado. Certas influências do MDP/CDE e de outros partidos de esquerda. Tomadas de posição irregulares segundo observação da titulação.

**Jornal de Notícias** – 70 000 exemplares

Subsidiado pelo Estado. Forte influência do PCP e do MDP/CDE,

chegando por vezes a ser considerado um jornal comunista. Grande perda de leitores depois do 25 de Abril.

**O Primeiro de Janeiro** – 70 000 exemplares

Independente. Conservador. Fiel à sua linha de isenção de estilo britânico. Respeito pela verdade e pela Democracia. Recusa da demagogia. Jornal de grande prestígio.

**A Capital** – 60 000 exemplares

Subsidiado pelo Estado. Elevada implantação entre os seus redactores de elementos do MDP/CDE e do PCP. Títulos largos, certa especulação, muito informativo, embora nem sempre inspire credibilidade.

**Século** – 40 000 exemplares

Subsidiado pelo Estado. Fiel porta-voz do Partido Comunista Português. Forte implantação do MDP/CDE. Acção típica de jornal de partido.

**Nova Terra** – 40 000 exemplares

Semanário católico. Porta-voz do Episcopado. Informação de tendência socialista, segundo o que, neste campo, propõe a doutrina da Igreja.

**Diário de Lisboa** – 38 000 exemplares

Subsidiado pelo Estado. Porta-voz do PCP. Tem-se distinguido como defensor da linha do General Vasco Gonçalves. Jornalistas comunistas à frente da sua redacção.

**Luta Popular** – 30 000 exemplares

Órgão oficial do MRPP. Defende a doutrina maoísta e apresenta uma informação polémica e frontal.

**República** – 20 000 exemplares

Subsidiado pelo Estado. Jornal comunista. Inúmeras dificuldades para sobreviver.

### **Quando se começa a falar de guerra civil...**

Ainda nesta edição do Tempo (25-9-1975), é publicada uma coluna de Vera Lagoa, intitulada *Chora, oh meu país bem amado*. Nela está incluída uma divertida provocação a Manuel Serra, que tinha sido vencido por Mário Soares no Congresso do PS, de Dezembro de 1974. Lutava, então, pelo “partido verdadeiramente socialista”, como era desejado por Rosa Coutinho. Transcreve-se esta deliciosa peça humorística:

(...) Para que se saiba como se brinca com coisas sérias (as tais que me dão vontade de chorar), publico parte da lista que

o Manecas das Intentas (vulgo Manuel Serra) forneceu para a composição do V Governo Provisório, evidentemente.

Pois o elenco indicado pelo Manecas, como representação da FSP,<sup>5</sup> era o seguinte:

– Justiça – Marinela Coelho, advogada, antiga J. P. (porque é actual «flirt» do Manecas).

– Assuntos Sociais – Padre Sampaio.

– Educação e Cultura – Rui Carneiro (porque era sócio da «Opinião». Não sei se ele ainda acumula com a Sonap, pois era grande protegido do Manuel Boulhosa)

– Pescas – Carlos Ferreira (porque «ia muito ao cais», visto trabalhar numa empresa de transportes).

– Saúde – Abílio Mendes.

Alguns destes elementos já não fazem parte da FSP. Uns porque discordaram do Manecas – e isso ele não perdoa –; outros porque se afastaram voluntariamente ao constatarem o ridículo em que estavam caindo.

Esquecia-me de dizer que Cunhal não aceitou a lista. Será que ele leva o Manecas a sério?

Ora, quando ia acabar este apontamento, salta-me aos olhos a entrevista do Manecas ao «D.L.», melhor, à brilhante e consequente jornalista Lurdes Féria, em 17 do corrente.

A certo passo, o Manecas das Intentonas ou Manelinho das Intentas, como preferirem, declara ser pelo confronto armado, o que, no meu entender, significa guerra civil. O que vale é que o Manecas chegou sempre atrasado às guerras.

Desta vez é certo. Vou ao restaurante onde o Manecas almoça (restaurante dum dos seus poucos seguidores através dos tempos) e dou-lhe duas bofetadas. Já sei. Já sei que ele tem uma G3. Ai que medo! ... (...)

## A “Guerra” dos comunicados na Imprensa

Salientam-se alguns dos temas tratados na Imprensa em Outubro de 1975.

No dia seguinte às comemorações da implantação da República, o “Jornal Novo” publicava uma original mensagem de Costa Gomes, na sua qualidade de CEMGFA, intitulada *Se*:

<sup>5</sup> Esta “Frente Socialista Popular” também fazia parte da FUR, juntamente com outros partidos de extrema-esquerda.

1. Se um militar não se apresenta perante a população (...); se não compreende que, para a defender tem de ser competente, disciplinado e aprumado, então não é, nem democrata, nem revolucionário, nem digno do MFA.

2. Se um militar põe a sua arma ao serviço da sua própria opinião política individual (...), se não se dá ao esforço de procurar, no interior do MFA, a opção colectiva que melhor represente o consenso dos seus camaradas de armas e do povo que defende, então trai a sua farda, o MFA e o seu país.

3. Se um militar se apresenta diante do povo para forçar a sua própria opção política (...), se não colabora com o MFA, no cumprimento da tarefa histórica que esse povo exige de si, está a facilitar o caminho à direita e comporta-se como um reaccionário.

4. Se um militar admite que um partido político, qualquer que ele seja, se sirva de si (...), então traiu o povo, perdeu o seu brio de homem e de soldado e é indigno do MFA.

5. Se um militar mostra a sua farda em manifestações de interesse partidário (...), então traiu o projecto unitário do MFA, está a dividir os trabalhadores que diz defender.

6. Se um militar se deixa manobrar por organizações clandestinas que afirmam promover a luta de classes dentro dos quartéis (...). Por detrás de um falso progressista está sempre um verdadeiro reaccionário.

7. Se um militar não aceita conscientemente que o cumprimento da missão que, através da cadeia de comando lhe é transmitida, é condição essencial à sobrevivência da revolução (...); se quando é chamado a cumprir uma missão, esquece o contexto geral em que realmente se inscreve a revolução portuguesa e não coloca como critério base de apreciação o êxito da revolução então, julgando que é revolucionário, está a ser objectivamente contra-revolucionário e a criar dificuldades a que se atinja em Portugal uma verdadeira sociedade sem classes onde não haja mais lugar para a exploração do homem pelo homem.

A esta distância temporal da época em questão, e já se sabendo que o MFA estava completamente dividido em termos de projecto de sociedade para Portugal, poder-se-á dizer que se trata de um documento demasiado utópico.

Entretanto a partir do início do mês passaram a circular os mais diversos comunicados denunciando golpes de estado. O "Jornal de Notícias" de 5 de Outubro, titulava:

*Fim de uma longa semana de tensão político-militar*

E continuava com este destaque: “Depois de uma semana de ultra-rápidas mutações político-militares, e quando exactamente se esperava – uma vez ultrapassada a crise provocada pelo comunicado-denúncia do PS sobre um «pretensol golpe de estado» – um fim-de-semana de desbloqueamento político, as forças em presença não permitiram e o país vive, assim, mais um Domingo «difícil»”

Cerca de um mês depois, este tipo de actuação na Imprensa estava, de novo, na ordem do dia.

Em 30 de Outubro, na “Luta”, Álvaro Guerra glosava o tema, no seu “Ponto Crítico”:

*Os Gloriosos Malucos das Máquinas de Escrever*

A tia atacou pela manhã, alarmada e confusa, após a leitura do “Diário de Notícias”.

– Tu, que andaste na tropa, explica-me lá uma coisa: diz aqui no jornal que a Armada vai fazer exercícios de tiro anti-aéreo; ora como a Força Aérea anda a fazer exercícios de voo, não te parece perigoso? ... É que uns andam no ar e os outros dão tiros para o ar...

– Não tia. Os aviões não se iam logo pôr a voar por cima dos tiros. Não é?

– Eu sei lá – duvidou a tia Guilhermina – Até agora, os tiros que eles dão uns aos outros são disparados pelas máquinas de escrever comunicados. E primeiro que acertem! ... Hoje vem aqui um do COPCON, disparado contra aquele major que pôs em pratos limpos a história das armas de Beírolas. Mas não lhe acerta, parece um tiro daquele rapaz de Sacavém, que anda sempre de chaimite...

Poupo os leitores à extensa análise político-militar da tia Guilhermina, que vai nos 92 e continua a coser sem óculos. Transmitirei apenas o desabafo que, sobre a guerra de nervos em curso, a tia emitiu:

– Coisas dos gloriosos malucos das máquinas de escrever!...

No “Jornal de Notícias” de 2-11-1975, além das notícias sobre a existência de suspensão do Secretário de Estado da Comunicação Social, Ten-Coronel Ferreira da Cunha, feita em plenário de trabalhadores do respectivo ministério, não aceite pelo Ministro Almeida Santos, titulava também uma notícia com *Estado-Maior do Exército desmente*

*golpe de estado anunciado por um oficial (da extinta 5.ª Divisão).* O “golpe de direita” previsto para uma data entre 7 e 9 de Novembro seria desmentido pelo Major Cabrinha do EME: “(...) a notícia tem objectivos alarmistas muito claros. Esconde a verdade para lançar a confusão e evitar que as Forças Armadas garantam a sua operacionalidade.”

Dias antes (29 de Outubro) o “Diário de Notícias” e o “Século” já tinham anunciado um previsto “golpe de direita”. E no dia seguinte (3 de Novembro) os mesmo jornais voltariam a publicar comunicados de uma Comissão de Vigilância Revolucionária da FA e dos SUV, sobre planos de uma manobra contra-revolucionária.

Para enfrentar este tipo de propaganda e mistificação da opinião pública, assim como denunciar a acção clandestina dos SUV, o “Grupo Militar” de Ramalho Eanes deverá ter utilizado o Major Aventino Teixeira para “denunciar os possíveis golpes oriundos da esquerda”.<sup>6</sup> Nesse sentido surgiu uma designada (e fictícia) Frente Militar Única, que viria a publicar, em 4 de Novembro, em “A Luta” e no “Jornal Novo”, um comunicado contra o PCP.

Aliás, este oficial, sem se identificar e considerando-se um major encapuçado, já em 9 de Outubro, tinha dado uma entrevista à “Luta”, em que, sobre a origem dos SUV, afirmava:

(...) Na verdade, o PCP tem como vocação a clandestinidade e os SUV, do ponto de vista de um major encapuçado, não são outra coisa senão a continuação do trabalho, aliás maravilhoso quanto a organização, da ainda não desmantelada 5.ª Divisão do EMGFA, da organização do PCP dentro do Exército, dentro das FA. Os SUV são apenas a continuação da luta do PCP nas estruturas militares. O PCP tenta dominar o aparelho do Estado e deste faz parte o aparelho militar. Conseguiu quase tudo dominar: os órgãos de Comunicação Social e a chave fundamental constituída pelos elementos da polícia política, tida como a mais competente do Mundo – a PIDE/DGS. Foi aí que o PCP deu o seu golpe no dia 26 de Abril de 1974, invadindo o cérebro, o computador das informações políticas de nove milhões de habitantes.

---

<sup>6</sup> Ver Jean Pierre Faye. “O Portugal de Otelo; A Revolução no Labirinto”. Lisboa, Ed. Socicultur, 1977, p. 92.

Curiosamente no dia seguinte (10-10-1975), o semanário "O Jornal", de Joaquim Letria, publicava uma entrevista com Otelo Saraiva de Carvalho, feita por jornalistas sul-americanos para revistas peruanas e argentinas, dizendo que a mesma constaria igualmente do vespertino "A Capital" desse dia. Saiu com o título de 1.ª página: *Otelo Saraiva de Carvalho: «Quem sabe se um dia me engano e monto o cavalo do poder».*

Quem o conheceu pessoalmente, poderá afirmar que, nesta entrevista o Comandante-adjunto do COPCON, assume-se na verdadeira dimensão de um militar encantado com a revolução..., mas com a noção das suas limitações em termos políticos. Na "entrada", "O Jornal" resume de forma interessante o seu conteúdo:

Se desejasse estaria a governar o País, mas prefiro sempre trabalhar em conjunto com outros homens que confiam no povo.

(...) Interrogado sobre se o cavalo do Poder já passou à sua porta, Otelo Saraiva de Carvalho diz que sim, que já chegou mesmo a entrar-lhe «pela porta dentro». Porque não o montou, foi-lhe perguntado. «Não tenho ambições de Poder», respondeu. Otelo crê que o cavalo pode voltar a passar («Já passou tantas vezes...») e comenta: «Quem sabe se um dia me engano e o monto».

Otelo Saraiva de Carvalho anuncia ainda: «Não penso demitir-me e não considero haver ainda neste País quem tenha suficiente coragem para me demitir.»

## **O Dogma Socialista segundo Saramago**

José Saramago, o Prémio Nobel português do final do século xx, apesar da queda do Muro de Berlim em 1989 e da sequente implosão da URSS, nunca conseguiu demarcar-se do PCP, onde era militante em 1975<sup>7</sup>.

Será curioso debruçarmo-nos sobre o livro<sup>8</sup>, que publicou em Janeiro de 1976, onde transcreve os seus artigos de opinião saídos no "Diário de Notícias", fazendo a apologia da revolução marxista-leninista do PCP, com o apoio de determinados elementos do MFA, encabeçados pelo General Vasco Gonçalves, Primeiro-Ministro dos II, III, IV e V Governos provisórios.

<sup>7</sup> Ver "Tempo" de 25-9-1975.

<sup>8</sup> Ver "Os Apontamentos". Lisboa, Ed. Seara Nova, 1976.

Como refere António Costa Pinto <sup>9</sup>, “os relatórios oficiais sobre o processo de saneamento declaravam, em Fevereiro de 1975, que tinham sido afastadas ou suspensas das suas anteriores posições, por meio legais ou ilegais, cerca de 12 000 pessoas” e, em 25 de Novembro desse ano, “quando o movimento de saneamento foi interrompido, este número aumentara para aproximadamente 20 000”.

Entre os saneados na Comunicação Social, destacaram-se os 24 jornalistas expulsos do “Diário de Notícias”. Esta manobra foi executada pela dupla Luís de Barros/José Saramago, então directores do jornal, através da habitual manipulação dos plenários de trabalhadores, neste caso, tipógrafos.

Três dias depois (e passadas duas semanas do lançamento do “Documento dos Nove”), Saramago escrevia, com o título “As Grandes Manobras”, que se transcreve na íntegra: <sup>10</sup>

Não se refere o título de hoje àquelas manobras de que foi teatro esta casa, com ávida curiosidade de nacionais e estrangeiros, gulosos de um outro caso “República” e dos proveitos políticos que tais casos dão, num mundo que parece viver suspenso dos ditos e feitos portugueses. Para manobras dessas chegaram e hão de continuar a chegar os trabalhadores do “Diário de Notícias”, muito mais conscientes politicamente do que estimariam os pescadores de águas turvas ao lançarem as suas redes no fito óbvio de uma pescaria que aproveitasse o lance geral: a ocasião era propícia, o poder esborado entre boatos e alarmes, a meteorologia

---

<sup>9</sup> Ver “Enfrentando o Legado Autoritário na Transição para a Democracia (1974-1976)”, in J. M. Brandão Ferreira (coord.). “Revolução e Democracia”. Lisboa, Ed. Notícias, 2001, p. 364.

<sup>10</sup> Ver “Diário de Notícias” de 21-8-1975. A transcrição é feita “ipsis verbis”, não tendo sido autorizado o revisor a corrigir a pontuação.

Três semanas depois, à semelhança de autores como Vergílio Ferreira, Natália Correia e Eduardo Lourenço, que utilizavam “A Luta”, o “Jornal Novo” e o “Expresso” para denunciar a degradação da revolução, Miguel Torga escrevia um poema intitulado “Lamento” (Antologia, 1999):

*Pátria sem rumo, minba voz parada/ Diante do futuro!// Em que rosa-dos-ventos bá um  
caminho/ Português?/ Um brumoso caminho/ De inédita aventura, Que o poeta, adivinbo/  
Veja com nitidez / Da gávea da loucura?*

*Ab, Camões, que não sou, afortunado!// Também desiludido/ Mas ainda lembrado da  
épopeia.../ Ab, meu povo traído/ Mansa colmeia/ A que ninguém colbe o mel! .../ Ab, meu  
pobre corcel/ Impaciente,/ Alado/ E condenado/ A choutar nesta praia do Ocidente.../*

prometendo bom tempo para mandar avançar as hostes e ganhar com isso. Já, mas também, e sobretudo, no futuro. Gente que tão palavrosamente fala em trabalhadores e em poder popular, encontrou pela frente esses trabalhadores e o poder que eles são. E, tendo encontrado, não gostou. Falta realmente quem escreva um "Tratado da Hipocrisia Política", para o qual abundam os temas e os sujeitos...

Porém, doutras e mais graves manobras havemos de falar, doutro e mais vasto campo, onde desde há semanas se desenrola uma operação de estilo, ao mesmo tempo pública e secreta. De público que sabe o público, que sabem os leitores, os ouvintes, os portugueses? Que o M. F. A. é hoje uma saudade e uma mitologia, depois de ter sido o pólo de convergência ao parecer capaz de promover e realizar um trabalho político sem ambiguidades de projecto e programa e, determinado por uma vontade socialista inimiga radical das servidões capitalistas ou neofascistas. Ao começar o M.F.A. não sabia muito: aprendeu ou desaprendeu na prática e no contacto directo com o povo, mas principalmente não pôde (não puderam ou não quiseram muitos dos seus elementos) manter-se afastado do manobristo político. Depois (a carne é fraca...) alguns dos seus vultos mais gloriados descobriram-se entendidíssimos em obra política, hábeis negociadores, subtis arranjadores de alianças.<sup>11</sup> Começou o tempo dos gabinetes, das conspirações palacianas, das frases de efeito, da demagogia descontrolada, da obsessão de um poder menos transitório do que parecia prometer a dinâmica de um processo revolucionário de base. O M.F.A. fragmentou-se, pulverizou-se, como um pequeno universo em expansão, e acompanhou assim, satélite ou satelizando, as diversas forças políticas civis, até chegarmos todos a esta magnífica confusão. Eis pois as grandes manobras.

E que vemos nós? Excelentes militares desempenhando o papel de medíocres políticos, digladiando-se a golpes de documentos de todos os calibres, perante uma assistência popular decepcionada, aflita por tudo quanto vê e tudo quanto teme. Por essas salas e corredores marciais, grupos de pessoas, sobre cujas cabeças pesam a responsabilidade deste passado recente e de um futuro que ameaça, decidem dos destinos do povo português. De uma hora para a outra, a situação modifica-se, as tensões

---

<sup>11</sup> Queria referir-se aos oficiais do "Grupo dos Nove" e, nomeadamente, ao então Major Melo Antunes.

mudam de lugar, perde quem parecia ganhar, ganha quem ia perder, numa espécie de valsa louca que arrasa os nervos e acabará por fazer desta terra um país de cardíacos...

O caso não tem graça e nem o melhor humorista lusitano conseguiria levantar um sorriso, mesmo ténue, à custa dele. É que, nestas grandes manobras, enquanto as forças se movem na paisagem, enquanto se ocupam e abandonam posições, enquanto o exército marcha, a aviação voa e a marinha navega, enquanto se erguem bandeiras e tendas de campanha, enquanto se parlamenta e ornamenta, enquanto as guardas avançadas se miram e as retaguardas se distraem – nestas grandes manobras, como em quantas se fazem, alguém tem a responsabilidade de rachar a lenha, tarefa necessária mas pouco brilhante, e cansativa. Arriscada, também.

Uma pessoa, ao menos, conservou o espírito do M.F.A.. Outros terão parte ainda, esse tem o todo. É o general Vasco Gonçalves, que está nas manobras como rachador de lenha. Bem o ouvimos daqui, bem o vemos, bem lhe queremos. Seja o que for que traga o dia de amanhã – e a grande manobra.

Os artigos constantes do referido livro estão datados a partir de 15-4-1975 e terminam com o de 24-11-1975. No prefácio, a certa altura, esclarece a utilidade do seu conteúdo, afirmando “a de comprar-me na fácilíssima verificação de que os recentes acontecimentos, isto é, as consequências imediatas do 25 de Novembro, confirmaram a exactidão dos juízos e previsões que quase diariamente vinha fazendo? De modo algum. Nunca teria estimado tanto enganar-me.”

Diz ainda que o livro será “uma espécie de nível aferidor, de certa maneira capaz de ajudar a localizar onde e quando, no tempo e na acção política, o processo (revolucionário) sofreu o seu mais grave desvio desde o movimento do 25 de Abril”

Curiosamente, em todos os seus escritos, nunca abordou o tema do “Direitos Humanos”, que foram bastante limitados e violentados em várias camadas da população portuguesa, pela acção nefasta do seu Partido.

Muito interessante é a crítica feita no artigo publicado quatro dias antes do 25 de Novembro, tendo como alvo Pinheiro de Azevedo e o VI Governo provisório:

(...) Cabe ao Presidente da República fazer ele próprio a sua opção de classe: ou ao lado dos trabalhadores, ou contra eles.

Ao pretender intimidá-lo com o juízo da História, o almirante Pinheiro de Azevedo supõe ser a História. Sem dúvida lhe reconhecemos nela um lugar, um mesquinho parágrafo, picaresco às vezes, danoso sempre. E o seu Governo (o tal que vinha para ficar...) acompanhá-lo-á: é uma corte digna desta abortada vocação de César, que falava de socialismo sem de socialismo entender uma palavra... É no passado que falamos já de Pinheiro de Azevedo: realmente, que futuro poderia haver para nós com este homem e este Governo?

O artigo publicado na véspera do golpe dos pára-quedistas (ma-drugada de 25 de Novembro), com a ocupação da quase totalidade das bases aéreas, também é significativo, terminando com a ameaça de que “a paciência do povo não vai durar sempre”:

(...) Assim sendo, como resolver a questão? Serem os militares na acção o que constantemente dizem ser nos gabinetes e nas declarações públicas: socialistas, revolucionários socialistas. Tendo antes, claro está, e de uma vez para sempre, entendido o que o socialismo é. Porque socialistas não são nem para lá caminham os Pires Veloso, os Jaime Neves, os Altino de Magalhães que do socialismo se vangloriam contra a clarividência dos seus actos. Aí tem o Conselho da Revolução uma boa bitola para se guiar: enquanto em nome da fraternidade militar e do companheirismo de quartel e de classe se prolongarem alianças verdadeiramente contranaturais, a Revolução não avança. E não avançando, morre. Meditem nisto os dignos conselheiros, durante o tempo que estiverem reunidos hoje. Feito isto, tomem decisões dignas da Revolução Socialista que dizem dirigir. (...)

Neste aspecto José Saramago tem toda a razão para afirmar que a Revolução Socialista ia morrer, com o contragolpe de 25 de Novembro, pois, assim, foi reposta a Democracia pluralista prometida no programa do MFA, e acabou a perspectiva do processo revolucionário conduzir ao regime de partido único, que ele e o PCP defendiam.

### **Ainda a Imprensa “Independente”...**

Analisemos agora, de forma aleatória, mais algumas edições de “A Luta” e do “Jornal Novo” referentes aos dias que antecederam o 25 de Novembro.

No dia 15, "A Luta" titulava em 1.<sup>a</sup> página: *O PC joga em força na «Manif» de amanhã, e acrescentava que poderá constituir o maior e o mais grave de todos os passos percorridos até agora pelo PCP e satélites, no assalto ao poder, com total desprezo pela vontade expressa do Povo Português.* Outro título: *Mobilização Geral – apelo do PS,* afirmando que o Secretariado Nacional do Partido Socialista garante que o *golpismo e a reacção não passarão.* Ainda nessa página, além de um editorial, titulado com *Para Nova Ditadura?*, referia, em relação ao sequestro do Governo e da Assembleia, dias antes: *Agitadores estrangeiros entre os trabalhadores da construção civil – denuncia o Governo.*

Também na 1.<sup>a</sup> página, o "Jornal Novo", de 18 de Novembro, inseria uma fotomontagem, com divisão entre o Norte e o Sul do País. Na primeira colocava os rostos de Mário Soares, Pinheiro de Azevedo, Sá Carneiro, Pires Veloso, Freitas do Amaral e Tomás Rosa. Na outras os de Álvaro Cunhal, Otelo, Rosa Coutinho, Pereira de Moura, Tengarrinha, Isabel do Carmo e José Viana. O editorial de Artur Portela intitulava-se *Os Dois Portugais* e caracterizava o Norte como socialista e democrático e o Sul como comunista e de extrema-esquerda. Ainda nessa página, uma coluna do chefe de redacção José Sasportes, *A quem aproveita?*, voltava a referir a actuação do "Diário de Notícias" e do "Século" sobre os golpes de estado periodicamente agendados por este tipo de Imprensa. No topo da 1.<sup>a</sup> página ainda o título: *Brigadeiro Franco Charais ao «JN»: Os homens que estão no poder não precisam de dar golpes.*

Verifiquemos as 1.<sup>as</sup> páginas dos dois diários atrás referidos, publicados no dia 19 de Novembro.

"A Luta", além de duas colunas editoriais distintas (*A força ao serviço de quem?* e *A reacção não passará*), titula: *Manobras politico-militares atacam desesperadamente a posição do actual Governo.* Para ilustrar insere por baixo as caricaturas de Álvaro Cunhal, Isabel do Carmo, Manuel Serra e Tengarrinha, cantando num coro: *Abaixo o VI! Abaixo o VI!...*

Entretanto o "oficial dos contactos com a Imprensa" (Major Aventino Teixeira), do "Grupo Militar" passava a utilizar uma nova designação nos seus comunicados clandestinos: *As Unidades dizem «Não» à manobras do PCP/FUR – afirmam as Brigadas de Vigilância*

*Revolucionária das FA* era outro título da 1.<sup>a</sup> página de “A Luta”. E esclarecia, a seguir:

O “comité” coordenador das Brigadas de Intervenção e Vigilância Revolucionária das Forças Armadas acaba de emitir um comunicado em que denuncia e desmascara a prática golpista e anti-golpista de “elementos bem conhecidos da extinta e agora clandestina 5.<sup>a</sup> Divisão, ligada a elementos do ex-gabinete de Vasco Gonçalves e do COPCON, bem como do actual gabinete do Primeiro-Ministro”. Nesse comunicado, as Brigadas de Intervenção começam por afirmar que “os pseudo-revolucionários” de esquerda têm vindo, nos últimos tempos, a esbarrar com uma intransponível barreira por parte das Unidades militares que, através dos esforços destas Brigadas, dizem “Não” a qualquer intervenção suicida provocada por boatos e contra-boatos anedóticos, intervenções de comités de vigilância revolucionária e outras “iscas” de estilo diverso, que põem em sobressalto a maior parte do País, já causticado e exausto de técnicas desta natureza.

A edição do “Jornal Novo” da mesma data (19-11-1975) inseria, na 1.<sup>a</sup> página, uma elucidativa fotomontagem sobre o referido tema. Num painel encimado por “Teatro Variedades”, o nome da peça teatral: *«Hoje Há Golpel!»*, em 2 sessões: *um espectáculo moderno, original, diferente com 50 000 G3, 500 chaimites, 150 aviões e 15 alouettes*. Estavam implantadas também as caras dos artistas: Pinheiro de Azevedo, Vasco Lourenço, Franco Charais, Pizarat Correia, Pires Veloso e Moraes da Silva. E em baixo: Poema – J. Saramago; Música – J. J. Letria; Encenação – J. Benite; Assistente – M. V. Henriques. No editorial, Artur Portela Filho titulava: *Ódio à Constituinte* e José Sasportes criticava os comunicados anónimos, dizendo que eles “não constroem o país”. Finalmente, uma notícia com grande realce referia: *Comandos Militares: problema por resolver*.

Outra peça jornalística a merecer destaque, foi uma mesa-redonda em moda na altura, que viria a ser publicada no “Expresso”, três dias antes do 25 de Novembro. O subdirector Augusto de Carvalho convidou para o efeito representantes dos 123 oficiais que tinham saído da Base Escola de Pára-quedistas de Tancos, havia cerca de duas semanas: o Ten-Coronel Ferreira Moraes e os Capitães Mário Pinto e António Brás; entrevistaram também os Alferes miliciano José Salvado

e soldado-aluno António Luís Salvação, solidários com a posição daqueles oficiais. O jornalista destacou vários pontos:

1. Para este grupo há muito que um determinado partido político se havia infiltrado na Unidade, procurando minar os seus alicerces, a fim de desagregarem as Forças Armadas, desagregação essa meio poderoso para a conquista do poder. Embora nenhum dos oficiais lhe pronunciasse o nome claramente, da conversa resultou, sem margem para dúvidas, que nas suas mentes estava presente o PCP.

2. Esse determinado partido já havia tentado acção semelhante com os Comandos da Amadora, ao que se opôs Jaime Neves, apoiado, num segundo tempo, pelo comandante do COPCON, que reconheceu a manipulação. Também Jaime Neves acusou o PCP.

3. Outra acção com o mesmo objectivo se verificou na Escola Prática de Infantaria de Mafra, aquando da detenção de uma praça na Trafaria <sup>12</sup>.

4. Afirma este grupo que o caso da destruição dos emissores da Rádio Renascença foi apenas um episódio que serviu para despoletar a marginalização dos oficiais de Tancos.

Em próximo capítulo voltaremos ao tema, visto que este subdirector do "Expresso", viria a publicar, em 1976, uma elucidativa reportagem, resultante de novos contactos e conversas com alguns destes oficiais, intervenientes na actuação da Força Aérea, no 25 de Novembro.

### **A análise da Comissão de Inquérito ao 25 de Novembro**

Para comparação com a actuação dos jornais "independentes" atrás referidos, transcrevem-se, sem comentários, as conclusões da Comissão de Inquérito em relação à Imprensa antes do 25 de Novembro: <sup>13</sup>

Analizado o conteúdo de alguns órgãos de Informação escrita no período que decorre entre a tomada de posse do VI Governo Provisório (19-9-1975) e o 25 de Novembro de 1975, inclusive, uma vez que a primeira está directamente relacionada com um dos mais relevantes acontecimentos do conjunto dos que constituíram

---

<sup>12</sup> Foi um furriel e um cabo. Ver depoimento do Tenente-General Aurélio Trindade, neste trabalho.

<sup>13</sup> Ver Martinho Simões (ed.). "Relatório do 25 de Novembro de 1975; Texto Integral". Lisboa, Ed. Abril, 1976, 1.º vol., pp. 171 a 173.

as causas próximas da conjura – a formação do VI Governo Provisório –, obtiveram-se as seguintes conclusões:

– Os órgãos que mais se distinguiram no período citado foram: o “Século”, o “Diário de Notícias” e o “Diário de Lisboa”.

– Dos artigos publicados por este conjunto de jornais, nas suas primeiras páginas, mais de metade centraram as atenções do público leitor em acontecimentos de política nacional (...);

– Dos artigos anteriormente referidos, cerca de metade eram desfavoráveis ao VI Governo Provisório; (...)

– De acordo com esta orientação, verificou-se, na prática, uma manipulação constante e progressiva da opinião pública, conduzida diariamente por aqueles jornais que, assim, desrespeitaram e enganaram o seu público leitor pela distorção sistemática dos factos.

– A hostilidade desencadeada contra o VI Governo Provisório começa após a sua posse, pois publica-se:

**“Diário de Notícias”** (20-9-1975)

“Permanente vigilância... Manteremos... uma posição crítica permanente aos actos do novo Governo”.

**“Século”** (20-9-1975)

“Grandes batalhas no horizonte”.

**“Diário de Lisboa”** (30-9-1975)

“A mais ou menos curto prazo haverá um confronto violento”.

– Esta hostilidade vai-se intensificando ao longo do período apresentado, e, pouco tempo antes da eclosão da conjura, o carácter é já de hostilidade aberta, a tal ponto que pode ser considerada como precursora dos acontecimentos ocorridos em 25 de Novembro, como se pode verificar através das seguintes transcrições:

**“Diário de Notícias”**

20-11-1975: “O País sem Governo”. Opinião do Diário de Notícias – A alternativa ao golpe militar.

21-11-1975: “O povo exigiu em Belém um Governo de esquerda”.

Na verdade, um Governo que a si próprio se suspende, está por definição demitido: pretender-se Governo para além da sua própria decisão, seria um disparate político se não fosse claramente uma chantagem... Chegou a hora da verdade. Durante dois meses, o VI Governo manobrou de todas as maneiras para travar o processo revolucionário e enganar as massas trabalhadoras... É no passado que falamos já de Pinheiro de Azevedo: realmente que futuro poderá haver para nós com este homem e com este Governo?”

22-11-1975: Oficiais revolucionários defendem o poder popular armado... O manifesto termina com vivas à revolução socialista

e ao poder popular armado, garantindo que os sargentos e oficiais revolucionários, os soldados, os operários, os camponeses, vencerão unidos.”

24-11-1975: “A hora é de avançar- afirmam os SUV de Lisboa”.

25-11-1975: “Partidos progressistas mobilizam militantes”.

### **“Século”**

11-11-1975: “PRP defende insurreição armada... Existem, neste momento, em Portugal, condições objectivas para uma insurreição armada vitoriosa... A ideia do golpe militar de esquerda nasce com certa facilidade da situação actual. Conhecendo a fidelidade de grande parte dos oficiais do Exército e da Marinha ao processo revolucionário e conhecendo também a posição que têm ao nível do comando das Unidades, fácil é pensar num esquema que se baseia na saída concertada dessas Unidades, numa solução do tipo da do 25 de Abril.”

18-11-1975: “VII Governo à vista?”

### **“Diário de Lisboa”**

20-11-1975: “O VI morreu, viva o VII”

25-11-1975: “Impondo a demissão de Morais da Silva, «páras» progressistas controlam a Força Aérea”

O panorama descrito sobre a Imprensa escrita, numa época em as edições eram muito superiores às actuais (mantém-se a excepção do “Expresso”), apesar da já importante influência da Rádio e da Televisão, dá-nos uma razoável aproximação à realidade vivida na época. Os jornais de ambos os lados da “barricada”, acabaram por se envolver na luta política, misturando, muitas vezes, reportagem com opinião, de modo a defenderem acerrimamente a sua opção editorial.



### 3

## A RÁDIO E O 25 DE NOVEMBRO

*(...) Rejeitamos a sociedade em que não se respeita a liberdade da missão doutrinal da Igreja e se lhe rouba um instrumento essencial dessa missão: a nossa Emissora Católica, a Rádio Renascença*  
(...) D. Francisco, Arcebispo de Braga, em 10-8-1975.

Em 1975, as emissoras de Rádio em Portugal continuavam com grande importância, como o meio mais expedito de ligação às massas e também de maior impacto alargado a todos os recantos do território.

As três principais emissoras eram a Emissora Nacional, o Rádio Clube Português e a Rádio Renascença. Todas elas tinham colaborado na campanha de intoxicação da opinião pública, preparatória do clima que levou ao desencadeamento do golpe em 25 de Novembro.

Segundo Francisco Cádima <sup>1</sup>, a Emissora Nacional, “que se havia libertado da 5.<sup>a</sup> Divisão, voltava a 25 de Novembro a ser alvo dos ex-directores, saneados meses antes em reunião geral de trabalhadores, mas agora «ao serviço de Otelo e do poder popular»”.

E acrescentava este autor: “A tentativa de dissuasão e ocupação do COPCON acaba por não surtir efeito, apesar das forças fiéis a Otelo terem colocado a emissão no ar, com cantigas como «Vamos camaradas em armas pegar», recusando-se a passar o comunicado da Presidência da República, em que Costa Gomes declarava o «estado de sítio» em Lisboa. A Emissora Nacional estava, no entanto, «armadilhada» e a emissão nacional havia sido comutada para o Porto, para o emissor regional do Norte.”

### **Emissora Nacional no apoio e incitamento à conjura desencadeada**

O Relatório Oficial do 25 de Novembro dá-nos uma perspectiva do sucedido nesta emissora: <sup>2</sup>

<sup>1</sup> Ver “Os «Media» na Revolução (1974-1976)”. In J. M. Brandão de Brito (coord.). “O País em Revolução”. Lisboa, Ed. Notícias, 2001, pp. 348 e 349.

<sup>2</sup> Ver Martinho Simões (ed.) “Relatório do 25 de Novembro de 1975; Texto Integral”. Lisboa Ed. Abril, 1976, 1.<sup>o</sup> vol, pp. 136 e 137.

– Os procedimentos de grande parte dos intervenientes ouvidos, nos acontecimentos verificados em 25 de Novembro nesta estação emissora, foram fortemente influenciados pela sua ideologia política. Com efeito, sobressaíram grupos de pessoas com comportamentos semelhantes, correspondendo a correntes políticas definidas, pelo que se verifica a existência, na altura, de um ambiente de desconfiança interna, aliás agudizado face aos acontecimentos desse dia.

– Parece, no entanto, ter reinado entre a grande maioria dos trabalhadores da EN uma acentuada confusão perante a situação que se vivia no 25 de Novembro, por ignorância total ou parcial do que realmente se passava.

Esta confusão foi mais flagrante no Emissor Regional do Sul (Faro), onde a falta de esclarecimento foi ainda mais acentuada do que a que se verificou em Lisboa.

– Os trabalhadores vinculados a certas forças políticas de esquerda<sup>3</sup> tentaram aproveitar-se dessa carência de esclarecimento da maioria para fazerem reverter, em proveito dessas forças, a evolução dos acontecimentos, tendo sido notório o esforço que desenvolveram para se manterem informados.

– Não se detectaram, porém, indícios de um planeamento antecipado, visando a apropriação das emissões em ligação directa com evolução dos acontecimentos exteriores de carácter militar.

Houve uma acção um tanto desconexa de alguns elementos que, conhecendo o impacto da informação falada, em momento oportuno, junto das populações, se serviram dela com fins tendenciosos, aproveitando a sua posição dentro da EN para alterar programas pré-estabelecidos, visando um apoio às forças conjuradas e seus suportes políticos.

– A acção destes elementos tornou-se mais objectiva após a chegada ao “Quelhas 2” do grupo de oficiais que se autoproclamou como “Nova Direcção”<sup>4</sup>

– O que é facto é que forças e elementos militares orientados de dois pontos “focais” – COPCON e SDCI –, ocuparam ilegalmente parte do aparelho da EN e, apoiando-se ou servindo-se de alguns trabalhadores ali em serviço, assenhorearam-se temporariamente das emissões, orientando o seu conteúdo (e os seus efeitos) para o apoio à conjura já em marcha e para o incitamento a uma acção generalizada.

<sup>3</sup> PCP e “esquerda revolucionária”.

<sup>4</sup> Um deles era o Capitão Passanha de Oliveira, em ligação com o SDCI, chefiado pelo Capitão-Tenente Almada Contreiras.

Um dos documentos lidos, na Emissora Nacional, pelas locutoras Edite Sombreiro e Manuela Nobre, em 25 de Novembro (19H00), foi uma carta aberta anónima ao Presidente da República, que terminava dizendo: “a melhor maneira de evitar a guerra civil é fazer justiça duramente contra os exploradores e actuar revolucionariamente a favor dos explorados e oprimidos e não ceder a chantagens e golpismos reaccionários (...)”

Outra declaração, datada de 25-11-1975, também lida aos microfones desta emissora, era assinada pelo General Otelo Saraiva de Carvalho, pelos Almirantes Rosa Coutinho e Filgueiras Soares e pelos Capitães-Tenentes Almada Contreiras e Martins Guerreiro:

Os membros do MFA abaixo identificados consideram seu dever tornar público perante as Forças Armadas e a totalidade do Povo Português de que aquelas são parte, a posição de discordância que assumiram no último Conselho da Revolução efectuado em 24/25 do corrente, quanto à nomeação do Sr. Cap. Lourenço para o alto cargo de Governador Militar de Lisboa.

Os abaixo assinados desvinculam-se em absoluto de uma decisão ditada exclusivamente por razões políticas que nenhuma relação tem com os motivos de ordem técnico/militar, não merece a aceitação da maioria da guarnição militar de Lisboa e suscita a mais profunda e justificada desconfiança às massas trabalhadoras.

Até parecia que os “representantes” da “esquerda revolucionária” e do PCP, no Conselho da Revolução, tinham chegado a acordo e se encontravam juntos na contestação às decisões deste órgão de soberania.

Aliás, tal já acontecia nesta e noutras emissoras e o desencadeamento do golpe dos pára-quedistas revoltosos de Tancos, com ordem de saída a partir do COPCON, depois de terminar aquela sessão do Conselho da Revolução, é bastante elucidativo.

### **O comportamento da “Emissora da Liberdade” (RCP)**

Dias depois dos acontecimentos, o jornalista Torquato da Luz<sup>5</sup> apontava “como uma das causas do 25 de Novembro a campanha de intoxicação da opinião pública promovida nomeadamente pelo

---

<sup>5</sup> Ver “Jornal Novo” de 2-12-1975, citado por Francisco Cádima. Ob. cit., p. 348.

DL, DN, Século e Rádio Clube Português, referindo os efeitos catastróficos da escalada de certo partido <sup>6</sup> visando o controlo dos meios de informação, que foi sistemática e implacável e da aliança tática que esse partido entendeu fazer com a esquerda aventureirista implicada nos acontecimentos.”

Esta posição era defendida por Mário Soares, no mesmo jornal: *“O PC tem grandes responsabilidades nos acontecimentos do 25 de Novembro, e não posso esquecer que, na preparação do golpe, os órgãos de comunicação social manipulados pelo PC desempenharam um papel relevante na preparação do clima que levou ao golpe”*.

A título de exemplo, recorde-se o conteúdo do noticiário das 7H00, do RCP, divulgado pelo locutor Pedro Varandas:

“– Lido um comunicado do Conselho da Revolução;

“– Comunicado da Escola Prática de Artilharia (EPA/Vendas Novas, da RMS): “Os soldados repudiam a decisão do CR, que mantém a nomeação do Capitão Vasco Lourenço para comandante da RML, apoiando o General Otelo, a quem manifestam um voto de confiança revolucionária;

“– Comunicado da Escola Prática de Administração Militar (EPAM), convocando todos os militares de licença para se apresentarem na Unidade;

“– Lida a notícia das barricadas de Rio Maior.

Verifiquemos alguns excertos do noticiário de uma hora depois (08H00), lido pelo locutor Rui Pedro:

“– Referência à convocação feita às 03H00, pela DORL do PCP, dos seus militantes e simpatizantes para os centros de trabalho, e referência ainda a apelo idêntico do MDP/CDE.

“– Um comunicado da UDP, classificando as medidas tomadas pelo CR de «reaccionárias» e pedindo medidas firmes do povo para a oposição à demissão do General Otelo (...);

“– Comunicado conjunto do PRP e MES que considera chegada a hora de “dar uma lição à burguesia” (...). Classifica a atitude do Coronel Jaime Neves de «provocatória», andando a «pavonear-se». Termina com palavras de ordem dando vivas ao «poder popular» e abaixo o VI Governo.

---

<sup>6</sup> É interessante verificar que, mesmo depois do 25 de Novembro, ainda o PCP era designado por “certo partido”.

Analisemos quais foram as conclusões da Comissão de Inquérito do 25 de Novembro em relação ao comportamento desta estação emissora: <sup>7</sup>

– *Verifica-se ter havido colaboração directa do RCP na conjura do 25 de Novembro.*

– Relativamente aos noticiários emitidos das 7 às 12 horas, nota-se já um exagerado realce de leitura de comunicados de diversos partidos políticos e outras organizações <sup>8</sup>, todos eles atacando decisões tomadas pelo Conselho da Revolução (alguns deles em termos injuriosos e nitidamente tendenciosos). Se esta responsabilidade não pode, por si só, ser atribuída ao RCP, uma vez que apenas procedia à leitura dos comunicados, o mesmo já não poderá dizer-se da insistência da leitura de alguns deles.

– A partir das 12 horas, altura em que é noticiada, pela primeira vez, a conjura de 25 de Novembro, já a actuação do RCP pode considerar-se culposa, na medida em que, não só abertamente não aceitou, em determinada altura, as decisões do CEMGFA, nos respeitante à divulgação de notícias relacionadas com a acção das tropas pára-quedistas, como, mesmo após ter sido resolvida, pelos trabalhadores da própria empresa, a suspensão completa de noticiários, se verificou, por parte de alguns deles, afectos ao sector informativo, uma decisão em contrário, que levou às intervenções verificadas entre as 21 e as 22 horas em OM e, depois desta hora, em FM.

– Não pode deixar de se realçar que o estado de emergência tinha sido declarado pelo Presidente da República e que o RCP conhecia as limitações a que se obrigava no aspecto informativo, de acordo com o mesmo.

<sup>7</sup> Ver Martinho Simões (ed.). Ob. cit. vol. 1, p. 153.

<sup>8</sup> Um dos últimos, por Rui Paulo da Cruz, foi o da "Inter-comissões de Soldados e Marinheiros, onde se afirmava:

"– Que a situação grave a que se chegou é o resultado da política dos partidos burgueses no Governo;

"– Que a suspensão dos direitos democráticos e da liberdade de Imprensa é um grave atentado às conquistas alcançadas;

"– Que não estão dispostos a ser carne para canhão, nem executores de uma guerra civil, estando dispostos a lutar firmemente de armas na mão até à morte;

"– Que apelam à firme vigilância revolucionária pelos soldados nos quartéis e à concentração do povo junto dos mesmo quartéis."

Pelo sucedido, verificou-se que a "força revolucionária" era muito fraca e apenas um militar morreu, de armas na mão, pela revolução: o Aspirante Bagagem, no RPM.

– É impossível prever, caso as autoridades político-militares se não tivessem decidido pelo fecho desta estação emissora, qual viria a ser, futuramente, o seu tipo de comportamento, na medida em que, como atrás se refere, já haviam sido desrespeitadas as limitações à Informação, que o estado de emergência determinava.

### **O caso da Rádio Renascença/Emissora Católica Portuguesa**

Recordemos o sucedido com a Rádio Renascença que, nos princípios de Novembro, acabaria por provocar um episódio inédito, em termos de exercício do poder em Portugal: rebentamento com explosivos dos seus emissores na Buraca, por forças pára-quedistas à ordem do Conselho da Revolução (7-11-1975).

Desde o 25 de Abril que esta estação emissora, propriedade do Patriarcado de Lisboa, vinha passando por grandes dificuldades, não conseguindo a Igreja Católica mantê-la ao seu serviço, na área da capital.

Esta situação foi-se agravando ao longo de todo o ano de 1975 e, após uma decisão, não cumprida, de Vasco Gonçalves (27-6-1975) em entregá-la ao Episcopado, o Conselho da Revolução, cinco dias depois, resolve criar uma comissão administrativa para “gerir a rádio até à sua nacionalização”. Posteriormente Pinheiro de Azevedo mandou encerrar a estação em 29 de Setembro, continuando, no entanto, a ser a “voz da esquerda revolucionária”. O passo seguinte foi a ordem da Presidência da República, em 15-10-1975, de mandar selar os emissores da Buraca. Essa situação apenas durou até 22 de Outubro. “(...) foram des selados por populares afectos às organizações de esquerda revolucionária, com o apoio da Polícia Militar e do Regimento de Engenharia n.º1. Logo depois, ouviu-se a Internacional e as emissões recomeçavam”.<sup>9</sup>

Depois, em 24 de Novembro de 1975, o Cardeal Patriarca de Lisboa apresentaria, ao Conselho da Revolução, um orçamento de 21 milhões de escudos pelos danos sofridos por esta empresa de comunicação social, sendo onze milhões pelos danos nos emissores da Buraca, resultantes do referido rebentamento, e dez milhões por outro material danificado até Outubro desse ano.<sup>10</sup>

<sup>9</sup> Ver Francisco Rui Cádima. Ob.cit. p. 332.

<sup>10</sup> Ver Nelson Ribeiro. “A Rádio Renascença e o 25 de Abril. Lisboa, Universidade Católica Portuguesa, 2002, p. 207.

Em 10 de Agosto, quando Frank Carlucci, embaixador norte-americano em Lisboa, embarcava para Washington (talvez para fazer o ponto de situação da realidade portuguesa e conseguir alterar a posição dos EUA – até esta altura tinha vigorado a tese da vacina da Europa), em Braga, num comício promovido por católicos, com um estrado em frente à porta da Sé, o Arcebispo D. Francisco Maria da Silva afirmava: <sup>11</sup>

(...) Estamos aqui para mostrar publicamente, inequivocamente, o que queremos e o que rejeitamos. Como membro destacado desta pujante comunidade cristã da gloriosa Arquidiocese de Braga, sinto orgulho em que saístes para a rua a proclamar bem alto a restituição da emissora católica à Igreja.

Rejeitamos as campanhas anticlericais movidas contra os sagrados pastores mais directamente

E mais à frente “esclarecia”:

O problema português é este e só este: dum lado, uma minoria está a impor, à Nação, o comunismo, onde não tem lugar a religião. Do outro lado, uma esmagadora maioria a dizer “não” a tal comunismo. A luta trava-se entre uns e outros.

Previno-os do perigo. O único perigo. Eu, fazendo-o, cumpro o meu dever. Mas será o comunismo nosso inimigo figadal? Sem dúvida. É inimigo figadal.

Terminou, incitando: *“Chegou a hora de dizer não, despertando do sono (...). Saiba o povo cristão assumir a sua responsabilidade, certo de que há valores maiores dos que a própria vida: Deus, a sua Igreja, a Pátria”* <sup>12</sup>

A manifestação terá sido preparada pelo movimento da “Maria da Fonte”, incentivado por um grupo liderado por Paradela de Abreu, que recebera previamente o apoio daquele prelado e do Cônego Melo, também de Braga. Desde o dia 5 de Agosto, já tinham sido desencadeadas acções contra os centros de trabalho do PCP e sedes do MDP/CDE em Santo Tirso e em Ponte da Barca. Este movimento

---

<sup>11</sup> Ver José Freire Antunes. “O Segredo do 25 de Novembro”. Lisboa, Pub. Europa América, 1980, pp. 132-133.

<sup>12</sup> Ver A. Pereira Caldas. “Para a História da Rádio Renascença (1974-1975)”. Lisboa, Ed. Grifo e Rádio Renascença, 1999, pp. 174 e 175.

era apoiado, entre outros eclesiásticos, por: Cónego Aníbal, em Lamego; Cónego Ruivo em Bragança; e Cónego Galamba, em Leiria.<sup>13</sup>

Segundo Paradela de Abreu, “a primeira actuação, a sério, foi em 11 de Agosto, em Braga, contra a sede do PCP local (na sequência da manifestação atrás referida iniciada às 17H00 da véspera). Também ocorreram em Ponte de Lima, Famalicão, Lamego, Leiria, Covilhã, Bragança, Vila Real e Amarante”.<sup>14</sup>

É interessante a descrição feita por José Freire Antunes em relação ao sucedido com a Rádio Renascença, no pré-25 de Novembro:<sup>15</sup>

(...) O Almirante propõe então medidas mais drásticas. Se queres que governasse, calassem o bico à Renascença, esse baluarte de anticristos. O Conselho da Revolução dá luz verde. As tropas de Morais da Silva levam longe o seu zelo; e, numa operação-relâmpago de quinze minutos, fazem o emissor ir pelos ares. Dinamite, a forma *sui generis* de se exercer a autoridade do Estado.<sup>16</sup>

Quando o Governo manda trepar aos muros e pôr bombas para se fazer ouvir, que leis resistem neste País fantástico?

O General Otelo retirara-se do Conselho da Revolução, em que se discutiram as medidas radicais contra a Renascença. Mas um porta-voz do COPCON afirma, no “República”, a quem o quer ouvir: “Se o COPCON tomar posição face à destruição da Rádio Renascença, será para rebentar com o Conselho da Revolução e com o Primeiro-Ministro.”

Mas, com a bomba da Renascença estoura outra, e mais fragorosamente: a rebelião dos pára-quadistas contra os comandos da Força Aérea.

Os páras são os eternos ludibriados da Revolução.

(...) Os boinas verdes iam saltar uma quarta vez do seu avião equívoco e quase tragicamente. (...)

<sup>13</sup> Ver Manuel Amaro Bernardo. “Memórias da Revolução; Portugal 1974-1975”. Lisboa, Ed. Prefácio, 2004, pp. 480 e 491.

<sup>14</sup> Ver Manuel A. Bernardo. Ob. cit. p. 481.

<sup>15</sup> Ver Ob. cit. pp. 243-244.

<sup>16</sup> Segundo o Coronel Morais da Silva, a ordem para rebentar, com um engenho explosivo, os emissores da Buraca, foi aprovada pelo Conselho da Revolução, e dada à Força Aérea pelo Presidente da República, General Costa Gomes. Ver o seu depoimento neste trabalho.

## **A situação da Rádio no pós-25 de Novembro**

O rescaldo da situação anárquica existente na generalidade dos grandes meios de Comunicação Social, e particularmente na radiodifusão, levou à publicação do Decreto-Lei 674-C/75, de 2 de Dezembro (uma semana depois do contragolpe vitorioso), que criou a Empresa Pública de Radiodifusão (EPR), aglutinando, numa única entidade, as seguintes organizações: Emissora Nacional de Radiodifusão, Rádio Clube Português, Emissores Associados de Lisboa, J. Ferreira e Companhia, Ltd, Sociedade Portuguesa de Radiodifusão, Alfabeto Rádio e Publicidade, e ainda os postos emissores e retransmissores de radiodifusão: Clube Radiofónico de Portugal, Rádio Graça, Rádio Peninsular e Rádio Voz de Lisboa.

Com a publicação do Decreto-Lei 153/76, a sua designação foi alterada para Radiodifusão Portuguesa – E. P., passando a ter quatro programas: Rádio Serviço Público – Antena Um; o Programa Dois; a Rádio Comercial e a RDP Internacional.

Quanto à Rádio Renascença, depois da referida tentativa no sentido de a nacionalizar, que não resultou, as instalações dos Estúdios de Lisboa e os Emissores da Buraca foram restituídos à Igreja, em 28-12-1975. As emissões recomeçariam em 1 de Janeiro de 1976, a partir de Lisboa, de novo em ligação com o Porto, como sucede actualmente.

Era este o quadro “normalizado” da radiodifusão, que passou a existir em Portugal, depois da metamorfoses sofridas nos anos conturbados do pós-25 de Abril.



## A TELEVISÃO NA REVOLUÇÃO

*(...) Na RTP verificou-se actividade exercida pelos elementos da célula do PCP In Relatório do 25 de Novembro, de 12-1-1976.*

A Radiotelevisão Portuguesa (RTP), única estação então existente em Portugal, logo após o 25 de Abril, foi alvo das maiores pressões pelas forças partidárias e, nomeadamente, por parte do Partido Comunista Português.

A luta pelo seu controlo recrudescceu no princípio de 1975, com a RTP acusada de parcialidade pelo Ministro da Justiça, Salgado Zenha, a pretexto da disputa sobre a unicidade sindical.<sup>1</sup>

Entretanto, a nível interno processou-se uma remodelação, com a Informação a ser dirigida pelo Tenente Bargão dos Santos, e o Telegiornal pelo jornalista Álvaro Guerra. Pouco tempo depois, este seria substituído por José Carlos Vasconcelos, com Luís Filipe Costa na direcção dos noticiários e António Borge, na chefia da redacção, jornalistas considerados afectos ao PCP. Meses depois, Álvaro Guerra acusava Bargão dos Santos de “estar instrumentalizado pelo núcleo do PCP na RTP”.<sup>2</sup>

Mas foi a partir do 11 de Março que se verificou maior instabilidade neste importante órgão de Comunicação Social. Ramalho Eanes, Presidente do Conselho de Administração (director de programas de Agosto a Outubro de 1974) pediu a demissão no dia 13, na sequência das acusações de implicação no golpe, feitas na designada “assembleia selvagem” do MFA, na noite de 11 para 12. Ao longo desse mês de Março, a RTP conheceria quatro presidentes do C. A.: além de Ramalho Eanes, o Major José António Figueiredo, o Major José Emídio da Silva (entretanto regressado de Angola) e o Tenente-Coronel Valentino Galhardo. Este último conseguiria permanecer no cargo até 8 de Setembro de 1975.<sup>3</sup>

<sup>1</sup> Ver “Diário de Notícias” de 18-1-1975.

<sup>2</sup> Ver “República” de 9-4-1975.

<sup>3</sup> Ver Francisco Rui Cádima, in “O País em Revolução”. Lisboa, Ed. Notícias, 2001, p. 339.

Nos meses seguintes, além da guerra de comunicados em relação a este importante *media* por parte dos partidos e nomeadamente do PS e do PCP, o debate em torno da RTP viria a ser animado com a difusão na Imprensa, em Maio de 1975, do designado “Documento Veloso”. Nele eram feitas acusações de natureza pessoal a várias dezenas de trabalhadores, sendo tais consideradas como provenientes da célula do PCP na RTP, a quem pertencia o seu alegado autor – Manuel Jorge Veloso.

Acompanhando os avanços da revolução e a crise aberta com a demissão do IV Governo provisório, em 5 de Julho ocorreu a demissão de Bargão Santos, da Direcção de Informação, mantendo-se o adjunto, José Carlos Vasconcelos.<sup>4</sup>

Foi intensa a contestação do PS e PPD à actuação da RTP durante o tumultuoso “Verão Quente”. A situação viria manter-se até ao 25 de Novembro, apesar da tentativa de normalização (fins de Setembro/princípios de Outubro) por parte de Pinheiro de Azevedo, entretanto nomeado Primeiro-Ministro do VI Governo provisório, que a mandou ocupar por forças militares.

É elucidativo o conteúdo do Relatório do 25 de Novembro sobre a actuação da RTP, no período que antecedeu este golpe militar da esquerda revolucionária, em conjugação com o PCP:

### (...) Telejornal

Serviu amiúde para a manipulação da opinião pública e a deturpação de factos. O estudo das três edições do telejornal relativo apenas aos quinze dias que antecederam os acontecimentos de 25 de Novembro de 1975, permite-nos concluir que, para além de um duvidoso critério na selecção das notícias diárias, existia também toda uma manipulação dessas mesmas notícias, que, em síntese, se traduziam:

- Hostilidade ao VI Governo provisório;
  - Desproporcionado noticiário favorável ao Partido Comunista Português, em detrimento de outros partidos políticos;
  - Apoio aos SUVs e outros militares ditos “revolucionários”
- (...) <sup>5</sup>

<sup>4</sup> Ver Francisco Rui Cádima. Ob. cit., p. 342.

<sup>5</sup> Ver Martinho Simões (Ed.). “Relatório do 25 de Novembro de 1975 (Texto Integral)”, 2 vols. Lisboa Ed. Abril, 1976, p. 161/1.º vol.

## **O PCP no controlo da Televisão**

Depois de recortar o sucedido com a programação, as actividades partidárias, as actividades sindicais, a vigilância popular, os piquetes e os meios técnicos, o referido relatório adiantava as seguintes conclusões:

(...) Como resultado de tudo o que atrás foi relatado, conclui-se:

– Anteriormente a 25 de Novembro de 1975, desenrolava-se, na RTP, uma luta ideológica e partidária, visando a dominação da empresa, salientando-se a desenvolvida pelos militantes do PCP.

– O desenrolar desta luta processava-se ao nível da influência de cada um no seu posto de trabalho (como é o caso do Telejornal e de alguns departamentos de Programação), onde eram sobrepostos aos interesses do público que a RTP servia, os seus próprios interesses partidários ou ideológicos.

– Paralelamente, a nível sindical, também transpareceu o mesmo tipo de actuação. Para além disso, esta caracterizou-se por uma certa ambiguidade quantos aos critérios que presidiam à nomeação dos delegados, bem como à manipulação das respectivas assembleias, com o mesmo fim já anteriormente referido.

– A “vigilância popular” servia para manter em constante actividade e prontidão os seus aderentes e possibilitava, também, toda uma gama de aplicações radiotelefónicas com fins partidários. Efectivamente, em ambos os casos, é notória a identidade da maioria daqueles que a exerciam e os componentes da célula do PCP na empresa.

– A emissão clandestina teve, necessariamente, a colaboração activa dos trabalhadores, uns deliberada e conscientemente, outros exercendo nesse dia funções que até nem lhes competiam, e outros ainda apenas por solidariedade (marcada pela sua presença, não habitual, nem naquele local, nem àquelas horas), pois sem essa colaboração não teria tido o Capitão Durand Clemente e os militares que o acompanhavam, possibilidade de a “pôr no ar”. Durante esta emissão, não é tornado público o comunicado do EMGFA relativa à proclamação do estado de emergência e à proibição de divulgação de notícias de carácter militar não emanadas do mesmo Estado-Maior.

– É da comparação do conjunto dos elementos que mais se distinguiram nessa colaboração com os que constituem a célula do PCP na RTP, que melhor se evidencia a estratégia global deste partido dentro da empresa, coerentemente já desenvolvida

do antecedente, nos diferentes sectores, e que vem culminar, nesse dia, numa total adesão com os conjurados.

Essa adesão implicou, por outro lado, uma quebra na cadeia da hierarquia da empresa, pois os seus autores, sabendo que os oficiais que constituíam a Administração da RTP, nomeada pelo Conselho da Revolução e pelo Governo, não estavam, de forma alguma, solidarizada com a emissão clandestina (chegando até a serem detidos pelos sublevados), mesmo assim mantiveram-se e persistiram nessa actuação colaborante.<sup>6</sup>

A emissão clandestina foi cronologicamente reproduzida no referido relatório, integrada na “reconstituição dos acontecimentos ocorridos em 25 e 26 de Novembro”. Depois da descrição da ocupação (pelas 05H30) dos Estúdios do Lumiar, por uma força militar da EPAM, comandada pelo Capitão Durand Clemente, de que faziam parte o Capitão Saldanha do Vale e os Alferes Belmiro Santos, Grilo, Rodrigues e Sardo, são salientadas as diversas acções levadas a efeito no interior da RTP. Transcrevem-se as sucedidas a partir do meio da tarde do dia 25:

- 16H35 – Interrupção da emissão normal da Telescola, por ordem do Capitão Durand Clemente e Alferes Valdemar Marques; este último, a partir daí passou a coordenar todo o processo operacional da emissão dos sublevados, na sua qualidade de regente de emissão dos quadros da RTP;
- 17H02 – “Slide” do “Poder Popular”;
  - Primeiro comunicado dos pára-quedistas;
  - Início da emissão clandestina;
- 17H04 – “Slide” do “Poder Popular”;
- 17H13 – “Slide” do “Poder Popular”;
- 17H14 – Comunicado dos pára-quedistas;
- 17H16 – “Slide” do “Poder Popular”;
- 17H33 – Envio do segundo noticiário para a Eurovisão, com a duração de quatro minutos, com reportagem sobre os pára-quedistas; a autorização para tal foi dada pelo Chefe de Redacção, António Borga.
- 17H37 – “Slide” do “Poder Popular”;
- 17H50 – “Telex” para o Porto, comunicando que, por ordem

---

<sup>6</sup> Ver Martinho Simões. Ob. cit., pp. 167 e 168.

- directa do Presidente da República, a emissão passaria a ser feita do Centro de Produção do Porto;
- 18H09 – Comunicado do Capitão Clemente, apelando às massas trabalhadoras para se solidarizarem com os militares “revolucionários” na defesa da RTP e EN contra o ataque dos Comandos às ordens do Conselho da Revolução;
- 18H10 – “Slide” do “Poder Popular”;
- 18H16 – Repetição do comunicado das 18H09 pelo Capitão Clemente;
- 18H17 – “Slide” do “Poder Popular”;
- 18H18 – Repetição do comunicado do Capitão Clemente das 18H09;  
– “Slide” do “Poder Popular”;
- 18H31 – Repetição do comunicado do Capitão Clemente;  
– “Slide” / “Poder Popular”, com recitação de poemas em “off”;
- 19H14 – “Slide” do MFA;
- 19H29 – Plano do comunicado do Capitão Clemente, sem som;
- 19H31 – O Capitão Clemente lê dois comunicados do Sindicato dos trabalhadores da Indústria Metalúrgica e Metalomecânica, do distrito de Lisboa, incitando a população à paralisação do trabalho, à concentração de civis nos quartéis e discordando da proclamação do estado de emergência;
- 19H41 – Filme de um ballet cubano;
- 19H45 – “Slide” do MFA;  
– O Capitão Clemente liberta a equipa militar directiva da RTP e obriga-a a abandonar as instalações;  
– Entra nos estúdios o Major Queirós de Azevedo, que viria a assumir o comando das forças ocupantes às 04H00 de 26 de Novembro;
- 19H50 – Coro da Academia dos Amadores de Música, dirigida por Lopes Graça;
- 20H32 – “Slide” do MFA;
- 20H38 – Filme de um ballet cubano;
- 20H42 – “Slide” do MFA;
- 20H45 – Enviado para a delegação da RTP na Madeira, um “telex” com o comunicado dos pára-quedistas, o qual não foi emitido para o público, por decisão do chefe daquela delegação;
- 20H46 – Envio, em directo, para a Eurovisão, do segundo Telejornal do dia;

- 20H48 – Telejornal, com o locutor António Santos <sup>7</sup> que, estando de folga nesse dia, compareceu nos estúdios, dando a sua colaboração às tropas sublevadas; é lido comunicado dos pára-quedistas e é transmitida uma reportagem do RALIS, com aspectos exteriores desta Unidade;
- 21H00 – Envio para os Açores, por telex, do telejornal das 20H48, onde estão incluídas a nota oficiosa do EMGFA e notícias e comentários sobre a situação militar;
- 21H10 – “Slide” da RTP do Porto;  
– Fim da emissão clandestina. (...) <sup>8</sup>

No citado relatório é depois referido que “colaboraram nesta emissão, além dos trabalhadores já indicados, <sup>9</sup> os seguintes”:

José Pompeu Morato de Almeida, Manuel Fernandes Ruas do Amaral, Mário Vieira de Carvalho, Francisco Paula Spencer, Maria José Gonçalves Nunes Marques, Maria Júlia Fogaça Buisel dos Santos.

Passados alguns dias após o 25 de Novembro, a RTP – Radiotelevisão Portuguesa, SARL foi nacionalizada através do Decreto-Lei n.º 674-D/75, de 2 de Dezembro, passando a designar-se por “RTP, EP”.

A polémica em torno desta empresa pública prolongar-se-ia no primeiro quadrimestre de 1976, com o Major Pedroso Marques, nas

<sup>7</sup> Este jornalista tinha entrado para a RTP em 1975, onde, em 1991, era chefe de redacção. Ver Clube de Jornalistas (coord.). “Quem é Quem no Jornalismo”. Lisboa, Ed. Clube de Jornalistas, 1992.

<sup>8</sup> Com a mudança da emissão para o Porto, como resultado da comutação feita a partir do emissor da Lousã, apareceu nos ecrãs dos telespectadores as imagens de um filme (comédia) com o Danny Kaye.

<sup>9</sup> Eram indicados: António Borge, Berlindo Dinis Correia, Deodoro Marques Duarte, João Moniz Pereira, Viriato Manuel Jordão da Fonseca Sousa, Manuel José Lacerda Fernandes, Luís Filipe Rodrigues Batista, e António Manuel (reintegrado em 1986, por decisão do Supremo Tribunal Administrativo).

Depois do 25 de Novembro foram suspensos 34 trabalhadores (“Expresso” de 10-12-1975). Destes, 24 receberam nota de culpa com vista ao despedimento com justa causa, encontrando-se entre eles “profissionais conhecidos pelas suas ligações ao PCP, como António Borge, António Torrado, Artur Ramos, José Manuel Marques, Cecília Neto, Mário Vieira de Carvalho e outros, mais tarde todos reintegrados na empresa”. Ver Francisco Rui Cádima. Ob. cit., p. 350. Curiosamente apenas este último constava da relação dos jornalistas editada pelo Clube de Jornalistas (Ob. cit., p. 68), com a indicação, em 1991, de ser professor universitário (U.N.L.) e produtor principal da RTP.

funções de Presidente do CA, tendo Mário Dionísio, (nomeado em 1-1-1976) pedido a sua demissão de Director de Programas, em 6 de Abril e sido substituído pelo apresentador Carlos Cruz.

Nesta época, a nível constitucional e jurídico foi tentado garantir o pluralismo ideológico e partidário nos programas televisivos, o que, mesmo posteriormente, devido à pressão dos Governos democraticamente eleitos, nunca foi conseguido. Apenas seria mais aberta e atenuada tal influência política sobre a RTP, quando foi permitida a instalação da televisão privada em Portugal, na década de noventa.



## 5. A IMPRENSA NO PÓS-REVOLUÇÃO

*(...) em 10-12-1975, chamava a atenção para a conveniência dessa renegociação (pacto MFA/partidos) e em que criticava a posição de Melo Antunes. (...)*

Prof. Dr. António Reis, em 23-11-1995, na S.H.I.P..

Nos primeiros meses de 1976 continuaram a destacar-se os jornais “independentes” ou liberais que, em 1975, se vieram juntar ao “Expresso” na luta pela liberdade de informação e na denúncia do novo totalitarismo, do tipo marxista-leninista, que se pretendeu implantar em Portugal: o “Jornal Novo”, o “Tempo”, “O Jornal” e “A Luta”.

Entretanto, a partir de Dezembro de 1975, foram lançados outros jornais do mesmo tipo: “O Dia”, dirigido pelo escritor Vitorino Nemésio; e os semanários “O Diabo”, com Vera Lagoa e “O País”, com José Vacondeus. Estes dois jornalistas eram dissidentes da redacção do “Tempo”, dirigido por Nuno Rocha.

A credibilidade dos restantes jornais diários lisboetas, nacionalizados na sequência do 11 de Março – “Diário de Notícias”, o “Século”, o “Diário de Lisboa”, o “Diário Popular” e “A Capital” –, tinha ficado bastante afectada face ao seu envolvimento na luta política e na manipulação e intoxicação da opinião pública, que conduziu à ruptura do 25 de Novembro de 1975.

Face a essa situação, tinham sido suspensos, em 28 de Novembro, os jornais estatizados, sendo demitidos todos os membros dos conselhos de administração, direcções e conselhos de redacção, dissolvidos os corpos sociais e suspensas todas as publicações das respectivas empresas até novas nomeações.<sup>1</sup> A nota oficiosa do EMGFA que determinara a suspensão, invocava “a produção de informação ten-

---

<sup>1</sup> Os jornais alvo desta nota eram cinco diários matutinos (“Diário de Notícias”, “Século”, “Jornal de Notícias”, “Comércio do Porto” e “Jornal do Comércio”), e três vespertinos – “A Capital”, “Diário de Lisboa” e “Diário Popular”. Ver “25 de Novembro”. Lisboa, Ed. Terra Livre, 1975, citado por Francisco Rui Cádima. “Os «Media» na Revolução (1964-1976)”, in J. M. Brandão de Brito (coord.). “O País em Revolução”. Lisboa, Ed. Notícias, 2001, p. 347.

denciosa, co-responsabilidade no clima de indisciplina e desordem pública, contribuição para o ambiente que culminou no golpe contra-revolucionário em que se registou a perda de vidas, etc.”.

Entretanto, a imprensa não estatizada foi autorizada a reiniciar a publicação a partir de 29 de Novembro.

### **Objectivo: Cumprimento do Programa do MFA**

Como resultado da vitória dos “moderados” no 25 de Novembro, o debate político centrou-se na denúncia dos desvios revolucionários cometidos no ano anterior e nomeadamente na revisão do 1.º Pacto MFA/Partidos, imposto em 11 de Abril de 1975, antes das eleições para a Assembleia Constituinte.

António Reis, numa conferência realizada no 20.º aniversário do 25 de Novembro, esclarece o sucedido em relação aos trabalhos dos constituintes:

(...) Por uma feliz coincidência, o 25 de Novembro ocorreu no momento exacto em que a Assembleia Constituinte se prestava para discutir as bases da organização do poder político. Depois de ter debatido os princípios fundamentais da Constituição, o capítulo sobre os Direitos, Liberdades e Garantias fundamentais dos cidadãos e a organização económico-social, ia entrar precisamente no capítulo da definição dos órgãos de poder político e das respectivas competências. Este tinha sido o capítulo mais regulamentado no âmbito da 1.ª Plataforma de Acordo Constitucional entre os partidos políticos e o MFA, em Abril de 1975, pouco tempo antes das eleições para a Assembleia Constituinte.

Tal levou a que os partidos políticos democráticos – PS, PPD e CDS – na Assembleia Constituinte, aproveitassem a ocasião para levantar a questão da renegociação desse pacto firmado naquela altura. Eu próprio, como deputado constituinte do Partido Socialista, em nome do secretariado do PS, fiz um discurso no dia 10 de Dezembro de 1975, em que chamava a atenção para a conveniência dessa renegociação e em que criticava a concepção de Melo Antunes, segundo a qual o MFA se podia arvorar em vanguarda de um processo portador dum projecto socialista próprio, ainda que em articulação com os partidos políticos. Pronunciei-me mais a favor de um modelo de democracia parlamentar ocidental, assente no papel determinante dos partidos políticos e ao qual teriam que se subordinar

quaisquer outros esquemas de democracia de base ou de democracia directa, muito em moda naquela altura.<sup>2</sup>

Analisemos de forma aleatória algumas das edições dos referidos jornais. Assim, o semanário “Tempo”, de 29-1-1976, apresentava dois títulos de 1.<sup>a</sup> página: 76; *Ano de Eleições e Pacto/Militares; Viragem: 170 graus.*

No primeiro texto inseria a notícia de que *PS, PPD, PCP, MDP/CDE e UDP já se manifestaram de acordo quanto ao facto das eleições para a Assembleia Legislativa deverem preceder as eleições para a Presidência da República, ficando para último lugar as das autarquias locais.*

No segundo texto, demasiado optimista, referia:

“Pode dizer-se que as personalidades que constituem o Conselho da Revolução fizeram uma viragem de 170 graus em relação ao plano de Pacto, que apresentaram há dias aos Partidos Políticos e estão agora a discutir.

“Redactores do “Tempo” podem assegurar que não há, por exemplo, divergências entre os militares do C. R. e o Partido Socialista. Estará assim assegurada a instituição em Portugal de um regime democrático, sem intromissões de outros poderes que não sejam os decorrentes do voto do povo. (...)”

No entanto, na Constituição, acabaria por ficar consagrada, até à próxima revisão (1982), a permanência do Conselho da Revolução com competência legislativa na área militar e de fiscalização preventiva da constitucionalidade de todas as Leis.

Como curiosidade refira-se a inclusão, nas páginas centrais, de uma mesa redonda com representantes dos partidos: António Reis (PS), Marcelo Rebelo de Sousa (PPD) e Adelino Amaro da Costa (CDS). Nessa publicação foram colocadas as suas fotografias, ladeadas por outras duas em branco, referentes aos elementos do PCP e do MDP/CDE, com a legenda respectivamente: “recusou” e “faltou”. Parece que dois meses depois do 25 de Novembro, estes partidos ainda não tinham digerido a derrota sofrida... Pelo conteúdo publicado poder-se-á concluir haver, naquela data, muitas dúvidas dos interve-

---

<sup>2</sup> Ver Manuel Amaro Bernardo. “Memórias da Revolução; Portugal 1974-1975”. Lisboa, Ed. Prefácio, 2004, pp. 612 e 613.

nientes sobre a possibilidade da realização das eleições legislativas em 25 de Abril seguinte. No entanto foi conseguida a aprovação da Constituição em 2 de Abril e a concretização das eleições na data prevista: 25 de Abril de 1976.

### **A formação profissional dos jornalistas**

No dia seguinte (30 de Janeiro), "A Luta" publicava, na página 9, três títulos sobre o jornalismo português da época:

1. "Entre a imprensa nacional e os pequenos jornais de província, será criada uma classe de jornais que sirvam grandes regiões do País – afirmou o secretário de Estado da Informação". Esta tentativa de regionalização da Imprensa jamais se concretizaria, mas o outro tema introduzido pelo Tenente-Coronel Ferreira da Cunha, a formação profissional dos jornalistas, estava na agenda política e seria relançada nos anos seguintes:

"(...) é antevista em três níveis diferentes: através de seminários ou cursos acelerados de aperfeiçoamento com a colaboração de especialistas estrangeiros; através de estágios em jornais estrangeiros, para o que se obteve agora sessenta bolsas de estudo do Conselho da Europa, além das vinte já anteriormente asseguradas; e finalmente, através de estruturas permanentes, isto é, com a criação de um curso a nível universitário."

2. "*A Imprensa é livre hoje em Portugal*". Tratava-se de uma entrevista com Paul Parisot, vice-presidente da Federação Internacional dos Jornalistas, que tinha permanecido duas semanas no nosso País. Os sub-títulos inseridos no texto e a legenda na fotografia do entrevistado dá-nos a perspectiva sumária do conteúdo: "*Uma falha na diversidade*"; "*Os factos são sagrados e o comentário é livre*"; e "Parto com a ideia de que os problemas dos jornalistas estão longe de resolução em Portugal".

3. "Direcção do Sindicato dos Jornalistas debate com Almeida Santos o eterno problema da carteira profissional". Este Ministro da Comunicação Social, além de se pronunciar sobre o assunto, fazia também referência "ao projecto da criação de uma escola de jornalistas".

### **Eleições presidenciais em debate...**

Avancemos no tempo e analisemos uma edição de "O Jornal" de 12 de Março, onde se verifica já haver interesse dos jornalistas e da

opinião pública em geral, sobre quem seriam os candidatos às eleições presidenciais.

Na 1.<sup>a</sup> página destacavam-se: “Duas entrevistas em exclusivo”; *Pinheiro de Azevedo*: “*Continuamos em clima de golpe*”; e *Álvaro Cunhal*: “*Veremos quem são os aliados do PS...*”; e ainda a notícia de uma *Guerra Aberta entre o PS e o PPD*.

Debrucemo-nos apenas sobre dois aspectos da entrevista do Primeiro-Ministro, Almirante Pinheiro de Azevedo:

À pergunta “por que partido aceita ser candidato”, respondeu:

É natural que me sinta mais próximo dos partidos que comigo têm colaborado no VI Governo. Assim aceitaria ser candidato por todos os partidos que têm dito aceitar o jogo democrático: PS, PPD e PCP. Aqueles que não aceitem o jogo democrático darão logo provas que não respeitam a vontade popular. Ah, esses deito-os logo fora!

Quanto à suspensão do Governo em 20-11-1975, esclareceu:

Quando decidi suspender as actividades do VI Governo, não previ consequências tão drásticas. A verdade era que o Governo não podia governar e tinha que se tomar uma atitude. Quando se pôs o problema da suspensão, discutiu-se muito, nomeadamente se era ou não legal. Ouviram-se alguns juristas: chegou-se à conclusão que não era ilegal. Eu insisti e foi-se para tal solução. Com certeza que as coisas não iam ficar como estavam. O que queria, claro, era que fossem substituídos alguns comandos militares, nomeadamente nas Unidades da zona de Lisboa que, pela sua actuação, constituíam um permanente entrave à acção do Governo. A minha intenção era apenas essa; para que passássemos a ter condições para governar. Eu não me demitia. Não sou homem para me demitir e tinha que haver uma saída. Mas então não tinha nenhuma ideia que viria a dar-se o 25 de Novembro.

A principal candidatura a surgir após as eleições legislativas foi a do General Ramalho Eanes, proposta inicialmente por Sá Carneiro (PPD) e apoiada depois por Mário Soares.

Sobre a notícia da “Guerra Aberta” entre o PPD e o PS, estavam subjacentes as dificuldades desde sempre colocadas por Mário Soares à inclusão do PPD na “Internacional Socialista” (integrava igualmente partidos sociais-democratas), que ia reunir no fim de semana seguinte,

no Porto. A este propósito, o provocador Manuel Alegre afirmava: “(...) Sá Carneiro pretende «imitar» Mário Soares, mas não passa de um «macaco de imitação» da «intolerância de Álvaro Cunhal».”

Ainda sobre as eleições presidenciais, o “Tempo”, de 18-3-1976, publicou, em título de 1.ª página: *Acentua-se o prestígio de Ramalho Eanes e Firmino Miguel*. Esta peça jornalística, com grande mistura de reportagem e opinião, terminava assim:

Ramalho Eanes deverá ser (...) a alternativa final para a Presidência da República. É a ilação a que nos conduz um trabalho de análise feito a partir de conversações com vultos militares e políticos bem informados, os quais não quiseram deixar de esclarecer o «Tempo», permitindo-nos, assim, formular um prognóstico que poderá perfeitamente confirmar-se: Ramalho Eanes será o candidato à Presidência da República (...).

### **Rescaldo da descolonização, 25 de Novembro e eleições legislativas**

O caso das torturas exercidas sobre prisioneiros portugueses em Moçambique e o debate sobre as eleições legislativas, que os militares queriam ver concretizadas em 25 de Abril de 1976, estiveram na ordem do dia, na 2.ª quinzena de Março e 1.ª quinzena de Abril.

Em relação ao primeiro assunto, três semanários agitaram a opinião pública com os relatos efectuados. Assim, por exemplo “O País” de 19 de Março titulava em 1.ª página: *De novo o «dossier» Moçambique*, com a descrição da odisseia de um ex-militar, que tinha percorrido as cadeias ainda portuguesas e as da FRELIMO. Em 19-2-1976, também o “Tempo” já tinha publicado um extenso texto, com a denúncia dos detidos na Cadeia da Machava sobre os maus tratos que lhes eram infligidos, e que terminava com a lista dos locais, de Norte a Sul, onde se encontravam portugueses detidos e não identificados. Depois de um editorial de Vera Lagoa, intitulado *Moçambique, Meu Amor* no seu jornal “O Sol”, de 16 de Março (semanário então dirigido por esta jornalista, a substituir “O Diabo”, pouco tempo antes suspenso pelo Conselho da Revolução), uma caricatura de Augusto Cid, publicada em 30-3-1976, fazia ressaltar a ironia sobre o tratamento dado aos novos “escravos” em Moçambique. (em anexo)

Igualmente na perspectiva anticomunista vivida em Portugal, naquela época, reproduz-se um artigo de Fernando Barradas publicado na mesma edição de “O Sol”.

Sobre as eleições legislativas, o “Jornal Novo”, de 16-3-1976, titulava, em 1.ª página: “Conselho da Revolução: *Garantir as eleições custe o que custar*. Em 27 de Março, o “Expresso” publicava uma entrevista com o Ministro da Administração Interna, Almeida Costa, com o título *Só uma máquina diabólica poderia sabotar as eleições*. Os seguintes subtítulos dão uma imagem do conteúdo: *Lançar a desconfiança é destruir trabalho sério; Militares não querem o poder político; Tranquilidade para votar; O MAI não faz sondagens; Alterada a votação no estrangeiro; Adjudicação à «Norma» nada de «anormal»; Os militares não se deixarão lograr*.

Na edição de 1 de Abril, o “Tempo”, na rubrica “76; Ano de Eleições” publicava uma extensa entrevista com Freitas do Amaral, do CDS e ainda com Montalvão Machado e António Rebelo de Sousa (PPD); Igrejas Caeiro (PS); e Luís Coimbra (PPM).

Em 3 de Abril, dia seguinte à votação da nova Constituição, saída do regime democrático, com base na renegociação possível entre o quase extinto MFA e os partidos políticos, o “Expresso” editava uma importante 1.ª página:

– *Constituinte encerra em ambiente festivo, onde referia que por maioria esmagadora, ontem, a Assembleia Constituinte aprovou a Constituição da II República Portuguesa. (...)*

– *Prováveis eleições no CR a seguir às legislativas, onde destacava um aspecto da 2.ª Plataforma MFA/Partidos, recentemente acordada: “o CR, além do PR, Chefe e Vice-Chefe do EMGFA, CEME, CEMFA, CEMA e o Primeiro-Ministro, se for militar, será constituído por 14 oficiais (8 do Exército, 3 da Força Aérea e 3 da Armada) que serão designados pelos respectivos Ramos das Forças Armadas.” Apesar das grandes pressões verificadas no interior da instituição militar, tal não viria a concretizar-se, nem até à sua extinção em 1982, visto que em 11 de Agosto seguinte, aquele órgão de soberania, através do Decreto-Lei 668/76, veio dizer que os seus elementos eram “meio-vitalícios”, ao determinar que “as funções dos membros do CR (...) só cessam em caso de morte, renúncia ou impedimento permanente verificado pelo próprio Conselho”.*

– *Relatório do 25 de Novembro: Linha PCP/FUR na imprensa, rodoviárias e construção civil*, em que anunciava a divulgação destes relatórios preliminares, que incluía os referentes à RTP, RCP, EN e alguns jornais diários, especialmente, o “Diário de Notícias”, o “Século” e o “Diário de Lisboa. Cerca de duas semanas antes (16-3-1976), já “A Luta” tinha divulgado o relatório da Televisão, com o título “A célula do PCP altamente comprometida”.

– *Álvaro Cunhal ao “Expresso”: Abertura a plataformas moderadas em defesa da democracia.*

Analisemos alguns aspectos desta extensa entrevista conduzida pelo então subdirector Augusto de Carvalho, onde se pode verificar a “habilidade” do líder político comunista nas respostas em relação ao sucedido no 25 de Novembro:

P: A propósito de golpes, como sabe, o PCP é frequentemente criticado, dizendo-se, não raro, que foi um dos fatores do 25 de Novembro, precisamente para conquistar o poder, servindo-se de um golpe. Que só não o conseguiu, porque outras forças aventureiristas de esquerda ultrapassaram o seu planeamento, baralhando o esquema. Que diz o Dr. Álvaro Cunhal a esta acusação?

R: Não há nenhum dia em que não possamos ler, na Imprensa, a acusação de que o PCP é um partido golpista. E que precisamente porque é um partido golpista, não merece a confiança das forças que querem a liberdade e a democracia. Nós não somos blanquistas. Nós não somos partidários de golpes, mas sim de uma política de massas, política de grande intervenção de massas populares na política nacional e mesmo na direcção da vida nacional. De nenhuma forma somos partidários de uma minoria governamental. Somos partidários de uma maioria governante, ou seja, da classe operária e das massas trabalhadoras. Por isso é necessário ganhá-las para um projecto político que, no nosso entender, é o nosso.. É para ganhar as massas que estamos voltados e não para golpes e conspirações. (...)

P: Atendendo ao nosso circunstancialismo parece-lhe que o 25 de Novembro foi benéfico para o enraizamento da democracia portuguesa?

R: O 25 de Novembro foi um acontecimento trágico e prejudicial para a Revolução. Pode dizer-se que não só o 25 de Novembro, mas os acontecimentos à sua volta e a divisão que eles traduziram e produziram. No conjunto não se trata de ganho mas de perda para a Revolução portuguesa. Foi um enfraquecimento

geral das forças progressistas Não quero dizer que não possam ter surgido desses acontecimentos trágicos novos elementos positivos. Sim, certamente que surgiram e o nosso Partido já salientou alguns. Mas são elementos positivos saídos de uma tragédia.

P: Mas essa tragédia a que se refere não pode ser atribuída, também, a aventureirismos esquerdistas?

R: Sem dúvida. Nós também já o afirmámos. Também no 25 de Novembro se reflectiram os perigos da aventura esquerdista, da irresponsabilidade esquerdista e da provocação esquerdista. Esses acontecimentos seriam mais facilmente evitáveis e mesmo a cisão que se deu no MFA poderia talvez ter sido evitada se não tivesse havido pressões dos sectores esquerdistas. (...)

### **O 25 de Novembro dos 123 Oficiais Pára-quedaistas**

Ainda nesta edição do “Expresso” de 3 de Abril, além da análise habitual do outro subdirector, Marcelo Rebelo de Sousa, intitulada “Reflexão (serena) sobre a Constituição: o papel dos partidos e dos deputados”, e do “Balanço de uma Constituinte”, com sete deputados – Jaime Gama (PS), Jorge Miranda (PPD), Vital Moreira (PCP), Oliveira Dias (CDS), Levy Baptista (MDP/CDE), Afonso Dias (UDP) e Mota Pinto (Independente) – a responderem a três perguntas, foi incluída uma original peça jornalística de Augusto de Carvalho, com o título “O caso dos 123 oficiais de Tancos. Foi o «Vermelho 8» que espoletou o 25 de Novembro”.

Este texto, que o jornalista designa como reportagem, resulta de entrevistas com oficiais não identificados, do grupo dos 123, que agora se sabe terem sido liderados pelo então 2.º comandante da Base Escola de Pára-quedaistas de Tancos, Tenente-Coronel Silva e Sousa. Tal ficou conhecido através do depoimento do Coronel Moura Cailheiros, comandante daquela Unidade, aquando das comemorações do 25.º aniversário do 25 de Novembro.<sup>3</sup> Recordemos as suas afirmações:

(...) É de notar que as opções políticas dos 123 oficiais pára-quedaistas eram as mais variadas, cobrindo todo o espectro polí-

---

<sup>3</sup> Ver Manuel Barão da Cunha (coord.). “Os Militares, as Artes e as Letras; Os 25 anos do 25 de Novembro”. Lisboa, Ed. Notícias, 2001, pp. 298 e 299.

tico então existente. No entanto mantiveram-se unidos na defesa da disciplina e do prestígio da sua Unidade, um facto que considero notável. E é de justiça referir que a saída em bloco dos 123 oficiais da Base de Pára-quedistas, embora facilitada pela indignação por estes sentida, se deve à acção do 2.º comandante, Tenente-Coronel Silva e Sousa.

Quando o comandante chegou à reunião de oficiais (dia 10 de Novembro de 1975) foi informado pelo 2.º comandante das decisões por ele tomadas. Porque elas estavam de acordo com o que fora planeado e porque foram previamente autorizadas pelo Chefe do Estado Maior da Força Aérea, o comandante concordou com a decisão dos oficiais e informou que iria passar guias de marcha a todos para se apresentarem no EMFA. Os oficiais saíram da Unidade nesse mesmo dia, após ter soado o toque de ordem.

(...) Estes oficiais continuaram unidos e embora coordenados pelo Tenente-Coronel Silva e Sousa, ficaram sob o comando do oficial pára-quedista mais graduado na efectividade de serviço, o Coronel João Curado Leitão. Tiveram, em minha opinião, um papel muito importante para a Força Aérea e para as Forças Armadas, nomeadamente no exemplo de coesão e disciplina que deram para a consolidação da democracia em Portugal e para a recuperação das tropas pára-quedistas. (...)

À semelhança do que sucedia no Exército, com o grupo militar liderado por Ramalho Eanes (com Tomé Pinto, Aurélio Trindade, Garcia dos Santos, Rocha Vieira, Vaz Barroco e Jaime Neves, entre outros), existia igualmente a nível de pilotos da Força Aérea e de pára-quedistas, uma estrutura paralela, que planeava os procedimentos a adoptar, quando fosse necessário enfrentar as Unidades "revolucionárias". É nesse sentido que a reportagem de Augusto de Carvalho é, de certa maneira, elucidativa.

Reparemos nos destaques feitos:

- "Vermelho 8" é o código que, em Novembro, escondeu Cortegaça com Fiats e homens;
- "Perante a convicção de um golpe de marca pecêpista para meados de Janeiro de 1976, os 123 conseguiram espoletar a operação, fazendo "saltar" os pára-quedistas de Tancos.
- "Ex-pára-quedistas da LUAR decidem no Muxito (em 23-11-1975, na designada comuna Che Guevara), durante um jantar, prender os 123 oficiais. "

- “Os 123 funcionam em células do Minho ao Algarve e accionam a máquina que se concentra na Cortegaça.
- “Morais da Silva credencia, Pires Veloso apoia inteiramente e Jaime Neves promete armamento.
- “Uma máquina em movimento que traiu os sargentos rebeldes e matou o gonçalvismo.
- “123: plano celular ou célula do plano ?”

Excluindo algum exagero, do repórter ou dos entrevistados, o facto é que a sua acção em combinação com os pilotos da Base do Montijo, Fernando Vasquez e Ribeiro Cardoso, entre outros, e ainda com o accionamento das barragens da CAP em Rio Maior, na noite de 24 para 25 de Novembro, criou as condições para fazer “saltar” os pára-quevistas de Tancos e, simultaneamente concentrar, em Cortegaça, os meios aéreos necessários provenientes das restantes Bases Aéreas, entretanto ocupadas.

Ainda na Imprensa de Março/Abril de 1976 ressaltam duas curiosidades. Uma, sobre o 25 de Novembro, foi publicada na habitual coluna “Confidencial” do “Tempo”, de 18-3-1976, que referia “ter tido conhecimento e acesso à cobiçada edição do «Diário de Notícias» que estava para sair no dia 26 de Novembro (falamos da 2.<sup>a</sup> edição, porque ao que consta, a 1.<sup>a</sup> foi completamente destruída). Dela retirámos o título que, a seis colunas ocupava a 1.<sup>a</sup> página – «Comissão de Salvação Nacional constituída esta madrugada – Costa Gomes, Filgueira Soares, Morais da Silva, Rosa Coutinho e Vasco Lourenço, compõem o novo órgão». Muito curioso...”

A outra bem mais trágica, na edição de 1-4-1976, do mesmo semanário, titulava na última página com: *A FRETILIN fuzilou portugueses*. Terá sido a primeira notícia publicada em Portugal sobre o fuzilamento do Tenente-Coronel Maggiolo Gouveia e do Intendente Vítor Santa, com a fonte de informação em Nova Iorque. De facto o Bispo de Díli já escrevera a sua carta de denúncia do sucedido, em 10 de Março, mas julgo que não terá seguido imediatamente para o seu destinatário: a viúva do malogrado oficial. Sabe-se que foi redigida uma segunda carta, em 29-4-1976, pelo Núncio Apostólico na Austrália, mas apenas na 1.<sup>a</sup> quinzena de Junho tal viria a ser confirmado, tendo-se então realizado uma missa de homenagem na Igreja da Memória, em Lisboa (15-6-1976), promovida pelos seus camaradas.

## A Imprensa liberal nas vésperas da eleições legislativas

Na edição de 22 de Abril, de “A Luta”, na 1.<sup>a</sup> página, ressaltavam dois títulos: *Apelo do CR ao voto maciço e consciente do eleitorado* e *“O PS não fez nem fará alianças políticas com o Partido Comunista – afirmou Lopes Cardoso na Gulbenkian”*.

O “Expresso”, em 23 de Abril, aparecia com uma 1.<sup>a</sup> página bastante recheada e interessante:

– “Soares, Sá Carneiro e Freitas do Amaral respondem a 3 perguntas do «Expresso»” (partidos mais votados, zonas de implantação partidária e valor relativo entre legislativas e presidenciais). Além da alegada falta de tempo de Álvaro Cunhal para responder, é curioso que cada um dos três líderes políticos tenha afirmado que a vitória era do seu partido. Sobre a última, Freitas do Amaral deu uma resposta que se poderá considerar premonitória: “Penso que estas eleições são muito importantes. As presidenciais também. Se os maiores partidos democráticos conseguirem pôr-se de acordo quanto a um candidato comum à presidência, as eleições legislativas terão sido as mais importantes.(...)”

– *“Bomba destrói embaixada de Cuba em Lisboa e faz dois mortos”*. Este atentado viria ser atribuído a elementos “descontrolados” do MDLP, tendo Ramiro Moreira sido condenado, em Tribunal Militar, com 16 anos de prisão maior, por este e outros crimes de bombismo de que foi acusado.<sup>4</sup>

– “Eleições (com chuva?) e emissão permanente da televisão”.

– “Conselho de Ministros ocupa-se de falências”.

– “Libertados os presos do 25 de Novembro”. Referia-se que “será concluída, hoje, a libertação de todos os prisioneiros que ainda se encontravam na cadeia em consequência do 25 de Novembro”. Entre outros, incluindo alguns sargentos pára-queda, indicava serem os Majores Campos de Andrada, Mário Tomé e Cuco Rosa do Regimento de Polícia Militar. De facto no dia 25 de Abril de 1976, nenhum dos acusados de envolvimento na insurreição armada de 25 de Novembro se encontrava detido.

– “MPLA julga “Revolta Activa à porta fechada”.

<sup>4</sup> Ver Manuel Amaro Bernardo. Ob. cit., p. 614

Esta 1.<sup>a</sup> página ainda continha vários destaques sobre o conteúdo da revista:

– “25 de Abril de 1974: Gomes Mota escreve sobre o MFA; Huguismo, spinolismo, e gonalvismo no processo político português”

– “25 de Abril de 1975: As eleições para a Assembleia Constituinte: A implantação dos partidos nas diversas regiões do país”

– “25 de Abril de 1976: Candidatos à Assembleia da República: Quantos homens, quantas mulheres, quais as profissões nos partidos a que pertencem. Partidos concorrentes: sua origem e formação.”

A terminar, salientam-se os títulos de 1.<sup>a</sup> página do “Jornal Novo”, de 24 de Abril, já com Daniel Proença de Carvalho no cabeçalho e que substituíra Artur Portela Filho nas funções de director.

Com uma fotografia de uma criança sorridente e a comer uvas, ao centro, fazia a pergunta: “Que futuro para esta criança?”

Os restantes textos eram titulados:

– *Costa Gomes ao País: «Que o dia de amanhã consagre mais uma vitória para a liberdade»*. O Presidente da República iniciava a sua mensagem afirmando: *Após quase meio século de ditadura em que a vontade popular foi ignorada, em vésperas de eleições livres, em inteiro reconhecimento do direito de cada cidadão participar com o seu voto nos destinos do nosso País.*

E terminava, dizendo:

(...) A Constituição que à meia-noite de hoje entra em vigor contem em si as linhas mestras por que há de reger-se a vida nacional.

O seu acatamento e o respeito pela orientação futura, que resultar do apuramento eleitoral, deve ser ponto de honra para todos os portugueses, Só aqueles que desejam ver em Portugal fórmulas políticas em que a vontade popular seja de pouca ou nenhuma influência, procederão de modo diferente.

Ao terminar faço votos para que o dia de amanhã consagre mais uma vitória do Povo Português para a conquista digna da sua liberdade.

- Editorial de Proença de Carvalho: *Amanhã diferente de ontem.*
- “MDLP: dissolução na segunda-feira?”
- “Desertor cubano: *Não era útil morrer num país que não é o*

*meu*». Notícia com entrevista a dois desertores militares cubanos fugidos de Angola, nos aviões da TAP.

Em anexo juntam-se dois quadros de banda desenhada, designados por *Kafarnaum*, do caricaturista António, publicados nas edições do "Expresso" de 24-1-1976 e 23-4-1976, que reproduzem o ambiente político e social vivido em Portugal, naquela época.

O CAMARADA ÁLVARO PODE CONSTACTAR  
SE, COMO AFIRMAM AS MÃS LÍNGUAS, EU  
PRÁTICO AQUI ALGUMA DISCRIMINAÇÃO  
RACIAL ...



# PARABÉNS CUNHAL, GANHASTE A MEDALHA!

POR FERNANDO BARRADAS

Extrato do livro "Cravos na Ferradura" recentemente publicado pela Editorial Intervenção

Agora já podes ir Cunhal. Já podes voltar às tuas amígdalas da Checoslováquia, à boa vida que levaste na Rússia, aos banquetes e festas das burguesas dos teus compadres do Kremlin.

Os novos Czares receberam-te com as honras iguais às que Lisboa prestou a Vasco da Gama quando este regressou das Índias.

Terás páginas inteiras nos livros da história russa, iguais às que D. Nuno Álvares Pereira, tem na História de Portugal.

Far-te-ão, em Moscovo, manifestações populares como se fizeram em todo o nosso Portugal a D. João IV.

E, perto do túmulo de Lenine, na Praça Vermelha, erguer-te-ão uma estátua como há, em Guimarães, a D. Afonso Henriques.

Tal como Vasco da Gama, Nuno Álvares Pereira, D. João IV, D. Afonso Henriques, o mereceram de Portugal, tu, Cunhal, o mereces da Rússia.

E, é evidente, terás a medalha.

Tu, Barreirinhas, grande defensor dos fracos e dos oprimidos, paladino da verdade e da justiça, protector das viúvas, dos órfãos e dos animais, amigo dos saneados e dos desempregados, inimigo dos exploradores, dos tra-

dores e dos imperialistas, mensageiro do paraíso soviético, cavaleiro da Ordem da Mais Vália, anjo Alverengo do celestial Brejnev, pai dos trabalhadores operários, camponeses, soldados, marinheiros, pescadores, guarda nocturnos e aviadores,

deputado da Paz, da Ordem, da Disciplina e do Trabalho, lutador pelo desenvolvimento da economia, estrategista da Reforma Agrária; ralo de sol a

iluminar este Portugal obscuro, professor dos analfabetos e dos atrasados do Norte, desmanipulador dos manipulados, esclarecedor dos não esclarecidos, descaçador dos encaçicados, inventor das amplas liberdades.

Dou-te os parabéns, Cunhal. Com os olhos inundados de tristeza, de riva de desespero, mas dou-te os parabéns.

Ganhaste, Cunhal. Tu, mais os teus 10% de seguidores ruidosos, conseguiram vencer a força passiva dos restantes 90% de um povo. Quebrar o orgulho de um povo. Aniquilar a vontade de um povo. Trair a história de um povo.

Em dois anos, Cunhal, deste ao imperialismo do teu "partido" o que em 500 anos foi pertença de Portugal.

Ninguém queria o colonialismo. Ninguém queria a escravatura. Ninguém queria a guerra colonial.

Para isso houve o 25 de Abril.

E aí, tu ganhaste, Cunhal. Tu, Rosa Coutinho, Almeida Santos, Mário Soares, Otelo Saraiva de Carvalho, Leonel Cardoso, Pizarat Correia, Victor Crespo, Carlos Fabião e Costa Gomes.

Onde devia haver plebiscito, houve entrega. Onde devia haver consulta, houve arbitrariedade. Onde devia haver liberdade, houve russos e cubanos. Onde devia haver independência e liberdade, houve ditadura comunista.

Sairam os colonialistas portugueses, entraram os capatazes russos e cubanos. Tens lido, Cunhal, os discursos de Samora Machel?

Tens sabido, Cunhal, do que fazem aos portugueses em Moçambique? Soubeste, Cunhal, dos crimes que o Carlos Fabião permitiu ao PAIGC, sobre homens, muitos deles, que o ajudaram a conquistar louvores e medalhas? Conheces, Cunhal, as atrocidades do MPLA?

Mais mortos houve em 2 anos teus, do que em 500 dos portugueses colonialistas. Mas ganhaste, Cunhal.

E vais ter a tua medalha.

Hoje, na Rússia, és um herói.

Tão grande como Mouzinho, Gama, Infante D. Henrique, Gil Eanes, Álvares Cabral, Pero Vaz de Caminha ou Nuno Tristão.

Só que tu, Cunhal, não descobriste. Nem conquistaste. Nem desabravaste. Usurpaste!

Conseguiste dar à Rússia, em dois anos, o que foi Portugal em 500 anos.

E lá, no reino da alta burguesia, dos novos Czares, como não deve haver um Camões que te cante o "heróico gesto", aqui te deixei, na modéstia de uma adaptação (que o saber, engenho e arte a mais não dá) o que qualquer lírico russo te cantaria em soneto:

As G-3 e os chaimites desviados  
Do Oriental quartel do Copcon  
Por comícios nunca dantes escutados  
Passaram muito além do que era bom  
Em vilas e aldeias excomungadas  
Mas sempre afinando o mesmo tom  
E entre essa gente remota se impuseram  
No reino que aos portugueses desfizera

É também as memórias gloriosas  
Dos cunhalistas que foram degradando  
A Fé, o Império, e as serres fabulosas  
De toda a África andaram conquistando,  
E aqueles que por obras asquerosas  
Só depois da morte irão pagando,  
Gritando espelharei por toda a Rússia

Se não me faltar Marx, e astúcia,  
Cessem do sábio Infante e do Cabral  
As navegações grandes que fizeram  
Cale-se de Gama ou outro igual  
As honras e glórias que tiveram  
Que eu canto o Alvaro  
Cunhal

A quem Vasco e Coutinho obedeceram  
Cesse tudo o que a história antiga canta.  
Que outro valor mais alto se aleventa.

Parabéns, Cunhal

Ganhaste a medalha!

por Assis

# kafarnaum 11

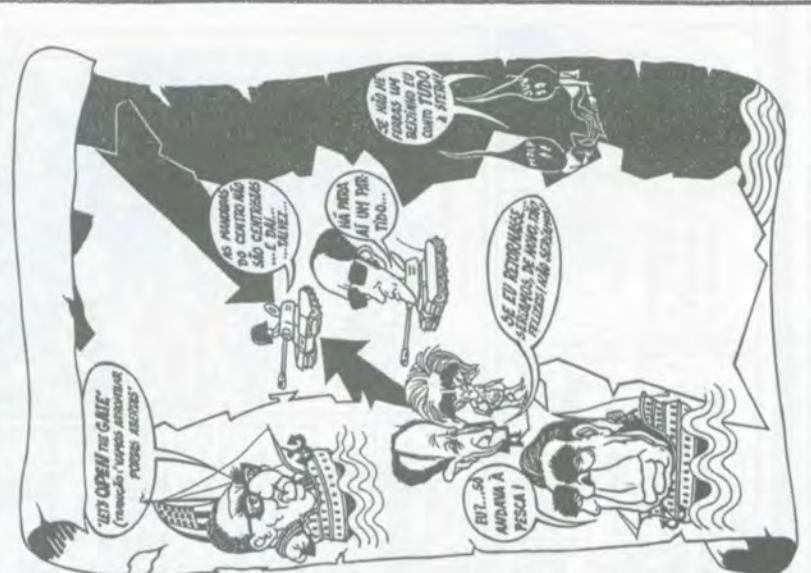
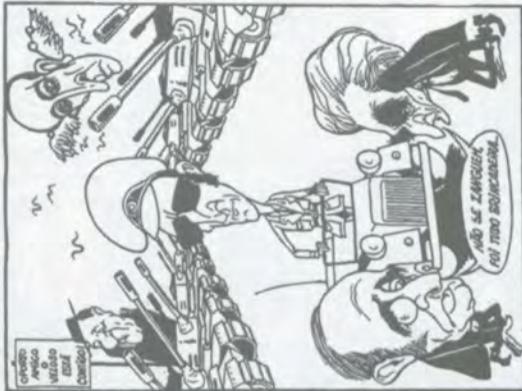


## kafarnaum



# kafarnaum 22

NÃO ALEGROU / NEM FUI  
 CAPAZ DE QUITE UMA  
 REI NEM FUI TER JOGO DE  
 CENSO POR HONORÁRIO EM  
 COM A PAVIA / NEM FUI  
 SABER COISAS DE ANTES  
 GUEDES E DEBARRER  
 ALEGROU DO CR  
 VALER 123  
 XINGUES



# AMÉRICA E A REVOLUÇÃO E DEMOCRACIA NO BRASIL

## II

### A REVOLUÇÃO E O 25 DE NOVEMBRO



# 1

## APOIO DOS EUA E DA EUROPA À DEMOCRACIA EM PORTUGAL

(...) no documento discutido entre Harold Wilson, James Calaghan e Mário Soares (...) foram propostas “campanhas de informação e de angariação de fundos para o PS”. (...) Rui Mateus, in “Contos Proibidos (...)” (1996)

Convém lembrar que a designada “Guerra Fria” entre os EUA e a URSS ainda se encontrava acesa na década de setenta e, no caso de Portugal, havia todo o interesse dos soviéticos em desestabilizar o continente português, para facilitar a entrega dos territórios africanos à órbita de Moscovo.

Significativa é a afirmação do homem forte da CIA para a Europa Ocidental, Cord Meyer, então sediado em Londres: “Quando a revolução ocorreu em Portugal, os EUA tinham saído para o almoço. Fomos totalmente surpreendidos. Já os soviéticos canalizaram milhões de dólares para Cunhal e operavam com várias *task-forces* do KGB”<sup>1</sup>

Recordemos que, de acordo com várias fontes, tinha ocorrido o designado Pacto de Paris, entre os líderes do PC e do PS portugueses. Um semanário descreve o sucedido:<sup>2</sup>

“(...) é oportuno explicar, em síntese, os termos desse acordo que a Sûreté francesa detectou, fornecendo, a seguir, pormenores à CIA norte-americana e à PIDE/DGS. Rezava assim: *Os responsáveis pela rebelião, uma vez esta triunfante pela queda do regime político vigente, comprometiam-se a descolonizar procurando, nesse processo, privilegiar os movimentos pró-marxistas que lutavam nos territórios ultramarinos portugueses.*

“Refira-se, ainda, que aquele acordo da Rua da Ópera, em Paris, celebrado em Maio de 1973, teve como intervenientes Boris Ponomarev, membro do Politburo da URSS para as relações internacionais, e dois conhecidos políticos portugueses, Mário Soares e Álvaro Cunhal.

<sup>1</sup> Ver José Freire Antunes. “Os Espanhóis e Portugal”. Lisboa, Ed. Oficina do Livro, 2003, p. 88.

<sup>2</sup> Ver “O Diabo” de 4-7-2000.

“Estes, como se sabe, lutavam, a partir do exílio – fiéis às suas convicções democráticas mas em campos diferentes – para derrubar o regime político instalado em Portugal. Foi ainda decidido dar um milhão de dólares, ao tempo cerca de 37 mil contos, aos dois portugueses exilados, Soares e Cunhal, para as despesas (do que tinha sido acordado) dos partidos políticos, que representavam em Portugal.

“A reunião teve lugar num café, do citado local, onde a Sureté, desconfiada pela presença de Ponomarev em França, tinha lá colocado um sistema de escuta. (...)”

Julgamos que ainda ninguém confirmou a recepção de tal importância e nomeadamente os então responsáveis do PS... Em relação ao PCP, os indícios surgidos ao longo do processo revolucionário levam a acreditar na versão do chefe da CIA em Londres, atrás referido. Rui Mateus, adjunto de Mário Soares para as relações internacionais do PS, vai mais longe quando diz que Vernon Walthers, subdirector da CIA, na sua passagem por Lisboa, em Agosto de 1974, onde se encontrara com representantes dos principais partidos, “confirmaria que o PCP estava a receber 10 milhões de dólares mensais da União Soviética”.<sup>3</sup> Será exagerada esta quantia? Em nosso entender tal poderá ser o resultado de um erro de transcrição (anuais em vez de mensais?), ou de premeditada intenção de Walthers, com vista a conseguir verbas nos EUA para contrabalançar aquele esforço soviético ou, ainda, por ter sido enganado pela sua fonte de informação. Será interessante, no futuro, confirmar tais dados, quando os arquivos do KGB forem abertos aos investigadores.

José Freire Antunes comenta o referido acordo:

(...) “Soares e Cunhal foram os subscritores do Pacto de Paris (1973) para um futuro governo de esquerda, imitando o *Programme Commun* de Mitterrand e George Marchais, sob a égide de Boris Ponomarev e das suas *lições do Chile*. Algo que Filipe González recusou para Espanha, apesar do *eurocomunismo* de Santiago Carriño.(...)”<sup>4</sup>

<sup>3</sup> Ver Rui Mateus. “Contos Proibidos; Memórias de um PS Desconhecido”. Lisboa, Ed. D. Quixote, 1996, p. 73, que cita Vernon Walthers. “Silent Missions”. Nova Iorque, Doubleday, 1978, p. 609.

<sup>4</sup> Ver “O Independente” de 31-12-2004.

## **Alteração da estratégia da vacina da Europa**

Entretanto, o Secretário de Estado Henry Kissinger, tinha passado a acompanhar, com maior atenção, o processo revolucionário português, mas seria, apenas, a partir da chegada a Portugal do embaixador americano Frank Carlucci, em 17-1-1975,<sup>5</sup> que viria a concretizar-se o apoio político/diplomático ao Partido Socialista e principalmente através das pressões feitas, por vários chefes de governo europeus, sobre os dirigentes da URSS.

O governante europeu a coordenar o apoio ao Partido Socialista terá sido James Callaghan, Ministro dos Negócios Estrangeiros britânico, a partir da sua visita a Lisboa, em Janeiro de 1975. Como afirma nas suas memórias<sup>6</sup>, a tese que vigorava nos EUA em relação a Portugal era a da vacina da Europa, isto é, “uma ditadura comunista talvez não fosse de todo destituída de vantagens, uma vez que isso poderia servir para *vacinar* o resto da Europa Ocidental”. Segundo Rui Mateus e outros autores, terá sido este político a ajudar Frank Carlucci e Vernon Walthers a alterar, em meados de 1975, aquela tese norte-americana.

Depois do exercício “Locked Gate” da NATO, em 30-1-1975, nas costas portuguesas, e do avanço imparável da revolução no pós 11 de Março – apesar das eleições realizadas em 25 de Abril<sup>7</sup> –, chegamos a Julho de 1975. Transcreve-se, de novo, Rui Mateus:

“(…) Quando no dia 24 de Julho, James Callaghan informa o seu *cabinet* de que Portugal *está sem Governo e que Soares, líder do Partido Socialista português, temia ser assassinado*, já os primeiros-ministros socialistas europeus tinham decidido aceitar o convite de Olof Palme para a cimeira de Haga, nos arredores de Estocolmo, onde seria constituído o Comité de Amizade e Solidariedade com a Democracia e o Socialismo em Portugal, a 2 de Agosto. Presentes, entre outros,

---

<sup>5</sup> Segundo Rui Mateus Frank Carlucci foi nomeado por proposta de Vernon Walthers. Ver ob. cit., p. 74.

<sup>6</sup> Ver James Callaghan. “Time and Chance”. Glasgow, William Collins Sons & Co., 1987, pp. 361-2, cit. por Rui Mateus. Ob. cit. p. 80.

<sup>7</sup> Na campanha para estas eleições o grupo dos ex-MES, de Jorge Sampaio e César Oliveira defendeu o “voto em branco”. No entanto o PS conseguiu 37,9% dos votos (PPD – 26, 4% e PCP – 12,5%), com 6,9% de nulos e brancos e 8,3% de abstenção. Ver César Oliveira. “Os Anos Decisivos (...)”. Lisboa, Ed. Presença, 1993, p. 172.

os então primeiros-ministros Harold Wilson, Trygve Bartelli, Bruno Kreisky, Helmut Schmidt, Anker Joergensen, Joop den Uyl, Ytzhak Rabin e o anfitrião, Olof Palme, assim como, evidentemente, Willy Brandt, James Callaghan, François Mitterrand, Bettino Craxi e o convidado de honra, Mário Soares. (...)”<sup>8</sup>

### O Plano Callaghan para Portugal

Na prática, o resultado desta cimeira, além das previstas visitas de entidades a Portugal e das pressões a exercer sobre Moscovo, foi a elaboração de um texto por três membros da Internacional Socialista, onde, a certa altura, se afirmava que deviam ser feitas *campanhas de informação e angariação de fundos para o PS*. Mário Soares, mais cauteloso, substituiu a palavra PS por Democracia.<sup>9</sup> Curiosamente este documento viria a ser aprovado na reunião do referido Comité, em 5 de Setembro, em Londres, data em que os militares do MFA se juntaram em Tancos, para remodelar o Conselho da Revolução e fazer diminuir o peso exagerado dos gonçalvistas neste órgão.

Cerca de uma semana antes (28-8-1975), já teria havido uma entrega de dinheiro feita ao PS, por um agente do MI 16 britânico.<sup>10</sup>

Além disso, em 1975, no caso do desencadeamento da previsível guerra civil, haveria um plano de apoio logístico, coordenado pelos britânicos, que previa o desembarque no Norte do País de gasolina, armas e munições. Os contactos preparatórios terão sido levados a efeito, tendo Mário Soares indicado um militar do “Grupo Militar” (Ramalho Eanes ?), para integrar tal acção no “planeamento geral das operações”.

Este líder socialista apenas se referiu a tal projecto a Joseph Sanchez Cervelló, tendo omitido quando tratou o tema da resistência anticomunista com Maria João Avelaz e José Freire Antunes:<sup>11</sup>

(...) Também contava com a ajuda da CEE e da NATO e, nesse sentido, disse-me Mário Soares:

<sup>8</sup> Ver Rui Mateus. Ob. cit., p. 83.

<sup>9</sup> Ver Rui Mateus. Ob. cit., p. 85.

<sup>10</sup> Ver Rui Mateus. Ob. cit., pp. 88 e 89.

<sup>11</sup> Ver “A Revolução Portuguesa e a sua Influência na Transição Espanhola (1961-1076)”. Lisboa, Ed. Assírio e Alvim, 1993, p. 250.

“Pouco antes do 25 de Novembro, <sup>12</sup> encontrei-me na Grã-Bretanha com Callaghan, a quem disse que ia produzir-se um golpe comunista e que era preciso contra-atacar. Os «nove» e os que organizaram a resistência tinham medo de que não houvesse gasolina no país, nem bastantes armas. Callaghan enviou-me um oficial do serviço de espionagem britânico, que pus em contacto com os «nove». A sua missão era estudar a maneira como a Inglaterra nos poderia ajudar nas primeiras horas, no caso do país ficar dividido ao meio. No estudo da situação chegou-se à conclusão de que eles nos fariam chegar armas ao Norte, no caso de ser necessário. (...)”

O problema viria a ser solucionado em 25 de Novembro, com a “prata da casa”, sem a necessidade de movimentação de tropas para o Norte do País. Sucedeu foi o inverso, com o reforço de várias companhias de atiradores da RMN para a área da grande Lisboa.

Ainda, segundo o autor que vimos citando, então com responsabilidades nessa área, dentro do PS, em 23 de Setembro, continuaria a ajuda financeira ao Partido, com a entrega de 300 mil escudos à Associação António Sérgio e de um milhão de escudos a Gustavo Soromenho, para lançar o jornal “A Luta”, dirigida por Raúl Rego, em substituição do “República”. O primeiro contacto para este efeito terá sido realizado por um agente da CIA. Segundo os registos de Rui Mateus, desde esta data e até 20 de Novembro, terão sido recebidos cerca de 6 milhões e 300 mil escudos. Posteriormente ao 25 de Novembro, o PS terá igualmente continuado a receber várias centenas de milhares de escudos, com origem na Áustria, Suécia e Venezuela, entre outros. Tais apoios financeiros arrastar-se-iam por longo tempo, sendo feitos, no final da década de setenta, através do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento e das Fundações Azevedo Gneco, Antero de Quental e José Fontana. Por exemplo, apenas em 1979, segundo Rui Mateus, estas organizações terão recebido da Fundação alemã Friedrich Ebert cerca de 78 milhões de escudos, sendo mais de metade entregue à Fundação José Fontana, que terá sido o embrião da UGT, com o seu primeiro congresso realizado em Janeiro daquele ano, no Porto.

---

<sup>12</sup> Terá ocorrido em 2-10-1975, aquando do Congresso do Partido Trabalhista Inglês, onde esteve Mário Soares, acompanhado de Rui Mateus. Ver Rui Mateus. *Ob. cit.* p. 87.



## A REFORMA AGRÁRIA E O 25 DE NOVEMBRO

*(...) durante a segunda revisão, ocorrida em 1989, é suprimida na Constituição qualquer referência à "reforma agrária".*

Medeiros Ferreira, in "História de Portugal", 8.º vol. (1994)

A Reforma Agrária, iniciada em Portugal, através da ocupação selvagem de terras no Alentejo, em finais de 1974, por coincidência, viria a desaparecer definitivamente da terminologia oficial, por ocasião da queda do Muro de Berlim, em 1989.

A influência do 25 de Novembro na decadência e posterior anulação do projecto designado por "reforma agrária", lançado pelo PCP em terras alentejanas, foi explicada pelo Ministro da Agricultura e Pescas (MAP) do VI Governo provisório, Eng.º Lopes Cardoso: <sup>1</sup>

"(...) A Reforma Agrária, que se havia desenrolado desde antes do Verão, sem intervenção directa do Estado, iria entrar numa nova fase, após o 25 de Novembro. As ocupações cessam, algumas alterações são introduzidas na legislação em vigor, de acordo com uma plataforma subscrita pelos três partidos, que integram o VI Governo provisório, ao mesmo tempo que se reafirma a vontade expressa do Governo em prosseguir a Reforma Agrária.

"Com o objectivo de corrigir os excessos cometidos durante o movimento de ocupações é criada, no MAP, uma Comissão de Análise, encarregada de apreciar as reclamações que lhe sejam dirigidas. (...)"

No entanto, Lopes Cardoso, apesar de continuar Ministro da Agricultura no 1.º Governo Constitucional de Mário Soares (posse em 23-7-1976), viria a demitir-se, sendo substituído pelo Eng.º António Barreto, que seria o alvo predilecto de uma campanha desencadeada pelo PCP, em relação à então designada "Lei Barreto" (22-7-1977).

<sup>1</sup> Ver "Luta pela Reforma Agrária". Lisboa, Ed. Diabril, 1976, p. 49.

## Ocupações das terras e sequente legalização estatal

Segundo alguns autores (Medeiros Ferreira e Afonso de Barros),<sup>2</sup> decorreram três fases no movimento das ocupações:

- 1.<sup>a</sup> – De fins de 1974 a Julho de 1975.
- 2.<sup>a</sup> – De Agosto a Setembro de 1975.
- 3.<sup>a</sup> – De Outubro de 1975 até ao final do ano.

Como afirma António Barreto,<sup>3</sup> a primeira ocupação terá ocorrido na Herdade do Outeiro (775 ha), no concelho de Beja, em fins de 1974. Os principais aspectos sociais e políticos do processo da reforma agrária, segundo este autor, seriam: “A polarização social era nítida: um objectivo – a terra; uma classe – os proletários rurais; uma região – o Alentejo; um dirigente – o Partido Comunista; uma organização de massas – o Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas; um inimigo – os proprietários das terras. Estes aspectos garantiram o sucesso do movimento de 1975, mas foram também a causa do isolamento cada vez maior, a que esteve sujeito, a partir de 1976, e da sua posterior derrota.”

Na 1.<sup>a</sup> fase, as ocupações que, em Janeiro, se limitavam a centenas de hectares, foram aumentando progressivamente, com um valor de 10 353 ha, no mês de Abril, resultante do rescaldo do 11 de Março. Em Junho e Julho, e nomeadamente nos distritos de Beja e Évora, a ocupação aumentou respectivamente para cerca de 40 000 e 64 300 ha. Em fins de Julho, o IV Governo de Vasco Gonçalves viria a dar um maior alento ao PCP, que vinha instigando as ocupações selvagens, com a publicação do Dec-Lei 406-A/75, em 29-7-1975. Legalizava o sucedido anteriormente e dizia que as expropriações seriam feitas, após a avaliação do estado social da exploração agrícola e as decisões tomadas por simples portaria ministerial.

Na 2.<sup>a</sup> fase, dada a grande infiltração de elementos do PCP nos delegados do MAP na Zona de Intervenção da Reforma Agrária (ZIRA)<sup>4</sup>,

<sup>2</sup> Ver José Medeiros Ferreira, *in* José Mattoso. “História de Portugal”, vol. VII. Lisboa, Círculo de Leitores, 1994, p. 126.

<sup>3</sup> Ver “Anatomia de uma Revolução. A reforma agrária em Portugal. 1974-1976”. Lisboa, Ed. Publicações Europa América, 1987, p. 463.

<sup>4</sup> De acordo com o Dec-Lei 236-B de 5-4-1976, a ZIRA compreendia todos os concelhos dos distritos de Beja, Évora, Portalegre e Setúbal; os concelhos de Abrantes, Almeirim, Alpiarça,

compreende-se a latitude da onda de ocupações em Agosto (169 236 ha) e Setembro (153 643 ha).

Em 30-7-1975, era publicado outro Dec-Lei (407/A-75), em que “Se enumerava, como passíveis de nacionalização, os prédios beneficiados no todo, ou em parte, pelos aproveitamentos hidro-agrícolas de Caia, Campilhas, S. Domingos e Alto Sado, Dívor, Loures, Idanha, Mira, Odivelas, Roxo, Vale do Sado e Vale do Sorraia, quer pertencessem a pessoas singulares, a sociedades ou a pessoas colectivas de direito privado.”

Ocorreu nessa altura o envolvimento dos militares do MFA, de Vendas Novas (EPA), como o então Tenente Andrade da Silva, no apoio às ocupações na rica zona de Coruche (Vale do Sorraia), em sintonia com as antenas do PCP na região.

E apesar da situação política já ter permitido a formação do VI Governo provisório do Almirante Pinheiro de Azevedo, empossado em 19-9-1975, a publicação do Dec. Lei 541-B/75 de 27 de Setembro, que permitia a utilização do crédito agrícola de emergência para efectuar pagamentos de salários dos trabalhadores rurais, provocaria a onda mais violenta de ocupações, nos dois meses seguintes: Outubro (419 192 ha) e Novembro (230 222). Quando se refere ter sido o Alentejo a principal região onde decorreram as ocupações, tal corresponde à realidade dos números – nos seus distritos (Évora, Beja e Portalegre, por esta ordem) terão ocorrido 85% do total de cerca de 1 183 000 hectares ocupados no País, até Dezembro de 1975.<sup>5</sup>

Curiosamente, os quadros estatísticos apresentados por António Barreto não referem qualquer ocupação no Algarve (além dos acima indicados, Castelo Branco, Lisboa, Santarém e Setúbal)). Julga-se que, ao quererem ampliar a ZIRA até várias freguesias limítrofes algarvias e a Monchique, acabou por lhes sair o “tiro pela culatra”, pois este concelho viria a ser um grande centro de recrutamento da CAP, face ao descontentamento que tais intenções estavam a produzir nos agricultores locais. O caso da desocupação do Governo

---

Benavente, Chamusca, Constância, Coruche, Entroncamento, Golegã, Salvaterra de Magos e Vila Nova da Barquinha, do distrito de Santarém; Vila Franca e Azambuja, do distrito de Lisboa; e ainda no Algarve, o concelho de Monchique, e as freguesias limítrofes do Baixo Alentejo, dos concelhos de Aljezur, Silves, Loulé e Alcoutim.

<sup>5</sup> Ver António Barreto. *Ob. cit.*, pp. 216 e 219.

Civil de Faro, em 22-10-1975, em que colaboraram esses elementos, é bem elucidativo.<sup>6</sup>

De facto, o 25 de Novembro viria fazer parar a loucura revolucionária no Alentejo e “arrabaldes”, pois, em Dezembro, a área invadida desceria drasticamente para os 37 000 ha; mas ainda levaria a ajudar a contabilizar 60% do total da área ocupada, no último trimestre de 1975.

### **Os procedimentos dos técnicos agrários...**

Pouco tempo depois do 25 de Novembro, através de documentos de trabalho conseguidos num dos Centros Regionais da Reforma Agrária, viriam a conhecer-se os métodos utilizados, em Julho de 1975, para “acompanhar o processo”. Vacas de Carvalho, um engenheiro nascido em Montemor-o-Novo, pertencente a uma conhecida família de agrários, destaca o conteúdo de um desses textos:<sup>7</sup>

“Calendário

1. A delimitação iniciar-se-á pelas herdades actualmente ocupadas, pela seguinte ordem:

– Herdades ocupadas, com boa organização e dimensão correcta, a serem imediatamente expropriadas.

– Herdades ocupadas com necessidade de se entrarem em novas correcções, sobretudo de ampliação.

– Finalmente, herdades que, segundo o critério do Centro, se encontram indevidamente ou mal ocupadas, e que necessário se torna retardar a expropriação, até que as assembleias locais se pronunciem.

2. Para além dessas herdades já ocupadas e seguidas de correcção, a restante área a delimitar será constituída por herdades grandes, pertencentes a latifundiários e empresários capitalistas fascistas em cada zona (por ex-concelhos); condição: organização dos trabalhadores e sua vontade.

3. Atendendo às áreas que se encontram já ocupadas em quase todas as zonas da reforma agrária, torna-se necessário aumentar e consolidar as estruturas do Centro e a sua descentralização, de modo

<sup>6</sup> Ver Manuel Amaro Bernardo. “Memórias da Revolução; Portugal 1974-1975”. Lisboa, Ed. Prefácio, 2004, p. 228.

<sup>7</sup> Ver “O Fracasso de um Processo; A Reforma Agrária no Alentejo”. Aveiro (Tip.), Ed. do Autor, 1977, pp. 68 e 69.

a que a delimitação possa, nessa primeira afectação, ser considerável, e o Centro seja capaz de resposta consequente.

4. A delimitação da área deve abranger zonas em concelhos de cada distrito, a fim de, por um lado, não deixar locais onde os trabalhadores não sintam nem se organizem para a reforma, e por outro lado, para obstar a que a burguesia de campo crie, em cada distrito, retaguardas apoiadas pelos pequenos e médios agricultores e levando atrás de si trabalhadores, pondo-os contra a reforma agrária.”

Vacas de Carvalho fazia, a seguir, o seu comentário:

“Como veremos pela continuação do texto, esta reunião de trabalho pode ser datada aproximadamente de Julho de 1975, altura em que a lei da reforma agrária já estava elaborada. Como este documento contradiz os procedimentos previsto na referida lei, que saiu com a data de 29 de Julho, e porque está quase sempre de acordo com o processo ilegal da reforma agrária, verificado no Sul do País, esta é a prova da actividade clandestina, já várias vezes denunciada, a que se entregaram técnicos partidários. (...)”

### **A reivindicação de Otelo...**

Existe uma faceta da actuação de Otelo Saraiva de Carvalho durante o período revolucionário, que tem sido menos tratada pelos investigadores deste período: o apoio à reforma agrária no Alentejo.

O jornalista João Garin esclarece o sucedido, através da reportagem em relação a um comício, pouco tempo antes do 25 de Novembro: <sup>8</sup>

“(...) Os ataques comunistas (injustos, mas justificados) a Lopes Cardoso tiveram um dos momentos mais elevados no plenário de 2-11-1975, no Barreiro, que decorreu no salão gimnodesportivo da C.U.F., promovido pelos Sindicatos Agrícolas de Évora e Santarém, União das Ligas de Pequenos e Médios Agricultores do distrito de Santarém, a C.U.T./C.G.T. do Barreiro, a Comissão de Trabalhadores da SAPEC, a Comissão Coordenadora Intercomissões de Trabalhadores do Grupo C.U.F., e apoiado pela Comissão Revolucionária de Apoio à Reforma Agrária.

---

<sup>8</sup> Ver “Reforma Agrária: Seara de Ódio”. Lisboa. Lisboa, Ed. do Templo, 1977, pp. 205-207.

“Neste encontro estiveram presentes Otelo Saraiva de Carvalho, António Bica, Júlio Martins, da Comissão Revolucionária de Apoio à Reforma Agrária, Maria das Dores Dias, Rogério Leandro, da referida Comissão Coordenadora (...) da C.U.F., e outros representantes das comissões de trabalhadores dos Sindicatos Agrícolas de Évora, Santarém, Setúbal, Portalegre e Lisboa e da União das Ligas de Pequenos e Médios Agricultores de Santarém, da SAPEC, da C.U.F., o 1.º Tenente Ferreira da Silva (Fuzileiros) e representantes do R.A.S.P.(V. N. de Gaia).”

“O comandante do COPCON (Otelo), em uma das suas iluminadas dissertações, recordou um conceito de «Che» Guevara («meu ídolo da juventude, meu ídolo até hoje»): «Nenhuma terra sem trabalhadores; e nenhum trabalhador sem terras». Completando o pensamento disse: «É esta a meta a atingir, porque não podemos permitir que o nosso País, na sociedade socialista que queremos implantar, existia um trabalhador da terra que não tenha terra para trabalhar».”

Posteriormente, Otelo, numa entrevista à Associated Press, aquando da sua candidatura à Presidência da República em 1976, viria a reivindicar para si a protecção dada pelo MFA aos primeiros assaltos às herdades alentejanas.

Sobre a alocução do comunista António Bica, então nas funções de Secretário de Estado da Estruturação Agrária,<sup>9</sup> o autor que estamos a citar, afirma:

“Na sua intervenção referiu-se ao problema da ocupação das terras, afirmando que «não poderá existir uma Reforma Agrária sem prévia ocupação das terras, porque se estivermos atidos a um processo burocrático, e partindo do princípio de que os trabalhadores conseguiriam, tarde ou cedo, tomar conta das terras, os agrários, entretanto, teriam levado – como têm feito – os gados, as máquinas e todos os valores criados pelos trabalhadores rurais, para Espanha, ou para outros lugares, e só não levavam a terra porque é pesada.»

“O plenário aprovou uma série de moções, que nada tinham a ver com problemas agrários (exigência da reintegração imediata dos militares e civis progressistas, apoio aos órgãos de informação contro-

---

<sup>9</sup> Na constituição do I Governo constitucional, no MAP, de Lopes Cardoso, António Bica foi substituído pelo Eng.º Castro Guerra.

lados, etc.) e que apenas visavam a preparação do clima para o golpe do dia 25 de Novembro.

“Sobre a Reforma, decidiram por aclamação «repudiar a atitude cobarde dos ministros Magalhães Mota e Lopes Cardoso, por não terem comparecido no plenário, apesar de convidados por carta registada com aviso de recepção, na qual se mencionava a ordem de trabalhos e tendo em conta que os referidos sempre têm afirmado publicamente estarem na disposição de dialogar com os trabalhadores».

“Por outro lado, resolveram «recusar qualquer tipo de diálogo com os referidos membros do Governo que não seja efectuado nos seus lugares de trabalho e não nos gabinetes, onde os fascistas sempre conspiraram contra os trabalhadores». (...)”

### **Mortes e feridos em Santarém**

As tentativas de ampliar a Reforma Agrária ao Ribatejo foram bastante intensas, através das organizações agrárias ligadas ao PCP. O ocorrido, em 6 de Novembro, é apenas um exemplo da maneira como tal decorreu. Os agricultores ribatejanos tinham convocado uma reunião para o Pavilhão da Agricultura, em Santarém.

João Garin descreve a sua versão do sucedido:<sup>10</sup>

“(...) As autoridades militares e civis de Santarém procuraram contactar as diversas facções com o objectivo de evitar alterações à ordem, depredações e violações à liberdade de reunião. As conversações foram dificultadas, porque o Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas local recusou-se comparecer às reuniões.

“O CRRRA, alegando que corria o boato de um assalto às suas instalações, pediu a protecção às autoridades através de um ofício mas, de acordo com o Sindicato, recrutou largas centenas de civis de Alpiarça, Couço, Salvaterra, Almeirim e Benavente entre os «controlados» para, sob a capa de defesa do Centro, organizar uma contra-manifestação.

“Na tarde do dia 6, conforme o previsto, mais de um milhar de agricultores compareceu à reunião, seguindo depois ordeiramente para a EPC, evitando a zona da cidade onde se situam as sedes do CRRRA e do Sindicato.

---

<sup>10</sup> Ver ob. cit., p. 213.

“Os PC’s, vendo que não só a sua credibilidade, como uma confrontação favorável à sua política de desestabilização se frustrariam pelo impecável comportamento dos agricultores, ordenaram aos seus apaniguados que se introduzissem entre os manifestantes e provocassem a desordem. Cumprindo essas determinações, Manuel Brás Lopes agarrou pelas costas e anavalhou mortalmente Francisco Manuel da Veiga Teixeira, filho do ganadeiro de Coruche António José Teixeira. Os agricultores, reagindo instantaneamente à cobarde agressão, apanharam o assassino, liquidando-o imediatamente.

“(…) O relatório da EPC, apesar de contestado pelo Sindicato, repôs publicamente a verdade. Sobre os confrontos dizia, nomeadamente:

“Nas ruas Teixeira Guedes e Guilherme de Azevedo, a cauda da manifestação foi subitamente atacada por elementos estranhos que se encontravam na proximidade do IRA e que propositadamente ali acorreram, dando início a uma alteração de ordem pública violenta, que se generalizou ao longo da Rua Guilherme de Azevedo, e da qual resultaram dois mortos e 18 feridos. (...)”

As actuações na área do distrito de Santarém, nomeadamente no Couço e em Coruche, segundo o Tenente-General Alves Ribeiro, ex-Comandante da EPC, eram dinamizadas pelo Tenente Andrade da Silva e pelo Capitão Amílcar Rodrigues, ambos da EPA (Vendas Novas), havendo ainda um elemento da DORL do PCP (com vincada actuação em Torres Novas e Santarém), genro do Coronel de Cav.<sup>a</sup> Vicente da Silva, que o chegou a ameaçar com este oficial, caso não facilitassem as suas actividades.

Aquele comandante da EPC descreve o sucedido em 16-11-1975:<sup>11</sup>

“(…) estando o Capitão “Cmd” Teixeira Gil de oficial de dia ao Quartel General da Região Militar de Évora e tendo chegado uma mensagem da EPA, a comunicar que viaturas militares dessa Unidade iriam transportar trabalhadores dos sindicatos agrícolas de Vendas Novas, através de Santarém, para a zona do Cartaxo, foi-lhe dito, por telefone, mais ou menos o seguinte: «Podem vir, mas não tragam nem um canivete, pois vão ser vistoriados na ponte...». Claro que já não vieram por aquele itinerário.”

<sup>11</sup> Ver Manuel Amaro Bernardo. Ob. cit., p. 206.

## **A última manifestação**

Dentro do espírito revolucionário vigente na época, na ligação dos camponeses aos operários, no dia 20 de Novembro, os sindicatos alentejanos e de Santarém determinaram a paralisação total no Alentejo e Ribatejo, até à demissão do VI Governo provisório. No dia seguinte, delegados das UCP's e dos sindicatos dos rurais alentejanos deslocaram-se a Lisboa, para participarem na manifestação dos metalúrgicos, em Belém, onde "foi exigido um governo de unidade revolucionária".

Os alentejanos, segundo um jornal diário afecto ao PCP,<sup>12</sup> nesse dia (21), foram homenageados com um jantar, pelos camaradas metalúrgicos.

As palavras de ordem foram:

"Abaixo o VI Governo já"; "Viva a aliança operário-camponesa"; "Ó Pinheiro vai para a rua, esta casa não é tua"; "A luta continua, Pinheiro vai para a rua"; "Operários, camponeses, soldados, marinheiros, unidos venceremos"; "Reaccionários fora do Governo, já".

Depois cantaram os versos: "Queima-se o Pinheiro, assa-se o Carneiro", enquanto o coro repetia "E o Soares serve de tempero". À despedida do repórter do referido jornal diário, um dos camponeses pediu-lhe:

"Escreva no «nosso» «Notícias» que a luta continua. Até 2.<sup>a</sup> feira, camaradas".

Por "coincidência", na madrugada de 2.<sup>a</sup> para 3.<sup>a</sup> feira seria desencadeado pela esquerda revolucionária, acompanhada por elementos do PCP, o designado golpe de 25 de Novembro.

---

<sup>12</sup> Ver "Diário de Notícias" de 22-11-1975.



### 3 A TORTURA “REVOLUCIONÁRIA”...

*(...) O Capitão Quinhones ordenou que me encostasse à parede e despisse a camisa. Após isto, fui agredido sete vezes com uma cadeira de ferro, nas costas, o que me provocou vários ferimentos.(...)*

Alferes “Cmd” Marcelino da Mata, in «O País» de 19-3-1976.

Ao longo do período revolucionário, desde 28 de Setembro de 1974 e nomeadamente a partir do 11 de Março de 1975, foram sendo praticados actos de violência e até de tortura contra pessoas, quer fossem militares ou civis.

Face ao que ia sendo publicado na designada imprensa liberal, ao longo da revolução sobre vários casos de tortura ocorridos, o Conselho da Revolução, em 19-1-1976, decidiu nomear uma Comissão de Averiguação de Violências sobre Presos Sujeitos às Autoridades Militares, presidida pelo Brigadeiro Henrique Calado e composta por três oficiais superiores representantes de cada um dos Ramos das Forças Armadas, um juiz de Direito (Ministério da Justiça) e três advogados nomeados pela respectiva Ordem (Angelo Almeida Ribeiro, José Carvalho Rodrigues Pereira e Francisco de Sousa Tavares).

Em Novembro de 1976 apresentaram o seu relatório, que foi editado pela Presidência da República, com um prólogo do General Ramalho Eanes que, a certa altura, afirma:

*(...) O Inimigo é pois o inimigo do Homem e da sua dignidade. O Inimigo é todo aquele que avilta, que tortura e degrada, que ignominia e que difama. Não pode haver indulgência para as atrocidades revolucionárias sob o pretexto de que são inevitáveis”.*

E mais à frente acrescenta:

*(...) Este relatório é pois um escândalo. Patenteia a vertigem ou a antecâmara do Estado totalitário moderno, onde as prisões se baseiam na denúncia gratuita ou planeada unicamente em função do fim, onde as prisões se fazem sem culpa formada, nem investigação, onde são admitidas prisões não obstante se desconhecerem elementos incriminadores, ou só porque o detido evidencia perigosidade potencial.*

Portugal viu-se numa situação de Não-Direito, onde as mais desregradas, sórdidas e desencontradas paixões humanas deram campo ao exercício tumultuário do Terror, de que as situações fácticas descritas foram prenúncio e que potenciariam o nascer de um Estado Autocrático Moderno. (...)

### **O Alferes “Comando” Marcelino da Mata <sup>1</sup>**

Um dos militares mais sovado nas prisões do RALIS, em Maio de 1975, foi o então Alferes “Comando” Marcelino da Mata, oriundo da Guiné, onde fora grande combatente e, por essa razão, um dos militares mais condecorados durante a Guerra do Ultramar: Medalha da Torre e Espada, do Valor Militar, Lealdade e Mérito e cinco Cruzes de Guerra, e ainda promovido por distinção, por duas vezes.

De acordo com o texto publicado num semanário daquela época, Marcelino da Mata dirigiu, à Comissão de Inquérito do 25 de Novembro, uma carta datada de 24-1-1976. <sup>2</sup> Nela refere nomeadamente o seguinte:

No dia 17 de Maio de 1975, quando me encontrava em Queluz, ouvi, pela rádio, ser comunicado que me encontrava preso no RALIS. Perante tal absurdo dirigi-me ao Regimento de Comandos da Amadora, Unidade onde estava colocado (nas cerimónias era o Porta-Estandarte do Regimento) e falei com o oficial de dia, Capitão Ribeiro da Fonseca, a quem contei o que acabava de ouvir e pedi para esclarecer a situação. Este oficial, na minha presença, telefonou para o RALIS e falou com o Tenente-Coronel Leal de Almeida, tendo o mesmo respondido que me deviam levar imediatamente escoltado para esta Unidade. O Capitão Ribeiro da Fonseca telefonou ainda para o COPCON, falando directamente com o Brigadeiro Otelo Saraiva de Carvalho, que confirmou dever entregar-me no RALIS, pois estavam concentradas todas as operações nesta Unidade. Foi assim que, escoltado por um tenente e duas praças fui levado para o RALIS.

(...) Saiu o Capitão Quinhones (de Magalhães) <sup>3</sup> e regressou acompanhado de outro indivíduo baixo e forte, que também vim a saber ser do MRPP e conhecido por “Jorge” e mais outro

<sup>1</sup> Actualmente é capitão, graduado em tenente-coronel.

<sup>2</sup> Ver “O País” de 19-3-1976.

<sup>3</sup> Foi promovido a major em 1986 e a coronel em 2000, mantendo-se actualmente no serviço activo.

furriel, aos quais o Capitão Quinhones ordenou que me fossem batendo à bruta até que eu confessasse. Apareceu então o Tenente-Coronel Leal de Almeida, que me disse que os pretos só falavam quando levassem porrada e eram torturados, e que não tinha outra solução senão ordenar que me fizessem isso.

O Capitão Quinhones ordenou que me encostasse à parede e despisse a camisa, o que tive de fazer. Após isto, fui agredido sete vezes com uma cadeira de ferro nas costas, o que me provocou vários ferimentos. Não resistindo caí, mas aquele oficial disse que me pusesse de joelhos e um outro indivíduo que entrou, intitulando-se oficial de Marinha, agrediu-me mais duas vezes com a cadeira. Após isto, o Capitão Quinhones e o Furriel Duarte, um de cada lado, agrediram-me com o cinturão por todo o corpo e eu, já com dores na coluna, senti dores nas costelas e caí novamente no chão.

O Capitão Quinhones ria-se e dizia que o Tenente-Coronel Leal de Almeida queria que eu falasse nem que ficasse todo partido, e que ia mesmo fazer-me falar.

(...) Quando me encontrava novamente sentado, e como fizesse intenção de reagir às agressões, algemaram-me e perguntaram se eu conhecia uns indivíduos que haviam entrado mais ou menos quando começaram a agredir-me com a cadeira de ferro. Como dissesse que conhecia alguns e outros não, foram dizendo os nomes, apontando para eles. Enunciaram um Coelho Dias e um Dr. Maurício, que não conhecia, e o João Vaz, o Alvarenga, o Augusto Fernandes (Batican) e o Artur, todos africanos e que já conhecia da Guiné. Então o Capitão Quinhones ordenou ao tal "Jorge" que pegasse num fio eléctrico e me torturasse, tendo este dado choques nos ouvidos, no sexo e no nariz. Na terceira vez em que fizeram tal, desmaiei, pois não aguentei. Quando recuperei, o Capitão Quinhones e o Furriel Duarte tornaram a agredir-me com cinturões e a cadeira de ferro, sentindo, nessa altura, que devia estar com fractura da coluna e das costelas, assim como tinha vários ferimentos grandes em todo o corpo. Mais uma vez não aguentei e desmaiei.

Ao recuperar os sentidos, encontrava-me todo molhado e ensanguentado, não tinha movimentos nas pernas e quase não podia respirar, além de fortes dores no corpo.

(...) Tiraram as algemas e fui conduzido para uma cela, que um furriel encheu com água até à altura dos tornozelos.

(...) Fui metido numa chaimite (no dia 19) e levado para Caxias. O Capitão-Tenente Xavier, que conhecia da Guiné, tratou-me com termos ordinários e obscenos e mandou-me levar para uma

cela, apesar de ver o estado em que me encontrava e de me ter queixado que necessitava de ser assistido clinicamente. Apenas no dia 21 e depois de muito insistir com pedidos ao oficial de serviço, Aspirante Fernandes, fui levado à enfermaria de Caxias, onde me fizeram os primeiros tratamentos.

(...) Permaneci 150 dias em Caxias e só quando fui libertado e colocado em residência fixa consegui ser convenientemente tratado e soube ter tido a fractura de duas costelas e da coluna. <sup>4</sup>

O Relatório da Comissão, atrás referido, transcreve genericamente o depoimento de Marcelino da Mata, acrescentando que esteve sem comer e sem dormir desde as 17H00 do dia 17 até à 09H00 do dia 19 de Maio e que, no RALIS, “lhe retiraram toda a documentação pessoal, vários objectos e mil e quarenta escudos em dinheiro”.

O mesmo relatório conclui que, “vários documentos atestam as agressões sofridas”, salientando o do médico, aquando da sua entrada em Caxias, em 19-5-1975:

(...) politraumatizado, apresentava-se com equimoses profundas espalhadas por todo o corpo, mais nas regiões costais, com edema subcutâneo generalizado, e sufusões hemorrágicas da pele do dorso. Apresentava ainda algumas feridas contusas na região dorsal média direita, de profundidade de cerca de 0,5 cm... em estado evolutivo que permitiram concluir terem sido provocadas por objecto rombo agredindo com violência e há mais de oito horas.

Referia ainda que, no exame de sanidade, elaborado em 17-9-1975, “as lesões sofridas devem ter provocado vinte dias de doença”.

### **O “revolucionário” Regimento de Polícia Militar**

O então Regimento de Polícia Militar, na Calçada da Ajuda e que viria a ser alvo de cerco por uma força do Regimento de Comandos, na madrugada de 26 de Novembro de 1975, distinguiu-se pelas vio-

---

<sup>4</sup> O General Ramalho Eanes, quando foi a Caxias visitar alguns detidos, cerca de um mês após a ocorrência, viu a camisa ensanguentada que Marcelino da Mata lhe mostrou, tendo confirmado que esteve vários dias sem tratamento. Ver Manuel Amaro Bernardo. “Memórias da Revolução. Portugal 1974-1975”. Lisboa, Ed. Prefácio, 2004, p. 606.

lências cometidas contra militares e civis, alguns dos quais ainda se mantinham detidos nessa data. Era comandado pelo Major Campos de Andrada, tendo como 2.º Comandante o Major Mário Tomé, sendo o Major Cuco Rosa o terceiro na hierarquia de comando. Foram detidos naquela data, na sequência das acções com fogo de armas automáticas então ocorridas.

Do citado Relatório salienta-se:

O ex-Regimento de Polícia Militar, hoje designado por Regimento de Lanceiros de Lisboa, foi indicado pela imprensa como uma das Unidades em que teria havido, a partir de certa altura do ano passado, prisões arbitrárias e maus tratos generalizados, alguns destes degradantes da pessoa humana, exercidos sobre os presos.

A Comissão recolheu queixas de dezassete pessoas sobre arbitrariedades graves no modo como foram presas por militares do RPM, em diversos locais da cidade de Lisboa, e de sevícias e maus tratos durante o período da prisão. Há elementos bastantes para concluir que muitas outras terão passado por situações semelhantes. (...)

Depois de descrever as várias ocorrências verificadas, destaca nas suas conclusões:

(...) Face às declarações, testemunhos, confissões de alguns acusados e outros elementos recolhidos sobre a actuação do ex-Regimento de Polícia Militar, durante o período que decorreu de Julho a 25 de Novembro de 1975, a Comissão pode concluir que houve:

– Centenas de prisões arbitrárias por intermédio de rondas do RPM;

– Centenas de interrogatórios efectuados por militares sem qualquer habilitação e sem que aos interrogados fossem dadas quaisquer garantias judiciárias, designadamente de assistência de advogado ou defensor, ou de apreciação da sua conduta por autoridade isenta;

– Alguns casos de presos sem interrogatório durante longos períodos de tempo;

– Alguns casos de prisões de menores, de idade inferior a 16 anos;

– Torturas por espancamento, bofetada, murro, pontapé, com bastões da PM (num caso resultou internamento hospitalar por catorze dias, com perda de conhecimento durante dois dias),

por ameaça com armas de fogo e injúrias – no propósito de obter confissões da prática de delitos;

- Sevícias sobre presos, como prática generalizada, traduzida em agressões, imposição de beijar o emblema da Unidade, incrustado no solo, corridas na parada, banhos frios de mangueira – tudo com o propósito de infligir castigos corporais;

- Interrogatórios de presos na presença de vários militares, em alguns casos mais de uma dezena, com agressão participada;

- Falta de condições de higiene na cadeia, onde chegaram a permanecer 60 pessoas em espaço com capacidade normal para um máximo de oito;

- Clima geral de indisciplina na Unidade, com reflexos nos desmandos cometidos sobre os presos, sem tomada de posição oportuna e adequada do Comando, apesar de os factos serem do conhecimento geral da Unidade.

Não ficou averiguado, quanto ao mesmo período que:

- Algum preso tenha sido forçado a práticas aberrantes com cavalos;

- Existissem grupos de civis armados a efectuar ou a colaborar em capturas.

## **Outros casos de violências sobre presos**

Além do sucedido no RALIS e no ex-RPM, a Comissão presidida pelo Brigadeiro Henrique Calado, averiguou bastantes outros casos.<sup>5</sup> Salientam-se, resumidamente, os mais significativos:

### **1. 28 de Setembro de 1974**

Detidas cerca de 300 pessoas com mandados de captura emitidos pelo COPCON e pela Comissão de Coordenação e Extinção da PIDE/DGS e LP, com tempo de prisão que oscilou entre os 15 dias e os 15 meses (a excepção foi o General Kaúlza de Arriaga, com 17 meses). Todo este processo foi uma “violência colectiva continuada, assente em procedimento ilegal e arbitrário e no desprezo pelo di-

---

<sup>5</sup> Um dos casos não referidos no Relatório foi o da jornalista Manuela Preto, redactora da “France Presse”, em Lisboa, que esteve presa durante cerca de um ano em Caxias (Fevereiro de 1975 a Fevereiro de 1976). Depois publicou, em livro, a sua experiência, onde, entre outros casos, também salienta o sucedido com elementos do MRPP, detidos em 28 de Maio. Ver Manuela Preto. “Tortura depois de Abril; Relato duma Jornalista Detida em Caxias sem Culpa Formada”. Queluz, Ed. Litoral, 1977.

reito das gentes". Não foi instaurado nenhum processo crime contra alguém então detido.

## **2. Prisões em Cabo Verde**

Dezanove dos 58 detidos em meados de Dezembro de 1974, em S. Vicente, sem qualquer mandado de captura, foram embarcados para Lisboa e estiveram presos em Caxias de 8-2-1975 a 22-7-1975 e na Penitenciária de Lisboa até 18-9-1975. Nesta altura foram libertados sem quaisquer restrições.

## **3. 11 de Março de 1975**

Detidas cerca de 180 pessoas em Lisboa e catorze no Porto (alguns sem mandado de captura), com tempo de prisão entre os dois e os dez meses. Uma boa parte delas não tinha qualquer ligação com os acontecimentos. Em Beja foram ainda detidos 22 indivíduos, com mandados de captura, com o fundamento de "suspeita de ligação com a reacção", sendo dezasseis libertados duas semanas depois, e os restantes metidos em Caxias, por mais algum tempo, até serem soltos sem incriminação.

## **4. Juventude Centrista**

Em Abril de 1975, seis elementos da JC foram presos no Norte do País, tendo estado detidos entre sete e oito meses, com um regime de incomunicabilidade inicial, que chegou a exceder 60 dias e sem qualquer incriminação posterior.<sup>6</sup>

## **5. Prisões em 28 de Maio de 1975**

Foram detidas cerca de 400 pessoas, consideradas como militantes do MRPP, não individualizadas, sendo algumas até libertadas sem serem identificadas.

---

<sup>6</sup> Um dos detidos (de 3-4-1975 a 3-12-1975), com 17 anos, Manuel Porto Carrero, veio publicamente denunciar, na Imprensa, as violências de que foi alvo. Ver "O Diabo" de 1-3-1977.

## 6. Prisões nos Açores (Junho de 1975)

Na sequência dos graves distúrbios ocorridos em Ponta Delgada, foi levada a efeito a detenção de 31 indivíduos (FLA?), com mandado de captura, sem invocar o tipo de crime. Estiveram detidos por um período entre os sete e os 22 dias.

Como refere a Comissão nas suas conclusões finais, houve centenas de prisões arbitrárias, sendo de destacar as efectuadas na sequência do “28 de Setembro” e do “11 de Março”, em 28 de Maio (contra elementos do MRPP) e as desencadeadas, com cariz diferente, a partir do Regimento de Polícia Militar.

Nessas conclusões também se destaca que foram exercidas sevícias sistemáticas sobre presos, com o fim de os humilhar e lhes infligir os castigos corporais atrás descritos. Houve ainda casos de tortura moral, traduzidos em insultos, manobras de intimidação e ameaças, inclusive com armas de fogo. E elementos civis, por vezes armados e pertencentes a organizações partidárias (PCP e UDP), prenderam ou colaboraram na prisão de numerosas pessoas.

## OS DEZ DIAS ANTES DO GOLPE

*Rompimento definitivo de Otelo Saraiva de Carvalho com Pinheiro de Azevedo, por aquele se ter recusado reprimir os operários da construção civil, no cerco (...) a S. Bento (13-11-1975)*  
 In "O Pulsar da Revolução (...)", de Boaventura Sousa Santos (...) <sup>1</sup>

No 1.º capítulo já foi abordado o sucedido no mês de Novembro de 1975, nos atribulados dias que antecederam o golpe do dia 25, através de destaques dos jornais "A Luta", o "Jornal Novo" e o "Expresso", assim como dos diários apoiantes da linha FUR/PCP: o "Diário de Notícias", "O Século" e o "Diário de Lisboa".

Apresentamos agora, em relação aos dez dias anteriores àquela data, o resultado da compilação dos dados recolhidos pelos investigadores do Centro de Documentação 25 de Abril da Universidade de Coimbra, Boaventura de Sousa Santos, Maria Manuela Cruzeiro e Maria Natércia Correia, complementado pelo conteúdo dos Relatórios de informações (INTSUN) elaborados, na época, pelo COPCON. Antes, porém, convém salientar o instrumento montado, a nível militar, para tentar controlar a situação anárquica então existente.

### AMI – Um Agrupamento de curta duração

Em 18 de Outubro, o Presidente da República e CEMGFA, General Costa Gomes, tinha aprovado a Ordem de Operações n.º 1, <sup>2</sup> do Agrupamento Militar de Intervenção (AMI), comandado pelo então Brigadeiro Melo Egídio e constituído pelo Conselho da Revolução em 9-10-1975. Na mesma data, o CEM deste comando, Coronel Artur Beirão, difundia aquele documento pelos Estados-Majores dos Ramos, COPCON, Regiões Militares, comandos das Forças Militarizadas e Unidades que faziam a cedência dos efectivos.

<sup>1</sup> Ver Boaventura Sousa Santos, Maria Manuela Cruzeiro e Maria Natércia Correia. "O Pulsar da Revolução: Cronologia da Revolução de 25 de Abril (1973-1976)". Porto, Ed. Afrontamento e Centro de Documentação 25 de Abril da Universidade de Coimbra, 1997, p. 286.

<sup>2</sup> In Arquivo Histórico Militar, cx. 1, n.º 29.

As forças (especiais) atribuídas ao AMI foram:

- Dos Comandos:
  - C. Cmds n.º 112 (Capitão José Lourenço)
  - C. Cmds n.º 113 (Capitão Manuel Apolinário)
- Dos Fuzileiros:
  - CIAS do BF 3 (Capitão-Tenente Ribeiro Ferreira)
- Dos Pára-quedistas:
  - C. Páras n.º 121 (Capitão Barroca Monteiro)
  - C. Páras n.º 122 (Capitão Loureiro Costa)

A missão deste agrupamento era “constituir uma reserva estratégica, que actuava às ordens directas do PR, intervindo em situações de emergência, depois de esgotadas as possibilidades das forças militarizadas e do COPCON, com vista a:

– “Assegurar a defesa da Revolução, garantindo a existência de uma força militar forte, disciplinada, coesa e eficiente, que permita defender a democracia, a paz e o avanço seguro para uma sociedade socialista de maior prosperidade e justiça social.

– “Cooperar na defesa do País contra quaisquer golpes, internos ou vindos do exterior, que ponham em causa a independência nacional.”

Através dos depoimentos do então CEMFA, General Moraes da Silva e do Coronel Loureiro Cadete, entre outras fontes, verifica-se que a missão de rebentar, com explosivos, os emissores da Rádio Renascença, na Buraca, foi atribuída a uma força de Pára-quedistas, do AMI. Este agrupamento acabaria por ser extinto na reunião do CR, em 20-11-1975, como contrapartida à decisão de retirar Otelo Saraiva de Carvalho do comando da Região Militar de Lisboa. Com os Pára-quedistas anulados operacionalmente, face à violenta contestação dos sargentos contra o CEMFA, que levou esta força especial a colocar-se à disposição da esquerda revolucionária, apenas restavam os “Comandos” para actuar às ordens do poder constituído, já que dos Fuzileiros, como veio a acontecer em 25 de Novembro, apenas se poderia esperar, no máximo, a sua não intervenção, em caso de conflito armado.

### **Directiva Operacional do Regimento de Comandos**

Cerca de um mês depois da incorporação dos “convocados”, o comando do Regimento de Comandos difundiu internamente a

Directiva Operacional n.º 13/75 de 14 de Novembro. Nela era atribuída a seguinte missão: <sup>3</sup>

“a. Patrulhar a zona de acção do Regimento definida na nota (...) de 19-3-1975 do EMGFA e de acordo com as directivas emanadas do COPCON, de modo a concomitar, sem interferências, as acções das Unidades vizinhas.

“b. Manter em alerta o efectivo necessário de modo a garantir um grau de operacionalidade que faça frente a qualquer eventualidade onde e quando julgado necessário para defesa da integridade nacional.

“c. Intervir à ordem para garantir:

– O livre exercício da autoridade constituída.

– As condições de ordem pública necessárias ao regular funcionamento das instituições, serviços e empresas públicas ou privadas, essenciais à vida da Nação.

“d. Em situação normal, manter na Unidade:

– 1 C. Cmds em Alerta de 15 minutos.

– 1 C. Cmds empenhada em serviço interno do Regimento

– 2 C. Cmds em instrução do QP e folga.

“e. Efectivos nas diferentes situações, de acordo com as NEP.”

Esta directiva, no cap. 3 – “Execução”, esclarecia que a C. Cmds de alerta se mantinha no Quartel, 24 horas por dia, e a companhia de serviço seria reserva de alerta, pronta a sair 2 horas depois da primeira. Isto é, metade dos efectivos operacionais do Regimento estavam prontos a actuar no exterior, em situação “normal”.

Na véspera, dia 13 de Novembro, tinha terminado o sequestro da Assembleia da República e do Governo, por manifestantes da construção civil, que durara cerca de 24 horas. Sobre este incidente, é interessante ler a versão do então Presidente da Assembleia da República, Vasco da Gama Fernandes, a propósito de uma polémica tida com o ex-Presidente da República, Costa Gomes, em 1977: <sup>4</sup>

(...) Num pormenor posso estar de acordo: de que na verdade se tratou de uma manipulação política, cujas origens não importa agora dissecar, dada a sua evidência.

Verdade também – e continua o Sr. General a esquecer-se

<sup>3</sup> In Arquivo Geral do Exército/Regimento de Comandos.

<sup>4</sup> Ver “Trabalhos Parlamentares”. Lisboa, Pub. Europa-América, 1978, pp. 161 e 162.

– é que estivemos sequestrados parte da tarde, toda a noite e parte da manhã.

Somente por volta das 14 horas, um oficial da Polícia Militar garantiu a nossa segurança, e abandonámos o edifício, no meio de insultos e impropérios de toda a ordem, culminados por um novo sequestro, já na rua, do Presidente da Assembleia, Prof. Henrique de Barros.

Durante a longa noite, os insultos não se atenuaram, e uma multidão, calculada em 20 000 pessoas, prosseguia o sequestro, de que resultou a morte da esposa de um deputado, fortemente traumatizada pelo sucedido, e situação de doença de pelo menos dois, que foram evacuados.

No decurso do sequestro estivemos sem jantar, e durante a noite e parte da manhã, sem quaisquer alimentos ou qualquer ajuda do exterior, a não ser um pequeno grupo, que teve o privilégio de se poder alimentar.<sup>5</sup>

Acresce que o edifício foi invadido por alguns manifestantes, que reuniam dentro dele e circulavam livremente com braçadeiras vermelhas.

Foi esta a situação real, consentindo-se que impunemente se concretizasse o nefando sequestro. Inclusivamente foi assaltado um helicóptero, que nos pretendia socorrer com algum alimento.

Que providências se tomaram?

Praticamente nenhuma, pois a despeito das insistências do Presidente Henrique de Barros, não se sentiu a presença de qualquer força da ordem, e a mim próprio, telefonicamente, alta madrugada, o Sr. General prometeu que enviaria em nosso socorro uma força de fuzileiros navais que, ou não partiu, ou, se partiu, nunca chegou ao local.

A isto classifiquei eu flutuações do Poder, o que não retiro, pois o Presidente da República e Chefe da Forças Armadas ou não tinha poder, ou considerava o facto de somenos importância.

É esta a verdade dos factos, que importa conhecer, e que me vejo obrigado a pôr à consideração dos que queiram seriamente julgar esta grave omissão ou esta grave actuação dum Poder inexistente. (...)

Entretanto, nessa data, decorriam, entre outros, os seguintes incidentes no País: <sup>6</sup>

<sup>5</sup> Segundo outras fontes incluía o grupo parlamentar do PCP.

<sup>6</sup> Ver INTSUN 103/75 de 14 0900 NOV 75 do COPCON, in Arquivo Geral do Exército/Regimento de Comandos.

– Em 13, no Porto, assaltantes destruíram o primeiro andar da sede da Intersindical.

– Em Chaves, no dia 13, montadas barricadas pelo PS e PPD, nos acessos à cidade para controlo de movimentos de militantes do PCP.

– Em Rio Maior, em 13/14, montadas barricadas por populares para controlo de movimentos de militantes do PCP.

– Em 13, no Funchal, avião da FAP sabotado por deflagração de engenho explosivo, debaixo da cabine da tripulação, que provocou grande rombo. Engenho explosivo accionado com dez metros de rastilho. Avião impossibilitado de voar.

## **Cronologia pré 25 de Novembro** <sup>7</sup>

### **Dia 14**

– No Porto, uma manifestação conjunta de apoio ao VI Governo, congregando diferentes partidos, desde o PS, PPD e CDS à AOC e ao PCP (m-l), e cuja palavra de ordem era “Disciplina! Disciplina!”, culmina com o assalto e destruição da sede da União dos Sindicatos.

– É tornado público um comunicado das praças, sargentos e oficiais da BETP de Tancos.

– O Presidente da República dirige uma mensagem à Nação, “num momento que, em resultado de uma sucessão de acontecimentos de raiz político-emocional tende a tornar-se explosivo”. (...)

– Reagindo ao que consideravam poder vir a ser a “comuna de Lisboa”, transferem-se para o Porto os líderes, as direcções partidárias e os grupos parlamentares do PS, do PPD e do CDS. <sup>8</sup>

### **Dia 15**

– Reunião das Laranjeiras: última reunião antes do 25 de Novembro, entre o “Grupo dos Nove” e o grupo militar que lhe era afecto.

<sup>7</sup> Ver Boaventura Sousa Santos (...). Ob. cit., pp. 286 a 296.

<sup>8</sup> Os líderes do PS e do PPD voltaram a refugiar-se no Porto, no dia 25 de Novembro, enquanto Freitas do Amaral, por via aérea, seguia nessa manhã para Roma, via Paris, donde apenas regressou a 29. Ver Rui Mateus. “Contos Proibidos (...)”. Lisboa, Ed. Publicações Dom Quixote, 1996, p. 89 e Diogo Freitas do Amaral. “O Antigo Regime e a Revolução (...)”. Lisboa, Ed. Círculo de Leitores, 1995, p. 474. Tal é omitido nesta cronologia.

Presidida por Pinho Freire, com a presença de Vasco Lourenço, Melo Antunes, Vítor Crespo, Costa Brás, Sousa e Castro, Jaime Neves, Raimundo Eanes, Loureiro dos Santos, Mário de Aguiar, José Pimentel, Tomé Pinto, Melo Carvalho, Salgueiro Maia e quase todos os comandantes das Bases Aéreas. Decide-se:

- Reforçar a posição militar do Grupo.
- Disciplinar a actividade de alguns órgãos de Comunicação Social.
- Fazer Vasco Lourenço assumir o comando da RML.
- Consolidar o VI Governo.

Segundo os relatórios de informações do COPCON, nesta data (15-11-1975):

- Às 3H00, em Matosinhos, deflagrou engenho explosivo de grande potência num café, propriedade de um militante do CDS.

- O comboio do Algarve, com destino a Lisboa, parou perto de Faro, em virtude de fogo, extinto por pessoal da CP, não tendo havido danos; GNR concluiu terem sido atiradas para a via uma ou mais garrafas com líquido inflamável.

- Em Estremoz, elementos do PCP colocaram bandeira vermelha no monumento dos Mortos da Grande de Guerra. Elementos do PS concentraram-se junto referido monumento e queimaram a bandeira.

- Em 15/16, na linha de caminho-de-ferro, junto Rio Sado, ocorreu descarrilamento de comboio, com prejuízos elevados. Suspeita de sabotagem.

- Em 15/16, nas proximidades de Mira (Alentejo), disparadas rajadas de pistola-metralhadora e lançados panfletos com ameaças contra militantes do PCP.

### **Dia 16**

- Cerca de 200 mil pessoas participam numa manifestação contra a política do VI Governo, em Lisboa. Organizada pelo Secretariado Provisório das Comissões de Trabalhadores da Cintura Industrial de Lisboa e UCP's do Alentejo, é apoiada também pelo PCP e pela FUR. No final da manifestação é lida uma mensagem de Otelo Saraiva de Carvalho.

- A propósito da convocação e realização de uma nova manifestação de apoio ao VI Governo, surgem dissidências entre os promotores PS e PPD. O PPD acaba por realizá-la sozinho.

Segundo os relatórios do COPCON que temos citado, nesta data:

– Deflagrou um engenho explosivo numa residência particular, Melgaço.

– No Porto, pelas 5H00, deflagrou um engenho explosivo debaixo de uma viatura, na Rua Júlio Dinis.

### **Dia 17**

– O General Morais da Silva determina a passagem de mil e duzentos pára-quedistas de Tancos à situação de licença registada, sem dar conhecimento prévio quer ao CR, quer ao escalão militar superior. Passá-los-ia à disponibilidade pouco tempo depois. Os pára-quedistas recusam-se a aceitar a decisão de Morais da Silva.

– Entretanto, o Coronel Moura Calheiros retira-se da BETP, por ordem do General Morais da Silva, e entrega o comando ao Major Mascarenhas Pessoa, oficial mais antigo.

– É preso em Soure, um agente dos serviços de segurança do CDS, membro da FNLA, a quem é apreendido um arsenal de armas e munições.

– O “Diário de Notícias” e “o Século”, cujos directores são tidos como próximos do PCP, divulgam um comunicado da autodenominada Comissão da Vigilância Revolucionária da Força Aérea, anunciando um “golpe reaccionário” para o dia 19 de Novembro.

– Os órgãos dirigentes do PS, do PPD e do CDS decidem regressar a Lisboa.

Segundo os relatórios do COPCON, a notícia atrás referida sobre a prisão de um agente da segurança do CDS era reportada deste modo:

– Pelas 16H00, em Soure, a GNR capturou um civil, retornado de Angola, portador de uma espingarda G-3, com 5 carregadores e 73 cartuchos; uma pistola-metralhadora Uzi, com 3 carregadores e 140 cartuchos; uma pistola Savage 7,65, com um carregador e 38 munições e uma granada de mão defensiva chinesa.

### **Dia 18**

– Reunião dos elementos do “Grupo dos Nove” com Mário Soares, onde é discutida a ideia da suspensão do Governo, defendida, entre outros, por Vasco Lourenço e Mário Soares. Essa ideia acaba por vencer. Melo Antunes defende a posição contrária.

– No seguimento de uma moção aprovada pelo PS, PPD e CDS, o Presidente da República decide um aumento significativo das forças de segurança encarregadas da protecção da Assembleia Constituinte.

– Reunião em Belém dos Chefes dos três Ramos das Forças Armadas, com Melo Antunes, Vasco Lourenço, Sousa e Castro e Otelo Saraiva de Carvalho. O motivo anunciado seria discutir a posição deste último no processo revolucionário. Otelo Saraiva de Carvalho reafirma a sua disposição de não abandonar o comando da RML. No dia seguinte o “República” titula na primeira página: “Otelo aguentou-se”.

– O General Pinto Soares apresenta à Imprensa uma moção da Associação de Praças da Academia Militar onde se denunciam as consequências da desmobilização de efectivos militares, que estava a acontecer um pouco por todas as unidades afectas ao MFA, em contraste com o reforço de unidades como, por exemplo, os “Comandos”.

– Pinheiro de Azevedo propõe a auto-suspensão do VI Governo. É apoiado por todo o gabinete, excepto por Veiga de Oliveira, ministro do PCP. Justificando a sua atitude, Pinheiro de Azevedo diria aos jornalistas: “Estou farto de brincadeiras, já fui sequestrado duas vezes. Já chega! Não gosto de ser sequestrado, é uma coisa que me chateia”. (...)

De acordo com os relatórios de informações do COPCON, nesta data (18-11-1975):

– Em Portimão, ocorreu uma tentativa de assalto a um banco, com elementos portadores de pistola e espingarda G-3.

– Pelas 19H30, em Lisboa, deflagrou um engenho explosivo nas instalações da Livraria do “Diário de Notícias”, que provocou incêndio.

– Em 18/19, em Águeda, foi detido um soldado do R.I. Viseu, distribuindo propaganda do MRPP.

– Em 18/19, em Bragança, assaltada viatura de transporte de jornais do Porto e queimados os exemplares do “Jornal de Notícias”, sendo este caso motivado pela publicação de uma moção do B. Eng.<sup>a</sup> 3.

### **Dia 19**

– Costa Gomes recebe em Belém o embaixador norte-americano Frank Carlucci. Pinheiro de Azevedo recebe em S. Bento o embaixador soviético Kalinine.

Nesta data, segundo os relatórios de informações do COPCON:

- Pelas 19H30, foi assaltada a sede do PCP em Ermidas do Sado.
- No R.I. Viseu detectada, desde 25-10-1975, a falta de 3 cunhetes de munições 7,62 mm; 2 pistolas metralhadoras FBP (n.ºs 27 444 e 27 445) e uma granada de mão defensiva.
- Telefonema anónimo referiu rebentamento engenho explosivo dentro meia hora, no Casino Estoril. Depois de tomadas medidas pela PSP nada foi detectado.

### **Dia 20**

- Reunião do CR, em que é deliberado “extinguir o AMI, nomear Vasco Lourenço Comandante da RML, mantendo Otelo Saraiva de Carvalho como Comandante do COPCON”; (...)
- O General Morais da Silva determina que todos os sargentos pára-quedistas devem apresentar uma declaração com vista à sua transferência para o Exército ou Força Aérea.
- Em reunião efectuada no Forte do Alto do Duque, o COPCON apoia a luta dos pára-quedistas e promete mais uma vez ajuda material. Entretanto, o Depósito Geral de Adidos da Força Aérea (DGFA) recebe também apoio material do RALIS.
- Realizam-se plenários de praças em Tancos e no Montijo. Em moção conjunta decide-se repudiar totalmente as ordens de Morais da Silva, bem como todas as ordens emanadas do EMFA.
- A Intersindical apela ao apoio dos trabalhadores aos pára-quedistas.
- Na sessão da Assembleia Constituinte, o PS, o PPD e o CDS atacam violentamente o PCP, as forças de extrema-esquerda e ainda o gabinete do Primeiro-Ministro (acusando-o de trair Pinheiro Azevedo). Renovam todo o apoio ao VI Governo e fazem aprovar uma moção no sentido de a Assembleia poder reunir “em qualquer momento e em qualquer lugar”. Das galerias repletas de jovens, respondendo a estes discursos, começou a gritar-se: “Reaccionários fora da Constituinte, já”. Os deputados do PCP e do MDP associam-se à manifestação que só termina quando a Polícia evacua a sala.
- Reunião no Regimento de Comandos. Jaime Neves faz o ponto da situação: principais obstáculos – Otelo e Fabião; principais unidades inimigas – RALIS e PM; principal aliado – Pires Veloso.

– Jaime Neves avisa Costa Gomes de que os “comandos” “querem isto na ordem”. O teor desse aviso, que foi lido e corrigido por Ramalho Eanes, é apresentado sob a forma de moção na parada do Regimento de Comandos da Amadora e preconiza “a substituição imediata de todos os militares que, na prática, se revelaram incapazes de servir apartidariamente o Exército e o Povo Português”

– Pinheiro de Azevedo, em diálogo com os jornalistas, ataca Otelo Saraiva de Carvalho e Costa Gomes.

– Manifestação pelo avanço do poder popular, em que Costa Gomes contesta as acusações de indecisão e hesitação que lhe eram feitas pelo PS, PPD e “Grupo dos Nove” e promete evitar a todo o custo a guerra civil. Durante a manifestação, entre muitos outros documentos, é lido o “Manifesto dos Oficiais Revolucionários”. Aponta uma saída revolucionária para a crise, recusa os golpes de Estado e propõe o poder popular armado. Otelo surge ao lado de Costa Gomes, sendo ambos vitoriados. O PS, entretanto, convoca comícios para vários pontos do País. (...)

– Sá Carneiro dá uma conferência de Imprensa, em que afirma que “a posição assumida pelo Governo é uma clara intimidação aos mais altos responsáveis militares”.

Segundo os relatórios do COPCON referidos, nesta data (20-11-1975):

– Realizados em diversos locais do País manifestações contra o VI Governo. Em Lisboa concentradas cerca 20 000 pessoas; no Porto, 2000; em Viana do Castelo, 400; em Évora, 2000; em Estremoz, 150; em Vila Viçosa, 100; em Montemor-o-Novo, 100; e em Portimão, 50 pessoas.

– GNR de Ponte de Sor comunicou ter deflagrado um engenho explosivo junto da Ponte do Rio Sor.

– Em 20/21, no Porto, deflagrou engenho explosivo debaixo de viatura civil.

– Em 20/21, em Lisboa, foi detectado e levantado um engenho, constituído por 2 Kg de explosivo plástico, perto da esquadra da PSP de Belém.

### **Dia 21**

– Juramento de Bandeira dos novos recrutas do RALIS, onde falou, como representante das forças populares, uma operária da

Comissão Coordenadora das Comissões de Moradores e das Comissões de Trabalhadores da zona do RALIS. O juramento é feito de punho cerrado e com uma fórmula “revolucionária”, na presença do CEME, General Carlos Fabião. Este acto viria a ser anulado mais tarde, por Ramalho Eanes, enquanto CEME.

– O CR destitui Otelo Saraiva de Carvalho de Comandante da RML e substitui-o por Vasco Lourenço.

– Os comandantes das unidades de Lisboa, fiéis ao Comandante do COPCON, pressionam-no para transmitir a Costa Gomes a sua oposição ao novo Comandante da RML.

– Reunião entre Costa Gomes, Otelo Saraiva de Carvalho e Vasco Lourenço. Costa Gomes decide levar, de novo, o problema à próxima reunião do CR. (...)

– Mário Soares na Assembleia Constituinte afirma: “Costa Gomes tem que se definir: ou é pelo Governo e o apoia, ou o demite e assume perante a Nação as responsabilidades.” (...)

– Álvaro Cunhal manda fazer entrega ao KGB soviético de quantidade considerável de arquivos da ex-PIDE/DGS (474 Kg), que tinham sido “desviados” em Junho de 1974 para uma casa próximo de Cascais. Terão seguido para Moscovo (sede do KGB).<sup>9</sup>

Nesta data, dos relatórios de informações do COPCON constava:

– Prevista em Rio Maior, em 24 de Novembro, reunião de pequenos e médios agricultores.

– Previstas manifestações/comícios do PS, em 22/23, em apoio do VI Governo.

– Em 21/22, em Santo Tirso, deflagrou um engenho explosivo debaixo de viatura civil.

– Em 21/22, em Torres Novas, deflagraram dois engenhos explosivos próximo da residência do Presidente da Comissão Administrativa da Câmara Municipal.

– Em 21/22, em Caxias, foram assaltadas as instalações dos CTT.

---

<sup>9</sup> Esta notícia, confirmada em várias fontes, não consta da ob. cit. Ver revista “Visão” de 27-10-1994 e 10-11-1994, que também cita “Primeira Divisão” (1994) do General Oleg Kalugin – ex-KGB, e Christopher Andrew e Vasili Mitrokhine. “Arquivo Mitrokhine; O KGB na Europa e no Ocidente”. Lisboa, Publicações Dom Quixote, 2001, pp. 388 e 389. Ver ainda revista “Visão” de 11-11-1999, a propósito da publicação da edição original deste livro em Londres.

**Dia 22**

– Vasco Lourenço desiste da sua nomeação para o comando da RML, dado não se confirmar o apoio de Otelo Saraiva de Carvalho. No entanto, o PR remete a decisão final para uma reunião do CR, no dia 24. Otelo Saraiva de Carvalho, por sua vez, fica mais isolado no CR.

– O 1.º e 2.º Comandantes do Regimento de Comandos, Jaime Neves e Lobato Faria, dão conhecimento a Costa Gomes da sua recusa em continuar integrados no COPCON e exigem ficar na dependência directa do CEMGFA.

– Conferência de Imprensa da CODICE, da ex-5.ª Divisão, com a presença dos Capitães Faria Paulino e Loureiro, e do Comandante Begonha. A CODICE decide colocar-se ao serviço do COPCON, que reconhece como o único órgão revolucionário.

– No âmbito da “Operação Vermelho 8”, os 123 oficiais pára-que-distas saídos de Tancos concentram forças em Cortegaça, para onde também seguem sete aviões e três helicópteros.

Dos relatórios do COPCON, nesta data (22-11-1975):

– Em 22/23, realizados os comícios do PS, em diversos pontos do País. Decorreram sem incidentes.

**Dia 23**

– O PS realiza um comício na Alameda Afonso Henriques, no decorrer do qual ataca violentamente o PCP e Álvaro Cunhal e exige do PR que este se defina.

– Chegada a Lisboa do navio Niassa, que transporta o último contingente de tropas portuguesas, que se encontrava em Angola. <sup>10</sup> (...)

De acordo com os relatórios do COPCON, nesta data:

– Em 23/24, em Chaves, deflagrou engenho explosivo no retransmissor da Emissora Nacional.

---

<sup>10</sup> Na descrição do sucedido, é omitida a actuação do comandante de Bandeira do navio Niassa, General graduado Heitor Almendra que, perante a pressão dos sargentos páras de Tancos, no cais de Alcântara, conseguiu gerir a situação de modo a que o desembarque do Batalhão de Pára-que-distas se realizasse de acordo com as ordens recebidas do CEMFA. Este oficial autodesgraduou-se no seu posto (Tenente-Coronel) e fez seguir as tropas para a Base da OTA e posteriormente para a Cortegaça. A importância do sucedido é salientada nos depoimentos dos Coronéis Jaime Neves e Morais da Silva, constantes deste trabalho.

– Em 23/24, em Viseu, deflagrou engenho explosivo debaixo de viatura de um militante do MDP/CDE.

– Em 23/24, na área de Lisboa, ocorreu uma tentativa de assalto à cadeia de Tires. Aguardam-se pormenores.

#### **Dia 24**

– Agricultores de Rio Maior cortam as estradas de acesso a Lisboa, em coordenação com os militares moderados, com o objectivo de pressionar os gonçalvistas e o conjunto de forças político-militares que lhes são afectas. Esta foi a acção mais notória no 25 de Novembro. (JSC)

– O CR confirma Vasco Lourenço no comando da RML.<sup>11</sup> (...)

– O Secretariado Provisório das Comissões de Trabalhadores da Cintura Industrial de Lisboa convoca uma greve de duas horas contra a nomeação de Vasco Lourenço, pela demissão imediata de Pires Veloso, Jaime Neves, Altino Magalhães e Morais da Silva e pela solidariedade “material” com os pára-quedistas de Tancos.

Nos relatórios de informações do COPCON, nesta data:

– Pelas 4H30, deflagrou um engenho explosivo em Francelos/Vila Nova de Gaia, na casa do Dr. António Taborda.

– Às 22H00, em Fafais/Alijó, deflagrou um engenho explosivo na residência de Manuel Nogueira.

– Pelas 23H00, foi atacada a Cooperativa Estrela Vermelha, em Santiago do Cacém/Alcácer, por grupo de indivíduos, sendo alguns armados de Espingardas G-3. Não se registaram feridos.

– Em 24/25, em Odemira, foi assaltada a herdade S. Luís por cerca de 150 elementos. Detiveram oito trabalhadores da herdade. Dos confrontos resultaram diversos feridos.

– Cerca de 15 000 agricultores do Centro e Sul do País efectuaram plenário em Rio Maior. Depois de terminada a reunião, surgiram barricadas nas estradas de acesso a Lisboa, em Rio Maior, Torres Vedras,

---

<sup>11</sup> Esta decisão foi tomada já no dia 25, cerca das 03H00, e terá sido a origem da tomada de posição de um grupo de oficiais do COPCON, em dar a ordem, pelas 04H30, para a saída dos páras de Tancos, para a ocupação das Bases Aéreas. Ver transcrição do Proc.<sup>o</sup> judicial 25/76 em anexo.

Cadaval, Lourinhã, Bombarral, Cercal e Batalha. Foi igualmente impedida de circular a linha férrea do Bombarral. Pelas 6H00 da madrugada seguinte a situação ficou normalizada, devido à intervenção de forças militares e militarizadas.<sup>12</sup>

– Na manhã de 25 de Novembro, pára-quedistas ocuparam comando da Região Aérea n.º 1 e GDACI e as Bases Aéreas de Montijo, Tancos e Monte Real (e Ota).<sup>13</sup>

– Pelas 9H00, assaltada delegação da Caixa Geral de Depósitos, na estrada de Benfica, em Lisboa, por grupo de elementos armados, sendo furtados 700 contos. Ficaram feridos um funcionário da CGD e três civis. PSP feriu e deteve um dos assaltantes.

---

<sup>12</sup> Uma delegação foi recebida, nessa madrugada, por elementos do Conselho da Revolução e terá sido como resultado do compromisso assumido que a CAP levantou as barricadas, já que não houve conhecimento de qualquer actuação de forças militares ou militarizadas contra os agricultores. Vasco Lourenço descreve aquele encontro: "(...) recebi, juntamente com o Pezarat Correia e em nome do CR, uma delegação da CAP, que levantara barricadas em Rio Maior e apresentava uma série de reivindicações. Após alguma discussão, obtivemos deles o compromisso de levantamento das barricadas, com a promessa de termos em consideração algumas das suas posições. (...)". Ver "Referencial" (Boletim da Associação 25 de Abril) de Novembro de 1995.

<sup>13</sup> Este INTSUM/COPCON, redigido às 10H30 do dia 25, omite a ocupação da Base da OTA, de onde, horas antes, tinha saído a coluna dos páras regressados de Angola, com destino à Cortegaça. Curiosamente, muitos dos documentos publicados posteriormente, tal como a presente cronologia de Boaventura Sousa Santos (...) também pratica a mesma omissão.

**PLANEAMENTO E ACTIVIDADES NO 25 DE NOVEMBRO**

*(...) A data fundadora da democracia acaba por ser, assim, verdadeiramente, o 25 de Novembro de 1975.*

José Manuel Barroso, *in* "Diário de Notícias" de 5-5-2005

O planeamento do Grupo Militar para fazer frente a uma previsível tentativa de golpe das forças da esquerda revolucionária, empurradas pelo PCP, foi sendo elaborado desde o "Verão Quente" de 1975 e, nomeadamente, após a derrota deste partido no golpe de sublevação armada no Regimento de Comandos e do saneamento do Coronel Jaime Neves, no último dia do mês de Julho.

Foi sendo concebido em reuniões nas residências dos oficiais intervenientes onde, além de Ramalho Eanes, participaram vários elementos, como Tomé Pinto, Aurélio Trindade, Rocha Vieira e Garcia dos Santos.

No quadro comparativo que abaixo se apresenta, salientam-se os dados retirados da Ordem de Operações redigida por esse Grupo e extraídos do livro "O Segredo do 25 de Novembro" de José Freire Antunes. O General Ramalho Eanes, em entrevista ao jornal "Público" de 19-11-2000, garantiu a autenticidade da sua reprodução. Significativamente, esta Ordem de Operações não atribuía qualquer missão à Marinha.

Na segunda coluna destacam-se as actividades desencadeadas e compiladas com base no arquivo do Posto de Comando da Amadora, cuja consulta foi disponibilizada pelo Ten-General Tomé Pinto, que continua como "fiel depositário" do mesmo.

Neste Posto de Comando, onde o então Major Manuel A. Bernardo actuou na área das informações, nos primeiros dois dias notou-se grande preocupação em relação ao posicionamento das doze companhias de fuzileiros existentes na Margem Sul do Tejo. Para o seu não envolvimento com as unidades adversárias, foram significativas as diligências feitas por Rosa Coutinho e Martins Guerreiro e também por um núcleo importante de oficiais fuzileiros do Vale do Zebro

(BF2/E. Fuz.), sob o comando do Cap. Ten. Oliveira Monteiro que, do antecedente, já fazia a ligação aos moderados.

ORDEM DE OPERAÇÕES	ACTUAÇÃO
<p>(...)</p> <p><b>2. Missão</b></p> <p>Compete às Forças Armadas zelar pelo cumprimento dos objectivos preconizados no programa do MFA (plataforma de entendimento com os partidos políticos e plano de acção política), muito especialmente no que diz respeito à defesa dos interesses expressos pela maioria do povo português, sua segurança, estabelecimento (ou colaboração) das vias que conduzam à democratização efectiva e pluralista e ao desenvolvimento económico, restabelecendo, assim, a perspectiva histórica do 25 de Abril.</p> <p><b>3. Execução</b></p> <p><i>a. Conceito</i></p> <p>As forças da RMN, RMC e RMS actuarão na sua zona de acção, mantendo a segurança das populações e áreas fronteiriças, estabelecendo uma reserva com efeitos razoáveis, que ficará à disposição do Comando da Operação (RML). A acção principal desenvolver-se-á na Região Militar de Lisboa, em estreita cooperação com a Força Aérea</p>	<p>Actuaram 4 comp.<sup>as</sup> da RMN <sup>1</sup> e 2 comp.<sup>as</sup> da RMC e, desde o início, o Esq. Rec./RC Estremoz (RMS).</p> <p>Acções importantes executadas pelo R. Cmds no GDACI (Monsanto) em 25, e RPM (Calçada da Ajuda) em 26, de manhã.</p> <p>Destaca-se a actuação em Monte Real, onde os páras desocuparam a Base (pressão</p>

e Forças Militarizadas.  
Os partidos políticos intervirão em todo o Território Nacional em acções de informação, controlo de pontos importantes, movimentação de massas para apoio ou não a determinadas acções e ainda a colocação de "barricadas".  
(...)

*b. Condicionamentos*

Ligação e apoio dos partidos políticos com maior implantação.<sup>2</sup>  
Toda e qualquer acção é comandada pelo poder legítimo.  
Desencadeamento das acções durante o dia.

**EXÉRCITO**

(...)

**(f) Região Militar de Lisboa**

A acção decisiva processar-se-á nesta região, podendo a iniciativa ser ou não das forças da ordem.  
O factor surpresa será condicionante da actividade e desenvolver, se obtido; caso contrário poderá haver necessidade de uma retracção do dispositivo para a área envolvente da cidade.  
Admite-se que, psicologicamente, terá desvantagens quem iniciar a acção violenta.<sup>3</sup>  
(...)

das populações), e o apoio dado, na RMS, à progressão do E Rec./RC Estremoz.

A actuação foi condicionada pela iniciativa dos páras em tentar retirar o apoio da Força Aérea às forças terrestres, através da ocupação de todas as Bases Aéreas do Continente, com excepção da Cortegaça/Ovar (do antecedente sem meios aéreos) e de S. Jacinto.

Manteve-se a orientação de não actuação através de acções violentas, como foi o caso do GDACI, em Monsanto (25) e da progressão do Esq/RC Estremoz para Porto Alto e, depois, para Setúbal.  
Na Calçada da Ajuda a iniciativa de desencadear o tiroteio partiu do adversário (RPM).

**Escola Prática de Cavalaria**

Controlo de Vila Franca e ameaça sobre o RALIS;  
 – Controlo das antenas/EN (Castanheira do Ribatejo);  
 – PC da RML (2.<sup>a</sup> fase);  
 – Pronto a apoiar a retirada das nossas forças pelo eixo Vila Franca-Santarém;  
 – Recebe o reforço de uma companhia de caçadores da EPI.  
 – Apoiada pela Força Aérea durante o deslocamento.

**Escola Prática de Infantaria**

– Controla Aeroporto de Lisboa e ameaça o RALIS com o efectivo de 1 C. Caç. + 2 sec. Canhão S/R + 1 pel. AA / CIAAC;  
 – Cede uma C. Caç. à EPC, destinando-se 1 pel. ao controlo das antenas EN (Castanheira do Ribatejo);  
 – Pronta a recolher forças da RML, que retirem pelo eixo de Mafra. (...)

**Regimento de Comandos**

Ocupa os seguintes órgãos de comunicação social:  
 – EN–Estúdios-Rua Quelhas, 2 – 1 pelotão;  
 – RCP–Estúdios-R. Sampaio Pina, 26 – 1 pelotão;  
 – RTP–Estúdios-Alameda Linhas Torres, 95 – 2 pelotões.  
 – Antenas–Monsanto – 1 pelotão e 2 metr. CIAAC;  
 – Ocupa GDACI, que virá a constituir PC (político/militar);

O ECC de Salgueiro Maia apenas conseguiu sair da EPC às 5H00 de 26, apesar da EPC ter recebido a ordem de marcha na véspera, às 20H00. Mesmo assim as viaturas não possuíam o combustível suficiente para chegar a Lisboa. Depois de reabastecidas no percurso, chegaram a Beirolas pelas 15H00, após contactos com delegações do RALIS, na estrada.<sup>4</sup> O ERec/EPC cumpriu a ordem de marcha, recebida às 23H00, saindo às 00H45.

Mantida a segurança do Aeroporto a cargo de forças de segurança, afim de haver economia das forças militares. Às 18H25, ordem para uma C. Caç./EPI reforçar EPC, “com destino às antenas da EN e outras acções”. Às 23H30 outra C. Caç. vai render o R. Cmds, nas antenas de Monsanto.

Por economia de meios militares, não foram ordenadas operações sobre os MCS e apenas uma acção sobre as antenas da RTP/Monsanto, em conjunto com a acção principal: ocupação do GDACI, em 25, a partir das 18H15, para libertar o Vice-CEMFA, General Pinho Freire, com 2 C. Caç. Cmds (convocados) reforçadas. O PC (Posto de Comando)

- Controla SDCI com elementos do BC 5.
- Prepara-se para ser rendido nas emissoras por forças do RIOQ, militarizadas ou grupos constituídos por quadros;
- Desde o início da operação é o PC da RML (sala de operações e transmissões). (...)

### **FORÇA AÉREA**

- Vigia todo o espaço terrestre com especial incidência nas áreas da fronteira e costas e ainda a zona portuária de Lisboa (entrada e saída de navios).
- Prepara-se para, à ordem, bombardear os seguintes objectivos:
  - Forte do Alto do Duque (COPCON);
  - RALIS;
  - Forte de Almada;
  - Quartel de Fuzileiros (se se revelarem hostis);
  - Navios de Guerra (idem)
- Apoia a deslocação da EPC e RC Estremoz, até Vila Franca de Xira;
- Forma unidades héli para:
  - Transporte de altas individualidades a partir de S. Julião;
  - Heli-assalto às antenas do RCP;
  - Reserva do comando da RML. (...)

da RML foi montado no edifício de comando do R. Cmds, depois da declaração do estado de emergência pelo PR, pelas 16H30. A 1.<sup>a</sup> mensagem foi emitida para o CIAAC (Cascais), às 18H00: avançar 2 pelotões de anti-aéreas para o R. Cmds.

À semelhança do já iniciado dias antes, fez deslocar, para a Base da Cortegaça, quase todos os meios aéreos existentes nas outras Bases.

No dia 25, fez uma demonstração de força com bastantes aviões, sobrevoando as principais cidades do Norte e Centro do País.

Apoiou com voos rasantes a actuação das forças terrestres, sendo desnecessário fazer qualquer bombardeamento.

## FORÇAS MILITARIZADAS

- Reforça a defesa de pontos sensíveis à sua responsabilidade, designadamente Banco de Portugal, CTT, TLP, Caixa Geral de Depósitos, acessos à ponte sobre o Tejo, estações de caminhos-de-ferro e cacilheiros (PSP);
- Mantém esforço de pesquisa em todo o território nacional (PSP e GNR);
- Estabelecem ligação permanente com o PC da Operação;
- Controlam os principais acessos à cidade: auto-estrada do Norte, estrada de Sacavém, estrada marginal, calçada de Carriche, portas de Benfica;
- Preparam-se para, à ordem, substituir as forças militares na ocupação dos pontos importantes.

## PARTIDOS POLÍTICOS

- Mobilização geral;
- Vigilância de partidos políticos minoritários;
- Vigilância de comissões de moradores junto a quartéis;
- Manifestações junto de quartéis adversos, impedindo ou dificultando a saída de forças militares: RALIS, EPAM, R. Eng. 1; EPSM, R. Tpt., Forte de Almada, RAC (Oeiras), Beirolas, EPTpt.;
- Idem, impedindo

Face a menor empenhamento das forças militares na ocupação de pontos sensíveis (caso dos MCS), a PSP foi mais solicitada, a partir das 20H00.

A ligação permanente da GNR foi garantida através da via rádio da BT, com posto junto do PC. Foi significativa a recolha de notícias por parte das forças de segurança.

Actuação importante em Estremoz, Setúbal, Faro <sup>5</sup>, Leiria e Monte Real.

As únicas armas distribuídas (150 G3) foram entregues ao PS (Edmundo Pedro) pelo CIAAC, por ordem do PC/RML (Amadora), em 25, pelas 20H00, com conhecimento da Presidência da República. <sup>6</sup>

O PCP apenas se retirou da acção, por pressão do Gen. Costa Gomes, quando verificou o sucesso da actuação dos

fornecimento de armamento a populares;

- Manifestações de apoio ao CR, Governo, unidades amigas;
- Prontos a, em casos especiais, receber armamento;
- Controlo de VIPs e “neutralização” de outros;
- Controlo de jornais diários e outros OCS, impedindo a publicação ou difusão de notícias alarmistas e outras;
- Desenvolver pesquisa de notícias.

“Comandos” em Monsanto. Entretanto, no distrito de Santarém, o seu pessoal envolvera-se em acções ilegais, como a recepção de G 3 de unidades militares: 5 em Almeirim e 120 no Tramagal (dia 25).

As Brigadas Revolucionárias de Carlos Antunes e Isabel do Carmo, na clandestinidade desde o mês anterior, tentaram, sem sucesso, retirar armas do RALIS, no dia 25.

Notas:

<sup>1</sup> Oriundas de Braga (Cap. Abreu Cardoso), de Vila Real (Cap. Fontes), Porto (Cap. Trigo) e Lamego (Major Lino). Ver depoimento de Pires Veloso, in Silva Tavares. “O Norte e o 25 de Novembro”. Lisboa, Ed. Âncora, 2001, p. 189.

<sup>2</sup> Eram o PS e o então PPD.

<sup>3</sup> É feita referência a duas hipóteses – iniciativa das forças adversas ou das forças da ordem –, e a duas fases: a primeira, conquista ou ocupação dos objectivos para controlo da região; e a segunda, manter ou retirar dos objectivos ocupados (ou mesmo da região da cidade de Lisboa).

<sup>4</sup> Ver depoimento do Tenente-General Alves Ribeiro, in Manuel Amaro Bernardo. “Memórias da Revolução, Lisboa, Ed. Prefácio, 2004, p. 534; depoimento do Tenente-General Aurélio Trindade, in “Os Militares, as Artes e as Letras; Os 25 anos do 25 de Novembro”. Lisboa, Ed. Notícias, 2001, pp. 131 e 138; e Relatório da Operação Presidente, do então Capitão Salgueiro Maia, in Dinis de Almeida. “Ascensão Apogeu e Queda do M.F.A.”, II vol. Lisboa, Ed. do Autor, 1978 (?), pp. 384 e 385. Na transcrição deste relatório, Dinis de Almeida comete um erro, ao colocar Salgueiro Maia a afirmar que “pelas 13 horas do dia 26 de Novembro de 1975 recebi ordem do Exm.<sup>o</sup> Comandante da EPC (Alves Ribeiro) a missão (...)”, já que Salgueiro Maia, mais à frente, diz que “desde as 10 horas de 25 que o pessoal esteve preparado (...), decidi sair por volta das 5 horas (26) com vista a chegar a Castanheira do Ribatejo ao alvorecer (...)”.

<sup>5</sup> O único oficial apoiante do Cmdt int.<sup>o</sup> do R.I. Faro, Ten-Coronel José Caniné, era o Capitão QEO, Armindo Madeira, havendo, na classe de sargentos, vários que tentavam manter um nível mínimo de disciplina. (Depoimentos verbais destes oficiais). Do outro lado entravam-se os Capitães Rui Mendonça e Eduardo Arcanjo, com a militância e apoio dos aspirantes mil.<sup>os</sup> e, nomeadamente de Bandeira, Xavier e Gonçalves.

<sup>6</sup> O General Ramalho Eanes, em entrevista ao “Público” de 19-11-2000, confirmou esta distribuição de armamento. Acrescentou estar prevista na Ordem de Operações, sem qualquer objecção de Vasco Lourenço que, mais tarde, a contestou.



## ACTUAÇÃO NA CALÇADA DA AJUDA

*(...) Também atirei, ao pé das botas, por não o querer atingir, sobre o Capitão "Cmd" Marques Patrocínio (ex-oficial do R. Cmds) depois de acesa e violenta troca de palavras. (...)*

Coronel "Cmd" Ribeiro da Fonseca, *in* depoimento de 24-11-2004.

Através da reconstituição levada a efeito em Novembro de 2004, dentro e fora do actual Regimento de Lanceiros de Lisboa (ex-RPM) e dos depoimentos de alguns intervenientes, poder-se-á fazer uma aproximação ao sucedido na manhã de 26 de Novembro.<sup>1</sup>

O Agrupamento de Comandos, constituído pelas C. Cmds 112 e 113 e algum pessoal do comando do Regimento de Comandos, quando chegou ao cruzamento de Monsanto, articulou-se em três colunas: a primeira, comandada pelo Coronel Jaime Neves, com um efectivo misto, que seguiu de modo a atingir a Praça do Império e subiu, a partir daqui, a Calçada da Ajuda; a segunda, da C. Cmds n.º 112/74, comandada pelo então Capitão Afonso Lourenço, que desceu a referida Calçada; e a terceira, da C. Cmds n.º 113/75, comandada pelo então Capitão Manuel Apolinário, que se dirigiu para a zona entre o ex-RC 7 e o RPM, pela Rua General João Almeida (onde se situa o ex-Museu Agrícola do Ultramar), que desemboca nas traseiras da ex-Garagem Militar.

A coluna, comandada pelo Coronel Jaime Neves, subiu a Calçada da Ajuda e, quando passou em frente ao portão da Presidência da República, este oficial foi abordado pelo Major Galamba de Castro, que era portador de uma missiva do General Costa Gomes para suspender a acção, pois os comandantes do RPM tinham comunicado irem entregar-se.<sup>2</sup>

Aquele oficial, que já estava a avistar o seu pessoal perto da referida Unidade, afirmou necessitar de continuar a progressão, pois

<sup>1</sup> Ver croquis em anexo.

<sup>2</sup> Durante a noite, por várias vezes, disseram que o iam fazer. O prazo limite foi as 08H00. Ver declarações de Vasco Lourenço *in* revista "História" n.º 14 de Novembro de 1995.

as outras colunas estavam a montar o cerco naquele momento, e que aguardaria ordens do Posto de Comando, antes da actuação.

Jaime Neves continuou o deslocamento, seguindo na sua chaimite, no exterior, o então Capitão Ribeiro da Fonseca e o ex-Alferes Vítor Ribeiro, Presidente da Associação de Comandos depois do 25 de Novembro.

### **Inopinadamente recebidos a tiro**

Quando a coluna passava em frente da porta d'armas do ex-R. Cav 7, Ribeiro da Fonseca reparou numa metralhadora, na janela superior do edifício, que ladeia aquele portão pela sua esquerda (fica encostada à casa onde nasceu o Almirante Gago Coutinho). Na altura em que tentava avisar da sua localização, o comandante da C. Cmds 112/75, Capitão Apolinário, que estava surgindo apeado, no largo adjacente daquele quartel, pela rua de acesso à ex-garagem militar, a referida arma começou a alvejar a coluna, que continuava lentamente a sua marcha.

Devido a tais disparos foi colhido mortalmente o Furriel Mil.<sup>o</sup> Joaquim Pires.<sup>3</sup>

Quando a primeira chaimite (de Jaime Neves) parou perto da porta d'armas do RPM, Vítor Ribeiro e Ribeiro da Fonseca saltaram e prosseguiram a pé, em direcção ao portão contíguo, da Direcção da Arma de Cavalaria (DAC). O segundo militar atirou uma granada para o interior do RPM e seguiu atrás do primeiro, entrando na DAC.

Antes desta actuação, o pessoal da coluna da C. Cmds 112 (Cap. Afonso Lourenço), que tinha sido detida por uma vala escavada por populares e situada entre a porta d'Armas do DGA e o canto sul desta Unidade, apeou das viaturas, ao ser alvejado pela sentinela situada na guarita da DAC e evoluiu de modo a cercar o RPM pela sua parte Norte. Desta força separaram-se dois grupos: um constituído por três elementos da Associação de Comandos (o então Capitão Leiria de Brito, ex-Sargento Fernando Venâncio e Martins Bexiga) e pelos Alferes Martins Infante e Silva Conceição e as suas equipas, que actuaram sobre a DAC, introduzindo-se aqueles oficiais e graduados

<sup>3</sup> Ver descrição desta acção na portaria que concedeu a Ordem da Liberdade, em 1977, em anexo.

nestas instalações, através de um alojamento de graduados do DGA, com acesso pela Rua das Amoreiras à Ajuda; e o segundo, um Grupo de Combate, comandado pelo Tenente José Coimbra, que rodeou o Depósito Geral de Adidos, pelas suas traseiras, e se dirigiu para a zona Norte do RPM.

Cerca de seis furiéis do DGA foram encontrados no referido alojamento, ficando inicialmente sob o controle de Venâncio. Foi também detido um elemento de sentinela na guarita, existente ao lado do portão de entrada da DAC e, quando Infante e Conceição estavam a descer de um telhado próximo da guarita, para o jardim, viriam a ser provavelmente ainda alvejados pelos tiros da metralhadora do ex-R. Cav 7, atrás citada, enquanto partiam igualmente tiros do interior do RPM.

Entretanto, o pessoal da PM (que saíra do RPM tempos antes), liderado pelo então Capitão Alberto Ferreira e que se deslocara com a coluna da C. Cmds 112, aproximara-se da porta d' armas do quartel de ex-RC 7, e insistira com os Capitães Assis e Banazol para abrirem este portão "a fim de poderem tomar conta das instalações sem grandes perturbações". O Capitão Assis terá afirmado que não sabia onde se encontrava a chave, ao que Alberto Ferreira lhe terá dito "para mandar empilhar as armas e saltar o portão, para a tropa ver que havia rendição, o que fez".<sup>4</sup>

Dentro da DAC; enquanto Venâncio tomava conta do sentinela detido, Infante e Conceição, acompanhados pelo seu pessoal, actuaram a partir do jardim, e Leiria de Brito e Bexiga avançaram para o piso superior das instalações principais da referida Direcção da Arma, hoje englobadas no edifício de comando do RPM (Regimento de Lanceiros n.º 2).

Daqui fizeram disparos sobre a parada e saída das casernas situadas à sua frente, sempre com o cuidado de não fazer vítimas.

---

<sup>4</sup> Segundo Alberto Ferreira, na noite da véspera, "o Capitão Banazol tinha recebido ordens de Campos de Andrada para ir a Monsanto, com um esquadrão, atacar os -comandos. Como ele estava em ligação connosco, através de sargentos e soldados conectados com o MRPP e nós tínhamos feito ver que não poderiam fazê-lo, por estarem fora do controlo hierárquico do Presidente Costa Gomes, o Banazol recusou-se a cumprir tal ordem". Ver Manuel Amaro Bernardo. "Memórias da Revolução; Portugal 1974-1975". Lisboa, Ed. Prefácio, 2004, pp. 538.

Na sequência desta situação viria a aparecer, nas proximidades da porta d'armas, o corpo sem vida do Aspirante Mil.<sup>9</sup> Inf.<sup>3</sup> Ascenso Bagagem, então em “serviço revolucionário” desta Unidade, pois oficialmente não fazia parte do seu efectivo. <sup>5</sup> Durante cerca de trinta anos, quer o pessoal interveniente dos “Comandos”, quer os elementos da então PM, no lado contrário, estiveram convencidos de que este militar tinha sido morto, a tiro, pelos militares do R. Cmds. No entanto de acordo com a certidão de óbito, já que não foi feita a autópsia <sup>6</sup> (talvez por ter sido considerada desnecessária), a causa da sua morte foi: “Laceração e contusão do encéfalo, com múltiplas fracturas do crânio”. <sup>7</sup> Assim, julgamos poder afirmar-se que este militar terá falecido como resultado de uma queda contra os degraus então existentes junto da casa da guarda.

De facto, segundo os militares dos “Comandos”, posicionados na DAC, ele terá vindo a correr pela parada, da área das casernas fronteiras ao edifício de comando e ter-se ia abrigado nos referidos degraus, por estar a ser alvejado por aqueles elementos.

Enquanto decorria esta actividade, o Grupo de Combate da C. Cmds 112, referido anteriormente, seria recebido a tiro por militares do RPM instalados nas janelas das traseiras do edifício de comando, sendo mortalmente atingido o Tenente Inf.<sup>3</sup> “Cmd” José Coimbra na confluência da Rua das Amoreiras à Ajuda com a Rua Nova do Calhariz. <sup>8</sup>

---

<sup>5</sup> Pertencia ao RIQ, onde tinha sido punido com dois dias de prisão, na Serra da Carregueira, que cumpriu em Queluz, até 19-11-1975. Nesta data marchou para o Quartel General de Lisboa, onde ficou na situação de aguardar colocação. Ver Nota de Assentos, *in* Arquivo Geral do Exército. Recentemente, o jornalista João Mesquita afirmou que ele tinha sido militante da UDP. Ver “Grande Reportagem” de 2-4-2005.

<sup>6</sup> Apesar de ter sido solicitado o relatório da autópsia de José Albertino Ascenso Bagagem, ao Instituto de Nacional de Medicina Legal, este, depois da consulta dos arquivos, informou que o seu corpo lá não deu entrada em 26 de Novembro. In ofício n.º 1265 de 12-1-2005.

<sup>7</sup> Ver Assento de Óbito n.º 816 de 27-11-1975, da 5.ª Conservatória do Registo Civil de Lisboa. (fotocópia em anexo)

<sup>8</sup> Ver descrição desta acção na portaria que concedeu a Ordem da Liberdade, em 1977, em anexo.

## **Continuando a alvejar sem intenção de matar...**

Ainda durante o período de tempo em que durou a troca de tiros entre o pessoal da PM e dos “comandos” (quinze a vinte minutos), Ribeiro da Fonseca, que se tinha posicionado numa janela do piso superior da DAC, sobranceira à parada, lançou uma granada ofensiva (solicitada a Infante que, entretanto se lhe juntara) sobre a entrada da caserna, donde partiam insultos contra os “comandos”. Também disparou um tiro para junto das botas do Capitão “Cmd” Marques Patrocínio (ex-oficial do R. Cmds), por não o querer atingir, depois de acesa e violenta troca de palavras; e um soldado que, no seguimento de um tiro à frente e outro atrás, levantou os braços em sinal de rendição, às ordens de Ribeiro da Fonseca, seguindo para o meio da parada <sup>9</sup>.

Entretanto, o pessoal do Capitão Apolinário tinha sido alvejado a partir das traseiras do ex-R.Cav.<sup>a</sup> 7, com tiros de armas ligeiras a partir dos telhados destas instalações, assim como com lançamento de granadas ofensivas, muitas delas ainda sem a cavilha retirada, pois tratava-se de recrutas. O mesmo terá sucedido a partir do RPM. <sup>10</sup> Nestas duas situações não terão ocorrido baixas dos dois lados.

Na sequência desta actividade, o Coronel Jaime Neves, não conseguindo convencer o pessoal da PM a abrir o portão, arrombou-o com a sua chaimite e mandou parar o fogo, o que sucedeu com a ajuda dos seus oficiais.

O então Major Mário Tomé (2.<sup>o</sup> Cmdt) apresentou-se e colaborou na rendição daquele numeroso efectivo. Os dois comandantes (Major Campos de Andrada e aquele oficial) e o adjunto Major Cuco Rosa foram mandados seguir para o Palácio de Belém, com uma escolta, chefiada pelo então Capitão “Cmd” Barbosa Henriques, que se deslocara ao local, a partir da Presidência da República.

Entretanto, Jaime Neves, ao ouvir trabalhar os motores das viaturas blindadas existentes dentro do ex-RC7, encarregou Vítor Ribeiro de lá se dirigir, para saber do sucedido. Este, a partir de uma casa vizinha, verificou terem parado os motores, tendo sido ordenado ao Capitão Cav.<sup>a</sup> “Cmd” Santos Banazol para fazer deslocar todo o seu

<sup>9</sup> Ver depoimento do Coronel Ribeiro da Fonseca, de 4-11-2004.

<sup>10</sup> Ver depoimento do Major-General Manuel Apolinário, de 20-1-2005.

pessoal para o RPM, onde se processou a formatura geral da Unidade. As armas foram postadas na parada, tendo o referido capitão dado um grito de “viva a revolução”, antes de mandar destroçar.

Cerca das 10H00, compareceu, no RPM, o então Major Aventino Teixeira, avisando Jaime Neves da intenção, reinante no Palácio de Belém, em mandar aqueles oficiais para as suas residências<sup>11</sup>. Este deslocou-se imediatamente lá, para impor a sua prisão, pois eles tinham provocado uma situação em que viriam a falecer dois graduados “comando” sob as suas ordens.

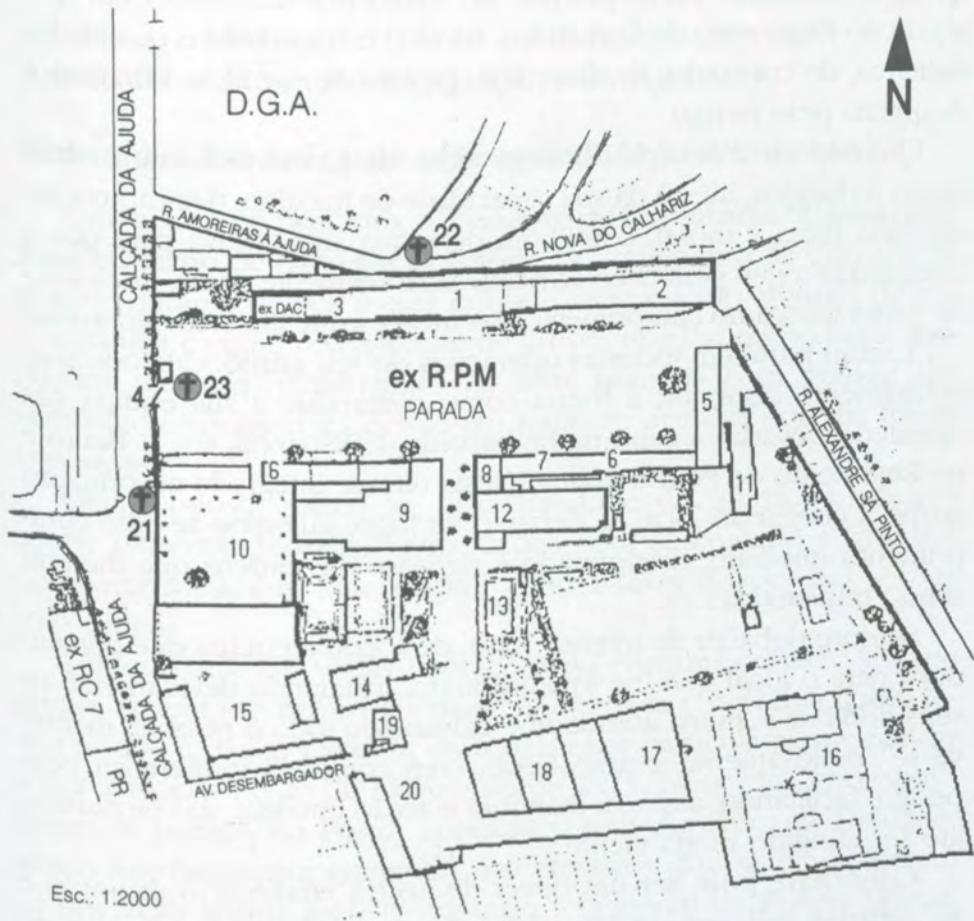
Depois de proceder à entrega das instalações aos oficiais da PM, que anteriormente tinham saído do RPM, em discordância com o comando agora destituído, e de ser rendido por forças do RIQ, o Batalhão de Comandos retirou cerca das 14h30 e regressou ao seu quartel na Amadora.

Assim terminou a única acção de confronto armado na contenção e normalização da sublevação dos pára-quedistas contra a hierarquia instituída, em 25/26 de Novembro de 1975.

---

<sup>11</sup> Ver depoimento do Coronel Jaime Neves, de 27-10-2004.

ANEXO I – ACTUAÇÃO NA CALÇADA DA AJUDA



LEGENDA

- 4 - Porta de Armas
- 21 - Local da queda do corpo do Furriel Mil. Joaquim Pires.
- 22 - Local da queda do corpo do Tenente José Coimbra
- 23 - Local da queda do corpo do Asp. Mil. Ascenso Bagagem

## ANEXO II – ACTUAÇÃO NA CALÇADA DA AJUDA

### Ordem da Liberdade para o 2.º Furriel Mil.º Joaquim Pires

Louvo, a título póstumo, o 2.º Furriel Miliciano “Comando” Joaquim dos Santos Pires porque, ao longo dos três meses em que serviu no Regimento de Comandos, revelou extraordinárias qualidades militares, de comando, de disciplina, espírito de sacrifício, coragem e desprezo pelo perigo.

Quando os efectivos do Regimento de Comandos eram ainda muito reduzidos, mercê da sua capacidade de trabalho, dedicação e resistência física e moral, contribuiu de forma significativa para que a companhia a que pertenceu se mantivesse altamente coesa, disciplinada e moralizada no cumprimento das missões que lhe eram atribuídas.

Tomou parte em todas as operações do seu grupo, cabendo particularmente distinguir a forma como comandou a sua equipa nas operações levadas a cabo na Embaixada de Espanha, em S. Bento e no Regimento de Polícia Militar. Nesta última, integrado no primeiro grupo a chegar ao local, já debaixo de fogo, salientou-se pelo cumprimento imediato, disciplinado e rigoroso das ordens que lhe iam sendo transmitidas.

Sempre debaixo de intenso fogo, deslocou a equipa que comandava para o local que lhe fora atribuído, instalando devidamente os seus homens e, numa atitude que galvanizou todo o pessoal, manteve-se corajosamente a descoberto, com completa indiferença pelo perigo, facilitando, assim, a manobra e acção imediata da companhia, até ser atingido mortalmente.

Considero, pois, ser um dever de justiça enaltecer o exemplo e as virtudes militares do Furriel Santos Pires, o qual bem pode ser apontado como símbolo dos jovens que muito têm prestigiado os “Comandos”, As Forças Armadas e a Pátria, que este militar tão nobre e honrosamente soube servir.

Estado Maior General das Forças Armadas, 24 de Novembro de 1977

O Chefe do Estado Maior General das Forças Armadas

Ass.) António dos Santos Ramalho Eanes

General

Conforme publicação feita no Diário da República n.º 295, 2.ª Série, de 23-12-1977, foi agraciado, a título póstumo, por alvará de 25 de Novembro do mesmo ano, com a medalha de prata da Ordem da Liberdade, o 2.º Furriel Mil.º “Comando” Joaquim dos Santos Pires

*In* Ordem do Exército n.º 4, 3.ª Série de 1978, pp. 137 e 138.

### **ANEXO III – ACTUAÇÃO NA CALÇADA DA AJUDA**

#### **Ordem da Liberdade para o Tenente Inf.ª José Coimbra**

Louvo, a título póstumo, o **Tenente de Infantaria “Comando” José Eduardo de Oliveira Coimbra**, do Regimento de Comandos, porque durante os dez meses em que serviu como adjunto da sua companhia e como comandante de grupo, revelou muito boas qualidades militares, conduzindo os seus homens com grande desembaraço, coragem e decisão em todas as missões que lhe foram confiadas.

Oficial brioso, metódico, disciplinado e disciplinador, sempre soube enfrentar todas as dificuldades com serenidade e energia, contribuindo, assim, para manter o bom nível do pessoal sob as suas ordens.

Tomou parte em várias operações no comando directo do seu grupo, fazendo-se notar pela maneira enérgica e decidida como levou a cabo todas as missões, das quais cabe particularmente realçar a sua actuação no 25 de Novembro de 1975. Neste dia, encontrando-se de licença no Porto, apresentou-se voluntário na Unidade, sendo imediatamente integrado nos efectivos que se empenharam na operação levada a efeito contra o Regimento de Polícia Militar. Quando, debaixo de fogo, tentava com o seu grupo o envolvimento pela retaguarda do quartel da referida Unidade e depois de um militar à sua frente ter sido ferido, o Tenente Coimbra, com rara abnegação e arriscando a vida, numa atitude de coragem consciente e completa indiferença pelo perigo, tentou retirá-lo da zona de morte, acção esta que lhe custou a própria vida.

Por todas as qualidades e virtudes militares que sempre evidenciou, pelo aprumo, correcção e sangue frio e serena energia debaixo de fogo, é o Tenente Coimbra digno de público louvor pelos serviços

prestados, que muito dignificaram o Regimento de Comandos, o Exército e as Forças Armadas portuguesas.

Estado Maior General das Forças Armadas, 24 de Novembro de 1977  
O Chefe do Estado Maior General das Forças Armadas  
Ass.) António dos Santos Ramalho Eanes  
General

Conforme publicação feita no Diário da República, 2.<sup>a</sup> Série, n.º 295, de 23-12-1977, foi agraciado, a título póstumo, por alvará de 25 de Novembro do mesmo ano, com o grau de Cavaleiro da Ordem da Liberdade, o Tenente de Infantaria “Comando”, José Eduardo Oliveira Coimbra, do Regimento de Comandos.

*In* Ordem do Exército n.º 4 de 1978, 2.<sup>a</sup> Série, pp. 275 e 276.

ANEXO IV – ACTUAÇÃO NA CALÇADA DA AJUDA



**Instituto Nacional de Medicina Legal**

*Delegação de Lisboa*

Serviço de Tanatologia Forense

Rua Manuel Bento de Sousa n.º 3 - 1150-219 LISBOA

Exm.º Senhor  
Coronel Manuel A. Bernardo  
Pt. José Régio, 5 – 1.º. Esq.º.  
2790-092 CARNAXIDE

Sua referência  
Carta

Sua comunicação de  
03/01/2005

Nossa referência  
Proc.º. 40

Lisboa

001265 12JANº05

ASSUNTO: Certidão de óbito de JOSÉ ALBERTO BAGAGEM.

Em referência à vossa carta, cumpre-me informar V. Ex.ª. que, consultados os ficheiros e livro de registo de cadáveres da época, não consta na data mencionada a entrada do cadáver de JOSÉ ALBERTO ASCENSO BAGAGEM.

Mais se informa que o Certificado de Óbito deverá ser solicitado à Conservatória do Registo Civil onde foi lavrado o referido óbito.

Com os melhores cumprimentos  
A Directora do Serviço de Tanatologia

(Prof.ª. Doutora Isabel Pinto Ribeiro)

ANEXO V - ACTUAÇÃO NA CALÇADA DA AJUDA

<p>Assento n.º <u>816</u>  <u>José Martins</u>  <u>Rosa Maria Bagagem</u>          Doc. n.º <u>257</u> Maio n.º <u>4</u>          Assento de nascimento n.º <u>430</u> do ano          de 19<u>62</u> da Conservatória d. e  <u>de Braga</u>          Assento de casamento n.º <u>17</u> do ano          de 19<u>74</u> da 3.ª Conservatória d. e  <u>de Braga</u></p> <p style="text-align: center;"><b>AVERBAMENTOS</b></p>	<p style="text-align: center;">Assento de óbito n.º <u>816</u></p> <p>Nome <u>José Martins Rosa Maria Bagagem</u>          Sexo <u>masculino</u>, idade <u>10</u> e <u>1/2</u> anos          Estado <u>casado com Maria Edite Teófilo</u>  <u>Rosa Maria Bagagem</u>          Naturalidade: freguesia d. e <u>Vale de</u>  <u>concelho d. e Braga</u>          Última residência habitual <u>Rua Lúcia Leopoldina 101 -</u>  <u>de Bragança, distrito de Vila Rica</u>  <u>de Bragança</u>          Pai: <u>José Maria Bagagem</u>          Mãe: <u>Elisa do Espírito Santo</u>  <u>Maria</u>          Hora do falecimento: <u>10</u> horas <u>15</u> minutos          dia <u>10</u> de <u>Junho</u> de <u>1962</u>          de mil novecentos e <u>sessenta e dois</u>          Lugar: freguesia <u>Braga</u>          concelho d. e <u>Braga</u>          Causa da morte <u>agorria e sequelas de infarto</u>  <u>sem intervenção médica de qualquer</u>          O falecido <u>deixou</u> herdeiros sujeitos a inventário obrigatório ou          providência tutelar, <u>deixou</u> bens e <u>deixou</u>          testamento.          Vai ser sepultado no cemitério d. e <u>Vale de</u>  <u>de Braga</u>          Declarante: <u>Elisa do Espírito Santo</u>  <u>de Bragança</u>          Menções especiais:</p>
	<p>Assento: <u>10</u> de <u>Junho</u> de <u>1962</u> Conservador  <u>Rosa Maria Bagagem</u>  <u>de Braga</u>  <u>de Braga</u> Conservatória do Registo Civil d. e <u>Braga</u>          às <u>10</u> horas e <u>15</u> minutos do dia <u>10</u> de <u>Junho</u>          de mil novecentos e <u>sessenta e dois</u>  <u>de Bragança</u>  <u>de Bragança</u>  <u>de Bragança</u></p> <p>Registado no «Diários» sob o n.º <u>26336</u> Boletim n.º <u>278</u> o.c. remetido          à 3.ª Conservatória d. e <u>Braga</u>          Averbado sob o n.º <u>816</u> do assento de <u>816</u> do ano de <u>1962</u></p>

## A VERSÃO DA “ESQUERDA REVOLUCIONÁRIA”

(...) Às 9H15 tudo tinha acabado. Havia oito mortos: um do RPM e sete dos Comandos da Amadora (dois soldados “regulares”, enterrados como heróis, com enterro difundido pela TV e cinco “irregulares”, enterrados em segredo e não oficializados).

Um ex-oficial/COPCON segundo Jean Pierre Faye, In “O Portugal de Otelo (...)”, 1977.

Apresentamos, agora, a versão (*a posteriori*) dos acontecimentos, quer pelo “ídolo” da esquerda revolucionária, Otelo Saraiva de Carvalho, quer por um outro ex-oficial do COPCON, que o autor e jornalista francês Jean Pierre Faye não identifica.<sup>1</sup>

Em declarações a uma delegação do Comité Bertrand Russel (em Janeiro de 1976), que se encontrava em Portugal desde o mês de Outubro anterior, Otelo inventa uma versão, para se colocar na situação de vítima de um golpe da direita... Transcrevem-se parcialmente essas declarações, assim como as produzidas dezanove anos depois (2000), em que, fundamentalmente, mantém a mesma versão justificativa, mas agora “atirando” a responsabilidade para cima do PCP (apenas PC, no seu discurso) e seus agentes, como Costa Martins, cuja actuação já referia em 1976.

### 1. Otelo Saraiva de Carvalho

#### Em Janeiro de 1976<sup>2</sup>

P: O que se passou realmente em 25 de Novembro e qual é o significado desses acontecimentos?

Otelo: Aqui, em Portugal, a luta de classes foi tremenda em Novembro. Para a direita, era indispensável a luta de classes do proletariado. O que se estava a preparar, a qualquer pretexto da esquerda militar, era um golpe de Estado da direita; e para nós,

<sup>1</sup> Ver “O Portugal de Otelo; a Revolução no Labirinto”. Lisboa, Ed. Socicultur, 1977.

<sup>2</sup> Ver Jean Pierre Faye. Ob. cit., pp. 30 a 34.

tratava-se de preparar as massas para essa eventualidade.

O 25 de Novembro surgiu de uma coligação da direita militar com a esquerda moderada.

Às quatro horas da manhã deixei o Conselho da Revolução.

Às seis horas iniciou-se um debate no COPCON.<sup>3</sup>

Às onze horas, o meu chefe de estado-maior telefonou-me para ir para o COPCON, precisando que os pára-quedaistas de Tancos tinham ocupado a base aérea e prendido o General Pinho Freire. Pensei: é o pretexto que a direita espera.

Às duas e meia (14H30), cheguei ao COPCON. Disseram-me que o Presidente Costa Gomes telefonava de cinco em cinco minutos à minha procura. Pede-me que vá a Belém.

Pelas quatro horas, quatro e meia (16H30), chego ao Palácio de Belém. Discuto com Costa Gomes a melhor maneira de deter os pára-quedaistas de Tancos. Mas precisamente “quando cheguei a Belém, os Comandos saíram da Amadora”. Tinha começado a ofensiva.

Quanto às tropas do COPCON, defenderam simplesmente as suas posições; o RALIS, por exemplo, pôs em acção o seu dispositivo de alerta (como em 11 de Março). Os órgãos de informação já se encontravam protegidos pelas tropas do COPCON, há três ou quatro dias.

Pelas cinco horas (17H00) telefonei de Belém anunciando que os comandos da Amadora tinham começado a sua acção.

Assim evitei o conflito e o começo da guerra civil. Os verda-

---

<sup>3</sup> Recorde-se o horário das actividades na madrugada de 25 de Novembro e constante do processo judicial transcrito neste livro:

1. 02H00 – Telefonema a partir de Belém, comunicando decisão do CR de Otelo ser substituído por Vasco Lourenço no GML. Foi comunicado aos quartéis de Tancos (Páras) e da Pontinha (RE n.º1).

2. Pouco depois das 02H00 – Formatura de controlo dos Páras em Tancos

3. 03H00 – Otelo sai de Belém.

4. 03H30 – Otelo chega ao COPCON.

5. Entre as 04H30 e 05H00 Otelo dá ordem telefonicamente a Mascarenhas Pessoa (Cmdt int.º da BETPQ), sobre o qual não tinha poder hierárquico legítimo, para mandar ocupar as Bases Aéreas.

6. 05H00 – Formatura dos Páras em Tancos.

7. 05H30 – Otelo sai do COPCON para a sua residência.

8. 05H40 – Os Páras começam a sair de Tancos para a ocupação das Bases.

9. 17H01 – Após concordância do Presidente da República, ordem do Posto de Comando da Amadora para o CIAAC mandar avançar dois pelotões, para o R. Cmds poder actuar mais tarde sobre Monsanto (18H00). *In* Arquivo do Posto de Comando / Ten-General Tomé Pinto.

deiros heróis são os meus camaradas e as forças de esquerda, que se renderam sem um gesto.<sup>4</sup>

Se tivesse ficado no COPCON, em vez de ir a Belém, se tivesse tomado posição pelo telefone, em contacto com Costa Gomes, tinha ganho a batalha. Mas não se podia correr o risco de uma guerra civil.

P: Qual era o dispositivo montado pelos que, sem sombra de dúvida, ordenaram a ofensiva dos comandos da Amadora?

Otelo: Havia o posto operacional, na Amadora, com Ramalho Eanes, Firmino Miguel, Jaime Neves.

P: E Garcia dos Santos?

Otelo: Sim, no planeamento das transmissões. E havia o posto político na retaguarda, em Belém, com Loureiro dos Santos. "O Presidente Costa Gomes estava fora de tudo isto". Aceitou a situação, aderindo a ela. Às quatro e meia (16H30), quando cheguei a Belém, Costa Gomes disse-me: a situação é grave, os pára-quedistas ocuparam a base aérea; chamei o Costa Martins e perguntei-lhe: «Tem alguma coisa a ver com tudo isto?» Costa Gomes acrescentou que tinha pedido a Costa Martins para falar com os pára-quedistas, assegurando-lhes que podiam voltar para Tancos. «E amanhã», acrescentou ele, «vou a Tancos falar com eles para lhes fazer uma proposta» Respondi: «É uma ótima ideia. Os pára-quedistas acalmarão com isso.»

P: A hipótese do Presidente Costa Gomes parece ser, nesse momento, passar a Base Escola de Tancos para debaixo do comando do COPCON, que aumentaria em dois mil homens a sua força de combate?

Otelo: Infelizmente, Costa Martins não falou aos pára-quedistas ou nem sequer os procurou. É só às nove horas da noite (21H00) que Costa Martins volta a Belém anunciando que era possível o regresso dos pára-quedistas a Tancos. Mas, a essa hora, já os comandos da Amadora tinham ocupado a base da 1.<sup>a</sup> Região Aérea, em Monsanto.

P: Ouvi dizer que o Chefe do Estado-Maior da Força Aérea – General Moraes da Silva –, tinha ficado muito irritado com as tentativas do Presidente Costa Gomes para evitar o conflito e negociar uma solução pacífica.

---

<sup>4</sup> Omite a actuação na Calçada da Ajuda, onde os elementos do RPM (ainda sublevado contra as autoridades legítimas – PR/CEMGFA, General Costa Gomes) mataram a tiro, um oficial e um sargento dos "Comandos", como atrás foi referido.

Otelo: Com efeito. O pior é que Costa Martins não deu a sua mensagem aos pára-quevistas. Deixou assim a direita militar tomar a iniciativa do golpe, quando tinha tido a possibilidade de fazer ganhar a esquerda, em condições pacíficas.

Porque na realidade o que os páras fizeram deu-lhes um pretexto fútil. A operação por eles desencadeada não tinha comando: não era evidentemente um golpe de Estado.<sup>5</sup> E as forças da direita tiraram proveito disso: assim, em Évora, todos os oficiais de esquerda foram substituídos, embora não tivessem nada a ver com o caso.

P: Qual é a relação entre as tendências políticas no interior das Forças Armadas?

Otelo: A esquerda moderada (Melo Antunes, Vasco Lourenço, Pezarat Correia) tem sofrido ataques especiais da parte dos que com ela formaram a Frente Militar Única, em especial da parte do Major Aventino Teixeira, que está muito ligado a Arnaldo de Matos e cuja linguagem é muito próxima da do MRPP, e que é agora o conselheiro político do Estado-Maior. Nestes círculos, percebem-se os esforços para retirar o poder à esquerda moderada, denunciando Melo Antunes, o “papa político”, o “burguês conciliador”. Estes esforços são acompanhados pelo ressurgimento da direita spínolista. Os homens ligados ao 11 de Março voltam e Spínola prepara o seu regresso: deu uma entrevista ao “Comércio do Porto”, o jornal mais fascista de Portugal.

P: O jornal que anunciava a grandes títulos “os estrangeiros indesejáveis em Portugal”.

Otelo: O “Tempo”, jornal de extrema-direita, publica as opiniões do ajudante de campo de Spínola.<sup>6</sup> Chama-lhe o “herói do 25 de Abril”, quando Spínola nem sequer apareceu a 25 de Abril, ao nível de operação militar. (...)

---

<sup>5</sup> Na versão de Dinis de Almeida (entrevista à RTP), também elemento da “esquerda revolucionária” e autor de livro sobre a revolução (três volumes), quem abandonou os páras foi Otelo. De facto, depois de ter dado a ordem de avançar aos páras, nem ficou no COP-CON para saber o resultado de tal iniciativa, retirando-se para a sua residência.

<sup>6</sup> Refere-se ao então Capitão Pára-quevista António Ramos (depois jornalista). A sua versão sobre a revolução portuguesa (entrevista) está incluída no livro de Manuel Amaro Bernardo. “Memórias da Revolução; Portugal 1974-1975”. Lisboa, Ed. Prefácio, 2004, pp. 91 a 96, 342 a 348, e 524 a 526. Como é do conhecimento geral, o então General António de Spínola recebeu o poder do MFA, em 25 de Abril, enquanto o General Costa Gomes se encontrava no Hospital da Estrela, desde a véspera.

## **Em Novembro de 2000**<sup>7</sup>

(...) Perante a reacção negativa de algumas unidades da Região, cujos comandantes me diziam não aceitar o Vasco como comandante da RML, solicitei ao Presidente uma reunião extraordinária do CR, para ratificação da decisão tomada em 21, a qual ficou marcada para a tarde de 24, segunda-feira. Esta terminaria às 04H30 da manhã do dia seguinte,<sup>8</sup> confirmando a decisão anterior. Antes de regressar a casa, conforme havia prometido, passei pelo COPCON, para anunciar aos militares ali presentes a confirmação da decisão do CR.

No meio da exaltação que se seguiu, ergueu-se a voz do Capitão Costa Martins, da Força Aérea, garantindo, sem ambiguidade, que "os páras não aceitavam esta situação e vão ocupar as bases aéreas"!

Colhido de surpresa, saí da sala e chamei a outro compartimento dois oficiais da FAP, para lhes perguntar que raio de posição era aquela que o Costa Martins anunciava e que não tinha cabimento, devido ao facto de eu ser afastado do comando da Região Militar de Lisboa, do Exército, e não abandonar o comando do COPCON.

"Não te preocupes com isso" disse-me um deles. "Isto é uma questão interna da Força Aérea, dos páras com o Morais da Silva; não tem nada a ver connosco. Podes ir para casa à vontade e descansa que bem precisas."

Assim fiz.<sup>9</sup> A lassidão que o desencanto e o profundo cansaço me provocara não me motivou para tomar qualquer atitude de alerta e aviso. Deixei andar, deixei fazer. E, no entanto cheguei ainda a ponderar, junto daqueles meus dois camaradas, se, a verificar-se a acção anunciada, ela não constituiria o pretexto para o desencadeamento da intervenção militar planeada pelo Eanes e seu estado-maior.

E é que foi mesmo. Por volta das 05H30, os páras ocupavam, de facto, as bases aéreas, o Comando da Região Aérea e o

<sup>7</sup> Ver Manuel Barão da Cunha (coord.). "Os Militares, as Artes e as Letras; Os 25 Anos do 25 de Novembro". Lisboa, Ed. Notícias, 2001, pp. 103, 104, 169 e 171. Para se perceberem as inexactidões desta versão recente, remetemos os leitores para o horário atrás citado e constante do processo judicial.

<sup>8</sup> Continua a apresentar um horário incorrecto. Ver processo judicial atrás citado.

<sup>9</sup> Recorde-se que, de acordo com o processo judicial, foi Otelo quem deu a ordem a Mascarenhas Pessoa para mandar avançar os Páras para a ocupação das bases aéreas. Assim a sua versão será meramente justificativa, mas sem qualquer credibilidade.

Estado-Maior da Força Aérea. Cerca do meio dia, fui alertado pelo CEM do COPCON para algo de grave que estava a passar-se em unidades da FAP. Depois de, no COPCON, fazer um breve estudo da situação, e porque o Presidente já tinha, por várias vezes, mandado telefonar para o COPCON, solicitando a minha comparência urgente em Belém, segui para a Presidência cerca das 14H30.

(...) Na noite de 25, após uma resistência mínima e débil por parte de forças de algumas unidades do Exército da RML e sob a enorme pressão de populares mobilizados pelos “partidos democráticos”,<sup>10</sup> os páras abandonaram as posições ocupadas e regressaram a Tancos, sem honra nem glória.

Estava perdido o sonho da revolução socialista e popular. Mas regressava-se, no meio do desencanto, à “pureza inicial do 25 de Abril”.

(...) Como há pouco tempo me confidenciava um camarada da Armada, figura importante do 25 de Abril e do PREC, o “25 de Novembro aconteceu, e ainda bem que aconteceu assim, senão estávamos nós bem tramados”. Concordo com ele obviamente. Mas, mais à frente, voltarei à carga.

(...) A acção dos páras visa demonstrar eficácia e capacidade de comando por parte dos sargentos, que actuam como autênticos comandantes de pelotão, mesmo em operações difíceis. O argumento para ocuparem as bases aéreas é de que queriam dar as suas justificações da causa da luta deles contra o Morais da Silva.

Agora, eu pergunto: então é às cinco horas da manhã que eles saem da sua unidade para fazerem palestras? Parece haver aqui um plano estruturado. De facto, não sendo assim, não é em três quartos de hora que se ocupam as bases aéreas de Monte Real, Montijo, Tancos e Ota, mais o Estado-Maior e Comando da Força Aérea. Mesmo obedecendo a um plano, a acção é demonstrativa de uma grande operacionalidade, uma grande eficácia.

Existindo um plano, eventualmente elaborado por oficiais ligados ao PC, o PC aproveita-o e fica em *standby*. Se aquilo der para o certo, o Morais da Silva “salta” e o PC ganha posições no CR. Se der para o torto, o PC precisa de uma garantia. E quem é que dá ao partido a garantia de que o PC fica perfeitamente integrado num espaço democrático?

<sup>10</sup> Tal apenas sucedeu em Monte Real. Ver Boaventura Sousa Santos (...). “O Pulsar da Revolução; Cronologia do 25 de Abril (1973-1976)”. Porto, Ed. Afrontamento, 1997.

E assim surge-me uma nova interrogação: sensivelmente uma semana antes do 25 de Novembro, o meu amigo Melo Antunes convoca, para casa do Nuno Brederode dos Santos, o Álvaro Cunhal, facto que este confirmou recentemente em livro, informando, porém, de que bateu à porta e que ninguém atendeu e por isso foi-se embora. O Nuno Brederode dos Santos já veio no “Expresso” a desmentir, dizendo que foi ele que abriu a porta a Álvaro Cunhal e eles ficaram lá. O que é que terá havido entre Melo Antunes e Álvaro Cunhal para o Melo Antunes, no dia 26 de Novembro afirmar, correndo riscos, na RTP, que o PC é essencial à democracia?

Seria o pagamento da factura do apoio dado pelo PC a Melo Antunes e aos “Nove”, no 25 de Novembro? Garantia dada pelos “Nove” ao PC de eliminação da esquerda revolucionária?

(...) Quando o Conselho da Revolução se reúne em 26 de Novembro, no rescaldo da véspera (é a minha última participação), o José Alberto Loureiro dos Santos entra com um papel e diz, como porta-voz do grupo alargado dos “Nove”: “Há um conjunto de medidas a tomar, meu general, para rapidamente chegar a uma situação de equilíbrio e ordem nisto. A primeira medida é a extinção do COPCON”. Eu disse “bingo!” E bati palmas. Era aquilo mesmo!

O fundamental daquela articulação toda, desde a extrema-direita até ao PC, era afinal a eliminação da esquerda revolucionária, que, de facto, era o grande factor de perturbação do PREC.

(...) O Aurélio (Trindade) fala num plano para atacar unidades. Mas que plano era esse? Parece-se muito com a “matança da Páscoa”. À posteriori do 11 de Março, ouvi falar muitas vezes na “matança da Páscoa”. Mas a lista, essa, nunca a vi.

Que plano era esse? Que unidades? O único plano que eu vi preparado, e tu fizeste o relatório da operação toda, foi de facto o vosso. Quem é que fez mais planos? Onde é que há um plano? <sup>11</sup>

---

<sup>11</sup> No colóquio em 4-11-2000, em Oeiras, Otelo interpelava os membros da mesa onde se encontrava: General Loureiro dos Santos (moderador), Major-General Aurélio Trindade e Coronel Pil. Av. Morais da Silva (ex-CEMFA).

O plano de destruição de várias unidades teria sido feito pelo PCP. Esse plano foi abordado neste colóquio pelo Major-General Aurélio Trindade deste modo:

“(…) Sabíamos que havia um plano para atacar três unidades – Regimento de Comandos e Escolas Práticas de Infantaria e Cavalaria. As duas primeiras foram atacadas (relato feito neste trabalho). A última, frontalmente, não foi atacada. Admito que tenham sido infiltrados determinados elementos para eles abrandarem a preparação da tropa (...)”. Ver Manuel Barão da Cunha (coord.). Ob. cit., p. 167.

Eu não participei em plano nenhum. E em Setembro, quando Vasco Lourenço me disse: “Otelo, informo-te que se houver algum pretexto dado pela esquerda, nós caímos-lhe em cima, porque o Eanes, juntamente com o Loureiro dos Santos, o Alípio Tomé Pinto e outros estão a elaborar um plano operacional”; eu respondi-lhe: “Olha Vasco! Por mim estás perfeitamente à vontade. Com a lealdade que tenho para contigo e os outros camaradas, eu jamais dispararia um tiro contra fosse quem fosse dos meus camaradas; a minha lealdade é total. Plano, eu? Preparar uma acção? Aceitar uma guerra civil? Que loucura é esta? Desculpa lá, Aurélio, mas tudo isso é verdadeira paranóia”

Vocês prepararam e previram a utilização de meios bélicos e humanos excessivos para combater um plano que não existia.

Dizes também que os páras reagiram à nomeação de Vasco Lourenço para a Região Militar de Lisboa, e isso não é verdade.<sup>12</sup> Os páras reagiram sim à dissolução das tropas pára-quadristas, por despacho do Moraes da Silva isso era óbvio. E já aqui fiz referência à conversa que tive, em sala à parte, com dois oficiais do COPCON da Força Aérea, que me tranquilizaram quanto a prováveis intenções dos “páras” expressas minutos antes pelo Costa Martins: “Não, não, isto é um assunto interno da Força Aérea, não tem nada a ver connosco”, responderam eles, e fui para casa dormir.

É admissível pensar que, se houvesse um plano e eu assumisse o comando da operação – isto é uma pergunta que vocês devem fazer –, eu iria para casa dormir e o pessoal que eu iria comandar permitisse esse meu abandono? A verdade é que não havia comandante nenhum, porque não havia golpe nenhum preparado da minha parte ou com o meu conhecimento.<sup>13</sup>

---

<sup>12</sup> De acordo com as versões das duas partes em confronto, os meios militares ligados ao PCP e à esquerda revolucionária eram muito superiores aos dos vencedores. Recorde-se que Otelo já afirmou neste depoimento o contrário: a saída dos páras foi provocada pela decisão do CR em o substituir por Vasco Lourenço, na RML.

<sup>13</sup> Tal como na sublevação do R. Cmds em 31-7-1975, o golpe terá sido preparado por oficiais ligados a elementos preponderantes do PCP (Jaime Serra e Álvaro Cunhal), e que Otelo mandou accionar; no entanto, não quis assumir o “comando unificado”, nem esperar pelos resultados da acção. Ver dados constantes deste trabalho e do citado processo judicial.

## 2. Um Oficial do COPCON testemunha sobre o 25 de Novembro de 1975, em Belém <sup>14</sup>

Quando Otelo entrou no Palácio de Belém, no preciso momento em que entrava, soube que ia ser "retido", ou "detido". (É o que já lhe tinha acontecido, na altura do golpe de Estado presidencial de 28 de Setembro de 1974. Otelo, chamado pelo telefone a Belém, tinha sido "retido" do mesmo modo por Firmino Miguel, por ordem de Spínola).

Mas "Costa Gomes, esse, não sabia". Não estava metido no golpe.

O mesmo aconteceu, ao fim da tarde (25), pelas 19H30, quando duas chaimites dos Comandos da Amadora estacionaram na Calçada da Ajuda, entre o Palácio de Belém e os edifícios do RPM. Uma delas parou diante da entrada da Presidência da República, e a outra perto da entrada principal do RPM, com os canos voltados para os portões de entrada.

O primeiro comandante do RPM, Major Campos de Andrada, telefonou para a Presidência da República para saber o que estavam ali a fazer aquelas duas chaimites da Amadora.

Foi-lhe comunicado que o Presidente não estava ao corrente.

O major frisou, nessa altura, que se a chaimite que estava à porta do edifício do RPM não se afastasse dentro de cinco minutos, seria atacada.

A chaimite afastou-se imediatamente, mas a que estava diante do Palácio de Belém manteve-se lá.

A noite passou-se calmamente. Não estávamos em pé de guerra; dormiu-se. O comandante do RPM estava ainda deitado, quando foi chamado ao telefone: vestiu-se a correr.

Às 7H00, houve um telefonema para os três majores do RPM (Campos de Andrada, Mário Tomé e Cuco Rosa) vindo da Presidência da República, mandando-os apresentar e dando-lhes garantias pessoais de que não seriam presos.

---

<sup>14</sup> Genericamente poder-se-á dizer que, além da aludida superioridade em meios humanos e material do RPM, o único conteúdo correcto é o croquis "como surgiram os comandos", que se anexa. Como anteriormente referido, os "Comandos" foram inesperadamente recebidos a tiro de metralhadora e os mortos, no local, foram o Tenente Coimbra e o Furriel Pires (ambos a tiro) do R. Cmds e o Aspirante /QG, Bagagem, do lado do RPM (acidente). Os cinco "irregulares" enterrados em segredo são pura invenção. Recorde-se ainda que, durante toda a noite, Vasco Lourenço insistiu bastante com os três majores do RPM para se entregarem. Ver seu depoimento, in "Referencial" (Boletim da Associação 25 de Abril, de 25-11-1995).

Mas um pouco antes das 08H00, depois de terem comunicado aos oficiais subalternos e aos soldados esta medida, quando os maiores procuravam sair, foram disparadas das chaimites rajadas de fogo cruzado através do portão de entrada.

A resposta dos soldados foi imediata e automática. Foi uma balbúrdia enorme: rebentaram granadas ofensivas que são mortais a três metros por simples deflagração.

Os três majores deram imediatamente ordem de cessar fogo. Tudo se passou em 45 minutos, tendo o momento culminante durado um quarto de hora.

Às 09H15 tudo tinha acabado. Havia oito mortos: um dos RPM e sete do Comandos da Amadora (dois soldados “regulares”, enterrados como heróis, com o enterro difundido pela Televisão e cinco “irregulares”, enterrados em segredo e não oficializados).

A relação de forças, nessa manhã, era de um para dez – duzentos Comandos da Amadora contra dois mil homens do RPM, vinte ou vinte e cinco chaimites contra quarenta “Shortlands” blindados, cento e cinquenta Land Rover, no total de trezentos veículos. Havia uma superioridade de armamento esmagadora, uma reserva de “bazookas”, metralhadoras pesadas, morteiros com que se podia pulverizar o cortejo de blindados ligeiros vindos da Amadora e postos em fila indiana ao longo da rua – susceptíveis de serem apanhados em enfiada por fogo feito das janelas. Após alguns tiros de resposta, “devida à sua provocação”, os “Comandos” tiveram sete vezes mais perdas do que as que causaram.

Assim, na manhã de 26 de Novembro, a prova era evidente: se o RPM – ou seja o COPCON – tivesse o mínimo propósito de insurreição, tinha enormes meios para o fazer. Havia uma superioridade esmagadora em face das forças dirigidas contra ele pelo “comando operacional na sombra” da Amadora.

Mas, sobretudo a 25 de Novembro e durante o dia inteiro, ser-lhe-ia suficiente “sair das casernas” – usando a expressão utilizada a seguir contra ele – para se apoderar do próprio centro do aparelho de Estado. O Palácio de Belém, guardado por uma pequena guarnição de trinta homens – Polícia de Segurança Pública e... pára-quedistas – estava cercado pelo RPM e pelos seus dois mil homens, ficando assim inteiramente nas mãos do COPCON e de Otelo. Se este tivesse querido, tomaria o poder em alguns instantes. O local onde está instalado o Conselho da Revolução, situado a pouca distância de Belém, entalado entre o quartel do RPM e o Forte do Alto do Duque, local onde estava instalado o quartel-general do próprio COPCON, não estava também mais protegido de uma avançada das forças fiéis a

Otelo e que recusavam a sua destituição do comando da Região Militar de Lisboa.

Não há nada que mostre com mais evidência a verdade do 25 de Novembro: o propósito insurrecional, o golpe militar não tinha o seu centro junto de Otelo de Carvalho – mas sim na Amadora.

Basta ver a topografia dos lugares para o saber: ela só conta o que o "Relatório" omite.

### **3. Cinco perguntas do Comité Russel sobre a Revolução Portuguesa** <sup>15</sup>

Otelo de Carvalho acaba de ser libertado a 4 de Março (1976) da prisão de Santarém, onde esteve encarcerado desde Janeiro em "consequência" do que a informação persiste em chamar vagamente o "golpe militar" do 25 de Novembro de 1975.

O Comité Russel, que se reuniu em Londres desde a véspera – e de novo em Paris a 13 de Março – abre um inquérito permanente aos acontecimentos em Portugal. Baseando-se em novos dados, coloca uma série de interrogações.

(...) Os acontecimentos contraditórios do 25 de Novembro dão azo a um "relatório" de investigação, tornado público a 20 de Janeiro e que pretendia justificar a prisão de Otelo. Mas esse relatório esquece-se deliberadamente de frisar que a "rebelião" dos pára-quedistas de Tancos não era "comandada" de modo algum por ele. E que, precisamente ao contrário, Otelo foi discutir, com o Presidente Costa Gomes, os meios para evitar uma guerra civil. E que no preciso momento em que entrava no Palácio de Belém para discutir o assunto, desencadeava-se uma ofensiva de direita militar "sem ordem do Chefe do Estado" – ao mesmo tempo CEMGFA – nem do CEME, General Fabião. Esta ofensiva dos Comandos da Amadora, que recebeu ordens dum comando operacional "constituído na sombra", efectuou-se "fora da legalidade". É ela que agora dita os relatos dos acontecimentos e as medidas judiciais que pretende justificar.

A este respeito, o testemunho dado pelo próprio Otelo de Carvalho ao Comité Russel, em Lisboa, antes da sua prisão, está

---

<sup>15</sup> Ver Jean Pierre Faye. Ob. Cit., pp. 103 a 106.

Este texto baseia-se nos dados incorrectos fornecidos por Otelo Saraiva de Carvalho. O mais significativo é colocar a actuação do Posto de Comando da Amadora e dos "Comandos" "fora da legalidade" e a dos oficiais do COPCON, na "legalidade".

confirmado por outras testemunhas completamente distintas (incluindo Mário Soares). Não é Costa Gomes que dá a ordem para uma ofensiva que, sob o pretexto de meter na ordem os pára-quadistas rebeldes, aproveita-se e ataca e desmantela uma a uma as unidades do COPCON, em estado de alerta nos seus quartéis, face à ameaça que faziam pesar sobre a capital os agrários de Rio Maior cortando as comunicações com o Norte. É uma verdadeira acção de chantagem levada a efeito por duzentos homens da Amadora “vencendo” dez mil homens do COPCON, ameaçando-os de efusão de sangue geral. Para finalizar, a unidade do COPCON, situada à “frente” do Palácio de Belém – que só tinha de atravessar a rua para se apoderar da Presidência da República – sofrerá uma ofensiva sangrenta na manhã de 26 de Novembro, que fez oito mortos, dos quais só três serão tornados públicos; os outros cinco eram milicianos “ilegais”, incorporados nos Comandos da Amadora por esse estranho “Comando na sombra” que, de facto, é o actor principal do dia 25 de Novembro.

É a seu respeito que o Comité Russel faz agora as perguntas seguintes:<sup>16</sup>

1) A 25 de Novembro, a “ilegalidade” não pertence a três forças completamente distintas: aos pára-quadistas de Tancos, anteriormente força de choque da direita, e entrados isoladamente em estado de rebelião irresponsável; aos agrários de Rio Maior, que ameaçam cortar os víveres à capital; e ao “comando sombra” da Amadora, que “desloca” duzentos homens num percurso de mais de 15 Km, “sem ordens legais”?

2) A “legalidade, no quadro da República nascida da Revolução de Abril, não está, ao contrário, do lado dos oficiais do COPCON, que nesta situação perigosa puseram as suas unidades em “estado de alerta”, por lhes competir a defesa da República esforçando-se por acabar com a rebelião dos pára-quadistas, sem correr o risco de desencadear uma guerra civil? Tirar proveito de uma reunião normal entre o CEMGFA e o Comandante do COPCON para desmantelar a esquerda militar, não era o objectivo fundamental dos “conjurados da Amadora” e do seu “comando sombra”?

3) A campanha lançada desde então contra a esquerda moderada, representada por Costa Gomes e pelo Grupo dos Nove,

<sup>16</sup> Publicadas na edição de 5-4-1976, de “Le Monde”. As respostas que os autores deste livro – com base em dados concretos expostos ao longo do seu conteúdo –, dão ao Comité Russel são negativas.

não é o prolongamento lógico da operação levada a efeito, de armas na mão, pelo "comando na sombra" partindo do centro operacional da Amadora? Esta operação de guerra civil desencadeada no momento em que Costa Gomes e Otelo de Carvalho procuravam meios próprios para evitar a guerra civil, não é, neste momento, continuada por aqueles que conseguiram arrancar, na prática, o Estado Português das mãos dos libertadores do 25 de Abril para o porem debaixo da "tutela" do exército tradicional?

4) Houve testemunhas que viram coroas de flores mandadas pela ITT aos funerais dos "heróis do 25 de Novembro" (os dois soldados comandos); devemos pensar que este gesto não tem significado?

5) Enfim – e esta pergunta resume todas as outras – em nome de que lei foi Otelo preso, o homem que deu a Portugal a prática da legalidade democrática? <sup>17</sup>

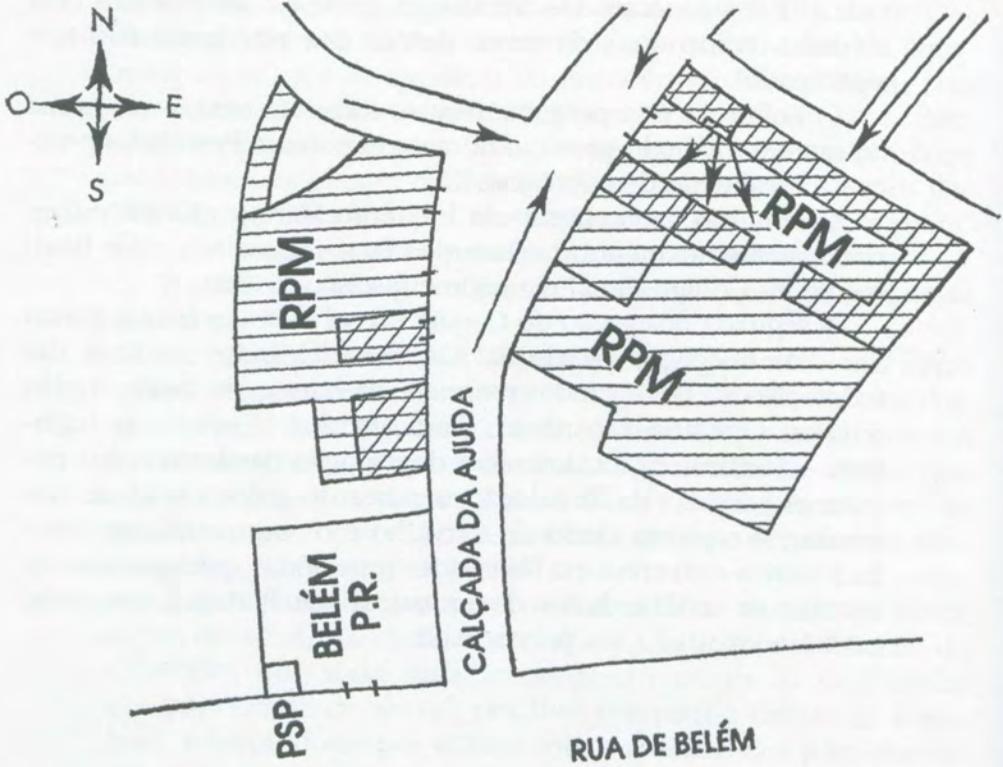
O relatório da Comissão de Inquérito Marques Júnior pulverizou deliberadamente o relato dos factos, para se referir finalmente ao Código Penal do regime fascista abolido.

A segunda delegação do Comité Russel voltou a Lisboa pouco antes da libertação provisória. Os seus delegados sindicais das federações CFDT da indústria textil, da banca, da saúde, União Sindical Operária Espanhola, Sindicato dos Mineiros da Inglaterra – verificaram localmente a degradação das instituições populares nascidas da Revolução, a partir do golpe de 25 de Novembro. Enquanto Otelo de Carvalho e os outros oficiais revolucionários estiverem em liberdade "provisória", podemos-nos interrogar se as liberdades democráticas em Portugal não estão também votadas a ser provisórias.

---

<sup>17</sup> Otelo Saraiva de Carvalho foi o mesmo homem que, posteriormente, viria a liderar uma rede terrorista – as Forças Populares 25 de Abril –, a que Isabel do Carmo não quis aderir, e que seria acusada de cometer os mais diversos assassinatos políticos e também ocasionais, como o de uma criança no Alentejo.

### ACTUAÇÃO NA CALÇADA DA AJUDA



→ como surgiram os Comandos, em 26 de Novembro

## O 25 DE NOVEMBRO SEGUNDO UM PROCESSO CRIMINAL (PJM)

(...) *Otelo dá ordens ao Major (Mascarenbas) Pessoa, entre as 04H30 e as 05H00 para iniciar o ataque às Bases Aéreas.*  
Actuação de Otelo S. Carvalho, segundo o juiz do processo.

No Processo n.º 25/76 da PJM, amnistiado pela Lei 74/79 de 23 de Novembro, o Juiz de Instrução elaborou um extenso relatório, que intitulou "*Cronologia do 25 de Novembro de 1975*".<sup>1</sup>

O capítulo I, com a designação de "*Antecedentes Gerais*"<sup>1</sup> inicia-se deste modo:

Impossível se mostra, neste brevíssimo escorço, cavar muito fundo por modo a pôr a descoberto os antecedentes do 25 de Novembro de 1975. É obra para historiadores, aqui apenas cabendo a súmula das informações que fornece o material carreado na investigação e na instrução, uma ou outra ligeira informação fornecida pelas obras publicadas e pelos meios de comunicação social e que mais não são, nestes últimos dois casos, por conseguinte, que factos notórios e do conhecimento geral.

Grande foi o abalo do Estado Português quatro meses volvidos sobre o 25 de Abril, que introduziu uma transformação política neste País.

É, desta feita, que já entre Agosto de 1974 e Novembro de 1975, segundo se retira de alguns depoimentos e documentos dos autos, das obras publicadas e dos comunicados, o país apresenta um panorama preocupante.

Depois faz uma análise do sucedido desde o 25 de Abril, com base em testemunhos de vários oficiais: Almirante Pinheiro de Azevedo; Major Canto e Castro e Capitão Sousa e Castro (então conselheiros da revolução); General Pinho Freire (Vice-CEMFA), Coronel Pil. Av. Moura de Carvalho<sup>2</sup>; Coronel Pil. Av. Leal Estevens<sup>2</sup>; Coronel Cav.<sup>3</sup> Carlos Azeredo<sup>2</sup>; Ten-Coronel Loureiro dos Santos<sup>2</sup>,

<sup>1</sup> Ver Processo em arquivo na PJM (Lisboa) folhas 7351 a 7396 verso.

<sup>2</sup> Hoje oficiais generais.

Capitão Cav.<sup>3</sup> Alberto Ferreira <sup>3</sup>; Capitão Inf.<sup>3</sup> Silva Carvalho <sup>3</sup> e Capitão SAM Durand Clemente. <sup>3</sup>

Salientam-se algumas das suas afirmações em relação aos temas abordados:

### 1. A indisciplina militar.

(antes do 11 de Março) Tive conhecimento da realização de, pelo menos, uma reunião no RALI em que teriam estado presentes tupamaros, com o fim de elucidar os militares portugueses sobre os processos de actuação. Tendo sido perguntado ao Major Dinis de Almeida como sabia que eram tupamaros, aquele respondeu que os próprios lhe tinham dito". (Declarações de Canto e Castro)

(...) Por conhecimento directo e público a disciplina deixava muito a desejar e tinha-se degradado fortemente". (Declarações de Moura Carvalho)

### 2. O medo.

(...) Quanto ao clima de medo, este existiu mais ainda antes do 11 de Março, nas unidades militares. Em várias delas, dado o modo como funcionava a Assembleia dos Duzentos e o próprio Conselho dos Vinte, foram criados ou surgiram grupos clandestinos denominados Comitês Antifascistas, Comitês de Soldados e Marinheiros, Comitês de Vigilância, que instigavam o medo nas unidades, o receio dos saneamentos e conseguiram mesmo neutralizar e até paralisar a acção dos comandantes e fazendo de alguns oficiais apenas uns «corpos mortos». Portanto, havia todo um trabalho de sapa, de desagregação das Forças Armadas e enfraquecimento da disciplina. Este trabalho de sapa já existia em fins de 1974. (...)” (Declarações de Silva Carvalho)

(...) Era real esse clima de terror, pois como já afirmei, ninguém estava certo de, no dia seguinte, ser saneado ou estar saneado. (...). (Declarações de Leal Estevens)

### 3. A degradação no campo político.

(...) a indecisão e a inépcia do poder político-militar... A sua violenta e sistemática degradação. (...) a imagem desse drama

<sup>3</sup> Hoje coronéis.

social que foi a quase agonia da Revolução de Abril, apareceu-nos «filtrada» pelos mecanismos que, já nessa altura, eram utilizados para o assalto ao poder. (...) a transformação da Revolução de Abril num espectáculo de chacota para o mundo civilizado.” (Declarações de Sousa e Castro)

#### 4. Assalto ao poder.

(...) lançadas as campanhas de dinamização cultural com o objectivo de preparar as populações consideradas menos esclarecidas. Existia uma manipulação evidente de alguns órgãos de comunicação social. Contribuem para todas estas situações alguns militares que alinham uns por convicção ideológica, outros por oportunismo e outros ainda por ingenuidade ou ignorância.

(...) A escalada pela tomada do poder das acções desta linha mantém-se sempre activa até 25 de Novembro de 1975.” (Declarações de Pinho Freire)

(...) Depois do 11 de Março desenvolveu-se cada vez mais a escalada da tomada do poder por meios violentos, com o avanço e consolidação da linha dirigista encabeçada por Vasco Gonçalves”. (Declarações de Alberto Ferreira)

#### 5. Um poder político de facto.

(...) o resultado das reuniões do Conselho dos Vinte reflectia-se na opinião pública através dos órgãos de comunicação social e era susceptível de alterar substancialmente a situação psicológica dos portugueses. Neste sentido sou de opinião que tinha um certo poder político. A natureza das funções da Assembleia (dos Duzentos) era consultiva, mas deduzi haver uma tendência para a transformar, de facto, em deliberativa, o que era conseguido através da publicação das recomendações, que chegavam aos meios de comunicação social não se sabe como, o que traduzia, na opinião pública, como a posição das Forças Armadas (...)

Tenho conhecimento que havia uma Comissão Coordenadora de Sargentos e que um dos seus elementos trabalhava no próprio Gabinete do Primeiro-Ministro (Declarações de Loureiro dos Santos).

O redactor deste relatório acrescentava: “Assim se deduz dos testemunhos atrás transcritos, o que aliás era do conhecimento geral, que os órgãos não constitucionalmente consagrados, como a Assembleia dos Duzentos, o Conselho dos Vinte e a Comissão Coordenadora,

exerciam um poder político de facto e actuavam como força política, formulando directrizes que eram acatadas.”<sup>4</sup>

## 6. Traição ao Programa do MFA.

(...) A argumentação inserida dentro de uma dialéctica marxista-leninista ultrapassada, visava, em última análise, a instauração de um regime totalitário de raiz comunista dentro do País, que de modo algum estava dentro do espírito daqueles que fizeram o 25 de Abril”. (Declarações de Alberto Ferreira).

(...) Relativamente ao Pacto MFA/Partidos, tal não passou de imposição draconiana da hegemonia dos militares das linhas gonçalvistas e meloantunistas sobre os princípios democráticos, contidos no Programa do MFA. Em suma, a espada pretendeu impor-se ao voto. (...)

O clima militar e político caracterizado pelas tensões decorrentes daquilo que se chamava traição ao Programa do MFA, essencialmente democrático, coexistiu desde o golpe de 25 de Abril até 25-11-1975. O que houve foi uma evolução na relação de forças. Inicialmente uma minoria activista e agressiva, utilizando como processo de luta o dirigismo, a coacção moral e psicológica e o terror dos saneamentos, conseguiu impor-se. Quando democraticamente e através da eleição para o Conselho das Armas se tornou notório que o Exército, na sua maioria, não aceitava tal orientação, surgiu o 11 de Março, que voltou a reforçar a linha revolucionária, entre aspas. À medida que o tempo ia passando e que uma consciência da maioria ia renascendo, essa linha dirigista e pseudo-revolucionária, apesar da substituição dos Conselhos das Armas por Comissões Administrativas, foi perdendo força até que se chegou à memorável jornada de Tancos (Setembro de 1975), em que a linha dirigista ou gonçalvista foi apeada do poder. (...) (Declarações de Carlos Azeredo)

Depois de se debruçar sobre o documento de Hugo dos Santos, de Julho de 1974, contra a Comissão Coordenadora encabeçada por Melo Antunes (transcrito na íntegra) e do documento dos “Nove” redigido por este oficial em princípios de Agosto de 1975, o juiz redactor apresenta as “correntes adentro do MFA”:

---

<sup>4</sup> Existentes entre 28-9-1974 e 11-3-1975.

1. – Spinolista; 2. – Meloantunista; 3. – Gonçalvesista; 4. – Do COPCON – Poder popular/esquerda revolucionária; 5. – Frente “antifascista e anti-comunista”/Grupo Militar, a que aderiu a meloantunista “reciclada” e o resto da spinolista. E acrescenta:

“E porque tudo leva a concluir que a quinta corrente iria ganhando corpo em princípios de Junho de 1975 e iniciaria a luta contra as outras, desde então até ao 25 de Novembro, narraremos os factos mais salientes que identificam essa luta, justamente a partir dos primeiros dias de Junho de 1975, isto é, desde 6 de Junho até vinte dias antes do 25 de Novembro, ou seja até 5 de Novembro, porque a 6 deste mês, com o célebre caso da «Destruição da Rádio Renascença» se entra no período crítico, que imediatamente antecede o 25 de Novembro. Entra-se naquilo que designaremos como «A Crise de Novembro de 1975» e melhor teríamos dito como John Reed, guardadas as proporções, «Os vinte dias que abalaram Portugal». <sup>5</sup>

A situação existente, aquando do final deste capítulo é descrita desta maneira:

Em todas as unidades implicadas, numas mais, noutras menos, se verificaram as circunstâncias seguintes:

1. Estado de indisciplina mais ou menos generalizada, mau ambiente e quebra de coesão entre militares.

2 Clima de agitação política, com a proliferação de plenários, geralmente manipulados, onde foram aprovadas várias moções contestando os poderes político-militares constituídos e apoiando entidades ou forças contrárias àqueles, como as de repúdio ao AMI, apoio ao CICAP-RASP, repúdio do Comandante da RMN, apoio aos pára-quedistas e desconfiança ao VI Governo, apoio ao COPCON, apoio ao então General Otelo.

3. Instrução militar ou para-militar ministrada a civis (RPM e EPAM).

4. Maior ou menor implantação da organização SUV e participação nas respectivas manifestações públicas, bem como em reuniões clandestinas da intercomissão de soldados.

5. Ligações e contactos de militares com civis partidários, em alguns casos ao nível do próprio comando da unidade.

---

<sup>5</sup> Ver Cronologia em anexo.

6 Ligações e contactos de militares da maioria das unidades referidas entre si e com os pára-quedistas da BETP (Tancos), nomeadamente após o 12 de Novembro.

7. Apoio e participação activa de militares de várias unidades, designadamente da EPAM na forma radical e por vezes violenta adoptada na execução da reforma agrária.

8. Entrada voluntária em estado de prevenção, de 18 a 24 de Novembro, por decisão de plenários, de diversas unidades.

Prenúncio de tempestades.

O capítulo II, com a designação “*A Crise de Novembro de 1975*”<sup>6</sup> começa deste modo:

Os antecedentes descritos acarretaram desequilíbrios ao nível social, económico, político-militar e disciplinar, proporcionando certo número de incidentes que ocasionaram tensões psicológicas, sendo de destacar o da «destruição da Rádio Renascença», o do CEMFA, as mensagens deste Chefe de 17 de Novembro, que passava à disponibilidade as praças pára-quedistas da incorporação 1/74, e a de 20 de Novembro, a determinar que os sargentos pára-quedistas entregassem declarações de preferência para futura colocação, e a portaria 685/75 do Conselho da Revolução, que desactivava a BETP. Atentas as tensões já existentes e empoando os incidentes lançaram-se os pára-quedistas numa acção violenta de ocupações de outras unidades militares, a 25 de Novembro. Precipitava-se o turbilhão de gases vulcânicos acumulados.

Não surpreende pois que em todas as Unidades das Forças Armadas se procure sediar como razão da realização de plenários, assembleias e moções propostas aprovadas, a “justa luta dos camaradas pára-quedistas de Tancos contra as actuações reaccionárias do CEMFA”.

Através do escalonamento cronológico dos sucessos decorrentes entre 6 e 24 de Novembro, e por se verificar que outra metodologia não nos é facultada para se obter uma visão correcta desse período, parece que, desta feita, melhor desenho se obterá da falada “crise de Novembro”<sup>7</sup>

De todos os relatos feitos neste capítulo, apenas se transcrevem os seguintes:

<sup>6</sup> Proc.º 25/76, folhas 7396 verso a 7433 verso

<sup>7</sup> Ver Cronologia em anexo.

## **O “caso Rádio Renascença”**

(...) Em sua reunião de 6 de Novembro, o CR determinava que, em razão das actuações contra-revolucionárias daquela emissora, fora ordenada a uma força militar para pôr termo à actuação da Rádio Renascença, o que foi levado a cabo às 4H30 do dia seguinte.

Como se pode ver no documento junto aos autos, ficou a constar da acta da Reunião do CR, que através do CEMGFA se desenvolveria uma operação durante a noite para a Rádio Renascença. E o comunicado final dizia: «As instalações da Estação Emissora Rádio Renascença na Buraca que, como é do conhecimento público, se encontravam seladas e guardadas, foram abusivamente ocupadas na sequência de uma manifestação realizada no passado dia 21 de Outubro. A partir dessa data verificaram-se, por várias vezes, actuações contra-revolucionárias da referida emissora, com provocações e alterações à ordem e tranquilidade públicas. Comunica-se que, hoje, dia 7 de Novembro, foi ordenado pelo CR a uma força militar para pôr termo à actuação da Rádio Renascença, o que foi efectuado cerca das 04H30, não devendo a referida emissora voltar a funcionar até à regularização do seu estatuto».

Referindo-se às razões desta destruição diz o Almirante Pinheiro de Azevedo, no seu depoimento prestado nos autos «que a mesma estava a ser utilizada contra o Governo e para criar ambientes psicológicos contrários a uma governação pacífica e ordeira, razão por que o próprio depoente propôs ao CR que aquela emissora fosse suspensa em definitivo. Foi emitida uma ordem nesse sentido ao COPCON para retirar os cristais e selar as instalações; simplesmente, foi traído pelo COPCON, na medida em que foram colocados novos cristais e levantados os selos. Essa desobediência às ordens do Governo passa a ter cobertura da Polícia Militar». Dirá mais adiante que, dada não só a gravidade dessas acções, mas também por saber que Roma se encontrava fortemente susceptibilizada, iniciando já uma política prejudicial ao País, propôs ao CR a pura e simples destruição daquela emissora, em tempo útil e mínimo, a fim de evitar confrontações com outras forças militares, quiçá, até, evitar uma guerra civil. O CR votou por unanimidade, mas Otelo retirou-se da reunião. Ele, Pinheiro de Azevedo e Morais da Silva planearam a operação e este executou – uma operação relâmpago em 15 minutos. Se tem demorado cinco minutos mais, diz Pinheiro de Azevedo, não teria evitado uma confrontação com a Polícia Militar. (...)

## A ordem para a saída dos Pára-quadistas

(...) Como se vê das declarações do Major (Mascarenhas) Pessoa, das explicitações dadas por Durand Clemente no seu citado livro <sup>8</sup> e nas suas declarações nos autos; como resulta das importantíssimas reuniões no COPCON e conferências, algumas à porta fechada e limitadas a oficiais de maior influência na conjura, e que já foram largamente focadas, de sexta-feira, dia 21, à madrugada de terça-feira, dia 25 de Novembro, a situação traduziu-se numa expectativa angustiante para se saber a «última palavra» do Conselho da Revolução sobre a sorte dos pára-quadistas e da Região Militar.

Se a deliberação fosse adversa, tudo estava preparado para se premir o botão da luz verde para o início das operações.

Assim, tudo se centrava na questão da fixação do dia e hora para o começo das hostilidades.

Como é óbvio, esse dia e hora só podiam ser a madrugada de 25 de Novembro, quando, após o regresso de Otelo da reunião do CR, cerca das 03H30, comunica formalmente aos oficiais reunidos no COPCON a decisão do CR e, depois de uma reunião privada com Tasso (de Figueiredo), seguida doutra com alguns oficiais, dá ordens ao Major (Mascarenhas) Pessoa entre as 04H30 e as 05H00, para iniciar o ataque às Bases Aéreas.

Cerca das 5H45 é captada, no Posto 6 da CCP 122, a ordem do COPCON para que se ocupe a Base Aérea n.º 6, às 06H00, pela força, se necessário.

Mostram os autos que essa ordem era aguardada na BETP, pois é certo que, cerca das 02H00, o Major Pessoa, através do oficial de dia, emite ordens para se acordar todo o pessoal que se encontrava na Unidade, e convocar o que se encontrava fora dela, *formar, equipar e armar* as companhias e, depois de avisadas de que se deveriam *manter-se prontas* para voltar a formar, foram mandadas dispersar.

Torna-se claro que esta actividade corresponde justamente à atrás referida ordem emitida do COPCON – antes do regresso de Otelo de Belém, mas quando este já de lá telefonara, informando da ratificação da nomeação de Vasco Lourenço (mantendo-se o «*satatu quo*» da BETP) – para que esta estivesse em «*stand by*», bem como o alerta telefónico feito precisamente às 02H00 de 25, pelo Capitão Cabral e Silva, ao oficial de dia do RE 1, chamando a atenção para a «*gravidade da situação*», atenta a

<sup>8</sup> Ver «Elementos para a compreensão do 25 de Novembro». Lisboa, Ed. Sociais, 1976.

substituição de Otelo, pelo que seria conveniente *«pôr a unidade sobre rodas»*.

Às 05H00 de 25 de Novembro, procede-se a nova formatura na BETP e às 05H40 o Major Pessoa desencadeia as operações contra as Bases Aéreas, a essa hora avançando o 1.º e o 2.º pelotões sob o comando do Capitão Marçalo contra a Base n.º 5, de Monte Real. Donde a alegada frase proferida no COPCON, após intensa actividade telefónica, que demonstra onde se situava o núcleo coordenador intelectual da rebelião, pelo Capitão Lourenço Marques: «Monte Real, já está».

A sopesação de forças se concretiza para salvar o regime. O pêndulo oscila agora no sentido oposto, o que é inaceitável; e por quanto se diz na introdução, é o momento há muito aguardado para se desferir o golpe final, cujo objectivo último é a transformação integral da sociedade.

Por isso se desencadeia a rebelião armada. O dia e a hora fixados para as acções, segundo os autos revelam, não representaram outra coisa que mero adiamento, como concessão feita ao ex-General Otelo – que se mostrava irresoluto e pouco seguro de si – para conseguir do Presidente da República a revogação da decisão da sua substituição.

Tais acções, tal como atrás ficou descrito, já há muito vinham sendo projectadas e preparadas, e o sucesso, como *“manifestação de força”* no dizer de Durand Clemente, com a finalidade de, segundo informa ainda nas declarações que prestou nos autos que contra ele correm pelos mesmos factos deste processo, impedir a concretização das medidas tomadas pelo CR (a substituição de Otelo) e de negociar *“em posição de força”* com os sectores militares ligados ao “Documento dos Nove (em maioria no CR) e as forças políticas que os apoiavam.

Tanto assim que, no dia 22 de Novembro, após o regresso de Otelo, cerca das 02H30, de Belém, os oficiais com ele reunidos pedem acção imediata. O Capitão Clemente dizia que as unidades estavam motivadas nesse Sábado e que podiam já não estar no fim de semana. O Coronel Varela Gomes dizia que o General Costa Gomes era um traidor e que este adiamento só ia reforçar a outra parte. Dinis de Almeida afirmava que o pessoal estava motivado hoje e «não sei se na 2.ª feira estará». Queirós de Azevedo (EPAM) dizia que estava farto de passar noites em claro com o pessoal pronto. «Terá que ser hoje!».

Isto evidencia que não eram tão só os pára-quedistas que se veriam envolvidos nas operações, tratando-se de acções sectoriais ou tão só de «problema dos páras».

O concerto era maior. Outras unidades, incluindo sectores da Armada, haviam *concertado um plano* e estavam, como os páras, *prontos* para acção bélica.

De obterem, porém, que a manifestação de força, como inequivocamente resulta dos autos, não teria sido sequer discutir «em posição de força» com os sectores militares ligados ao “Documento dos Nove” e forças políticas a eles apoiantes, como pretendeu Durand Clemente e pretenderam numa óptica posterior os implicados.

Pela razão singela de que na hipótese doutro resultado da contenda, aqueles sectores militares, mais as forças políticas adstritas, seriam pura e simplesmente eliminadas, tal convicção permitindo formar os elementos que nesse sentido constam do processo.

Em verdade, esses elementos autorizam a conclusão de que o movimento pretendia não só substituir os representantes da Força Aérea no Conselho da Revolução e demitir o Chefe do Estado Maior da Força Aérea e o Comandante da Região Aérea, mas proceder a uma completa depuração daquilo a que chamavam “hierarquia reaccionária” das Forças Armadas e proceder ao derrube do VI Governo e à constituição de um “Governo da Esquerda”.

É nisto que consistiria a «vasta operação de neutralização das principais unidades da Força Aérea» a que se refere Durand Clemente no seu citado livro.

É isto que resulta da narração dos factos feita neste capítulo e dos que serão narrados a seguir sob a epígrafe de «Os Sucessos de 25 de Novembro de 1975»,<sup>9</sup> devendo atribuir-se a autoria e a preparação e desencadeamento das operações dos páras e demais unidades aos oficiais participantes da série referida de reuniões do COPCON.

Mais. Tais factos, porém, convencem que a maquinação tinha objectivos de muito maior alcance:

A eliminação do próprio regime político estabelecido e a subsequente transformação integral da sociedade portuguesa.

O capítulo III inicia-se com o subtítulo “COPCON”

Por se considerar interessante comparar algumas versões oriundas de oficiais então pertencentes à denominada “esquerda revolucionária”

---

<sup>9</sup> Proc.º 25/76, folhas 7433 verso a 7454 verso.

(e não só...) e despendidas ao longo dos últimos trinta anos, com as conclusões do juiz redactor deste Relatório, procede-se à transcrição integral do sucedido neste comando.

### **Resumo da Acção no dia 25**

A decisão e o planeamento operacional das acções armadas dos Páras parte do COPCON, onde estão reunidos, desde a véspera, os oficiais do antecedente já empenhados e comprometidos no apoio «à justa luta dos Páras» e na recusa concertada em aceitarem Vasco Lourenço para comandante da RML.

Tal decisão é tomada, depois de se saber, pela boca do próprio e então General Otelo, que não voltará atrás na questão do comando da RML e ratificará por isso, a nomeação do então Capitão Vasco Lourenço, deliberada na reunião do dia 21.

Enquanto permanece no COPCON, entre as 03H00 e as 05H30 da madrugada é, aliás, Otelo, submetido a fortes pressões para colocar, por despacho, os Páras sob o seu comando, sucedendo-se as reuniões entre ele e os presentes, para análise da grave situação criada, a que se segue um encontro com o Cap. Tasso de Figueiredo e uma audiência a representantes da Inter Comissões de Praças, que lhe vão reiterar o seu total apoio e solidariedade.

E o que é certo é que, não só dá ordens para serem guarnecidas as estações de rádio e TV, como concorda com o pedido urgente ao CIAAC duma bateria anti-aérea, a fim de proteger o FAD (sede do COPCON) “dum eventual ataque aéreo de represália”. (Cit. no proc.<sup>o</sup> do COPCON e nas declarações constantes dos autos do Major Barreiros)

Ao mesmo tempo, os Cmdts das unidades contestatárias da RML, presentes no FAD, alertam os mesmos para entrarem «em estado de prevenção rigorosa»; caso, entre outros, do Major Queirós de Azevedo em relação à EPAM e do Major Leal de Almeida, em relação ao RALIS, dando-se instruções aos demais, visto terem entrado de prevenção de madrugada, além dos citados, o RAC, o RPM, o DMFA e o DGMG. (Cit. declarações do Alf. Branco, Maj. Barreiros, Ten. Pedro Brito, Alf.s Silva e Peres, Maj. Pessoa, Silva Rebelo, Morgado Saraiva, Rodrigues Amaral, Cap. Marques Pinto, Cor. Pimentel de Oliveira, Cap. José Belo e Maj. António Albuquerque)

E há uma mensagem, via rádio, cerca das 05H45, para a BA 6, dando ordens para a CCP 121, ali aquartelada e que desde 12 de Novembro se pusera ilegalmente na dependência do COPCON,

ocupar militarmente as instalações da Base Aérea, neutralizando o seu legítimo comando, ordem que é cumprida, informando-se de seguida o COPCON que a operação corra com êxito.

Na mesma madrugada, num contacto telefónico com o Cmdt da BA 5 (Monte Real), o oficial de dia do COPCON, pertencente à Força Aérea (Maj. Arlindo Ferreira) procurara indagar o que se passava em Cortegaça, Base para onde exactamente se haviam transferido, nos dias anteriores, os meios aéreos estacionados na dita BA 5. (Depoimentos no Proc.<sup>o</sup> COPCON)

A partir de certa altura da madrugada, o ambiente no COPCON é de euforia, sucedendo-se os contactos telefónicos para o exterior e fazendo-se o balanço em pequenos grupos, dos meios em armamento das unidades ali representadas, com sugestões e propostas de trocas recíprocas e ofertas desses meios.

Sucede, porém, que o CIAAC, apesar de instado por duas vezes, recusa fornecer a bateria anti-aérea, havendo uma acre troca de palavras com o solicitante Maj. Barreiros, chefe da Rep. Operações do COPCON.

À medida, entretanto, que se vão sabendo notícias da progressão triunfante do movimento dos Páras (ocupação do EMFA, conjunto GDACI/Reg. Aérea n. 1, BA 2, BA 3 e BA 5) tornam-se frequentes os telefonemas para as ditas Bases e locais, actividade em que se salientam o Maj. Pil. Av. Arlindo Ferreira e o Cap. Pil. Av. Lourenço Marques, mal escondendo este seu intenso regozijo e satisfação. (Depoimentos ibidem)

Por seu lado, o Cap. Ten. Gouveia desenvolve esforços, não só para obter um reforço de Fuzos para a defesa do FAD, como também para indagar a posição da Armada face aos acontecimentos, solicitando, depois, ao longo da tarde, o directo empenhamento das forças daquela unidade em Monsanto, em apoio dos Páras e contra os “Comandos”, iniciativa de que desiste ao saber da rendição daqueles a estes.

Não obstante e já depois da proclamação do “estado de sítio”, uma companhia de Fuzos acorre ao FAD, acabando por se retirar passado pouco tempo, ouvindo o seu Cmdt frases como «que vergonha os fuzileiros não intervirem». (declarações de Maj. Barreiros, Ten. Dias de Brito e Alf. João Peres)

Mostram os autos respectivos que o Maj. Costa Martins, que fora colocado na véspera no COPCON e está presente de madrugada, acompanhando o desenrolar dos telefonemas, parte de manhã para Monsanto, onde contacta com os sargentos Páras no local, intervém na elaboração do comunicado, que será mais tarde divulgado, dá ordens para cortar as ligações telefónicas do

Gen. Pinho Freire e ainda tenta aliciar os demais oficiais detidos, explicando as razões e os motivos determinantes do movimento, os apoios de que desfrutaria a nível militar e que incluía o COPCON e a brevidade de ser clarificada a crise político-militar, com a formação de um Governo “de esquerda”.

Dali desloca-se ao SDCI, onde contacta com o Maj. Pereira Pinto, e convida, sem êxito, o Gen. Rangel de Lima a assumir o lugar de CEMFA ou de Cmdt da RA 1, em alternativa. (Ver depoimento do Gen. Rangel de Lima)

E do SDCI, acorre a meio da tarde a Belém, a pedido do Gen. Costa Gomes e onde, acompanhado de outros dois oficiais superiores da FA, é incumbido pelo Presidente da República de tentar, junto dos Páras, a imediata evacuação das Bases e estabelecimentos ocupados, sob pena da adopção de medidas mais drásticas que a gravidade dos acontecimentos lhe impunha.

A referida missão não logra, porém, nenhum êxito, não trazendo de volta a Belém, o Major Costa Martins quaisquer propostas ou garantias dos Páras.

O Cap. Ten. Almada Contreiras, de igual modo presente no COPCON, depois da reunião do CR, toma conhecimento da «reacção armada dos Páras» e, de lugar não definido, telefona, cerca das 05H30, ao 1.º Ten. Fuzo Ferreira da Silva, dizendo-lhe que «era preciso arrancar». (Depoimentos no proc.º COPCON)

De seguida, não sem antes informar do que se estava a passar, o Cap. Frag. Martins Guerreiro, dirige-se para o Min. da Marinha (EMA), onde passa praticamente todo o dia, em reuniões com os altos comandos da Armada e Conselheiros da Revolução deste Ramo, e contactando com o CNC, BNL, EN, CF/FFC e EF. (Ibidem).

Antes de passar pelo COPCON, estivera breves momentos no SDCI, telefonando de manhã ao chefe da respectiva Divisão Externa, Cap-Ten. Marques Pinto e dizendo para este controlar o serviço, durante a ausência do mesmo. (Ibidem)

“O então General Otelo, que saíra do COPCON para casa, em estado de grande abatimento e extremo cansaço, mas com conhecimento seguro das acções planeadas dos Páras, só cerca da hora do almoço é alertado das convocatórias urgentes e repetidas da Presidência da República, resolvendo passar, de caminho, no COPCON e de inteirar-se da evolução da conjura.

No Forte do Alto do Duque (FAD) assiste a um briefing, na presença do Cor. Artur Batista, CEM/COPCON, que só ao entrar de manhã, no serviço, tomara conhecimento do sucedido, mas que, apesar disso, confirmara todas as disposições do antecedente

adoptadas, incluindo a protecção antiaérea solicitada ao CIAAC e a ida dos Fuzos para o Cais (de Alcântara), para a guarda de armamento recentemente desembarcado de Angola.

Nesse *briefing*, mau grado a doutrina do referido CEM (confinar os acontecimentos a um «problema interno» da FA e não interferência, portanto, do COPCON) não deixa de ficar ciente da presença, em Monsanto, duma força do RALIS, sob o directo comando do Maj. Dinis de Almeida.

De seguida e na sequência duma deslocação, ao COPCON, do Cap. Marques Júnior, dirige-se a Belém, onde o CR está reunido com carácter de permanência.

São, a partir daí, constantes os telefonemas do COPCON para Belém, havendo quem insista no seu regresso, sob alegação de que não estaria em segurança.

Por outro lado, a leitura de um comunicado na rádio sobre dificuldades dos Páras em Monte Real e a difusão de outro, decretando o «estado de emergência», dá origem a telefonemas informativos do COPCON para o director da EN, sobre a pressão do Major Tomé, tendo sido dadas ordens para, através do RPM, se impedir a leitura do último e se divulgar, em seu lugar, outro apócrifo e criticando a resolução do CR de substituir Otelo por Vasco Lourenço. (Declarações de Marques Penha)

Com a afluência de mais oficiais em busca de informações ou simplesmente para oferecer a sua colaboração, o clima de efervescência e nervosismo cresce à medida que se vão recebendo notícias sobre a situação do Posto de Comando Operacional, montado pelo Presidente da República e o accionamento, por este, do Regimento de Comandos.

Assim, são dadas ordens, pelo telefone, ao RIQ, para que este se prepare para uma eventual acção militar contra os «Comandos», ordens que o RIQ resolve não cumprir. (Ver a prova carreada ao proc.º COPCON)

E, por diversas vezes, insiste com os Fuzos para que estes saiam em socorro dos Páras, o que também não é aceite (*ibidem*).

O Cor. Varela Gomes, elemento estranho ao comando, e a pretexto, quer de «libertar» Otelo em Belém, quer de contrariar as movimentações dos comandos, telefona a dar ordens ao RPM e ao RALIS, nesse sentido, e em tom exaltado aos berros, sem autorização ou conhecimento do CEM e do oficial de dia, que o censuram e proíbem de fazer mais chamadas, não se coibindo, apesar disso, de criar um ambiente de agitação, com arengas aos praças do Destacamento e promessas de promoção se «ganharem aquela m...» (*sic*)

A notícia da tomada de Monsanto pelos “Comandos” provoca, entretanto, uma considerável diminuição da actividade dos oficiais presentes, notando-se de imediato, uma atmosfera de generalizada decepção e desânimo, contrariado por uns quantos menos resignados, como é o caso do Cap. Cabral e Silva, que fala das probabilidades da sua unidade, o RE 1.

Muitos, ao invés, começam a retirar-se, aquando dos disparos em Monsanto, permanecendo apenas um grupo restrito, que aguarda a vinda de Otelo.

### **A evolução da conjuntura nos dias 26 e 27**

O então General Otelo que, de Belém, já informara não estar detido, prometendo passar pelo COPCON, acaba por fazê-lo cerca das 15H00 do dia 26, reunindo-se de imediato com oficiais sargentos e praças, que o aguardavam, a quem comunica o que decidira em Belém, designadamente sobre detenções de oficiais implicados.

Já depois de se retirar, é recebida, no COPCON, cerca das 18H00, a ordem da extinção do mesmo, devendo todos os oficiais se apresentarem nos respectivos Estados Maiores.

Durante o resto do dia, foram feitos os preparativos para dar execução à referida ordem, não tendo parte dos oficiais levantado as suas guias de marcha, com a alegação de precisarem de falar com Otelo.

Ao mesmo tempo, operavam-se inúmeras destruições de documentos. (Ver depoimentos no Proc.<sup>o</sup> COPCON).

No dia 27 e numa reunião dita de despedida entre Otelo e alguns oficiais do COPCON, que mais de perto lhe estão ligados, são feitas pressões e aliciamentos a Otelo para tentar contrariar a marcha dos acontecimentos e liderar os Páras, ainda concentrados em Tancos, facto que, sendo dado conhecimento à Presidência da República, origina o envio de uma força de “Comandos” ao FAD, que manda evacuar as instalações do COPCON e procede a diversas detenções.

O 3.<sup>o</sup> capítulo prossegue com a descrição da actuação dos Pára-quedistas de Tancos contra todas as Bases Aéreas e o conjunto GDACI/RA 1. Apenas se transcreve o sucedido em relação a estes dois últimos objectivos que, no dia 25, ao fim da tarde, viria ser alvo da actuação das tropas do Regimento de Comandos:

## No Depósito Geral de Adidos da Força Aérea (Lumiar)

Em 25 de Novembro, o 2.º Sargento Rebocho, ao chegar ao DGAFa, dirige-se para junto do radiotelefone ligado ao COPCON, onde permaneceu até às 6H00, momento em que o 1.º Sargento Guy o informa de que a «operação tinha começado uma hora antes».

De seguida, o Rebocho vai às camaratas acordar os Páras e manda formar as equipas.

Depois de reunida a companhia, o 2.º Sargento Rebocho informa que a saída é para executar a *operação planeada há alguns dias*, que «a operação estava enquadrada com outras unidades e que a missão da CCP 121 era ocupar Monsanto, enquanto o RALIS se ocuparia dos “Comandos” e que os Fuzos tinham treze companhias já prontas a sair». (Depoimentos no Proc.º DGAFa)

Cerca das 6H30, uma força de aproximadamente 50 militares da CCP 121, equipada com uma chaimite, um canhão sem recuo e uma metralhadora antiaérea, além de armas individuais, desloca-se em viaturas para Monsanto, a fim de ocupar o GDACI, o Cmd/RA 1 e antena da RTP.

Cerca das 7H50 do dia 25 de Novembro, o 2.º Sargento Rebocho partiu à coronhada dois vidros da porta principal do Comando da 1.ª Região Aérea, entrando de arma em punho e de rompante com mais 50 pára-queidistas e ocupando as instalações e neutralizando as comunicações com determinação e rapidez incríveis; todos os presentes foram desarmados pelos pára-queidistas, que levaram toda a espécie de armamento, que se encontrava depositado nas várias dependências da 1.ª Região Aérea.

Cerca das 9H00, foram mandados evacuar, pelos Páras, os oficiais, sargentos e praças do Comando; aos capitães e oficiais superiores foi ordenado que ficassem detidos na Sala de Operações grande, a qual ficou guardada pelos pára-queidistas.

Segundo declarações de Pedro Rasgado, no proc.º que corre os seus termos contra o Major Pil. Av. Costa Martins, teria sido este quem ordenara a prisão dos oficiais superiores do Cmd/RA 1 e intervém na Sala de Operações deste comando, na redacção do comunicado dos Páras. (Ver ainda declarações dos Sarg.s César António, Costa, Cunha Luís, Ciro, Silva Santos e Baixinho no mesmo proc.º)

Aí, o 1.º Sargento Vítor da Cunha Luís informou-os que a grande maioria dos quartéis e os fuzileiros também haviam aderido ao golpe, apoiando a justa luta da causa, aliando-se aos pára-queidistas, que contestavam o CEMFA.

Misturam-se com os ocupantes elementos não páras, como o Maj. Costa Martins, Dinis de Almeida e os Capitães Sobral Costa e Faria Paulino.

No DGAFa está presente uma força do RALIS (Depoimentos de A. Calhanas, F. Giraldes, L. da Silva, C. da Costa, J. Lucena, J. Martins, J. Branco, D. Macedo, A. Patacas, M. Sofio e F. Galego) desde 23 de Novembro e da qual faz parte uma chaimite, um canhão sem recuo e pessoal, tendo sido dada instrução a elementos pára-quedaistas daquela unidade por um oficial do RALIS e sargentos. Essa força deslocar-se-á oportunamente ao GDACI, aquando da ocupação desta unidade. (...)

Como o Cap. Giraldes depõe nos autos, aquando da invasão, ressaltam os seguintes factos:

– Os pára-quedaistas irrompem pela unidade, empunhando armas prontas a disparar, rápidos, progredindo pelos corredores, abrindo portas e demonstrando terem uma ideia de manobra bem definida. Compreendem tratar-se de uma operação militar;

– Na Sala de Operações, o Sarg. Luís comandava aparentemente o Sector das Comunicações;

– Tendo-lhe perguntado qual a finalidade de todo aquele aparato, disse-lhe o Luís «que se tratava de uma operação de envergadura destinada a ocupar todas as instalações da Força Aérea e que Unidades do Exército, nomeadamente o COPCON, EPAM e RPM davam o seu apoio»;

– O 1.º Sarg. Guy e o 1.º Sarg. Luís, um 2.º Sarg. e um 1.º Sargento Páras pareciam ser os comandantes das operações na Região Aérea;

– O Cap. Giraldes perguntou ao Cap. Sobral Costa para que era todo aquele aparato bélico e qual era a posição dos prisioneiros, tendo este respondido: «que se tratava de um golpe militar e que, se quisessem, os prisioneiros aderiam».

As acções dos pára-quedaistas eram múltiplas, procurando a todo o custo bloquear totalmente as comunicações, impedindo todos os contactos, controlando totalmente os telefones de todas as salas do edifício, diligências essas acompanhadas de buscas minuciosas.<sup>10</sup>

A sala de operações do Comando da 1.ª Região Aérea passa a ser controlada pelos 1.ºs Sargentos Luís e Guilherme Ferreira (Guy). (Depoimentos e declarações no Proc.º DGAFa)

<sup>10</sup> Inicialmente deixaram, talvez inadvertidamente, o Gen. Pinho Freire, com o telefone no quarto, onde ficou detido. Este conseguiu, assim, falar com vários oficiais da FA, incluindo o CEMFA. Ver depoimento de Ribeiro Cardoso neste trabalho.

Pelas 10H00, o 1.º Sargento Saragoça do GDACI, de controle à central telefónica, recebeu um telefonema do Capitão Sobral Costa em que este afirmava «que estava tudo a correr bem».

Pelas 10H30, as forças de ocupação são reforçadas pelos 1.ºs Sargentos Páras Vicente e César António, enquadrando seis praças do DGAFa.

Entre as 10H00 e as 11H00, segundo narrações nos autos, o Comandante do GDACI recebeu do Major Cruz e Oliveira <sup>11</sup> um telefonema em linguagem convencional, cujo texto «atenção às antilhas, duas formigas e foguetões» entregou ao 1.º Sargento Saragoça.

Consta do respectivo Proc.º do DGAFa que, pelas 11H30, o Capitão Faria Paulino (ex-5.ª Divisão) numa reunião geral dos militares do GDACI, apelou para o apoio à luta dos Páras; nessa reunião, o 1.º Sargento Rasgado refere-se que é indispensável demitir o CEMFA e o General Comandante da 1.ª RA.

Durante a ocupação do Cmd RA 1, o Major Costa Martins tenta aliciar os oficiais presos procurando convencer o Chefe da 3.ª Rep/Cmd RA 1 a aconselhar os pelotões dos meios aéreos de Cortegaça de não se deslocarem, em virtude da extrema esquerda dispor de mísseis antiaéreos. (Ibidem).

Narra Coutinho Lucena nos autos que, em dada altura, «o Sarg. Guy disse que os “Comandos” vinham a caminho e que *se preparassem, porque ia haver resistência*».

Há quem diga, embora a instrução não obtivesse a confirmação e menos ainda uma prova cabal sobre este ponto, que após os “Comandos” terem cercado o GDACI, o Capitão (Faria) Paulino deu voz de fogo que se destinava, entre outros, ao operador do canhão sem recuo (1.º Sargento Pára Vicente). Fugiram, nessa altura, do GDACI, vários elementos, nomeadamente os 1.ºs Sargentos Vicente, Rasgado e 2.º Sargento Rebocho, vindo a ser referenciados no RALIS, pelas 21H00.

Durante a manhã de 25 de Novembro, deslocam-se, ao GDACI, elementos de empresas da construção civil, oferecendo a sua colaboração; dois civis que se diziam membros da LUAR dirigem-se

---

<sup>11</sup> Este oficial comandava a ocupação do EMFA, na Avenida da Liberdade. No presente proc.º ele refere que “quando cerca das 18H00 (de 25 de Novembro) vê os FIAT’s a sobrevoar Lisboa, telefonou para o COPCON pedindo a saída urgente de Fuzos, RALIS, EPAM e RPM, tendo-lhe sido respondido pelo Major Queirós de Azevedo que «não valia a pena». Coloca o polegar da mão direita para baixo e resolve abandonar o EMFA, dizendo que já nada mais tinha ali a fazer, dado que os «Páras tinham perdido a luta».

ao GDACI e oferecem apoio de dois mil homens, desde que lhes fornecessem armamento. O Major Dinis de Almeida aconselha-os a dirigirem-se ao RALIS. (Ibidem)

“De realçar a entrevista dada à RTP (que não se sabe como surge repentinamente nessa unidade militar ocupada com o locutor Fernando Balsinha) pelos 1.ºs Sargentos Rasgado e Rebocho. «A luta por todo o povo, portanto a partir daqui, pois não somos nós, só nós, que estamos envolvidos nisto, não só os pára-quedaistas ... (...) um dos objectivos será a demissão do General Morais da Silva e... de outros; pois quer dizer... um dos objectivos será esse. Efectivamente, mas será uma luta muito mais ampla... começámos, duma maneira geral, as ocupações em todas as Bases, às 6 da manhã.» (Ver a cassette junta por linha ao processo DGAFAs, reprodutora dessa entrevista)

Pergunta do entrevistador Fernando Balsinha: «Como foi decidido passar a esta acção?» Resposta: «Isso já são outros... isso já, talvez eu já não possa adiantar; como foi decidido já não posso adiantar, não devo adiantar esse ponto. O CEMFA talvez não tivesse pensado bem; é que a força que nós temos é bastante maior do que a cabeça que ele tem; mas agora vamos pretender que ele se demita e a demissão de todos os elementos do Conselho da Revolução da Força Aérea. Nós estamos, na íntegra, apoiados aliás por quase todas as unidades do nosso País; não vale a pena estar aqui a discriminá-las, mas para já pode ficar a saber quais são as Unidades que mais se integram dentro do nosso contexto de luta» Pergunta: «Pelo menos da parte do RALIS parece que houve apoio com material...?» Resposta: «RALIS, EPAM, Polícia Militar... Sim, esta chaimite é do RALIS, com o nosso obrigado ao seu digníssimo comandante Dinis de Almeida. Quanto às pessoas detidas no Cmd/RA 1... não sei bem o que lhes sucede. Portanto, as pessoas mais entendidas na política que venham dizer se eles estão ou não contra o processo...».



## O 25 DE NOVEMBRO E AS ALTERAÇÕES DO PROJECTO CONSTITUCIONAL

*(...) Considero que a Constituição é demasiado pobre a esse respeito (Defesa da Revolução e conquistas alcançadas), que não estabelece mecanismos de defesa da Democracia, contra os seus inimigos, contra atentados e manobras contra-revolucionárias. (...)*

Vital Moreira, em 3-4-1976.

O projecto constitucional pós-25 de Abril encontrava-se espartilhado pelo 1.º Acordo MFA/Partidos de 13 de Abril de 1975, que foi assinado pelos partidos da área democrática (PS, PPD e CDS), para evitar dar motivos aos que pudessem não ter interesse na realização das eleições prometidas pelo MFA ao Povo Português, face ao avançar acelerado da revolução e, nomeadamente, após o 11 de Março, ocorrido recentemente.

Assim, várias foram as vozes que se foram levantando para ser conseguida a sua alteração. Em 7-8-1975 já Freitas do Amaral tinha solicitado a reabertura de negociações com o MFA. Em 8-11-1975, o PS, pela voz de Sottomayor Cardia, pedia a alteração da organização do poder político contida naquele acordo.

Com a nova situação criada pela contenção do golpe do 25 de Novembro, na sessão de 3-12-1975, o PS e o PPD concordaram, com os votos contra do PCP, em propor a negociação do 1.º acordo (ou pacto/plataforma) MFA/Partidos.

Essa negociação prolongou-se desde Dezembro de 1975 a Fevereiro de 1976, sendo assinado em 26 deste mês, e o seu conteúdo foi vertido na Constituição, aprovada em 2-4-1976.

Através do quadro abaixo elaborado, poder-se-á constatar a grande diferença na estrutura do poder político em Portugal, entre os textos das duas propostas: <sup>1</sup>

<sup>1</sup> Ver Jorge Miranda. "Fontes e Trabalhos Preparatórios da Constituição". Lisboa, Ed. I.N.C.M., 1978, 2 vols. pp. 195 a 212.

1.º ACORDO CONSTITUCIONAL	2.ª PLATAFORMA DE ACORDO
---------------------------	--------------------------

**PRESIDENTE DA REPÚBLICA**

\* Será eleito por um colégio eleitoral, para o efeito constituído pela Assembleia do MFA e pela Assembleia Legislativa

\* Terá, entre outras, as seguintes funções:

- Presidir ao CR;
- Escolher o Primeiro-Ministro, ouvido o CR.
  
- Nomear e exonerar os membros do Governo de acordo com a proposta do Primeiro-Ministro;
- Dissolver a Assembleia Legislativa, sob deliberação do CR (...);
- Promulgar e fazer publicar as leis do CR e Assembleia Legislativa, bem como os decretos-leis do Governo;

\* Em caso de morte ou impedimento permanente, assumirá as suas funções quem o CR designar, devendo proceder-se a nova eleição no prazo de sessenta dias.

\* Será, por inerência, o Presidente do CR e o comandante supremo das FA.

\* Será eleito por sufrágio universal, directo e secreto (...).

\* Terá, entre outras, as seguintes funções:

- Presidir ao CR;
- Nomear e exonerar o Primeiro-Ministro, ouvidos o CR e os partidos políticos e tendo em conta os resultados eleitorais;

- Dissolver a Assembleia Legislativa, marcando a data de novas eleições (...);
- Promulgar e fazer publicar as leis da Assembleia Legislativa (...), bem como os diplomas do CR e assinar os restantes decretos;
- Declarar a guerra e fazer a paz, nos termos da Constituição, mediante autorização do CR.

\* Em caso de vacatura do cargo de PR assumirá as funções o Presidente da Assembleia da República, devendo-se proceder a nova eleição no prazo máximo de sessenta dias.

\* Será, por inerência, o Presidente do CR e o comandante supremo das FA.

**CONSELHO DA REVOLUÇÃO**

\* Instituído o CR, sob a presidência do PR e constituído por:

\* Constituído por PR, CEMGFA, Vice CEMGFA CEME, CEMA,

PR, CEMGFA e Vice-CEMGFA, CEME, CEMA, CEMFA, Comandante-adjunto do COPCON (Otelo); CCMFA com 3 elementos do Ex., 2 da Mar. e 2 da FAP; nove elementos designados pelo MFA (5/Ex.; 2/ Mar. e 2/FAP) e Rosa Coutinho (ex-JSN) e Vasco Gonçalves (Primeiro- Ministro).

\* O CR terá por funções:

– Definir, dentro do espírito da Constituição, as necessárias orientações programáticas na política interna e externa e velar pelo seu cumprimento.

– Definir, com força obrigatória geral sobre a constitucionalidade das leis (...), sem prejuízo da competência dos tribunais (...).

– Apreciar e sancionar os diplomas legislativos da Assembleia ou do Governo em relação às seguintes matérias:

Linhas gerais da política económica, social e financeira;

Relações externas, em especial com os novos países de expressão portuguesa (...); Exercício de liberdades e direitos fundamentais;

Organização da defesa nacional (...);

Regulamentação da actividade política em especial, a relativa a actos eleitorais.

– Exercer a competência legislativa sobre matérias de interesse nacional urgente (...).

– Vigiar pelo cumprimento das leis ordinárias e apreciar os actos do Governo (...).

CEMEA, Primeiro-Ministro (se militar) e 14 oficiais, sendo 8 do Ex., 3 da FAP e 3 da Mar., designados pelos respectivos Ramos.

\* Tem funções de conselho do PR, de garante do regular funcionamento das instituições democráticas, do cumprimento da Constituição e da fidelidade ao espírito da revolução portuguesa de 25 de Abril de 1974, e ainda de órgão político e legislativo em matéria militar.

\* Na qualidade de conselho do PR e de garante do regular funcionamento das instituições democráticas, compete ao CR aconselhar o PR no exercício das suas funções e ainda:

– Autorizar o PR a declarar a guerra e a fazer a paz;

– Autorizar o PR a declarar o estado de sítio ou de emergência em todo ou parte do TN;

– Autorizar o PR a ausentar-se do TN;

– Declarar da impossibilidade física permanente do PR e verificar impedimentos temporários do exercício das funções.

\* Na qualidade de garante do cumprimento da Constituição, compete ao CR:

– Pronunciar-se, por iniciativa própria ou a solicitação do PR, sobre a constitucionalidade de

- Propor à Assembleia Legislativa alterações à Constituição em vigor.
- Exercer a competência legislativa em matéria militar (...)
- Pronunciar-se junto do PR sobre a escolha do Primeiro- Ministro e dos ministros de confiança do MFA.
- Deliberar sobre a dissolução da Assembleia quando o considere necessário (...).
- Autorizar o PR a fazer a guerra, em caso de agressão efectiva ou iminente e a fazer a paz.
- Autorizar o PR a declarar o estado de sítio e pronunciar-se sobre todas as emergências graves para a vida da Nação.
- Pronunciar-se sobre a impossibilidade física, temporária ou permanente, do PR.
- Designar, em caso de morte ou impedimento do PR, quem desempenhará interinamente as suas funções.

quaisquer diplomas, antes dos mesmos serem publicados (através da Comissão Constitucional);<sup>2</sup>

- Velar pela emissão de medidas que devam ser necessárias ao cumprimento das normas constitucionais, podendo emitir recomendações para o efeito.
- Pronunciar-se, com força obrigatória geral, sobre a constitucionalidade de quaisquer diplomas já promulgados, a solicitação do PR, do Presidente da Assembleia Legislativa, do Primeiro-Ministro, do Procurador-Geral da República, do Provedor de Justiça e ainda (...).

\* Na qualidade de garante do espírito da revolução portuguesa, cabe ao CR:

- Pronunciar-se junto do PR sobre a nomeação do Primeiro-Ministro;
- Pronunciar-se junto do PR sobre o exercício do direito de veto suspensivo (...).

\* Na qualidade de órgão político e legislativo em matéria militar, o CR terá:

- Competência exclusiva para legislar sobre organização, funcionamento e disciplina das Forças Armadas;
- Competência para aprovar os tratados internacionais, que respeitem a assuntos militares.

## GOVERNO

\* O Primeiro-Ministro será escolhido pelo PR, ouvido o CR e as forças políticas e partidos que entender convenientes.

O Governo será escolhido pelo Primeiro-Ministro, tendo em atenção a representatividade dos partidos na Assembleia Legislativa e as possíveis coligações e empossado pelo PR.

\* Nos casos de formação inicial ou de recomposição ministerial que abranja pelo menos um terço dos ministros, o novo Governo deverá ser submetido a um voto de confiança da Assembleia Legislativa na sua 1.ª sessão.

\* O Primeiro-Ministro é politicamente responsável perante o PR e a Assembleia Legislativa.

\* A Assembleia Legislativa pode votar moções de desconfiança ao Governo. A aprovação de duas moções de desconfiança, feitas com pelo menos trinta dias de intervalo, obrigará a recomposição ministerial. O Governo terá competência para legislar por decretos-leis sobre matérias não reservadas ao CR ou à Assembleia Legislativa. Poderá ainda apresentar por sua iniciativa propostas de lei à Assembleia Legislativa.

\* Serão obrigatoriamente da confiança do MFA os Ministros da Defesa, da Administração Interna e do Planeamento Económico, pelo que a sua nomeação não deverá ser feita antes de ouvido o CR.

\* O Governo é politicamente responsável perante o PR e a Assembleia Legislativa.

\* A responsabilidade política do Governo perante a Assembleia Legislativa efectiva-se mediante a apreciação do Programa do Governo, a recusa de confiança por ele pedida ou a aprovação de moções de censura nos termos a definir pela Assembleia Constituinte.

\* Em caso de demissão, os membros do Governo cessante permanecerão em funções até à posse do novo Governo.

\* O PR dissolverá obrigatoriamente a Assembleia Legislativa, quando esta haja recusado votos de confiança ou aprovado moções de censura que determinem, por qualquer destes motivos, a terceira substituição do Governo, durante a mesma legislatura.

#### **ASSEMBLEIA LEGISLATIVA**

\* Será eleita por sufrágio universal directo e secreto e terá um máximo de 250 Deputados.

\* É fixada em 4 anos a duração da 1.ª legislatura.

\* Os poderes legislativos da Assembleia serão apenas limitados pela sanção necessária do CR nas matérias (...), ficando-lhe vedada a legislação em matéria exclusiva do âmbito militar.

\* Em caso de declaração do estado de sítio não poderá prolongar-se para além de 30 dias sem ser ratificado pela Assembleia Legislativa.

\* Faz parte, com a totalidade dos seus membros eleitos, do colégio eleitoral para a eleição do PR.

\* Poderá ser investida pelo CR de poderes constituintes quando, por iniciativa deste, lhe sejam propostas alterações à Constituição.

\* No fim do período de transição (três a cinco anos) será dissolvida e eleita nova Assembleia, que iniciará o seu mandato com poderes constituintes, procedendo à revisão da Constituição.

Só quando esta Constituição revista entrar em vigor se considerará terminado o período de transição.

\* Ainda que haja dissolução da Assembleia Legislativa ou vacatura do cargo de PR, não começará a contar nova legislatura, competindo aos eleitos completar a legislatura (...).

\*Na 2.<sup>a</sup> legislatura a Assembleia Legislativa terá obrigatoriamente poderes de revisão constitucional, não podendo o PR recusar a promulgação da lei de revisão.

Considera-se findo o período de transição quando entrar em vigor aquela lei.

\* O período de transição terá a duração de 4 anos.<sup>3</sup>

### ASSEMBLEIA DO MFA

\* Será constituída por 240 representantes das Forças Armadas, sendo 120 do Exército, 60 da Armada e 60 da Força Aérea, sendo a sua composição determinada por lei do CR.

\*A Assembleia do MFA, da qual faz parte o CR, será presidida por este, através do seu próprio

\* Esta Assembleia foi extinta, tal como, no articulado da Constituição de 1976, a designação MFA foi substituída por Forças Armadas.

Presidente, ou de quem  
as suas vezes fizer.

\* Faz parte, com a totalidade  
dos seus membros, do colégio  
eleitoral para a eleição do PR.

\* Funcionará em regime  
de permanência e segundo  
regulamentação própria, que será  
da competência legislativa do CR.

### **FORÇAS ARMADAS**

\* Durante todo o período de transição, o poder militar manter-se-á independente do poder civil.

\* o Comandante-Chefe das Forças Armadas será o CEMGFA, que depende directamente do PR. O CEMGFA, o Vice-CEMGFA e os CEMs dos três Ramos das Forças Armadas terão competência ministerial.

\* As Forças Armadas serão o garante e o motor do processo revolucionário, conducente à construção de uma verdadeira democracia política, económica e social. Além da sua missão específica de defesa da integridade e independência nacionais, as Forças Armadas participarão no desenvolvimento económico, social, cultural e político do País, através do seu Movimento (MFA).

\* Neste 2.º pacto as Forças Armadas apenas são referidas aquando da constituição do CR.

As 2 últimas alíneas do 1.º pacto foram anuladas com o desaparecimento do MFA.

Notas:

<sup>2</sup> Também constavam deste pacto as normas por que se regia a Comissão Constitucional (antecessora do Tribunal Constitucional), a sua composição – 4 juizes; uma personalidade de reconhecido mérito, designada pelo PR; uma personalidade de reconhecido mérito designado pela Assembleia Legislativa e duas personalidades de reconhecido mérito designadas pelo CR (...) –, sendo presidida por um membro do CR (escolhido o Major Melo Antunes).

<sup>3</sup> Viria a ter seis anos, pois o CR apenas foi extinto em 1982.

## Caso se concretizasse a “comuna” de Lisboa...

Será interessante debruçarmo-nos sobre um documento elaborado pelo Prof. Dr. Jorge Miranda <sup>4</sup>, a pedido do PS e PPD, no caso do golpe comunista de 25 de Novembro ter tomado conta da cidade de Lisboa.

Depois vários outros “considerandos” diz:

Considerando que o Pacto ou Plataforma de Acordo Constitucional celebrado entre o MFA e os Partidos Políticos foi diversas vezes violado, nomeadamente com a aprovação pela Assembleia do MFA do “Documento-Guia” sobre o “Poder Popular”, com a instituição de um Directório Militar ao qual eram atribuídos os poderes do CR e com a formação dum V Governo Provisório totalmente destituído de representatividade;

E mais à frente, após mais um “considerando” e um “invocando” avança com nova “lei constitucional”:

Considerando, ainda, que a Assembleia Constituinte é, por sua própria natureza, um órgão soberano e que pode avocar a si, na lógica do princípio do poder constituinte, todos os poderes constituídos do Estado;

Invocando a autoridade que lhe vem do Programa do MFA, do voto livre de seis milhões de portugueses nas eleições mais livres que até agora se efectuaram em Portugal e da necessidade de salvaguardar os interesses mais profundos do nosso Povo;

A Assembleia Constituinte decreta para valer como Lei Constitucional o seguinte:

### **Art.º 1.º :**

– Além dos poderes constituintes, a Assembleia Constituinte assume a plenitude dos poderes legislativos e da fiscalização do Poder Executivo em Portugal.

### **Art.º 2.º :**

1 – A duração da Assembleia Constituinte será a que ela própria fixar na Constituição.

2 – Fica revogado o art.º 3.º da Lei Constitucional n.º 3/74, de 14 de Maio.

---

<sup>4</sup> Ver Diogo Freitas do Amaral. “O Antigo Regime e a Revolução; Memórias Políticas (1941-1975)”. Lisboa, Círculo de Leitores, 1995, pp. 531 e 532.

**Art.º 3.º :**

- 1 – São dissolvidos o CR e a Assembleia do MFA.
- 2 – Os Serviços de Apoio do CR são transferidos para a Presidência do Conselho de Ministros.

**Art.º 4.º :**

- 1 – O actual Presidente da República manter-se-á em funções até à posse do novo titular eleito nos termos da Constituição.
- 2 – Os poderes do PR são os previstos na Lei Constitucional n.º 3/74, em tudo o que não contrarie a presente Lei. (...)

Depois do contra-golpe do 25 de Novembro, verificou-se que, apesar dos partidos da área democrática já estarem “fartos” do Conselho da Revolução, este acabaria por continuar como órgão de soberania. É que Melo Antunes, tal como já em 26 de Novembro tinha defendido, na TV, a continuação do PCP no “novo” processo democrático, também teve a ideia de propor a revisão do Pacto MFA/Partidos, mas continuando a impor o MFA como “garante e motor do processo revolucionário”. Assim, apesar de, na negociação, ter feito cedências aos partidos da “direita” (CDS, PPD e PS), acabando mesmo por desaparecer o MFA, apenas a Assembleia do MFA seria dissolvida e o Conselho da Revolução manter-se-ia até 1982.

### **Opiniões dos Partidos**

Os representantes dos Partidos políticos na Assembleia Constituinte fizeram depoimentos para o “Expresso”<sup>5</sup>, que foram publicados na data seguinte à da aprovação e promulgação da Constituição pelo Presidente da República. Por parte dos principais partidos ainda se notavam as dificuldades havidas ao longo da revolução em levar por diante tal tarefa, que apenas foi desbloqueada pela situação resultante da contenção ao golpe de 25 de Novembro.

Salientam-se as opiniões dos representantes dos quatro partidos mais votados em 1975.

#### **Jaime Gama (PS)**

A Constituição é necessariamente reflexo da luta política ocorrida em Portugal durante os meses do predomínio da linha

---

<sup>5</sup> Em 3-4-1976.

golpista militar, simbolizada pelo General Vasco Gonçalves, com o apoio do PCP. Por isso qualquer observador poderá apontar a existência de diversos contributos no texto constitucional: o liberal, o marxista, o anarco-sindicalista e, finalmente, o social-democrata. O texto constitucional é uma síntese dessas várias orientações. Durante este período, o PCP teve um comportamento assaz estranho na Constituinte: a princípio, o seu líder parlamentar Vital Moreira considerava que aquela era uma Assembleia burguesa, baseando toda a sua argumentação na dialéctica revolução-constituição. Nessa altura o líder parlamentar do PCP entendia que a Constituição não devia ser um texto rígido, mantendo-se em constante abertura, de forma a incorporar a cada momento, “as conquistas do processo revolucionário”. Posteriormente, Vital Moreira, de quem se poderia dizer que foi repescado dos júniores para jogar na primeira linha durante a presente época constitucional (como acontece no futebol), viria a defender posições contrárias, arvorando-se num intransigente defensor da letra do texto constitucional, que antes combatera.

Quanto ao futuro, e não obstante a Constituição ser um texto fundamental da nossa vida política, direi que ela não passa de um texto: só funcionará se em seu redor existir um consenso significativo das principais forças políticas e militares. O mecanismo dos órgãos de soberania é relativamente híbrido, de forma que só poderá funcionar eficazmente se se verificar a harmonização das instâncias legislativa, executiva e do Conselho da Revolução. Se estas três instâncias se entenderem, muito daquilo que não está expressamente previsto no texto constitucional poderá ser suprido pela prática; no caso contrário, creio que a democracia se poderá vir a tornar uma experiência difícil entre nós.

Um dos aspectos mais positivos do texto aprovado concentra-se no capítulo das liberdades públicas, merecedor dos maiores elogios por parte de qualquer pessoa com formação democrática. Aspectos negativos são aqueles que resultam na consagração, no diploma fundamental, de pontos de vista demasiado doutrinários que, quanto a mim, não poderão ter expressão adequada no funcionamento normal de um Estado Democrático, atendendo ao circunstancialismo de um país como o nosso. (...)

### **Jorge Miranda (PPD)**

O simples facto de a Assembleia Constituinte concluir os trabalhos, aprovando uma Constituição, é já uma grande vitória da democracia e do povo português. Não nos podemos esquecer do

clima em que se viveu durante longos meses, das humilhantes condições em que a Assembleia abriu, dos gritos pedindo a sua dissolução. As circunstâncias são outras em 2 de Abril de 1976, felizmente, e a Assembleia, também ela própria, contribuiu para isso, graças ao empenho da maioria dos deputados em repelir o golpismo e ser fiel às aspirações de paz e liberdade dos eleitores.

Mas a Constituição é, em si mesma, na minha opinião pessoal, uma obra largamente positiva, pelos direitos que consagra, pelo quadro político que estabelece, pelos objectivos que propõe. Obra de compromisso de várias forças políticas (como têm sido quase todas as Constituições da Europa ocidental do pós-guerra, entre as quais avulta a Constituição italiana de 1947) acumula materiais vindos de diversos projectos e há de prestar-se a interpretações não concordantes conforme as várias ideologias. No entanto, assenta naquilo que, para mim, é o essencial: a democracia política, valor fundamental da convivência cívica e meio específico de se realizarem as transformações sociais e económicas do País.

A Constituição possui uma dupla virtualidade: faz ressurgir o verdadeiro constitucionalismo português interrompido pela força em 1926, há 50 anos precisos; e a reformulação de toda a nossa vida colectiva, em face dos complexos problemas dos finais do século xx. Reafirma os grandes princípios liberais e republicanos da liberdade política, do sufrágio e da separação dos poderes, completando-os à luz das novas exigências do pluralismo e fiscalização do poder. Exprime as grandes conquistas sociais e económicas dos trabalhadores, muitas delas obtidas após o 25 de Abril, e traça um projecto socialista, que eu só compreendo se for democrático e humanista.

Não se trata de fazer qualquer panegírico da Constituição. Ela tem gravíssimos defeitos, contra os quais, eu e outros deputados do meu Partido nos insurgimos na altura própria, e que tentámos corrigir. Trata-se apenas de procurar descortinar o seu significado, numa perspectiva histórica indispensável. Porque a História mostra que, fora da Constituição, só há lugar para a ditadura. (...)

### **Vital Moreira (PCP)**

(...) Em relação aos interesses políticos e sociais do PCP na Assembleia, não poderemos deixar de dizer que o resultado é positivo, porque alguns dos objectivos fundamentais foram conseguidos. Nomeadamente o de impedir que a Constituição pudesse ser contrária às grandes conquistas revolucionárias, ou ser, de qualquer modo, um travão ao seu avanço. Esse resultado posi-

tivo está de resto manifesto na oposição que as forças da direita estão hoje a colocar à Constituição. As oposições do CDS e do PPD à Constituição são a prova de que ela é globalmente positiva aos interesses das massas trabalhadoras.

Quantos aos aspectos mais positivos, eu preferiria, em vez de pontos concretos, mencionar certas matérias; e, entre elas, destaco a consagração e a defesa, em termos que consideramos extremamente positivos, das liberdades democráticas. Em segundo lugar, os direitos dos trabalhadores: o direito à greve, a proibição do *lock-out*, as comissões de trabalhadores, a liberdade sindical. Em terceiro lugar, alguns aspectos da matéria económica: a garantia das nacionalizações, consagradas como conquistas irreversíveis das classes trabalhadoras, as disposições sobre a Reforma Agrária, e em geral todas as que apontam para a transformação das relações económicas e sociais.

Dos muitos aspectos negativos da Constituição queria referir também três grupos. Por um lado, a regulamentação extremamente limitada das organizações populares, quer quanto à sua constituição e estruturação, quer no que respeita à sua capacidade de intervenção na vida política – isto tanto para as comissões de moradores, como para as de trabalhadores. Em segundo lugar, a matéria de organização económica, que ficou muito aquém daquilo por que lutámos. Não se impôs, por exemplo, a nacionalização de todo o grande capital; não se proibiu a indemnização aos grandes capitalistas; a matéria da necessidade da planificação económica ficou regulada em termos francamente negativos, isto é, pouco favoráveis a uma disciplina económica. Finalmente destaco outro aspecto negativo – o que diz respeito à necessidade de medidas constitucionais que defendam a Revolução e as conquistas alcançadas. Considero que a Constituição é extremamente pobre a esse respeito, que não estabelece mecanismos de defesa da democracia, contra os seus inimigos, contra atentados e manobras contra-revolucionárias. (...)

### **Oliveira Dias** (CDS)

Para fazer o balanço é preciso apreciar as circunstâncias em que decorreu o trabalho dos constituintes. Estivemos em risco de que não houvesse Constituição e ter-se-ia acabado toda a viabilidade democrática da revolução de Abril, desta Assembleia. Considerando estes factos o balanço é positivo, mas a Constituição é má – pelo menos devia ser francamente mais democrática e tecnicamente correcta.

Aspectos negativos:

1. O fixismo constitucional, com apertadíssimos limites à revisão, sobretudo quando constante de uma Constituição fortemente programática.

2. Os aspectos em que o texto constitucional coincide com um programa de governo partidário que, como programa de governo será perfeitamente legítimo, mas que não deveria impor-se como texto que pretende enquadrar, com força constitucional, as opções e propostas de outros partidos, não menos aceitáveis em termos de uma democracia representativa. Quero referir-me nomeadamente ao disposto sobre a organização económica.

3. A pontuação entre textos meramente emblemáticos e outros de um pormenor excessivo, em que se desce à minúcia de portaria. Uns e outros existem praticamente ao longo de toda a Constituição.

Aspectos positivos:

1. O título que diz respeito aos direitos, liberdades e garantias individuais – que devolve aos cidadãos deste país a dignidade de homens livres.

2. O título que se refere ao poder local – que devolve ao povo o poder que é seu naquilo em que mais imediatamente se deve exprimir.

3. As bases para a renovação da estrutura e funcionamento do poder judicial – que são fundamento de uma sociedade justa.

A Constituição da República do novo regime foi aprovada em 2-4-1976, com os votos a favor do PS, PPD, PCP, MDP/CDE, UDP e dos deputados independentes, e a abstenção dos deputados do CDS.

O Professor Adriano Moreira, na análise que fez da revolução portuguesa, em Novembro de 1976, <sup>6</sup> tinha alguma esperança na “legitimidade presidencial”, para a normalização do regime, o que viria posteriormente a concretizar-se. Afirmava ele, em 14-11-1976:

(...) Deste modo existe uma clara e vigorosa distinção entre a “maioria para a Assembleia da República” e a “maioria Presidencial”, que elegeu o Presidente da República. Como sempre que a desordem campeia, e como ensinaram todos os clássicos, a demagogia obriga à personalização da chefia. Isto não tem necessariamente ligação directa e prévia com a pessoa que vai

---

<sup>6</sup> Ver Adriano Moreira. “O Novíssimo Príncipe; Análise da Revolução”. Lisboa, Ed. Intervenção, 1977, pp. 223 e 224.

ocupar o cargo, porque, como observou um velho parlamentar, a chefia do Estado é destino, não é carreira. Mas a “graça de estado” não é um fenómeno sem importância. Todo o homem pode crescer com ela. E, no caso português, só essa legitimidade aparece hoje como sendo a porta estreita por onde pode passar a normalização da vida política, impondo um entendimento humanista e personalista à interpretação dos textos constitucionais, e uma prática civilizada ao comportamento do sistema. Não é de legalidades que se trata porque, como ensinou friamente Talleyrand, os preceitos constitucionais costumam ter a elasticidade suficiente para consagrarem o que a necessidade exige. Trata-se do real sistema político, e não da imagem formal dos textos. Nele avulta o problema das Forças Armadas que é necessário reconduzir à normalidade institucional. Não há quem possa antever a evolução de um sistema que foi implantado de maneira tumultuosa e no qual cada diferença teima em tornar-se dominante e exclusiva. As Forças Armadas guardaram o poder. Também pode acontecer que tenham de assumir a responsabilidade, se a normalização não lhes indicar o caminho mais natural da completa subordinação ao governo eleito. Mas, num caso ou noutro, é urgente que tenha recuperado a institucionalização que lhes permita repudiar o domínio das facções, por simplesmente acreditarem que o valor a todos superior se chama Portugal.

Assim, como já referido, apesar das várias crises governativas e da actuação (muitas vezes criticada pelos partidos políticos) do Conselho da Revolução, como um resquício do MFA, viria a ser conseguida a democracia plena em 1982.

## AS CONTRADIÇÕES DO MARECHAL COSTA GOMES

*“(...) O Coronel Jaime Neves soube travar, em circunstâncias difíceis, o ímpeto combativo dos seus homens, de modo a minimizar as perdas humanas, nomeadamente nos confrontos da Calçada da Ajuda.”*

General Ramalho Eanes – declarações em 23-11-1995.

Em entrevistas publicadas poucos anos antes de falecer, o Marechal Costa Gomes, no seguimento do seu procedimento controverso ao longo do processo revolucionário, fez afirmações bastante díspares em relação ao 25 de Novembro e, nomeadamente, sobre a actuação do então Chefe do Estado-Maior da Força Aérea, General graduado Moraes da Silva.

Em 1995, em entrevista a Fernando Rosas dizia: <sup>1</sup>

(...) Pinheiro de Azevedo tinha um defeito, uma coisa que o perdia; é que não aguentava uma crítica. Todas as vezes que alguém o criticava, ficava irritadíssimo, sobretudo se era a TV que lhe fazia a crítica. A Rádio Renascença fez-lhe uma crítica acérrima, e ele mandou, contra a minha determinação, fazer rebentar com a rádio. <sup>2</sup> Foi um erro terrível, porque eu tinha mandado chamar os técnicos e sabia muito bem como é que se podia parar a emissão durante uns dois meses, pelo menos. <sup>3</sup> Bastava tirar uns cristais, para deixar de funcionar. Eu já tinha combinado com eles fazer aquele trabalho, quando ele, sem me

<sup>1</sup> In revista “História” n.º 14 de Novembro de 1995.

<sup>2</sup> A decisão foi tomada em Conselho da Revolução, presidido por Costa Gomes, pelo que não poderia alegar desconhecimento. Segundo Moraes da Silva foi Costa Gomes quem lha deu pessoalmente, depois da aprovação do CR. Ver depoimento deste oficial, no presente trabalho.

<sup>3</sup> Tal acção chegou a ser efectuada, em 15 de Outubro, por ordem do Governo. Passados poucos dias, a emissora estava de novo no ar, sob o controlo da extrema-esquerda, pois os emissores foram desselados em 22 de Outubro, quando Costa Gomes se encontrava numa visita a Itália. Ver Boaventura Sousa Santos e outros. “O Pulsar da Revolução (...)”. Porto, Ed. Afrontamento, 1997, pp. 274 e 276, e Costa Gomes. “Discursos Políticos”. Lisboa, Ministério da Comunicação Social, 1976, p. 279.

consultar, sem me dizer nada, ordena o rebentamento.<sup>4</sup> O que foi, para mim, o principal motivo pelo qual os pára-quedistas nunca mais foram os mesmos.

E acrescentava:

Depois de terem feito aquela barbaridade, que era absolutamente escusada, (os pára-quedistas) ficaram revoltadíssimos. E, infelizmente, naquela altura, os oficiais do quadro permanente que estavam em Tancos – e não eram assim tão poucos, eram cento e tal – saíram, por sua auto-recreação, abandonando os páras. E é claro que nem o Chefe do Estado-Maior, nem eu soubemos. Eu só soube que os páras estavam abandonados, quando eles foram para a Cortegaça. (...)

No entanto, em texto publicado três anos depois, Costa Gomes já apresentava outra versão do sucedido.<sup>5</sup> Apreciemos o seu diálogo com Maria M. Cruzeiro:

P: E em relação à terceira “casca de banana”,<sup>6</sup> a actuação dos páras?

R: Acho que os páras foram manipulados. Foi por uma questão sentimental: os páras eram um corpo disciplinado e coeso que, de repente, se vê sem os seus comandos. Dois dias antes,<sup>7</sup> os oficiais, que constituíam a parte mais importante dos páras, saíram em bloco, ou seja, passaram-lhes uma rasteira, ao fazer com que se tenham demitido da sua primeira obrigação: zelar pelo bem-estar, disciplina, bom comportamento e actuação adequada dos seus subordinados. Quem foi, de facto, mais responsável nesta acção foram os oficiais pára-quedistas, ao deixarem o regimento descomandado.

<sup>4</sup> Como referido, não é esta a versão do ex-CEMFA, Morais da Silva: “(...) A proposta (do rebentamento) foi apresentada pelo CEMFA ao CR e o Presidente da República, General Costa Gomes aprovou-a, dando ordem para a execução.” Ver depoimento de Morais da Silva neste trabalho.

Esta versão será a mais credível, pois uma acção militar apenas poderia ser desencadeada oficialmente por ordem do EMGFA, de quem dependia o AMI.

<sup>5</sup> Ver Costa Gomes e Maria M. Cruzeiro. Lisboa, Ed. Círculo de Leitores, 1998, pp. 346 a 350.

<sup>6</sup> As outras “cascas de banana” apresentadas, nas páginas anteriores, por esta investigadora, tinham sido a “substituição de Eurico Corvacho por Pires Veloso” e a “substituição de Otelo por Vasco Lourenço”. Dado o distanciamento da primeira, no tempo (vários meses), apenas a segunda poderia ser considerada.

<sup>7</sup> Foram duas semanas antes, pois a saída dos 123 oficiais páras ocorreu no dia 10 de Novembro, imediatamente a seguir ao fim do plenário referido a seguir por Maria Cruzeiro.

P: No dia 10 de Novembro, um plenário, realizado na Base Escola de Tancos, apoia uma moção de repúdio à operação de destruição da Rádio Renascença.

R: É que, logo a seguir a essa acção, eles começaram a ter remorsos e a perceber que tinham sido manipulados.<sup>8</sup> Estavam a perder o prestígio que haviam granjeado ao longo de 13 anos de uma acção militarmente válida no Ultramar.

### **Questionando a intervenção dos “Comandos”...**

P. Parece, de facto, tratar-se de uma tropa com dificuldade de se adaptar ao tempo de paz. Ou seja: são grupos treinados para acções de maior tensão que, em períodos de normalidade,<sup>9</sup> acabam por criar situações de conflito.

R: Julgo que não. O que diz aplica-se exactamente em relação aos “comandos”, cuja instrução, sendo quase perfeita sob o ponto de vista militar, deixava bastante a desejar sob o ponto de vista psíquico. Havia exageros e até regulamentações dos comandos que eram, em muitos casos, desumanos. Os páras eram, nesse aspecto muito mais bem instruídos. Não creio, pois, que essa acção tenha sido consequência de uma questão de conflito latente, mas antes porque queriam penitenciar-se da actuação infeliz que tinham tido no caso da Rádio Renascença.

E mais á frente, Costa Gomes volta a pôr em causa a actuação dos “comandos”, quando analisa o seu desempenho no 25 de Novembro:

(...) P: Qual foi a unidade que actuou melhor?

R: Os comandos, sem dúvida.

P: Jaime Neves trabalhou bem?

R: Trabalhou. Operacionalmente, o Jaime Neves é um belíssimo oficial.

P: Não houve excessos de violência por parte dos comandos?

R: Talvez. Recordo o que disse a propósito da diferença existente entre os comandos e os páras. Ambos tinham uma boa preparação militar, mas os que estavam mais bem preparados

---

<sup>8</sup> A manipulação vinha do antecedente e seria feita pelo PCP e extrema-esquerda, nomeadamente junto dos sargentos páras, o que levou à tomada de posição colectiva de quase todos os oficiais em sair da Unidade (apesar da variedade de opções políticas pessoais), e já por eles prevista anteriormente. Ver Coronel Moura Calheiros, in Manuel Barão da Cunha (coord.), “(...) Os 25 Anos do 25 de Novembro”. Lisboa, Ed. Notícias, 2001, p. 298.

<sup>9</sup> Tratava-se de um período revolucionário com bastante anormalidade.

para o tipo de guerra que se fazia no Ultramar eram realmente as unidades saídas do Centro de Instrução Especial de Lamego. Seguiam-se os páras e, depois, os comandos, que tinham uma boa preparação militar, mas não tinham preparação técnica para lidar com a população. Eram demasiados violentos nas suas actuações.

P: Por parte do “Grupo dos Nove”, não terá havido um certo descontentamento em relação ao comportamento dos comandos, especialmente de Jaime Neves?

R: O Jaime Neves é assim mesmo. É uma pessoa que põe o nariz no ar e a cabeça em baixo. Quando actua é muito violento. Tem qualidades militares excelentes, mas, na minha opinião, ele não tem uma preparação cívica que permita controlar essa violência, que, aliás, é comum na actuação de alguns militares. (...)

### **Ramalho Eanes esclarece actuação dos “Comandos”**

Não é esta a opinião do primeiro Presidente da República eleito pós-25 de Abril, General Ramalho Eanes: <sup>10</sup>

(...) Mais do que um choque de tendências no seio do MFA, o 25 de Novembro (dos que lançaram a tentativa de golpe) apresentava-se como um projecto para forçar, ou até inverter, uma evolução política que apontava no sentido de favorecer a aprovação de uma Constituição política democraticamente elaborada, e fazendo-o mesmo à custa de uma guerra civil.

Foi nossa preocupação fundamental, na execução desse plano de resposta, conduzi-lo obviamente com eficácia, e com o cuidado de evitar o resvalamento para a guerra civil. Deve dizer-se, ou repetir-se, por já ter sido dito aqui, que não foi fácil. É importante sublinhar o patriotismo e a competência de comando do Coronel Jaime Neves e a disciplina e competência dos seus homens. O Jaime Neves soube travar, em circunstâncias difíceis, o ímpeto combativo dos seus homens, de modo a minimizar as perdas humanas, nomeadamente nos confrontos da Calçada da Ajuda. Recordo que, apesar do intenso tiroteio, nesta acção apenas três homens morreram: dois homens dos “comandos”, o Tenente Coimbra e o Sargento Pires, <sup>11</sup> e o Aspirante Bagagem, da Polícia Militar.

<sup>10</sup> Ver Manuel A. Bernardo. “Memórias da Revolução; Portugal 1974-1975”. Lisboa, Ed. Prefácio, 2004, pp. 594.

<sup>11</sup> Estes dois militares foram alvo das rajadas iniciais da parte do pessoal do RPM que, inopinadamente, receberam as colunas dos “Comandos” a tiro. Ver depoimentos de intervenientes na operação.

Eu creio que, se há momentos em que um chefe militar se engrandece, é na contenção da própria vitória. É realmente o momento mais difícil. Jaime Neves e os seus homens, em especial Jaime Neves e os seus oficiais, conseguiram fazê-lo. (...)

Regressemos à conversa entre Costa Gomes e Maria Cruzeiro, onde o principal "alvo" é o então General CEMFA, Morais da Silva:

(...) P: E foi também uma questão de chefias, ou não ?

R: Sim.

P: Foi por isso que acusou o General Morais da Silva de ter sido o grande culpado do 25 de Novembro?

R: É verdade. Porque as suas decisões foram sempre de uma infelicidade total, sempre contra a disciplina e o prestígio das unidades que estavam sob o seu comando.

P: Por exemplo?

R: ... a de consentir que os oficiais páras se retirassem do Regimento para a Base da Cortegaça.

P: Mas consentiu na sequência de um entendimento com o "Grupo dos Nove". Aliás, tanto quanto se sabe, tudo isso era uma operação combinada, a chamada operação "Vermelho 8".<sup>12</sup>

R: De qualquer modo, um Chefe do Estado-Maior deve saber que, ao retirar os oficiais de uma unidade, a deixa descomandada, entregue a si mesma, desprotegida e vulnerável.

P. Mas esta era uma operação combinada com os "Nove"...

R: Não sei se era, mas, se realmente era, os "Nove" fizeram muito mal. Todos eles eram militares e, portanto, sabiam que, se o Regimento fosse decepado dos seus elementos mais importantes, ficaria uma força à deriva, susceptível de fazer as maiores loucuras.

P: Segundo consta, esta operação "Vermelho 8" tinha objectivos mais vastos: concentrar na Cortegaça um esquema celular de trabalho em ligação com Pires Veloso, Franco Charais, comandantes da Região Militar Norte e Centro, e Jaime Neves, então à frente de uma unidade de grande importância, como os "comandos"...

R: De qualquer maneira, acho que um Chefe do Estado-Maior não tem o direito de fazer isso a uma unidade sob o seu comando, quaisquer que sejam as razões políticas existentes ou de

---

<sup>12</sup> Segundo o que se deduz das entrevistas então dadas ao "Expresso", esta operação apenas era referente à movimentação dos referidos oficiais pára-quadistas e que seria englobada no plano geral do "Grupo Militar".

conveniência com certos grupos militares. Do mesmo modo, também condeno, a ser verdade, que os elementos do “Grupo dos Nove” tenham proposto ao Chefe do Estado-Maior da Força Aérea uma operação desta natureza. Considero, no entanto, sempre como primeiro responsável o próprio Chefe do Estado-Maior.<sup>13</sup>

P: Os páras saltam, arriscando-se a perder, porque das correntes em confronto nenhuma queria tomar a iniciativa: era a filosofia de que o primeiro a sair perderia...

R: Esse foi sempre o princípio defendido por mim. A todos os que me abordavam, eu dizia: “O primeiro a sair fica a saber que me terá pela frente, com todas as forças de que possa dispor”.

### **Ainda as críticas a Morais da Silva**

E mais à frente, a entrevistadora insiste no “tema” Morais da Silva:

(...) P: Afirma que Morais da Silva, pela sua actuação, foi o principal responsável pelo 25 de Novembro. Por que não o destituiu?

R: Acho, realmente, que foi um erro não o ter substituído, mas o problema, na ocasião, era saber por quem...

P: Mas tirá-lo já podia ser uma meia solução...

R: Importante, na ocasião, não era apenas tirá-lo, mas substituí-lo, o que, então, era difícil.

P: Não havia ninguém para o substituir?

R: Na Força Aérea, sempre foi bastante difícil encontrar chefes: têm uma maneira de actuar muito especial em relação aos outros Ramos das Forças Armadas. Na altura, não se queriam empenhar e os que o faziam – quase todos assumindo posições de esquerda bastante radicais – era a título individual. O que precisava era de encontrar um chefe que fosse competente e equilibrado. Havia, na altura, uma pessoa que talvez tivesse dado um bom Chefe do Estado-Maior: era o General Galvão de Melo. Só que, na ocasião, estava completamente fora do processo. (...)

P: A luta dos páras parecia passar, essencialmente, pela contestação aos seus próprios chefes. Eles queriam, nomeadamente, a demissão imediata de Morais da Silva e de Pinho Freire. Esta é a razão objectiva para justificar tais acções?

---

<sup>13</sup> Curiosamente Costa Gomes, em todas as respostas, omite a rebelião dos páras em relação ao CEMFA e Vice-CEMFA, respectivamente Morais da Silva e Pinho Freire, desde 10-11-1975, e que levou àquela situação. Ver a versão de Morais da Silva neste trabalho.

R: É. O Pinho Freire, que poderia ter sido um bom chefe da Força Aérea, depois do 28 de Setembro, a partir do momento em que substituiu o General Diogo Neto na Junta, passou a ter uma actuação menos clara. (...)

P: A questão é saber se, perante tão clara contestação às chefias, não poderia ter interrompido atempadamente o processo.

R: É uma leitura absolutamente correcta, só que, como já o disse, não encontrei, na ocasião, o oficial capaz de satisfazer as reivindicações, quer dos páras, quer mesmo de outros oficiais e aviadores. Na Marinha e no Exército, havia vários, mas eu não conhecia suficientemente bem os oficiais da Força Aérea, a não ser aqueles que tinham servido comigo no Ultramar e, mesmo aí, apenas como pilotos. Por exemplo, o Chefe do Estado-Maior da Força Aérea, que depois foi o Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas, o General Lemos Ferreira, apenas o conheci como piloto, quando visitei a Índia, em 1960. Como oficial, encontrava-se, desde o início, ao serviço da Pan-Índia (TAIP), além de militarmente não ter um perfil bem definido e da sua acção no 11 de Março ter sido um pouco controversa. (...)

### **Outra análise do sucedido com os páras de Tancos**

Verifiquemos a versão do General Lemos Ferreira, então o n.º 3 na hierarquia da Força Aérea, sobre o diferendo das chefias deste Ramo com os pára-quedaistas de Tancos:<sup>14</sup>

*(...) P: Como analisa o processo da saída dos 123 oficiais pára-quedaistas de Base-Escola de Tancos ?*

R: Na sequência dos acontecimentos do 11 de Março, os pára-quedaistas ficaram extremamente traumatizados e vulneráveis, tornando-se fácil fazê-los aderir activamente à esquerda, até porque a Unidade ficou praticamente descomandada.

Entretanto, com as sucessivas descolonizações, foi-se dando o retorno dos pára-quedaistas que se encontravam em África e em Timor e que tinham vivido experiências negativas, na maioria dos casos.

Em suma juntou-se o mau com o pior, cujo epílogo teve a ver com o regresso de Angola, após o 11 de Novembro, época

---

<sup>14</sup> Ver Manuel A. Bernardo. Ob. cit., p. 545.

já de “contagem de espingardas”, antecedendo o 25 de Novembro.<sup>15</sup>

Nestas circunstâncias, a esmagadora maioria dos oficiais pára-quedistas considerou que a sua Unidade de origem, o Regimento de Caçadores Pára-quedistas (RCP), estaria ingovernável, colocando-se a questão das medidas que deveriam ser tomadas.

Face a isto realizou-se uma reunião com o CEMFA, em Monsanto, para decisão quanto ao que fazer, tendo sido avançadas duas opiniões diferentes. A minha e a do General graduado Pinho Freire, Comandante da Região Aérea, era a de que eles não deveriam abandonar a Unidade, e deveriam fazer-se obedecer, nem que fosse pela força.

O CEMFA, General Morais da Silva, ouviu-nos, bem como aos outros oficiais presentes e optou pela outra solução, que seria a “da caneta!”. Isto é, não accionaria a transferência de fundos do EMFA para o RCP, a partir daquele momento, o que incluía os vencimentos a serem pagos dentro de poucos dias.

P: Os oficiais saíram com o vosso acordo?

R: Foi o CEMFA quem sancionou aquela tomada de posição, com base no sentimento dos oficiais de que não conseguiriam controlar a Unidade.

P: Eles conheciam a decisão do então General Morais da Silva, que correspondia, na prática, a uma espécie de “extinção administrativa”?

R: Não sabiam. Essa acção só foi conhecida depois. (...)

### **Actuação do Partido Comunista**

À semelhança do sucedido na Assembleia selvagem (MFA), do dia 11 para 12 de Março de 1975, onde Costa Gomes, naquelas difíceis circunstâncias, conseguiu tomar a posição de manter e impor as eleições previstas para o mês de Abril seguinte, à revelia da grande maioria dos elementos presentes, também, na altura do 25 de Novembro,

---

<sup>15</sup> Ninguém sabia qual iria ser o procedimento destes páras, quando desembarcassem em Lisboa. Tal ocorreu em 23 de Novembro, e apesar da tentativa de aliciamento dos sargentos páras de Tancos, o Batalhão de Pára-quedistas, comandado pelo Ten-Coronel Gonçalves Ramos, foi mandado seguir, pelo então Ten-Coronel Heitor Almendra, na noite de 24 para 25 de Novembro, com o respectivo material para a Cortegaça, cumprindo ordens do CEMFA, General Morais da Silva. Ver Manuel A. Bernardo. Ob. cit., pp. 567 a 569.

poderá considerar-se que ajudou a evitar o envolvimento do PCP e da Intersindical no confronto militar.

No entanto, apesar das diligências feitas nesse sentido, no dia 24, apenas terá conseguido a sua viabilidade após o PCP verificar que estava a perder terreno, com o aparecimento do filme do Dany Kay nos ecrãs da RTP, pelas 21H15, do dia 25 de Novembro, em substituição da emissão clandestina dirigida pelo Capitão Durand Clemente.

Regressemos à entrevista de Fernando Rosas a Costa Gomes, onde, genericamente, se verifica poder ter levado por diante as diligências atrás referidas: <sup>16</sup>

P: Chegamos então ao arranque do 25 de Novembro: a ocupação das bases aéreas pelos pára-quedistas de Tancos. Há quem defenda – é o caso do Prof. Freitas do Amaral, nas suas “Memórias” recentemente publicadas – que é do PCP que parte a ordem para desencadear essa operação.

R: Bom, eu não partilho essa opinião. E devo dizer porquê. Quando estive na União Soviética, tive uma conversa de quatro horas com o Brejnev, à qual assistiu o então ministro Jorge Campinos (infelizmente está morto e, portanto, não pode testemunhar. Foi um grande companheiro e era uma pessoa excepcional). Entre outras coisas, o Brejnev perguntou-me qual era a minha impressão sobre a política europeia e a posição do meu país relativamente à NATO. E eu disse: “Olhe, eu fui oficial da NATO. E acho que a NATO prestou um grande serviço à Europa, porque conseguiu manter convosco uma situação em que temos quase 50 anos de paz na Europa, e eu entendo que Portugal não tem outra solução senão continuar na NATO. Por variadíssimas razões: pelas suas ligações com os países Além-Atlântico, pela nossa posição geoestratégica – não podemos ter outra escolha que não seja a NATO.”

E ele diz-me assim: “Você tem toda a razão. Realmente nem se pensa mais nisso. Eu direi sempre aos meus amigos (ao Cunhal, seu amigo, e aos outros amigos...) que não façam nada que possa ir contra isso.”

P: Mas não pensa que, pelo menos, uma parte da organização do Partido Comunista possa ter fugido ao controlo da direcção e avançado?

---

<sup>16</sup> Ver revista “História” cit..

R: É possível que sim. Agora, o que eu lhe posso dizer é que fui eu quem fez com que o Partido Comunista retirasse a população que envolvia os quartéis – os “comandos” com as betoneiras do J. Pimenta, o Forte de Almada, o Alfeite, o Quartel-General da Força Aérea, em Monsanto <sup>17</sup> – e que realmente estava armada (porque infelizmente as armas foram dadas não só pelo COPCON, pelo Partido Comunista e pelo RALIS, mas também por elementos do Partido Socialista, como é sabido). E era um perigo se essa gente continuasse a rodear as unidades. A primeira coisa que eu fiz, portanto, foi tirar, dos quartéis, as populações. E para isso, tive contactos com o Partido Comunista e com a CGTP-Intersindical. Já tinha tido na véspera, no dia 24 de Novembro.

P: Porquê?

R: Porque eu já previa. Como sabe, na véspera, a Intersindical tinha marcado uma greve de duas horas para o dia 25. E eu tinha pedido para eles acabarem com isso, para não fazerem greve.

P: Qual a razão da greve?

R: Bom, a razão era sempre a mesma, o descontentamento dos operários. Mas não havia causa nenhuma próxima.

P: E também falou no dia 24 com o Partido Comunista?

R: Falei. Com Álvaro Cunhal e Octávio Pato. Disse-lhes que qualquer acção que eles fizessem, como havia muita gente armada, e não enquadrada, podia deflagrar uma guerra civil. E depois voltei a falar-lhes no dia 25.

P: Mas, ao fazer essa “démarche” no dia 24, tinha informações de que se preparava alguma operação militar?

R: A partir de certa altura, eu estive sempre à espera de que se desencadeasse uma operação militar, porque os boatos e as diligências (não eram só boatos) sucediam-se; vinham ter comigo, a pedir-me para eu tomar conta, para eu desencadear a operação militar.

---

<sup>17</sup> Constatou-se não ter havido populações (nem betoneiras) a cercar o Regimento de Comandos (apenas uma, com transmissor de rádio, foi aprisionada nos “quatro caminhos”, na então bifurcação da estrada Lisboa/Sintra, para a Amadora), e que os populares se mantiveram rodeando o GDACI/Monsanto, e foram dispersos com tiros para o ar, de elementos da coluna dos “comandos”, que retiraram viaturas da camionagem Esteves e do J. Pimenta para as ravinas adjacentes à rotunda, vizinha da auto-estrada para Cascais. Ver depoimentos do pessoal interveniente na operação, neste trabalho.

P: De vários sectores?

R: De vários sectores – da esquerda, do centro e da direita, mas, sobretudo, da esquerda. <sup>18</sup> E eu disse sempre: “Vocês sabem que eu sou contrário à guerra civil; portanto sabem que considero qualquer acção que possa levar a uma guerra civil, tem sempre em mim um inimigo”.

P: E nesse dia 24 que reacção é que encontrou da parte do PCP e da Intersindical?

R: Todos eles concordaram que realmente era preciso evitar a guerra civil. Tanto o Dr. Álvaro Cunhal, como a Intersindical. E a greve foi desconvocada no dia 24, ainda antes dos pára-quadistas entrarem em acção. É por isso que eu não compreendo muito bem aquela afirmação do Prof. Freitas do Amaral nas suas “Memórias”, onde diz que às 03H25 ou 03H30 da manhã de 25 foi dada ordem aos pára-quadistas para saírem, por instigação do PCP. <sup>19</sup> (...)

P: E a que horas é que fala novamente com Álvaro Cunhal e com a Intersindical?

R: Logo a seguir às 11H00. Depois da reunião com os “Nove” e com Vasco Lourenço, imediatamente começo a movimentar-me, porque soube que havia unidades que estavam rodeadas de populares. Eram os páras, os “comandos”, o RALIS, o Forte de Almada e eram os fuzos do Alfeite. <sup>20</sup> Para os fuzos do Alfeite mandei o Martins Guerreiro e o Almirante Rosa Coutinho, que contiveram os fuzos e desmobilizaram a população civil.

Álvaro Cunhal não teve nenhuma interferência nisso; não lhe pedi interferências a nível militar, só a nível político e civil.

P: E nessa conversa com o Dr. Álvaro Cunhal, que homem é que encontra do outro lado?

R: Um homem razoável, que acha que se devem fazer todos os possíveis para evitar uma guerra civil. Eu penso que ele teve um papel muito positivo. O Partido Comunista, ao desmobilizar a população que rodeava, sobretudo o Forte de Almada e o RALIS,

---

<sup>18</sup> O contacto com Álvaro Cunhal deverá ter ocorrido na tarde de 24. Na noite deste dia, segundo o Coronel Aventino Teixeira, Ramalho Eanes encontrava-se com Arnaldo Matos, do MRPP, a que se juntou Aventino, convocado, após um “exílio” de duas semanas, nas Caldas da Rainha, por ter publicado uma entrevista no “Expresso” afrontando a hierarquia militar. Ver depoimento deste oficial no presente trabalho.

<sup>19</sup> A ordem de saída dos páras terá partido do comando do COPCON, “empurrado” pelas antenas militares do PCP, como o então Capitão Costa Martins. Ver Martinho Simões (Org.) “Relatório do 25 de Novembro de 1975”. Lisboa, Ed. Abril, 1976, 2.º vol., p. 118.

<sup>20</sup> Como referido anteriormente tal não ocorria no Regimento de Comandos.

prestou um grande serviço à Revolução e evitou um enfrentamento.

P: E nos fuzileiros? Era uma unidade muito ligada a esse sector...

R: Era muito ligada. Bom, mas sabe, sobre os fuzileiros nunca tive preocupações. Eu conheci muito bem os fuzileiros. São uma tropa de elite, mas muito mais formal; quer dizer, uma elite formal, mais do que uma elite guerreira. Mas não há dúvida nenhuma que eram profissionais. E isso, com tropas profissionais, se eles entrassem em acção seria mais complicado, tanto mais que, do COPCON, o Varela Gomes tentou mobilizar os fuzileiros. (...)

Sobre este assunto, na entrevista a Maria Cruzeiro, Costa Gomes refere uma opinião “ligeiramente” diferente em relação a Rosa Coutinho e aos fuzileiros:<sup>21</sup>

(...) P: Falemos agora de outros militares importantes neste processo, como, por exemplo, Rosa Coutinho.

R: Tem sido pouco referenciado nas análises do 25 de Novembro, apesar de ter tido uma acção bastante importante. Por exemplo, tanto ele como o Comandante Martins Guerreiro foram essenciais na desmobilização dos civis, que se encontravam junto da Base Naval do Alfeite

P: E também na desmobilização dos fuzos.

R: Exactamente. Os fuzos deixaram de ter dúvidas quando o Rosa Coutinho conseguiu desmobilizar os civis que os incitavam a actuar.

P: Em algum desses momentos Rosa Coutinho falou consigo?

R: Tínhamos conversado sobre o tema várias vezes antes, mas no dia não falámos. Os fuzos, que hoje considero bastante eficientes, eram, na altura, uma força cansada da guerra colonial. É evidente que havia excepções. (...)

Através da leitura destas declarações aos dois investigadores (Fernando Rosas e Maria Cruzeiro), consegue perceber-se ter havido, “à posteriori”, uma razoável alteração das posições de Costa Gomes. As correcções feitas por Morais da Silva e Ramalho Eanes, em relação ao sucedido no 25 de Novembro e nos dias anteriores, tal como as nossas notas de pé de página, poderão esclarecer significativamente os leitores.

<sup>21</sup> Ver Costa Gomes e Maria M. Cruzeiro. Ob. cit., pp. 351 e 352.



Em cima: O CEME, Gen. Graduado Carlos Fabião e o Brig. Otelo Saraiva de Carvalho (COPCON) visitam o então Batalhão de Comandos, em Janeiro de 1975. O Porta-Estandarte Nacional era o Alferes Marcelino da Mata, preso em 28-5-1975, à ordem do COPCON e torturado na prisão (RALIS).

Em baixo: O Alferes Marcelino da Mata voltou a ser o Porta-Estandarte do Regimento de Comandos em 1976, enquanto Otelo foi preso e Carlos Fabião destituído de CEME. Um elemento da escolta é o então Sargento Rui da Fonseca, co-autor deste livro. Nesta altura, as honras militares foram prestadas ao CEME, Gen. Ramalho Eanes, acompanhado do GML, Brig. Vasco Lourenço.





Em cima: Conferência de imprensa do grupo de economistas e políticos (Ministro Rui Vilar, e Ministra Lurdes Pintassilgo, à esquerda; e Ministro Correia Jesuino, Ministro Silva Lopes e Secretário de Estado Vítor Constâncio, à direita) que, em 24-2-1975, acompanharam Melo Antunes na apresentação do seu plano económico, depois anulado com o 11 de Março de 1975.

Em baixo: Conferência de imprensa do embaixador dos EUA, Frank Carlucci, em Lisboa, acompanhado do Ministro da Comunicação Social, Comandante Correia Jesuino e do Director da Geral da Informação, Comandante Rui Montês, três semanas depois do 11 de Março de 1975.





Em cima: A força dos sindicatos, empurrados pelo PCP. Manifestação da CGTP/Intersindical na Praça de Londres (Lisboa), em frente ao Ministério do Trabalho, em Janeiro de 1975, onde actuaram duas companhias de "comandos", para restabelecer a ordem pública.

Em baixo: A força da Igreja católica. Manifestação em Braga, onde discursou o Arcebispo D. Francisco Maria da Silva (Julho de 1975) e que levou a uma onda violenta de anticomunismo por todo o País, com assaltos e destruição das sedes do PCP e de outras de extrema-esquerda.





Em cima: Mário Soares discursando na manifestação da Fonte Luminosa/Lisboa, em 19 de Julho, que juntou cerca de 100 000 pessoas contra o gonçalvismo.

Em baixo: À esquerda, Álvaro Cunhal e Jaime Serra, elemento de ligação ao COPCON de Otelo Saraiva de Carvalho. À direita, o Comandante Vítor Crespo, depois subscritor do "Documento dos Nove", e um dos poucos opositores ao gonçalvismo, na Marinha.





Em cima: O CEME, General graduado Carlos Fabião, chegando ao local (Tancos), em 2-9-1975, onde se realizaram as assembleias do Exército e do MFA, decisivas no reforço dos "moderados".

Em baixo: O então General graduado Pinto Ferreira, que comandava as "forças conjuntas" da GNR e PSP, no intervalo das referidas assembleias. Seria destituído ainda antes do 25 de Novembro, e substituído pelo então Brig. Passos Esmeriz.

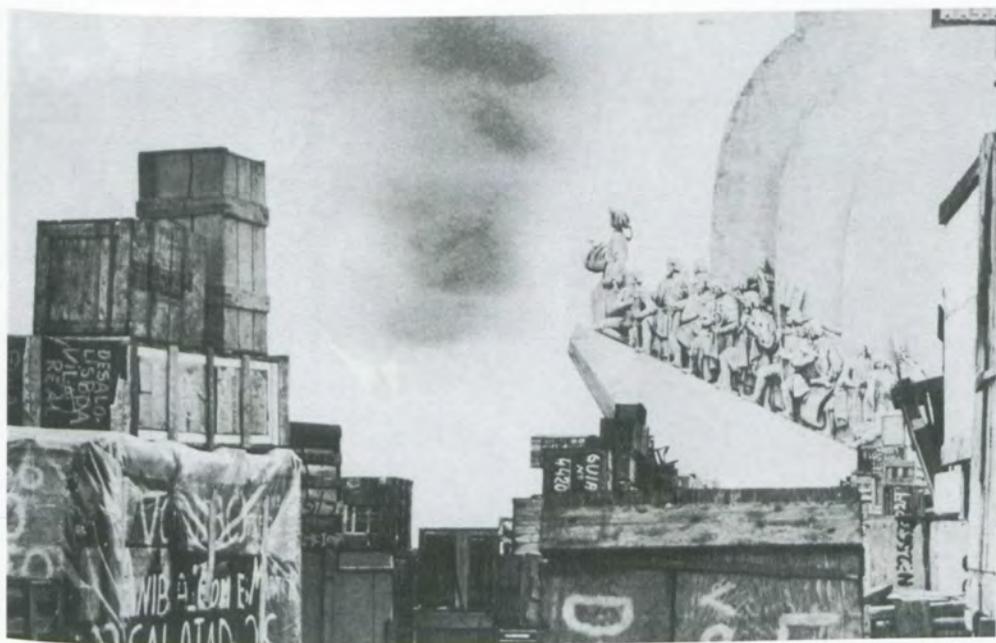




Em cima: Três dos importantes intervenientes militares considerados ligados à esquerda revolucionária e ao PCP – Generais graduados Otelo Saraiva de Carvalho e Carlos Fabião e o Almirante Rosa Coutinho (traje civil).

Em baixo: Uma das várias manifestações de agrários alentejanos, desfilando em Lisboa. A última ocorreu poucos dias antes do 25 de Novembro.





Em cima: Caixotes de "retornados" do Ultramar, junto do Monumento das Descobertas, em Belém (Lisboa).

Em baixo: Crianças de "retornados" no aeroporto de Lisboa, aguardando o destino para centros de acolhimento, como resultado da ponte aérea a partir de Angola, levada a efeito desde fins de Agosto de 1975.





Em cima: General Costa Gomes, Presidente da República e CEMGFA que, como árbitro controverso entre as várias linhas político-militares, sobreviveu ao longo do PREC, acabando por dar luz verde ao accionamento das operações para conter o golpe de 25 de Novembro.

Em baixo: O General Vasco Gonçalves, Primeiro-Ministro do II ao V Governo Provisório, recebendo o embaixador americano Frank Carlucci, que teve papel muito importante ao longo do PREC, no apoio interno e externo dado às forças moderadas.

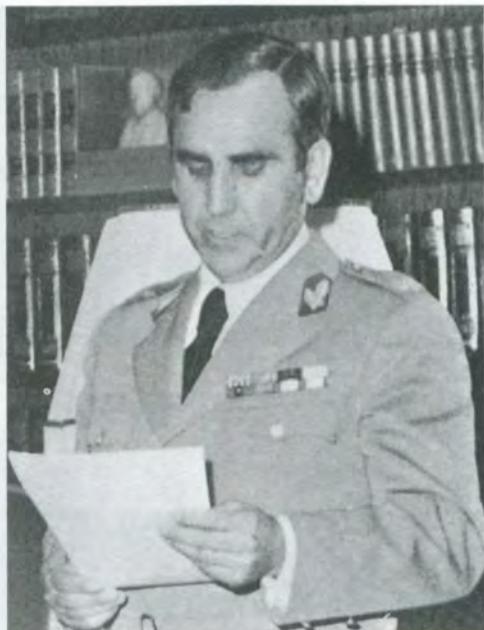




Em cima: Assalto e destruição de grande parte do recheio da Embaixada de Espanha, em Lisboa, em 27-9-1975, impulsionados pela emissão da Rádio Renascença, em poder da esquerda revolucionária. Acção levada a efeito como "retaliação" à execução de cinco bascos ordenada pelo General Franco, em Espanha.

Em baixo: Assalto e defenestração das mobílias do Consulado de Espanha, na Avenida da Liberdade (Frente ao Monumento dos Combatentes), em Lisboa, ocorridos na mesma data.





Em cima: O Brig. Pires Veloso, comandante da RMN, que foi interveniente importante no apoio ao "Grupo Militar" e ao contragolpe do 25 de Novembro. À direita, o Ten-Coronel Aurélio Trindade, comandante da EPI e, depois, elemento muito activo do "Grupo Militar".

Em baixo: Os Majores Vítor Alves e Aventino Teixeira, elos de ligação aos partidos políticos que apoiaram a contra-revolução - PS, PSD, CDS e MRPP.





Em cima: Manifestação dos SUV, contra o Governo, desfila em Lisboa, em Outubro de 1975.

Em baixo: Manifestação do PS e PSD (9-11-1975), em apoio do Almirante Pinheiro de Azevedo, que assiste numa das varandas do Ministério da Marinha. Face às granadas de fumo lançadas sobre a população, o Primeiro-ministro afirma: "É só fumaça !!"





Em cima: Em meados de Maio de 1975, os trabalhadores do jornal "República" ocupam as instalações e expulsam a equipa socialista liderada por Raúl Rego

Em baixo: Assalto e incêndio de uma sede da UDP no Norte do País, em Agosto de 1975.





Em cima: Rebentamento à bomba do edifício das antenas da Rádio Renascença na Buraca, em 7-11-1975, executado por uma companhia de pára-quedistas, por ordem do Presidente da República (CEMGFA).

Em baixo: Estado em que ficaram os equipamentos no interior do edifício, como resultado da referida actuação.





Em cima: Manifestação do "Poder Popular" em frente ao Palácio de Belém (Praça Afonso de Albuquerque), em 20-11-1975.

Em baixo: Juramento de Bandeira no RALIS, de punho fechado e com fórmula revolucionária, em 21-11-1975. Foi anulado no pós-25 de Novembro.





Em cima: Aviões à ordem do "Grupo Militar" sobrevoam a Base Aérea de Tancos, em 25-11-1975.  
Em baixo: O Capitão SAM Durand Clemente, o locutor da transmissão clandestina, enquanto tropas da EPAM estiveram ocupando os estúdios do Lumiar, em 25 de Novembro.





Em cima: Tropa do RALIS, com Dinis de Almeida, colaborando na defesa de Monsanto, no dia 25 de Novembro.

Em baixo: Dispositivo de defesa montado pelos pára-quedistas sublevados, junto à Porta d' Armas do GDACI (Monsanto).



## 11

### AS “INFIDELIDADES” A VASCO LOURENÇO NO 25 DE NOVEMBRO

(...) *Ele (Vasco Lourenço) gosta de se mostrar na TV, para se afirmar.*  
Coronel Jaime Neves, *in* depoimento de 27-10-2004

Vinte anos depois do sucedido em Novembro de 1975, Vasco Lourenço escreveu um texto, que fez publicar no *Referencial*<sup>1</sup>, o Boletim da Associação 25 de Abril, de que é presidente desde a sua fundação. Nele levanta uma série de questões, dentro da sua perspectiva de ter havido concessões à “direita” durante a actuação, insinuando que Ramalho Eanes o tenha “traído” na condução das operações. Termina afirmando que tem um “mar de dúvidas, que só os investigadores poderão um dia esclarecer”.

Analisemos os factos que originaram as principais dúvidas de Vasco Lourenço, em relação ao 25 de Novembro: Ordem de Otelo para fazer avançar os pára-quedistas de Tancos; distribuição de G 3 a Edmundo Pedro (Partido Socialista); o plano “ofensivo” do Grupo Militar; pressão dos “radicais de direita” para a Força Aérea bombardear Unidades Militares; não conseguir parar a acção dos “Comandos” sobre o RPM, em 26; e a prisão “desnecessária” de oficiais do COPCON, em 27 de Novembro.

#### 1. Ordem de Otelo para os pára-quedistas avançarem?

Vasco Lourenço questiona:

(...) Qual o papel de Otelo nos acontecimentos? O de quem perdeu a capacidade de comando e de controlo e viu a situação a fugir-lhe por todos os lados, ou o que justificaria a acusação do Dinis de Almeida, que o próprio Otelo assumiria, alguns dias depois, junto de mim e do Marques Júnior, mas que mais tarde renegaria, dizendo tudo ter inventado para tentar defender os seus homens? De qualquer maneira, o papel de um aprendiz de feiticeiro que transformou o laboratório em cacos. (...) <sup>2</sup>.

<sup>1</sup> Em Novembro de 1995.

<sup>2</sup> Ver *Referencial* (Associação 25 de Abril) de Novembro de 1995.

A primeira versão de Otelo também é referida por José Freire Antunes, autor bem informado, a quem foi disponibilizado o arquivo do Posto de Comando da Amadora, que afirma: “*O General Otelo disse a Vasco Lourenço e Marques Júnior, em Belém, que tinha feito saltar os páras para «lixar a esquerdalhada», que o andava sempre a «chatear»*”. É mais à frente, para quem conhecia as características humanas e temperamentais de Otelo (recorde-se que até recentemente, quando é entrevistado, sempre tem afirmado ser adepto do poder popular de base), poder-se-á dizer que Freire Antunes apresenta um quadro próximo da realidade então vivida por esta personagem: <sup>3</sup>

Alibi dos seus camaradas ou não, Otelo representou o drama de um homem pouco convicto, apanhado na voracidade de dois fogos: os cantos de sereia dos seus conselheiros do “poder popular” e dos gonçalvistas que se lhe colaram, e as suas amizades no Grupo dos Nove e no Grupo Militar.

Finalmente, Otelo mostrou-se prisioneiro das suas fraquezas emocionais. Foi o primeiro a duvidar da sorte de uma aventura militar de que, por força das circunstâncias, foi protagonista.

Com a sua iniciativa, Otelo empurrou o País para a guerra civil. Com a sua apatia, Otelo evitou ao País a guerra civil. Foi a bandeira a meia-haste do sonho insurrecional dos radicais. (...)

O seu comportamento ao longo do dia 25 confirma o que atrás fica referido. Também os elementos da Comissão de Inquérito do 25 de Novembro, no seu relatório afirmam: <sup>4</sup>

(...) O regresso do então General Otelo (ao COPCON) verificou-se cerca das 03H30 e, em seguida, chegaram também os Capitães-Tenentes Almada Contreiras e Marques Pinto, ambos do SDCI.

Pouco depois de ter sido explicada aos presentes a decisão final do PR, e imediatamente a seguir a uma conversa, a sós, entre o então General Otelo e o capitão da Polícia Aérea, Tasso de Figueiredo, passou-se a falar, abertamente, na ocupação das Bases que os pára-quedistas iam fazer. A decisão parece, contudo, ter sido tomada do antecedente, num grupo mais restrito,

<sup>3</sup> Ver “O Segredo do 25 de Novembro”. Lisboa, Publ. Europa-América, 1980, p. 288.

<sup>4</sup> Ver Martinho Simões (Ed.). *O Relatório do 25 de Novembro de 1975*. Lisboa, Ed. Abril, 1976, pp. 117-118.

aguardando-se, apenas, a confirmação de que o então General Otelo, no mínimo não se lhe opusesse, para ser difundida e executada rapidamente.

As primeiras ordens, explicações e comentários ocorreram antes do então General Otelo abandonar o COPCON, dirigindo-se para a sua residência, o que só veio a verificar-se cerca das 05H30. (...)

Foi do COPCON que partiram as ordens para a ocupação das Bases.(...)

Recorde-se que cerca de duas décadas depois, em programas televisivos, tanto Mascarenhas Pessoa, comandante interino dos revoltosos na Base Escola de Pára-quedistas de Tancos, como Dinis de Almeida, 2.º Comandante do RALIS, acusaram Otelo de ter mandado ocupar as Bases e de desencadear o golpe insurrecional.

Em resposta a estas acusações, Otelo, entrevistado 25 anos depois dos acontecimentos, afirma: <sup>5</sup>

(...) Eu perguntei-lhe (a Tasso de Figueiredo, quem foi o gajo que disse ao Major Pára-quedista Pessoa – hoje Coronel Mascarenhas Pessoa –, que havia luz verde do Otelo e que eles podiam avançar? Ele respondeu: “Isso é uma questão muito secreta entre mim e o Arlindo. (Major Piloto Aviador Dias Ferreira)”

Parece confirmar-se que a ordem para o avanço dos páras partiu de adjuntos do COPCON, e estando Otelo presente, com conhecimento da acção prevista, no mínimo, não fez nada para se opor, dando, assim, o seu aval a tal operação.

## **2. Distribuição de espingardas automáticas G3 a Edmundo Pedro (PS)**

*Afirma Vasco Lourenço: (...)”Porquê a distribuição de armas a civis, sob a responsabilidade do Posto de Comando da Amadora, e porquê a ocultação perante mim, de quem esse Posto de Comando dependia directamente?*

---

<sup>5</sup> Ver “Público” de 19-11-2000.

Às 19H30, o Posto de Comando da Amadora redigiu a seguinte mensagem, transmitida via rádio, pelas 20H00, para a Presidência da República: <sup>6</sup>

Ponto de situação: CIAAC envia dois pelotões de antiaérea para Regimento de Comandos; duas Companhias de Comandos actuam antenas de Monsanto; EPC avança até Vila Franca de Xira fim neutralizar antenas do RCP e controle de Castanheira do Ribatejo; EPI cede uma Companhia à EPC; CIAAC vai distribuir 150 armas a civis; necessidade de comunicação ao País e aos partidos.

Ramalho Eanes, entrevistado 25 anos depois <sup>7</sup>, assume a responsabilidade desta ordem. Quando o jornalista levanta a questão, afirmando que “Vasco Lourenço já disse, em várias ocasiões que desconhecia a distribuição de armas aos civis e, teoricamente, ele era seu superior na cadeia de comando”, declara:

Só teoricamente. Ele tinha sido nomeado comandante da Região Militar de Lisboa <sup>8</sup>, e Costa Gomes delegou capacidade de decisão na Região Militar de Lisboa e directamente em mim e na Amadora. Mas se ele não sabia, isso significa que não tinha lido bem a ordem de operações, que existe. Está publicada no livro do Freire Antunes. Está lá e está correcta. Não fui eu que a dei ao Freire Antunes. Mas, da ordem de operações, consta a distribuição de armas aos civis.

Como se constata através da mensagem acima transcrita, a ordem para a entrega de armamento aos civis do PS estava incluída no “pacote inicial” de acções a desencadear, visando o efeito de surpresa e fazer diminuir a grande desvantagem das forças militares em presença. Recorde-se a existência de 12 companhias de fuzileiros, que poderiam vir a ser colocadas no terreno contra o “Grupo Militar”. De qualquer modo, muitos analistas consideram ter sido uma

<sup>6</sup> In Arquivo do Posto de Comando da Amadora, no 25 de Novembro. Foi transcrita tornando-a mais legível para os leitores e não “ipsis verbis”, por estar redigida em terminologia militar.

<sup>7</sup> Ver “Público” de 19-11-2000.

<sup>8</sup> Estava indigitado e viria tomar posse em 6-12-1975.

acção precipitada, face ao perigo decorrente de descontrolo naquela situação anárquica, pois já bastaria a situação, de conhecimento público, das que estavam em poder dos grupos esquerdistas e do PCP (este partido teria, nesta data, um acréscimo de 120 G 3, recebidas por militantes seus, em Tancos, e o PRP/BR recebera 1000 G 3, em 10-9-1975, através do então Capitão Álvaro Fernandes).

### **3. O Plano "ofensivo" do "Grupo Militar"**

Vasco Lourenço levanta as seguintes questões:

Contrariamente à decisão do Grupo dos Nove, o Grupo Militar elaborou ou não um plano de operações ofensivo? Se sim, que havia de verdade nas acusações que os revolucionários então fizeram, quanto ao chamado "golpe dos coronéis"? E se sim, até que ponto a hipótese do lançamento de um golpe de direita esteve iminente? (confirmar-se-ia assim a minha versão de que se os acontecimentos do 25 de Novembro se têm verificado em Janeiro ou Fevereiro, teríamos caído inevitavelmente numa situação de extrema-direita...)

Independentemente da futurologia apresentada, com as "certezas" de quem estava a "ver a direita" a vir tomar conta do poder (apesar dela se ter ausentado havia muito tempo do País), considera-se que Vasco Lourenço dá excessivo valor às campanhas feitas na Imprensa pelo PCP e pela esquerda revolucionária.

Da leitura da ordem de operações verifica-se que havia a preocupação do Grupo Militar em não ser o primeiro a actuar, e que a execução fosse levada a efeito dentro da normal cadeia de comando. De facto a condução operacional, com o apoio de militantes partidários (PS e PPD) decorreu sempre com a ideia de evitar situações de violência e de confrontos militares. A única, onde tal ocorreu, foi desencadeada na Calçada da Ajuda por iniciativa dos militares da Polícia Militar, que dispararam contra a força dos "Comandos", na aproximação ao quartel.

Também não se compreende que, depois de tantas reuniões entre o Grupo Militar e o dos Nove (a última terá sido nas Laranjeiras, em 15-11-1975), Vasco Lourenço, vinte anos depois, venha apresentar a questão de haver ou não um plano ofensivo...

#### 4. Pressão dos “militares radicais” para a Força Aérea bombardear Unidades militares.

Refere Vasco Lourenço:

(...) A sua (de Eanes) não cedência às muitas pressões que os militares mais radicais sobre ele exerceram para uso dos meios aéreos, no bombardeamento a unidades que hesitavam em aceitar as ordens do PR, situação que, pela sua gravidade, esteve na origem de uma intervenção que fiz no CR (que passara a reunir em permanência) e onde afirmei: “(...) resolvido o problema à esquerda, a minha grande preocupação é agora a escalada da direita. Felizmente, conto com Eanes, em quem continuo a confiar (...)”

Terá ocorrido, neste caso, uma nítida falha de comunicação da informação, à semelhança do sucedido na descrição que refere no seu texto, quanto à perda de confiança em Eanes, que terá chegado à Amadora, nesses termos e não nos por ele produzidos.

No Posto de Comando da Amadora não se encontravam “radicais de direita” e o que se pretendia, na noite de 25 para 26, não era bombardear as Unidades ainda rebeldes, mas lançar panfletos sobre elas com vista à rendição. Também Vasco Lourenço, a vinte anos de distância, não terá localizado aquelas suas afirmações correctamente pois, nessa noite, o problema com as unidades de esquerda ainda não estava resolvido. Recorda-se o caso do RAC, da EPAM, do RALIS e do Forte de Almada, além do RPM, que levaria ao desencadear da operação na Ajuda, e das dúvidas ainda existentes sobre o comportamento dos fuzileiros. Aquela intervenção de Vasco Lourenço no CR deverá ter ocorrido 24 horas depois, isto é, na noite de 26 para 27.<sup>9</sup>

Também foi importante a actuação da Força Aérea em apoio das acções terrestres, quer no dia 25, em Monsanto, quer em 26, em Almada, com voos rasantes sobre os objectivos.

---

<sup>9</sup> Ver Manuel Branco. Os Comandos no Eixo da Revolução. Lisboa, Ed. Abril, 1977; Martinho Simões (ed.). Ob. cit. e José Freire Antunes. Ob. cit..

## 5. Não conseguir fazer parar a acção dos “Comandos” contra o RPM

Vasco Lourenço inicia a sua versão dos factos, toda ela com um certo cunho narcisista, dizendo que *“todo este episódio é um dos que mais me custa recordar, quer pelas suas consequências, quer porque só não o evitei por questão de dois ou três minutos”*.

Genericamente esta versão está correcta, e o “contraditório” em relação a alguns “pormenores” já se encontra publicado por um dos co-autores deste livro <sup>10</sup>.

No entanto, convém destacar que a situação de um chefe militar “agarrado” a um telefone (ou microfone de rádio) num gabinete é completamente diferente da de quem está a comandar directamente uma operação no terreno.

Vem a propósito referir que quem colaborou na paragem do tiroteio do lado do RPM, na parada, foi o então Major Mário Tomé, aquando da ordem de cessar-fogo do Coronel Jaime Neves. Assim, a interferência de Vasco Lourenço, através do telefone, a partir de Belém, via Amadora, como afirma, não terá tido qualquer efeito prático. É essa a conclusão que qualquer oficial com experiência de campanha militar tirará desta ocorrência.

## 6. A prisão “desnecessária” de oficiais do COPCON, em 27 de Novembro

Destaca-se da versão de Vasco Lourenço, em 1995:

(...) Lamentavelmente, só muito mais tarde venho a saber que o autor da informação (reunião de oficiais com Otelo, a quem tentavam convencer a avançar com um contra-ataque, aproveitando a situação que ainda se vivia em Tancos) era um oficial sem credibilidade, que comandava o forte (Alto do Duque), e que, na véspera, não entregara as guias de marcha de regresso às suas unidades aos oficiais agora ali presentes, tendo combinado com eles a entrega das mesmas na manhã desse dia 27... O facto é que mesmo duvidando muito, não me senti com

---

<sup>10</sup> Ver Manuel Amaro Bernardo. *Memórias da Revolução; Portugal 1974-1975*. Lisboa, Ed. Prefácio, 2004, p. 496.

força para evitar a prisão desses oficiais. Pacificamente Eanes concordou com a não prisão de Otelo (...)

Vejamos a versão de José Freire Antunes, em 1980: <sup>11</sup>

(...) Manhã de 27 de Novembro. O Coronel Artur Batista, CEM do COPCON, informa os oficiais presentes que Otelo virá e ordena-lhes que o esperem. Otelo chega por volta do meio dia. (...) Uma hora depois efectua-se a derradeira reunião do COPCON.

Otelo está rodeado do Coronel Artur Batista, do Capitão Lourenço Marques, do Major Arlindo Ferreira, do Capitão Tasso de Figueiredo, do Capitão Ferreira Rodrigues, do Ten-Coronel Arnão Metelo, do Comandante Gouveia, do Major Eurico Corvacho e do Major Barão da Cunha.

As causas do falhanço são discutidas. Fala-se em quinhentos mil operários da cintura de Lisboa. Alguns estão derrotistas. Mas outros alimentam ainda a esperança. O Major Barão da Cunha incita Otelo:

"- Não se acobarde, que isto não está perdido. Ainda há muitas unidades firmes. O que é preciso é um exemplo!"

Outros oficiais partilham esta febre. Traçam um panorama optimista, exortam Otelo a ir para a Base de Tancos dirigir o combate, lembram-lhe os seus deveres para com os páras entregues à sua sorte e persistem em atirá-lo para a guerra civil. O Ten-Coronel Arnão Metelo:

"- Tancos está firme, a Escola Prática de Serviço de Material está unida e coesa. Vamos mas é para a frente que isto ainda se pode ganhar!"

Otelo revela ao Capitão Rocheta, igualmente presente, que na Presidência da República se soubera da pressão, que oficiais estavam a fazer sobre ele, para ir reorganizar as forças no centro do País.

Entretanto, o Capitão Camilo, um homem afecto ao Grupo Militar, estivera de manhã no COPCON, observara a situação e foi fazer o relato apropriado ao quartel-general, chefiado por Eanes. Ressalta da reunião das 13H00 que os oficiais não se renderão, ou seja, não abandonarão o COPCON, apesar da extinção deste.

O comandante do Forte do Alto do Duque percebe que os oficiais do COPCON desejam resistir e coloca um oficial do seu

<sup>11</sup> Ver Ob. cit. pp. 286 a 288.

destacamento junto deles. Telefona, por outro lado, para o EMGFA e dá conta da situação.

Eanes manda telefonar, da Amadora, para o comandante do Forte: assim que os oficiais do COPCON saíssem, ele deveria avisar o Posto de Comando.

Catorze horas: os oficiais permanecem no Forte. O comandante do destacamento recebe um telefonema da Amadora a comunicar que ia uma coluna de "Comandos" para fazer cumprir a ordem de extinção do COPCON. Minutos depois, chega o Ten-Coronel Eanes, à frente de uma força de "Comandos"

Eanes chama Otelo ao gabinete do comandante do Forte. Mostra-lhe uma lista de oficiais a serem presos. Otelo não faz menção de resistir. Numa atitude digna assume toda a responsabilidade e pede a Eanes que não prenda os seus subordinados. Vasco Lourenço assiste à cena. Chega também ao Forte o Capitão Marques Júnior. Os oficiais são presos pelos "Comandos" que Eanes levou consigo. Otelo não é preso. (...)

Esta versão está bastante pormenorizada e poderá ser confirmada (ou não) pela maior parte dos oficiais, que ainda estão vivos.

Vasco Lourenço ainda terá dúvidas em relação às seis questões aqui analisadas? Com certeza. Os leitores retirarão as suas ilações e verificarão se prestámos algum contributo para o esclarecimento do assunto.



Ao longo deste livro descrevemos e analisámos diversas fontes (algumas delas inéditas), que nos possibilitaram ficar com uma visão de um período fascinante da história recente de Portugal, o seu *ano mais longo*, materializado naquilo que ficou conhecido pelo PREC, nomeadamente o *verão quente* de 1975, e muito em particular das acções militares de 25 e 26 de Novembro desse mesmo ano.

No período analisado, entre todo um conjunto de situações que visavam a tomada técnica do Poder por um *novo Príncipe* e a implantação do seu regime político, vivia-se num clima de cariz subversivo, a rasar a anarquia, houve eleições, formaram-se e caíram governos, houve inventonas e tentativas de golpe, violência contra pessoas, greves do Governo, sequestro dos parlamentares, saneamentos, traições, manifestações políticas na rua, propaganda de agitação, plenários de militares, atentados à bomba, prisões arbitrárias, destruição de embaixadas e de sedes partidárias, cortes de estrada de acesso à capital, armas roubadas e entregues em “boas mãos”, tudo num clima típico de antecâmara da guerra civil.

Os *media* num processo revolucionário representam sempre um objectivo a controlar por parte de quem pretende manter o Poder ou por quem o pretende assaltar. Em 1975, após o 11 de Março e as seguintes nacionalizações, praticamente toda a imprensa escrita estatizada (Lisboa) se encontrava ligada ao PCP, restando o semanário “Expresso” com abertura aos vários quadrantes políticos e, surgindo, desde Abril, outros jornais como reacção à manipulação existente. A Norte, no Porto, apesar de tudo, a informação conseguia ser mais independente.

Também a Rádio e a Televisão foram objecto das maiores pressões partidárias, desenrolando-se no seu seio uma luta ideológica e partidária visando o seu domínio. Esta actuação serviu para criar e difundir inverdades, manipulando a opinião pública. A Rádio, através das três principais emissoras, colaborou activamente na preparação da opinião pública para o clima que levou ao golpe de 25 de Novembro, tendo sucedido um caso inédito com a Renascença – a destruição

com explosivos dos seus emissores na Buraca, por ordem do Conselho da Revolução. Esta estação era propriedade do Patriarcado de Lisboa; porém, na área da capital, não estava ao seu serviço. Ao mesmo tempo, no Norte do País, o Arcebispo de Braga alertava para o perigo figadal que a esquerda revolucionária representava, acendendo o rastilho anticomunista. A RTP, por seu lado, foi o alvo das forças militares sublevadas que, a 25 de Novembro, iniciaram uma transmissão clandestina, silenciada ao início da noite pela actuação dos “Comandos”.

No contexto internacional da guerra-fria, não interessava aos Estados Unidos nem à Europa Ocidental a existência de um bastião comunista na Península Ibérica; neste sentido, foram diversos os apoios surgidos, sobretudo para o Partido Socialista e para a defesa dos ideais democráticos.

Com o PREC veio o projecto do PCP de implementar a reforma agrária, iniciada através de ocupações selvagens no Alentejo, e prosseguindo por três fases com o apoio do MFA, do Comandante do COPCON e com a posterior legalização estatal desta situação. No decurso do processo revolucionário também se praticaram inúmeros atropelos aos direitos fundamentais do Homem, sendo exercida despoticamente a autoridade para prender sem culpa formada, havendo mandados de captura em branco, mas assinados, e cometida violência física e psicológica sobre civis e militares.

Era imperioso o Poder pôr cobro a este clima de instabilidade social que poderia desembocar numa guerra civil. A nível político-militar surge o “Documento dos Nove”, emerge o Grupo Militar e é criado pelo Conselho da Revolução um Agrupamento Militar de Intervenção (constituído por forças dos Fuzileiros, Comandos e Pára-quedistas) com vista a assegurar a defesa da Revolução de Abril, a democracia e a paz, e cooperar na defesa do País contra quaisquer golpes, internos ou externos. Com a extinção deste Agrupamento antes da tentativa de golpe militar de 25 de Novembro, e porque os Páras estavam anulados operacionalmente e colocados à disposição da esquerda revolucionária, e dos fuzileiros apenas se poderia esperar a intervenção em caso de conflito armado; restavam os “Comandos” como força operacional para actuar às ordens do Poder.

A Directiva para a sua actuação era bem clara, estes deveriam intervir para garantir o livre exercício da autoridade constituída e as

condições da ordem pública necessárias ao regular funcionamento das instituições e serviços essenciais à vida da Nação.

Na manhã de 25 de Novembro, os Páras, instrumentalizados, ocupam diversas unidades da Força Aérea, iniciando-se o golpe militar. O Poder, numa acção decisiva para os destinos do País, reagiu com as Forças leais. Nesta data e nos dias imediatos, os “Comandos” destacaram-se com a sua actuação em Monsanto, na Calçada da Ajuda e no COPCON; mas foram inúmeras as Unidades militares dos diversos Ramos que, de Norte a Sul do País, se opuseram às operações manipuladas pela esquerda revolucionária.

No rescaldo da revolução, os principais jornais *estatizados* tinham a sua credibilidade bastante afectada, sobretudo pela divulgação de informação menos correcta, mesmo tendenciosa, sendo suspensas as publicações a 28 desse mês e demitidos todos os membros dos conselhos de administração, direcções e conselhos de redacção e dissolvidos os corpos sociais. A partir de Dezembro, esses jornais emergiram com novas direcções e vieram a juntar-se ao “Expresso” na luta pela liberdade de imprensa.

A actuação disciplinada das Unidades militares no cumprimento das decisões políticas do Poder formal impediram a guerra civil, possibilitaram a normalização da vida política e consolidaram a legalidade democrática com a assinatura e promulgação da nova Constituição, em Abril de 1976.



## SEGUNDA PARTE

### III

### DEPOIMENTOS DE INTERVENIENTES



# 1

## CORONEL “COMANDO” JAIME NEVES <sup>1</sup>

Respigando alguns dos acontecimentos sobre o período em análise, posso referir que foi importante para a recuperação política do País a situação gerada após a tentativa falhada de me quererem sanear do comando do Regimento de Comandos, em princípios de Agosto de 1975.

Como me apercebi na altura e mais tarde foi provado em Tribunal Militar, esta acção de sublevação foi desencadeada pelo PCP, com o aval do seu secretário-geral, Dr. Álvaro Cunhal. <sup>2</sup> Longe iam já os tempos em que tinha ido recebê-lo ao aeroporto de Lisboa, por ordem da Junta de Salvação Nacional, poucos dias após o 25 de Abril...

Na sequência de várias reuniões então realizadas, na contestação a Vasco Gonçalves (cheguei a estar presente numa delas, na pousada de um familiar do Tomás Rosa, em Cascais), Melo Antunes aproveitou a oportunidade para, três dias depois de eu reassumir o comando do Regimento, lançar o seu documento, que viria a ser conhecido por “Documento dos Nove” (assinado inicialmente por nove membros do Conselho da Revolução). A sua difusão através

---

<sup>1</sup> Recolhido em 27-10-2004.

Jaime Alberto Gonçalves das Neves nasceu em 24-3-1936, em S. Dinis (Vila Real). Como capitão cumpriu quatro comissões em África. Distinguiu-se nas tropas “Comando” desde que, em 1966, comandou a 2.ª Companhia de Comandos, formada no CIC (Luanda), o “berço dos comandos portugueses”. Como major comandou o Batalhão de Comandos de Moçambique, em 1972-73.

Depois de ter feito parte da movimentação que culminou com o 16 de Março de 1974, foi um dos operacionais mais importantes no 25 de Abril. Em Julho de 1974, foi o primeiro comandante do Batalhão (depois, em 1975), Regimento de Comandos na Amadora. Comandou pessoalmente os efectivos deste Regimento, envolvidos nas operações ocorridas em Lisboa, no contra-golpe de Novembro, para a reposição da democracia em Portugal. Além de outras condecorações foi galardoado, em 1995, com a Medalha da Torre Espada, do Valor, Lealdade e Mérito.

<sup>2</sup> Jaime Neves afirmou anteriormente que três dos furriéis saltaram para o palco, no plenário de 4-8-1975 e disseram: “Nós fomos chamados ao Dr. Álvaro Cunhal, que nos prometeu, no caso de sermos saneados pelo Jaime Neves, temos tudo garantido, incluindo viagens para o exterior, se houvesse algum azar para nós e nossas famílias.” Ver Manuel Amaro Bernardo, “Memórias da Revolução; Portugal 1974-1975”. Lisboa, Ed. Prefácio, 2004, p. 587 e Acusação do Governo Militar de Lisboa, no 2.º TMTL, de 11-9-1978, reproduzido em anexo.

da imprensa não-comunista, nomeadamente do “Jornal Novo”, “A Luta”, “Tempo” e “Expresso”, teve grande retumbância no interior das Forças Armadas, tendo recolhido milhares de assinaturas de oficiais.

Depois da Assembleia de Tancos e com a entrada em funções do VI Governo Provisório, do Almirante Pinheiro de Azevedo, apesar das extremas dificuldades existentes, o processo revolucionário tomou outra orientação.

Passaram a desenrolar-se grandes manifestações de rua, mas agora já com o PS e o PPD também a levá-las por diante, em contraposição às promovidas pelo PCP e a extrema-esquerda. A Associação dos Deficientes das Forças Armadas também fez acções de rua contra o Governo. Recordo-me que, numa delas, em fins de Setembro, montaram um cerco a S. Bento, onde se encontrava reunido o Conselho de Ministros. Nessa noite falei algumas vezes com o Almirante Pinheiro de Azevedo, com vista à resolução da situação, por não saber que lá se encontrava o CEME, General Carlos Fabião.

Acabei por actuar com um batalhão de “Comandos”, a duas companhias. Aquando da aproximação, mandei os condutores de chaimite exagerar nos “ratés”, a fim de provocar mais barulho (pareciam tiros). Lá retirámos os ministros com a protecção daquelas viaturas. Houve “deficientes” que largaram as cadeiras de rodas e as “canadianas” e fugiram. Parece que estariam naquele grupo para fazer maior número.

No dia seguinte levaram a efeito uma manifestação de desagrado, em frente à porta de armas do Regimento. Lembro que as manifestações contra nós, junto do Quartel, eram frequentes. Até mandei pintar uns riscos no chão, chamando-lhes a atenção para não os ultrapassar, para evitar problemas com o pessoal de serviço...

Na sequência do sucedido com os deficientes das Forças Armadas, recordo que recebemos, no Regimento, várias dezenas de cartas de populares do país inteiro, pedindo-nos que lhes enviássemos próteses, cadeiras de rodas e outro material, pois necessitavam deles para suas famílias.

### **O reforço do Regimento de Comandos**

No AMI (Agrupamento Militar de Intervenção) chefiado pelo então Brigadeiro Melo Egídio, constituído cerca de dois meses antes

do 25 de Novembro, a principal força era o Regimento de Comandos, entretanto reforçado com duas companhias de "convocados". Este pessoal, com muitos deles largando os seus empregos na vida civil, veio dar um grande alento à Unidade, pois tinha regressado recentemente de África, com toda a experiência adquirida naquelas terras.

Recordo ainda a satisfação com que, em 10 de Outubro, cheguei ao Regimento com o texto do Decreto-Lei que permitia a incorporação daquele pessoal.<sup>3</sup> A partir desta altura passei a sentir-me com a força necessária para enfrentar a anarquia vigente e para actuar onde fosse necessário. Isso mesmo foi dito ao Presidente da República e ao Primeiro-Ministro e igualmente afirmado publicamente.

Também, cerca de uma semana depois, farto das indefinições e do comportamento do CEME, General graduado Carlos Fabião, que vinha contribuindo para o estado anárquico a que chegara o Exército, resolvi dar uma entrevista, publicada no "Século Ilustrado", de 18 de Outubro, onde aconselhei aquele militar a retirar-se do cargo e a ir descansar...

E quando o jornalista comparava esta minha proposta com o sucedido com Vasco Gonçalves, por parte de Otelo, afirmei: *"O processo em curso não se pode condoer das pessoas. Quando elas estão cansadas ou adquiram a noção de que possam ser perniciosas ao processo, acho que se devem retirar. (...)"*

Aquando das comemorações do 25.<sup>o</sup> aniversário do 25 de Novembro, em Oeiras, em 2000, foram produzidas, pelo Vasco Lourenço, afirmações inaceitáveis sobre o sucedido numa reunião do Grupo dos Nove e do Grupo Militar, liderado por Ramalho Eanes, realizada nas Laranjeiras (Lisboa), cerca de uma semana antes da sublevação dos pára-quedistas de Tancos. Apenas no caso de desencadeamento da guerra civil, que esteve iminente, é que as nossas forças retirariam para mais a Norte. Até cheguei a ir fazer reconhecimentos à região de Rio Maior, com vista a tal contingência. Nessa previsível situação, a missão do Regimento de Comandos, que estava prevista no plano de operações do Grupo Militar, seria a actuação bem difícil em acções de sabotagem e guerrilha na área da grande Lisboa.

<sup>3</sup> Ver Decreto-Lei n.º 577-A/75 de 8-10-1975 em anexo.

Na gestão do sucedido no pré-25 de Novembro, além de outros factores, teve grande importância a posição dos pára-quedistas regressados de Angola dois dias antes (um batalhão comandado pelo Tenente-Coronel Pára Gonçalves Ramos) de ficarem do nosso lado. O Heitor Almendra, na altura com o posto de Tenente-Coronel Pára, tinha chegado de Angola, desempenhando a funções de Comandante de Bandeira do navio e, naturalmente, era o comandante de todos os pára-quedistas desembarcados. Ele conseguiu que o pessoal aceitasse as ordens do CEMFA, o então General Morais da Silva, de seguirem para a Cortegaça e não para Tancos, onde se encontravam os páras sublevados. Isto, apesar das insistências e da pressão feita por alguns militares, no cais de desembarque, para conseguirem aquele objectivo. Assim, Heitor Almendra, comandante das forças desembarcadas e nomeado para comandar a Base de Páras a constituir no Norte, soube conduzir muito bem a referida situação.

As minhas relações com Vasco Lourenço sempre foram mantidas com algum distanciamento desde 1974. Também não gostei (e não esqueço) o facto de ter andado a vigiar-me por altura do 11 de Março. Assim, depois do 25 de Novembro, aquando da cerimónia de um juramento de Bandeira, no Regimento, “esqueci-me” de o convidar, apesar de ser Comandante da Região Militar. Qual não foi o meu espanto ao vê-lo chegar fardado, à porta de armas. Disse-me: “Tu não me convidaste mas eu decidi comparecer...”. Perante tal, limitei-me a referir: “Está bem, não o fiz. Mas desde que estás cá, tens direito às honras militares compatíveis com as tuas funções” Ele é um homem com quem tive algumas dificuldades de aceitação do seu comando, e que gosta de se mostrar na TV, para se afirmar...

### **Actuando no 25 de Novembro**

Na operação inicial (dia 25, ao fim da tarde), para ocupação do GDACI, em Monsanto, levei comigo, além de outros militares, as duas companhias de “convocados”, comandadas pelos Capitães Sousa Gonçalves e Sampaio de Faria. Na aproximação, no cruzamento de acesso a Monsanto, encontrámos dois camiões do J. Pimenta, que fizemos sair para fora da estrada. Mais à frente, surgiu um ninho de metralhadoras

com páras, a quem nos dirigimos com o megafone, para se retirarem ou seriam alvejados.

Seguimos e parámos junto do portão principal de entrada, onde comuniquei ao comandante do aquartelamento que vinha ocupar a Unidade, dando-lhe um prazo para o fazer e formar depondo as armas. Assim sucedeu. Alguns páras fugiram para o exterior, sendo apenas capturadas duas chaimites do RALIS, uma do Dinis de Almeida, que estivera anteriormente naquele quartel.

Libertámos o General Pinho Freire, com quem contactáramos no deslocamento, pelo telefone montado na minha chaimite, assim como nessa manhã, já que continuara com acesso a um telefone, apesar de detido nos seus aposentos. Foi preso um oficial, o Capitão Faria Paulino, e o restante pessoal retido nas instalações, até à nossa saída, quando fomos rendidos por uma companhia da EPI, já na madrugada do dia seguinte.

Na actuação sobre o Regimento de Polícia Militar, avançaram duas colunas pelo Norte, comandadas pelos Capitães Afonso Lourenço e Manuel Apolinário, e a terceira sob o meu comando, que subiu a Calçada da Ajuda, a partir da Praça do Império. Nela vinham integrados outros oficiais do Regimento, como os Capitães Ribeiro da Fonseca e Mandriana, e pessoal da Associação de Comandos, como Vítor Ribeiro. Nas outras integravam-se igualmente elementos já na disponibilidade, como Leiria de Brito, Rómulo, Bexiga e Venâncio.

Quando passava em frente do portão da Presidência da República fui interpelado pelo Galamba de Castro, vindo daquelas instalações, para parar a operação, pois os comandantes do RPM iriam entregar-se. Disse-lhe ter já o pessoal a manobrar lá em cima, e que apenas faria parar a execução da mesma depois de receber ordens do Posto de Comando da Amadora.

Pouco mais à frente, fomos recebidos a tiro por metralhadoras instaladas numa janela do quartel do ex-Regimento de Cavalaria 7. O resto já é conhecido. Rebentei o portão de entrada do RPM com a chaimite e mandei parar o fogo que, nessa altura, já era menos intenso. No interior, fomos encontrar o corpo do Aspirante da PM, acabado de falecer havia pouco tempo.

Apareceu, então, o Major Mário Tomé, a quem perguntei pelo comandante da Unidade. Respondeu: "A última vez, que o vi, estava

deitado debaixo da sua secretária”. Dei ordem para ele, o Campos de Andrada e o Cuco Rosa seguirem para a Presidência da República, sob escolta, o que aconteceu.

Mandei formar todo o pessoal com as respectivas armas na parada, incluindo o que se encontrava no ex-R. Cav. 7. Depois disse ao Capitão Banazol, que comandava a instrução da PM, para mandar depositar as armas no chão e darem dois passos em frente. De seguida, mandei-os recolher às casernas, não sem antes aquele capitão, ao mandar destroçar, ter dado um viva “à revolução”.

O pessoal da PM, que se deslocara na minha coluna – cerca de 30 oficiais e sargentos, saídos anteriormente do RPM, em discordância com o comando –, foi encarregado de tomar conta do armamento e guardá-lo nas arrecadações.<sup>4</sup>

Cerca das 10H00, apareceu o então Major Aventino Teixeira a avisar-me de que o General Costa Gomes ia mandar os comandantes e o adjunto do RPM “presos para as suas residências”. Peguei em dois jeeps, armados com metralhadoras, e desloquei-me à Presidência da República, onde interroguei o Presidente sobre aquela situação e, depois de salientar as baixas sofridas pelo meu pessoal, disse-lhe: “Eles não vão para casa, mas sim detidos para o Porto, pois foram as ordens que recebi”. E assim aconteceu.

Depois desta acção, houve a necessidade de descansar, para estarmos em condições de levar a efeito a mais difícil tarefa, que seria avançar para Tancos, caso as negociações em curso, para sua ren-dição, não resultassem.

---

<sup>4</sup> Ver Relatório da Operação em anexo.

## ANEXO I

### AO DEPOIMENTO DO CORONEL “COMANDO” JAIME NEVES

#### **Acusação sobre a sublevação no Regimento de Comandos <sup>1</sup>**

(...) Vista a exposição exarada pelo Meritíssimo Juiz de Instrução do 2.º Tribunal Militar Territorial de Lisboa;

Considerando que de todo o processo resultam indiciariamente demonstrados os seguintes factos:

– Em 29-7-1975, realizou-se uma reunião (“plenário”) de militares do R. Cmds (Amadora), em que houve uma intervenção dos seus 1.º e 2.º Cmdts e, logo após essa reunião, congregaram-se desígnios e vontades no sentido daqueles comandantes serem “saneados” do Regimento; entre os militares aderentes a esta tomada de posição figura o Alferes Fontinha, daquela Unidade.

– Aquando de um “saneamento” havido no Regimento, antes de 31-7-1975 <sup>2</sup>, o Alferes Trindade disse para o Capitão Matos Gomes que “este saneamento para uma 1.ª fase não estava nada mau, pois a lista do pessoal a sanear era de 16 militares <sup>3</sup> e ficavam saneados seis nesta 1.ª fase”.

– Os Capitães Matos Gomes e Apolinário, e o Alferes Fontinha eram dos oficiais do Regimento que sempre falavam nas reuniões da Unidade, o que os tornaram mais cativantes.

– Em 30-7-1975 começou a circular mais intensamente entre os militares aquartelados no Regimento, numa pluralidade de falas no sentido de que:

---

<sup>1</sup> Acusação assinada pelo Governador Militar de Lisboa, em 11-9-1978 e apresentada ao 2.º TMTL, depois da investigação conduzida pelo Juiz Barata. Apesar do processo ser posteriormente amnistiado, este magistrado impôs, durante cerca de dois anos, a prisão preventiva aos implicados e acusados na sublevação militar. Ver Proc.º n.º A. 862/75, em arquivo naquele Tribunal Militar. No texto foram utilizadas abreviaturas, cortados alguns excertos e retiradas indicações processuais, sem alterar o conteúdo.

<sup>2</sup> Tinha ocorrido em 23-4-1975. Os seis “saneados” foram os então Majores Pinho Bandeira, Florindo Morais, Antunes Tomás e Capelão Bártolo, o Capitão Barbosa Henriques e o Asp. Mil.º Abreu.

<sup>3</sup> Este quantitativo é confirmado por outro oficial. Ver depoimento do Coronel Ribeiro da Fonseca neste trabalho.

a) o Coronel Jaime Neves, comandante do Regimento, preparava um “golpe reaccionário”;

b) esse “golpe reaccionário” tinha por finalidade a eliminação física do General Vasco Gonçalves (Primeiro-Ministro).

– Em 30-7-1975, após o “render da parada” o Capitão Melo e Silva, do Regimento, foi abordado pelo Alferes Fontinha, que lhe falou acerca de uma conversa que tinham tido, há tempos, sobre saneamentos, e agora o dito alferes manifestou-lhe ter chegado a altura dos mesmos. (...)

– Na mesma data, pela hora do almoço das praças, na sala dos oficiais, o Alferes Peres disse que o pessoal de serviço daquele dia estava com a revolução.

– Após o almoço de 30-7-1975, o Alferes Fontinha disse aos Furriéis Rodrigues e Machado que o Coronel Jaime Neves se preparava para retirar o Primeiro-Ministro do Governo, e disse ao Furriel Damas que o mesmo oficial estava metido num golpe contra-revolucionário; também disse ao Furriel Vieira que aquele oficial se preparava para matar todos os comunistas do Regimento, e que, por isso, era necessário avisar o pessoal de confiança para o alertar. Igualmente depois do almoço, o referido Furriel Damas “foi à sala do soldado, para comprar tabaco e viu lá os Alferes Fontinha e Peres falando com os soldados para não deixarem entrar o nosso comandante, pois com a sua entrada, perderiam a razão devido à acção psicológica que poderia desenvolver”.

– Ainda nessa data, pelas 14H00, o Alferes Fontinha disse ao Furriel Vieira que o Coronel Jaime Neves “tinha dito na messe de oficiais que matava todos os comunistas” e “como tal era melhor falar com camaradas de confiança, alertando-os para que não saíssem a qualquer ordem, sem confirmação do COPCON”.

– Um pouco depois desta fala, o Alferes Fontinha solicitou, ao citado Furriel Vieira, que fizesse uma ligação telefónica para o COPCON, sob o comando de Otelo Saraiva de Carvalho, o que executou.

– Pelas 14H30 desse dia, estando o Furriel Damas no gabinete do Oficial de Dia, foi ali abordado pelo Alferes Peres, que lhe disse “estar o nosso comandante implicado num golpe contra-revolucionário”. Nessa tarde, no interior do Regimento, circularam falas no sentido de que “o Capitão Matos Gomes tinha desaparecido” e que “já tinham telefonado para Tomar, local do casamento e ninguém o tinha visto”; “já tinham telefonado para casa e a esposa também não sabia dele”; que “os Alferes Fontinha e Peres já tinham desaparecido” e que “às 04H45 de 31 de

Julho, um grupo de oficiais mataria o Primeiro-Ministro", nisso participando o Coronel Jaime Neves; que "o Capitão Ribeiro da Fonseca tinha ameaçado o Capitão Matos Gomes"; que "o Coronel Jaime Neves, contra o que era normal, andava pelas casernas à civil e armado". Estes boatos foram-se repetindo, incluindo pela noite fora, pois no aquartelamento se dizia, "que a Polícia Militar estava para vir atacar o quartel", "que o nosso comandante tinha uma reunião com o Capitão Salgueiro Maia (EPC)", e "que a Escola Prática de Cavalaria também viria atacar".

– Também pelas 14H30, de 30-7-1975, quando os Furriéis Rodrigues, e Machado se dirigiam do Regimento para o Liceu da Amadora, foram abordados pelo Alferes Peres, que lhes disse: "(...) que o Coronel Neves e outros oficiais se preparavam para, às 05H00 do dia 31, irem tirar do Governo, a bem ou a mal, o Primeiro-Ministro, General Vasco Gonçalves, sendo este um ponto de partida para iniciarem um golpe contra-revolucionário." Entretanto, nessa tarde, o Capitão Patrocínio esteve no RPM, onde contactou com o seu comandante, Major Campos de Andrada, e os Majores Mário Tomé e Dinis de Almeida, deles recebendo o conselho de não abandonar a sua Unidade, por ser elemento de confiança.

### **Oficiais de outras Unidades...**

– Pelas 16H00, foi constatado que o Major Dinis de Almeida (RALIS) e o Major Mário Tomé (RPM) e o Capitão Marques Júnior, alheios à oficialidade do Regimento de Comandos, estiveram neste e nas instalações do GDU – este constituído pelos Capitães Matos Gomes e Apolinário, Alferes Fontinha e Trindade, Furriel Vieira e alguns outros –, onde contactaram o Capitão Apolinário e os Alferes Fontinha e Peres, saindo do Regimento sem falar com qualquer oficial do comando legítimo da Unidade.

– Pelas 17H00, no Regimento, o Alferes Peres, falando a um grupo de militares, disse que precisava de homens preparados para qualquer eventualidade, e procurou convencer o Alferes Aleixo a colocar-se à sua disposição (oficial considerado como dos mais rápidos a disparar). Por essa altura, o Furriel Vieira conduziu, até junto do Alferes Fontinha, desde a porta d'armas até à messe de oficiais, um civil que o procurava e, nessa ocasião, já este alferes ali falava com outro civil.

– Pelas 20H00, o Alferes Fontinha e o Alferes Trindade falaram com dois civis, junto da porta d'armas e no interior do quartel. Por essa hora, o Capitão Ribeiro da Fonseca foi alertado para uma pluralidade de anormalidades e, chegado ao quartel, foi contactado pelo Furriel Damas,

que lhe disse ter o Alferes Peres pedido para avisar o resto do pessoal que o comandante ia fazer um golpe reaccionário.

– Ainda pelas 20H00, no contacto que estabeleceu com os civis João Valente e Michel, do Partido Comunista Português, na zona do quartel, o Capitão Apolinário ouviu aquele dizer: “Então Sr. Capitão Apolinário anda um tanto em baixo; vamos lá tomar ânimo que isto agora é que tem de ir”.

– Depois do jantar, encontrando-se fora do quartel, os Furriéis Machado, Rodrigues e Barão e o Alferes Trindade foram contactados pelo Furriel Torres, que lhes disse “a Unidade correr grande perigo” e “que o nosso comandante andava à procura deles” e que este oficial “estava implicado num golpe reaccionário e que queria matar o Primeiro-Ministro”, e “que o Capitão Matos Gomes e o Alferes Fontinha estava presos”. E que tinham de ir imediatamente para o quartel. (...)

– Pelas 20H45, o Alferes Peres (não era um “operacional”) usando anormalmente o “camuflado”, saiu da messe de oficiais, dirigiu-se para algumas casernas de soldados e depois saiu do quartel.

– Pelas 21H00, na Messe de Sargentos, o Sargento Armando Branca dá conta ao Furriel Torres de que a “situação estava muito má, pois o Coronel Jaime Neves e o Capitão Falcão tentavam fazer uma intentona entre as 04H00 e as 05H00 da madrugada seguinte”. (...)

– Às 21H30, o Alferes Carlos Catalão, do RIQ, encontrando-se na Sala de Oficiais, foi abordado pelos Alferes Peres e Fontinha (...) Já na Messe de Oficiais estes militares e na companhia de outros oficiais, deram a conhecer a sua intenção de sanarem o Coronel Jaime Neves (...)

– Pelas 22H30, o Furriel Torres, deslocando-se no seu veículo, falando com o Furriel Rodrigues disse que “o nosso comandante andava à nossa procura, que já tinha andado pelas arrecadações das companhias” (...) e “que preparava um golpe contra-revolucionário para as 05H00”.

### **A interferência do Partido Comunista**

– Às 23H30, os Furriéis Rodrigues, Machado, Barão e Torres dirigiram-se, no veículo deste último, à delegação do PCP (Amadora). Torres afirmou: “era preciso dar conhecimento à massas populares do que se estava a passar”. Quando o Furriel Torres expôs a um responsável da

delegação a "intenção do Coronel Jaime Neves para lançar um golpe reaccionário", foi-lhe dito que esse assunto tinha que ser discutido noutra parte. Torres aceitou acompanhá-lo, seguindo para Lisboa. Dirigiram-se à sede do PCP, na Rua António Serpa, onde contactaram dirigentes e nomeadamente o Secretário-Geral do Partido teria sido ouvido sobre o assunto. Regressaram à delegação da Amadora uma hora depois, onde o Furriel Torres transmitiu aos outros furriéis (Rodrigues, Machado e Barão) que: "teriam imediatamente que tomar medidas, pois tinha já factos concretos, que lhe foram contados por pessoas importantes" (...). Naquela ocasião, um indivíduo, que aparentava ser civil, informou os furriéis presentes de que "o Capitão Matos Gomes estaria preso desde manhã; o Alferes Fontinha estaria também detido na Messe de Oficiais e que não se sabia onde se encontrava o Alferes Peres". (...) <sup>4</sup>

- Nesta ocasião, alguns dos civis, que ali estavam, disseram que "em face dos factos, os militares deveriam imediatamente actuar com vista a soltar o Alferes Fontinha e exigir que fosse indicado o local onde se encontravam o Capitão Matos Gomes e o Alferes Peres" e que "se fosse necessário, os ajudavam com grupos de homens, que eles arranjavam, no caso de serem tomadas medidas drásticas". Mais referiram que "até poderiam arranjar rádios para fazer ligações com os homens que punham à disposição" e que "também poderiam organizar uma manifestação de apoio". Nessa altura, o Furriel Torres disse aos dirigentes partidários "sobre o interesse de formação de grupos de civis e que no caso de necessidade lhes entregariam armas do quartel". Este graduado acrescentou que "o nosso comandante sempre boicotava a assembleia da Unidade e a formação do GDU e que havia camaradas que tinham sido ameaçados de sanções disciplinares por faltarem ao serviço, por estarem no GDU". Ainda referiu que "o Coronel Jaime Neves não tinha deixado realizar a assembleia popular da Amadora e que, perante tudo isto, o nosso comandante não podia continuar na Unidade e era preciso sa-neá-lo".

- Na mesma reunião, um dos civis sugeriu que se usasse uma senha ("tem cigarros?") e a contra-senha ("dá-me um") para reconhecimento entre os civis que coadjuvavam os militares ocupantes. O Furriel Barão, chegado ao quartel, foi revelar esta chave de reconhecimento a militares ocupantes postados no topo norte e dizer-lhes que, se se aproximassem civis, para não abrirem fogo sobre eles.

<sup>4</sup> Estas informações eram falsas e terão sido introduzidas na argumentação do pessoal envolvido no plano da sublevação, com vista a estimular a adesão dos indecisos.

– Ou nessa ocasião, ou depois, quando algum tempo após ali retornou, o Furriel Torres elaborou um esboço do quartel do Regimento de Comandos, que ficou na posse dos elementos do PCP.

– Pela meia-noite de 30 de Julho, apareceram vários civis na Porta d'Armas, perguntando pelo Capitão Apolinário e Alferes Fontinha, e já nessa altura o Capitão Patrocínio andava armado em frente do edifício do comando. (...)

– Na noite de 30 para 31 de Julho, os Alferes Fontinha e Peres estiveram no COPCON, a fim de, pelo menos, captar informações sobre os acontecimentos políticos e militares.

– Pelas 00H30 de 31 de Julho, junto à entrada da Messe de Oficiais, o Major Lobato Faria perguntou ao Capitão Patrocínio por que não ia para sua casa na Ericeira, tendo este respondido que não tinha contacto telefónico com a mulher, pelo que resolveu dormir no quartel. Nesta noite, o Capitão Patrocínio dormia na central telefónica do Regimento, o que não podia deixar de se considerar inusitado ou anómalo.

Depois da reunião na delegação do PCP da Amadora, os Furriéis Torres, Barão, Machado e Rodrigues, no seguimento da directiva aceite de se ocupar o quartel, “foram falar com os furriéis que estavam na Unidade e às companhias falar com as praças, para concretizarem a ocupação do quartel pelos furriéis e soldados que lá se encontravam, desígnio que todos concordaram e cerca das 03H30, armados, ocuparam posições adequadas com vista a tal desiderato”.(...)

### **Continuam os preparativos para desencadear a sublevação**

– A hora indeterminada, depois da ida à delegação local do PCP, o Furriel Torres disse ao Furriel Tomé que o “nosso comandante ia fazer um golpe de Estado naquela noite, às cinco da manhã, para obrigar a demissão do Primeiro-Ministro” (...) e que “ele tinha estado no quartel armado, com um capitão à civil”; que “o comandante tinha passado ronda aos postos do quartel e tivera contactos com um agente da CIA, que estivera no quartel” (...); e ainda que “havia possibilidades do Regimento ser atacado pela Polícia Militar, pelo RALIS e pelo RIOQ”, (...) que “o Capitão Apolinário andava no quartel à civil, fugido do Capitão Ribeiro da Fonseca, pois este queria abatê-lo” (...), que “era necessário cercar a Messe de Oficiais e prender o 2.º Cmdt e alguns oficiais” (...)

– Depois destas falas (...) pelas 01H00, na Messe de Sargentos, o Furriel Torres disse “que tinha tido contactos com as Brigadas Revolucionárias – defensoras da luta armada para consolidar e fazer avançar as conquistas da Revolução –, e com o PCP, que lhe tinham confirmado os boatos que corriam e que tinha contactado com o Dr. Álvaro Cunhal (...)” e que “a hora para início do movimento era às 02H30”. O mesmo furriel “organizou os furriéis para cercarem a Messe de Oficiais, o Gabinete do Oficial de Dia e a Casa da Guarda”, (...) apresentou um plano de acção que consistia em tomar o quartel às 02H30, dado que se confirmavam os factos, no qual estava prevista, se necessário, ajuda do exterior, concretizada em dois grupos de civis, com cerca de 30 indivíduos cada um, e que esses grupos já se encontravam concentrados na sede local do PCP e que seriam comandados por dois militares do Regimento.

– (...) O Furriel Torres deu ordens para o início da acção (...). Diz aos três furriéis para irem tomar posição dentro do quartel e deter uns oficiais. (...) Disse ser necessário que um dos furriéis fosse, ao canto Norte do quartel, buscar um emissor-receptor, que lhe seria entregue do exterior por um civil e que “eram necessários dois graduados para comandar os grupos civis (...)”. Ofereceram-se como voluntários o Sargento Branca e o Furriel Brás, tendo saído do quartel para se apresentarem na sede local do PCP, pelas 02H30. (...)

– Naquela reunião, o Furriel Torres começou a orientar a formação dos grupos para o desenrolar da acção, para efectivar a ocupação do quartel e também retardou a hora de início da acção para as 03H00, (...) em virtude da permanência não prevista do Capitão Ribeiro da Fonseca junto dos militares da sua companhia (...).

– (...) Pelas 01H30, o Furriel Tomé foi acordado pelo Furriel Torres, que lhe disse andar o “Coronel Jaime Neves a preparar um golpe de Estado com alguns oficiais do Conselho da Revolução e outros, entre eles o Capitão Falcão, do Regimento, e o Capitão Salgueiro Maia; (...) o Furriel Tomé aderiu ao movimento de ocupação do quartel. (...)

– Pelas 01H30, o Capitão Melo e Silva encontrou cerca de dez soldados condutores de “chaimites”, armados e fardados, que lhe disseram terem-se armado por ordem do Capitão Patrocínio. (...)

– Nas primeiras horas de 31 de Julho, o Capitão Patrocínio recebeu um telefonema do Alferes Peres, feito do COPCON, estando este alferes acompanhado pelo Major Tomé da Polícia Militar e de outros oficiais. (...)

### **Lançamento da sublevação armada**

– Pelas 02H00, cerca de trinta furriéis dirigiram-se à caserna das praças da C. Cmds 113, que acordaram (...); no seguimento disso, quase todas as praças tomaram o equipamento e armas; (...)

– Entretanto, o Furriel Barão havia dado ordem ao cabo quarteleiro Salgadinho, da C. Cmds 113, para abrir a porta da arrecadação de armas e munições, acabando o dito furriel por arrombar a referida porta. (...)

– Assim equipados e armados, estes militares formaram três grupos, tendo um rumado para a Messe de Oficiais com a missão de cercar a mesma, no qual se integravam os Furriéis Tomé, Oliveira, Monteiro, Barão, Machado, Damas e Peres; outro grupo que seguiu para o edifício de Comando, com o encargo de tomar conta do edifício do Oficial de Dia e da central telefónica, era comandado pelo Furriel Torres e integrando os Furriéis Magalhães, Rodrigues; e outro, integrando militares da Companhia 111, dirigiu-se para a Casa da Guarda.

– O segundo grupo, integrando cerca de 25 elementos (...), interceptou o Oficial de Prevenção, Alferes Alegre Jorge, tendo sido desarmado (...) pelo Furriel Torres (...) e levado para o gabinete do Oficial de Dia (...).

– (...) O Capitão Patrocínio, coadjuvado pelo Alferes Fontinha, deu ordem no sentido do reforço da segurança do aquartelamento, nomeadamente mandou deslocar chaimites (...) para o portão norte, sul e fazer rondas permanentes.

– A hora não determinada (...) tendo o Furriel Leite aderido à movimentação dos militares ocupantes, estando armado, dirigiu-se ao gabinete do Oficial de Dia e como o visse ali armado, o Alferes Batista, tentou tirar-lhe a arma, o que não conseguiu (...)

– A hora não determinada (...) o Capitão Patrocínio ordenou ao telefonista que não deixasse ninguém fazer ou receber chamadas.

– Como o Alferes Falcão não desistisse de persuadir os militares da sua companhia a absterem-se de actos ilícitos, a recolherem à camara-ta e deporem as armas, dirigiu-se-lhes e fez-lhes o ponto de situação, acabando estes por aceitar que estavam mal informados (...). Mas o Furriel Tomé (...) dirigiu-se para lá e falou aos mesmos militares (...); os militares disseram: “meu furriel, vamos com os nossos camaradas”, saindo dali.

– O Capitão Patrocínio, quando o Alferes Falcão falava aos militares da sua companhia, disse a este que “só estava a perder tempo e perguntou aos soldados se estavam do lado do Alferes Falcão ou dos outros camaradas”, tendo os soldados optado pelos camaradas. (...)

– Pelas 02H00, aproximou-se, da Casa da Guarda, um grupo de soldados e furriéis armados (...); mais tarde, militares armados estendiam-se ao longo de toda a rede protectora do Regimento e foi colocada uma chaimite junto do portão principal; por essa altura, três ou quatro furriéis dirigiram-se ao Sargento da Guarda, 1.º Sargento Roseira Dias, e pediram-lhe a chave do portão. Às reticências do sargento, responderam que “o Oficial de Dia estava do lado deles e que tinha aderido”, sendo então que aparece o Capitão Patrocínio “que disse que a partir daquele momento o quartel se encontrava ocupado e de prevenção rigorosa, sendo proibida a entrada do primeiro comandante (Coronel Jaime Neves) (...). De seguida a chave do portão ficou na posse do Capitão Patrocínio.

– Pelas 03H30, o Capitão Patrocínio fala ao telefone, para o COPCON, com o Alferes Peres, pedindo para a sua imediata comparência no Regimento e a do Major Tomé (...).

– (...) Talvez pelas 04H00 (...) o citado Alferes (Peres) disse ao Furriel Monteiro que era “necessário eleger uma comissão de dez furriéis e três soldados de cada uma das companhias para se reunirem conjuntamente, com vista à elaboração de uma lista de oficiais a sanear, a qual, depois de elaborada seria, também, presente a seis oficiais representativos, a designar, para uma decisão final, no que respeita aos saneamentos”.

– Pelas 04H00, o Alferes Fontinha, mostrando excitação, proferia palavras de ordem, próximo de um grupo de militares, tais como “o trabalho é quem vence”; “o Povo é que manda”; “é necessário abater o Capitão Ribeiro da Fonseca se estivesse a pé no quartel, porque era perigoso”.

– Pelas 04H00, o Capitão Apolinário é acordado pelo Capitão Patrocínio, que lhe dá conhecimento de que o quartel estava tomado; vindo para fora, deu-se conta de que ali se encontravam os Alferes Peres e Fontinha, num grupo de vários militares armados, pelo que, apercebendo-se de que se tratava de uma insubordinação armada, chamou a atenção daqueles militares, mas não foi atendido, havendo quem lhe dissesse que “o Coronel Neves já lá não entrava mais” e que “o Major Lobato Faria iria directo para a prisão”. O Capitão Apolinário,

nessa madrugada, foi várias vezes contactado pelo Alferes Fontinha no sentido de se resolver a tomar uma atitude.

### **A prisão do 2.º Comandante e outros oficiais**

– O Major Lobato Faria, 2.º Cmdt do Regimento, que entretanto fora acordado e sumariamente se inteirava do que acontecia, foi tornado preso pelo Alferes Fontinha, nestes termos: “(...) na frente do edifício de comando, onde apareceu o Alferes Fontinha que, dirigindo-se ao nosso 2.º Cmdt lhe disse: «Meu Major, está preso», ao que o nosso 2.º Cmdt protestou dizendo que se o quisessem sanear que o saneassem e que ainda agora tinha estado a falar com o Capitão Patrocínio. «Meu Major, está preso. É uma ordem. Siga à minha frente.» Que o nosso 2.º Cmdt protestou um pouco e o Alferes Fontinha empurrou-o ligeiramente com o cano da G 3, tendo-o este levado para o gabinete do Oficial de Dia, onde ficou preso, ficando o Furriel Monteiro e mais dois soldados a guardá-lo.”

– Aliás, a prisão do Major Lobato Faria decorreu num contexto de bastante agressividade por parte do Alferes Fontinha, pois foi feita na presença de vários militares, e depois de o citado major ter andado pelo quartel, sem que alguém tomasse atitude contra ele.

– (...) Pelas 04H00, o Furriel Torres dirigiu-se para ocupar o gabinete do Oficial de Dia, desarmando o Alferes Alegre Jorge – Oficial de Prevenção –, o qual foi conduzido para uma sala onde ficou preso e guardado por quatro militares (...)

– Pelas 05H00, dirigindo-se o Capitão Ribeiro da Fonseca para o gabinete do Oficial de Dia, neste estava sentado o Major Lobato Faria, e o Alferes Fontinha mais um furriel e dois soldados apontavam-lhe as suas armas; entrado ali, logo o referido alferes lhe apontou a espingarda G 3, ordenando-lhe que se sentasse. Momentos depois, este alferes sai dali, ficando os outros militares armados, para retornar, muito excitado, e novamente apontou a G 3 ao referido capitão e perguntou-lhe se estava armado. Como este dissesse que sim, o alferes, mantendo a arma apontada ao interlocutor, exigiu a entrega da arma, recebendo um revólver e uma pistola. Aqueles major e capitão ali permaneceram presos até cerca das 9 horas daquela manhã, sempre guardados por três militares armados.

Participaram, entre outros, dessa guarda armada: os Alferes Fontinha e Batista, e os Furriéis Fernandes, Barão, Vieira, Santos e Monteiro.

– (...) O Alferes Fontinha chamou o Furriel Barão e deu-lhe ordem para ir ao local onde estava o Alferes Falcão, para o prender, ordem que este se predispôs a cumprir para o que se fez acompanhar do Furriel Rodrigues, outros furriéis (Tomé, Torres, etc.) e soldados, mas que, por uma ocasional intervenção do Major Lobato Faria, não foi executada, sendo o Furriel Torres quem, depois, se dirigiu ao Alferes Falcão, na presença de soldados de quem este era comandante de companhia, e lhe deu voz de prisão, porque assim tinha sido ordenado pelo Alferes Fontinha. Então, o Alferes Falcão era o Oficial de Ronda do Regimento e foi conduzido para o Gabinete de Oficial de Dia, onde já estavam presos o Major Lobato Faria e o Capitão Ribeiro da Fonseca; (...)

– Pelas 05H00, o Capitão Patrocínio (...) impediu a entrada, no Regimento, do Capitão Vasco Lourenço, mas autorizou a entrada do Major Tomé, ambos alheios à estrutura daquela Unidade.

– Pelas 06H00, o Coronel Jaime Neves, comandante do Regimento, aproximou-se da Porta de Armas e foi-lhe vedada a entrada; e, pouco depois, o Capitão Patrocínio, saudando militarmente aquele oficial superior, a uma pergunta deste, respondeu "que o oficial mais graduado presentemente era ele próprio; que por acordo de todos os militares ele (Comandante) não podia entrar no quartel, e que o 2.º Cmdt e alguns oficiais e sargentos estavam presos".<sup>5</sup>

## A actuação do General Otelo S. Carvalho

– Pelas 06H00, o então General Otelo Saraiva de Carvalho, comandante do COPCON, entrou no Regimento, falou informalmente com oficiais, sargentos e praças, em conjunto e, depois da curta estada desse

<sup>5</sup> Verifiquemos a versão de Jaime Neves sobre o sucedido naquela madrugada:

"(...) Estava à frente do grupo aquele capitão (Patrocínio), encontrando-se de guarda o 1.º Sargento Roseira, um homem dos "Comandos", que estava sem pistola e as mãos presas com algemas. Passados cerca de 15 minutos, apareceu Otelo, que chegara nessa noite de Cuba e estivera no Conselho da Revolução a fazer o seu relatório da visita. Entrou no quartel, ainda de uniforme n.º 1 e, passados três minutos (fiquei cá fora), saiu e disse uma frase que, na altura, ficou célebre: «Jaiminho, perdeste a confiança dos teus homens!» Respondi-lhe: «Em três minutos tu consegues ver isso?». Já nada me admirava naquela altura... Exigi então que ele libertasse os oficiais e sargentos, o que fez. Quando estava para se ir embora, surgiu o líder do PCP da Amadora, meu conhecido (um tal Valente), que se agarrou ao Otelo e disse: «Meu Brigadeiro, vencemos! Sempre corremos com o Jaime Neves!» E eu estava mesmo ao seu lado !!! (...)". Ver Manuel Amaro Bernardo, "Memórias da Revolução, Portugal 1974-1975. Lisboa, Ed. Prefácio, 2004, pp 586 e 587.

general, processaram-se movimentações para a constituição de uma assembleia “representativa” das categorias de militares da Unidade, a qual deliberaria (...) mediante propostas de oficiais (entre eles Capitães Apolinário e Patrocínio, Alferes Trindade, Fontinha e Peres), sargentos (Sargento Caracol Branca e Furriéis Lafayete Machado, Ribeiro Monteiro, Alves de Oliveira, Lemos Vieira, Alexandre Rodrigues, Lourenço e Peixoto Novo) e praças, todos “representantes”, a saída do Regimento de nove oficiais e quatro sargentos e a vinda de oito nomeados oficiais para substituírem aqueles. (...)

– Pelas 06H30, o Capitão Patrocínio telefona para casa do Major Miquelina Simões, oficial do comando do Regimento, dando-lhe conta sumária dos acontecimentos e, quando este oficial chegou ao Regimento, pelas 07H30, o Capitão Patrocínio “entregou-lhe o comando da Unidade”. (...)

– Pelas 07H30, estando o Major Miquelina Simões a falar com o Capitão Apolinário, o Alferes Fontinha aproximou-se deles, “com um ar todo autoritário”, dizendo que o citado capitão, juntamente com ele, Fontinha, Capitães Matos Gomes e Patrocínio e Alferes Trindade e Peres tinham sido designados pelas “bases” para a “Assembleia Revolucionária” e que deveriam comparecer na biblioteca imediatamente.

– Logo que foi iniciada a ocupação do quartel, muitos carros particulares aglutinaram-se próximo e ao redor da cerca do quartel, neles se encontrando civis, e entre eles um tal João Valente, elemento activo do núcleo da Amadora do PCP, que fazia transportar, no seu veículo, um “comando” armado.

– Em 1 de Agosto, esteve, ali de novo, o General Otelo Saraiva de Carvalho <sup>6</sup> e, depois disso ficou assente que, na 2.<sup>a</sup> feira seguinte, haveria uma assembleia de militares do Regimento, na qual participariam também

---

<sup>6</sup> O então Major Manuel A. Bernardo participou nesta reunião e elaborou um documento sobre o sucedido, que fez chegar a um conselheiro da revolução e ao Coronel Jaime Neves, antes do plenário do dia 4 de Agosto. Transcrevem-se alguns excertos:

“(...) Otelo apelou para a «unidade da malta» e julgou ser ainda possível uma «plataforma de entendimento», chegando mesmo a indicar dois nomes possíveis para o cargo de comandante do Regimento (Coronel Leal de Almeida ou Major Albuquerque Gonçalves, ambos de Artilharia) e a propor uma série de oficiais para serem colocados na Unidade.

“Os oficiais presentes lançaram-se no desmascaramento dos mentores do golpe e das suas ligações com o exterior, com relevância para as declarações do Oficial de Informações, Capitão Guerra Ribeiro e Oficial de Dia, Capitão Melo e Silva. (...)”

“Por fim, Otelo, sentindo-se «entalado», perguntou se o Jaime Neves estaria em condições de voltar a comandar a Unidade dentro do espírito de fidelidade ao «triumvirato» existente. Levantaram-se algumas vozes discordantes, entre elas o Capitão Apolinário, pois que, logicamente,

os militares propostos para afastamento; mas, tempo depois, o Alferes Fontinha procurava, pela palavra, convencer militares a não permitirem a entrada do Coronel Jaime Neves e dos outros oficiais e sargentos; no Domingo anterior àquele pensado "plenário", o Alferes Fontinha percorria a instalações do Regimento falando a militares agrupados ou isolados. (...)

### Os conspiradores preparam-se para o plenário

– Pelas 24H00, de 1 de Agosto, teve lugar uma reunião em casa do Furriel Torres, estando este, os Alferes Fontinha e Peres, e os Furriéis Machado e Monteiro; durante ela o Alferes Fontinha sugeriu, para acertarem modos de proceder no "plenário" previsto para o dia 4, irem à sede do PCP, a fim de obterem uma orientação ou instruções sobre a forma de proceder. Assim foram todos à sede nacional daquele partido, na Rua António Serpa, onde foram interrogados e ouvidos, sendo-lhes dito que receberiam todo o apoio do partido, para além de que os orientaram na forma de proceder; aquele interlocutor – dirigente partidário –, disse que o PCP ia fazer comunicados para os órgãos de informação sobre o assunto, e que as comissões de moradores e de trabalhadores do partido iriam mandar comunicados e telegramas de apoio para o Regimento, antes do plenário previsto com o General Otelo, e que o Alferes Fontinha devia elaborar um comunicado, em nome dos oficiais, sargentos e praças, justificando a atitude que tomaram. Em 2 de Agosto, o Alferes Fontinha procedeu à distribuição de um panfleto ou comunicado no quartel.

– No mesmo dia 2 de Agosto, pelas 15H00, o Furriel Machado sugeriu que se elaborasse um escrito, estilo moção, para informação de terceiros, e, para tanto, obteve do Furriel Monteiro a cedência de uma máquina de escrever deste, e na caserna 4 do Regimento, o Furriel Machado deu início à elaboração de um texto, que acabou no dia seguinte, sendo aprovado por uma maioria de militares a quem exibiu. (...) No dia 3 contribuíram para a sua redacção os Alferes Fontinha e Peres e dois civis, que haviam sido contactados na reunião da véspera, na sede do PCP.

---

a pergunta era descabida, dada a aversão, já demais conhecida, de Jaime Neves em relação a Vasco Gonçalves. Mas a movimentação que imediatamente surgiu deu a entender que o seu regresso seria aceite pelo pessoal. (...)

"A certa altura Otelo declarou que os Generais Costa Gomes e Fabião tinham a opinião de que se devia extinguir o Regimento, com o que ele não concordava. (...)"  
Ver Manuel Branco (pseudónimo de Manuel A. Bernardo). Os "Comandos" no Eixo da Revolução (...). Lisboa, Ed. Abril, 1977, pp. 92 e 93

– Após a feitura desse “comunicado”, que foi multiplicado por um “duplicador”, (...) o Alferes Fontinha meteu grande quantidade deles no seu veículo e dirigiu-se para o Regimento de Comandos, a fim de proceder à sua distribuição, o que fez.

– Em 3 de Agosto, a hora indeterminada, o Alferes Fontinha reuniu-se na Sala do Soldado, com praças, aos quais disse que não podiam voltar atrás, senão fariam uma traição à classe operária. Na mesma data, o referido alferes disse ao Capitão Apolinário que estava a fazer uma traição à classe operária, que a direita lhe cortaria a cabeça e a esquerda não lhe perdoaria.

– Em 3 de Agosto, pelas 21H00, o Furriel Almeida Pires foi à procura do Furriel Monteiro, a quem exibiu o texto de uma moção e o convidou e aos Furriéis Machado e Rodrigues, a ir entregá-lo ao COPCON, o que fizeram, agindo assim também junto da Presidência da República e da RTP, sendo ainda afixada no interior do Regimento.<sup>7</sup>

– Os eventos descritos integram a previsão da actividade desenvolvida pelos arguidos como criminalmente punível. (...)

---

<sup>7</sup> Transcrevem-se excertos da versão de Manuel A. Bernardo sobre o sucedido no plenário de 4-8-1975:

“(...) O Alferes Fontinha, outro dos implicados e braço direito de Matos Gomes nas politizações, não chegou a falar; antes de terminar o plenário e já depois de ter sido bastante atacado, principalmente pelos Capitães Guerra Ribeiro e Arnaldo Cruz, acerca das atitudes condenáveis praticadas por ele no fim-de-semana anterior (que incluiu a distribuição de panfletos), dirige-se à mesa e fala confidencialmente ao ouvido do General Otelo. (...)”

“Os três pontos altos do plenário foram:

“1. O desmascarar das ligações golpistas com o exterior, feito pelos sargentos implicados, em especial pelo Furriel Torres que, em autocrítica, declararam que o golpe foi maneado e preparado pelo PCP (...).”

“2. Referência de Otelo a uma carta que lhe teria sido dirigida por Álvaro Cunhal (o tal ministro sem pasta, sem governo e sem vergonha, como há dias o MRPP apregoava no Rossio), onde se denotavam as mentiras descaradas sobre o acontecimento, propondo, por fim, o Major Gil (actualmente comissário político no Alentejo e que fez parte da equipa de Rosa Coutinho em Angola ou, pelo menos, teve grandes afinidades com este «marinheiro de águas turvas») para comandante do Regimento de Comandos. (...)”

“A finalizar, todos os oficiais e sargentos são reconduzidos por decisão do General Otelo, dada a autoridade revolucionária de que está empossado (que remédio, pois caso contrário o Regimento de Comandos entraria em extinção!) e passa a palavra a Jaime Neves. (...)”

“Este frisou que o golpe foi desferido pelo PCP, já que nessa mesma noite (pois a acção devia ser mais lata...), um piquete de oficiais e cadetes prendeu cerca de 20 elementos do PCP, que vigiavam a EPI (Mafra) transportados em quatro carros civis.

“Exige por fim a saída dos elementos que encabeçaram a acção. (...). Ver Manuel Branco. Ob. cit., pp. 97 e 98.

## ANEXO II

AO DEPOIMENTO DO CORONEL "COMANDO" JAIME NEVES

### Militares acusados da sublevação no Regimento de Comandos <sup>1</sup> (31-7-1975)

- Capitão QEO/ Cmd José Eduardo Marques Patrocínio.
- Alferes Mil.<sup>o</sup> Rod. Fernando Manuel Marinha Rodrigues Fontinha.<sup>2</sup>
- Alferes Mil.<sup>o</sup> Mec. AR José Rosa de Carvalho Peres.
- Alferes Mil.<sup>o</sup> Cmd João do Carmo Guerreiro Batista.
- 1.<sup>o</sup> Sargento Cmd Armando Semião Caracol Branca.
- Furriel Mil.<sup>o</sup> Cmd José Luís Pereira Torres.
- Furriel Mil.<sup>o</sup> Cmd José António Ribeiro Monteiro.
- Furriel Mil.<sup>o</sup> Alim. Vasco Luís de Lemos Vieira.
- Furriel Mil.<sup>o</sup> Cmd Francisco José Tomé.
- Furriel Mil.<sup>o</sup> Cmd Lafayete Pereira Machado.
- Furriel Mil.<sup>o</sup> Cmd João Vítor Lourenço Barão.
- Furriel Mil.<sup>o</sup> Tms Manuel António Carita Pereira.
- Furriel Mil.<sup>o</sup> Luís Francisco Madureira Leite.<sup>3</sup>
- Furriel Mil.<sup>o</sup> Cmd Armindo Augusto Alves de Oliveira.
- Furriel Mil.<sup>o</sup> S.G. João Adamastor Rodrigues Pereira.<sup>4</sup>
- Furriel Mil.<sup>o</sup> At. Luís Manuel Martins dos Santos.
- Furriel Mil.<sup>o</sup> Cmd Alexandre Cortes Rodrigues.
- Furriel Mil.<sup>o</sup> Cmd Fernando Joaquim Alves de Magalhães.
- Furriel Mil.<sup>o</sup> Cmd Jorge Salvador de Almeida.
- Furriel Mil.<sup>o</sup> Cmd José Brás de Almeida Pires.

Em 11-9-1975

O Governador Militar de Lisboa  
Ass.) *Henrique de Oliveira Rodrigues*  
General

<sup>1</sup> Acusação entregue no 2.<sup>o</sup> TMTL. Ver Proc.<sup>o</sup> 18/82 em arquivo neste Tribunal. Declarado extinto o procedimento criminal por acórdão de 17-6-1985 do 2.<sup>o</sup> TMTL, através da aplicação da amnistia imposta pela Lei 74/79 de 23 de Novembro.

<sup>2</sup> Tinha o posto de aspirante a oficial, aquando da sublevação.

<sup>3</sup> Com o procedimento criminal extinto, por entretanto ter falecido.

<sup>4</sup> Tinha o posto de 1.<sup>o</sup> Cabo, aquando dos acontecimentos.



### ANEXO III

AO DEPOIMENTO DO CORONEL "COMANDO" JAIME NEVES

#### Conselho da Revolução

#### Decreto-Lei n.º 577-A/75 de 8 de Outubro

Considerando a necessidade de, com a máxima urgência, conduzir o País a um clima de paz, disciplina e tranquilidade pública, conforme o anseio da esmagadora maioria do povo português;

Considerando que, no momento, se não dispõe de efectivos militares com a preparação reputada indispensável à execução do fim acima citado;

Considerando ainda o legislado pela Lei do Serviço Militar – Lei n.º 2135, de 11 de Julho de 1968, artigos 45.º, 46.º, 47.º e 53.º;

Usando da faculdade conferida pelo artigo 6.º da Lei n.º 5/75, de 14 de Março, o Conselho da Revolução decreta e eu promulgo para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º Sempre que autorizados por este Conselho, poderão ser convocados, com carácter de urgência, os militares na situação de disponibilidade ou que se encontrem nas quatro classes mais recentes das tropas licenciadas, cuja especialidade lhes tenha possibilitado preparação militar mais cuidada.

Único. Independentemente da classe ou turno de incorporação, a convocação poderá assumir aspecto selectivo, tendo em vista as necessidades de serviço, especialidade e capacidade técnica dos elementos a convocar, bem como menor prejuízo para o normal funcionamento dos serviços e actividade, imprescindíveis à vida da Nação, bem como, sempre que possível, a sua situação de desempregados.

Artigo 2.º As condições de admissão e permanência nas fileiras, por períodos de seis meses prorrogáveis, serão definidas em despacho do Chefe do Estado-Maior do respectivo Ramo.

Artigo 3.º Dado o carácter excepcional e eminentemente público do serviço a prestar nos termos deste diploma, os militares convocados beneficiarão do regime estabelecido no artigo 53.º da Lei do Serviço Militar.

Artigo 4.º As remunerações em numerário a abonar aos militares convocados nos termos do presente diploma serão as seguintes:

a) Oficiais e sargentos – o vencimento correspondente ao seu posto, adicionado do quantitativo da respectiva gratificação de especialidade, se a houver, e de um subsídio de compensação por convocação, no quantitativo mensal de 1200\$00.

b) Praças – o vencimento correspondente ao seu posto, adicionado da respectiva gratificação da especialidade, se a houver, de um aumento de pré de quantitativo igual ao fixado no n.º 4 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 498-E/74, de 30 de Setembro, e de um subsídio de compensação por convocação, no quantitativo de 1200\$00.

Artigo 5.º Este diploma entra imediatamente em vigor.

Visto e aprovado em Conselho da Revolução.  
Promulgado em 8 de Outubro de 1975.

Publique-se.  
O Presidente da República,  
*Francisco da Costa Gomes*

## ANEXO IV

### AO DEPOIMENTO DO CORONEL "COMANDO" JAIME NEVES

Exemplar n.º

Reg. Cnds Amadora

300800NOV75

#### **Relatório da Operação "Reg. Polícia Militar" <sup>1</sup>**

(Realizada em 260800NOV75, em Lisboa)

##### **1. Situação**

A criada pelos últimos acontecimentos políticos nacionais, agravada nestes últimos dias, a partir de 20NOV75, pelas reuniões militares havidas no QG/RML e COPCON, e pelas atitudes dos órgãos de informação, nomeadamente a Rádio. Todos os acontecimentos foram transmitidos ao pessoal desta Unidade, que se mantém a par dos mesmos.

A situação particular e localizada é do conhecimento do comando do Regimento, pois o mesmo serviu de estrutura de apoio e esteve integrado no Comando Operacional instalado neste Regimento e que coordenou as operações de 25NOV75.

##### **2. Missão**

- Cercar o quartel da PM, na Ajuda.
- Desmotivar todo o pessoal lá existente e prender ou abater qualquer elemento que oferecesse resistência.
- Prender o Cmdt, 2.º Cmdt e Major Cuco Rosa, do Regimento da PM, se, até às 8H00, não houvesse qualquer resposta dos mesmos.
- Manter a segurança e a defesa do quartel, depois de conquistado.
- Entregar o comando e a parte administrativa ao pessoal da Polícia Militar, que tinha saído da Unidade tempos antes e que acompanhou a nossa força.

---

<sup>1</sup> In Arquivo da PJM/Lisboa.

### 3. Forças Executantes

a) Cmdt – Coronel Grad. Inf.<sup>a</sup> “Cmd” Jaime Alberto Gonçalves das Neves.

b) Cmdt das subunidades

– Cmdt da C. Cmd 112 – Capitão Inf.<sup>a</sup> “Cmd” António J. A. Lourenço.

– Cmdt da C. Cmd 113 – Capitão Art.<sup>a</sup> “Cmd” Manuel A. Apolinário.

c) Meios

– Duas companhias de comandos autotransportadas.

– Reforçadas com armas pesadas.

d) Articulação das Forças

De acordo com o indicado nos relatórios das subunidades.

### 4. Descrição da acção

– A nossa força dividiu-se em três colunas; uma sob o meu comando, subiu a Calçada da Ajuda; outra comandada pelo Cap. Lourenço dirigiu-se ao RPM pelo lado superior da mesma Calçada e a outra sob as ordens do Cap. Apolinário, fazendo a aproximação pela Rua do Museu da Agricultura.

– Pelas 08H07, quando as colunas se aproximavam das suas posições, a partir do antigo Regimento de Cavalaria 7, as forças sublevadas abriram fogo com duas metralhadoras contra a coluna sob o meu comando, tendo sido atingido mortalmente o Furriel Mil.<sup>o</sup> “Cmd” Joaquim Pires da C. Cmds 113.

– Entretanto todo o pessoal apeou e ripostou ao fogo, generalizando-se uma troca de tiros entre o nosso pessoal e o da PM, existente nos dois quartéis (Ex-Reg.Cav 7 e RPM).

– Posteriormente foi atingido mortalmente o Tenente Inf.<sup>a</sup> “Cmd” José Coimbra, da C. Cmds 112 e um Aspirante da PM, no interior do RPM.

– Com alguma dificuldade conseguiu-se fazer parar o tiroteio, ao fim de cerca de vinte minutos de manobra e fogo, tendo os quartéis ficado cercados, dominados e sob a mira das armas do nosso pessoal.

– Arrombou-se o portão principal do quartel do RPM com uma chaimite, por não o abrirem como foi solicitado e pediu-se a apresentação do Cmdt, do 2.º Cmdt e do Major Cuco Rosa. Apenas se apresentou militarmente o Major Tomé (2.º Cmdt).

– Depois de reunidos os três oficiais, foram acompanhados sob escolta ao Palácio de Belém (Presidência da República), onde ficaram detidos. Posteriormente continuaram nessa situação, por minha pressão, pois fui avisado de que os iriam soltar.

– Todo o pessoal da PM formou na parada do quartel, tendo-lhes sido explicado o sucedido.

– O material foi recolhido em arrecadações e entregue o comando aos pessoal da PM que tinha acompanhado as nossas forças.

– Cerca das 14h30, as forças "Comando" foram rendidas por efectivos do RIQ e recolheram à Amadora.

## **5. Conclusões e ensinamentos**

– O facto do pessoal da PM ter iniciado o fogo inesperadamente, não permitiu que se montasse um dispositivo idêntico ao da véspera, no GDACI, onde se utilizou o megafone.

– Não foi possível identificar os elementos da PM que abriram fogo contra as nossas forças, a partir do quartel do ex-R. Cav. 7.

– Numa casa situada nas traseiras do RPM, foram vistos dois indivíduos trajando civilmente, a disparar contra o nosso pessoal.

– Não há dúvida que os dois militares "cmd" abatidos foram alvejados a partir dos dois quartéis da PM.

– Salienta-se a actuação dos Capitães Lourenço e Apolinário que, seguindo as minhas instruções, conseguiram acalmar o pessoal e parar o fogo, pois, de contrário, poderiam ter resultado mais alguns mortos.

– Como nota saliente e seguindo instruções dadas, o pessoal teve o cuidado de não atirar sobre pessoas, mas apenas sobre janelas, vidros e outros objectos, conseguindo-se mais o impacto psicológico e moral.

– De salientar o gesto abnegado, estóico e corajoso do Tenente Inf.<sup>a</sup> "Cmd", José Coimbra, (C. Cmd 112) não só porque se encontrando de licença no Porto, se apresentou imediatamente, mas também por que, nesta

acção sob o fogo do inimigo, avançou destemidamente contra uma das faces do quartel do RPM, tentando calar os militares que, de lá, disparavam sobre as nossas forças. (...) <sup>2</sup>

Da acção do Furriel Mil.<sup>o</sup> “Cmd” Joaquim Pires, integrado no 1.<sup>o</sup> Grupo de Combate (C. Cmd 113), da coluna sob o meu comando, salienta-se o cumprimento imediato e altamente disciplinado das ordens que lhe iam sendo transmitidas. (...) <sup>2</sup>

Anexos:

– Relatórios das C. Cmds 112 e 113. <sup>3</sup>

O Comandante  
Ass.) *Jaime Alberto Gonçalves das Neves*  
Cor. Grad. Inf.<sup>a</sup> “Comando”

---

<sup>2</sup> Ver texto da portaria de louvor, que concedeu a Ordem da Liberdade.

<sup>3</sup> Não foram localizados nos arquivos consultados.

### I. Assembleia de Tancos e os SUV na EPI <sup>2</sup>

(...) Apesar de ser um homem de Abril, nunca fiz parte de qualquer Assembleia do Exército ou das Forças Armadas (FA). Tal deve-se a vários factores, entre os quais saliento as minhas posições intransigentes no campo da disciplina, posições que eram assumidas perante os militares que teriam de eleger os seus representantes nas referidas Assembleias, tendo sido algumas vezes duro para com esses militares.

(...) Verdadeiramente, nunca fui a nenhuma reunião dos militares de Abril, antes do 25 de Abril de 1974. Em Angola, donde vim em finais de 1973, era informado por alguns camaradas do que se passava e, em Mafra, onde fui colocado, em Janeiro de 1974, era posto a par da evolução da situação pelos capitães que iam a essas reuniões.

(...) Quem me conhece sabe bem não ter sido por qualquer tipo de receio que não tomei parte em reuniões, mas apenas porque detesto hierarquias paralelas, e sofro muito quando as vejo praticar; por isso, ainda mais sofreria se tomasse parte nas referidas reuniões, que eram uma espécie de hierarquia paralela, ao mesmo tempo que a lealdade para com os comandantes de Unidade era constantemente posta em causa.

(...) É mais fácil aderir e agir sem entrar em planeamentos, do que planear as acções e depois conduzi-las. Entrei no Movimento

---

<sup>1</sup> Oficial que pertenceu ao Grupo Militar, liderado pelo General Ramalho Eanes, tendo participado de forma significativa, desde Setembro de 1975, no planeamento das acções, depois levadas a efeito no 25 de Novembro. Também fez parte do Posto de Comando, montado no Regimento de Comandos na Amadora, sendo um dos cinco oficiais com competência delegada de comando, nos turnos montados enquanto durou o referido Posto. Após o 25 de Novembro, depois de uma estadia de três meses na Comissão de Inquérito, regressou a Mafra, como comandante efectivo da EPI. Quando passou à reforma, desempenhava as funções de Inspector-Geral das Forças Armadas.

<sup>2</sup> Extractos do texto policopiado de sua autoria, "Memórias de um Capitão de Abril", de Abril de 1989.

não conhecendo, nem nunca contactando com os dirigentes e sem conhecer os elementos que mais tarde soube constituírem a Comissão Coordenadora do MFA.

(...) Se estou a falar sobre este assunto é porque vou debruçar-me sobre uma Assembleia do MFA, realizada em Tancos, em que tomei parte, quando se sabe que lá se realizaram duas reuniões e que o motivo era o mesmo. Participei num desses encontros, porque o meu comandante tinha entrado de licença e passei a exercer essas funções interinamente. Por inerência, os comandantes das várias Unidades militares tinham lugar reservado nas Assembleias do Exército e do MFA.

Assim, fui a Tancos. Já preocupado, não só porque era a primeira vez que tomava parte numa assembleia desta natureza, mas também porque estávamos no verão quente de 1975 – Setembro – e a situação política e militar estava muito agitada.

Não vou descrever o sucedido, não apenas porque já não me recordo, mas também porque a maior parte dos assuntos não tem interesse para a finalidade que se pretende atingir.

Verifiquei, com tristeza, que não conhecia a maior parte dos militares dos três Ramos das FA que estavam em Tancos. Com amargura, também constatei que se aquilo era o MFA, então encontrava-me muito longe dele.

No entanto, sabia que Tancos nada tinha a ver com a posição dos verdadeiros homens de Abril. Se estavam presentes, esses tinham de se sentir mal na reunião, porque nela se evidenciou o fosso existente entre a Comissão Coordenadora do MFA e o Conselho da Revolução (CR) por um lado, e os outros militares de Abril por outro, para já não falarmos no fosso que existia entre os militares radicais de esquerda e os moderados.

O CR, órgão máximo da estrutura do MFA, encontrava-se superlotado. Para os militares mais activos era como o Conselho de Administração das empresas, até ao 24 de Abril, funcionava para os políticos na reserva. Havia mais militares no CR do que os necessários e os conselheiros já não se entendiam; por isso, resolveram fazer uma consulta às bases, realizando umas pseudo-eleições para membros do CR. Julgo que tal foi a causa principal da reunião. As exposições feitas antes da votação, fizeram-me lembrar o período de propaganda

eleitoral antes da chamada às urnas dos cidadãos, nas eleições autárquicas, legislativas ou para a Presidência da República.

Quando chegou a hora da votação, entregaram-me um boletim de voto. Como os membros do CR eram “democratas de 1.<sup>a</sup> categoria”, o boletim, em vez dos partidos, trazia inscritos os nomes dos militares que podiam ser eleitos. A pseudo-eleição ia ao ponto de só estarem inscritos os militares que já faziam parte do CR. A finalidade era expulsar alguns conselheiros, mas sem permitir a entrada de novos membros no clube.

Era um clube demasiado selecto e fechado para deixar entrar plebeus. Esses serviam apenas para lançar na fogueira das lutas, quando surgiam divergências entre os lordes da revolução dos cravos.

(...) Fiquei tão encantado com a democracia existente e o desapego aos lugares, demonstrado pelos conselheiros, que apenas fiz uma pergunta para ser elucidado. Poderiam acrescentar-se nomes aos constantes na lista? Delicadamente fui informado que isso era uma heresia revolucionária, pois alguém, em nosso nome, já tinha decidido que aqueles e apenas eles, eram dignos de serem representantes das FA e dos militares de Abril; assim não era permitido lá pôr outros nomes e os que fossem acrescentados não seriam tomados em consideração.

Então comecei a aprender o que era a democracia dos revolucionários e fui levado a pensar que, dadas as divergências com os métodos utilizados, eu não era democrata, nem revolucionário. Ao votar risquei todos os nomes e, por isso, nenhum membro do CR lá permaneceu com o meu voto. Apesar de não ganhar nada com isso, fiquei bem com a minha consciência, o que, num momento daqueles, era um factor muito importante

Mais tarde, quando o CR começou a ser criticado e os seus membros contestados por não terem sido democraticamente eleitos, ouvi o Major Sousa e Castro, como porta-voz do CR, afirmar para os órgãos de Comunicação Social que, ao contrário do que os detractores dos homens de Abril diziam, os membros do CR tinham sido eleitos na Assembleia de Tancos e, por isso, estavam no referido órgão de soberania por vontade expressa dos militares.

Não brinquem connosco; não sei quantos membros do CR continuariam em funções depois das eleições de Tancos, se todos os militares ou, no mínimo, todos os militares de Abril, se tivessem po-

dido candidatar-se, mas sei que muitos dos que lá ficaram teriam sido “revolucionariamente” afastados.

Mas a democracia de Tancos foi ainda mais longe. Houve um militar que não teve votos para continuar no CR mas, como a assembleia era ignorante, tal foi levado em consideração pelos detentores do poder militar e, mesmo assim, continuou no CR.

Nessa altura, o que valeu para evitar que o Povo Fardado decidisse mal, foi termos no CR “homens muito clarividentes e que estavam sempre a pensar no bem das FA e dispostos a sacrificar-se, permanecendo no referido órgão de soberania, para bem Revolução em curso, das FA e do Povo Português”.

Regressei a Mafra, melhor esclarecido do que tinha ido, mas apavorado com tudo o que vi e ouvi. Estava a ficar farto.

### **Dominando uma insubordinação na EPI...**

(...) Na EPI, o problema dos SUV foi também um grande quebra-cabeças que muito preocupava os militares de Abril, ali a prestar serviço e que, nessa qualidade, tinha dado muito de si, ao derrube da ditadura existente em 24 de Abril.

Em reuniões efectuadas na Escola, concluímos que a propaganda dos SUV proliferava mais abundante entre os militares ignorantes politicamente, do que entre os devidamente esclarecidos e, em face disso, criámos uma comissão de moral e bem-estar, constituída por um oficial do QP, um sargento e um soldado; tinha como objectivo analisar os problemas da alimentação, das salas de convívio, do fardamento e outros relacionados com o bem-estar das tropas. Essa comissão dependia directamente do Comandante, a quem podia dirigir-se sempre que tivesse assuntos, na sua opinião, a requerer uma decisão dele, ou por ele devessem ser conhecidos.

(...) Entretanto, por motivos de serviço e interesse pessoal, o tenente que presidia à referida comissão foi deslocado para o Batalhão de Infantaria da Guarda (...) ficando o furriel com a responsabilidade de, dentro das normas anteriores, chefiar a comissão. (...) Este, entretanto, tinha-se mudado para a secretária do anterior oficial.

O novo oficial de moral e bem estar, Capitão Vaz Antunes, nomeado um mês depois, foi ocupar o gabinete, num dia em que o furriel estava ausente da Unidade.

(...) Este oficial, ao abrir as gavetas da secretária, encontrou panfletos para distribuir pela Unidade e veio falar comigo, na altura desempenhando interinamente as funções de Comandante.

(...) A participação foi feita e, depois das averiguações regulamentares, o 1.º Cabo Pinto e o Furriel Figueiredo foram punidos com o máximo da minha competência disciplinar: vinte e quinze dias respectivamente de prisão disciplinar agravada.

Foi dada a informação competente para o General Otelo, Comandante da Região Militar de Lisboa (...).

Sabendo que as penas de prisão disciplinar agravada deviam ser cumpridas em recinto apropriado para o efeito, solicitou-se, ao QG/RML, autorização para enviar para a Casa de Reclusão da Trafaria os militares punidos, o que foi concedido. Ao autorizar essa solicitação, o General Otelo sancionou as punições do Comandante interino da EPI (...). Os militares deram entrada na Casa de Reclusão, no sábado seguinte.

(...) Admitia-se que, durante a semana, os SUV da EPI se manifestassem, mas não sabíamos como, nem quando. Descansei um pouco quando verifiquei que a parte da manhã dessa 2.ª feira decorreu sem qualquer incidente. Cerca das 14H00 fui, como era habitual, assistir à formatura geral da EPI, na varanda da sala 11. Passavam cinco minutos das duas da tarde, quando lá cheguei, um local sobranceiro à parada Leste e, ao contrário do que esperava, não havia um único soldado formado e muitos corriam, como doidos, pela parada, gritando "slogans".

Olhei e apenas vi Comandante do Batalhão de recrutas, a dirigir-se à escadaria central, onde estava parte dos homens que comandava. Soube, depois, que este oficial estava a fazer uma derradeira tentativa junto dos recrutas para formarem. Ao atravessar a parada, o major foi insultado e apupado, como nunca pensei ser possível. Com a sua calma característica, ele passava pelos soldados que o insultavam, como se não fosse nada com ele.

(...) Considerei que a melhor maneira de saber o que se estava a passar, dado haver cerca de 1500 homens insubordinados, era dirigir-me ao meu gabinete, onde esperava encontrar algum comandante de batalhão ou de companhia. Ninguém me esperava para informar do sucedido.

Como era o comandante da Unidade, competia-me encontrar uma solução. Dirigi-me à parada na esperança de encontrar um oficial ou sargento que explicasse um pouco sobre o sucedido e quais as diligências feitas para formar os soldados.

Atravessei toda a parada e ouvi, da parte dos soldados, insultos dirigidos a mim e a membros mais directos da minha família, como nunca tinha ouvido e sonhava sequer que tal pudesse ser dito, a um comandante, pelos seus soldados.

Não vi os meus graduados e ia tão chocado e revoltado que era capaz de passar por eles sem os ver. Dirigi-me à escadaria central, na qual subi alguns degraus e convenci-me, a olhar para aquela multidão ululante, que não valeria a pena falar, pois ninguém me ouviria.

Apareceu o Oficial de Dia, que perguntou se podia ajudar nalguma coisa. Disse-lhe ser necessário proceder a duas diligências. Uma delas era mandar chamar o sargento radiomontador para instalar, na escadaria, um sistema sonoro, que permitisse falar aos soldados; e outra era fechar as portas do quartel, controlar a guarda de polícia se de tal fosse capaz, para impedir a entrada de jornalistas e a saída dos militares insubordinados.

O Capitão Santos Vieira foi cumprir a ordem e depois veio dizer que a guarda estava controlada, as portas fechadas e os soldados da guarda isolados dos outros. Garantiu que ninguém entraria ou sairia do quartel sem autorização e que, na rua, estava um carro de exteriores da RTP. Nessa altura, apercebi-me do volume da insubordinação, da sua cuidadosa preparação e dos projectos que deveria haver para difundir, na RTP, as notícias sobre a insubordinação na EPI. Estávamos a lidar com profissionais da subversão, que se aproveitavam da boa fé dos jovens de vinte anos, sob o nosso comando.

Tendo-se apresentado o sargento radiomontador, recebeu ordens para montar rapidamente a instalação sonora. (...)

Entretanto, ouviu-se um grito, uma das palavras de ordem dos mentores do sucedido: para todos se dirigirem à prisão, situada num canto da parada, para soltar os presos existentes e nomeadamente o Furriel Figueiredo e o 1.º Cabo Pinto. Em várias Unidades militares do país, soldados insubordinados já tinham assaltado as prisões, perante a passividade dos oficiais e em especial dos seus comandantes.

Era o momento de actuar. Saltei da escadaria e apoderei-me da espingarda de um soldado recruta. Este com o ar muito espantado disse que a arma era sua e não lha podia tirar. Respondi-lhe, perguntando onde a tinha comprado e avancei, como um louco, para a porta da prisão. Postei-me à sua frente, com a arma apontada para os soldados e o dedo no gatilho de uma espingarda completamente descarregada (...).

A massa ululante que se dirigia para a prisão ficou surpreendida ao ver o seu Comandante, de espingarda na mão, em frente da prisão, barrando-lhes o caminho. Não sabiam se a arma estava ou não carregada e admitiam que disparasse, se tal fosse necessário e, por isso, pararam com a surpresa estampada no rosto.

Essa paragem foi fatal para os insubordinados, pois imediatamente alguns soldados e quadros me cercaram e, quando surgiu a nova palavra de ordem para avançar, já não me encontrava só. Houve murros, coronhadas, e eu próprio levei alguns socos sem os sentir, devido ao estado de excitação em que me encontrava. Foi vencida esta "batalha", pois os soldados recuaram e o objectivo "prisão" não foi atingido.

Fui, de novo, para a escadaria central, onde o sargento radiomontador já tinha montado o sistema sonoro. (...) Neste momento apresentou-se o Tenente Pina Monteiro, comandante do Pelotão de Defesa Imediata, informando que o seu pelotão estava em posição, que dominava toda a parada e pronto a abrir fogo se essa ordem fosse dada. Este foi o único pelotão que formou e que o seu comandante retirou imediatamente da parada, isolando-o assim dos outros soldados para não serem influenciados. Disse-lhe, por enquanto, não querer tiros e que mantivesse o seu pelotão em posição de rapidamente intervir. Devia ainda manter um dos seus sargentos em condições de rapidamente se ligar a mim, para a hipótese de transmitir algumas ordens.

Depois, dirigi-me ao microfone e expliquei, o mais pormenorizado que foi possível, o que tinha sido o 25 de Abril em 1974, qual a sua acção nesse dia, e que gostaria de ver ali os mentores da insubordinação a explicar, a todos os soldados, o que fizeram para derrubar o fascismo, e onde estavam na noite de 24/25 de Abril. Esclareci ainda qual tinha sido o importante papel desenvolvido pela EPI,

unidade a que todos pertenciam, e que esta insubordinação desonrava os soldados que, em 25 de Abril, acompanharam os seus oficiais, a maioria dos quais ainda prestavam serviço na unidade, trabalhando para a dignificação das FA, para o bem estar dos seus soldados e para a liberdade do Povo Português, a que todos se orgulhavam de pertencer.

Após esta primeira intervenção, informei todos os militares que o microfone estava à disposição de qualquer oficial, sargento ou praça, que quisesse comunicar algo aos seus camaradas.

Surgiram logo alguns soldados que falaram o que quiseram, sem qualquer interrupção. No final de cada intervenção, voltei a falar para rebater, ponto por ponto, as afirmações proferidas. Para os mais aguerridos e politizados, o tema centrava-se na punição e prisão que eu dera ao Furriel Figueiredo e ao 1.º Cabo Pinto. Foram rebatidas todas as afirmações e insinuações, dizendo que aqueles militares tinham sido punidos porque eles, além de cometerem uma falta disciplinar, foram desleais para com o comando.

De facto, pertencendo eles à comissão de Moral e Bem-Estar da Unidade, tinham acesso ao Gabinete do Comando sempre que o desejassem, havendo já alguns dias que nada traziam a despacho para melhorar o bem-estar dos soldados da EPI, nem sequer os problemas relacionados com a alimentação, as salas de convívio, e os passeios ou visitas de estudo nos fins-de-semana. Na minha opinião, esse facto devia-se a estes militares apenas estarem interessados em cumprir directivas de entidades estranhas à Unidade, que visavam a sua destruição, como baluarte da democracia e da liberdade do Povo a que pertenciam. Além disso tinham as gavetas cheias de panfletos dos SUV, para distribuírem, em que, em alguns deles, se referiam ao Comandante, insultando-o e fazendo afirmações não verdadeiras, com o intuito de o desacreditar junto dos soldados. Se algo corria mal entre mim e os militares punidos, estes tinham a obrigação de o dizer primeiro no Gabinete de Comando, se as suas intenções fossem melhorar as condições de vida dos soldados, do que eu duvidava. Como militar, como cidadão e como beirão, não podia aceitar esta deslealdade, actuação de má fé e cobardia e, por isso, tivera de os punir e não tencionava retirar a punição.

Depois de terem falado contra mim mais de uma dezena de soldados, um soldado recruta pediu para intervir. Quando se dirigiu ao mi-

crofone para expor os seus assuntos, foi apupado pelos seus camaradas, ouvindo-se gritos a dizer que não podia falar por ser do CDS. (...)

Este soldado foi, de facto, de uma coragem excepcional. Então peguei no microfone e afirmei que, até àquele momento, nunca pedira a filiação ou simpatia partidária dos soldados antes de os deixar falar. Quem ia pronunciar-se era um soldado e, fosse ou não do CDS, tinha o mesmo direito dos outros. Assim ia falar e teriam que ouvi-lo. Os sussurros diminuíram, os soldados acalmaram e o grupo de activistas deixou de ter aceitação.

O soldado fez uma intervenção brilhante, desmotivadora da insubordinação. Na essência, afirmou ter aderido a esta acção, porque lhe disseram ser preciso correr com o Comandante, por este ser um fascista. (...) Depois de saneado este oficial, os fins-de-semana da EPI passariam a ser à quinta feira, ao meio dia, dado que ele era o único a opor-se a isso. Nas outras unidades do País, os fins-de-semana eram já à quinta feira, enquanto na EPI começavam apenas na sexta-feira, pelas 16H00. Ele era transmontano, estava deslocado em Mafra e queria ir para casa o mais cedo possível. Foi apenas isso que o levou a aderir à insubordinação e não o que ouviu dizer a alguns militares, nas suas intervenções. Ficou surpreendido quando ouviu dizer que o motivo principal era a solidariedade para com os referidos graduados. Pessoalmente não os conhecia e tanto se importava que estivessem presos ou andassem à solta. Terminou a sua intervenção e foi calmamente embora para o meio dos outros soldados.

Após esta alocução, perguntei se mais algum militar queria dizer algo. Como não obtivesse resposta, através do microfone, dei ordem para que os comandantes de batalhão e de companhia formassem os seus homens e fossem para a instrução. Eram quatro horas e meia da tarde. Duas horas e meia tinham passado desde a hora normal da formatura. Dos vários cantos da parada começaram a sair oficiais e sargentos, que se dirigiram para os locais de formatura, seguidos pelos seus soldados. A disciplina tinha obtido uma vitória sobre a subversão e sobre a cobardia. (...)

(...) Derrotada na EPI a insubordinação geral que tinha por objectivo fundamental a libertação do Furriel Figueiredo e do 1.º Cabo Pinto, sendo os SUV, por todo o País, um movimento vitorioso, os seus promotores não podiam aceitar uma derrota em Mafra, com a

prisão de dois dos seus destacados elementos. Assim, movimentaram-se, em Lisboa, para, através de uma manifestação popular-militar mostrar a força do seu movimento. (...)

Pelas informações recolhidas, soube, com antecedência da manifestação (...)

Assim, telefonei, na véspera, para o COPCON, para falar com o General Otelo. Sendo informado da sua ausência, falei com o CEM, Ten-Coronel Artur Batista, a quem informei que, no dia seguinte, haveria uma manifestação dos SUV em Lisboa, com o objectivo fundamental de libertar o Furriel Figueiredo e o 1.º Cabo Pinto, detidos na Trafaria e fazê-los regressar à EPI. Afirmei-lhe que esta Unidade não iria admitir uma situação dessas.

O CEM do COPCON disse que as informações da EPI deviam estar erradas, pois era impossível, dada a distância de Lisboa à Trafaria, a existência da ponte e a falta de transportes. Tal permitia concluir que os presos estavam seguros na Trafaria.

Não me deixei impressionar por este optimismo e disse-lhe que era possível os SUV ocuparem autocarros da Carris e posteriormente organizar uma marcha sobre a Trafaria. Se isso acontecesse, não havia nada que os impedisse de lá chegarem, pois a barricadas de militares ou civis, que pudessem ser feitas, não dariam nenhum efeito.

À sua pergunta como pensava que o assunto poderia ser resolvido, respondi-lhe que era difícil encontrar uma solução, tanto mais que os meios estavam no COPCON, tal como as informações referentes aos SUV e ao seu modo de actuar. Assim, se eu fosse o seu comandante, pediria um helicóptero à Força Aérea e procedia à evacuação dos presos para Santarém, desmotivando a manifestação por falta de objectivos.

O CEM informou que não faria tal por ser desnecessário. Fiquei sem saber se este procedimento era motivado pela ignorância, por incompetência ou por cumplicidade com os SUV. Assim, solicitei-lhe que, dada a indisponibilidade do General Otelo em me receber, o informasse que, caso os militares dos SUV da EPI fossem soltos, eu deixaria o comando da Unidade e não mais serviria na Região Militar de Lisboa, enquanto o General Otelo fosse comandante. (...)

Pensei onde me deveria apresentar se tivesse que abandonar a EPI. Só encontrei um lugar – a DAI, dado que não podia fazê-lo no

EME, porque, por um lado, estava amorfo e, por outro, nesse local, estava o Comandante do Exército, General Fabião, que permitia toda esta indisciplina sem mostrar, através de uma palavra ou duma acção, que estava disposto a modificar a situação e a disciplinar o Exército.

Passsei a noite a ouvir a rádio. Tudo decorreu como previra. De Lisboa, os SUV, através da ponte 25 de Abril, dirigiram-se em autocarros da Carris, para a Trafaria, onde, com palavras de ordem e outras pressões psicológicas, conseguiram que o comandante da casa de Reclusão libertasse o Furriel Figueiredo e o 1.º Cabo Pinto. (...) <sup>3</sup>

No dia seguinte, de manhã, levantei-me, fui para Mafra, entrei no meu gabinete, chamei o chefe de secretaria, a quem dei ordem para me passar guia de marcha para a DAI. Despedi-me de alguns militares presentes e deixei a EPI. (...)

O apoio dos militares da EPI esteve sempre presente, tendo como expoente máximo o comunicado enviado para os jornais no dia 27 de Setembro. Nunca conseguirei pagar, a não ser com a amizade e disponibilidade para ajudar em qualquer dificuldade, tudo o que por mim fizeram os militares da EPI, encabeçados por um grupo de militares de elite em qualquer situação e sob qualquer ponto de vista. (...)

Poderei afirmar que só a partir da minha saída da EPI comecei a fazer subversão. Até esse momento, as minhas posições para com o General Otelo e o General Fabião eram frontais e dentro dum direito e dum dever que todos os militares têm – informar com verdade os seus superiores hierárquicos. (...) <sup>4</sup>

---

<sup>3</sup> Terá ocorrido em 25-9-1975.

<sup>4</sup> No restante texto poderá verificar-se que, juntamente com o então Coronel Tomé Pinto, foi um dos principais oficiais na elaboração do plano de operações para a contenção de um golpe da esquerda totalitária, tendo vingado a sua proposta de se manterem na capital, para evitar os inconvenientes de uma previsível guerra civil.

## 2. No 25 de Novembro de 1975 <sup>5</sup>

### Conclusões

(...) 1. Saliento três unidades do Exército que tiveram acção mais destacada, por terem intervindo directamente, em objectivos importantes e complexos:

a) O Reg. Cmds, com a sua acção no GDACI/FAP, em Monsanto, no Reg. PM, na Calçada da Ajuda, em Belém, e no comando do COPCON, no Forte do Alto do Duque.

b) A EPI, pela sua acção no Dest. Mil. do Forte de Almada, com um destacamento da Companhia de Atiradores, sediada em Monsanto <sup>6</sup> (após a saída dos “Comandos”), em que estava sempre presente o perigo do Corpo de Fuzileiros, e em Vila Franca de Xira, em ligação com o Reg. Cav. Estremoz, para controlo da Escola de Marinheiros da Armada e da ponte sobre o Rio Tejo (...).

c) O Reg. Cav. Estremoz, pela sua acção, em coordenação com a EPI, em Vila Franca de Xira, para controlo da Escola de Marinheiros da Armada, e em Setúbal, para impedir a tomada do Reg. Inf. Setúbal pelos populares.

2. O sobrevoio dos aviões da Força Aérea, nos céus de Lisboa e Setúbal, passando por cima dos quartéis das unidades insurrectas, antes e durante as operações militares, foi altamente moralizante para as nossas tropas e desmoralizante para os insurrectos, apesar de sabermos que a sua autonomia de voo só lhes permitia estar, nos céus de Lisboa, escassos minutos.

3. A actuação das populações civis afectas ao PS e ao PPD, actuando em coordenação com os moderados, foi muito importante. Destacaremos, pela sua relevância, a actuação da população de Leiria, na Base Aérea de Monte Real, que levou os pára-quedistas ocupantes

<sup>5</sup> Extractos de “O Exército e o 25 de Novembro”, apresentado num colóquio do 25.º aniversário do 25 de Novembro, organizado pela Câmara Municipal de Oeiras e publicado em Manuel Barão da Cunha (coord.). “Os Militares as Artes e as Letras; Os 25 Anos do 25 de Novembro”. Lisboa, Ed. Notícias, 2001, pp. 105 a 153.

<sup>6</sup> Era comandada pelo então Capitão Gonçalves Capaz, acompanhado por um oficial de ligação, então Capitão Romano Pires. Depois da saída dos “Comandos” e antes da chegada desta C. At., Monsanto foi controlado por um grupo de oficiais estacionados no R. Cmds, oriundos das Comissões Liquidatárias do Ultramar, e comandado pelo então Capitão Esteves Pinto.

desta Base a retirarem-se para Tancos, sem qualquer intervenção militar e a acção da população de Vendas Novas que, numa contramaneifestação contra os populares afectos ao PCP, os dispersou, permitindo a marcha para Porto Alto do Esquadrão do R. C. Estremoz, onde chegou em tempo útil.

4. Como facto negativo saliento a grande demora do Esquadrão de Carros de Combate (ECC) da EPC,<sup>7</sup> em sair do seu aquartelamento, não trazendo os depósitos atestados e originando a constituição de uma coluna de reabastecimento a partir de Lisboa, o que impediu a sua utilização em Vila Franca de Xira e em Lisboa, em tempo oportuno.

5. É de inteira justiça salientar que o COPCON deu ordens a três Unidades para saírem dos quartéis e combater os moderados:

a) Ao R.I. Queluz, para as suas duas companhias de atiradores interceptarem as forças do R. Cmds, que saíssem do quartel (Amadora), impedindo-as de atingir o seu objectivo. A mensagem foi interceptada pelos elementos que, naquela Unidade, trabalhavam com os moderados, rasgada, e as duas companhias de atiradores foram postas à disposição do Posto de Comando da Amadora.

b) Ao RALIS foi dada ordem para sair e enfrentar com decisão as tropas dos moderados que, para eles, eram as dos R. Cmds. As duas companhias formaram na parada, prontas para sair, mas do diálogo travado entre os oficiais afectos aos moderados e os ligados aos gonalvistas, foi decidido que o RALIS não sairia contra os "Comandos".

c) Ao Corpo de Fuzileiros foi dada ordem para uma companhia de fuzileiros se destacar para o Forte do Alto do Duque, reforçando, aí, a defesa das instalações contra qualquer ataque dos "Comandos". A companhia saiu do seu aquartelamento, chegou ao Alto do Duque, mas, depois de saber que o COPCON não actuava às ordens do Presidente da República, embarcou nas suas viaturas e regressou à sua Unidade.

6. São dignos do meu agradecimento as seguintes Unidades e Entidades

a) O R. Cmds, pela sua elevada prontidão, demonstrada pela disciplina de que deram prova em situações extraordinariamente difíceis,

---

<sup>7</sup> Era comandado pelo então Capitão Salgueiro Maia.

como a acção desenvolvida no GDACI/FAP e no RPM, e pelo seu comportamento entre a sua formação (Maio de 1974) e o 25 de Novembro de 1975, factor determinante de toda a eficiência e eficácia nas acções de contenção dos revoltosos.

b) A Infantaria, pela forma como soube resistir à indisciplina reinante no Exército, à fobia dos saneamentos, permitindo com a sua prática, muitas vezes à margem dos comandos hierárquicos, que fosse possível preparar subunidades operacionais, para recuperar a disciplina e a dignidade do Exército.

c) A EPI, pela forma como resistiu a todas as pressões entre 26 de Abril de 1974 e o 25 de Novembro de 1975 (ocorreram várias tentativas frustradas de desestabilização), tendo disponibilizado duas companhias de atiradores (C. At.) para colaboração nas acções na área da grande Lisboa e uma C. At. e uma Comp. de Apoio de Combate, para a planeada ofensiva contra a Base de Tropas de Pára-quedistas, em Tancos, não executada, devido à sua rendição negociada. (...)

d) O R. C. Estremoz, pela maneira como preparou o seu Esquadrão de Reconhecimento e o fez deslocar até à área da Região Militar de Lisboa, atravessando o Alentejo; e o colocou à disposição dos moderados do Comando da Amadora, sendo a primeira subunidade a atingir a região de Vila Franca-Porto Alto. (...) Destaca-se ainda a acção rápida e frontal sobre Setúbal, impedindo a tomada do R. I. Setúbal pelos populares e dando um grande contributo para evitar a guerra civil.

e) O CIAAC, com a cedência, à disposição dos moderados, de armas de apoio de fogos e quadros de elevado nível profissional.

f) A EPC, pela forma como resistiu, entre 25 de Abril de 1974 e 25 de Novembro de 1975, aos constantes assaltos de que foi vítima, embora não tenha impedido, em parte, a neutralização do seu ECC (...).

g) Os militares moderados, que integraram o grupo encarregado de planear e coordenar as operações desenvolvidas em 25 de Novembro e dias seguintes, pela competência e eficácia demonstradas, e os militares moderados que planejaram e conduziram as acções políticas.

h) Os militares do R.I. Queluz que, em situações muito adversas, conseguiram neutralizar a Unidade, impedindo que actuasse às ordens do COPCON (...).

i) Os militares da Região Militar Norte (e RMC) que apoiaram todos os planeamentos efectuados e, nomeadamente, desenvolveram acções importantes na segurança da Base Aérea de Ovar e no reforço, com quatro C. At., à Região Militar de Lisboa.

(...) 7. Quero ainda realçar o seguinte:

a) Foram os militares operacionais de 25 de Novembro, a maior parte também militares de Abril, com a sua abnegação, espírito de sacrifício e idealismo, que tiveram a coragem de dizer “não” ao “folclore” existente em Lisboa, evitando uma guerra civil.

b) A hierarquia militar saída do 25 de Novembro e o regime democrático, que ainda hoje vivemos, tudo deve aos militares operacionais e, no entanto, esqueceu-os, quando não os maltratou.

c) O único militar do 25 de Novembro que teve alguma recompensa pelo seu comportamento nas acções realizadas nesta data, embora posteriormente tenha sido maltratado, foi o Coronel Jaime Neves.

De facto, este oficial era Major graduado em Coronel, em 25 de Novembro, e o Conselho da Arma de Infantaria, por falta de tomada de posição da hierarquia militar, propôs a sua promoção a Coronel, por distinção. Esta honraria foi aceite pelo CEME, mas não o foi pelo CR, que já se tinha esquecido da acção do Coronel Jaime Neves. Como alternativa a esta situação, o Conselho da Arma propôs a promoção de Jaime Neves, de Major a Tenente-Coronel, por distinção, e de Tenente-Coronel a Coronel, por escolha, atingindo, desta forma, o seu objectivo – promoção do Jaime Neves a Coronel. Recordo que o CR tinha, no seu seio, os conselheiros que assinaram o “Documento dos Nove”...

8. Finalmente, permitam-me que, a respeito dos militares que contiveram o golpe dos gonçalvistas, diga o que Churchill afirmou aos pilotos da RAF, aquando da batalha de Londres, na 2.<sup>a</sup> Guerra Mundial:

*“Nunca tantos deveram tanto a tão poucos”*

No entanto, julgo que a Inglaterra tratou melhor os seus pilotos da RAF, do que as chefias militares e o Governo trataram os militares de Abril e Novembro. (...)



## VÍTOR CRESPO E A TEIMOSIA DO COPCON

(...) José Gomes Mota, que viveu intensamente todo o agitado Verão de 1975, durante o qual se esboçou o esmorecer do já chamado "período gonçalvista" e o renascer do verdadeiro espírito que presidiu ao 25 de Abril de 1974, pediu-me para passar ao papel algumas recordações dos momentos para mim mais significativos dessa época. Para além da interpretação histórica, que é forçoso fazer-se dos acontecimentos vividos por todos nós em âmbito restrito, julgo ser extremamente importante e imperioso registar alguns desses acontecimentos (e talvez este livro seja um contributo válido para esse fim) como simples relato, quer para poderem ser dados a conhecer ao povo português, quer para virem a constituir uma fonte fidedigna dos que, mais cedo ou mais tarde, se dediquem ao seu estudo cuidadoso, como parte valiosa da História do nosso País. Aliás, temo muito sinceramente a perda desses elementos com o passar dos tempos e com as interpretações que o "carimbo" da sequência de novos ambientes sociais vai inevitavelmente imprimindo a acontecimentos vividos no passado, e que passam a estar guardados na nossa memória como meras recordações.

<sup>1</sup> Este oficial foi CEME (23-1-1981 a 16-12-1983), depois de chefiar a Casa Militar do Presidente da República, General Ramalho Eanes, e colaborou com este depoimento no livro de José Gomes Mota, "A Resistência; O Verão Quente de 1975". Lisboa, Ed. Jornal Expresso, 1976.

Amadeu Garcia dos Santos foi o Homem das transmissões (Tms) no 25 de Abril de 1974, e também no 25 de Novembro de 1975. Significativamente, refere na carta em que me remeteu este depoimento: "quando se esquecem das Tms, é sinal que funcionaram bem". Além de montar o sistema das Tms no 25 de Novembro e de ter elaborado o respectivo Anexo de Transmissões à O. Op., que incluía meios militares e também da BT/GNR e de ligação à FAP, consegui, através da captura do rádio de uma betoneira do J. Pimenta, nos arredores do R. Cmds, "entrar" na rede do adversário, fornecendo dados ao Posto de Comando sobre as movimentações das suas viaturas.

Sobre a sua passagem posterior pela então Junta Autónoma das Estradas, que tanta polémica suscitou, José Caniné ("À Moda da Vida", 1998) dedicou-lhe uma interessante sextilha: *Homem sábio é o Garcia / Que ao ver que o asfalto ia / Das estradas stando ausente, / Logo puxou pelo bestunto / E o foi descobrir, e muito, / Nos bolsos de muita gente!*

A preocupação que pretendo deixar expressa não se limita ao período mencionado neste livro. Estende-se também a todo o espaço de tempo que vivemos desde essa altura até agora. Muito se tem escrito sobre tal, mas muito ainda está por escrever, sendo urgente que alguém com capacidade se disponha a fazê-lo, recolhendo aqui e ali, deste ou daquele, todos os pormenores e contradições, por mais pequenas, que permitam atingir tal objectivo.

Relativamente ao Verão de 1975, fase que acompanhei de muito perto, embora com os condicionamentos resultantes de fazer parte do IV Governo provisório e das minhas intervenções terem sido sempre orientadas para problemas e situações sobretudo de carácter executivo, recorro, já com certa dificuldade, alguns momentos que vivi e a que assisti.

No âmbito da minha actividade no Governo, considero como facto mais marcante dessa época, a apresentação ao Primeiro-Ministro da demissão, em bloco, da equipa do então Ministério do Equipamento Social e Ambiente, em consequência de se ter concluído, após profundo estudo da situação, que não existiam condições, nem se vislumbrava que pudessem vir a ser criadas, para o desempenho com eficácia das suas funções. Este pedido de demissão, apresentado pessoal e directamente pelo Ministro (Coronel José Augusto Fernandes) ao Primeiro-Ministro (General Vasco Gonçalves), constituiu, para aquele, uma decisão inevitável mas extremamente penosa, dados os laços de amizade e camaradagem que o ligavam ao Primeiro-Ministro. As razões então invocadas constam de um documento, que chegou a ser publicado integralmente na Imprensa, e focavam basicamente a situação da crise da indústria da construção civil e, na nossa opinião, quais as causas dessa situação e a forma de a ultrapassar. Infelizmente, muitas das questões então levantadas ainda hoje são válidas.

Um outro acontecimento, que recorro, relaciona-se com o chamado "Documento dos Nove" e constitui a justificação da sua designação. Inicialmente, e logo que concluído, discutiu-se quem deveria subcrever tal documento. A primeira hipótese surgida apontava para todos os participantes no 25 de Abril de 1974 e que se mantinham coerentes com os princípios então delineados, e que este documento fazia reviver. Todavia, dificuldades na concretização dessa ideia,

face à dispersão da localização desses participantes e às omissões que, por isso, poderiam ser cometidas, decidiu-se pela solução de serem unicamente os “Nove” os subscritores do exemplar n.º 1 do documento. Uma outra razão que se apresentou como impeditiva da primeira hipótese levantada, cuja execução era forçosamente demorada, residia na urgência da entrega daquele texto ao Presidente da República. Daí terem posteriormente, ao longo de vários dias, em adesão contínua e praticamente permanente e maciça, os nomes de todos aqueles para quem se mantinham intactas as verdadeiras intenções do 25 de Abril de 1974. Mais tarde, quando foi tentada a junção ideológica da corrente que apoiava o “Documento dos Nove” com a que apoiava o Grupo de Oficiais do COPCON, de entre várias peripécias ocorridas, ressalta, para mim, uma sessão onde, como representantes dos “Nove”, estavam Vítor Crespo e Vasco Lourenço e, pelo COPCON, além de Otelo Saraiva de Carvalho, mais uma vintena de oficiais, cujos nomes sou incapaz de reproduzir. Durante essa interminável sessão (começou ao princípio da noite e terminou cerca das 6 horas da manhã), ficou bem clara a total impossibilidade de compatibilizar os dois grupos. A particularidade mais saliente dessa discussão, para além da posição ideológica assumida por cada um deles, e da intransigência em que obviamente se colocaram, situa-se na força da argumentação e na extraordinária resistência física de Vítor Crespo, ao dialogar praticamente sozinho (foram muito curtas as intervenções de Vasco Lourenço) com tão elevado número de interlocutores. A profundidade dos seus conhecimentos e a convicção na forma como os apresentou, constituem um ponto muito alto na árdua defesa da democracia, que todos nós pretendemos ver instaurada no País.



## A FORÇA AÉREA E O 25 DE NOVEMBRO

## 1. Introdução

Dado que já está amplamente documentado o percurso político-militar entre 25 de Abril de 1974 e o início do chamado período do “Verão Quente” de 1975,<sup>2</sup> apenas se salientam alguns pontos, produto dos esforços feitos no seio da Força Aérea, para se repor uma cadeia hierárquica que funcionasse e acabasse com os desmandos existentes em algumas Unidades, onde a influência dos grupos da esquerda comunista e radical era de grande importância:

a) Substituição dos elementos da Assembleia da Força Aérea que tinham sido nomeados como que por “direito revolucionário”, após os acontecimentos de 11 de Março de 1975, por militares eleitos e dando, de novo, lugar à hierarquia formal da Força Aérea.

b) Afastamento dos Conselheiros da Revolução Costa Martins, Pinto Pereira e Graça Cunha, conotados com as forças mais radicais de esquerda.

---

<sup>1</sup> Este oficial, graduado em General, era o Chefe de Estado-Maior da Força Aérea, na altura do 25 de Novembro. Desempenhou essas funções entre 1975 e 1977. Quando saiu do cargo, com o posto de Ten-Coronel, o então CEMGFA, General Ramalho Eanes fez publicar um louvor (DR 285 de 12-12-1977) donde se destaca: “ (...) Tendo assumido este cargo num momento particularmente difícil da vida da Nação e das próprias Forças Armadas, caracterizado por uma instabilidade a todos os níveis e por sucessivas tentativas de assalto ao poder por parte de forças totalitárias, o então General graduado Morais da Silva identificou-se, desde logo, com a defesa frontal e intransigente dos princípios democráticos, bem como da disciplina das Forças Armadas, em termos tais que decisivamente obstaram à desagregação das estruturas sociais.

“À voluntariosa acção do então General graduado Morais da Silva em muito ficou a Nação devendo o clima que tornou possível a expressão livre do voto popular e a Força Aérea, a organização, a disciplina e a capacidade operacional, que ficaram bem demonstradas no dia 25 de Novembro de 1975.

“(…) Completamente integrado no espírito de bem servir inerente à sua qualidade de militar, o General graduado Morais da Silva regressou voluntariamente ao seu lugar na hierarquia, logo que viu concluída a missão que lhe fora confiada, dando assim um raro exemplo de integridade moral e isenção de ambições pessoais de poder. (...)”

<sup>2</sup> Ver depoimento deste oficial in Manuel Barão da Cunha (coord). “Os Militares as Artes e as Letras. Os 25 Anos do 25 de Novembro”. Lisboa, Ed. Notícias, 2001, pp. 141-153.

c) Suspensão dos trabalhos de formação das listas de sargentos a serem passados à reserva ou preteridos na promoção, dado que o arrastar dos trabalhos estava a dar a possibilidade de exercício de ameaça e chantagem sobre os visados.

d) Suspensão da Comissão Coordenadora da Força Aérea, a trabalhar no Estado-Maior e que constituía, cada vez mais, um grupo extremamente desestabilizador.

## **2. O Pré-25 de Novembro de 1975**

### **Situação no início de Novembro de 1975**

As posições extremavam-se e as divisões na sociedade civil e nas Forças Armadas tinham chegado a tal ponto que se esperava, a todo o momento, um golpe por qualquer uma das forças em presença.

Tinha ocorrido o cerco da Assembleia da República e do Governo, então dirigido pelo Almirante Pinheiro de Azevedo, e que se saldara pela saída, em apoteose, dos deputados do Partido Comunista.

Continuavam as ocupações de herdades e casas.

A tentativa de ocupação das estações de rádio por forças militares tinha sido um fracasso.

Todos os dias havia novos boatos sobre acções militares para a conquista do poder.

No meio de toda esta confusão, a maioria dos membros do Conselho da Revolução tinha chegado a uma posição da qual não arredaria fosse qual fosse a provocação: as forças militares, comandadas pelo Presidente da República, não tomariam qualquer iniciativa para garantir o poder.

Em paralelo com as acções que a Força Aérea vinha desenvolvendo, também o Exército, nomeadamente na Região Militar Norte, então já sob o comando do Brigadeiro Pires Veloso, procurava retomar uma cadeia operacional respeitadora das normas de disciplina.

Mais a Sul, outras unidades do Exército procuravam seguir, e conseguiram-no, com êxito, as pisadas do Brig. Pires Veloso.

Nunca será demais enaltecer a acção desenvolvida por este oficial, garantindo assim a segurança a Norte, para quaisquer operações que se viessem a realizar.

## **Reunião do Conselho da Revolução com o VI Governo provisório**

Como corolário da situação descrita, o Primeiro-Ministro, Almirante Pinheiro de Azevedo, solicitou uma reunião com o Conselho da Revolução (CR) para ser discutida e analisada a situação existente. Esta reunião teve lugar sob a direcção do Presidente da República, General Costa Gomes, com a presença dos Conselheiros e vários Ministros.

A mensagem de Pinheiro de Azevedo foi clara e directa :

Ou aquele Conselho tomava medidas fortes e visíveis de apoio ao Governo, ou teria de enfrentar uma greve, agora do próprio Governo. Declarou também que estava farto de ser desautorizado por membros do CR, e não suportaria mais cercos da Assembleia e do Governo, levados a cabo pelo Partido Comunista e outros grupos mais à esquerda.

Nesta reunião foi decidido actuar, em força, contra um alvo considerado prioritário pelo Governo, sendo, desde logo, consensual não fazer qualquer intervenção que levasse a uma ocupação posterior do alvo designado, dada a má experiência anterior com as estações de rádio.

Foi escolhido o posto transmissor da Rádio Renascença, na Buraca, para uma acção que impedisse o seu funcionamento por algum tempo.

## **Razão da escolha de tropas pára-quedistas para a operação**

Tomada a decisão de apoiar o Governo com uma acção forte e de grande visibilidade, foi cometida tal tarefa, inicialmente ao Agrupamento Militar de Intervenção (AMI).

Os “comandos”, apesar de já terem sido reforçados com duas companhias de comandos “convocados” da vida civil, não consideraram conveniente entrar em tal operação, na modalidade de execução adoptada.<sup>3</sup>

Quanto à Força de Fuzileiros, na altura muito influenciada por alguns oficiais da Marinha com ligações à esquerda, não se esperava uma resposta positiva ao que se pretendia.

---

<sup>3</sup> Ver o depoimento do Coronel “Cmd” Loureiro Cadete neste trabalho.

Após ouvidas as razões do Comandante do AMI, foi decidido utilizar os pára-quedistas, uma força com capacidade de actuação terrestre e que, em lenta recuperação desde 11 de Março, já dispunha de grande capacidade operacional.

A proposta foi apresentada pelo CEMFA ao Conselho da Revolução e o Presidente da República aprovou-a, dando ordem para a sua intervenção.<sup>4</sup> Em 7-11-1975, foi transmitida essa ordem ao Comandante Operacional da Força Aérea, General Pinho Freire que, pelas três horas da madrugada, ordenou, ao comandante da companhia estacionada na Base do Lumiar, a execução da acção. Pelas quatro horas a missão estava concluída.

### **Manipulação dos Pára-quedistas pelo PCP e extrema-esquerda**

Logo que se tomou conhecimento da acção levada a cabo pelas forças pára-quedistas, começou a manipulação com vista a destruir todo o esforço desenvolvido na sua recuperação.

Os manipuladores utilizaram vários argumentos: os oficiais traíram mais uma vez os sargentos e as praças; o CEMFA usou os pára-quedistas num ataque e irá voltar contra eles a ira do povo; e, finalmente, que o CEMFA só pretendia a sua destruição. Não entanto, o que pretendiam era fomentar uma revolta que terminaria com a reposição do equilíbrio, a seu favor, na constituição do CR, uma vez que tinham sido afastados alguns conselheiros conotados com o Partido Comunista.

Para regressarem aos quartéis, os pára-quedistas sublevados exigiam que o CEMFA e o General Pinho Freire fossem substituídos por elementos da sua linha política. Ao analisar as entrevistas dadas pelos revoltosos, verifica-se ser clara a situação existente, pois os entrevistados nunca referem a hipótese de tomada do poder, mas a luta contra as chefias da Força Aérea, as manobras do CEMFA para “destruir os páras” e a sua substituição, como condição para acabarem com a revolta.

É de importância fundamental saber-se quem deu a ordem de ocupação das bases. Veio do COPCON ou este comando tentou aproveitar a “boleia” da saída dos páras?

---

<sup>4</sup> Ver as declarações do Marechal Costa Gomes, constantes deste trabalho, e as contradições nelas verificadas.

Na minha opinião, em qualquer das hipóteses, os páras foram aproveitados para “entusiasmar” outras unidades a sair e, ao mesmo tempo, anular a possibilidade de reacção da Força Aérea a uma tentativa de golpe.

### **Acções preparatórias da Força Aérea**

No início do “Verão Quente”, por iniciativa do Capitão Tomás Rosa e do Tenente Costa Parente (já falecidos), organizaram-se algumas reuniões, em que, para além da presença de elementos da Força Aérea, participaram elementos dos outros ramos das Forças Armadas e membros dos partidos políticos moderados.

Nessas reuniões era analisada a situação político-militar, os perigos para a Democracia, as possíveis ameaças e começava-se a pensar numa resposta a tal conjuntura. Os elementos da Força Aérea que lá compareciam falavam sobre os assuntos discutidos com outros amigos, quando regressavam às suas unidades. Assim se foi espalhando a mensagem de alerta para a situação vigente e seus perigos.

Não é demais realçar, com toda a justiça, a acção deste grupo de civis e militares e a sua contribuição para o esclarecimento do que se estava a passar e para a consciencialização do pessoal.

A nível interno da Força Aérea e a partir do início de Outubro de 1975, por proposta do Comando da Base do Montijo, apoiada pelo Adjunto para as Operações, foi apresentado um plano para a mudança do dispositivo operacional mais importante, para a Base de Ovar.<sup>5</sup>

O General Pinho Freire, como responsável operacional, deu a ordem necessária para o seu início, depois de obtida a autorização do CEMFA. Os aviões P2V5 começaram a transportar bombas e outro armamento para Ovar, a que se seguiu a deslocação de aviões FIAT G 91 e de dois helicópteros AL III, um dos quais armado com canhão de 20 mm, pessoal de manutenção, armamento e apoio logístico.

Entretanto, na Base da OTA, alguns aviões Cessna foram armados e os pilotos iniciaram voos de treino de tiro.

---

<sup>5</sup>Também conhecida (indevidamente) por Base da Cortegaça.

### **Comunicado do “Comité de Vigilância Revolucionária” / / Força Aérea**

Em 29 de Outubro surgiu, nos jornais e na televisão, um comunicado, onde o auto-intitulado “Comité de Vigilância Revolucionária” afirmava estar a ser preparada uma nova operação, por parte do sector reaccionário da Força Aérea. Nele era referida a movimentação de pessoal e meios para Ovar.

O Estado-Maior da Força Aérea respondeu, à letra, a tal comunicado, informando das razões da criação do destacamento. Embora não tivesse sido preparado qualquer plano, para além da criação do destacamento em Ovar, em conversas restritas, já o CEMFA, o General Pinho Freire, o Brigadeiro Lemos Ferreira, o Brigadeiro Aleixo Corbal, o Coronel Fernando Vasquez e outros oficiais tinham analisado a possível resposta a uma acção que visasse modificar o equilíbrio das forças em presença.

Estava assente que seria a partir do Norte, aproveitando a protecção das forças comandadas pelo Brigadeiro Pires Veloso, que a Força Aérea desenvolveria as suas acções, utilizando as instalações da Base de Ovar. Na Base do Montijo chegou a ser criada uma senha, que significava a deslocação imediata para Ovar por qualquer meio (senha inventada pelo então Major Afonso, Comandante da Esquadra de Fiat G-91), mais tarde Chefe do Estado-Maior da Força Aérea.

### **Situação no Regimento de Forças Pára-quedistas**

Embora o Regimento de Pára-quedistas tivesse recuperado grande parte da sua operacionalidade, respondendo sempre a todas as solicitações feitas, notava-se a influência crescente de um grupo de sargentos com ideias radicais, que explorava as tomadas de posição do CEMFA relativamente ao General Vasco Gonçalves; às suas tentativas para devolver a disciplina às unidades; ao cancelamento das acções de saneamento de sargentos e do desmembramento da Assembleia do MFA da Força Aérea, para influenciar o restante pessoal e levantar sérios problemas ao comandante da unidade e aos restantes oficiais. Aquele grupo fazia tudo isto para tentar repor a situação vivida após os acontecimentos de 11 de Março de 75.

A situação tinha-se agravado sensivelmente com a divulgação do “Documento dos Nove”, que foi aproveitado para aumentar as divisões já existentes do antecedente.

O comando da Unidade chegou a aventar a hipótese dos oficiais terem de abandonar o aquartelamento, caso se chegasse ao extremo de ser impedida a sua entrada no quartel. De tal hipótese deu conhecimento ao CEMFA, que comunicou estar o comandante autorizado a mandar sair os oficiais, se e quando julgasse necessário.

### **Reacção dos Pára-quedistas à destruição na Rádio Renascença**

A partir do rebentamento na Buraca, iniciou-se todo um conjunto de manipulações, que terminaria nos acontecimentos de 25 de Novembro de 1975.

Voltou a surgir a suspeita, com os sargentos a afirmar que, mais uma vez, tinham sido traídos pelos oficiais. Os soldados igualmente os acompanharam nessas acusações. Assim, um grupo radical de sargentos e o núcleo de SUV iam tornando impossível a vida no Regimento das Tropas Pára-quedistas.

A Comunicação Social bombardeava a todo o momento o Regimento com as mais sujas acusações e o quartel era invadido por elementos de partidos da esquerda revolucionária, que se dispunham ajudar na “dinamização” do pessoal. A todo o momento temia-se que os oficiais fossem presos ou impedidos de entrar na unidade.

Em face dos acontecimentos, o CEMFA deu ordem de saída para Ovar, criando uma nova Base Pára-quedista, com os 123 oficiais e alguns sargentos que tinham saído de Tancos.

### **O Batalhão de Pára-quedistas regressado de Angola**

Em 23 de Novembro chegava, de Angola, sob o comando do Tenente-Coronel Heitor de Almendra, um batalhão de pára-quedistas.

Após ter sido informado sobre a situação, por uma carta escrita pelo CEMFA, o Tenente-Coronel Almendra desembarcou as suas tropas, dirigindo-se à Base da OTA e, daí, seguiu para Ovar, a fim de assumir o comando da recém-criada Base dos Pára-quedistas, no Norte. É de realçar a acção deste oficial, que conseguiu impedir o contacto entre os homens sob o seu comando e os delegados dos

revoltosos, que tentavam aliciar as tropas desembarcadas. Se tal tivesse obtido sucesso, as consequências seriam dramáticas.

Falhada a tentativa de aliciamento do batalhão chegado de Angola, continuou, em Tancos, a manipulação dos Pára-quedistas, agora sob o comando do Major Mascarenhas Pessoa.

A tónica passou a ser de que o CEMFA se preparava para a liquidação da Unidade, através de medidas administrativas (corte de abastecimento de água e electricidade e suspensão do pagamento de vencimentos). Estava claro que, na retaguarda de toda esta movimentação, agiam os manipuladores que, a coberto da luta contra o CEMFA e o seu Comandante Operacional, iam preparando objectivos mais profundos. Esses passavam pela saída dos pára-quedistas, com o pretexto de uma revolta contra o CEMFA, para “entusiasmar” outras unidades, que apanhassem a “boleia” para a tomada de poder.

Aliás, revendo as entrevistas dadas por elementos das forças pára-quedistas, no dia 25 de Novembro, verifica-se que, em momento algum, aqueles militares afirmaram estarem a executar um golpe para a conquista do poder. Os manipuladores, que sabiam muito bem qual era o objectivo da saída, nunca deram a cara, nem vieram corrigir as afirmações dos camaradas de armas.

Quando se dizia que os páras tinham sido aliciados pelo CEMFA, melhor seria afirmar-se que, afinal, tinham sido aliciados, manipulados e abandonados pelos seus sargentos radicais. A estes deverão ser assacadas as responsabilidades do sucedido.

### **3. O 25 de Novembro**

Na madrugada do dia 25 de Novembro, após uma reunião do Conselho da Revolução, o General Pinho Freire, que pernoitava na messe de Monsanto, pois tinha a família a viver em Ovar, foi acordado por um grupo de pára-quedistas que o informou estar em curso uma revolta contra o CEMFA e ele próprio, e que se deveria considerar como prisioneiro.

Ao abandonarem o quarto onde aquele oficial se encontrava, esqueceram-se de desligar o telefone, o que foi por ele aproveitado para, de imediato, contactar o CEMFA e outros oficiais, alertando-os do sucedido. A pouco e pouco foi conhecida a amplitude do movi-

mento, pois, para além do Comando Operacional em Monsanto, tinham sido ocupadas as Bases de Monte Real, Tancos, OTA e Montijo.

Após ter conhecimento do ocorrido, o CEMFA começou por dirigir-se a Monsanto, para tentar saber a amplitude do movimento. Chegou mesmo a falar com um pára-quedaista, que o informou estar a desenvolver-se uma acção contra o CEMFA e o seu Comandante operacional, com vista a afastá-los das suas funções. Acrescentou que as suas G-3 iriam provar serem mais fortes do que o poder da caneta do CEMFA, ao tentar destruí-los.

De seguida, o CEMFA dirigiu-se para o Estado-Maior da Força Aérea, na Avenida da Liberdade, onde verificou a grande movimentação dos elementos da Força Aérea, que já estavam em consonância com os objectivos dos páras ou outros. Daqui partiu para o Palácio de Belém, onde relatou o que observara e donde foram dadas as primeiras ordens, após a concordância do Presidente da República.

### **A acção do Brigadeiro Lemos Ferreira**

Após ter conhecimento do que se estava a passar, o Brigadeiro Lemos Ferreira tentou contactar o CEMFA, não o tendo conseguido por este já se encontrar na rua, a caminho da Presidência da República.

Entretanto conseguiu falar com o General Pinho Freire, com quem discutiu a situação e, após vários outros contactos dirigiu-se para o aeródromo da Portela, de onde ordenou a vários oficiais que se dirigissem para aquele local, para embarcarem para Ovar, pedindo-lhes que fossem avisando outros, com quem conseguissem falar. Embora ainda não tivesse recebido uma ordem directa do CEMFA, as directivas de Pinho Freire foram suficientes para desencadear toda a operação de deslocamento dos últimos meios operacionais para Ovar, bem como do pessoal disponível.

É de salientar o facto do Comandante do Aeródromo da Portela, Coronel António Faria, mesmo sem ter recebido uma ordem directa de comando, ter posto de imediato à disposição os meios aéreos necessários para transportar, para a Base de Ovar, o pessoal que se ia apresentando no Aeródromo da Portela.

Assim, descolou um avião Boeing 707 para Ovar, seguido de dois aviões DC-6. Chegado a esta Base, o Brigadeiro Lemos Ferreira organizou de imediato o destacamento, atribuindo o comando ao

Major Vaz Afonso, que já estava a comandar o destacamento de aviões FIAT G 91. Depois dirigiu-se ao Porto, onde criou um centro de operações, donde passaram a ser accionados todos os meios aéreos.

Nessa altura, já o Brigadeiro Pires Veloso tinha mandado avançar um destacamento de Cavalaria para protecção, no exterior, da Base de Ovar, por solicitação do Tenente-Coronel Ribeiro Cardoso, que, entretanto, chegara ao Porto.

Lemos Ferreira combinou com Pires Veloso a melhor metodologia para mobilizar os partidos democráticos para uma vigilância, à distância, de Ovar e para o cerco à Base de Monte Real. Igualmente foi contactado o Brigadeiro Franco Charais, Comandante da Região Militar Centro, para a operação de corte da emissão da RTP, a partir de Lisboa. Nesta altura as comunicações com o CEMFA encontravam-se restabelecidas.

O Posto de Comando operacional do Regimento de Comandos também estava em contacto com o Centro de Operações do Porto, ficando assim prontos os mecanismos para o início das operações. No fim da tarde de 25 de Novembro foi transmitido um comunicado pelas estações de rádio do Norte onde se informava que, contrariamente ao propalado, a Força Aérea afinal ainda dispunha das suas capacidades operacionais e, para o provar, iriam ser sobrevoadas as principais cidades do Norte do País por uma formação constituída pelo máximo de aviões.

Efectivamente, pouco tempo depois, uma formação de 40 aviões descolou da Base de S. Jacinto.

### **As operações da Força Aérea**

Em 25 de Novembro, a Força Aérea dispunha de um dispositivo, em Ovar, com os meios que foram chegando durante o dia, constituído por sete aviões FIAT G 91, dois T-37, dois AL III e um DC-6. A segurança era garantida pelos guardas portugueses da NATO, os 123 oficiais e sargentos pára-quedistas, idos de Tancos, e um destacamento de Cavalaria.

Para além deste dispositivo, existia um número indeterminado de populares e elementos de vários partidos democráticos, que vigiavam os acessos à Base, a uma certa distância.

As implicações logísticas, que este dispositivo criava, eram enormes, mas foram resolvidas graças à actuação generosa e abnegada do Comandante da Unidade, o Major Alves Pereira, cuja contribuição para o sucesso final não foi esquecida pela Força Aérea.

Da actividade desenvolvida salienta-se o sobrevoo de várias cidades do Norte por 40 aviões da Base de S. Jacinto, e a actuação duma formação de sete aviões FIAT G 91, que sobrevoou as Bases de Monte Real, Tancos, OTA e Montijo, com o objectivo de mostrar ao pessoal das bases ocupadas que, apesar da acção dos pára-quedistas, a Força Aérea ainda dispunha de meios aéreos operacionais.

Mais tarde, a pedido do Coronel Jaime Neves, Comandante das forças de “Comandos”, em aproximação a Monsanto, descolaram dois aviões T-37, seguidos de uma parelha de FIAT G 91 armados, para apoio ao avanço dos “Comandos”.

Entretanto, os populares cercavam e exigiam a rendição dos pára-quedistas que tinham ocupado a Base de Monte Real, tendo atingido, com êxito, esse objectivo. A partir do Quartel General do Porto, via telefone, o Brigadeiro Lemos Ferreira conseguia igualmente obter o abandono da Base da OTA, pelos pára-quedistas revoltosos, e tentava obter resultado idêntico, pela mesma via, com os pára-quedistas em Montijo e Tancos, mas sem êxito. Depois da acção dos “Comandos” na Calçada da Ajuda, no dia 26, tudo se resolveu, restando apenas a situação dos Páras, entretanto recolhidos a Tancos, cuja rendição seria negociada pelo Tenente-Coronel Heitor Almendra e concretizada no dia seguinte.

#### **4. Observações finais**

Antes de terminar gostaria de salientar:

a) Em primeiro lugar, constatar mais uma vez quão irónicas se tornam, por vezes, “as voltas que o mundo dá”. A palavra de ordem com que os grandes manipuladores tentaram levar os pára-quedistas à rebelião – de que o CEMFA e o seu Comandante Operacional se preparavam para “liquidar os pára-quedistas” –, afinal, teve consequências completamente diferentes.

Após os acontecimentos, graças à acção do seu Comandante, o Tenente Coronel Heitor Almendra, foi iniciada uma recuperação, que veio a originar o Corpo de Tropas Pára-quedistas (já tinha existência

legal ainda antes do 25 de Novembro de 1975) e, com a sua passagem para o Exército, iria constituir a espinha dorsal da Brigada Aero-transportada, que tão brilhantes resultados tem alcançado nas suas intervenções nos Balcãs e em Timor.

Os manipuladores esqueceram-se que os páras tinham nascido na Força Aérea e que a sua história se encontrava intimamente ligada, nos bons e maus momentos, dando este Ramo grande relevo às suas tradições.

b) Em segundo lugar, vejo com tristeza que uma unidade como o Regimento de Comandos, também ela com um historial que honra quem a tiver no seu Ramo, acabar por ser extinta nas condições em que o foi.

A Força Aérea jamais esquecerá o Coronel Jaime Neves, a quem quero expressar publicamente o nosso apreço por tudo o que fez em 25 de Novembro e a nossa admiração por todo o historial da sua unidade.

c) Para terminar, desejo relembrar que, em 25 de Novembro, a Força Aérea não ficou no chão, como alguns órgãos de Comunicação Social sempre têm repetido, transmitindo apenas informações recolhidas, não se sabe onde, e sem nunca ter sequer ouvido os seus responsáveis daquela época.

Chegou-se mesmo à situação caricata de um semanário ter publicado uma entrevista com o Coronel Jaime Neves, em que à pergunta “teve medo no 25 de Novembro?...”, aquele Oficial ter respondido: “(...) para além do que, neste processo todo, tinha uma grande ajuda, a Força Aérea. Ora, tendo a Força Aérea por mim, não havia que ter medo de ninguém...”. Mas o pressuroso entrevistador logo terminou o trabalho, com esta frase lapidar:

“ E foi assim que tudo acabou, com a Força Aérea no chão e o Danny Kaye no ar”.

Dezembro de 2004

A FORÇA AÉREA E O 25 DE NOVEMBRO DE 1975 <sup>2</sup>

(...)

**Medidas cautelares**

Neste capítulo pretende-se realçar alguns aspectos que se julga terem contribuído de forma decisiva para o fracasso das forças golpistas. Sem se pretender ser exaustivo, apenas são referidas algumas acções, a maioria das quais é desconhecida de muitos.

1. A partir de Abril de 1975 e por iniciativa do Capitão Tomás Rosa e do Tenente Costa Parente, um grupo de militares da Força Aérea começou a reunir-se para discutir e colher informações sobre os diferentes aspectos do processo revolucionário. Este grupo informal era aberto a todos os que, tendo apoiado e/ou participado no 25 de Abril, defendiam dois dos três D's do Programa do Movimento das Forças Armadas: a Democratização e o Desenvolvimento, porquanto o terceiro (Descolonização) já entrara numa fase difícil de alterar ou corrigir. Por isso defendiam uma perspectiva europeia para Portugal e não "embarcavam" em aventureirismos maoístas, estalinistas ou "peruanos".

2. Deste grupo faziam parte oficiais e sargentos das mais variadas patentes e especialidades, bem como alguns oficiais do Exército e da Marinha e, como estavam colocados em diferentes unidades e serviços, cabia-lhes transmitir aos seus camaradas o que se passava nessas reuniões. Este facto acabaria, inevitavelmente, por criar um espírito de sintonia em relação aos problemas nacionais, num número muito alargado de militares, o que acabaria por ser comprovado, mais

<sup>1</sup> Este oficial, em Novembro de 1975, era o 2.º Comandante da Base Aérea n.º 6 (Montijo) e foi membro do Conselho da Revolução, indicado pela Força Aérea. Demitiu-se desde órgão após uma polémica com Vasco Lourenço.

As notas de pé de página seguintes são da autoria de Ribeiro Cardoso.

<sup>2</sup> Extracto do ensaio deste autor, publicado na revista "Mais Alto" n.º 328 (Nov/Dez 2000). Ribeiro Cardoso inicia este artigo com uma "introdução", onde realça a importância da Força Aérea nos acontecimentos; e os "antecedentes", com a sequência das ocorrências significativas até à ruptura de Novembro.

tarde, em 25 de Novembro. Neste dia, a sua actuação, quer dentro das unidades ocupadas,<sup>3</sup> quer na deslocação para o Aérodromo de Manobra n.º 1 (Ovar), foi exemplar.<sup>4</sup>

3. Para estas reuniões eram convidados civis de vários quadrantes políticos e de reconhecido mérito em diversas áreas. Assim, para além de alguns assíduos (Pedro Coelho, Helder de Oliveira, Almerindo Marques, Raúl Junqueiro, Daniel Amaral, Almeida Serra e Machado Rodrigues) anuíram a dar o seu contributo entidades como Natália Correia, David Mourão Ferreira, Luís Coimbra, Vasco Vieira de Almeida, Sousa Gomes, Rui Vilar, Medeiros Ferreira, Arnaldo de Matos, Magalhães Mota, etc..

4. Estas reuniões que, ao longo do tempo, se foram tornando mais frequentes, tinham duas fases distintas. Uma parte restrita onde eram feitos pontos de situação e passadas informações de cariz militar<sup>5</sup> e uma outra parte, com os civis, onde se tratavam assuntos de natureza política, económica, social e cultural. Com estas verdadeiras tertúlias poder-se-á dizer que todos, civis e militares, ganhavam. Aqueles, porque se libertaram de alguns preconceitos e estereótipos em relação aos militares; estes, porque através das intervenções iam aprendendo melhor alguns aspectos e dificuldades dentro da sociedade civil, que nem sempre eram facilmente detectáveis.

5. Entretanto, foram destacadas duas companhias de Páras: uma para Monsanto e outra para a BA 6. Com os acontecimentos na BETPQ (Tancos), a presença destes militares dentro da BA 6 começou a levantar algumas suspeitas sobre uma hipotética ocupação da Base e a inviabilização da sua actividade operacional (Fiat's, Helis e P2V5).

6. Estas preocupações foram apresentadas pelo Ten-Coronel Fernando Vasquez ao general adjunto para as operações, o Brigadeiro

<sup>3</sup> Ver os Relatórios do 25 de Novembro.

<sup>4</sup> Na reunião de Monsanto, na noite de 24 de Novembro, onde estiveram presentes cerca de trinta militares, mais uma vez foi reafirmada a "palavra de ordem" de que, no caso de amotinação, todos se deveriam dirigir para Ovar. Isto ajuda a explicar os movimentos, dir-se-ia espontâneos, no AB1 (Figo Maduro/Lisboa) e BA 1 (Sintra) e de todos aqueles que não foram detidos.

<sup>5</sup> Entre os militares, para além de Costa Neves e Canto e Castro, alguns estavam directamente ligados ao "Grupo dos Nove" e ao movimento "resistência". Ver José Gomes Mota. "A Resistência". Lisboa, Ed. Expresso, 1976, p. 89.

graduado Aleixo Corbal e ao General graduado Silva Freire (COMRA 1), bem como a sugestão da criação de um destacamento no AM 1, o que, pelo menos iria garantir alguma operacionalidade à Base.

7. Tendo sido aceite essa sugestão, o Brigadeiro Aleixo Corbal, de acordo com o CEMFA, deu instruções no sentido de, discretamente, serem levados para Ovar ou Base da Cortegaça, como impropriamente ficou conhecida.<sup>6</sup>

8. A partir de então, os P2V5, sob a capa de voos de treino, começaram a transportar armamento e bombas para Ovar (Cap. Marinho).

9. Mais tarde foram destacados dois Fiat's e dois Helis (um deles com canhão) e as respectivas tripulações e o pessoal de apoio de manutenção, de armamento e logístico.

10. À medida que a situação político-militar se ia degradando, foi considerado conveniente desviar mais meios aéreos para o AM 1. Para tal, aproveitavam-se os voos de treino, em que descolava uma formação de aviões Fiat e um deles já não aterrava no Montijo, mas em Ovar. Esta "anomalia" não era referenciada pelos poucos oficiais, sargentos e praças da Base, que se arrogavam o direito de controlar toda a actividade da Unidade.<sup>7</sup>

11. Toda esta movimentação na criação do destacamento no AM 1 só acabaria por ser detectada quando houve necessidade de abastecer a Base de Ovar com elevadas quantidades de combustíveis. Esta operação dificilmente passaria despercebida, porque vários serviços e entidades nela estavam envolvidos, especialmente a Direcção do Serviço

---

<sup>6</sup> O AM 1, embora no concelho de Ovar, fica encostada à povoação de Maceda e a uma boa distância de Cortegaça. Aliás, o comando sempre teve um forte apoio de Maceda, especialmente no 25 de Novembro. A título de curiosidade é a única localidade conhecida que, na sua toponímia, deu o nome de 25 de Novembro a uma das suas ruas. (Nota dos autores – Em Novembro de 2000, também a C.M. Oeiras viria a dar o nome de 25 de Novembro a uma rua em Linda-a-Velha.)

<sup>7</sup> Nota de Manuel A. Bernardo: Enquanto tal ocorria na grande Lisboa, o Comandante da Base Aérea de Tancos, Ten-Coronel Geraldo Stevens, muito próximo da sede dos Páras, mandava diariamente, perante a estranheza dos seus subordinados, que os helis e restantes aviões fossem expostos ao sol. O argumento seria a humidade existente, mas o que estaria em causa seria o facto deles estarem visíveis para possível alvo para os aviões da BA6, no caso de haver necessidade de destruir todo o material da BA3, para evitar ser utilizado pela esquerda revolucionária, numa previsível guerra civil. Depoimento oral do General Stevens, em 25-12-2004.

de Intendência e Contabilidade, onde vários oficiais ficaram conhecidos por perfilharem ideias radicais.

12. Em 29-10-1975, nos jornais, saiu um comunicado de um dito “Comité de Vigilância Revolucionária da Força Aérea” que, a pretexto de “uma grande operação que o sector reaccionário da Força Aérea vai desencadear”, fazia referência, conjuntamente com uma série de disparates,<sup>8</sup> à activação do AM 1.

13. Entretanto, na BA 6, criava-se uma senha entre os pilotos e demais pessoal das esquadras de voo que, quando usada, significaria que se deviam dirigir, de qualquer forma, para o Destacamento. A senha, criada pelo Major Vaz Afonso, era “Míscaros”.

14. Dias antes do dia 25 de Novembro, o Major Vaz Afonso e o Tenente Carlos Macário deslocaram-se à Escola de Fuzileiros onde, para além dum ambiente hostil à BA 6, se aperceberam, pelas palavras do Comandante Albuquerque, que a tomada da Base estava iminente.

15. Esta informação, aliada à recusa da companhia de Páras, sediada na BA 6, em regressar a Tancos e a outros sinais perturbadores, como a oposição em aceitar a nomeação de Vasco Lourenço para Comandante da Região Militar de Lisboa, levou a que, em 23 de Novembro, mais três Fiat's descolassem rumo a Ovar.

16. Nesse dia (23) chegou, ao porto de Lisboa, o navio Niassa, tendo, como Comandante de Bandeira, o Comandante-Chefe Adjunto de Angola, General graduado Heitor Almendra. A bordo vinha um batalhão de Páras, comandado pelo Ten-Coronel Ramos Gonçalves, que regressava de Angola. Ainda antes de atracar, uma delegação dos Páras amotinados tentou entrar a bordo, o que foi recusado. No barco dos serviços sanitários do porto seguiu o pára-quedista civil Simas, que entregou, ao ainda então General graduado Heitor Almendra, uma carta e um despacho do CEMFA. Na carta eram-lhe dadas informações sobre o que se estava a passar no País e no despacho (n.º 48/75 de 24-11-1975) ele era nomeado Comandante da Base Operacional de Tropas Pára-quedistas, sediada provisoriamente no AM 1.

---

<sup>8</sup> Ver entrevistas dadas, na altura, por Morais da Silva.

17. Como a gare de desembarque estava repleta de Páras e civis, tentando aliciar os Páras que estavam a bordo, o General Heitor Almendra recusou-se a desembarcar. Só o faria mais tarde, com a gare vazia, onde se processou uma formatura para prestar honras militares ao Estandarte Nacional. De seguida, o Batalhão, bem como o armamento, embarcou em viaturas pesadas mas, ao contrário do que se esperava, em vez de seguirem para Tancos, marcharam para a Ota (BA 2).

18. Na BA 2, o já Ten-Coronel Almendra (entretanto autodesgraduado) apercebeu-se, pelas informações facultadas pelo comandante, Coronel Ramos Lopes, de que a Unidade não era suficientemente segura para acautelar as muitas toneladas de armamento trazidas de Angola. Assim, antes de dispensar todos os Páras por três dias, constituiu uma força de escolta, comandada pelo Capitão Figueiredo, para, no dia seguinte, 24, esse armamento seguir para Ovar. Face a dificuldades de transporte (as viaturas haviam regressado à BETPQ)<sup>9</sup>, a coluna só acabaria por sair desta Base, na noite de 24 para 25 de Novembro.

## **A actividade operacional**

### **1. Acções preliminares**

Pelas 06H00 o General Silva Freire, Comandante da Região Aérea n.º 1 e o Ten-Coronel Fernando Vasquez, Comandante da Base Aérea n.º 6 (Montijo), são acordados, por Páras, nos alojamentos de Monsanto e informados que o GDACI e a RA 1, bem como a BA 6, haviam sido tomados por eles, pelo que se deviam considerar detidos nos quartos.

Como os telefones não foram cortados, estes dois oficiais puderam contactar com o exterior.<sup>10</sup>

O General Silva Freire, para além de outros, estabeleceu contactos com o CEMFA e a Presidência da República.

---

<sup>9</sup> Este transporte foi fornecido pelo Depósito da Força Aérea (Alverca) que, como os seus meios eram insuficientes, fretou várias viaturas civis.

<sup>10</sup> Ver entrevista do General Silva Freire ao "Expresso", em 01-12-1975.

O Ten-Coronel Fernando Vasquez contactou com o Coronel Jaime Neves, o Ten-Coronel Ramalho Eanes e o seu 2.º comandante, Ten-Coronel Ribeiro Cardoso. Entretanto, chegou, a Monsanto, o Ten-Coronel Jesus Bispo, que ficou igualmente detido. Este oficial e o Ten-Coronel Fernando Vasquez acabariam por conseguir sair, por volta da hora do almoço, num carro emprestado. Daqui foram para Belém, onde contactaram com o CEMFA e estiveram em reunião com vários militares (Ramalho Eanes, Rocha Vieira, Jaime Neves, etc.). O PR, por duas ou três vezes, esteve presente sem dar qualquer sinal do que se iria passar. Por fim, já se “contavam espingardas”, o que levava a crer que a confrontação militar era inevitável. Com esta convicção saíram de Belém, em direcção ao AM 1, onde chegaram já de noite.

O 2.º comandante da BA 6 (autor deste ensaio), desconhecendo a situação na Doca da Marinha, onde se embarcava para o Montijo, tinha contactado o Ten-Coronel Santos Mesquita para que se dirigisse aí, e informasse todo o pessoal da Base para seguir para o AB 1.<sup>11</sup> A operação “Míscaros” estava iniciada.

O Ten-Coronel Ribeiro Cardoso foi no Boeing, para o Porto<sup>12</sup>, indo apresentar-se, com o comandante do avião, Major Quintanilha Araújo, no Quartel-General da RMN, onde fez, ao Brigadeiro Pires Veloso (Cmdt da RMN), o relato do que se estava a passar e aí se manteve, coordenando os assuntos relacionados com a Força Aérea, até à chegada do Brigadeiro Lemos Ferreira, a quem passou a assessorar.

Entretanto, os Majores Vaz Afonso e Fernandes Nico, bem como o outro pessoal da BA 6, seguiram para o AM 1, num DC 6.

Por esta altura, pouco passaria das 10H00, já se conheciam algumas informações do que sucedia nas Bases ocupadas (BA 2, BA 3, BA 5, BA6):

Os comandantes estavam detidos, mas a grande maioria dos oficiais, sargentos e praças, não obstante os apelos e os “comícios” dos Páras, não aderiu e sempre afirmou reconhecer e obedecer aos seus comandantes legítimos.<sup>13</sup>

<sup>11</sup> Que já havia sido alertado para a situação.

<sup>12</sup> Depois de ter passado a baixa altitude, sobre a Base de Ovar (AM1).

<sup>13</sup> Nas Bases 5 e 6, dois oficiais, Capitães Martins Jorge e Carvalheira, tentaram assumir o comando, sem sucesso e alguma hostilidade. Ver Relatório preliminar do 25 de Novembro, pp 12 e 14.

No AM 1, o comandante, Major Alves Pereira, bem como o Major Costa Joaquim, comandante do Destacamento da BA 6, recebiam, pelas 07H00, um telefonema do Brigadeiro Pires Veloso a perguntar se estava tudo bem. Perante a resposta afirmativa, aquele oficial disse-lhes que eram “os únicos, pois todas as Bases da Força Aérea tinham sido tomadas” pelos Páras. Prevendo alguma tentativa de ocupação da Unidade, aquele oficial general informou-os que lhes ia enviar um esquadrão de Cavalaria.<sup>14</sup>

O comandante do Destacamento reuniu de imediato com o seu pessoal, a quem deu conta da situação e, aventando a hipótese de que, eventualmente, um Boeing ou um DC6 ali aterrasse com Páras para tomar conta do AM 1 (a informação de que dispunha era que todas as Bases estavam ocupadas...), disse-lhes que não estaria disposto a ser detido, pelo que seguiria para o Porto. Todos concordaram com essa solução. Foi então decidido obstruir a pista e os caminhos de circulação com viaturas.

Ao mesmo tempo os oficiais Páras, do “grupo dos 123”, que se haviam apresentado na véspera, tomaram medidas para garantir a segurança da Unidade.<sup>15</sup>

Pelas 09H30, a Unidade foi sobrevoada, a baixa altitude, por um Boeing da Força Aérea e, meia hora mais tarde, um DC 6 pediu instruções para aterrar. Após o diálogo com o Tenente Carlos Macário, que estava na torre, e o comandante do avião, as suspeitas de que este estivesse sob coacção desvaneceram-se, pelo que a pista foi desobstruída e o avião aterrou, desembarcando o pessoal do Montijo.

O Major Vaz Afonso assumiu o comando do Destacamento e, pouco depois, foi de helicóptero ao QG da RMN, encontrar-se com o Brigadeiro Pires Veloso.

Entretanto, o outro Boeing aterrou no AM, dele desembarcando muitos militares, entre eles, o Ten-Coronel Heitor Almendra. Este oficial, que tinha programado, para esse dia, a sua ida a Ovar, para fazer um reconhecimento da Unidade, ao chegar ao AB1 (Lisboa) é

---

<sup>14</sup> Esta força seria comandada por um capitão, cujo nome não foi possível apurar; apenas se sabe que, como cadete, era conhecido por “Momo”.

<sup>15</sup> A segurança do exterior da Base era, entretanto, assegurada pela população de Maceda, que fez barricadas nos acessos.

que soube, através do comandante, Ten-Coronel Costa Faria, de toda a movimentação dentro da Força Aérea.

Quando chegou ao AM 1, Almendra não encontrou a coluna com o armamento. Preocupado, decidiu fazer um voo de reconhecimento para tentar localizar essa coluna, que estava, nessa altura, nas imediações de Maceda.<sup>16</sup> As unidades não ocupadas, actuando como atrás foi referido, fizeram descolar todos os seus meios aéreos disponíveis para o Norte. Assim, no AB1, acabaram por descolar dois Boeing's e todos os DC 6's, bem como "kit's" de manutenção e de sobressalentes que foram preparados pelos sargentos e oficiais da Unidade, sob a coordenação do Major Mário Cortesão<sup>17</sup>. Da BA 1, comandada pelo Coronel Tello Pacheco, cerca das 12H00, descolaram dois T37's, seguindo a bordo os pilotos Damásio Teixeira, Lindner Cota e Pessoa<sup>18</sup>, levando cartas de navegação e capacetes de voo destinados ao Destacamento.

No fim da manhã, o Brigadeiro Lemos Ferreira<sup>19</sup> chegou ao Quartel General da RMN, donde passou a coordenar toda a actividade da Força Aérea.<sup>20</sup>

## 2. A acção

Entretanto, no Quartel General, no Porto, tinha-se criado um verdadeiro centro de operações. Aqui foi decidido que seria importante fazer ver à população em geral e aos amotinados e seus apoiantes, que a Força Aérea não estava paralisada, e que, pelo contrário, mantinha a sua operacionalidade e estava comandada. Assim, foram decididas duas operações aéreas: uma orientada para a população, e outra para as tropas amotinadas.

<sup>16</sup> O Capitão Figueiredo, para evitar barricadas de qualquer dos lados, decidira ir ao longo da costa, atrasando assim a sua chegada. Em boa hora o fez, pois se tivesse seguido pelo itinerário mais curto arriscava-se a ser interceptado pelos Páras amotinados.

<sup>17</sup> Esta unidade foi várias vezes contactada pelo General Otelo para saber onde estavam os aviões. Tal atitude denota a importância dada a estes aviões de transporte e deixa antever para que fim...

<sup>18</sup> Estes dois últimos oficiais foram escolhidos, pois ainda estavam operacionais em Fiat's.

<sup>19</sup> Viera no segundo Boeing que, após aterrar em Ovar, seguiu para o Porto.

<sup>20</sup> Bem como a manter inúmeros contactos com os sargentos Páras e, especialmente, com o Major Mascarenhas Pessoa, tentando convencê-los a regressarem a Tancos.

A primeira consistiu em fazer uma autêntica parada aérea sobre as cidades a Norte de Rio Maior, constituída por cerca de 40 aviões: T-6's da Base de S. Jacinto, os dois T-27's e outros. Esta "parada" teve grande impacto junto das pessoas, até porque foi publicitada pelas emissoras de rádio do Norte. A segunda operação consistia em sobrevoar as Bases Aéreas ocupadas mas, agora, com meios mais sofisticados e de maior operacionalidade e poder aéreo, os Fiat's G91, armados com bombas e foguetes. Recebida a missão, o Destacamento da BA 6 preparou os seus meios, não sem algumas dificuldades, pois apenas existiam dois equipamentos de voo. Mas, com os capacetes dos T37's e alguns fatos anti-G, constituiu-se uma formação de sete Fiat's, cujos pilotos eram Vaz Afonso, comandante da formação, Costa Joaquim, Cândido Reis, Carlos Macário, Barroso Letras, Vasco Tavares e Faro.<sup>21</sup>

Após a descolagem, no princípio da tarde, fizeram um voo rasante junto à torre de controlo e do edifício de comando da BA 5, sobrevoando, a seguir, as Bases do Montijo, Ota e Tancos. Depois do Montijo sobrevoaram a margem Norte do Tejo, muito próximo do RALIS. Quando regressavam ao AM 1, foram alertados pela estação de radar Batina (Unidade da Força Aérea localizada em Montejunto) de que dois jactos voavam próximo e a baixa altitude. Pouco depois, Batina informou de que se tratava de dois T37's que se dirigiam para Ovar.

Entretanto, tem-se conhecimento do comunicado (pelas 13H35) do Estado-Maior General das Forças Armadas, considerando a acção dos Páras como uma sublevação. Posteriormente o PR declarou o "estado de sítio".

Ao fim da tarde e atendendo a que o Coronel Jaime Neves considerava essencial o efeito dissuasor do sobrevoos de Monsanto, antes da operação de desocupação por parte dos "Comandos", saiu, primeiro uma parelha de T37's,<sup>22</sup> comandada pelo Capitão Damásio Teixeira<sup>23</sup>,

<sup>21</sup> Os dois últimos iam à civil.

<sup>22</sup> O voo com aviões de instrução foi sugerido pelo Ten-Coronel Ribeiro Cardoso ao Major Vaz Afonso, para poupar horas nos aviões de combate. Como já tinha anoitecido, o efeito dissuasor para os Páras seria o mesmo...

<sup>23</sup> Perante as reticências do Centro de Controlo Aéreo do Aeroporto de Lisboa, este oficial disse-lhes lacónica mas imperativamente de que se tratava de uma operação militar e dirigiu-se para a cidade.

que sobrevoou o Regimento de Comandos e Monsanto, e depois outra parelha de Fiat's, pilotados por Costa Joaquim e Cândido Reis,<sup>24</sup> que sobrevoaram Lisboa.

A actividade operacional da Força Aérea, no dia 25 de Novembro de 1975 terminara.

## Conclusões

Este trabalho, apoiado em múltiplos depoimentos e nos parques registos<sup>25</sup> encontrados, permite, de forma clara, comprovar a acção da Força Aérea nesse conturbado dia 25 de Novembro.

Ao contrário do que se poderá deduzir, através dos inúmeros relatos sobre os acontecimentos, a Força Aérea desempenhou um papel importante. Não se remeteu a ser ocupada e, bem pelo contrário, desenvolveu um conjunto de acções que, no dia, retirou toda a credibilidade aos órgãos de informação que apregoavam terem os Páras neutralizado os meios aéreos.

Neste aspecto, uma palavra para o AM 1. Esta unidade, desactivada e com poucos recursos humanos e materiais, conseguiu, em poucas horas, transformar-se na verdadeira plataforma operacional da Força Aérea. O comandante, Major Alves Pereira e o seu pessoal souberam estar à altura da situação, graças a muita dedicação e grande sentido de missão. Este mérito foi reconhecido num louvor do CEMFA.<sup>26</sup>

Por outro lado, não será difícil admitir que essa acção teve grande influência, e foi até determinante, quer no desenrolar dos acontecimentos militares, quer na área política. Eis uma questão aqui levantada para quem, um dia, queira fazer o integral levantamento histórico da época. Então, talvez se conheçam, na sua verdadeira dimensão, as razões por que unidades, como o RALIS, não saíram ou recuaram, ou por que o PCP que, inicialmente apoiou a acção dos Páras e fez o apelo às massas, mais tarde, retrocedeu.

<sup>24</sup> "Foi a minha noite mais escura" terá dito o Capitão Cândido Reis. Embora ainda fosse de tarde, já caíra a noite e ele tinha descolado com a viseira escura...

<sup>25</sup> Na inexistência ou dificuldade em encontrar os registos de voo, nas unidades, recorreu-se à memória dos intervenientes e às suas cadernetas de voo.

<sup>26</sup> Mensagem do Gabinete do CEMFA, de 26-11-1975.

Esta é a razão por que esta pesquisa se confina somente ao dia 25 de Novembro e não aos dias posteriores. Nestes dias, a Força Aérea, e em especial em 26, teve uma actividade maior:

– Logo de manhã, uma parelha de Fiat's, em espera na Arruda, para apoiar os “Comandos” no Regimento de Polícia Militar.

– Voos rasantes sobre o Forte de Almada, Alfeite e Setúbal

– Posteriormente, várias missões sobre as Bases do Montijo e BETPQ.

(...) Finalmente, parece não haver dúvidas de que a Força Aérea era uma instituição que, salvo casos pontuais sem expressão <sup>27</sup>, se manteve comandada e disciplinada. Na realidade, nesse período extremamente difícil, em que boa parte dos comandos estavam detidos ou limitados na sua acção pelos Páras, a Força Aérea manifestou uma das suas características fundamentais de qualquer força militar – a unidade de acção.

---

<sup>27</sup> Na área operacional apenas cerca de 5% dos pilotos tiveram acções coincidentes com os Páras; os restantes, em número igualmente reduzido, pertenciam a áreas ditas burocráticas ou de apoio.



O REGIMENTO DE CAVALARIA DE ESTREMOZ  
E O 25 DE NOVEMBRO <sup>1</sup>**25 de Novembro de 1975, Terça-feira.**

Logo pela manhã chegava o primeiro alerta ao Regimento de Cavalaria de Estremoz (RCE), para que o Esquadrão de Reconhecimento (ERec) se aprontasse, para actuar algures na região de Lisboa.

De trás, vinham as ligações ao “Grupo Militar” do Ten-Coronel Eanes, a quem haviam sido dadas garantias de poder contar com o Regimento, para se pôr cobro à situação de caos revolucionário que grassava pelo país inteiro.

No RCE, o Capitão Andrade Moura <sup>2</sup> constituía o elo privilegiado de ligação ao referido “Grupo Militar”, com quem estabelecia contactos directos e recebia, em conformidade com as circunstâncias, todas as informações relativas ao evoluir do processo.

O ERec, que o Regimento havia garantido disponibilizar, mantinha, já havia algum tempo, a sua prontidão. Encontrava-se organizado, tão operacional quanto os meios disponíveis o permitiam, disciplinado e devidamente motivado. O seu enquadramento assentava basicamente em sargentos alentejanos do Quadro Permanente (QP) de confiança e caldeados por uma vasta experiência de guerra em África. Não sem grande custo, conseguira sobreviver à acção dos SUV, à intensa orquestração revolucionária e à indisciplina generalizada que se instalara nos quartéis.

Após o alerta surgido, no início daquela manhã de 25 de Novembro, o ERec, sob o comando do então Capitão José Durão, limitou-se, por

<sup>1</sup> Texto de 25-11-2004. Os subtítulos são da responsabilidade dos autores deste livro.

<sup>2</sup> Em entrevista realizada em 23-4-1996, este oficial descrevia a sua versão do sucedido. Ver Manuel Amaro Bernardo. “Memórias da Revolução; Portugal 1974-1975”. Lisboa, Ed. Prefácio, 2004, pp. 520 a 522.

assim dizer, a encurtar o seu grau de prontidão, acertando alguns pormenores e implementando algumas medidas de carácter logístico indispensáveis à sua auto-sustentação, durante o primeiro dia de operações.

O planeamento do itinerário a seguir rumo a Lisboa revestia-se de crucial importância, por ser imperativo evitar, a todo o custo, a passagem por Vendas Novas, onde a Escola Prática de Artilharia (EPA) poderia criar sérios constrangimentos à progressão do Esquadrão. Houve, pois, que estudar alternativas, acabando a opção por recair no eixo Mora – Coruche – cruzamento EN 52 - Porto Alto – Lisboa, dando-se conhecimento ao Posto de Comando que, entretanto, já se havia constituído na Amadora.<sup>3</sup>

Não menos importante era a reactivação dos planos, existentes do antecedente, que previam a colaboração de civis e a utilização do armamento que, paulatina e cuidadosamente havia sido retirado do quartel, por forma a prevenir a ocorrência de quaisquer acções, quer no interior, quer no exterior do aquartelamento, que pudessem colocar dificuldades à saída das forças e à preservação do ambiente de tranquilidade, que necessariamente se desejava manter no Regimento e na região, durante a sua ausência.

### **Avançando para a execução das missões atribuídas**

Cerca das 22H00 foram recebidas instruções do Posto de Comando para o ERec avançar em direcção às antenas emisoras do Porto Alto, a fim de se juntar às forças da Escola Prática de Cavalaria (EPC) e aí permanecer, em posição de espera, aguardando ordens.

No seu gabinete, o Comandante do Regimento, Coronel Adão Batista, que, desde a primeira hora, se mantinha ao corrente do processo, assumiu as responsabilidades da decisão, sem que, no entanto, não tivesse conseguido deixar transparecer alguma irritação e sobretudo estranheza por, até ao momento, não se ter dado conta de quaisquer sinais evidentes da hierarquia formal.

---

<sup>3</sup> Montado desde cerca das 17H00.

Pelas 23H00, surgiu um telefonema do Comandante da Região Militar de Évora. Era o Brigadeiro Pezarat Correia a transmitir instruções ao Comandante de Regimento e a indicar que o ERec poderia seguir, sem receio, por Vendas Novas. Como era de prever, não tardou que logo se gerasse uma acalorada discussão entre ambos.

A situação criada era impensável e difícil de sustentar. Eram naturalmente muito fortes as razões de desconfiança, no que respeitava à EPA.

Todavia, algum tempo decorrido, e sem que o tom da conversa se tivesse alterado, acabou por ser aceite, embora com alguma relutância, o itinerário de Vendas Novas, face às garantias, algo convincentes dadas pelo Brigadeiro Pezarat Correia, de que não iria ocorrer qualquer interferência da EPA, no movimento do ERec. Mas as desconfianças, quanto àquela Unidade, não conseguiram desvanecer-se por completo.

Entre a meia-noite e a 01H00 da manhã, já do dia 26, o ERec avançou, deixando o Regimento sem dificuldades. No exterior do quartel encontrava-se um pequeno grupo de civis, mais predispostos a facilitar a saída do Esquadrão, do que propriamente a dificultar, facto a que não era alheio quem, no RCE, se encontrava, havia algum tempo, por dentro dos meandros da situação.

Com o Capitão Durão, na mesma EBR Panhard, seguia eu próprio, então com o posto de capitão. O Major Marques Pereira integrava-se na coluna, com a missão de ligação ao Posto de Comando da Amadora e a coordenação com outras forças.

Avançava o Esquadrão em bom ritmo, sem quaisquer incidentes, quando à passagem por Montemor-o-Novo, ao longo da estrada, se registou a presença de um grupo de populares, que se manifestava contra aquele movimento, aparentando, pela sua atitude, desejar criar dificuldades ao seu avanço. Tal acabou por não se concretizar, devido à velocidade com que a coluna atravessou a povoação, com uma EBR Panhard à cabeça, conduzida pelo Sargento Galhardas, que não parava de tocar a sirene.

À aproximação de Vendas Novas, as cautelas redobram. Em determinada altura, a coluna foi sustida, tendo, de imediato, o Capitão Durão introduzido uma granada na peça EBR e dado instruções ao ERec para se preparar para reagir a qualquer acção adversa.

Entretanto, chegou a notícia de que o Capitão Andrade da Silva, da EPA, conhecido pelas suas posições no âmbito da reforma agrária, se encontrava na estrada, com dois ou três militares num jeep e que tinha feito sinal de paragem à coluna, para falar com o seu comandante. Foi o Major Marques Pereira que trocou algumas palavras com ele, após o que o ERec logo reiniciou a sua marcha em direcção ao Porto Alto. Com grande alívio para todos e sem mais incidentes, processou-se a travessia de Vendas Novas com toda a normalidade, apesar da existência de alguns núcleos de populares, cuja acção se limitou a ver passar a tropa.

Eram cerca das 07H00 da manhã, já em pleno dia, quando o ERec atingiu as antenas de Porto Alto, e onde já se encontrava o ERec da EPC.

Aquí, houve troca de informações entre os comandantes das duas forças, para que ambos se colocassem ao corrente dos últimos eventos, relacionados com o evoluir da situação. Notava-se alguma apreensão por parte do comandante das forças da EPC, devido às dificuldades de progressão do Esquadrão de Carros de Combate (ECC), que àquela hora ainda se encontrava no início da auto-estrada, a seguir a Vila Franca de Xira. No local, registava-se também uma pequena movimentação de um reduzido número de elementos da Armada que, posteriormente, acabaram por se retirar.

Durante o período de espera em Porto Alto, as forças em presença limitaram-se a acompanhar o desenrolar dos acontecimentos, tanto quanto as comunicações disponíveis o permitiam.

Cerca das 11H00, o local foi sobrevoado por um helicóptero da Força Aérea, que aterrou junto do pessoal. Dele saiu o Ten-Coronel Monteiro Pereira, do "Grupo Militar" que, depois de dar a conhecer aos comandantes tudo o que de mais recente tinha ocorrido, deu ordens, ao ERec da EPC, para marchar para Lisboa, e ao ERec do RCE para se manter no controle das antenas.

### **Ordem de marcha para Setúbal**

Passado algum tempo, após a retirada do Esquadrão da EPC, o Ten-Coronel Monteiro Pereira, que se manteve ligado ao Posto de Comando, determinou, às forças do RCE, para avançarem sobre Setúbal, a fim de reforçarem o Regimento de Infantaria local, onde

uma propalada “comissão de luta” estaria a apelar à concentração popular junto do quartel, exigindo a distribuição de armas a civis, e submetendo o Regimento a uma pressão psicológica intensa, com a finalidade de levar por diante os seus intentos. Recomendava aquele oficial que se deveria evitar a passagem pelo Montijo, onde a situação se encontrava pouco esclarecida, havendo notícia da existência de algumas manifestações populares junto da Base Aérea, em apoio dos pára-quedistas sublevados. O deslocamento para Setúbal deveria também, por isso, revestir-se de algumas cautelas.

Eram quase 05H00 da tarde, quando o ERec atingiu Setúbal, sem o mínimo incidente de percurso. Naquele preciso momento, sobrevoava a cidade, a baixa altitude, uma esquadrilha de aviões T 6 da FAP, que causou alguma surpresa no Esquadrão, mas não tardou em traduzir-se num factor altamente moralizante para as forças do RCE.

Lentamente, o ERec progrediu em direcção ao aquartelamento de Brancanes (Regimento de Infantaria), por entre muita gente que, àquela hora, se encontrava nas ruas, grande parte com ar de espanto face à presença daqueles militares. Alguns interrogavam-se sobre a sua origem, havendo mesmo quem aventasse, sabe-se lá porquê e com que intenção, que vinham de Espanha, tal o material que levavam, talvez pouco conhecido por aquelas bandas, as boinas pretas e a disciplina da tropa, que julgavam já não existir.

O ambiente era pacífico e revelava-se de grande receptividade.

À aproximação a Brancanes, surgiram os primeiros problemas com um pequeno grupo de provocadores, eventualmente ligados à já referida “comissão de luta”, que tentava reverter, a seu favor, o clima acolhedor que, desde então, se havia criado. Rapidamente foram neutralizados, gorando-se em definitivo, a partir daí, todos os desígnios revolucionários que persistiam em levar por diante.

Estabilizada a situação e estabelecidos os necessários contactos com o Comando do Regimento, havia que ser eficaz na imposição das disposições relativas ao cumprimento do Estado de Sítio, decretado na véspera pelo Presidente da República e, em particular, as relativas ao recolher obrigatório.

Para tal considerava-se necessária e de grande importância a participação da PSP. Mas o pessoal encontrava-se bastante desmoralizado, logo se reconhecendo que era imperativo dar-lhe garantias

inequívocas de poderem confiar nos militares e no seu apoio. Assim poderiam readquirir a autoridade de que careciam, para lhes permitir uma actuação mais activa e eficaz, o que veio a ser conseguido, apesar da manifesta insuficiência do equipamento de que dispunham para fazer face às circunstâncias.

A primeira noite em Setúbal não foi nada calma. Com frequência deparavam-se-lhe tentativas deliberadas de grupos de indivíduos desejosos de contrariar as disposições do Estado de Sítio, obrigando os militares a responder com muita firmeza. Houve necessidade de proceder a algumas detenções, enquanto que, ao mesmo tempo, surgiam notícias pouco tranquilizadoras, de contornos mal definidos, relacionadas com acções desgarradas de elementos ligados a partidos de extrema-esquerda e com a actividade de uma suposta estação de rádio clandestina que, em local incerto, estaria a lançar apelos à insurreição. Tal situação exigia um rápido esclarecimento.

Nessa noite, de incessante actividade, o pessoal do ERec teve que deixar bem clara a sua firme determinação em impor a lei e a ordem. Sinal disso foi a acalmia registada nos dias seguintes, em que a ausência de incidentes foi marcante. Desvaneceram-se completamente quaisquer dúvidas que ainda pudessem subsistir na mente de alguns.

Em 27 de Novembro continuaram os patrulhamentos na cidade, mantendo-se o ERec pronto a actuar à ordem do Posto de Comando, onde se tornasse necessário. Neste mesmo dia, o Major Marques Pereira, eu próprio e o Capitão Andrade Moura, deslocámo-nos à Amadora, onde contactámos pessoalmente o Grupo Militar, colocando-o ao corrente dos acontecimentos e aproveitando para nos informarmos sobre o ponto da situação.

À noite, em conformidade com instruções superiores e na mesma linha que o animou na véspera, o comando das forças do RCE procedeu à entrega de armamento militar (Espingardas automáticas G 3) e respectivas munições à PSP. Tal destinou-se a suprir a lacuna existente de falta de meios, de que localmente carecia esta Polícia para se tornar mais operativa e capaz de poder enfrentar eventuais acções armadas de elementos civis. Tratou-se de um momento verdadeiramente assinalável ver alguns elementos policiais, que procediam à recepção do armamento, não conseguindo resistir à comoção, tal era, até então, o seu desânimo e incredulidade.

### **Analisando o sucedido ...**

Até ao final da missão, que ocorreu por cerca do dia 2 de Dezembro, quando foram dadas como suspensas as medidas excepcionais do Estado de Sítio, o ERec limitou-se a efectuar ligeiros patrulhamentos durante o dia, que eram intensificados à noite.

Tal como referido anteriormente, este período foi marcado pela ausência de incidentes. Mesmo o quotidiano das ocorrências de carácter meramente policial deixou de preencher, de forma minimamente relevante, os registos da PSP. O afecto, a simpatia e o calor da população, para com os militares, subiam em crescendo, dia após dia. Não raras vezes lhes era oferecido o café ou a sanduíche, por todos os sítios por onde passavam e endereçadas palavras de estímulo e de reconhecimento pela sua acção e pela sua postura. A população de Setúbal nunca vivera tempos tão tranquilos, sem o barulho nocturno das discotecas, sem pessoal a discutir nas ruas até altas horas, e sobretudo sem furtos, roubos ou assaltos. De facto as noites eram de silêncio completo e sem que se visse vivalma.

Após o regresso do ERec a casa, foram inúmeros os testemunhos de exaltação dos setubalenses anónimos. De grupos e de associações da cidade, que chegaram ao Regimento de Cavalaria de Estremoz, e que bem comprovam a verdade dos factos relatados.

Tudo correu da melhor maneira:

O Esquadrão atravessou o Alentejo sem dificuldade. Jamais foi detido por qualquer manifestação popular em Montemor-o-Novo, contrariamente ao que, mais tarde, alguém chegou a referir. A passagem por Vendas Novas foi pacífica, apesar da interceptação do bem conhecido Capitão Andrade da Silva. Nunca foi solicitada ao ERec a sua actuação no Montijo, como apareceu nalguns escritos, embora tivesse capacidade para o fazer. O material que utilizava, de facto, era velho, mas funcionava, nunca ficando pelo caminho e regressando todo a Estremoz, tal como saiu. No primeiro dia, quando se entrou em Setúbal, logo foi notado um surpreendente bom acolhimento por parte da generalidade da população, tal como agradavelmente surpreendente foi o sobrevoo da esquadrilha de aviões T 6, da FAP, que, de certo modo, contribuiu para que todas as ocorrências, registadas junto do quartel de Brancanes, fossem resolvidas pelo ERec,

sem grandes sobressaltos, assim se evitando que algum armamento militar fosse parar às mãos de civis, que aí pressionavam a Unidade. Foram propalados muitos boatos, alguns certamente intencionais, como a referência de que o Esquadrão viria de Espanha (uma alusão ao ELP?). As tentativas de incitamento à insurreição, por parte de alguns indivíduos, ligados a partidos de extrema-esquerda, fracassaram completamente. Nunca se notou qualquer acção cujo paradigma de organização e de movimentação de massas pudesse ter qualquer semelhança com aquele que o PCP nos deu a conhecer, durante os anos de 1974 e 1975. A partir do segundo dia e até final da missão, os militares de Estremoz conseguiram instaurar, em Setúbal, um verdadeiro “Reino da Tranquilidade”, como foi reconhecido.

Tal como em Abril, mais uma vez, o Regimento de Cavalaria de Estremoz (aqueles cavaleiros que parece estarem lá para o Alentejo!) saiu para a rua, em 25 de Novembro, com a mesma determinação e animado do mesmo ideal. Mais uma vez conquistou a população. Mais uma vez, cumpriu a Missão.

Antes de entrar no período em questão, recordaria que a prisão de cerca de 400 militantes do MRPP, ocorrida em Maio de 1975, foi um acidente de percurso, mas bastante gravoso. Eu tinha sido nomeado pelo MFA para administração do “Século” e a pretexto de uma entrevista na rádio dada em conjunto com Lindley Cintra, em defesa do meu amigo Arnaldo de Matos, Vasco Gonçalves convocou um Conselho de Ministros restrito e resolveu demitir-me. As razões, que apresentou para tal, foram baseadas na necessidade de colocar na administração alguém da área da economia.

Face à exoneração, houve uma reacção grande dos trabalhadores do “Século”, dentro da luta interna existente entre o PCP e as outras formações políticas pelo controlo do jornal; os trabalhadores fizeram um abaixo-assinado a contestar aquela tomada de posição governamental. Tal não chegou a ser presente à Assembleia do MFA que, sendo constituída apenas por oficiais do Q.P., uns por inerência, outros eleitos pelas Regiões Militares, ainda era mais ou menos controlada pelos moderados, apesar de já ter ocorrido o 28 de Setembro, que foi o início da cavalgada do PCP para a tomada do poder.

Uns dias antes do 11 de Março, já me tinha incompatibilizado com o Comandante Correia Jesuíno, Ministro da Comunicação Social, estando à espera, por oito dias (como era seu hábito), da decisão de Costa Gomes sobre o assunto.

Entretanto ocorreu o 11 de Março e tudo se precipitou. Nessa data encontrava-me em Argel acompanhando o Melo Antunes e, antes, tivera o cuidado de falar com o Almeida Bruno, pois já constava que o golpe estava para acontecer. Tanto da parte deste, como de outros

---

Depoimento recolhido em 24-10-2004.  
Este oficial, do serviço de Administração Militar, então com o posto de major, foi elemento importante na denúncia, nas Assembleias dos Duzentos e depois, nas do MFA da situação vivida em Portugal e imposta e manipulada pelo PCP. Foi Presidente do Conselho de Administração do “Século”, membro da Alta Autoridade para a Comunicação Social e conselheiro político do Presidente Ramalho Eanes.

oficiais ligados ao General Spínola foi colhida a informação de que não se metiam em nada, pelo que resolvemos embarcar para a Argélia.

Assim, no rescaldo do 11 de Março, o sector do MFA afecto ao PCP acabou por conseguir tudo aquilo que havia tentado, sem sucesso, nas reuniões da Assembleia do MFA, (para o que julgo ter dado um razoável contributo) e, nomeadamente a nacionalização da banca e dos seguros e o encaminhamento do país para o que eles designavam por “socialismo científico”.

Quando regressámos, a 12 de Março, o Conselho da Revolução, tinha sido constituído sem que dele fizessem parte, nem o Melo Antunes, nem o Vítor Crespo, que lá deveriam estar por inerência, nem eu próprio que para ele havia sido eleito um mês antes!

Melo Antunes e Vítor Crespo acabariam, mais tarde, por ser pescados para o CR, por pressão e mérito exclusivo do ex-Alto-Comissário de Moçambique.

Eu, também “por pressão e mérito próprio”, não consegui mais do que “revolucionariamente” integrar a novel Assembleia do MFA e novo órgão de soberania, agora com os três “estados”: oficiais, sargentos e praças!...

### **Prisões no aniversário do 28 de Maio**

Sobre a ordem de detenção das referidas várias centenas de elementos do MRPP, em 28 de Maio de 1975, lembro que tal já vinha sendo afluído nas assembleias do MFA. Então, encontrando-me numa dessas reuniões, apercebi-me que o PCP se preparava para dar ordens ao MFA para desencadear aquela onda de prisões. Como o meu amigo Arnaldo de Matos, secretário-geral do MRPP, se encontrava no Algarve, saí e dirigi-me para lá, acompanhado do Fernando Rosas (hoje do Bloco de Esquerda), então quadro militante daquele partido.

No Algarve não foi preso nenhum membro do MRPP, mas o Arnaldo de Matos, depois teve que se deslocar a Lisboa, para tentar resolver um caso interno do partido, face ao comportamento abjecto de um militante do MRPP em Coimbra. Depois seria igualmente detido.

Esta situação tinha sido originada pela descoberta de uma pretensa organização de militares ligados ao ELP. Então, em 17 de Maio, resolveram fazer algumas prisões, sendo um deles o então Alferes

Marcelino da Mata, do Regimento de Comandos. Foram todos conduzidos ao RALIS, onde havia infiltrações da UDP e nomeadamente do MRPP. Nesta altura, recebi um telefonema do comandante desta Unidade, Major Leal de Almeida, pedindo a minha ajuda, pois estavam a seviciar os presos. Apenas me desloquei lá, depois de ele me ter dito que o CEME, Carlos Fabião, também lá se encontrava, e com quem falei.

Assim, acompanhado de um outro elemento do MFA, desloquei-me ao RALIS, onde se encontrava um cordão de uma centena de elementos do MRPP junto da porta de armas, que não deixava entrar nem sair ninguém. Quando o soldado Etelvino, que devia liderar aquela massa popular, me viu e reconheceu, disse: "Deixem passar o Major Aventino Teixeira".

Lá encontrei o CEME, General Carlos Fabião, de mãos na cabeça e desorientado. Contou-me que o Marcelino da Mata – que, na altura ainda se encontraria na "sala de interrogatório" e sobre o qual, mais tarde, vim a saber terem exercido pressões pouco aconselháveis pelos defensores dos direitos humanos, tal como cadeiras pela cabeça, etc., – teria "denunciado" o Jaime Neves de ligação à extrema-direita militar.<sup>2</sup>

Ajudei o Fabião a desdramatizar a situação e dei-lhe "boleia", isto é, "escoltei-o" para poder sair do RALIS sem ser molestado e sem ter sido necessário utilizar os meios bélicos da Unidade para o fazer. Prometeu-me não reunir mais com o Dr. Álvaro Cunhal.<sup>3</sup> No fundo o que fui fazer ao RALIS foi libertar o Carlos Fabião, o que não deixa de ter a sua piada porque foi a pedido dele próprio, via Leal de Almeida!...

A questão do MRPP foi um aspecto importante do período revolucionário, pois os seus elementos eram os únicos que atacavam o PCP. Os militantes deste partido, em resposta, diziam que o MRPP era ligado à CIA.<sup>4</sup>

---

<sup>2</sup> Segundo este oficial, "queriam saber que ligações o Coronel Jaime Neves tinha com o ELP e que tinha sido a primeira vez que ouvira falar em tal organização". Ver "Tal e Qual" de 5-9-1986.

<sup>3</sup> Segundo outras fontes, Carlos Fabião recebia Álvaro Cunhal quase todos sábados no EME, o que continuaria a suceder depois desta data.

<sup>4</sup> A lista dos detidos incluiria a actual esposa de Durão Barroso e Maria José Morgado, hoje procuradora e muito activa na área anticorrupção.

Assim, quando o Arnaldo de Matos saiu da prisão, passou a haver, com a minha ajuda, a ligação ao PS de Mário Soares, antes do 25 de Novembro, e ao Sá Carneiro, (com quem reunimos muitas vezes), muito antes desta data. Aliás, o primeiro político a propor publicamente a candidatura de Ramalho Eanes para a Presidência da República, foi Sá Carneiro. Recordo que a negociação para esse efeito estava a ser realizada pelo Melo Antunes e que eles terão ficado muito incomodados. No dia seguinte àquela declaração pública, fui ao Estado-Maior do Exército e encontrei o Eanes (CEME) com aquela “cara de pau”, mas toda cortada, tal o nervosismo com que fizera a barba. Até lhe perguntei: “Fizeste a barba com alguma enxó?”

Regressando ao pré-“verão quente”, lembro que, após aquelas prisões dos elementos do MRPP, acabei saneado do jornal “Século” e que o Otelo já se apercebera de que as detenções tinham sido ordenadas pelo PCP. Assim, acabaria por facilitar a saída do Arnaldo de Matos e, depois, de todos os restantes. Mas isso só ocorreu mais cedo devido à luta encetada por eles próprios, mesmo dentro da prisão.

### **O Documento dos Nove**

Quando me perguntam quem teve a ideia de lançar o depois conhecido por “Documento dos Nove”, respondo que foi o Major Aventino Teixeira. Trata-se, claro, de uma metáfora. Ou, para não parecer pretensioso, de uma rábula!

Passo a explicar. Nas reuniões havidas no sótão de uma casa disponibilizada pelo Comandante Gomes Mota, em Lisboa (Rua Dr. António Ferreira, n.º 10, no Bairro S. Miguel), surgiu-me a ideia de lançar uma “Frente Militar anti-fascista e anti-social fascista” e, também, o referido documento justificativo. Estas duas propostas foram apresentadas nessas reuniões, onde apareciam sempre, além de mim, o Ramalho Eanes, o Vítor Alves e o Vasco Lourenço, e às vezes, o Melo Antunes e o Jaime Neves. Utilizávamos a informação colhida por elementos do MRPP que, estando nos TLP, conseguiam saber os contactos e as conversas entre o Álvaro Cunhal e oficiais do MFA, entre outros.

A ideia era fazer um documento a demarcar-nos da direita radical e da esquerda (nomeadamente do PCP) e auscultar dentro das

Unidades militares quais seriam as reacções. Tal foi acordado numa reunião em que estavam presentes cerca de 50 pessoas e, também, por minha sugestão, foi constituída uma comissão de redacção do documento. Assim aconteceu. Pelo Exército foram escolhidos o Eanes, o Vasco Lourenço e (talvez) o Vítor Alves; pela Força Aérea, o Costa Neves, o Tomás Rosa e o Costa Parente e já não me recordo quem foi indicado pela Marinha. Nessa altura, Eanes disse aceitar, no caso de eu também pertencer ao grupo. E assim sucedeu.

Lembrei que, enquanto fizéssemos esse trabalho, devia haver silêncio em relação à Comunicação Social. No entanto tal acabou por “transpirar” e apareceram jornais a falar nessa “frente”, nomeadamente o “Jornal do Comércio”. Nessa altura suspendemos a redacção do texto.

Algumas semanas antes do lançamento do documento, já havia ruptura entre os conselheiros nossos apoiantes e os gonçalvistas. Também Otelo já mandara “descansar” o Vasco Gonçalves. Então, num intervalo de uma das reuniões, sentado junto da lareira (necessariamente apagada, porque era verão!... ) no sótão da casa do Gomes Mota, em conversa com alguns camaradas, propus que os elementos constestatários (Melo Antunes, ainda Ministro dos Negócios Estrangeiros, Vítor Alves, Vítor Crespo, etc.) deviam faltar à Assembleia do dia seguinte, devendo aguardar no Palácio das Necessidades, próximo do IDN, onde iria realizar-se a referida AMFA. Entretanto, considereei que eu, o Vítor Alves e o Vasco Lourenço devíamos ir, naquela altura, falar com o General Costa Gomes, avisando-o dessa intenção e que, durante a assembleia, seria enviado um documento sobre as razões político-militares da ausência e tomando posição contra o projecto político dos gonçalvistas. Tal ficou acordado e, no dia seguinte, no início da assembleia, logo o Varela Gomes notou a sua ausência e perguntou por eles.

Em resposta, Costa Gomes esclareceu que tinha recebido uma carta de cada um, a justificar a ausência por motivos particulares. Assim, não quiseram fazer um texto conjunto, como combinado, tendo nesta altura falhado a elaboração do documento em causa.

A partir daqui, ficou decidido que seria o Melo Antunes a elaborá-lo, pois já tinha sido o homem do Programa do MFA e do Plano Económico de Sesimbra.

Tal documento apenas viria a ser redigido pelo Melo Antunes alguns dias depois e na sequência deste procedimento. Mas, como se sabe, foi assinado pelos nove conselheiros da revolução e era um documento não programático, elaborado apenas em três vias. A primeira foi assinada pelos nove; a segunda, entre muitos outros (cerca de quinze), por todos os elementos do “Grupo Militar” que, nessa altura, já estava a elaborar o plano de operações, como o Ramalho Eanes, eu próprio, o Aurélio Trindade, o Tomé Pinto, o Loureiro dos Santos, o Garcia dos Santos e o Rocha Vieira (apenas não assinou o Pires Veloso, por se encontrar no Porto); e a terceira seria remetida às Unidades Militares para a recolha de assinaturas. Teve o impacto conhecido e foi a partir daí que o processo se encaminhou na direcção correcta.

Lembro-me de o Vasco Lourenço ter dito que assinava o texto sem o ler, por estar de acordo com os argumentos que lhe deram origem: no fundo, e em linguagem singela, não alinhar em spinolismos nem em gonçalvismos! ...

### **Lacaios do imperialismo soviético e o pró-chinês**

No início de Setembro, ocorreu a Assembleia do MFA, em Tancos. Antes, decorreu a do Exército, presidida pelo Carlos Fabião. Estive presente ao lado do Melo Antunes e do Jaime Neves, entre outros. Fiz uma intervenção contra o PCP, chamando à UDP um lacaios do PCP, esse “aliado” orgânico do imperialismo soviético.”. O Mário Tomé, conotado com a UDP, mandou-me calar; que me batia... etc ... Uma chachada! ...

Recordo que numa daquelas assembleias do MFA, ainda no início do ano de 1975, apareceu o Rosa Coutinho, à civil e com camisola branca de gola alta. Então, como ele defendia apenas estar contra o imperialismo americano, pedi a palavra e disse: “Este senhor aqui atrás de mim, está com este aspecto desportista, mas é um lacaios do imperialismo soviético. Nesta perspectiva eu sou pró-chinês, pois estou contra qualquer imperialismo, seja ele qual for. Assim, sou a favor dos chineses, que se pretendem unir à Europa, contra os dois imperialismos”.

Poucos dias depois, num jornal brasileiro, “Estado de S. Paulo”, saiu um artigo, assinado pelo jornalista Hermano Alves, com referências

àquela minha posição. Certo dia, encontrando-me no "Procópio",<sup>5</sup> o jornalista Augusto de Carvalho, então na direcção do "Expresso", apresentou-me aquele jornalista brasileiro. Afirmei-lhe: "Então você é que é o Elmano Alves?"<sup>6</sup> Retorquiu muito irado, dizendo que não era fascista e que se chamava Hermano. Em resposta disse-lhe: "Então o senhor não sabe que os chineses trocam os **r** s pelos **l** s?" Desatámos todos à gargalhada.

Em relação ao sucedido na Imprensa pouco tempo antes do 25 de Novembro, lembro que, em resposta à campanha feita nos jornais estatais dominados pelo PCP e a extrema esquerda, em apoio dos SUV, o grupo dos moderados, onde me incluía, e mercê dos contactos mantidos com jornalistas amigos, passámos a divulgar comunicados de denúncia dos "golpes e contragolpes" alimentados por aquelas organizações. Os jornais utilizados eram os diários "A Luta" e o "Jornal Novo" e também o semanário "Expresso".

### O major encapuçado

A certa altura e dentro da mesma perspectiva, combinei com o Álvaro Guerra, redactor de "A Luta" fazer uma entrevista comigo, sem me identificar e considerando-me como um major encapuçado.

Isto sucedeu porque eu considerava serem os SUV tipos do PCP encapuçados. O Charais, então Cmdt da R.M. Centro, chegou a pedir que fosse lá para denunciar e acabar com essa organização. Então, encontrando-me no "Procópio" chegou aquele jornalista, preocupado com os SUV. Disse-lhe que tal era apenas uma organização fomentada pelos membros da ex-5.<sup>a</sup> Divisão e do PCP, a fazer manobras intimidatórias e que, se quisesse, eu até os podia denunciar, apresentando-me como um major encapuçado. A conversa ficou por aqui e, qual não foi a minha surpresa quando li naquele diário, no dia seguinte, que iriam publicar uma entrevista com um major encapuçado na próxima edição.

---

<sup>5</sup> Bar nas Amoreiras (Lisboa), na época frequentado por jornalistas e militares e nomeadamente por Aventino Teixeira.

<sup>6</sup> Político da "União Nacional", muito ligado a Oliveira Salazar e, depois, a Marcello Caetano.

Deste modo não tive outro remédio senão ir para casa dele, perto da Fonte Luminosa, fazer a entrevista. Ele batia à máquina e mandava o texto para a redacção. A ideia que quis fazer “passar” foi o facto dos SUV ser “um gato de fora com o rabo escondido”, em vez do que se dizia normalmente, para sublinhar uma evidência, que era “gato escondido com o rabo de fora”. Então, na redacção, sem me conhecerem, resolveram fazer uma caricatura de um major com capuz e um gato. Só que fizeram o boneco de um major gordo (de almanaque) que não se parecia nada comigo... Aproveitei também a oportunidade para fazer um grande elogio ao Jaime Neves, já que ele andava sempre a ser atacado pela imprensa da “esquerda revolucionária”...<sup>7</sup>

Curiosamente, uns dias depois, almocei com o Jaime Neves e ele perguntou-me: “Quem é este major?” Respondi-lhe: “Eu não sou, porque não sou assim tão gordo...”

Mais tarde e cerca de dez dias antes do 25 de Novembro, dei uma entrevista ao “Expresso”, que foi titulada com “Estratégia do golpe e contragolpe; Os MFAs inventados”<sup>8</sup>. Na minha opinião seria o mais sério contributo para aquele processo. Nela fiz passar a ideia de que o grupo militar apoiante do Grupo dos Nove e dos moderados não deviam saltar, para que não acontecesse algo semelhante ao sucedido no 11 de Março. Nela afirmava que Varela Gomes e Robin de Andrade, da ex-5.<sup>a</sup> Divisão, eram agentes duplos, e chamava Lázaro Gonçalves ao Vasco Gonçalves. Já que o outro lado dizia: “Volta companheiro Vasco!”. E eu retorquia “Volta como, se ele está morto. Pois o único morto que voltou à vida foi Lázaro. Assim, tal só poderá acontecer se ele for Lázaro”. Afirmava também que o único coronel de valor era o Álvaro Cunhal e que os outros eram de aviário.

Devido a essa entrevista levantaram-me um processo e eu saí de circulação e fui para a quinta de uma prima, nas Caldas da Rainha. Robin de Andrade queixou-se contra mim e o Vasco Gonçalves fez um papel a propor a minha expulsão das Forças Armadas.

<sup>7</sup> Extracto da entrevista em anexo e publicada em “A Luta” de 9-10-1975.

<sup>8</sup> Transcrição parcial da entrevista em anexo. In “Expresso” de 15-11-1975

## **No Posto de Comando de Belém, em 25 de Novembro**

Apenas regresssei no dia 24 de Novembro, a Lisboa, por indicação do Eanes. Nessa altura, sem saber o que iria acontecer na madrugada, entre as 23H30 de 24 e as 03H00, estive com ele em casa do Arnaldo de Matos. Disseram-me depois que, nesse mesmo dia, Melo Antunes se encontrara com Álvaro Cunhal, o que ainda não confirmei...

No dia seguinte, a seguir ao almoço, encontrei-me com Ramalho Eanes, à porta do EMGFA, no Restelo. Ele já estava fardado de camuflado e pronto a seguir para a Amadora. Perguntei-lhe para onde eu ia e mandou-me, com um alferes miliciano, para a Presidência da República, onde, além de Costa Gomes, se encontrava o Rocha Vieira, o Loureiro dos Santos e o Vasco Lourenço e os três CEMs...

Em Belém sou bem recebido por aqueles oficiais e nomeadamente pelo Pinheiro de Azevedo. Disse ele: "Eu nunca lhe tinha ligado muito nas assembleias do MFA, mas, depois do sucedido, acho que fez um bom trabalho". E deu-me um grande abraço. Apenas lhe referi que "agora é Primeiro-Ministro e atenção, que o inimigo está cá dentro".

Entretanto soube que o Costa Gomes tinha encarregado o Almada Contreiras de ir desmobilizar os fuzileiros, entendendo eu que o Presidente andava a fazer jogo duplo. Nessa altura telefono para a Amadora e é quando me dizem para continuar em Belém.

A minha posição neste Posto de Comando, onde o Vasco Lourenço já andava fardado de general, foi a de não se permitirem concessões e de não sair ninguém para contactos, sem garantir a rendição de quem antes estava fora da cadeia hierárquica.

Então, na madrugada do dia 26, como já estava irritado com a situação, o Costa Gomes mandou-me chamar ao seu gabinete, onde se encontrava o Loureiro dos Santos e o Vasco Lourenço. Pergunta-me o que se passa. Digo-lhe sobre a necessidade de continuar a exigir que as unidades confirmem estarem dentro da linha de comando hierárquica, e acrescento que deve ligar para o RALIS. Quando recebe a resposta afirmativa do Leal de Almeida, eu pergunto: "E o Dinis de Almeida?". Sendo a resposta idêntica, retorqui: "Então ele que se apresente aqui em Belém". Cerca de meia hora depois deste telefonema, o Dinis de Almeida compareceu na Presidência e foi detido.

Entretanto voltei-me para o CEMA, Almirante Filgueiras Soares e disse que se devia demitir, o que fez.

A certa altura já se dizia que o Otelo devia voltar para o COPCON. Então afirmei: “Nada disso. O Otelo está aqui sequestrado e não sai daqui”. E assim aconteceu.

Também aquando da rendição dos Páras de Tancos, em 28 de Novembro, apesar do sucesso da negociação realizada pelo Coronel Heitor Almendra, propus que o documento, então redigido, fosse assinado pelo Presidente, para não haver dúvidas.

O General Costa Gomes sempre foi um militar muito inteligente e soube navegar no meio de todo o PREC, negociando, avançando ou recuando de acordo com as conveniências. Teve um papel importante na assembleia selvagem do 11 de Março, onde conseguiu “levar a água ao seu moinho” e até manter as eleições no mês de Abril seguinte.

E no 25 de Novembro, apesar das hesitações iniciais e das tentativas de negociação infrutíferas, acabou por perceber o modo como devia ser conduzida aquela situação. A conversa e as atitudes atrás descritas são bem esclarecedoras do seu comportamento.

## ANEXO I

AO DEPOIMENTO DO CORONEL AVENTINO TEIXEIRA

### A origem dos SUV é a 5.<sup>a</sup> Divisão <sup>1</sup>

As entidades militares responsáveis sabem muito bem quem ele é. Nós também. É um major das Forças Armadas, um elemento do MFA, que tem desempenhado um papel importante no processo revolucionário que vivemos. A entrevista que concedeu ao nosso jornal reveste-se de um significado político muito especial pela divulgação de elementos essenciais para a compreensão da Revolução portuguesa, com todas as suas contradições e porque constitui a explanação revolucionária capaz de contribuir para clarificar acontecimentos importantes, mas obscuros para a maioria do povo português (...) <sup>2</sup>

(...) "A Luta" – Você disse que todos sabem quem são os militares encapuçados. Suponho que se refere a uns militares que apareceram a dar conferências de imprensa com capuzes na cabeça, e que são identificados pela sigla SUV (Soldados Unidos Vencerão). Ora eu duvido que toda a gente saiba o que são e quem são os SUV.

Major – Quando eu digo que toda a gente sabe quem são, não quero dizer que os encapuçados são os senhores A, B ou C. Mas sim que os senhores. A, B ou C estão ao serviço de uma determinada ideologia política.

L – Qual ?

M – A de um partido com os seus acólitos e os seus satélites. Na verdade o PCP tem como vocação a clandestinidade e os SUV, do ponto de vista de um major encapuçado, não são outra coisa senão a continuação do trabalho, aliás maravilhoso quanto a organização, da ainda não desmantelada 5.<sup>a</sup> Divisão do EMGFA, da organização do PCP dentro do Exército, dentro das Forças Armadas. Os SUV são apenas a continuação da luta do PCP nas estruturas militares. (...) Com a ajuda de habilíssimos revolucionários de intentonas, como por exemplo

---

<sup>1</sup> Ver "A Luta" de 9-10-1975.

<sup>2</sup> Texto introdutório de Álvaro Guerra, que realizou esta entrevista.

Varela Gomes <sup>3</sup> (por que não dizê-lo se esse não está encapuçado?), apanhou os arquivos da PIDE, onde eles realmente estavam computados e organizados na Legião Portuguesa, que era uma força de repressão. A partir daí o PCP dominou o aparelho de Estado.

### A origem dos SUV é a 5.<sup>a</sup> Divisão

L – Considerando que os SUV são, portanto, um resíduo da vocação clandestina do PCP, na sua versão militar, gostaria que concretizasse melhor como nasceram os SUV.

M – Do meu ponto de vista, os SUV são uma resposta tardia a organizações revolucionárias dentro dos quartéis. Mas, embora tardia, vitoriosa, como sempre são vitoriosos os esquemas oportunistas, na montanha de contradições e golpismos, que se processam nesta confusa situação da revolução. Os SUV são, no meu ponto de vista, a resposta à desarticulação do trabalho da 5.<sup>a</sup> Divisão, que era um Estado dentro de outro Estado. Ela foi desmantelada pelos militares e pelo povo, porque não correspondia a coisa nenhuma. A 5.<sup>a</sup> Divisão abusou de tudo – apelidou de reaccionário quem não estava com a sua linha política; apelidou o povo português de reaccionário; chegou a cometer o desplante de, em Assembleia do MFA, pela voz do seu porta-voz,

---

<sup>3</sup> Mesmo em publicações recentes, Varela Gomes não esquece o sucedido e o papel de Aventino Teixeira naquela época. Recordo as suas afirmações:

“(…) Num hipotético Nuremberga popular/revolucionário, sentar-se-iam e acabariam seguramente condenados – *prima facie*, por autoria moral – os cabecilhas do bando contra-revolucionário maoísta, os consagrados esquerdalhos Arnaldo de Matos, Durão Barroso, Eduíno Gomes, Fernando Rosas, Freire Antunes, Saldanha Sanches, Carlos Gaspar, Acácio Barreiros, C. Espada, Artur Albarran, Aventino Teixeira, Pacheco Pereira, Pedro Batista... e outros, muitos outros que se lhes iriam juntar no decorrer do processo. (...) E isto remete-nos, de novo para a peculiar realidade do caso português, onde os filofascistas mais os transfugas maoístas ocupam o poder há 25 anos (desde o golpe contra-revolucionário e restauracionista do 25 de Novembro) desfrutando de inteira liberdade para eliminar vestígios de culpas e baralhar pistas... (...)”

Depois de afirmar que os arquivos da PIDE/DGS foram “limpos” nos dias seguintes ao 25 de Abril e de comparar com o sucedido com os arquivos após a Guerra de Espanha, afirma: “(...) A legitimidade de um julgamento ético dos esquerdalhos maoístas portugueses é irrecusável. (...)”

Ver J. Varela Gomes. “Esquerdalhos, Renegados e outros Bandalhos (...)”. Lisboa, Ed. do Autor, 2003, pp. 72 e 73.

chamar macacos aos camponeses de Trás-os-Montes e dizer que a posição desses camponeses não tinha nada a ver com a revolução portuguesa. (...)

Em resposta à sua pergunta, direi que a origem dos SUV é a 5.<sup>a</sup> Divisão, que ninguém parece capaz de destruir. Pelo que começo a pensar que os militares estão divididos em dois grupos: os progressistas envergonhados e os loucos atrevidos.

L – Em qual das categorias se coloca um major encapuçado ?

M – Bom, eu agora estou na dos entrevistados. É evidente que se estou a acusar os loucos atrevidos; estou, pois, mais com os progressistas envergonhados.

### **Os loucos atrevidos**

L – Pode dar-me um exemplo concreto dos loucos atrevidos?

M – Conheço muitos. Todos os elementos do Conselho da Revolução que falam em nome individual e, demagogicamente em nome do povo. Qualquer militar do CR que fala em nome próprio só porque o Conselho determinou que os conselheiros estavam autorizados a falar, destacando-se ou contrariando o consenso desse Conselho, é, afinal, um louco atrevido.

L – Mas voltemos à questão dos SUV...

M – Há outros aspectos importantes dos SUV. Insisto ainda na ligação dessa organização à 5.<sup>a</sup> Divisão. Quase diria que a 5.<sup>a</sup> Divisão é os SUV (...). Como eu acho ridículo que você me trate nesta entrevista como major encapuçado.

L – Eu trato-o dessa maneira porque penso que é uma boa maneira de desmontar e ridicularizar a ideia peregrina de encapuchar o povo...

M – Sim, é um tratamento didáctico.

L – Toda esta questão dos SUV está ligada ao problema da disciplina nas FA. O povo português tem igualmente dificuldade em compreender que um conselheiro da Revolução – num momento em que a autoridade e a disciplina parecem ser a grande preocupação dos responsáveis – lance a sua suspeita sobre a ordem e a disciplina, como o Almirante Rosa Coutinho fez no seu recente discurso na CUF.

M – Sugiro-lhe que você, como jornalista, faça uma pergunta a Rosa Coutinho: se ele é dos SUV ou não? Pergunta que ainda ninguém fez aos desencapuçados dos SUV. Do meu ponto de vista de major encapuçado, Rosa Coutinho é um dos promotores dos SUV – ou melhor, não será promotor, pois ele mesmo diz que de política não sabe nada. Poderá considerar-se que ele é instrumentalizado, se não preferir aceitar que está na origem dos SUV. (...) <sup>4</sup>

O problema da descolonização aparece através do RPM. Uma recusa colectiva aos embarques foi contrariada pela troika da PM – actualmente, dos poucos oficiais do QP que lá estão – composta pelos Majores Tomé, Campos de Andrada e Cuco Rosa (aliás, são três cucos), que censuraram tal recusa e disseram não ser culpados dela, aquando da reunião de Tancos. Dois ou três dias depois, solidarizaram-se com a justa luta dos soldados, não sem que “saneassem” um dos mais destacados elementos dessa luta.

### **A vocação clandestina e golpista do PCP**

L – Mas trata-se de um caso de instrumentalização ...

M – Naturalmente. (...) A vocação do PCP que – ao contrário do que pensa o partido de que se faz eco o jornal que me está a entrevistar <sup>5</sup> – não tem que estar na cena política portuguesa, mas sim na clandestinidade ou na posse do poder, em termos ditatoriais esmagantes. Isto compreende-se, pois o PCP não tem base social, não tem possibilidade de exercer o poder com o apoio de largas massas populares; daí a sua vocação clandestina e golpista.

Daqui resulta o aparecimento dos SUV. Porque eles não conseguiram realizar a política de saneamento do aparelho militar – e já só faltava isso, porque já dominavam o aparelho do Estado. E então tentaram sanear o “ultra-reaccionário” Jaime Neves – mas eu pergunto:

---

<sup>4</sup> Um semanário afirmaria em relação a este almirante na reforma e empresário:

“(...) Olhando para trás, o «Almirante Vermelho» – como ficou conhecido por largos sectores de retornados – está convencido que «pelo menos 90% da população impunha o fim da guerra colonial». Afinal foi o cansaço e a recusa da guerra, «mais do que a aspiração à liberdade, que explica a grande adesão ao 25 de Abril» (...).

Ver Revista do “Expresso” de 24-4-1999.

<sup>5</sup> Queria referir-se ao Partido Socialista.

não teriam feito o mesmo tipo de carreira militar muitos daqueles que hoje o atacam? Este major encapuçado considera que Jaime Neves é tão “fascista” como os mais “progressistas” militares afectos ao PCP e seus satélites. Isto é, a diferença entre Jaime Neves e muitos dos seus detractores é que Jaime Neves é um homem sério, por muito que isso custe a qualquer organização de esquerda.

Para o PCP, são “fascistas” todos os que não lhe façam o jogo – e isto é também válido ao nível das FA. Para o PCP são “fascistas” a EPC, a EPI, o CIAAC, aquela gente toda que o “Século” denunciou – e não foi processado por isso – quando se permitiu divulgar a sua apreciação de correlação de forças militares. Coisas dos “Izvestia” cá do sítio. (...)

### **O “Plano dos Coronéis” não existe**

L – O que é, nesse contexto, o “plano dos coronéis”?

M – O “plano dos coronéis” não existe. Os pontos identificados como tal são os pontos para a conquista do poder, na perspectiva do Estado burguês. O “plano dos coronéis” é o plano de Álvaro Cunhal e de qualquer outro agrupamento político que esteja do outro lado da barricada da classe operária. O PCP utilizou esses pontos para tentar dominar o aparelho de Estado. Qualquer outro grupo político que queira o domínio do aparelho de Estado e não a sua destruição passará necessariamente por esses pontos.

L – Parece então poder concluir-se que os SUV não são revolucionários.

M – Trata-se de uma organização que não considero contra-revolucionária; e pode ser dirigida noutra direcção, desde que não sejam os soldados unidos a vencer, mas sim o povo português a vencer, com os seus filhos nos quartéis. Os SUV, tal como são actualmente, identificam-se com uma espécie de “unicidade sindical” nos quartéis.

### **Armas desaparecidas (...)**

L – Mudando de assunto. A existência de milhares de armas fora dos quartéis preocupa muita gente. Parece ser mais fácil desviar G 3 de Beirolas do que entregá-las à guarda de uma unidade como o CIAAC. Porquê?

M – A minha interpretação desse fenómeno é a seguinte: a distribuição das armas do Depósito-Geral de Material de Guerra tem uma justificação material. O Depósito não oferece segurança para o armazenamento de tais quantidades de armas ligeiras; por isso houve necessidade de as distribuir por vários quartéis com tropas operacionais, porque esses têm condições de segurança. É claro que os impenitentes militares, que são militaristas, se perguntam por que é que um depósito de material de guerra não há-de ter segurança. Passando por cima disso, e tendo em conta que, no 11 de Março, se deram armas indiscriminadamente a populares que estavam às portas do RALIS, os tais progressistas envergonhados não puseram objecções à distribuição de armas pelos quartéis, onde ficariam em maior segurança. Pois logo à saída das primeiras remessas houve um desvio de armas – o do “falso” Capitão Fernandes, apenas agente material do desvio. Antes mesmo de se concluir o inquérito, que nunca mais se conclui, como o de 11 de Março e o do 28 de Setembro – e para quê inquirir de factos tão óbvios? – modifica-se o critério da distribuição e procura-se recusar armas ao CIAAC. Tudo isto tem que ver com o desvio de armas. E se – como já foi feito em conferência de imprensa – se pergunta que destino o CIAAC dará às armas, é legítimo que o CIAAC pergunte para onde foram as outras?

L – E para onde foram ?

M – Na minha opinião foram para grupos políticos cuja base social são o *lumpen* e certas cliques militares que estão empenhadas na revolução mais para salvar a pele do que por opção política. (...)

L – Mas o General Otelo diz que estão em boas mãos.

M – Se ele diz que estão em boas mãos, é porque estão nas mãos dele.

### **O Major Dinis de Almeida é um morador**

L – O major esteve na histórica reunião de Tancos. Aí o Major Dinis de Almeida advogou o regresso a quartéis. O que pensa deste facto?

M – Penso que utilizou um argumento a “contrário senso”. Está desesperado porque não vê solução política através dos

meios militares. Note que eu não tenho nada a favor do Major Dinis de Almeida, mas tenho muito pouco contra ele. O Major Dinis de Almeida é, assim, um major como eu. Tem só a autoridade de quem lhe dá autoridade para falar. Quando ele propõe o regresso a quartéis diz o que afirma quase toda a gente. Trata-se de uma proposta que até pode ser assinada pela social democracia. Mas ele não tem nada a ver com a social democracia, nem tem nada que ver com coisa nenhuma. O Major Dinis de Almeida disse isso em desespero de causa; sente-se defraudado pela incapacidade dos militares de fazerem política. E diz isso para, depois, fazer ele próprio política. Ele não tem nada que ver com o processo. Quem fala pela boca do Major Dinis de Almeida são os conselheiros da revolução que o deixam falar – concretamente o General Otelo e o General Fabião. (...)

O Major Dinis de Almeida precisa de descansar, apesar de até as comissões de moradores o sugerirem para o Conselho da Revolução. Porque o que se passa é que já não há quartéis, nem ADU's: nos quartéis, como o RALIS e o RPM, já não são os soldados, sargentos e oficiais que se organizam democraticamente; quem lá mora são as comissões de moradores. O Major Dinis de Almeida é um morador. (...)

L – Os ataques ao VI Governo caracterizam-se por tentar separar dele o Primeiro-Ministro, normalmente poupado nos ataques. Como explica isto?

M – Na realidade é inexplicável dizer que o Almirante Pinheiro de Azevedo é revolucionário, e o Governo, de cuja composição ele é responsável, é reaccionário. Admira-me que Pinheiro de Azevedo não sacuda esses chatos, que dizem *viva o Pinheiro de Azevedo e abaixo o major encapuçado relativamente ao “documento dos Nove” e ao “documento do COPCON”*. Mesmo que a sua aparição tivesse sido simultânea, eu optaria sempre pelo “documento dos Nove”, que não é de nove, mas de muitos mais, porque ele representa uma tomada de posição política face à hegemonia do PCP e seus satélites; uma resposta orgânica à hegemonia de um partido sem base social. O “documento do COPCON” constitui uma tomada de posição demagógica face ao poder popular e aos órgãos de vontade popular. Ele é a sequência daquele documento apresentado meses antes na Assembleia do MFA e chamado “documento Povo-MFA”. Documento esse que teve a aceitação do PS, do PCP e de todos os militares, menos um, que foi o Vasco Lourenço, o político mais sensacional que conheço, por empirismo. Aliás, o “documento do COPCON” não

se opõe ao “documento dos Nove”. Opõe-se ao efeito político do “documento dos Nove” – é a resposta possível, do PCP, através do V Governo, ao “documento dos Nove”.

## ANEXO II

### AO DEPOIMENTO DO CORONEL AVENTINO TEIXEIRA

#### Os MFAs Inventados <sup>1</sup>

Muitas entrevistas se têm feito com elementos do MFA e algumas delas têm contribuído de forma decisiva para que se compreendam um pouco melhor as relações de influência, de oposição ou de aliança que o desenvolvimento do processo político tem vindo a originar.

Esta entrevista com o Major Aventino Teixeira, no entanto, contém contribuições muito importantes e pouco usuais para o esclarecimento da dinâmica interna do MFA e para a compreensão do tipo de manobras políticas que se desenvolvem actualmente. Em especial, a análise dos esquemas dos golpes e contragolpes merece uma atenção cuidada.

Um outro aspecto se deve salientar nesta entrevista: o carácter irreverente do entrevistado que, com uma ironia permanente, consegue ir mais longe do que seria natural no espaço restrito de um pequeno conjunto de perguntas. É possível que algumas pessoas considerem essa irreverência excessiva, ou até mal aplicada. Mas, como costuma dizer o Major Aventino, já estamos fartos de papas políticos. <sup>2</sup>

#### **A batalha da informação**

Expresso – Uma das características mais curiosas do processo político português encontra-se na enorme importância que tem a batalha da informação por parte dos agentes partidários. Como analisa este problema?

Av. Teixeira – Logo nos primeiros dias, que se seguiram ao 25 de Abril, se pôde verificar que todos os partidos políticos procuravam reservar posições que lhes permitissem um influência directa sobre os meios de informação. Pode dizer-se que o Ministério da Comunicação Social foi o mais procurado, mesmo mais do que, por exemplo, o próprio Ministério do Trabalho. Esse já

---

<sup>1</sup> Ver "Expresso" de 15-11-1975. Subtítulos do texto original.

<sup>2</sup> Texto introdutório do colaborador do "Expresso", Joaquim Aguiar, que fez a entrevista com Aventino Teixeira.

era um indicativo do que se iria passar a seguir: a mais clara e directa manipulação e distorção da informação com objectivos que ninguém poderá duvidar que são partidários. Este é um facto concreto; as suas explicações e os processos que conduziram a este resultado são muitos e valeria a pena explicar aqueles que são mais característicos.

Exp. – Mas como é que se consegue uma hegemonia partidária tão completa em alguns jornais? Não sendo certamente homogéneo o conjunto dos trabalhadores de cada empresa jornalística, nem política nem socialmente, como se explica um controlo perfeito da informação que é transmitida por esses jornais?

A. T. – Esta questão tem que ser dividida em várias partes e vou tentar responder-lhe com a minha experiência de Presidente do Conselho de Administração da Sociedade Nacional de Tipografia (SNT), que edita o “Século”, e que é um bom exemplo dos problemas que refere. De facto, uma minoria de jornalistas, aliada a um sector também minoritário, pode produzir um jornal enfeudado a um dado partido político e aos seus acólitos. Isto é possível porque, para além da tenacidade posta na luta por estas minorias, não foi resolvido o problema fundamental por que se batiam os trabalhadores – o direito ao trabalho. Como isso nunca foi assegurado por nenhum governo provisório, os trabalhadores da informação ficaram sempre à mercê da chantagem dos vários partidos que tiveram a hegemonia nos vários governos (...)

Na sua generalidade, os trabalhadores são assim obrigados a escolher, não as posições justas, mas o melhor empresário político. O trabalhador que, em escrutínio secreto, é eleito para a administração a que eu presidia, é o que, do ponto de vista dos restantes trabalhadores, garante o direito ao trabalho. Isso coincide com mais um momento em que o PCP tinha hegemonia no Governo; esse trabalhador eleito, em escrutínio secreto, é ou quadro, ou candidato a quadro do P-C-P. Os trabalhadores entregaram-se nas mãos deste elemento, porque ele lhes dava a ilusão da garantia do seu emprego.

A “maioria minoritária” que está no “poder” no “Século” decide dos destinos do jornal por efeito das tergiversações dos vários partidos da coligação. Por sua vez, a facção do MFA afecta ao P-C-P suporta esta mesma “maioria”, garantindo-lhe ampla liberdade de manobra e oferecendo-lhe força militar.

Mas há ainda um outro ponto a referir: é um pequeno grupo de trabalhadores que está a decidir dos destinos de todos os trabalhadores, que publica muito mais coisas. Quem deve decidir afinal? Os trabalhadores da empresa ou os “iluminados” de um sector dessa empresa, neste caso de um jornal matutino?

Exp. – No meio de todas essas manobras onde é que os leitores se colocam?

A. T. – O “Século” é um boletim de distribuição mão a mão. A venda não deve ultrapassar os 10 000 exemplares, embora acredite que eles consigam distribuir gratuitamente mais 10 000. Mas tem uma utilidade muito concreta: concordo com o General Otelo Saraiva de Carvalho quando ele diz que se faz política lendo o jornais da tarde e da manhã. É para isso que o “Século” serve e de que maneira... O “Século” não tem expressão: é um simples meio de pressão e perderá a sua importância quando as pessoas se aperceberem claramente disso.

### **Razões da exoneração**

Exp. – Tendo sido nomeado pelo MFA para presidente do Conselho de Administração da SNT, e com uma missão específica, como é que explica que tenha sido afastado dessas funções?

A. T. – A minha nomeação para a SNT é feita sem o meu conhecimento. Foi-me proposto ir para administrador do “Diário de Lisboa”. Aceitei, em princípio, mas desde que fossem satisfeitas as seguintes condições: não receber qualquer vencimento por essas funções; ter o consenso do Conselho do Serviço de Administração Militar acerca da minha capacidade técnica para desempenhar funções económicas e administrativas; e que me fosse dado pelo MFA um programa mínimo para a informação a curto e médio prazo e, ainda, me fosse fornecida uma credencial em nome do MFA. Chegaram até a propor-me a compra de acções do “Diário de Lisboa” nos termos de uma informação do então ministro das Finanças (III Gov. prov.).

Apareço na SNT porque o Vítor Alves me chamou, e disse que tinha sido nomeado pelo Conselho dos Vinte para resolver uma situação complexa de ocupação do “Século” pelos trabalhadores que se opunham à administração. Fui, portanto, nomeado pelo

MFA e só formalmente pelo Conselho de Ministros. Quando saio, sou exonerado das minhas funções pelo Conselho de Ministros: não há nenhum órgão do MFA que tenha alguma vez tomado qualquer decisão nesse sentido.

De acordo com a informação do então ministro Jesuíno, a razão do meu afastamento terá sido o conjunto de declarações que terei proferido numa conferência de imprensa, dada na Casa da Imprensa, em que defendi intransigentemente a libertação de Arnaldo de Matos, secretário-geral do MRPP, na sua qualidade de democrata, patriota e antifascista. Segundo o Comandante Jesuíno, o primeiro-ministro de então, Vasco Gonçalves, informado por telefone, deu “saltos de corça” e mandou imediatamente investigar. Sem ser ouvido por ninguém, fui chamado ao Ministério da Comunicação Social, onde o Comandante Montês<sup>3</sup> me comunicou que ia ser exonerado. O motivo teria sido o facto de eu ter contrariado as decisões do MFA, que tinha mandado prender o MRPP, considerado “seita religiosa”, “bando de malfeteiros”, etc..

Perguntaram-me por que não me opus “dentro do MFA” a essa decisão. É a mesma pergunta que poderia fazer agora ao General Otelo, que não contraria “lá dentro” o Conselho da Revolução e vem opor-se “cá fora”. Aliás, não foi o MFA que decidiu o ataque violento, louco e assassino às sedes do MRPP. A Assembleia do MFA não se pronunciou sobre isso, pois uma proposta apresentada nesse sentido, em duas sessões consecutivas, foi retirada na segunda sessão. Quem deu a ordem foi o Conselho da Revolução, de acordo com os partidos e nomeadamente, com o apoio do PS, segundo informação do Almirante Rosa Coutinho. Ao propor-se a retirada dessa proposta, Rosa Coutinho afirmou não haver “santa aliança” do PS com o MRPP, mas sim do PS com o PCP (m-l). O PS teria mesmo concordado com o plano de extinção do MRPP.

Mas, de qualquer forma, não é esse o verdadeiro motivo da minha exoneração. O problema central era a minha presença e acção no Conselho Superior da Informação (C.S.I.). Era aí que se projectavam as campanhas de preparação psicológica da opinião pública que, por exemplo, antecedeu o ataque ao MRPP; era aí que se estudavam propostas de saneamento a realizar no

---

<sup>3</sup> Director-Geral da Informação.

corpo diplomático – forma de atacar Melo Antunes – que eram apresentadas por elementos da 5.<sup>a</sup> Divisão (membros rotativos no C.S.I. e que o dominavam por completo). Como é óbvio, eu era um óbice a essas manobras dos comunistas de circunstância, como se poderá perceber nas gravações realizadas (ou será que também desapareceram como as da 5.<sup>a</sup> Divisão?). Essa é a razão real da minha saída da SNT.

Exp. – Como vê a actual situação do “Século”, depois dos recentes afastamentos compulsivos de alguns elementos?

A. T. – Entendo que a maioria definida pelo referendo, porque não se submete a uma efectiva direcção política e porque não se respeita integralmente as regras da democracia (princípio da submissão incondicional da minoria à maioria e princípio da permanente elegibilidade e revocabibilidade) acaba por cair no erro de querer afirmar a justiça das suas posições, em termos de legalidade. Estão a perder de vista a legitimidade revolucionária que lhes assiste. Os trabalhadores minoritários, que estão a defender as instalações com cacetes, deveriam, no meu ponto de vista, ser corridos a cacete. Mas há ainda pudores de falsas virgens, há tibiezas da parte dos trabalhadores da maioria, que não querem utilizar esses métodos. Agarram-se à Lei de Imprensa, a uma parte do Conselho da Revolução e esquecem a defesa fundamental dos princípios. Para mim, ou têm força ou não têm; se ganharam em escrutínio democrático, só precisam de exigir que as Forças Armadas e o Governo não intervenham. (...)

Exp. – O que se tem passado ao nível da informação não se pode desligar da evolução política e, em particular, do processo de desagregação do MFA. Que tipo de relação estabelece entre estes dois factos?

A. T. – São problemas intimamente ligados. A desagregação do MFA pode ser analisada de várias maneiras. O MFA nunca esteve consolidado, nunca pôde dirigir os destinos do país. Para compreender o que hoje se classifica de “desagregação do MFA” é preciso perceber que o MFA nunca existiu. O MFA é uma invenção para escamotear o golpe de estado militar, conduzido por determinado sector da burguesia, em 25 de Abril. Houve quem se esforçasse para que o MFA existisse, no sentido de utilizar o golpe de estado militar de 25 de Abril em benefício dos interesses que representava ou julgava representar.

A desagregação do MFA começou em 25 de Abril. O MFA veio a servir os vários partidos e, em especial, o P«C»P. Em toda esta evolução a manipulação da informação tem uma importância decisiva e que, de certo modo, não corresponde a nenhum dos esquemas clássicos dos processos revolucionários. Estou convencido de que se Lenine tivesse tido a possibilidade de utilizar um meio de comunicação como a televisão, a Revolução de Outubro teria sido em Setembro.

A desagregação do MFA é concomitante com a tomada dos órgãos de informação, mas se nestes continuar a luta, vai aparecer outra vez o MFA, exactamente para tomar partido nessa disputa.

Exp. – Com frases do tipo “o MFA foi sempre uma invenção” e “se o Lenine tivesse televisão...” parece que se está a cometer um erro grave, isto é, está a admitir que certas personalidades podem “manipular” os acontecimentos históricos...

A. T. – Concordo. Devo esclarecer melhor a minha ideia. O MFA é uma invenção exactamente no sentido do termo manipulação. O MFA só existe porque os partidos políticos nascentes precisavam dele: começa por ser uma invenção dessas mesmas forças políticas. O MFA é uma invenção de toda a gente... e até uma invenção minha; quando digo que sou militante do MFA estou a dizer que quero que as Forças Armadas se ponham ao serviço de qualquer coisa, que elas se deixem dirigir por uma dada ideologia, ou melhor, pela ideologia de uma dada classe. Não há MFA, nem nunca houve MFA. Todos queremos pôr as forças militares ao serviço de uma ideologia, de uma política: todos nós queremos dar corpo ao MFA. Do ponto de vista da burguesia, o MFA é o grande “slogan”; é uma coisa que serve, que entra e sai, conforme os seus interesses; já morreu várias vezes, já renasceu várias vezes, e reaparecerá quantas vezes for necessário. O MFA é um companheiro Vasco.

O MFA que eu invento são as Forças Armadas da burguesia, rejeitando a direcção política da burguesia e submetendo-se à direcção política da classe operária. Este é o MFA que eu preconizo, que invento. Acredito que virá a ser possível. Quando digo que, se Lenine tivesse podido dispor da televisão, poderia ter antecipado a revolução, apenas quero referir a importância que os órgãos de informação sempre tiveram no acelerar ou no travar da tomada de consciência das classes trabalhadoras acerca da sua histórica vocação revolucionária.

A revolução tem leis objectivas: se Lenine não existisse teria aparecido outro, o Ulianov, por exemplo, que haveria de entender as leis objectivas, por ser filho ele mesmo delas próprias (...)

### **A 5.<sup>a</sup> Divisão – organização contra-revolucionária**

Exp. – Mas não foi exactamente isso o que a 5.<sup>a</sup> Divisão tentou fazer?

A. T. – Sim. A 5.<sup>a</sup> Divisão tentou fazer isso; mas a 5.<sup>a</sup> Divisão é a quinta coluna da contra-revolução. Utilizou e continua a utilizar os órgãos de informação para barrar o caminho à revolução: não se dirige ao povo em geral. Não se dirige aos operários, aos camponeses, à pequena burguesia, nem às camadas da média burguesia. Não se dirige a coisa nenhuma. Através duma campanha cultural mistificadora, tenta dizer ao povo que as condições estão criadas para o P.C.P assaltar o poder, quando o próprio P.C.P não o quer fazer, até porque não tem ordens para isso. O P.C.P de que a 5.<sup>a</sup> Divisão é o pelotão de exploração, não é nacional e não lhe foi concedida autorização para tomar o poder em Portugal.

Exp. – Mas a 5.<sup>a</sup> Divisão não é uma emanção do MFA?

A. T. – Pois é; a 5.<sup>a</sup> Divisão é uma emanção do MFA, mas apenas porque é um dos inventores do MFA. A 5.<sup>a</sup> Divisão é um órgão do EMGFA. O golpe militar teve a conivência da PIDE, de Caetano, do tenebroso EME e transformou-se no Movimento de 25 de Abril; só depois é que aparece o MFA. No mesmo dia do golpe aparece a 5.<sup>a</sup> Divisão; ela “inventa” o seu MFA, isto é, começa a assaltar a consciência de toda a gente.

Mas só chega ao poder com o golpe do 11 de Março, o das onze da noite (Como toda a gente sabe, em 11 de Março há dois golpes). E aí há uma nova invenção: depois do 11 de Março, o MFA é o da 5.<sup>a</sup> Divisão, que está organizada contra-revolucionariamente desde a manhã de 25 de Abril (...).

Mas a 5.<sup>a</sup> Divisão não deixa de ser um órgão do EMGFA e joga simultaneamente com a hierarquia anterior e com a demagogia permanente. (...)

Do meu ponto de vista, não se pode aceitar que a 5.<sup>a</sup> Divisão seja uma emanção do MFA: ela procura dar origem a um certo MFA, como é natural se admitirmos que ela é Estado-Maior do P.C.P, metida em cunha no processo.

Exp. – Se são tão claras as razões de ataque à acção da 5.<sup>a</sup> Divisão, como se explica a enorme capacidade de manobra que manifestou?

A. T. – E manifesta ainda! É que o único partido político burguês organizado é o que tem 54 anos e não os que foram criados à pressa, que saíram de uma oposição pacífica, republicana da frente antifascista, ao regime fascista. O PCP, ou melhor a 5.<sup>a</sup> Divisão tem todo esse poder de manobra, porque o PCP mantém os outros partidos da burguesia iludidos com a frente antifascista, enquanto reforçava a sua organização própria. Esta organização serve, por um lado, para iludir os operários e camponeses e, por outro, para iludir os outros partidos da burguesia, que se mantêm a reboque do PCP, e que quase não podem existir sem ele, como se verificou no recente frente-a-frente na TV, entre os secretários-gerais do PCP e do PS. (...)

### **Qual a responsabilidade do CEMGFA?**

Exp. – Sendo a 5.<sup>a</sup> Divisão um órgão inserido numa hierarquia, que responsabilidade atribui ao CEMGFA?

A. T. – Bem, o CEMGFA é o General Costa Gomes. Ele tem e não tem a ver com os dois golpes de 11 de Março. O facto de a 5.<sup>a</sup> Divisão estar debaixo das ordens do General Costa Gomes, não significa que ele domine a actividade da 5.<sup>a</sup> Divisão. Se assim fosse, tudo seria simples. A 5.<sup>a</sup> Divisão inseriu-se na hierarquia, mas começou imediatamente a fomentar a guerra entre gregos e troianos. Começou por publicar documentos vindos do gabinete do primeiro-ministro Vasco Gonçalves, atacando membros do ministério. E quando se publica no “Boletim do MFA”, controlado pela 5.<sup>a</sup> Divisão, um artigo em que se criticava a acção do Governo, dizia o agente duplo Robin de Andrade que o que era preciso era “pô-los à guerra”. (...)

É nesta altura que a 5.<sup>a</sup> Divisão começa a dominar tudo e a falar em nome de S. Ex.<sup>a</sup> o CEMGFA.

Eu bem gostaria de dizer ao povo português que a 5.<sup>a</sup> Divisão está com Costa Gomes; ela está mas assim a um nível, que poderia designar de galáxia. É claro que eu não posso desligar completamente os interesses defendidos pelo CEMGFA dos interesses defendidos pelo PCP. Isso seria o mesmo que esquecer que os assuntos nacionais são tratados de fora e que há interesses a

dominar a nossa pátria. Mas não tenho dúvidas em dizer que a 5.<sup>a</sup> Divisão não concertava localmente as suas acções com o General Costa Gomes: disputava-lhe a actuação. O inverso também é verdadeiro! A propósito: a sua pergunta é mesmo típica da 5.<sup>a</sup> Divisão.

### **Que se passou em Tancos?**

Exp. – Um tema central da evolução do MFA é, sem dúvida, a sucessão de acontecimentos de Tancos. Há quem fale de pronunciamento, de clarificação de tendências e até em respeito pelas regras democráticas. Qual a sua opinião sobre este período especialmente confuso?

A. T. – Esse é outro ponto nodal da evolução do MFA. Em Tancos houve, que eu saiba, a assembleia da Força Aérea, duas assembleias do Exército e uma chamada assembleia do MFA, que não foi uma reunião normal. Tancos vai ficar na história do processo político-militar. Com Tancos aparece um outro MFA, que não tinha expressão até aí. Tancos começa em Lisboa, numa assembleia do Exército, que é a génese de toda a denúncia da manipulação que se vinha fazendo na Assembleia do MFA. Quando o Exército reúne em Lisboa e, pela voz e pela mão de Vasco Lourenço, analisa propostas apresentadas por unidades, entre as quais a EPI, em que se põe em causa a composição da Assembleia do MFA, começa Tancos. É aí que se exige a reestruturação dos vários órgãos do MFA. O PCP deixa realizar a reunião do Exército em Lisboa, porque sabe que há 16 ou 17 elementos que estão na linha de defesa das suas posições e, num ataque frontal a Vasco Lourenço, os 17 de Álvaro Cunhal boicotaram a reunião, fazendo provocações e entrando em ataques pessoais.

Na primeira reunião do Exército em Tancos, aparecem duas moções. Uma dizia não à Assembleia do MFA; porque estava manipulada, ou seja, retomava-se a moção da EPI, boicotada na anterior reunião; a outra dizia não ao Vasco Gonçalves, qualquer que fosse o cargo ou função dentro do processo. Chamado pelo telefone, aparece V. Gonçalves, que veio comboiado de Lisboa. Apesar das tentativas de conciliação, Gonçalves teve que sair, derrotado. É aqui que acaba Vasco Gonçalves e nunca mais entrará numa assembleia do MFA, a menos que consiga substituir os oficiais do Quadro Permanente por milicianos.

Ficou aí decidido, por maioria, que a assembleia do MFA não era representativa e que Vasco Gonçalves podia comprar um cuco e falar com ele. Os vencidos declararam que desistiriam e reuniram algures nos arredores de Lisboa. Face a estas reuniões da minoria lutadora, mas antidemocrática, foi pedido, a Saraiva de Carvalho, o Quartel General para a reunião da maioria. Nela foi defendida a tese de que não era precisa outra reunião; mas como a maioria decidiu que se devia realizar outra reunião em Tancos. (...) Mantiveram-se aí as decisões anteriores. Acrescentou-se, no entanto, uma votação informal que definiu os graus de confiança que mereciam à assembleia do Exército, os seus representantes no Conselho da Revolução. Mas os princípios definidos e aprovados nas duas reuniões do Exército acabarão, depois, por ser traídos na assembleia fantasma do MFA, que se realiza à tarde...

Hoje ainda estamos em Tancos. Tancos é um pronunciamento; é o 11 de Março e o 25 de Abril. Tancos é hoje o General Otelo garantir, no CIAAC, que não há golpe de estado este fim-de-semana, respondendo à pergunta de um militar. Coisa linda – ele até sabe quando há. Tancos é tudo, se não esquecermos Tancos. Mas o 11 de Março também é tudo. Tancos é a memória mais recente de quem está para aqui virado. Tancos é fulcral: em Tancos fez-se o julgamento dos que estão presos por causa do 11 de Março; fez-se o julgamento de Fabião, em termos de CEME. Foram absolvidos os que foram presos. Foi condenado e deixado em liberdade, sob caução moral, o CEME. Isto é: Fabião continuou CEME (com votação maioritária – igual a Otelo, para defender depois a posição da Assembleia do Exército nas reuniões que se seguissem. Não o fez! Já não é o CEME).

Exp. – Mas Tancos também é a defesa dos princípios do funcionamento democrático dentro do MFA.

A. T. – Tancos é o nascimento de um determinado MFA e a defesa da organização do MFA em formas democráticas. Mas é também a traição a esse mesmo princípio. (...)

### **MFA e organizações paralelas**

Exp. – O MFA tem manifestado, nos últimos tempos, uma especial capacidade para se multiplicar nas mais diversas organizações, cada uma das quais se reclama, directa ou indirectamente, do MFA. Como explica esta proliferação de organizações paralelas?

A. T. – Todas as organizações que têm para aí aparecido são outras tantas invenções, são outros MFAs, que diferem, porque varia a intenção política dessas organizações.

A Comissão de Vigilância Revolucionária é um MFA. A Frente Militar Antifascista e Anti-Social Fascista é o MFA de agora, tal como as Brigadas de Vigilância e Intervenção Revolucionária. Tudo isto são MFAs, perfeitamente iguais aos MFAs da 5.<sup>a</sup> Divisão, aos do seu interlocutor, aos de toda a gente.

Não há divisões dentro do MFA. Cada uma destas organizações procura dizer ao povo português: “cá está o MFA que vos convém”.

Diz, por exemplo o pasquim “Século” que eu estou ligado à Frente Militar Antifascista e Anti-Social Fascista, a esta Frente Militar Única, que estou à frente, atrás, ou ao lado, já não sei bem. Ora o que conta é que essa Frente, a que pertencerei ou não, está em marcha lenta mas segura. Propõe-se liquidar o “Século”, enquanto pasquim, e a 5.<sup>a</sup> Divisão, enquanto Estado-Maior do PCP. (...)

A Comissão de Vigilância Revolucionária aparece como a organização clandestina da 5.<sup>a</sup> Divisão na disponibilidade (...). Ela agora chama-se “Associação Revolucionária de Militares na Disponibilidade”. (...)

As tendências do MFA são definidas pelo papa político Barreirinhas Cunhal do seguinte modo: a linha dos “nove”, a linha do COPCON e os chamados “militares revolucionários”. O GDE (filho legítimo da 5.<sup>a</sup> Divisão) propõe a ligação das três tendências (...)

Mas quem pode denunciar todas estas manobras e o fez efetivamente, é a Frente Antifascista e Anti-Social Fascista, que diz não à negociação dos “nove” com a linha que está por detrás da tal Comissão de Vigilância Revolucionária. (...)

Exp. – Mas há mais organizações deste tipo no MFA. Por exemplo, o que pensa dos SUV?

A. T. – É uma organização da 5.<sup>a</sup> Divisão e portanto do PCP, o que logo a torna contra-revolucionária. Mas os SUV têm uma característica curiosa: são soldados de aviário. Assim como há brigadeiros e generais de aviário e almirantes de aquário, agora há soldados de aviário. (...)

O soldado do Exército é o que não chega ao 5.º ano do Liceu; é o filho, o irmão do camponês, o filho ou o irmão do operário. É este soldado, que as organizações políticas prevalecem, quando dizem que “o soldado é filho do povo”, que “o soldado está com o povo”.

Mas o que acontece actualmente? Os milicianos (que nada têm a ver com os soldados, porque aqui não há milicianices) não obedecem aos mesmos critérios que caracterizam o soldado: entra mais tarde porque está a estudar e embora possa ter a mesma origem de classe que o soldado, já não tem a mesma pertença de classe. Neste momento, há mais dirigentes na tropa como soldados, milicianos, falsamente soldados, indivíduos que deviam estar como oficiais e que aparecem como soldados, ou seja, são falsos soldados ou soldados de aviário. É o caso dos ex-cadetes de Mafra: um soldado deste tipo é o mesmo que um major armado em brigadeiro de aviário. Os filhos do povo são os que estão no povo, são os camponeses e os operários.

Estes soldados de aviário andam a enganar os verdadeiros soldados; mas estes depressa se cansarão dos falsos soldados, como já se fartaram dos generais de aviário.

Eles andam encapuçados, porque não são aquilo que dizem ser. Os SUV, as brigadas e as barrigadas de “revolucionários convidados” escondem-se, porque não são do povo. O povo anda de frente nua, participa em organizações legais ou clandestinas, mas sempre com a mesma cara. Não posso entender gente encapuçada, quando a revolução está à mostra, quando se pergunta “então para onde é?”

Até há capitães do Conselho da Revolução que se dizem defensores da sublevação armada, mas depois vão dizer ao Costa Gomes “coisas que só posso dizer a ele”.

Exp. – E a Frente Militar Antifascista e Anti-Social Fascista?

A. T. – Não há nenhuma Frente Militar Única: isso é uma invenção de um jornalista esclarecido, e a designação é da responsabilidade dele. O que existe é um frente antifascista e anti-social fascista, e só isso tem sentido em termos militares, já que não se pode aqui ainda aplicar o conceito de Frente Única. Tenho que dizer alguma coisa sobre aquela Frente, até porque faço parte dela, como muitos outros militares, polarizados por um programa mínimo, em que se defina como combater o fascismo

e o social fascismo.<sup>4</sup> Desejo a constituição de tal Frente, até como defesa e enquanto oficial do Quadro Permanente. (...)

Esta Frente é a grande promessa que aparece aos militares que, de alguma forma, se sentem oprimidos, ainda que sem saberem exactamente porquê. É essa a necessidade a que responde a constituição da Frente, mas que terá que ser satisfeita através de um conjunto de princípios democráticos muito bem definidos; sem isso acabaria por cair num MDLP qualquer. (...)

### Estratégias golpistas

Exp. – Até aqui, os diversos partidos têm utilizado os militares para prosseguirem as suas estratégias. Em particular, não seria a primeira vez que se utilizava a manobra do golpe e do contragolpe e de novo se fala dessa possibilidade a curto prazo. O que pensa disto?

---

<sup>4</sup> Curiosamente, no sábado anterior (8-11-1975) e na mesma edição do "Expresso" onde foi publicada esta entrevista, José Freire Antunes, hoje reputado historiador de História oral contemporânea portuguesa, publicava dois artigos de opinião sobre este tema. No primeiro, intitulado "Acerca da Frente Única Militar" fazia afirmações com grande radicalismo: "(...) aliados em seis governos de coligação com o grande capital, o PCP, o PS e o PPD assinaram a sua falência política completa"; e mais à frente atacava igualmente o grupo de Melo Antunes: "(...) O Documento dos Nove foi o primeiro sinal desse levantar de cabeça dos oficiais anti-fascistas e anti-sociais fascistas menos ou mais consequentes. Por que falhou? Não tinha o apoio das massas populares. Acusava os operários de estarem a destruir o aparelho do Estado – e os operários querem de facto acabar com o Estado da burguesia". Para esclarecer a sua posição, citava, a seguir, o seu camarada Arnaldo de Matos (18-7-1975): "A velha máquina do Estado tem de ser destruída de cima para baixo e sobre as suas ruínas construir um outro aparelho de Estado que sirva os operários e os camponeses".

Uma semana depois, com o título "Ainda a Frente Militar Única", José Freire Antunes, insistia no tema: "Em nome da frente militar antifascista e anti-social fascista, foi difundido, em 4 de Novembro, o documento intitulado «Mais uma inventona falhada», que levanta questões de importância vital para o futuro dessa organização embrionária dos oficiais patriotas. Saúda-se o mérito do texto, assente no facto de pôr a nu o casamento das manobras dos dois centros da contra-revolução portuguesa, Washington e Moscovo. Desmascarando as maquinações golpistas urdidas quer por fascistas, quer por social-fascistas, o documento vem apoiar a justa ideia dos marxistas-leninistas de que o PCP e o CDS, o ELP e os SUV são as duas faces da mesma moeda. (...)".

Esta "febre" anti-PCP mantinha-se quando referia mais à frente: "(...) A denúncia de Alpoim Calvão como agente duplo MDLP/SDCI, coloca a questão de saber se as rabaçadas que o mercenário promete vir comer no Natal estarão a ser cozinhadas no gabinete de Cunhal ou no de Freitas do Amaral. (...)".

A. T. – Houve uma grande conquista dos militares do quadro permanente a partir do enunciado do “documento dos nove”: perceberam que tudo se passa em termos de golpes e contra-golpes; preparam-se golpes a que se contrapõem contra-golpes. Os elementos que prepararam o “documento dos nove” e os que lhe estão mais próximos vigiam-se mutuamente para que nenhum deles possa dar azo a que se desenvolva esta dinâmica de um pretensão golpe, que será certamente seguido de um contra-golpe vitorioso. Os especialistas do contra-golpe têm que arranjar outras formas de acção. A partir da última assembleia do MFA, os que foram acusados de golpistas recusam-se a dar o golpe e a embarcar num novo 11 de Março. (...)

A estratégia do PCP, que é a do contra-golpe, falha quando não há golpe. A única solução que têm é servir-se do MDLP, com quem já fazem o grande namoro. É que o PCP não consegue provocar os militares antifascistas e anti-social fascistas a sair das unidades: sem isso nada pode fazer. Esgotada essa possibilidade, o PCP fará todas as alianças com a extrema-direita, numa tentativa nem sequer desesperada para fazer saltar alguma unidade.<sup>5</sup> E é para isso que é preciso manter a mais apertada vigilância. Enquanto nós, os tais de direita dissermos não ao golpe, eles os de “esquerda” terão que arranjar alguém que o faça.

E há ainda outro importante aspecto a ter em conta em todas estas manobras: o PCP terá que forçar o golpe e dar o natural contra-golpe, antes do julgamento dos implicados no 11 de Março, porque se o julgamento se faz antes do golpe, terá que se fazer o julgamento do contra-golpe, ou seja, terá que se fazer o julgamento de quem preparou o 11 de Março. E o povo português já sabe quem foi e que estava tudo combinado. E a tropa também sabe quem são os verdadeiros militantes do PCP, que estão infiltrados e ainda não apareceram.

---

<sup>5</sup> Apesar da divulgação, na Imprensa, de notícias referindo ligações do PCP ao MDLP, os acontecimentos de 25 de Novembro vieram provar que o PCP acabou por utilizar a extrema-esquerda para fazer “saltar” os Páras de Tancos. A ordem foi dada a partir do COPCON, por oficiais conotados com a esquerda revolucionária (com o possível acordo de Otelo) e, segundo Raimundo Narciso, ex-operacional do PCP e hoje militante do PS, “a saída dos pára-quedaistas teve o aval do PCP”. In “Público” de 21-11-2000.

## O plano dos Coronéis

Exp. – Muito se tem discutido sobre a questão da disciplina nas FA e, sensivelmente há um mês e meio, apareceu um célebre “plano dos coronéis” que pretendia atingir esses objectivos de uma disciplina de tipo tradicional. O que pensa do conteúdo desse plano e qual é o valor de verdade que lhe atribui?

A. T. – A disciplina é exigida por toda a gente. Mas a disciplina também é um conceito de classe e tem um especial significado para os militares. (...)

Mas há coisas mais concretas que vale a pena tratar aqui. Esse famigerado “plano dos coronéis”, que fonte militar fidedigna fez chegar ao “Século” e a todos os outros jornais que estão ao serviço do PCP, é um tema muito interessante. Podé mesmo dizer-se que este “plano” é uma questão central e com um interesse tal, que bem merece ficar nos arquivos de “sucessos” de um dado quotidiano. Este “plano” em dez pontos foi apresentado com o seguinte título: “a reacção tem um plano para restaurar o fascismo”.

Uma análise atenta dos pontos, que aí se incluem, será certamente muito instrutiva e não resisto a deixar aqui alguns apontamentos para essa análise. O que penso disto tudo é o seguinte. Este plano é efectivamente um plano de coronéis, ou melhor de todos os coronéis que querem tomar o poder. Mas, para mim e para muitos outros militares, quem fez este plano foi o coronel Álvaro Barreirinhas Cunhal, que poderá ser mais um coronel de aviário, mas não deixa de ser coronel. (...) <sup>6</sup>

Uma inteligência meridiana compreende que o autor deste plano só pode ter sido o coronel Cunhal. Ele segue isto rigorosamente. Se quiser chamar ao Melo Antunes, coronel Melo Antunes ou ao Mário Soares, coronel Soares, também não acho mal. Mas o Soares é um paisano na tropa, enquanto que o Cunhal é um coronel.

---

<sup>6</sup> Aventino Teixeira rebateu cada um dos dez pontos, que indica: Domínio do SDCI; controlo do Serviço de Relações Públicas e Dinamização das F.A.; formação do AMI; criação de um corpo de polícia de choque; alteração da política em relação ao MPLA; ocupação militar da rádio e da TV; dissolução e extinção de unidades militares progressistas e saneamentos à esquerda; controlo absoluto do C.R.; colocação nos lugares-chave do grupo dos “nove”, de homens da sua confiança; e campanha de desinformação nos órgãos de Com. Soc.. Devido à extensão do texto apenas se transcrevem, a seguir, os seus comentários genéricos ao plano em causa.

Mas onde é que está aqui o ponto em que o coronel Cunhal é promovido a general? Tudo isto é o plano de todos os coronéis e de todas as burguesias. Mas há um elemento que escapou a toda a gente e que é o centro da estratégia; na altura em que este texto é conhecido, o General Otelo e o Fabião não tinham nada a ver um com o outro, estavam em ruas diferentes. Mas, com isto, Cunhal une-os. Ficam a pensar que vão ser esmagados pelos coronéis e juntam-se; mas não têm nada a ver um com o outro: o Fabião está para o Otelo como um pequeno monte está para o Himalaia.

O Otelo é que embarcou nesta conversa dos coronéis, e embarcou de tal maneira que me ofendeu. Quando fui a Moçambique, o Lázaro Gonçalves (ressuscitado a pedido) com o Otelo, chamavam-me o “coronel” Aventino. Já a 24 de Julho (1975) o Otelo conhecia o “plano dos coronéis” e alinhou na conversa provocatória do Gonçalves, como ele próprio me confirmou mais tarde, pensando que eu estava metido nessa coisa dos coronéis quando, afinal, aquilo era o plano dos Cunhais. Eles que vão chamar coronel Aventino a quem quiserem, menos a mim. Claro que no meio disto tudo, o Cunhal é o mais seguro, ao ponto de denunciar coronéis com o plano que ele próprio fez.

É importante desfazer o equívoco que foi criado com este tenebroso plano. Otelo e Fabião nada têm a ver um com o outro. Fabião já propôs uma vez, no curso dos majores, antes do 25 de Abril, que nos metessemos na revolução para fazer o desvio, quando oportuno. Otelo pode dizer disparates, mas não foge ao confronto.

### **Aliança Povo/MFA com um voto contra**

Exp. – Ao longo dos muitos debates do que se passa na sociedade portuguesa, muitas vezes se referiu a ligação Povo/MFA e também muitas vezes terá havido aproveitamentos indevidos dessa mesma ideia. Como vê este tipo muito especial de manipulação política?

A. T. – Nunca nenhuma personalidade política se afirma se não invocar a defesa dos interesses populares. Isso está na cabeça de todos os coronéis, de todos os dirigentes políticos. O que se deverá perguntar é o que efectivamente se fez em benefício dos interesses populares. O que fizeram os elementos do

MFA e os partidos para respeitarem as formas de organização popular que apareceram imediatamente antes e após o 25 de Abril? (...)

Os interesses concretos do povo português manifestam-se através das organizações da vontade popular, das comissões de trabalhadores, das comissões de moradores, etc. (...)

E sobre isso terá que se dizer que os partidos e o MFA contrariaram os interesses das classes trabalhadoras. Depois de ter assinado o pacto com os partidos, o MFA pronunciou-se sobre este aspecto num documento em que se analisava a questão da aliança Povo/MFA. Mas o que aí se propunha era simplesmente pôr em cima dos órgãos da vontade popular uma pesada estrutura de comando tripartido, onde se encontravam a via popular, a via MFA e a via do aparelho do Estado, ficando na cúpula o Conselho da Revolução. (...) <sup>7</sup>

Este era o plano do MFA da altura e, mais precisamente do partido que mantinha uma hegemonia efectiva, o PCP. Quando se põe à votação é aprovado por maioria menos um, que é o Vasco Lourenço. (...)

Exp. – Depois de termos percorrido alguns pontos de ordem geral, será altura de passarmos a pontos mais específicos. Qual é a sua posição quanto ao que Portugal deveria fazer em relação à independência de Angola?

A. T. – (...) o povo português está com o povo angolano e reconhece a independência do povo angolano em relação à dependência que tinha do colonialismo português. Mas não tem que se pronunciar sobre mais nada. (...)

## **O bombismo de Estado**

Exp. – Quanto ao tema Rádio Renascença e ao recurso a cargas de plástico para destruir os emissores, gostaria de saber qual é a sua posição.

---

<sup>7</sup> Documento elaborado pelo COPCON, que foi aprovado na assembleia do MFA, em 8-7-1975. Ver Boaventura Sousa Santos e outros. "O Pulsar da Revolução (...)". Porto, Ed. Afrontamento (...), 1997, p 226.

A. T. – É tudo incorrecto: é incorrecta a bomba, como é incorrecta a acção de alguém que cala a voz de quem quer que seja. Mas a utilização dos meios de intervenção, neste caso, a bomba, é um problema do Conselho da Revolução, da natureza do poder do Estado. Podiam utilizar-se outros meios, mesmo que fosse através de formas menos agressivas. Ainda aí haveria uma acção que conduziria ao silêncio. A bomba é uma forma de silenciar. Se a questão que se quer discutir é a do bombismo, pode sempre recorrer-se aos artificios a que já estamos habituados. “Não às bombas!”.

Não tem sentido discutir o valor moral dos métodos que foram ou poderiam ser utilizados. No Conselho da Revolução houve quem não concordasse com o método, mas todos estavam de acordo quanto ao resultado final.

Exp. – Numa entrevista consigo não poderia deixar de lhe perguntar qual o tipo de relação que estabelece com o MRPP, que normalmente se associa ao seu nome e às suas posições, mesmo dentro do MFA.

A. T. – Essa questão já está mais do que esclarecida no seio do Exército. A minha ligação ao MRPP foi tratada numa reunião no Centro de Sociologia Militar,<sup>8</sup> em que pude esclarecer a minha posição sobre essa questão. Aparentemente, as pessoas estavam muito preocupadas acerca dessa proclamada ligação e pude declarar alto e bom som (isso foi gravado, mas deve estar junto das outras gravações que algum encapuçado de mão leve resolveu desviar para lugar que considerou seguro) que era militante do MFA e simpatizante acérrimo do MRPP. E tentei explicar qual era a minha imagem do MFA e o que era a realidade do MRPP. Procurei mostrar que o MRPP era o aliado natural dos militares patriotas, democratas e antifascistas. Efectivamente penso que tenho muito que ver com o MRPP, mas o MRPP é que não tem nada a ver comigo.

Aceito as acusações que me fazem quanto às minhas ligações com o MRPP. Mas é preciso não esquecer que muitas dessas acusações são feitas em função do contencioso existente entre

---

<sup>8</sup> Actualmente são as instalações do Instituto de Defesa Nacional.

o MRPP e o PCP, e que deriva da análise que foi feita pelo MRPP da prática política e dos objectivos do PCP. E, como é natural, eu estou envolvido nesse processo. Não é por acaso que o PCP procura, por todos os meios, afastar militares que poderiam tomar posições justas, patrióticas e democratas. E não é por acaso que, a esses militares, se atribuem ligações ao MRPP. Como partido marxista-leninista, o PCP é a mais completa fraude, e isso qualquer major percebe. A minha simpatia pelo MRPP é assim o resultado da minha antipatia pelo PCP. Acima de tudo sou antifascista e anti-social fascista.



CORONEL "COMANDO" LOUREIRO CADETE <sup>1</sup>

Antes de mais devo dizer que do 25 de Novembro pouco ou nada recordo. De resto, não creio que a minha participação, enquanto membro do Regimento de Comandos, tenha tido relevância que justifique depoimento.

Por outro lado, considero-o assunto passado, morto e enterrado; nunca me tirou, não tira nem tirará o sono. Acidente de percurso como o 25 de Abril e o 28 de Maio, foi como foi, mas podia ter sido de outra forma.

É, portanto, a esta luz que o que se segue deve ser entendido.

Recordo-me vagamente que, nos primeiros dias de Novembro de 1975, estando no Regimento de Comandos como oficial superior prevenido, fui mandado comparecer no EMGFA, pois o então Brigadeiro Comandante do AMI, senhor Melo Egídio, tinha uma missão para o então meu regimento.

Tendo alertado previamente as companhias de prevenção para a eventualidade de uma intervenção, ainda nessa madrugada, apresentei-me no EMGFA. Aquele Brigadeiro pretendia calar a Rádio Renascença da Buraca, cujas emissões incomodavam muita gente decente e alimentavam a subversão esquerdista, que grassava soberba um pouco por tudo quanto era sítio, até mesmo em alguns quartéis.

Para alcançar o seu objectivo, pretendia o senhor brigadeiro que o Regimento colocasse uma bomba nas antenas da Buraca. Assim, segundo o dito senhor brigadeiro, matavam-se dois coelhos de uma só cajadada: calava-se a voz da subversão que regougava da Buraca e furtava-se a tropa à reacção do povo de esquerda, reacção essa que o referido Brigadeiro parecia temer excessivamente.

---

<sup>1</sup> Depoimento recolhido em 28-12-2004. O Coronel de Infantaria "Cmd", na Reforma, Luís Carlos Loureiro Cadete, com o posto de major, era o n.º 3 do comando hierárquico do Regimento de Comandos, na altura dos acontecimentos. Comandou, como capitão, a 23.ª Companhia de Comandos, oriunda do CIOE e que actuou em Moçambique em 1970/1971. Foi condecorado com a medalha de Cruz de Guerra de 4.ª classe.

Disse-lhe, respeitosamente, que o Regimento só necessitava de saber que o Comandante do AMI mandava silenciar as ditas antenas da Buraca e que o resto era com o Comandante do Regimento e que, “se bem interpretava o pensamento do meu Comandante quanto à intervenção da sua tropa, a utilização de bombas estava fora de cogitação, porquanto os “Comandos” eram uma unidade regular que defendia a legalidade e não um bando de terroristas para andar a pôr bombas por aí”.

O Brigadeiro Melo Egídio pretendeu convencer-me, mas em vão; expliquei-lhe que o meu Regimento tinha outros métodos para silenciar a Rádio Renascença da Buraca e que até já os equacionara; disse-lhe que os especialistas em transmissões existentes no QO do Regimento estavam habilitados a fazer o serviço com limpeza e que, se considerado conveniente, lhe podiam ser dados de reforço meios humanos e materiais da Arma de Transmissões, para o cumprimento da missão, se isso descansasse mais o espírito de Sexa.

Tudo em vão: ninguém no EMGFA morria de amores pelos métodos mais canónicos propostos pelo oficial superior prevenido do Regimento de Comandos. E assim, entrou-se num impasse: nem eu aceitava a missão, nem o Comandante do AMI desistia de no-la dar nos termos em que a concebera. Decidiu então mandar chamar o Coronel Jaime Neves na convicção de que este aceitaria aquele desconchavo.

Cerca das 3 horas da madrugada oiço o Coronel Neves entrar no átrio de acesso ao gabinete do referido Brigadeiro e a ser *brifado* por um dos elementos do EMGFA. Lembro-me de o Coronel Neves perguntar em voz alta: «E o que é que o Cadete disse?» Ao que o tal elemento do EMGFA respondeu: «O Cadete disse que o Regimento não pode aceitar esta missão, porque os Comandos não põem bombas.» A resposta do Coronel Neves naquela fria madrugada de Novembro gelou o EMGFA: «Se ele disse isso, está dito! Não pomos bombas!» E entrou no gabinete do Comandante do AMI, onde não se deixou convencer, nem conseguiu convencer.

Os Pára-quedistas aceitaram a missão e, disciplinadamente, colocaram a bomba tão do agrado do Brigadeiro Melo Egídio com os resultados de todos conhecidos.<sup>2</sup>

---

<sup>2</sup> Ocorreu em 7-11-1975. Ver Boaventura Sousa Santos e outros. O Pulsar da Revolução (...). Porto, Ed. Afrontamento, 1997, p. 282.

Em data que também não recordo, realizou-se no Regimento de Comandos uma reunião de Oficiais e Sargentos convocada pelo Coronel Neves. Não me lembro da agenda da reunião, mas recordo-me que se tratou da situação dita político-militar, que então se vinha deteriorando acentuadamente e que preocupava o Regimento. Falava-se da eventualidade de uma guerra civil, com o Regimento a deslocar-se para Rio Maior. Tentou-se chegar a uma proposta de solução mais ou menos voluntarista do Regimento, em eventual coordenação com outras unidades, onde a bandalheira esquerdista ainda não penetrara e desejosas de ver um fim airoso para a situação.

Como não era adepto de uma tal solução que, na prática, corresponderia a um pronunciamento militar, e havia na sala uma corrente que também não morria de amores pela proposta dos mais exaltados, sugeri que o Regimento elaborasse um documento que fizesse chegar ao Presidente da República no qual se desse conta das nossas preocupações, se afirmasse a inequívoca fidelidade do Regimento à cadeia hierárquica e a sua disponibilidade para actuar no quadro das medidas que se impunha fossem tomadas, com oportunidade, para fazer face à situação político-militar que ameaçava desintegrar o País.

E formalizei a minha proposta ditando-a. Alguém, não recordo quem, redigiu-a. Não me lembro dos seus termos exactos, pelo que me fico pelas suas linhas gerais acima referidas.

Sei que a proposta foi consensual e que este documento, depois de revisto e passado a limpo e aprovado em última instância pelo Coronel Neves, que presidira e dirigira a reunião, foi por mim lido e explicado no refeitório regimental às praças. Sei que também foi levado ao chamado "Grupo dos Nove", que lhe terá introduzido alterações; posteriormente (creio que no dia seguinte) e foi entregue pessoalmente ao então General Costa Gomes, Presidente da República, pelo Coronel Neves, que se fez acompanhar por alguns elementos do Regimento, entre os quais eu me incluía.<sup>3</sup>

Ao que me parece, este documento despretensioso foi o sinal de que o dito Grupo carecia para se pôr em marcha o conjunto de acções do 25 de Novembro e que já estariam mais ou menos alinhavadas.

<sup>3</sup> Ocorreu em 20-11-1975. Ob. cit., p 292.

Na véspera dos acontecimentos, se a memória não me traiçoa, o então Tenente-Coronel Ramalho Eanes, pessoa com quem nunca me cruzara, chamou-me à Sala de Operações do Regimento e forneceu-me alguns tópicos para que eu redigisse uma espécie de proclamação. Disse-me para mencionar especificamente que o Tenente-Coronel Otelo Saraiva de Carvalho nada tinha a ver com os acontecimentos. Respondi-lhe que o considerava, pelo menos, autor moral deles, observação que, manifestamente, irritou Ramalho Eanes.<sup>4</sup> Pessoalmente, fiquei com “a pulga atrás da orelha”.

No rescaldo do 25 de Novembro, houve uma reunião no Regimento de Comandos, com os chefes do 25 de Novembro e os quadros dos “Comandos”; aqueles pretendiam obter o aval do Regimento para um documento prolixo onde, mais uma vez, se falava da construção do Socialismo e da Democracia, pretendendo-se, capciosamente, convencer o pessoal que eram uma e a mesma coisa, que construir o primeiro era obter a segunda, que esta nada era sem aquele e mais algumas subtilezas de uma cartilha que a mim já me esquecera. Enquanto pude, manifestei a minha total oposição ao aval a um tal desconchavo, mas uma espécie de lassidão apoderara-se do pessoal e o “Grupo dos Nove” lá conseguiu o que pretendia, embora não lhe tenha sido de grande proveito.

Finalmente, recordo-me de mais uma reunião com elementos do “Grupo dos Nove”, onde Melo Antunes afirmou que o objectivo da Revolução, o Socialismo, não era negociável; aquilo que se daria a escolher ao Povo, ao tal que mais ordenava, eram as vias e a velocidade.<sup>5</sup> Este discurso levou-me a dizer que, segundo bem percebia, a estrada estava traçada e ao Zé só lhe seria facultado acesso ao

---

<sup>4</sup> Recordar-se que, aquando de uma reunião no COPCON, em 27-11-1975, em que Otelo terá sido pressionado por vários oficiais, para continuar com a acção militar (antes da rendição dos Páras, em Tancos), todos os oficiais presentes foram detidos pelo pessoal dos “Comandos”, no Alto do Duque, por ordem directa de Ramalho Eanes, que aí se deslocara, com excepção de Otelo Saraiva de Carvalho, por ser considerado como “uma bandeira” para o Povo. Ver Martinho Simões (ed.). Relatório do 25 de Novembro de 1975. Lisboa, Ed. Abril, 1976, 1.º vol, p 98.

<sup>5</sup> Ramalho Eanes e Melo Antunes, nas negociações para a revisão do pacto MFA/Partidos, em Dezembro de 1975, ainda eram apologistas de que o processo político deveria continuar com o MFA, como “motor da revolução”, na via para o socialismo. Ver António Reis, in “Memórias da Revolução”, de Manuel Amaro Bernardo. Lisboa, Ed. Prefácio, 2004, p 613.

volante e ao acelerador, quiçá de forma limitada. Como os presentes não eram propriamente conhecidos pelo sentido de humor, aconselharam o Coronel Neves a fazer-se acompanhar de outro oficial em reuniões futuras pois, segundo diziam, já todos sabiam o que eu pensava. E tanto o pressionaram que este, para minha grande satisfação, pois já lhes conhecia o pensamento, resolveu em boa hora dispensar-me de tais estopadas.

E é tudo.



## OS “COMANDOS” NO 25 DE NOVEMBRO

## 1. Introdução

No 25 de Novembro, tive o privilégio de comandar a Companhia de Comandos n.º113/75 (C. Cmds 113/75), que considero ter tido uma acção extremamente importante.

Restringir este depoimento aos acontecimentos de 25 de Novembro seria desvirtuar a acção dos “Comandos” e, em especial desta Companhia, em todo este processo. O sucedido em Novembro iniciou-se com a apresentação do “Documento dos Nove”, em 7 de Agosto de 1975, <sup>2</sup> que traduzia um projecto programático para Portugal, em oposição à via totalitária que alguns partidos tentavam implantar, culminando no contragolpe militar que teve lugar naquela data.

Os “Comandos” estiveram, desde o início, com o 25 de Abril e tornaram-se defensores dos seus verdadeiros ideais, como bem o atesta, não só a sua participação neste golpe, como em todas as acções que, desde aquela data, foi necessário desenvolver. Sempre souberam nortear a sua acção no estrito cumprimento das opções

---

<sup>1</sup> Depoimento do então Capitão de Artilharia “Comando”, em 20-1-2005. Este texto foi elaborado em colaboração com os ex-oficiais e outros graduados da C. Cmds 113/75, em reuniões realizadas para o efeito. Devido à sua extensão fizeram-se alguns cortes, devidamente assinalados, sem alterar o conteúdo.

Manuel António Apolinário nasceu em 2-6-1948 em Parada (Bragança) e é Major-General desde 23-6-2003, desempenhando actualmente as funções de 2.º Comandante da Região Militar Sul.

Como oficial “Cmd”cumpriu uma comissão militar em Moçambique (5.ª C. Cmds e C. Cmds 2045 e adjunto de uma bateria de Art.ª, em Mueda). Foi promovido a capitão em 20-11-1974 e em 1975 comandou a C. Cmds 113/75 que, de Agosto a Outubro, foi a única força operacional existente no Regimento de Comandos, tendo igualmente actuado no 25 de Novembro, contra o RPM (Ajuda).

<sup>2</sup> Na sequência da onda anticomunista que varria Portugal, lançada, entre outros, por Mário Soares e após a reunião da Infantaria, em Mafra (EPI), presidida por Vasco Lourenço, em 23-7-1975.

político-militares da estrutura hierárquica de que dependiam.<sup>3</sup> Nunca as opções políticas dos seus militares (que as possuíam), se sobrepu- seram à vontade da maioria do Povo Português, cuja opção foi, desde as primeiras eleições, indubitavelmente pela liberdade e democracia pluralista, o que fez com que, especialmente a partir do 11 de Março de 1975, passassem a ser considerados uma tropa ao serviço da “contra-revolução” e se tornassem num dos principais alvos a abater. Nunca os “Comandos” confundiram os seus deveres militares com a situação política que, na altura, se vivia em Portugal.

Apesar das tentativas de desestabilização de que foram alvo por parte de determinadas forças políticas, nunca vacilaram na defesa dos princípios que os orientavam, mantendo-se permanentemente disponíveis para o cumprimento de missões, desde que originárias na cadeia de comando e visassem repor a ordem e a legalidade. Por isso, face ao equilíbrio demonstrado, é justo considerar a Unidade dos “Comandos” como um dos pilares da implantação da democracia pluralista.

O 25 de Novembro não foi um acto isolado. Tratou-se de uma operação militar, legitimada pelo Presidente da República, General Costa Gomes, destinada a conter o golpe desencadeado por forças militares, conotados com alguns partidos de esquerda, nomeadamente o PCP, e que visava a tomada do poder em Portugal. Aquela só aconteceu, porque a acção política, que deveria ser normal, se tinha esgotado durante o “verão quente” de 1975. Com o 25 de Novembro, devolveu-se ao Povo Português a democracia pluralista, a liberdade, o Estado de Direito e o respeito da comunidade internacional.

Neste artigo, abordaremos as principais acções levadas a efeito pela C. Cmds 113/75, culminando com o relato das principais missões que lhe foram atribuídas, no âmbito do 25 de Novembro de 1975.

---

<sup>3</sup> Com excepção em relação ao período entre Abril e Julho de 1975, quando foram saneados vários oficiais do comando do R. Cmds e até o Comandante, Coronel Jaime Neves, foi impedido de entrar na Unidade, tendo reassumido o comando em 4-8-1975, como anteriormente referido.

## 2. O pré-25 de Novembro

Como referi, o 25 de Novembro nasceu com a apresentação do "Documento dos Nove", em 7 de Agosto de 1975. Este documento foi discutido e votado em plenário do R.Cmds, em 11-8-1975. Por voto secreto, 66,2% dos militares da Unidade concordaram com o seu conteúdo, 7,7% votaram contra, enquanto 26,1% se abstiveram.

A C. Cmds 113/75 foi formada a partir de 480 militares do 1.º Turno de 1975, seleccionados a nível nacional, depois da frequência da recruta em diversas Unidades militares do País. Estes militares frequentaram o 1.º Curso de Comandos no Campo de Tiro da Serra da Carregueira, e com destacamentos no Escoural/Évora e no Campo Militar de Santa Margarida. Terminaram o curso em 12-8-1975, data em que decorreu a cerimónia de imposição dos respectivos crachás, de constituição da Companhia e de assumpção do seu Comando. Nesta mesma data, foi integrada no Batalhão de Comandos 11 (B. Cmds 11), comandado pelo Capitão Arnaldo Cruz e constituído, além desta Companhia, pela C. Cmds 112/74, em missão em Angola.

A C. Cmds 113/75 foi organizada em Comando, Formação e seis Grupos de Combate, a 25 militares, cada. Foi comandada por mim próprio, então com o posto de capitão e teve como adjunto o Alferes Cecílio, e como graduado adjunto do Comando, o 1.º Sargento Lage, sendo a Formação comandada pelo 1.º Sargento Rodrigues. Os comandantes dos Grupos de Combate foram: Alferes S. Falcão (1.º); Aspirante-a-oficial L. Fernando (2.º); Aspirante-a-oficial C. Guerra (3.º); Alferes J. Batista (4.º); Aspirante-a-oficial P. Pereira (5.º); Aspirante-a-oficial P. Rato (6.º).

Na data da sua formação, foi mobilizada para Angola, tendo em vista a rendição da C. Cmds 112/74. Quando já parte da C. Cmds 113/75 se encontrava no Aeroporto do Figo Maduro, com vista ao seu embarque, foi desmobilizada e mandada regressar ao Regimento, onde lhe foi atribuída a missão de assaltar a 5.ª Divisão. Começava, aqui, a saga na luta pela defesa dos ideais do 25 de Abril, aos quais nunca renunciou ao longo da sua existência, o que levou o Comando do Regimento de Comandos (R. Cmds) a considerá-la, através de público louvor, *como o verdadeiro pilar do R.Cmds, pela disciplina, preparação, mentalização, forte coesão e capacidade de intervenção demonstradas ao longo da sua vida de actividade operacional.* Entre as

inúmeras operações efectuadas por esta Companhia, desde a data da sua formação até ao 25 de Novembro, destacam-se:

### **Assalto à 5.ª Divisão**

(...) A C. Cmds 113/75 foi dada como pronta às 23H00 do dia 26 de Agosto, sendo imediatamente colocada de alerta. Convém aqui fazer um parêntesis para recordar que, nesta altura, os efectivos operacionais do R. Cmds se limitavam ao B. Cmds 11.

Em 27-8-1975, pelas 01H00, esta subunidade recebeu a ordem para se deslocar para o refeitório geral, onde o Comandante do R. Cmds, Coronel Jaime Neves, expôs a situação e atribuiu-lhe a seguinte missão: A C. Cmds 113/75, a partir das 04H00, procede ao encerramento de todas as instalações da 5.ª Divisão e ao arrolamento de todas as armas e material considerado crítico ali existentes.

Naquela data, a 5.ª Divisão ocupava as seguintes instalações, em Lisboa:

A sede localizava-se na Rua Castilho, no Hotel Grão Pará; nas Janelas Verdes, encontrava-se um arquivo e um estúdio de Rádio, destinado a preparar os programas para a chamada dinamização cultural; no Centro de Sociologia Militar, na Calçada das Necessidades, localizavam-se os auditórios da 5.ª Divisão e onde, segundo se constava, em 25-8-1975, tinha sido criada a FUR.

Para cumprir esta missão, a C. Cmds 113/75 foi reforçada com o Tenente Isaías Pires e articulou-se em três Agrupamentos, sob o comando do Coronel Jaime Neves:

O Alfa, comandado por mim próprio e integrando o 1.º G. Comb. (Fur. A. Remane) e o 2.º G. Comb. (Asp. L. Fernando), actuou na sede da 5.ª Divisão; o Bravo, comandado pelo Alf. L. Cecílio, integrando o 3.º G. Comb. (Asp. C. Guerra) e o 5.º G. Comb. (Asp. P. Pereira), dirigiu-se às Janelas Verdes; e o Charlie, sob o comando do Ten. Isaías Pires, incluindo o 4.º G. Comb. (Alf. J. Batista) e o 6.º G. Comb. (Asp. P. Rato), actuou no Centro de Sociologia Militar.

Para cumprir esta missão, a C. Cmds 113/75 saiu em coluna do R. Cmds, pelas 03H15, deslocando-se para o Viaduto Duarte Pacheco, a partir do qual cada agrupamento irradiou, cerca das 03H50, para os respectivos objectivos, de forma a atingi-los simultaneamente à hora superiormente determinada (04H00).

Alcançado o seu objectivo, o Agrupamento Alfa começou por posicionar as suas Chaimites, colocando duas no passeio oposto, voltadas para o alvo, enquanto as outras duas foram estacionadas na rua Castilho, enquadrando o Hotel, voltadas, respectivamente, para montante e jusante daquela rua. De seguida, acompanhado por uma equipa de cinco militares, dirigi-me à recepção do edifício solicitando a presença do Oficial de Dia, que se apresentou passados alguns instantes. Foi-lhe transmitida a missão que ali nos tinha levado, sendo dada a ordem para abrir a porta de imediato. Retorquiu que, antes de o fazer, necessitava de contactar com um Comandante da Marinha, por serem essas as suas instruções. Autorizado e estabelecido o contacto, solicitou para aguardar uns minutos, até à chegada daquele oficial. Este, depois de lhe ter sido explicada a situação, estabeleceu um contacto com o Comandante do COPCON, que o nomeou como fiel depositário das chaves do edifício, após os Comandos fazerem o arrolamento de todas as armas ali existentes. Foi então franqueada a entrada e permitido o cumprimento da missão, tendo a força regressado ao R. Cmds, cerca das 07H00 horas do mesmo dia.

O Agrupamento Bravo, após ter atingido as Janelas Verdes, e ter montado uma segurança exterior, contactou com o Oficial de Dia que, de imediato, lhe abriu as portas, permitindo assim o cumprimento integral da missão. Este agrupamento só abandonou o edifício a meio daquela manhã, após ter sido rendido por uma força de outra unidade do GML, tendo então regressado à Unidade.

Por sua vez, o Agrupamento Charlie, após ter atingido o seu objectivo (Centro de Sociologia Militar), e estabelecido uma segurança exterior, tentou contactar com o Oficial de Serviço, o que rapidamente verificou não existir. Os militares "Comando" entraram pela garagem, onde encontraram dois condutores a dormir, tendo sido estes elementos que, através de uma porta interior, lhes facilitaram o acesso ao edifício e o cumprimento da missão. Após isto, fecharam o edifício à chave, abandonaram o local, regressando ao quartel, cerca das 12H00 do mesmo dia.

### **Outras acções da C. Cmds 113/75**

(...) Apesar desta actuação (Embaixada de Espanha) só ter acontecido em 27-9-1975, precisamente um mês após a C. Cmds 113/75

ter realizado a operação à 5.<sup>a</sup> Divisão, não significa que não tenha realizado outras acções. Neste período, foi chamada a executar inúmeras missões no âmbito do processo em curso, destacando-se, entre outras, a segurança às instalações da 5.<sup>a</sup> Divisão (28, 30 e 31 de Agosto e 02, 05, 08 e 14 de Setembro), Sindicato dos Trabalhadores de Escritório (01Set.), Banco de Angola (01 e 03 Set.), Bairro das Fontainhas (20 Set.), SUV (25 Set.), etc..

(...) Cerca 02H30 de 27-9-1975, perante as notícias recebidas (Rádio), de que os manifestantes estavam a assaltar as instalações (Consulado e Embaixada de Espanha) contactou-se de novo o COPCON, manifestando, mais uma vez, a estranheza sobre o que estava a acontecer, pois, no local, já deveria estar uma força do RALIS. Fomos então informados que esta ainda não tinha saído da Unidade e se encontrava reunida em plenário.

(...) A C. Cmds 113/75 recebeu ordem para avançar cerca das 02H45.

(...) Cerca das 03H00 (...) o Alferes Cecílio ficou no local com o 6.<sup>o</sup> G. Comb (Asp. Rato) para continuar o isolamento daquelas instalações (Consulado de Espanha na Rua do Salitre) e a recuperação do material saqueado.

(...) Foi então que os "Comandos" se aperceberam do que ainda estava a acontecer (na Embaixada de Espanha/Praça de Espanha), onde chegaram pelas 03H20: o edifício encontrava-se em chamas, no seu interior continuava a destruição e a pilhagem e os bombeiros, embora presentes, tinham sido proibidos de apagar o incêndio. Perante este cenário dantesco, foi dada a ordem aos Alferes Falcão e Batista para se infiltrarem no edifício e, levando duas equipas do grupo deste último, revistar e expulsar os ladrões e malfeitores que ainda ali permaneciam. Enquanto os manifestantes começavam timidamente a aproximar-se da linha exterior de segurança, que tinha sido estabelecida, parte dos militares, que permaneciam no exterior, fazia o controlo das portas e janelas que davam para a Praça de Espanha, onde interceptaram muitos dos malfeitores, que fugiam do interior, tendo-lhes sido retirado o produto do roubo, nomeadamente peças em prata, porcelanas, móveis, produtos alimentares, etc.. Os militares que se infiltraram no interior do edifício foram obrigados a disparar para afugentarem os malfeitores e pôr cobro à destruição e

pilhagem. Logo que foi possível, solicitou-se aos bombeiros para iniciarem as operações de extinção do incêndio, o que fizeram, apesar de inicialmente receosos dos manifestantes.

A partir deste momento, tentou-se proceder ao levantamento dos estragos; contudo, a destruição atingia tais proporções que levou os "Comandos" a considerarem-se impotentes para fazer uma avaliação minimamente credível. Desde móveis antigos totalmente destruídos, a torneiras e fios eléctricos arrancados, telas de todos os tamanhos rasgadas e queimadas, porcelanas partidas, objectos em prata e automóveis destruídos, tudo ali se podia encontrar. O que não tinha sido roubado, destruído ou partido, acabaria queimado. O interior do edifício estava um caos!

Cerca das 06H00, foi dada ordem para se proceder à recolha de todo o material de valor, mesmo que estragado, ou que se pudesse deteriorar, caso de produtos alimentares, sendo simultaneamente solicitado, ao R. Cmds, o envio de três viaturas de transportes gerais com capota, para a Embaixada, e duas para o Consulado. Depois de carregado todo o material recolhido, seria entregue, ao fim da manhã, nas instalações da PSP, na zona da Esquadra do Calvário. Foram nomeados responsáveis pela entrega do material do Consulado e da Embaixada, respectivamente, o Alferes Cecílio e o Alferes Baptista, tendo sido necessárias cinco Berlietts e quatro Chaimites para o transportar, destacando-se, entre este, a carga de uma Berliett com cofres e objectos de prata queimados.

Ao fim da manhã, a C. Cmds 113/75 foi rendida pela PSP, na segurança às instalações do Consulado e Embaixada de Espanha, regressando de imediato ao Regimento. Se, por um lado, regressaram satisfeitos pela missão cumprida, por outro estavam completamente frustrados pela destruição verificada, quando tudo podia ter sido evitado bastando, para tanto, que a ordem para a acção tivesse chegado antes dos acontecimentos terem ocorrido.

### **Operação em S. Bento**

Os Deficientes das Forças Armadas (DFA) convocaram uma manifestação, exigindo melhores condições de vida, para o fim da tarde de 27-9-1975, em S. Bento, junto à residência oficial do então Presidente da República Interino e Primeiro-Ministro, Almirante Pinheiro

de Azevedo. Esta actuação coincidia com a realização de um Conselho de Ministros e foi apoiada pela maioria dos partidos da extrema-esquerda revolucionária. Os manifestantes concentraram-se, não só junto ao portão de acesso a esta residência, na rua da Imprensa à Estrela, como em frente à entrada principal da Assembleia da República. Apesar do Governo ter recebido representantes dos DFA, estes não desmobilizaram, acabando num cerco ao próprio Governo.

Cerca das 23H30, o R. Cmds recebeu a seguinte ordem: O R. Cmds executa uma operação destinada a retirar o Governo do Palácio de S. Bento com a máxima dignidade possível, utilizando os meios estritamente necessários. Competia estar de alerta no R. Cmds a outra metade da C. Cmds 113/75, pelo que a missão lhe foi cometida. Comandei a operação coadjuvado pelo Alferes Cecílio, sendo a força constituída pelo 1.º G Comb. (Fur. Remane) – o Alf. Falcão estava de Oficial de Dia; o 3.º G. Comb. (Asp. Guerra); o 4.º G. Comb. (-) (Alf. Baptista) e o 6.º G. Comb.(-) (Asp. Rato) Em virtude do 5.º G. Comb. se encontrar de serviço ao R. Cmds, os elementos do 4.º e 6.º grupos presentes na Unidade, que deveriam estar de descanso, ofereceram-se como voluntários para esta operação, intervindo os seus Grupos com os efectivos reduzidos.

Cerca das 00H00, do dia 28 de Setembro, quando a coluna da C. Cmds 113/75, descia a Calçada da Estrela, ao entrar na Rua da Imprensa, deparou-se-lhe um cenário para que não estava preparada. Junto ao portão de acesso ao Palácio de S. Bento tinha sido encostado um autocarro verde, de dois andares, da Carris, que impedia qualquer entrada ou saída, mesmo a pé, e no passeio, junto ao muro, encontravam-se deficientes sentados em cadeiras de rodas, tapados por cobertores, apoiados por manifestantes que nada tinham a ver com aquela luta.

Perante este cenário, a coluna continuou o seu trajecto, deslocando-se pela Rua de Santo Amaro, Rua de S. Bento, passando em frente à Assembleia da República, onde se encontrava o grosso da manifestação, estimada em alguns milhares de pessoas, indo estacionar na Rua das Francesinhas, frente a uma Esquadra da PSP.

Desloquei-me a esta Esquadra, onde pedi para fazer uma chamada telefónica para o Coronel Jaime Neves, a fim de o informar da situação. Passados uns minutos, este compareceu no local, tendo-lhe

sido explicada toda a situação e as hipóteses para realizar a operação com êxito e o mínimo de riscos. Resolveu-se, então, telefonar para o Conselho de Ministros, informando que para ali se deslocaria uma delegação de "Comandos", entrando pela Assembleia da República, pelo que se solicitava a presença de um acompanhante junto à porta principal desta.

Cerca das 01H30 horas, a delegação composta por mim e mais quatro militares (Alferes Batista, Furriel Remane, Soldados J. Osório e Diamantino Ferreira) foi recebida, à entrada da A.R., por um delegado do Primeiro-Ministro, que os conduziu para o Palácio de S. Bento, a uma sala, onde se encontrava todo o Governo e outras entidades, nomeadamente, o CEME, General Carlos Fabião.

Mal entraram, o Primeiro-Ministro, numa forma que lhe era peculiar, perguntou: "*Então, senhor Capitão, vai tirar o Governo daqui, ou não?*"; foi-lhe respondido que, com a autorização do General CEME, tentaria fazer o melhor que podia e sabia, tendo de imediato passado a expor o plano de operações, aproveitando os desenhos duma carpete existente no chão da referida sala:

– (...) Os Ministros saíam, à ordem, nos seus automóveis, integrando-se na coluna de viaturas militares, sendo necessário reduzir o número de viaturas, pelo que cada uma deveria transportar, pelo menos, duas das entidades presentes. A coluna deslocar-se-ia pela Travessa de S. Plácido até à Av. Álvares Cabral, a partir da qual todas as viaturas ministeriais irradiariam, caso as condições de segurança fossem as ideais. (...)

– Para organizar a coluna das viaturas das Altas Entidades e coordenar a sua saída, ficaria no interior do Palácio o Soldado Diamantino Ferreira o que, de facto, veio a acontecer;

– Quando a coluna militar entrasse de novo na Rua da Imprensa, o que iria a acontecer cerca das 04H00, já a coluna das Altas Entidades deveria estar formada, com todo o pessoal embarcado e motores a trabalhar e pronta a integrar-se na coluna militar; (...)

O 3.º e 4.º Grupos garantiriam a segurança à retaguarda, cortando a entrada da Rua da Imprensa; ao 6.º Grupo, reforçado por parte do 3.º Grupo, competia-lhe: retirar o autocarro de frente do portão de acesso ao Palácio, utilizando como condutor o Soldado Osório; retirar todos os deficientes para o jardim ao lado, usando

todos os cuidados; expulsar da rua todos os manifestantes, desde que não fossem deficientes. Para coordenador desta parte da acção era nomeado o Adjunto da Companhia; a abertura do portão e a ordem de saída das viaturas seria da responsabilidade do militar que iria ficar no interior do Palácio, mas sempre sob as ordens do Adjunto da Companhia. Para esta operação ter êxito, seria necessário uma grande coordenação e muita rapidez na sua execução, não podendo demorar mais que três a quatro minutos.

O planeamento mereceu a aprovação do Governo (...). Quando a delegação abandonou a Assembleia da República, foi abordada pelos manifestantes, indagando-a sobre as suas intenções, ao que responderam que iam regressar de imediato ao Quartel.

A coluna deslocou-se, então, para junto do Hospital da CUF onde, aproveitando o seu muro, foi exposta em pormenor toda a missão e os cuidados que seria necessário tomar. Atribuídas individualmente as missões, que cada um iria executar e os cuidados e precauções a tomar; foi chamada a atenção do 6.º Grupo, reforçado por parte do 3.º Grupo, que iria lidar com deficientes, actuando o seu pessoal desarmado. Aos restantes militares foi recomendado para não utilizarem a violência e qualquer disparo de intimidação, que fosse necessário executar, deveria ser devidamente controlado e sempre para o ar.

Cerca das 03H55, iniciou-se de novo a marcha com destino ao objectivo, onde se chegou à hora prevista. Pelo efeito de surpresa que causou ali a presença, de novo, dos “Comandos”, muitos dos que estavam sentados nas cadeiras de rodas abandonaram-nas, pondo-se em fuga, juntamente com a grande maioria dos manifestantes presentes, o que veio a facilitar o trabalho do 6.º Grupo reforçado, retirando, como planeado, os restantes deficientes e os poucos manifestantes que ali permaneciam. Por outro lado, a retirada do autocarro, por falta de chave, não pôde obedecer à primeira hipótese prevista, sendo necessário recorrer a uma Chaimite para o empurrar.

Enquanto as viaturas dos Ministros se integravam na coluna, houve necessidade de fazer alguns disparos para o ar, não só à frente, para afugentar alguns manifestantes que tentaram aproximar-se destas, como à retaguarda, onde começaram a confluír algumas centenas de manifestantes, vindos da frente da AR e a forçar a sua passagem.

Logo que as viaturas dos Ministros se integraram, a 'coluna pôs-se em marcha para o ponto de irradiação, onde estas dispersaram, uma vez que as condições de segurança eram as ideais. Então, pelo intercomunicador das chaimites, fui informado de que o Soldado Diamantino não tinha conseguido embarcar e se refugiara no interior do Palácio, tendo sido recolhido no fim dessa manhã.

Esta operação cumpriu cabalmente todos os objectivos traçados, num período de tempo inferior a quatro minutos, entre a entrada da primeira viatura na Rua da Imprensa e a saída da última viatura ministerial, no ponto de irradiação previsto, pelo que se considera um êxito, como bem o atesta a mensagem que o Presidente da República Interino e Primeiro-Ministro, em 29 de Setembro de 1975, enviou ao R. Cmds e a todos os Órgãos de Informação e que se transcreve:

"Para que os Ministros saíssem de S. Bento, durante uma manifestação dos Deficientes das Forças Armadas, planeou e executou o Regimento de Comandos uma operação, que a todos os títulos considero exemplar. Ao contrário do que foi afirmado por alguns Órgãos de Comunicação Social, a operação foi executada sem empregar qualquer forma de violência, resultando inteiramente pelo efeito de surpresa e pela perfeição de pormenor; nestas condições considero justo manifestar aos "Comandos" e a toda a guarnição do Regimento de Comandos o meu agrado pela disciplina e competência de que deram provas".

No período entre a Operação S. Bento e o 25 de Novembro, a C. Cmds 113/75, (...) continuou a executar, com a mesma determinação e brilhantismo, todas as acções que lhe foram cometidas, quer se tenha tratado de missões de carácter operacional, quer de guardas de honra ou outras, destacando-se a segurança às instalações das estações de Rádio e TV e as guardas de honra à chegada e partida do Presidente da República Socialista da Roménia, Nicolae Ceau-sescu.<sup>4</sup>

---

<sup>4</sup> Entretanto, em 10-10-1975, o efectivo do R. Cmds tinha sido aumentado com mais um batalhão, a duas companhias de "convocados" - C. Cmds 123 e C. Cmds 124; também neste mês de Outubro regressara de Angola a C. Cmds 112/74, comandada pelo Cap. Afonso Lourenço.

Nos dias que antecederam o 25 de Novembro, além de executar as missões que lhe foram atribuídas, a C. Cmds 113/75 e o Batalhão a que pertencia foram solidários com todas as posições que o R. Cmds assumiu, não só junto do comando do AMI, como junto do Presidente da República, General Costa Gomes.

### 3. A C. Cmds 113/75 no 25 de Novembro

Em 25 e 26 de Novembro a Companhia participou na *Operação Palácio de Belém e na Operação Polícia Militar. (...)*

#### Operação Palácio de Belém

No dia 25 de Novembro, cerca das 23H00, o Comandante Interino da C. Cmds 113/75, Alferes Cecílio (encontrava-me a gozar um período de licença no Norte do País, tendo feito a apresentação voluntária no R. Cmds. em 26, pelas 01H30) foi chamado ao Comandante do B.Cmds 11, tendo-lhe sido dada ordem para preparar a subunidade, tendo em vista dispersar uma manifestação que decorria frente ao Palácio de Belém, quando já havia sido declarado o *recolher obrigatório* para toda a RML, por ordem do Presidente da República.<sup>5</sup>

Para o cumprimento da missão, o comando da operação foi atribuído ao Capitão Arnaldo Cruz (Cmdt do B. Cmds 11) e a C. Cmds 113/75 seguiu com 1.º G. Comb.(Alferes Falcão); o 2.º G. Comb. (Asp. L. Fernando) e o 3.º G. Comb. (Asp. C. Guerra).

A coluna militar saiu do R. Cmds cerca das 23H30, aproximando-se da Rua de Belém/Praça Afonso de Albuquerque pela Rua dos Jerónimos. Cerca das 23H45, abordaram a manifestação constituída por algumas centenas de pessoas, que se encontravam naquela Praça, junto ao Museu dos Coches. De imediato, o Capitão Arnaldo Cruz, através dum megafone, avisou os manifestantes de que tinham "*cinco minutos para dispersar*", tendo, então, a coluna retirado daquele local, ultrapassando a linha de caminho-de-ferro para Avenida de

---

<sup>5</sup> Também já ocorrera, praticamente sem incidentes, a ocupação do GDACI e da 1.ª Região Aérea, levada a efeito por um agrupamento comandado directamente pelo Coronel Jaime Neves e constituído pela C. Cmds 123 e C. Cmds 124, respectivamente sob o comando dos Capitães "Comando" Sousa Gonçalves e Sampaio de Faria.

Brasília na então existente passagem de nível, junto à Estação de Belém e indo estacionar junto ao Espelho d'Água. Cerca das 00H30 reiniciou a marcha, fazendo a sua reaproximação à manifestação pela Rua de Belém. Contudo, quando se aproximaram do local, verificaram que, além de não ter sido cumprida a ordem dada, tinham cortado a rua em frente do Museu dos Coches, utilizando um automóvel e dois eléctricos da Carris, impedindo a passagem. Apesar da coluna ser recebida com "cocktails-molotov", sem qualquer hesitação, com o auxílio duma Chaimite, o automóvel foi desviado, permitindo a passagem da Companhia e, sem recorrer à violência, dispersou os manifestantes, cumprindo, desta forma, a missão que lhe havia sido cometida. A coluna regressou ao R. Cmds, cerca das 02H00 horas, de 26-11-1975.

### **Operação Polícia Militar**

Nesta data, na Calçada da Ajuda, localizavam-se, em lados opostos desta, ligeiramente desfasados, o Regimento de Polícia Militar (RPM) e o ex-Regimento de Cavalaria 7, na sua dependência de comando. (...)

Cerca das 04H00 de 26-11-1975, todos os oficiais do B. Cmds 11 foram chamados à Sala de Operações do R. Cmds, onde foi exposta a situação daquela Unidade. Os oficiais do comando tinham manifestado ao Presidente da República a disposição de se renderem, fazendo depender a decisão final da vontade da maioria dos seus militares que, naquele momento, se encontravam reunidos em plenário de Unidade. Ao R. Cmds foi atribuída a seguinte missão: *"à ordem, procede à rendição do Comando do RPM e a sua substituição pelos quadros que abandonaram a Unidade, e aqui presentes"*.

O Coronel Jaime Neves, assumiu o comando desta operação, constituindo o Agrupamento de "Comandos" com base nas duas Companhias do B. Cmds 11 (C. Cmds 112/74 e C. Cmds 113/75). Para o cumprimento da missão e, como medida de precaução, articularam-se as forças em três colunas.

A primeira, do Coronel Jaime Neves, integrava o núcleo de comando do Agrupamento, o Capitão Arnaldo Cruz, duas Equipas da C. Cmds 113/75, alguns militares "Comando" e ex-militares "Comando" e uma Secção de Canhão S/R 10,6 cm, sob o comando do Alf. Inf. J. Barreira. Seguia ainda uma força da C. Cmds 113/75, comandada

pelo Alf. Cecílio e constituída pelo 1.º G. Comb. (-) (Alf. Falcão), o 2.º G. Comb. e o 4.º G. Comb (Alf. Batista), integrando-se ainda nesta coluna militares que, tempos antes, tinham abandonado o RPM <sup>6</sup>.

A segunda coluna era constituída pela C. Cmds 112/74, comandada pelo Capitão Afonso Lourenço, e tinha por missão “descer a Calçada da Ajuda e montar o cerco, pelo lado Norte, ao RPM, apoiando-se na Rua das Amoreiras à Ajuda e na Rua Nova do Calhariz”.

A terceira coluna, sob o meu comando, tinha por missão: “Em 260800NOV75, descendo a Calçada do Galvão e aproximando-se pela Rua General João Almeida, montar um dispositivo de controlo dos portões do ex-RC7, impedindo a saída das viaturas blindadas deste e proceder à evacuação dos civis que permanecessem na Calçada da Ajuda, frente ao ex-RC7 e RPM, antes da chegada da 1.ª coluna”. Era constituída pelo 3.º G. Comb. (Asp. C. Guerra); o 6.º G. Comb. (Asp. P. Rato); e uma Secção de Canhão S/R 10,6 cm, em reforço, comandada pelo Alf. Inf.ª M. Teixeira.

Durante o *briefing*, as forças foram alertadas para a necessidade de, por todos os meios, evitar disparar tiros para não causar baixas. (...)

Depois do ponto de irradiação, (...) a terceira coluna, sob o meu comando, desceu a Calçada do Galvão, aproximando-se do objectivo pela Rua General João de Almeida, quando eram precisamente 07H55. Para cumprir a missão, foi cometida ao 6.º G. Comb. a responsabilidade de vigilância do lado Norte do ex-RC7, enquanto a Secção de Canhão S/R 10,6 cm, sob o comando do Alf. Teixeira, foi incumbida de interditar o portão de saída das viaturas blindadas, do mesmo lado. Ao 3.º G. Comb. foi atribuída a missão de fazer a vigilância do lado Este (Calçada da Ajuda) e a interdição do portão de saída, junto ao Edifício do Comando. Uma equipa deste grupo, numa fase inicial, sob a minha orientação, foi encarregue de proceder à evacuação dos civis que se encontrassem na Calçada da Ajuda, frente aos quartéis do RPM, finda a qual se integraria no dispositivo do seu grupo.

---

<sup>6</sup> Os oficiais da PM, que acompanharam a coluna, foram: os então Cap.s Cav.ª Alberto A. Ferreira, Alexandre Beato Correia, Augusto Torres Mendes, António Ribeiro de Almeida, Fernando Bicho e Pinto do Carmo; o Cap. Cav.ª (QEO) Mário Cristóvão Cebola; o Cap. SM Esteves Fidalgo e o Cap. SGE Manuel Amorim. *In* depoimento do Coronel Cav.ª Alberto A. Ferreira, em arquivo.

Logo que esta força se aproximou do estrangulamento, então existente na Rua General João de Almeida, verificou-se que se encontrava cortada por uma vala e um enorme compressor o que, face à situação, obrigou a que o 3.º G. Comb. utilizasse a primeira Chaimite para desimpedir a passagem. Atingida a posição, enquanto os grupos montavam o dispositivo e a equipa abria em linha, na Calçada da Ajuda, para obrigar a sair daquela via uns civis que se encontravam mais a Norte, em frente ao RPM, os sublevados abriram fogo a partir do ex-RC7 e as viaturas blindadas foram postas a trabalhar, não tendo feito qualquer tentativa de se aproximarem dos portões de saída. Esta atitude apanhou de surpresa a força, não lhe permitindo localizar, de imediato, a origem dos disparos. Com o início dos tiros, os civis abandonaram a Calçada da Ajuda. Eram precisamente 08H04. Neste preciso momento, subia a Calçada da Ajuda a coluna do comando do Agrupamento. Quando esta passou pela força, que já ocupava posições e se encontrava debaixo de fogo, os militares alertaram para as janelas do edifício do comando do ex-RC7, que se encontravam com os estores quase em baixo e com uma protecção de sacos de areia por trás. De imediato, foi dada ordem para as duas Chaimites do 3.º Grupo virarem as suas torres para estas e dispararem sobre as mesmas, com as respectivas metralhadoras.

O fogo continuou com origem não só na posição já definida como, também por detrás do portão Este, onde chegaram a estar alguns militares, sob ameaça de alguém, que os comandava, totalmente expostos e ainda dos telhados dos edifícios, no interior do ex-RC7. Permanentemente foram ouvidos gritos obrigando os militares a disparar.

Do interior deste quartel, além do fogo de armas ligeiras, foram lançadas sobre as forças da minha coluna, cerca de dezena e meia de granadas de mão ofensivas, sendo parte delas com cavilha, pelo que não explodiram. O tiroteio durou cerca de 35 minutos e só terminou quando o assalto ao RPM foi consumado pelo pessoal da coluna do Coronel Jaime Neves.

Durante esta acção, faleceu em combate o Furriel "Comando" Joaquim dos Santos Pires, do 3.º G. Comb (...) <sup>7</sup>

---

<sup>7</sup> Ver texto do louvor atribuído a este Sargento, que serviu de base à atribuição da Ordem da Liberdade, a título póstumo, e constante deste trabalho.

A coluna, que integrava o comandante da operação, Coronel Jaime Neves, tal como o graduado acima referido, aproximou-se do RPM, subindo a Calçada da Ajuda, deixando, no seu início, o 4.º G. Comb., com a missão de cortar a circulação na mesma e, numa rua em frente ao portão do ex-RC7, contíguo ao Palácio de Belém, posicionou a Secção de Canhão S/R 10,6 cm. Quando já subia a Calçada da Ajuda, iniciou-se o tiroteio junto ao RC7 (...). Logo que chegou à frente dos portões do RPM, também foi recebida a tiro, generalizando-se o tiroteio. Do interior deste quartel, além do fogo de armas ligeiras e, pelo menos, duma arma pesada, Browning 12,7 mm, localizada no centro da parada do RPM, em cima de uma viatura média, a enfiar a Porta de Armas, também foram lançadas, para o exterior, cerca de uma dezena de granadas de mão ofensivas, sendo uma pequena parte delas com cavilha. Apesar do esforço permanentemente desenvolvido pelo Coronel Jaime Neves, o tiroteio só terminou depois de um grupo de militares “Comando” ter entrado na Direcção da Arma de Cavalaria, que dominava a parada do RPM e de ter sido derrubado o portão principal deste <sup>8</sup>. Posteriormente, o Major Mário Tomé apresentou-se ao Coronel Jaime Neves e, juntamente com os restantes Oficiais responsáveis pela sublevação, nomeadamente os Majores Campos de Andrada, Comandante do RPM, e Cuco Rosa, foram conduzidos, sob escolta, à Presidência da República. (...)

As forças do R. Cmds foram rendidas por forças do Regimento de Infantaria de Queluz, cerca das 14H30, tendo recolhido de imediato a quartéis. Durante esta acção, no RPM, faleceu também o Asp. Ascenso Bagagem (...).

O Posto de Comando (Amadora) responsável pelas operações desenvolvidas, no período de 27 de Novembro a 06-12-1975, continuou a empenhar os “Comandos” em outras acções de menor envergadura, que designámos por “*Operações de consolidação do 25 de Novembro*”.

A C. Cmds 113/75 foi empenhada na execução de algumas, sem resultados assinaláveis, destacando-se, entre outras, as Operações: J. Pimenta, Furão, Colares, Sado, etc..

---

<sup>8</sup> A actuação sobre a DAC foi levada a efeito na altura do desencadeamento dos primeiros tiros e nela participaram elementos que seguiam nas outras duas colunas. Ver “Actuação na Calçada da Ajuda”, como resultado da reconstituição realizada em Novembro de 2004 e de outros depoimentos.

#### **4. Conclusões**

A C. Cmds 113/75 foi formada e actuou num período extremamente difícil da vida do País. O Povo Português vivia uma revolução, cujos fundamentos que estiveram na sua origem – o Programa que o Movimento das Forças Armadas apresentou ao Povo Português no dia 25 de Abril de 1974 – estavam a ser completamente desvirtuados.

No 11 de Março de 1975, aconteceu um golpe militar, conduzido precipitadamente por elementos da ala mais à direita das Forças Armadas. Independentemente das causas que estiveram na sua origem, quem beneficiou foram os militares mais à esquerda destas e muito especialmente o PCP, que passou a controlar a revolução através do chamado Pacto MFA-Povo. Entrávamos no chamado PREC – Processo Revolucionário em Curso. Os "Comandos" mantiveram-se, enquanto militares, rigorosamente apertidários.

A partir desta data, o País passou a viver em permanente sobresalto. A grande maioria dos portugueses pretendia uma democracia pluralista, não aceitando a via totalitária imposta pelo PCP, através do MFA. O País caminhava a passos largos para a Guerra Civil.

Entre as poucas Unidades militares que permaneciam livres e independentes e com capacidade de responder quando lhe fosse hierarquicamente definido, destacava-se o R. Cmds. Apesar das diversas tentativas para o desestabilizarem, com maior ou menor dificuldade, sempre soube manter-se acima de qualquer ideologia.

O aparecimento do "Documento dos Nove" coincidiu com a constituição da C.Cmds 113/75 o que, desde logo, ficou como um marco na sua vida futura. Permaneceu permanentemente disponível e à ordem do Comando do B.Cmds 11 e, como tal, do Comando do R. Cmds, para executar todas as missões que lhe fossem atribuídas, como bem o atestam as complicadas missões que realizou.

No difícil e conturbado período que medeia entre a sua formação e o 25 de Novembro, (...) nunca nenhuma missão, desde que atribuída pela cadeia de Comando onde se inseria, deixou de ser executada. Se não se fez mais, foi porque superiormente assim não foi entendido. Se o 25 de Novembro foi possível, muito se deve à acção do B. Cmds 11 e das suas subunidades. Sem ele tudo teria sido muito diferente.

A C. Cmds 113/75, (...) além da receber a citada referência elogiosa do Almirante Pinheiro de Azevedo e de ter sido referida inúmeras vezes, em muitos jornais da época, recebeu o louvor colectivo que foi lhe concedido, em 7-7-1976, pelo Comandante do R. Cmds:

“Louvo a Companhia de Comandos 113/75 / Batalhão de Comandos 11, pela maneira altamente meritória como vem cumprindo as missões que desde a sua formação lhe foram atribuídas, manifestando em permanência excelente preparação técnica, espírito de corpo e forte moral.

Subunidade muito coesa, foi empenhada em diversas acções de carácter operacional bastante críticas, que executou apesar de tudo com competência exemplar e com elevada perfeição de pormenor, tendo por isso merecido referências elogiosas do mais alto escalão da hierarquia militar. De salientar que ao longo da curta vida mas já longa vivência da Unidade, nomeadamente nos períodos agudos do pós-11MAR75 e 25NOV75, a C. Cmds 113 constituiu o verdadeiro pilar do Regimento com a sua disciplina, preparação, mentalização, forte coesão e capacidade de intervenção.

A impecabilidade e aprumo com que se apresentou e cumpriu outras missões de natureza diferente, reflectem um alto grau de disciplina que é justo salientar, indispensável no Exército que se pretende rigorosamente apartidário e verdadeiramente empenhado no prosseguimento da Revolução Portuguesa ao serviço do Povo”.

MAJOR GENERAL “COMANDO” AFONSO LOURENÇO <sup>1</sup>

Em relação ao período anterior ao 25 de Novembro e contemplado neste livro, desejo destacar que, no designado “Verão Quente”, encontrava-me em Angola a comandar a Companhia de Comandos n.º 112/74, onde chegámos em 15-7-1975.

Na confusão instalada em Luanda e no restante território, mercê dos graves desentendimentos entre os ditos “movimentos de libertação” e nomeadamente entre o MPLA e a FNLA, viria a ocorrer uma acção contra a sede do MPLA, em Vila Alice (Luanda), em 27-7-1975, integrada numa operação desencadeada pelo Comandante do COPLAD, Coronel graduado Heitor Almendra, com a cobertura do então Alto-Comissário, General Silva Cardoso.

Essa actuação foi motivada pelo facto de um oficial e um sargento (este ficou ferido), da Polícia Militar, terem sido alvejados por elementos do MPLA num posto de controlo, montado na estrada de Cate e ter sido exigida, a este movimento, a entrega dos responsáveis por tal acto.

Segundo soube na altura, a operação envolveu a montagem de acções de controlo sobre outros locais de Luanda, onde existiam tropas do MPLA: a Polícia Militar do movimento, junto ao Cinema Império, foi cercada pelo Batalhão do Ten-Coronel Granjo de Matos, assim como o quartel da Samba, pelo Batalhão de Pára-quedistas, comandado pelo Ten-Coronel Ramos Gonçalves; também existiam obuses apontados contra o quartel da Praça de Toiros.

Com a C. Cmds 112/74, a cinco grupos de combate, actuei sobre as duas delegações do MPLA em Vila Alice, integrado num agrupamento

<sup>1</sup> Depoimento de 10-12-2004.

António José Afonso Lourenço nasceu em 31-10-1945, em Lousa (Loures) e em 1975, como capitão, desempenhou as funções de comandante da C. Cmds 112/74, que participou nas operações do 25 de Novembro.

Foi promovido a major-general em 27-6-2002, tendo comandado a Escola Prática, a Brigada 2 e a Brigada de Trânsito da GNR. É galardoado, entre outras, com as seguintes condecorações: duas medalhas de Serviços Distintos, duas medalhas de Mérito Militar e a medalha D. Afonso Henriques.

comandado pelo Capitão de Cav.<sup>a</sup> Moreira Dias, com um esquadrão de Cavalaria e que englobava também uma companhia de Polícia Militar. Ainda coxeava, devido ao facto de ter sido operado recentemente à apendicite.

Como o MPLA não mandou entregar os responsáveis pelo incidente da véspera, até às 8H00, o Coronel Almendra ordenou o desencadear de uma operação de cerco e um ataque às instalações, se necessário.

Pelas 9H00, a C. Cmds 112/74 deslocou-se em meios auto para o aquartelamento dos Dragões. Às 10H00, mantendo-se a situação de não entrega dos referidos elementos das FAPLA, os cinco grupos de combate procederam ao cerco das instalações político-militares em Vila Alice.

Através de megafone, foi aconselhada a rendição do pessoal, o que não resultou, tendo elementos das FAPLA instalados em prédios vizinhos e na delegação principal aberto fogo sobre as nossas tropas. Na resposta imediata e durante o assalto, foram liquidados os elementos da guarnição e libertados vinte prisioneiros civis, que lá se encontravam retidos havia vários dias, entre os quais se encontravam seis mulheres, que disseram ter sido violadas.

Foram capturadas quatro Espingardas Aut. G3, três Espingardas Aut. FN, uma Metralhadora HK-21, um RPG 7, um Lança Granadas Foguete 8,9 cm, quatro Espingardas Mauser, uma Pistola Metralhadora FBP, uma Espingarda Simonov, uma Espingarda Degtarieve, duas Espingardas Kalashnikov e várias munições e carregadores respectivos, depois entregues no Quartel General da Região Militar de Angola.

A C. Cmds 112/74 sofreu um ferido grave (Alferes mil.<sup>o</sup> Jesus Afonso) e três feridos ligeiros.

A partir daí, a tropa, em Luanda passou a ser mais respeitada pelos movimentos.

### **Escoltando um Batalhão de Cavalaria...**

Quatro dias depois seríamos solicitados para uma operação de escolta a um Batalhão de Cavalaria comandado pelo então Ten-Coronel Almeida e Brito, a retirar de Carmona (hoje Uíge) para Luanda, dentro da retracção do dispositivo a ocorrer naquela altura. A FNLA

tinha feito a exigência da entrega da totalidade das armas daquela Unidade, para que, à chegada à capital, não fossem reforçar o armamento das unidades do MPLA.

A missão atribuída pelo Coronel Heitor Almendra era de, juntamente com duas companhias de pára-quedistas, escoltar as forças daquele Batalhão, assim como todas as viaturas civis que quisessem juntar-se à coluna militar. Também tinha sido desactivada a Base Aérea do Negage e o aeroporto de Carmona, regressando a Luanda todos os efectivos do Exército e da Força Aérea.

Assim, a C. Cmds 112/74, a cinco grupos de combate, saiu de Luanda para Carmona, às 06H00 do dia 31-7-1975, escoltando cerca de 300 viaturas civis e, no regresso, em 5 de Agosto, vinha à testa de uma coluna com cerca de 2000 viaturas, que chegou a Luanda dois dias depois.

O deslocamento decorreu normalmente, sem qualquer incidente, com excepção de algumas dificuldades levantadas na passagem de postos de controlo da FNLA.

O regresso da C. Cmds 112/74 a Lisboa ocorreu em 26-8-1975, tendo sido integrada no B.Cmds n.º 11, então comandado pelo Capitão Arnaldo Cruz. O Regimento de Comandos, tal como desde a sua fundação, continuava comandado pelo Coronel Jaime Neves

Recordo que algum tempo antes do golpe de 25 de Novembro, estive numa reunião, no EMGFA, onde compareceram os então Ten-Coronéis Ramalho Eanes e Tomé Pinto.

### **Actuando no 25 de Novembro**

Depois de conhecida a insurreição armada dos pára-quedistas de Tancos, sedição essa acompanhada por algumas unidades do Exército, e sob as ordens do Comando Operacional instalado pelas autoridades legítimas no Regimento de Comandos, na Amadora, esta Unidade recebeu missões operacionais com a finalidade de repor a legalidade.

Assim, a C. Cmds 112/74, sob o meu comando, participou na missão de ocupação do então Regimento de Polícia Militar (RPM), tendo recebido a missão cerca das 05H00, do dia 26 de Novembro, juntamente com as outras forças intervenientes. O agrupamento, sob

o comando do Coronel Jaime Neves, seguiu em três colunas em direcção à Ajuda.

A missão atribuída à Companhia foi de cercar o RPM pelo lado Norte, tendo-se dirigido para o objectivo pela parte superior da Calçada da Ajuda.

Pelas 08H07, quando as três colunas se aproximavam das suas posições, as forças sublevadas abriram fogo a partir do antigo quartel do R. Cav.<sup>a</sup> n.º 7 e do RPM. As forças “Comando” ripostaram, tendo esta situação durado cerca de vinte minutos.

Teve grande importância a actuação do pessoal que se conseguiu infiltrar na Direcção da Arma de Cavalaria (DAC): os Alferes Martins Infante e Silva Conceição, com as suas equipas e os elementos da Associação de Comandos, Capitão Leiria de Brito, ex-Sargento Fernando Venâncio e Martins Bexiga, que seguiam na nossa coluna, e a que se juntaram outros elementos da coluna do Coronel Jaime Neves – Capitão Ribeiro da Fonseca e Comandante Vítor Ribeiro. O pessoal teve sempre o cuidado de evitar fazer vítimas no decorrer do tiroteio. Durante a actuação, estes militares também desconheciam o sucedido com as nossas baixas sofridas noutros locais: Tenente “Comando” José Coimbra da C. Cmds 112/74 e Furriel Joaquim Pires, da C. Cmds 113/75. Do outro lado, morreu o Asp. a Oficial Mil.<sup>º</sup> Ascenso Bagagem.

Os factos depois ocorridos já são conhecidos: cessar-fogo, depois da chaimite do Comandante ter derrubado o portão d’armas; rendição dos sublevados; formatura na parada e deposição das armas; entrega do material e instalações aos oficiais e graduados dissidentes (PM), saídos voluntariamente do RPM tempos antes, e que acompanharam o agrupamento de “Comandos”; e detenção dos três oficiais do Comando, que seguiram escoltados para o Palácio de Belém.

Pelas 14H30 abandonámos as instalações, depois da chegada de uma companhia do Regimento de Infantaria de Queluz.

### **Outras actuações no pós-25 de Novembro**

No dia seguinte, 27 de Novembro, foi atribuída à C. Cmds 112/74 a missão de cercar o COPCON e prender todos os oficiais que se encontravam em reunião com o Otelo S. Carvalho, por ordem pessoal,

dada no local pelo Ten-Coronel Ramalho Eanes, que lá se deslocara. Oteló foi o único a não ser detido.

Também num dos dias posteriores ao 25 de Novembro, a Companhia levou a efeito uma acção no Regimento de Artilharia de Costa (Oeiras), com a finalidade de disciplinar e fazer aceitar, pelo pessoal, as ordens do seu comandante, que substituíra o Major Borrega, mandado apresentar em Belém na madrugada do dia 26. Colaborou nesta actuação o então Capitão Art.<sup>º</sup> Morais Silva.

Igualmente, em dia que não posso precisar, a C. Cmds 112 foi chamada a actuar na Cooperativa Gambia (área de Setúbal), face a informações recolhidas de haver armamento naquelas instalações. Apenas foi encontrada uma arma na posse de um sindicalista (guarda florestal), sendo verificada a presença de um casal de cidadãos ilegais, oriundo da então República Democrática Alemã.

A actividade da companhia, e das restantes subunidades do Regimento de Comandos, continuou em vários locais, enquanto se manteve a funcionar, durante cerca de duas semanas, o Posto de Comando da Amadora.



Cheguei ao então Batalhão de Comandos, em Julho de 1974, cerca de um mês depois da sua constituição, com o posto de Capitão miliciano. Ferido em combate na Guiné, passei ao Quadro Permanente ao abrigo do Dec. Lei 210/73.

Lembro que tinham decorrido os saneamentos de vários oficiais, a seguir ao 11 de Março de 1975. No entanto, antes disso, existia uma lista de cerca de 16 (ou 21), praticamente todos os oficiais do QP do então Batalhão de Comandos, com vista a serem mandados embora da Unidade. Passaram a fazer-se mais reuniões e votações e esse número foi reduzido para seis: Majores Pinho Bandeira, Florindo Morais e Antunes Tomás; Capitão Barbosa Henriques; o capelão, Major Bártolo e o Aspirante Abreu.

Quem liderava o grupo dos proponentes dos saneamentos era o então Capitão Matos Gomes, hoje um escritor muito “badalado”. Conhecia-o muito bem desde Moçambique, onde era um belíssimo operacional e não andava lá enganado, pois gostava de fazer a guerra. Depois do 25 de Abril é que deixou de usar condecorações, chegando até a comentar comigo: “Porque é que usas isso?” Estranhamente já o encontrei, mais tarde, com condecorações e não perdi a oportunidade de lhe perguntar: “Então já usas?” Foi dos que andou “enganado” durante uns tempos...

Assim, sempre me dei bem com este oficial e, a conversar com ele, naquela altura, acabei por o baralhar. A tal ponto que se virou para mim e disse: “Estava enganado contigo, pois julgava que eras de direita e afinal não és”. Ele é capaz de não se recordar, mas, antes

---

<sup>1</sup> Depoimento recolhido em 4-11-2004, em Quarteira.

Depois de ter cumprido uma comissão em Moçambique, como Furriel Mil.<sup>º</sup>, foi comandante de um pelotão de “Cmds” (Alferes) na 4.<sup>ª</sup> Companhia de Comandos, numa segunda comissão neste território. Com o posto de capitão comandou a 35.<sup>ª</sup> Companhia de Comandos, na Guiné, onde foi ferido em combate. Entre outras condecorações foi-lhe atribuída a Medalha da Torre e Espada, do Valor, Lealdade e Mérito. Encontra-se actualmente na Reforma Extraordinária.

do 25 de Abril, era acusado por muita gente de ser esquerdista, tendo bastantes peripécias ao longo da minha vida por causa disso. Ocorreu o golpe de Abril e toda a gente passou a dizer que era de direita e de extrema-direita e, depois, rotulado de spínolista. Isto apenas por ter estado na Guiné e o General Spínola ter muita consideração por mim. No entanto, apenas me encontrei com ele cerca de quatro ou cinco vezes.

Em princípios de Agosto de 1975, na reunião ocorrida com o Otelo, por altura do saneamento temporário do Coronel Jaime Neves, ao ser interpelado por ele, confirmei que, se tinha um dos braços, podia agradecer ao General Spínola. Eu fora gravemente ferido no dia 27 de Fevereiro de 1972 e, passados três dias, já estava em Lisboa, porque ele não permitiu que me cortassem o braço em Bissau. Assim, tinha que estar reconhecido a esse General, que considerava um grande militar.

Assim como igualmente tinha verificado que o General Costa Gomes foi um grande militar na sua actuação em Moçambique, quando lá me encontrava. Também o vi em zonas de operações e, só mais tarde, é que virou o “bico ao prego”, mas isso é outra história..., com o seu passado angolano, onde recebeu um crachat de ouro da PIDE.

Também sobre Otelo Saraiva de Carvalho recordo-me dos apartamentos situados em Portugal, e que andou a vender em Bissau, com um oficial de Marinha. Recordo que, antes, para ganhar mais 400\$00, foi instrutor da Legião Portuguesa e, na Guiné, andou na “imobiliária” a vender apartamentos que, segundo se consta, não existiam. Estes eram os revolucionários que tivemos na altura...

### **A sublevação patrocinada pelo PCP**

Depois do sucedido ao longo de 1974 e 1975, ocorreu a sublevação para o saneamento do Coronel Jaime Neves, em 31 de Julho.

Os Alferes Sérgio Falcão e Pereira Coutinho tinham-me chamado ao quartel, por haver suspeitas de um golpe qualquer. Fui ao quarto do 2.º Comandante, então Major Lobato Faria, que estava no Regimento; acordei-o e desloquei-me à minha companhia para ver se estava tudo calmo. Depois de verificar a normalidade neste local,

regressei e disseram-me que o Lobato Faria se encontrava dentro do gabinete do Oficial de Dia. Quando lá cheguei, encontrei-o sentado, com uma arma apontada pelo Alferes Guerreiro Batista; disse para me sentar e não fazer nada. Assim sucedeu, mas como tinha um revólver no interior do camuflado, alguém "soprou" ao Aspirante Fontinha sobre a sua existência. Quando voltou atrás, perguntei-lhe: "Se também queres o revólver, aqui o tens."

Tudo o que sucedeu nessa noite consta da acusação no processo judicial militar julgado no 2.º TMTL e depois amnistiado. No entanto os implicados ainda estiveram cerca de dois anos em prisão preventiva, por ordem do juiz Barata, instrutor do referido processo.<sup>2</sup>

Por essa altura, recordo-me de uma acção levada a efeito no edifício onde, posteriormente, se instalou a embaixada do México e onde residia um cirurgião, que foi Presidente da Ordem dos Médicos, o Dr. Machado Macedo. No dia em que seguiu para Nova Iorque, para um congresso internacional, os habitantes das barracas vizinhas tentaram ocupar aquela casa, que era um palacete, com piscina e campo de ténis.

Fui lá mandado com a minha companhia (C. Cmds 113), para "correr com eles", o que sucedeu. Dizia o então Tenente Carronda Rodrigues: "Estás a ser muito reaccionário". E eu respondi-lhe: "Então querias que saqueassem a casa ao dono?" Chegámos a andar nisto cerca de duas semanas, com um pelotão em permanência a tomar conta daquela situação.

Depois do Coronel Jaime Neves ter assumido de novo o comando do Regimento de Comandos, na prática, tudo continuou como anteriormente, tendo a situação interna apenas se alterado positivamente, quando foram integrados os "convocados" – militares que tinham regressado do Ultramar e já se encontravam na disponibilidade.

Assim, quando era dada uma ordem para determinado trabalho dentro da Unidade, logo um ou outro militar começava a falar em greve e coisas no género. Quando tal sucedia com os "convocados", recebiam a ordem e diziam: "A ordem está dada e é para cumprir."

---

<sup>2</sup> Ver resumo da acusação, em anexo ao depoimento do Coronel Jaime Neves, constante deste trabalho.

Não se vai questionar e fazer plenários de cada vez em que isso acontece”. Desse modo estes soldados acabavam por ir regularizando a situação interna.

Em 7 de Novembro, quando aconteceu o rebentamento à bomba, nas antenas da Renascença, na Buraca, executado por um pelotão de pára-quedistas, encontrava-me no AMI (montado no EMGFA), com o Coronel Jaime Neves e o Capitão Sousa Gonçalves.

Então, o Brigadeiro Melo Egídio mandou abrir as janelas, para se ouvir o estrondo da explosão às antenas da Renascença. Quando tal aconteceu, pôs-se a gesticular e a saltar, dizendo: “Já ganhámos! Já ganhámos!”

Ao ver a cena, o Jaime Neves virou-se para nós e disse: “Vamos embora!”

### **Avançando para o GDACI em Monsanto**

No dia 25 de Novembro, já não estava a comandar qualquer companhia, fazendo parte do dito “Estado-Maior” da Unidade. Quando o pessoal ia a sair, resolvi acompanhar a coluna, saltando para a chaimite do Coronel Jaime Neves.

Seguimos pela estrada que sai entre a actual Embaixada do México e estádio de Pina Manique e, no cruzamento para o campo de tiro de Monsanto, fomos encontrar viaturas pesadas a barrar-nos o caminho. Sentei-me ao volante de uma e lancei-a pela ravina e furámos os pneus a tiro. Devem ter tido um grande “trabalhão” para a tirar de lá...

Quando chegámos à porta de armas do GDACI, vimos um pára-quedista com uma metralhadora MG a esconder-se atrás de uma árvore. O Comandante vira-se para mim e diz: “Estás a ver o tipo?”. Entretanto ele desapareceu do local. Ainda vimos uns pára-quedistas a fugir pelo meio das árvores, carregando as armas nas viaturas.

Lá fomos encontrar o General Silva Freire, que ficara retido no quarto e vi também aquele capitão da Força Aérea, que queria pôr uma estrela de cinco pontas na Bandeira Nacional, o Faria Paulino, que conhecia do tempo do Colégio Militar. Já andava com os galões de coronel no bolso, para se autograduar, sendo portador de uma pistola 6,35 mm.

Durante o tempo em que permanecemos no GDACI, a certa altura, vieram dizer que estava a formar-se uma manifestação, das habituais de extrema-esquerda. Depois apareceu um mercedes, com o Capitão Tomás Rosa, que fora ou era Ministro do Trabalho. Uns meses antes (Janeiro de 1975), ele ficara com muita consideração por mim, aquando de uma grande manifestação popular junto do seu Ministério, na Praça de Londres. Em primeiro lugar, tinha chegado uma companhia do RALIS, que passara a confraternizar com os manifestantes e a trocar garrafas de vinho por munições. Então, as únicas companhias operacionais existentes no Regimento de Comandos eram a minha e a do Capitão Francisco Freire; tínhamos recebido ordem para ir àquele local, com vista a manter a segurança das instalações. A do Freire chegara à frente e começou a suceder o mesmo que com a do RALIS – a confraternização...

Depois, avançou a minha e, não sei por que motivo, mandei parar a coluna atrás da Igreja de S. João de Deus, e não deixei nenhum elemento da companhia contactar com os outros. Foi a minha sorte. Quando dois elementos da companhia do Freire vieram ter com o meu pessoal, disse-lhes "Já daqui para fora". Entretanto aproximou-se o Freire, que já estava baralhado com aquela confusão toda e disse-lhe: "Sai já daqui com a tua companhia!". E assim aconteceu. O que os militares queriam era que alguém lhes desse ordens, pois estavam sempre prontos para carregar... Demos uns empurrões e uns pontapés e limpámos aquele estendal de populares. Ora o Tomás Rosa que já estava a ver o edifício do Ministério a ser invadido por aquela turba, ficou encantado com a nossa actuação.

Regressando ao sucedido em Monsanto, no 25 de Novembro, quando o Tomás Rosa queria passar com a viatura, foi mandado parar pelo nosso pessoal. Também havia muitos populares a envolver o local. Então empunhei a G 3 e passei a fazer tiro para as copas dos pinheiros, no que fui acompanhado por outros militares "comando". E assim desapareceram todos.

Quando me aproximei, o Tomás Rosa estava espantado. Perguntei-lhe o que pretendia. Disse querer ir ter com o General Freire, tendo-lhe dito que seria melhor acompanhá-lo dentro da viatura, pois iria encontrar mais barragens do nosso pessoal. Anos mais tarde, quando ele ia tomar uma bebida a um café na Rua Augusta,

quando eu entrava, fazia uma grande festa e toda a gente presente julgava que eu seria alguma pessoa muito importante, pois ele era uma figura pública bastante conhecida ...

### **Pondo o Danny Kay nos écrans da TV**

Mais tarde, o Coronel Jaime Neves mandou-me fazer calar a emissão de rádio através do fecho das antenas guardadas pela Marinha, junto da Penitenciária. Levei um jeep, com canhão sem recuo e, quando cheguei ao local, pus essa viatura em frente da porta. Dirigi-me ao sentinela, e disse-lhe querer falar com o comandante.

Quando este (um capitão-tenente) apareceu, afirmei: “Por ordem do Presidente da República, General Costa Gomes, deve desligar as antenas.”

Como ele tivesse retorquido que apenas recebia ordens através do canal hierárquico da Marinha, acrescentei, com uma “boca” da minha autoria: “O senhor Comandante deve saber que recebemos esta ordem e também sabe que os “comandos” cumprem sempre as ordens que recebem. Assim tem cinco minutos para desligar as antenas”. Dito isto e quando ele ia tentar falar, disse: “Dá-me licença?”. Fiz-lhe a continência, dei meia volta e voltei para junto do jeep. Deslocou-se para o interior e, passado pouco tempo, voltou afirmando que as antenas já estavam desligadas. Disse-lhe “Boa Noite!” e saí do local com o meu pessoal. Disseram-me mais tarde que ele foi dizer “cobras e lagartos” da minha pessoa... Nunca cheguei a conhecer a sua identidade. A seguir, qual foi o meu espanto, quando o apontador do canhão, depois de lá sairmos, disse que não tinha levado as granadas daquela arma...

Comuniquei ao Coronel Jaime Neves o sucedido, que me ordenou para desligar igualmente as da RTP. Assim, “de caminho”, passei por essas antenas, também em Monsanto. Havia lá pessoal nosso e, quando entrei no edifício, apareceu um soldado “comando” a dizer que tinha encontrado uma espingarda Kalashnikov. Fui ter a uma sala onde existia muita aparelhagem.

Então surgiu um funcionário a dizer que ali não podia ser feita a operação para desligar as antenas. Retorqui: “Se não o fazem imediatamente, rebento isto tudo a tiro!” O homem lá foi para o interior e

então eu vi, nos écrans existentes na sala, aparecer o filme do Danny Kay, julgo que numa emissão oriunda dos estúdios do Porto, a substituir a cara do Clemente, na emissão clandestina dessa tarde. Este também já o conhecia desde antes do 25 de Abril...

Sáimos de Monsanto cerca das 06H00 da manhã do dia 26 e, quando chegámos ao Regimento, cerca de uma hora depois, avançámos para a operação de cerco ao Regimento de Polícia Militar.

### **No confronto da Calçada da Ajuda**

No dia 26 de Novembro, na operação da Calçada da Ajuda, cerca das 08H00, avancei integrado numa das três colunas, sob o comando directo do Coronel Jaime Neves. Entrámos na Calçada a partir da Praça do Império, com os guardas da PSP deliciados a fazerem-nos continência.

Julgo ter sido nesse percurso que "cilindrámos" um citroen "boca de sapo", que se encontrava atravessado no nosso caminho, o que nos fez parar algum tempo. Se houve algum contacto com um oficial saído da Presidência da República, não me apercebi.

Quando íamos a passar em frente do largo, onde se encontra o acesso ao antigo quartel do Regimento de Cavalaria n.º 7, encontrando-me de pé na primeira chaimite, ao lado do condutor, onde ia o Comandante, vi, numa janela daquele quartel, uns sacos de areia e uma metralhadora ligeira, com bipé (talvez uma MG) lá montada, com pessoal atrás dela.

Então gesticulei para o comandante da coluna que vinha nessa altura a surgir, desembocando da rua da antiga garagem militar, adjacente ao ex-Regimento de Cavalaria n.º 7, para o avisar da existência da referida arma em posição de fogo. Precisamente nessa altura a metralhadora começou a disparar sobre a nossa coluna. Saltei para o chão, seguindo o Vítor Ribeiro, que também ia na mesma chaimite. Ele passou por frente da porta de armas e seguiu para o portão de entrada da então Direcção da Arma de Cavalaria. Antes de fazer o mesmo, lancei uma granada de mão defensiva para dentro do Regimento. Depois de passar pelo Venâncio, que se encontrava a tomar conta de um prisioneiro (julgo que foi o sentinela que estaria na guarita da esquina daquelas instalações) consegui atingir uma janela

com visibilidade para a parada do Regimento. Nela também apareceu o então Alferes Infante. Pouco depois atirei uma granada ofensiva (que pedi a este oficial) para baixo da janela, onde uns militares estavam a proferir obscenidades contra nós.

Continuavam os tiros, em que participei. Atirei para junto das botas do ex-oficial do R. Cmds, Capitão “Cmd” Marques Patrocínio, por o não querer atingir (fora expulso da nossa Unidade, meses antes), que se deslocava na parada e depois de acesa troca de palavras. Também, alvejei, com dois tiros de G 3, um soldado que ia a correr junto do edifício fronteiro. Um à frente, de modo a fazê-lo parar e outro, quando tentou voltar para trás, tendo ele ficado imobilizado e de braços no ar, vindo depois para o meio da parada, como lhe ordenei.

O tiroteio acabou por parar, tendo o Coronel Jaime Neves deitado a porta de armas abaixo com a sua chaimite. Avistei, então, o Major Mário Tomé a sair da zona inferior do edifício onde nos encontrávamos. Ainda lhe mandei uma “boca” dizendo: “Rica merda que arranjou”.

Lá estivemos a controlar toda aquela situação de rendição e, apenas nessa altura, soube do falecimento do Furriel Joaquim Pires, que seguia na nossa coluna e como resultado dos primeiros tiros disparados do quartel de Cavalaria 7. Soube igualmente da morte do Tenente José Coimbra, que pertencia à companhia do Capitão António Lourenço.

### **O Pós-25 de Novembro no Regimento de Comandos**

Depois do 25 de Novembro, o pessoal e, nomeadamente os “convocados”, estava farto da rebaldaria sucedida anteriormente e queriam ver o país a funcionar normalmente.

Antes, quando andavam atemorizados, todos eram “porreiros”. Quando já não havia tais problemas deixaram de conhecer aqueles que mais se esforçaram. Assim, houve uma tentativa para fazer sair o Capitão Sousa Gonçalves do Regimento de Comandos.

Então, uns quantos oficiais do QP, onde se incluíam o Melo e Silva, o Guerra Ribeiro, o Carapeta e o Francisco Freire promoveram uma reunião, apenas com oficiais do QP (capitães e oficiais superiores) com o Comandante do Regimento.

Na altura, encontrava-me no gabinete onde habitualmente estava eu e o Arnaldo Cruz, sendo este oficial de operações e eu de informações, quando apareceu o Melo e Silva a perguntar por aquele oficial.

Perguntei-lhe a que horas era a reunião. Eles não sabiam que eu tomara conhecimento através de uma conversa, na sala de oficiais, entre dois deles. Muito espantado disse que era naquela altura, pelo que também compareci. É que apesar de ser oriundo de miliciano, mercê dos Decretos-Lei 210/73 e 43/76, aplicados aos deficientes, passara a ser do QP, acompanhando as promoções até coronel, mas sem ocupar as vagas destinadas aos oriundos da Academia Militar.

Então armei uma "bronca", desmontando o que pretendiam fazer ao Gonçalves, nomeadamente da parte do Capitães Carapeta e Francisco Freire, devido a uma conversa entre os dois, que ouvira no bar de oficiais.

O Comandante já estava baralhado com aquela confusão e, então, o Major Loureiro Cadete apresentou a proposta de levantar um processo contra mim, em que ouviu toda a gente. Acabou por ser arquivado numa gaveta qualquer.

Depois queriam desgraduá-lo de capitão para tenente, pelo que resolveu sair do Exército e foi para a GNR, onde julgo ter feito bom trabalho, quer no Alentejo, quer na área da grande Lisboa.



**25 DE NOVEMBRO DE 1975. 25 DE NOVEMBRO DE 1995.  
VINTE ANOS.**

Passarei a expor o meu pensamento sobre o 25 de Novembro de 1975, em termos de aproximação à nossa História recente. A primeira grande ilação do sucedido naquela altura será verificar como é tratado actualmente. Isto é, não é tratado, não é falado e poderá mesmo admitir-se que seja ocultado. Dá-se uma importância zero a todos os níveis do poder político e até, na minha óptica, amarguradamente, nas Forças Armadas e fundamentalmente no Exército. Com efeito, neste 20.º aniversário, nem as Forças Armadas nem o Exército farão quaisquer comemorações, nem será levada a efeito uma simples homenagem ao esforço “Comando”, diante do Monumento existente no antigo Regimento de Comandos.

Não é uma crítica. Como Presidente da Associação de Comandos, posso afirmar que não fazemos críticas, apenas constatamos. Como gente de bem que somos, ficamos sentidos.

No decorrer do “Verão Quente” de 1975, uma minoria do poder real (que, através das eleições, se verificou pouco ou nada representar), esmagava a maioria do Povo Português. Todos eram impotentes para a travar.

A Associação de Comandos, com um núcleo fundador existente desde fins de Setembro de 1974, estava atenta. Atenta, porque o “Comando” ama a sua Pátria.

---

<sup>1</sup> Comunicação proferida em 21-11-1995, por ocasião da comemoração do 20.º aniversário do 25 de Novembro, promovida pela Associação de Comandos, na Sociedade Histórica para a Independência de Portugal, em Lisboa.

José Manuel Ferreirinho de Sousa Gonçalves nasceu em 21-11-1943, em Lisboa. Este oficial “comando” foi comandante de um grupo de Combate da 2.ª Companhia de Comandos, do então Capitão Jaime Neves, em Moçambique (1966-67), colaborou nos CDL (com Soares Carneiro e José Pais) e, com o Comandante da TAP, Vítor Ribeiro, montou a Associação de Comandos em 1975. Teve papel importante no 25 de Novembro, depois de se ter oferecido para comandar uma das duas companhias de “convocados”. Foi Presidente da Associação de Comandos em 1992/98.

Em Agosto de 1975, o Coronel Jaime Neves chamou-me e ao “Comando” Vítor Ribeiro e, no Regimento de Comandos, transmitiu-nos, de braço dado connosco, na parada, as suas apreensões e as de quem detinha uma parte do poder político-militar da época, em relação à situação então vivida em Portugal. Dizia-nos que via apenas como única solução a guerra civil. As Unidades não tinham praticamente comando. *Nenhum comandante poderia dizer, naquela altura, que uma ordem, dada às tropas sob o seu comando, iria ser cumprida.* Havia então a perspectiva de os militares que, nas Unidades, se mantinham fiéis ao 25 de Abril e à Democracia, se deslocarem para o Norte, onde a maioria do Povo estava viva e activa, com as acções desencadeadas referidas neste colóquio, através do apoio da Igreja e da vontade da maioria das gentes locais. Depois far-se-ia o avanço para Sul, já num dramático cenário da guerra civil. Lembro-me bem das preocupações desse homem de grande coragem e carácter, o Coronel Jaime Neves, que tal viesse a acontecer no seu país, na sua terra e entre a sua gente. Lisboa, a bacia de Setúbal e parte do Sul do país estavam a saque da referida minoria. Como referi, *nas Forças Armadas muito dificilmente era exercida a função de comando.*

A realização de inúmeras reuniões das pessoas, que diziam ter o poder na época, permitiu que se atrasasse o deflagrar da guerra civil, a solução não desejada por ninguém, nomeadamente pelos militares moderados. A missão da Associação de Comandos, nessa circunstância, era ficar na zona da grande Lisboa (incluindo a área de Setúbal), a fazer acções de sabotagem às ordens da cadeia hierárquica militar a quem estávamos ligados.

Já nessa altura, a Associação de Comandos iria enfrentar a parte mais gravosa do problema. Também, então, dissemos “*Presente!*”.

Mais tarde, surgiu o Decreto-Lei a convidar ao regresso à efectividade do serviço militar dos antigos combatentes, isto é, de todas as tropas especiais. *Os “comandos” foram os únicos a responder positivamente.* Em cerca de dez dias, a Associação de Comandos fez entrar, no então Regimento de Comandos, depois extinto, duas companhias de comandos.

A partir daí, julgo que apenas o comandante deste Regimento e o comandante do Regimento de Cavalaria de Estremoz, estariam em condições de afirmar que poderiam dar ordens a 100% e serem

cumpridas. Mais uma vez aproveito a oportunidade, numa altura em que surgem tantos livros no mercado, para referir que a única Unidade militar a comparecer no Regimento de Comandos,<sup>2</sup> antes da vitória, foi o *Regimento de Cavalaria de Estremoz*. Nós não esquecemos!

Queria assinalar alguns factos de "menor importância", que muitas pessoas já não recordarão:

– A entrada dos "convocados" no Regimento de Comandos e a sua mentalização para poderem dar a vida pela Liberdade e pela Democracia.

– O fim das ADUs no Regimento e o 20 de Novembro, quando fomos ao AMI, e informámos o seu comandante, Brigadeiro Melo Egídio, através do nosso comandante, Coronel Jaime Neves, que dávamos 48 horas ao Governo para passar a exercer o seu poder político. E não me esqueço daquele nosso Brigadeiro ter dito ao nosso Coronel: *"Jaime nunca me tinha dito que tinha tanta força"*.

– A tentativa de aliciamento falhada dos pára-quedistas regressados de Angola, para que entrassem no golpe.<sup>3</sup>

Há outro aspecto muito importante e de que ninguém fala – a ida do material desses pára-quedistas para o Norte. O Coronel Jaime Neves entrou no Regimento, cerca das 22H00 ou 23H00, e disse-me: "A PM está toda na rua a caminho do Norte, para "sacar" o material dos páras, veio de Angola. Há que fazer qualquer coisa". Com 40 "comandos", da C. Cnds 121 fizemos parar a PM. Em paz e em diálogo, como agora se diz... Não terá sido um diálogo de palavras, mas suficiente para "funcionar". Conseguimos que esse material fosse para a Região Militar Norte. A PM regressou toda ao quartel, com as G3 viradas para o ar, quando passava junto de nós, em 23-11-1975.

É também interessante recordar que, nessa noite, enquanto o Coronel Jaime Neves andava numa viatura civil, com mais dois ou três "comandos", a verificar como decorriam essas movimentações da PM e eu me encontrava com um Grupo de Combate junto à Presidência da República e à PM, onde dispersei, em poucos segundos, uma dessas manifestações, que se faziam na época, fui chamado ao Sr.

<sup>2</sup> Ver o depoimento do Coronel Hernani Moães, constante deste trabalho.

<sup>3</sup> Ver o depoimento do ex-CEMFA, Coronel Moraes da Silva, constante deste trabalho.

Presidente da República, que me deu ordens para retirar a tropa. Ao que eu, respeitosamente, lhe respondi que não retiraria, sem receber ordens do meu Comandante.

Estes são pormenores da situação vivida que poderão ter algum interesse para análise histórica posterior.

Recordo igualmente a reunião havida no Regimento de Comandos, antes de actuarmos em Monsanto. A saída foi levada a efeito já depois de escurecer. A C. Cmds 121 ocupou o GDACI e a C. Cmds 122 fez a segurança à volta zona, incluindo a ida às antenas da RTP.

Lembro que cada uma das companhias de comandos era constituída por 110 homens, com 110 Espingardas G3, com 95 munições por arma e quatro granadas por militar e, por irmos para aquela missão, levámos duas “bazookas” e um canhão sem recuo. Isto é igualmente um pormenor. Mas, para a análise destes acontecimentos, tal como para a análise de quem não teve que ver com nada...

Entretanto, quando estávamos no GDACI, o Coronel Jaime Neves disse-me: “Prepara-te, pois temos que ir de madrugada à Polícia Militar”. Nas forças adversárias ainda tínhamos que ter em conta a PM, os fuzileiros e o RALIS.

Quando chegámos ao quartel (entre as 3 e as 04H00), o Comandante mandou-me descansar, pois teríamos que estar preparados para actuar na Polícia Militar. Pouco tempo depois foi ter comigo à caserna e disse: “Já não vais, pois avanço com o outro batalhão”. Aqui começou o 26 de Novembro de 1975.

Nesta altura, para a Associação de Comandos e para os “convocados”, terminou o 25 de Novembro.

## ANEXO I

AO DEPOIMENTO DO CAPITÃO  
"COMANDO" SOUSA GONÇALVES <sup>1</sup>

**O 25 de Novembro de 1975**

Quero em primeiro lugar testemunhar ao meu amigo Coronel Bernardo o profundo apreço e sincera amizade que tenho pelo senhor.

Só estas duas circunstâncias me fazem, quase nada, mas fazem, alterar a minha posição sobre o facto de escrever curtíssimas declarações sobre o seu pedido no assunto em epígrafe.

Li atentamente o meu depoimento de 25-11-1995.

Está lá tudo, faltando os muitos 'quase tudo', que vão de 26 de Setembro de 1974 até às 06H00 de 26 de Novembro de 1975.

Estes, da minha parte, irão comigo para o túmulo.

Explico-lhe porquê:

Só quando cheguei a velho compreendi a magnitude da frase *Só sei que nada sei*. Com efeito, e sendo *a capacidade de reflexão que forma a estrutura moral do Homem*, tornou-se evidente que quanto mais fortes são as minhas convicções, menos sei se serei detentor da(s) verdade(s), da(s) minha(s) verdade(s). Somente sei que são sérias, *profundamente sérias*.

Igualmente compreendi a grandeza doutro pensamento *Mal com El-Rei por amor dos homens, mal com os homens por amor d' El-Rei*.

Hoje sou um homem cada vez mais firme nas minhas convicções, tanto quanto mais desiludido.

E tudo isto sem saber a(s) verdadeira(s) *Verdade(s)*

Desilude-me o meu Povo.

Desiludem-me os políticos.

O que são e o que valem estas Forças Armadas?

---

<sup>1</sup> Carta de 1-2-2005, do Capitão "Comando" ref. José Manuel Ferreirinho de Sousa Gonçalves (Sócio "comando" n.º 244 e membro do Conselho Superior da Associação de Comandos).

Onde está a minha Associação de Comandos que, no ano em que quer fazer a (2.<sup>a</sup>) homenagem ao Comando n.º 1, Coronel Santos e Castro, se quer transformar numa ONG (?), faz pactos com outras Associações de Combatentes, e quer *não comandos* nos órgãos sociais? O nosso Coronel Santos e Castro nunca consentiria numa barbaridade destas.

Hoje penso que este triste fim da Associação de Comandos também começou no dia 26 de Novembro de 1975. (*Não digo porquê*)

Leia-se atentamente a minha alocução de Novembro de 1995.

Até hoje nenhum convocado dos Comandos tem um louvor sobre o 25 de Novembro de 1975.

Por que será?

Eu sei, mas não digo, não quero dizer.

Fiquê-se pois com o relatório oficial de operações do 25 de Novembro de 1975.

O outro, o verdadeiro, que morra em paz.

Mama Sume a todos os “Convocados”, que estiveram comigo *antes do 25 de Novembro de 1975* e, portanto, *no 25 de Novembro de 1975*.

E ao Coronel Jaime Neves, para mim, o Comando n.º 1 vivo, sempre, um forte abraço.

**ANEXO II**  
**AO DEPOIMENTO DO CAPITÃO**  
**“COMANDO” SOUSA GONÇALVES**

**“A outra parte não queria morrer”<sup>1</sup>**

(...)

Público – Era ou não iminente a guerra civil?

Cap. Sousa Gonçalves – Creio que toda a gente sabe que a guerra civil era uma das constantes que estava na mente de muita gente bem colocada na vida política e na vida político-militar, como solução extrema. Repito, político e político-militar, como solução extrema. A Associação de Comandos chegou a estar preparada... tinha um plano para executar acções de sabotagem na região de Lisboa, logo que fosse desencadeada a guerra civil.

P – Isso quando se pensou retirar para o Norte as poucas unidades que obedeciam à hierarquia?

R – Essa ideia foi abandonada quando saiu um decreto-lei que permitia a convocação de disponíveis. Com o “decreto dos convocados”, como ficou conhecido, o Regimento de Comandos assegurou mais duas companhias completas (110 homens cada) (...)

P – O Marechal Costa Gomes, numa entrevista recente, disse ter havido uma altura em que foi tentada a anulação da operação da tomada do Regimento de Polícia Militar. O Coronel Vasco Lourenço descreve essa tentativa (Revista “História”, Novembro de 1995).

R – Eu li essas declarações do Marechal Costa Gomes. Valem por serem declarações de uma pessoa que esteve totalmente metida na área política, tanto antes como depois do 25 de Abril. Também no 25 de Novembro. O que não posso acreditar é que as coisas se tivessem passado de forma tão simples como são referidas. Agora parece que toda a gente diz que era tudo simples. Não era assim. Não posso acreditar que tenham falhado as transmissões ou outros meios de comunicação. Não acredito

---

<sup>1</sup> Ver “Público” de 25-11-1995.

que o sr. General Eanes tivesse qualquer propósito de desencadear a guerra, de querer provocar mortos e sangue. Ponho sérias reservas a que esses relatos enquadrem toda a verdade dos factos em relação a essa matéria. (...)

P – Pensa que se os fuzileiros tivessem saído as coisas seriam piores?

R – Eu comandava a companhia de “comandos” que tomou o Grupo de Detecção e Alerta (GDACI, em Monsanto, ocupado pelos “páras”) e meia hora depois recebi ordens do meu comandante, Jaime Neves, para defender o GDACI, porque havia indicações da progressão de fuzileiros, PM e RALIS. Eu tinha comigo 110 homens, cento e dez G3, quatro granadas e 95 munições por homem, duas bazucas e um canhão sem recuo. Mandei recolher todas as granadas dos grupos de combate que defendiam o interior da Unidade e entreguei-as aos dois grupos, que coloquei do lado de fora, com as bazucas e o canhão. Garanto-lhe que as ordens dadas eram simplesmente “vitória ou morte”. Quem estava posicionado cá fora para receber o eventual ataque sabia e estava preparado para isso.

P – E era esse o sentimento que verificava nos seus homens?

R – O que posso garantir é que foi nesse espírito que assentou a vitória. Ninguém é herói. Ninguém faz milagres, salvo, eventualmente, Jesus Cristo; mas isso foi há dois mil anos. Mas se quisermos falar de “milagre” em 25 de Novembro, esse reside na falta de vontade da outra parte de combater e correr o risco de morrer. A outra parte falava muito, mas mostrou, inegavelmente, que não estava disposta a morrer pelos seus ideais. Nós estávamos e ainda hoje estamos convencidos de ter estado ao lado da maioria do povo português.

P – Considera que todo esse deslizar para a guerra civil era alimentado pelo PCP e pela esquerda radical?

R – Não senhor!

P – Era a direita, então?

R – Não era um golpe de direita, nem era um golpe de esquerda. Estou até convencido de que a direita, na altura, não tinha qualquer hipótese de imaginar e conseguir sustentar um golpe. A direita dita extremista quase não existia. Falava-se no ELP, no MDLP. Não sei se o MDLP era de extrema-direita, tendo o Marechal

Spínola, um dos mentores do 25 de Abril. A direita mais dura, se hoje não existe, não existia naquela altura. Penso que as pessoas seguiam quase um instinto de defesa e a ideia era retirar para o Norte, com tudo o que fosse possível e depois descer. Aí sim, seria a guerra.

P – Era a Associação de Comandos que fazia a ligação à hierarquia militar?

R – A Associação tinha uma estrutura que previa a acção clandestina. Não posso quebrar esse segredo. Mas estava posta de parte a execução de qualquer acção autónoma. Estava-se em regime de espera – ou prevenção, se quiser –, mas sempre dependente dos canais hierárquicos, que representavam a legalidade nos “Comandos”. Nunca haveria ligação a forças não democráticas.

P – O General Soares Carneiro esteve envolvido na actuação dos “Comandos”?

R – O General Soares Carneiro foi sócio fundador da Associação de Comandos, número 1, nada mais do que isso.

P – Não teve intervenção no 25 de Novembro?

R – Desconheço. Mas é preciso ter em conta que o 25 de Novembro é só uma data. A acção podia ter sido antes ou depois. Como data significa exclusivamente a reposição de condições para se continuarem os propósitos de liberdade e de democracia.

P – Foi a operação-relâmpago dos “páras” que detonou a dos “comandos”?

R – A saída dos “páras” foi a causa próxima. Os “páras” são uma Unidade de elite, com grande prestígio, e a sua movimentação terá entusiasmado outras forças que estavam empenhadas em impor a sua verdade e não a verdade do povo português.

P – Nunca houve contactos entre a Associação de Comandos e o MDLP?

R – Houve um contacto em Madrid, com o Alpoim Calvão, que julgo, era do MDLP. Não o conhecia. Ouvi-o atentamente e disse-lhe que a Associação nunca faria qualquer acção clandestina fora de fronteiras; actuaria sempre no território nacional e em rigorosa consonância com o canal hierárquico, por intermédio do Regimento de Comandos.



Antes de me debruçar sobre o sucedido em Novembro de 1975, desejo lembrar o espírito do corpo de “Comandos”, assim como ele se cria e fortalece. É-nos inculcido, desde o primeiro dia de instrução, solidifica-se no final da instrução com a escolha que nós mesmos fazemos dos elementos que vão constituir as equipas, os grupos de combate e as companhias.

Para aqueles que estiveram no Ultramar, obviamente que a convivência conjunta durante dois anos e, para alguns, mais do que isso, de momentos de grande dificuldade e de perigo e também de muitas alegrias, aumenta esse espírito de corpo e reforça-o, bem como à muita solidariedade que existe entre nós.

Meses depois do 25 de Abril, um grupo de “Comandos”, onde me incluía, já se reunia habitualmente (na altura, o associativismo não era permitido), e foi-se alargando aproveitando os convívios de companhia.

A certa altura resolvemos dirigimo-nos à Liga dos Combatentes para tentar contactar outros combatentes.

A primeira e principal preocupação desse grupo era aquilo que se prenunciava, então, do que viria a ser a descolonização. Encontrámos, na Liga, outros elementos não “Comandos” e iniciaram-se contactos e reuniões, que se foram alargando com alguma dificuldade.

Um grupo deles (o então Majores José Pais e Caçorino Dias, o ex-alferes “Comando” Marques Aparício) chegou a ir a Angola, em 1974, com o patrocínio do então Presidente da República, General António de Spínola e, durante as reuniões em Luanda e noutros locais,

---

<sup>1</sup> Vítor Manuel Tavares Ribeiro nasceu em 7-2-1941, em Lisboa. Em 1965 frequentou o COM em Mafra e o Curso de “Comandos” em Angola. Pertenceu à 2.ª Companhia de Comandos, comandada pelo então Capitão “Cmd” Jaime Neves, que actuou em Angola e Moçambique em 1965/1967. Foi promovido por distinção a tenente miliciano e galardoado com a medalha de Cruz de Guerra de 2.ª classe e a medalha de prata de Valor Militar. Foi piloto e comandante da TAP desde 1977.

Foi fundador e Presidente da Associação de Comandos desde 1975. Exerceu estas funções até 1992 e ainda, entre 1998 e 2004.

aqueles oficiais foram-se apercebendo de que a maioria dos combatentes presentes nesses encontros eram elementos oriundos dos “Comandos”.

Assim sendo, no regresso a Portugal – porque a situação continuava a deteriorar-se e ainda por, nessa altura, começarem as primeiras perseguições aos “Comandos” em Angola, Moçambique e, depois, na Guiné, onde foram fuzilados muitos elementos (cerca de quatro dezenas) do Batalhão de Comandos da Guiné, resolvemos organizarmo-nos para podermos enfrentar a situação.

Começámos a procurar contactos. Dirigimo-nos ao Batalhão de Comandos, comandado pelo então Major Jaime Neves, a quem pessoalmente me unia uma grande amizade e camaradagem (tinha sido seu oficial subalterno na 2.<sup>a</sup> C.Cmds, em Angola e Moçambique) e, através dele, conseguimos contactos com muitos “Comandos”, que se encontravam na disponibilidade e espalhados pelo País.

A decisão de formar a Associação de Comandos tinha em vista termos uma face legal e visível, e podermos avançar com contactos para a eventualidade de uma organização, que não fosse tão visível, uma organização clandestina. Fizeram-se contactos ao nível da Comissão Coordenadora do MFA, com o então General Otelo S. de Carvalho, Comandante Adjunto do COPCON e o Tenente-Coronel Franco Charais, entre outros.

## O “Verão Quente” de 1975

Com a deterioração da situação nas unidades militares, que o próprio Coronel Jaime Neves começava a sentir no Regimento, fomos insistindo na hipótese de nos serem entregues armas. Devo salientar que ele sempre nos negou a entrega desse armamento. E dizia-nos, com frequência, perante a nossa perplexidade: “Se fosse necessário, chegaríamos ao Regimento, nem fosse à «dentada»”.

No dia 31 de Julho de 1975, véspera de um fim-de-semana, o Coronel Jaime Neves tinha sido impedido de entrar na unidade, assim como outros oficiais da sua confiança, incluindo o 2.<sup>o</sup> Comandante, Major Lobato Faria, foram detidos numa sublevação armada.

Nessa altura, o Coronel Jaime Neves chamou alguns dos membros da comissão organizadora da Associação e perguntou-nos quantos “Comandos”, na disponibilidade, poderíamos arranjar, caso fosse

necessário fazer um assalto à Unidade. Afirmámos ter quinhentos homens prontos. Resolveu, então, ir falar com o General Otelo, que chegara de Cuba, comunicando-lhe o sucedido e ameaçando que, se não fosse resolvida a situação e repostos o comando do Regimento, procuraria tomá-la de assalto com aquele efectivo disponível.

No dia 4 de Agosto, o General Otelo promoveu uma assembleia no Regimento. Nela já estiveram presentes todos os oficiais que tinham saído dias antes, e o Coronel Jaime Neves foi repostos no comando da Unidade.

Ele reconheceu, então, a necessidade urgente de tomar uma decisão sobre a proposta que lhe vínhamos fazendo, havia algum tempo: a entrada, para o Regimento, de "Comandos" na disponibilidade e que lhe podiam garantir confiança e capacidade de comando.

Todavia, só com o VI Governo Provisório, após o sequestro do Primeiro-Ministro, Almirante Pinheiro de Azevedo, em São Bento, e que fora libertado em 22-9-1975, pela C. Cmds 113, do Capitão Manuel Apolinário, foi elaborada a legislação adequada.

Assim, foi proposta, e aceite por Pinheiro de Azevedo, a necessidade de avançar com a publicação de um Decreto-Lei que permitisse a convocação de "Comandos" na disponibilidade.

Quando foi publicado (n.º 577-A/75 de 8-10-1975), os elementos da comissão organizadora da Associação de Comandos iniciaram reuniões no Estado-Maior do Exército, para preparar as condições de admissão dos referidos "Comandos". Recordo que os nossos interlocutores, no EME, foram os Tenente-Coronéis Sacramento Marques e Tomé Pinto.

Havia preocupação com a questão das remunerações, já que eles se encontravam na vida civil, alguns com vencimentos elevados e normalmente superiores aos que iriam receber no serviço militar, tendo-se tentado atenuar os prejuízos decorrentes da mudança de situação.

Os contratos era feitos por seis meses, renováveis. Seriam os próprios a dizer se queriam ou não renovar. Não foi isto que, depois, infelizmente, veio a ocorrer. Esta condição era essencial, porque se previa que o regresso posterior à vida civil viesse a ser difícil, já que iriam, decerto, ser substituídos nos seus empregos e, como tal, a renovação poderia dar mais tempo para resolverem a

sua vida profissional. Também se pretendia a garantia do regresso ao emprego onde se encontravam, condição que acabou por não ser contemplada.

Salienta-se que o referido Decreto-Lei saiu para todas as forças especiais, mas apenas os “Comandos” se apresentaram como voluntários.

### **O reforço do Regimento de Comandos com os “convocados”**

A Associação de Comandos organizou quatro equipas de recrutamento. Uma ficou sediada em Lisboa e as outras foram para o Centro do País, Trás-os-Montes e Minho. Em cerca de dez dias, com base nas listagens das histórias de companhia, foram batendo porta a porta, contactando as pessoas, muitas vezes em sua casa, outras vezes nos campos ou nos seus empregos, e convidando-os a vir para o Regimento de Comandos.

Dessa altura guardamos as melhores recordações, porque a maneira como éramos recebidos, quase sempre sem sermos conhecidos das pessoas que contactávamos, era extremamente afável e de uma grande camaradagem. Também devo confessar que normalmente chegávamos, ao fim de cada dia, um bocado “entornados”, já que era obrigatório beber dois ou três copos de vinho e comer uns chouriços com cada um dos camaradas.

Em meados de Outubro, os elementos contactados apresentaram-se no Regimento de Comandos, que fez a sua triagem para a formação das companhias. Os oficiais foram indicados pela Associação de Comandos, por se pretender que alguns dos elementos recrutados ficassem fora da unidade, para continuar o trabalho da Associação. Foram propostos para comandar a C. Cmds 121, o José Sousa Gonçalves, e para a C. Cmds 122, o Jorge Sampaio de Faria, que foram graduados em capitão.

O Regimento de Comandos ficou, assim, com quatro companhias, incluindo as C. Cmds 112 e 113, existentes do antecedente, com elementos já formados em Portugal. Recorde-se que, em termos comparativos, os fuzileiros tinham, na altura, doze companhias.

Após a entrada dos “convocados”, realizou-se no Regimento a última assembleia de Unidade. Eles recusaram a continuação dessas reuniões e garantiram que a obediência ao comandante seria mantida.

Também deixou de ser permitido o uso de boinas vermelhas em manifestações fora da unidade. A última vez em que tal aconteceu foi na de apoio a Pinheiro de Azevedo, no Terreiro do Paço, em que, para serenar os ânimos face aos incidentes ocorridos, o Primeiro-Ministro afirmou: "É só fumaça" e "O Povo é sereno".

## **Os antecedentes próximos do 25 de Novembro**

Entretanto, a situação foi-se agravando e o poder caiu na rua... Os portugueses agitavam-se e mostravam o seu descontentamento, chegando esse eco aos "convocados". Chegou a realizar-se uma reunião do núcleo duro destes elementos no Regimento, com membros da Associação, onde foi proposto que fosse pressionado o Coronel Jaime Neves a sair com as duas companhias e ir à Presidência da República para exigir que actuasse de imediato, ou em caso contrário, prender o Presidente.

Foi necessário muito sangue frio e firmeza por parte dos responsáveis do Regimento e da Associação para conseguir normalizar esta situação.

Entretanto a Associação de Comandos tinha sido oficializada, em escritura notarial, em 14 de Novembro de 1975. Os estatutos foram elaborados pelo advogado Francisco Ribeiro, a pedido do então Major José Pais, que estava colocado no Ministério da Defesa Nacional. Por essa razão são ambos membros honorários da Associação.

No dia 20 desse mês, o Coronel Jaime Neves, acompanhado do Major Lobato Faria e dos Capitães Arnaldo Cruz, Afonso Lourenço e Sousa Gonçalves deslocaram-se ao AMI, onde, em reunião com o então Brigadeiro Melo Egídio, deram 48 horas para que fosse reposta a ordem no País, declarando-se prontos para actuar. Creio que estava presente o então Major Ramalho Eanes e aí ficou decidido elaborar um documento escrito sobre tal posição.

Entretanto, o Coronel Jaime Neves tinha-nos posto a hipótese de determinadas unidades, nomeadamente o Regimento de Comandos, o CIAAC, a EPI e a EPC se retirarem para a zona do paralelo de Rio Maior, face à possível formação da "Comuna de Lisboa". Na altura, a Associação de Comandos insistiu com aquele oficial para que, se tal viesse a acontecer, nos fosse dada a possibilidade de acesso imediato ao armamento do Regimento. A Associação comprometia-se a

iniciar, na zona industrial de Lisboa, acções de guerrilha urbana e outras, que incidiriam igualmente sobre órgãos de comunicação social.

No dia 21 de Novembro, o mesmo grupo de oficiais que se tinha deslocado ao comando do AMI, <sup>2</sup> dirigiu-se ao Forte de São Julião da Barra, onde foi falar com o Primeiro-Ministro e com o Conselho da Revolução e reafirmou a sua imediata prontidão.

Dois dias depois (23), a seguir ao jantar, o Coronel Jaime Neves informou o Regimento de que estava a chegar material de guerra oriundo de Angola, com os pára-quedistas comandados pelo Tenente-Coronel Heitor Almendra, e que a PM pretendia impedir que esse material fosse levado para o Norte do País.

A C. Cmds 121, comandada pelo Capitão Sousa Gonçalves, saiu imediatamente para a Ajuda, com dois grupos de comandos – quarenta homens e quatro chaimites – para impedir a saída da Polícia Militar. <sup>3</sup>

O RPM foi cercado, enquanto o Coronel Jaime Neves, em carro civil, fazia a vigilância a outras unidades para se aperceber se havia saídas para a Calçada da Ajuda. Entretanto o comandante da C. Cmds 121 seria chamado à Presidência da República, onde lhe foi comunicado para, de imediato, pôr fim ao referido cerco. Ele recusou, dizendo que apenas o faria se recebesse ordens directas do Coronel Jaime Neves, o que mais tarde veio a acontecer.

### **Actuando no contragolpe do 25 de Novembro**

Na madrugada do dia 25, os pára-quedistas ocuparam o GDACI, e as Bases de Montijo, Monte Real, Ota e Tancos. (...) <sup>4</sup>

No dia 26, às cinco da manhã, os “Comandos” foram rendidos em Monsanto por uma companhia da EPI e regressaram à Amadora. Durante essa noite, elementos da Associação de Comandos, nos seus carros e à civil, deslocaram-se a várias unidades de Lisboa: RALIS, EPAM e RPM e também à sede do PCP, alertando pelo telefone o que

<sup>2</sup> O texto elaborado no Regimento de Comandos foi redigido pelo então Major Loureiro Cadete, n.º 3 da hierarquia do comando. Ver o seu depoimento neste trabalho.

<sup>3</sup> A versão do Capitão Sousa Gonçalves complementa esta actuação. Ver o seu depoimento neste trabalho.

<sup>4</sup> A descrição desta acção consta do Relatório das Operações do 25 de Novembro, em anexo.

iam observando. Na Calçada da Ajuda verificámos um levantamento de barricadas, a presença de civis armados e de Carlos Antunes do PRP/BR.

Na madrugada desse dia 26, o Coronel Jaime Neves pediu a nossa comparência no Regimento de Comandos. De imediato, apresentaram-se bastantes "Comandos" na disponibilidade, incluindo elementos da Associação, a quem o Comandante pediu para se fardarem, a fim de acompanhar as C. Cmds 112 e 113, que iriam deslocar-se para a Ajuda.

Ele tinha mandado descansar as C. Cmds 121 e 122, pois pretendia utilizá-las em Tancos, no previsível confronto com os pára-quedistas.

A actuação ocorreu como se encontra descrito no Relatório das Operações.<sup>5</sup>

Apenas quero salientar a acção de vários elementos da Associação, que actuaram sobre a Direcção da Arma de Cavalaria, em conjunto com equipas de "comandos" e oficiais do Regimento de Comandos e, depois, a partir daqui, sobre a parada do RPM.

Eu acompanhava o Coronel Jaime Neves, na chaimite que foi utilizada para rebentar com o portão de entrada daquela unidade. Tal apenas foi conseguido à segunda tentativa, face a algum receio do condutor.

A parada foi invadida, havendo ainda uma troca de tiros muito rápida, pois, na mesma altura, surgiu o Major Mário Tomé, que nós conhecíamos muito bem de Moçambique. Apareceu de braços levantados pedindo o cessar-fogo, que praticamente foi imediato, devido à grande disciplina de fogo, que é um apanágio dos "Comandos". Aquele oficial fez uma apresentação militar impecável ao Coronel Jaime Neves, que mandou formar todo o pessoal da PM na parada.

Entretanto, ouviram-se os motores dos carros de combate a trabalhar no ex-R. Cav.<sup>a</sup> 7. De imediato foi montado um canhão sem recuo 10,6 cms, em frente à porta do topo Norté deste quartel, para o caso de alguma viatura tentar sair. Foram feitas diligências através do Major Tomé para normalizar a situação, o que ocorreu pouco tempo depois. A seguir, os militares da PM, existentes no ex-RC 7, deslocaram-se em formatura para o RPM.

---

<sup>5</sup> Em anexo.

Na parada deste quartel, o Capitão Banazol (também “Comando”), que comandava aquele pessoal, apresentou a formatura, com rigor militar, ao Coronel Jaime Neves. Recordo que, antes de mandar destruir, Banazol deu o grito dos SUV: “Soldados e marinheiros unidos venceremos”.

Às 14H30, as companhias de comandos seriam rendidas por pessoal do RIQ, regressando à Amadora. Depois, iniciaram-se os preparativos para a actuação em Tancos, o que felizmente não foi necessário, devido às diligências realizadas para a rendição, na altura levadas a efeito pelo Tenente-Coronel Pára-quedista Heitor Almendra.

Ainda na noite do dia 26, dois carros pertencentes a elementos da Associação de Comandos (incluía o ex-Capitão Mil.<sup>º</sup> Leiria de Brito) e conduzidos por eles, à civil, embora armados, transportaram o Major de Tms. Costa Dias, ao Porto Alto, para remover os cristais e os osciladores das antenas, para silenciar a emissão do Rádio Clube Português.

### **Concluindo...**

– Os nomes do Tenente José Coimbra e do Furriel Joaquim Pires foram esquecidos e apenas actualmente são lembrados pela Associação de Comandos.

– Os “convocados” foram antecipadamente devolvidos à vida civil, e muitos ficaram sem os seus empregos. A Associação de Comandos teve que lhes dar o apoio possível, depois de já ter apoiado “Comandos” retornados de Angola e Moçambique. Mais tarde, a Associação viria igualmente a apoiar os “Comandos” do Batalhão da Guiné, que conseguiram fugir para o Senegal, onde os fomos buscar. Receberam alimentação, alojamento e, posteriormente, emprego.

– Os poucos “convocados” que puderam manter-se no serviço activo, mormente oficiais e alguns sargentos, pertencem hoje ao quadro técnico e secretariado. Não receberam louvores nem condecorações. O Coronel Jaime Neves passou à reserva. O Regimento de Comandos, depositário das tradições e experiências únicas, de um espírito de corpo que permitiu actuar decididamente em situações de evidente inferioridade, foi extinto.

– Assim foram recompensados os “Comandos”!

SARGENTO-MOR "COMANDO" RUI FONSECA <sup>1</sup>**Actuando em Monsanto, em 25 de Novembro de 1975**

Após a chegada da coluna do Regimento de Comandos ao GDACI, em Monsanto, sob o comando do Coronel "Cmd" Jaime Neves, pelas 19H00, recebemos a missão para acompanhar o Tenente Mil.<sup>o</sup> Pais Jorge (C. Cmds 122) à rotunda de Monsanto, de acesso à auto-estrada de Cascais, onde havia conhecimento de estar a ocorrer uma concentração de populares.

As duas viaturas "chaimite" estacionaram de modo a impedir qualquer passagem de viaturas com destino ao GDACI. Os populares mais activistas começaram a incendiar os ânimos, gritando os "slogans" habituais contra a tropa e principalmente contra os "Comandos". As do sexo feminino tentavam seduzir os soldados, através do contacto físico, abertura das blusas, entrega de cartões com endereço e telefones, etc..

De um momento para o outro ocorreram dois factos coincidentes:

– A chegada de uma equipa de filmagem francesa (assim mo disseram), que queria passar em direcção ao GDACI, para efectuar a reportagem dos acontecimentos;

– O aparecimento de duas viaturas, uma da Camionagem Esteves e outra da firma J. Pimenta, que bloquearam a rotunda, não dando hipóteses de saída a qualquer viatura. Os condutores puseram-se em fuga levando as chaves.

Comunicada a ocorrência superiormente, foi dada ordem para ser desimpedida a estrada, por qualquer meio. Devido à aglomeração

---

<sup>1</sup> Rui Jaime Domingues da Fonseca, nasceu em 10-9-1946 e é natural de Luanda/Angola. Como Furiel Miliciano cumpriu uma comissão de serviço na 6.<sup>a</sup> Companhia de Comandos, na Região Militar de Angola.

Em 07-11-1975 foi convocado, nos termos do Decreto-Lei n.º 577/A/75, para prestar serviço na Companhia de Comandos n.º 122 do Regimento de Comandos, tendo participado no "25 de Novembro de 1975".

Ingressou no Quadro Permanente do Exército, na Arma de Infantaria, em 11-11-1977. Mantém-se no serviço activo. Foi galardoado com, entre outras, as seguintes condecorações: a medalha da Cruz de Guerra de 4.<sup>a</sup> classe; a medalha de Serviços Distintos; duas medalhas de Mérito Militar e a medalha de D. Afonso Henriques.

de gente no local, foi efectuada uma rajada de metralhadora ligeira, por cima das cabeças dos activistas. A reacção deles foi rápida e espontânea. Desapareceram todos, num instante, incluindo a equipa de filmagem.

Como ainda subsistia o “problema” das duas viaturas, foi necessário arranjar uma solução “económica”. O Soldado “Cmd” Lino (CCmds 122), utilizando a sua técnica pessoal, com uma chave para abrir as latas de sardinha, desbloqueou os travões das viaturas que, assim, puderam ser empurradas pelas “chaimites” ribanceira abaixo.

Seguidamente fui substituído no local onde me encontrava, conjuntamente com o pessoal que guarnecia a viatura “chaimite” MX-57-23, com a indicação que deveria ocupar as instalações da RTP.

À chegada, contactei com o responsável da RTP, no local, Eng.º Águas. Fiz uma vistoria às instalações e quando me dirigi ao tecto, encontrei 2 granadas de mão defensivas que, provavelmente, pertenceriam aos elementos pára-quedistas que anteriormente lá teriam permanecido. Disse ao responsável que iria efectuar uma revista às instalações. Ele informou-me haver alguns armários e secretárias que pertenciam a pessoal de folga, encontrando-se as gavetas fechadas à chave e alguns armários a cadeado. Esse assunto foi logo resolvido pelo já referido Soldado Lino que, com o sabre da G-3, abriu todas as secretárias e cadeados sem estragar nenhum. Foi encontrada uma Kalashnikov AK-47 em estado novo e ainda com massa. Como é natural, todos os presentes desconheciam a existência de tal arma. Fizemos a sua entrega, bem como das duas granadas, ao Comandante do Regimento de Comandos.

Cerca das 20H45 tocou o telefone, que era vermelho. O Eng.º Águas disse-me que era do Palácio de Belém. Atendi. Tratava-se do Capitão Tms Canavilhas, Oficial de Transmissões da Presidência da República e que transmitia uma ordem de S. Exa., o PR, para imediatamente ser feita a comutação da emissão da RTP de Lisboa para o Porto. Aquele responsável da RTP informou-me que seria necessário fazer essa operação nas instalações da Rádio Naval. Fui, de imediato, ter com o Comandante do Regimento, para lhe transmitir as ordens recebidas; logo nomeou o Capitão “Cmd” Ribeiro da Fonseca para as fazer cumprir.

Fizemo-nos deslocar num jeep, equipado com um Canhão S/R 10,6 cm. Chegados ao local, aquele capitão quis falar com o coman-

dante, ao que a praça, de serviço, disse não haver ali comandantes. Só havia o director. O Capitão concedeu-lhe dois segundos para chamar o responsável, e deu ordens para apontar o canhão para a porta. "Remédio santo". O director apareceu num instante e a emissão a partir de Lisboa foi cortada.

Recordo que, na manhã do dia seguinte (26 de Novembro), elementos do Regimento de Comandos foram designados para procederem ao controlo da circulação em Monsanto e dos acessos às instalações da 1.<sup>a</sup> Região Aérea, mandando parar todas as viaturas e fazendo a identificação dos ocupantes.

Cerca das 11H30, uma viatura ligeira conduzida por Maria Adelaide Maia desobedeceu, tendo os seus ocupantes insultado os militares presentes, nomeadamente aquando da intimação de paragem, e aos posteriores disparos de aviso para o ar. Perante tal facto aqueles militares procuraram imobilizar o veículo apontando para os pneus. Deste incidente há a lamentar ferimentos, que viriam a causar a morte de Maria Eduarda Mousinho, aluna do ISEL, acompanhante da condutora.

Também, em 26 de Novembro, o então Ten-Coronel Ramalho Eanes e o Major Pedroso estiveram em Monsanto e fizeram uma visita às nossas posições.

Lembro ainda que, em 25, 26 e 27 de Novembro, se apresentaram no Regimento de Comandos muitos militares de outras Unidades e designadamente oficiais e sargentos das Comissões Liquidatárias da Região Militar de Angola, então constituídas por cinco coronéis, onze tenentes-coronéis, catorze majores, sessenta e seis capitães, vinte e dois oficiais subalternos (tenentes e alferes), onze sargentos-ajudantes, e cento e sete 1.<sup>o</sup>/2.<sup>o</sup> sargentos.

No mesmo período apresentaram-se igualmente treze oficiais e 31 sargentos vindos do Regimento de Polícia Militar, com a particularidade de dois sargentos serem portadores de valores destinados ao pagamento do pré aos militares do RPM.





O Coronel "Cmd" Jaime Neves que, depois de ter acção importante em 25 de Abril de 1974, comandou o Regimento de Comandos ao longo do período revolucionário, assim como as operações contra os pára-quedistas sublevados e a PM, em Monsanto e na Ajuda, em 25/26 de Novembro de 1975. Pelo valor demonstrado neste período viria a ser condecorado, em 1995, com a Medalha Militar da Torre Espada, com palma.



Em cima: Em 25-11-1975, pessoal do RALIS com armamento e viaturas blindadas na proximidade desta Unidade (Encarnação/Lisboa), para barrar a entrada das colunas vindas da província em apoio dos "Comandos".

Em baixo: Civis da "esquerda revolucionária" apoiando os militares do RPM, na noite de 25 para 26 de Novembro, junto da Porta d'Armas desta Unidade, na Calçada da Ajuda. Este portão seria reventado com uma chaimite, por ordem do Coronel Jaime Neves, na manhã seguinte, depois dos "Comandos" terem sido recebidos a tiro.





Em cima: Duas companhias do Regimento de Comandos, sob o comando do Coronel Jaime Neves, actuando em Monsanto no início da noite do dia 25 de Novembro, ficando a situação normalizada cerca das 21H30. Os civis presentes apoiavam os pára-quedistas sublevados.

Em baixo: População civil da área de Leiria e Monte Real, movimentada pelos partidos democráticos (PPD...), manifestando-se em frente da Base Aérea local (BA 5), o que levou à saída dos páras ocupantes.





Em cima: A coluna do Esquadrão de Carros de Combate da EPC/Santarém, comandada pelo Capitão Salgueiro Maia, estacionada na auto-estrada do Norte e que apenas saiu do seu quartel nas primeiras horas da manhã de 26 de Novembro.

Em baixo: Os referidos carros de combate de Salgueiro Maia a serem abastecidos a meio do caminho Santarém/Lisboa, por não terem saído do quartel com o combustível suficiente para chegarem à capital.





Em cima: Dispositivo militar montado pelo RALIS, em Lisboa, no viaduto sobre a entrada da auto-estrada do Norte, no dia 25 de Novembro.

Em baixo: Dispositivo subsidiário instalado ao lado do referido viaduto, com uma metralhadora pesada, na área vizinha daquela Unidade militar.





Em cima: O Coronel Jaime Neves, acompanhado por Vítor Ribeiro e Ribeiro da Fonseca, regressando ao Regimento de Comandos, depois da actuação na Calçada da Ajuda, em 26 de Novembro.

Em baixo: Pessoal do RPM abandona a Unidade, descendo a Calçada da Ajuda, depois da acção do Regimento de Comandos, na referida data.





Em cima: Melo Antunes ao falar na RTP, em 26, à noite. Nas declarações, afirma: "(...) A participação do PCP na construção do socialismo é indispensável."

Em baixo: O CEMFA, General Moraes da Silva, o Brigadeiro Franco Charais, o Major Canto e Castro e o Almirante Souto Cruz assistindo ao *briefing* no Regimento de Comandos, depois de terminadas as operações na área de Lisboa. À direita, o Major Loureiro dos Santos que, com Vasco Lourenço, Rocha Vieira e Aventino Teixeira, assessorou Costa Gomes no Posto de Comando do Palácio de Belém.





Em cima: Funerais dos dois graduados mortos junto do RPM/Calçada da Ajuda, e realizado a partir da Igreja da Estrela, em 29-11-75. O do Tenente Coimbra para o Porto e o do Sargento Pires para o Montijo.

Em baixo: Os pára-quedistas sublevados assumem a derrota, num plenário em Tancos, e aceitam a rendição incondicional, no dia 28 de Novembro, ao então Ten-Coronel Pára-quedista Heitor Almendra.



378  
**FLAMA**

**DOCUMENTO/ANÁLISE**



# QUEM PERDEU A REVOLUÇÃO?



Capa da revista "Flama" de 6-2-1976. Na linha dos vencedores: Vasco Lourenço, Melo Antunes, Costa Gomes, Pinheiro de Azevedo e Ramalho Eanes. Nos perdedores: Otelo Saraiva de Carvalho, Vasco Gonçalves, Rosa Coutinho, Carlos Fabião, Dinis de Almeida, Eurico Corvacho, Costa Martins, Correia Jesuino, Ramiro Correia e Pinto Soares.



Em cima: Em Maio de 1976, o CEME, General Ramalho Eanes, acompanhado de Rocha Vieira, seu sucessor neste cargo, visita o Comando-Chefe da Região dos Açores, onde é recebido pelo General Altino de Magalhães.

Em baixo: O novo CEME, General Rocha Vieira, visita o Regimento de Comandos. O comandante da Guarda de Honra é o Capitão "Cmd" Sousa Gonçalves.





Em cima: Otelo Saraiva de Carvalho, depois de ter estado detido preventivamente na sequência do 25 de Novembro, concorreu às Eleições Presidenciais, em Junho de 1976, onde apareceu na campanha eleitoral em companhia de Zeca Afonso.

Em baixo: Otelo S. Carvalho, um dos réus no Tribunal de Monsanto, no processo judicial da organização terrorista "Forças Populares 25 de Abril", cujas sessões se iniciaram em Julho de 1985 e terminaram em Maio de 1987. Foi condenado em 15 anos de prisão na 1.ª instância, pena que seria agravada pelo Supremo Tribunal de Justiça para 17 anos, em 19-12-1990. Depois dos trâmites permitidos pela Lei..., o processo viria a prescrever em Setembro de 2003, por desistência de recurso do Ministério Público.





Reunião de elementos do "Grupo dos Nove" e do "Grupo Militar" na residência do Comandante Gomes Mota, em Novembro de 1976. Da esquerda para a direita (sentados): Ferreira da Cunha, Mário de Aguiar, Gomes Mota, Ribeiro Cardoso, Fernando Vasquez, Geraldles e Pezarat Correia. De pé: Tomé Pinto, Garcia dos Santos, Costa Brás, Vasco Lourenço, Ramalho Eanes, Canto e Castro, Vitor Alves, Franco Charrais, Costa Neves, Marques Júnior, Sousa e Castro e José Barroco.



Em cima: Em 1977, o CEME, General Rocha Vieira, visita o Regimento de Comandos, acompanhado do Governador Militar de Lisboa, Brigadeiro Vasco Lourenço, e do Coronel Tomé Pinto.

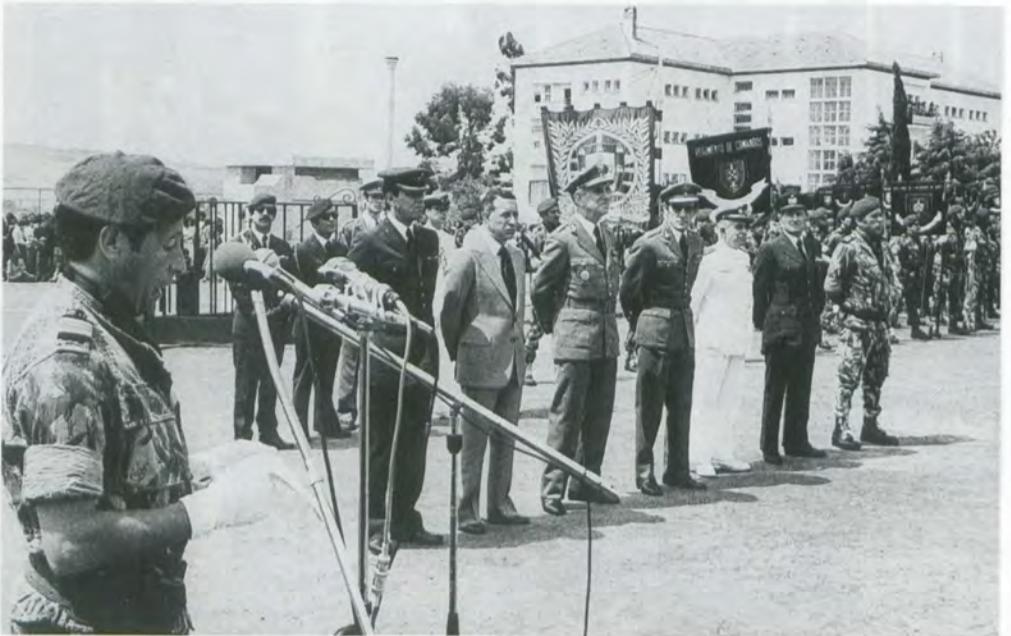
Em baixo: O General Rocha Vieira, ladeado pelo seu ajudante de campo, Capitão Pinto Ramalho, e pelo Coronel Jaime Neves, profere uma alocução às forças em parada.





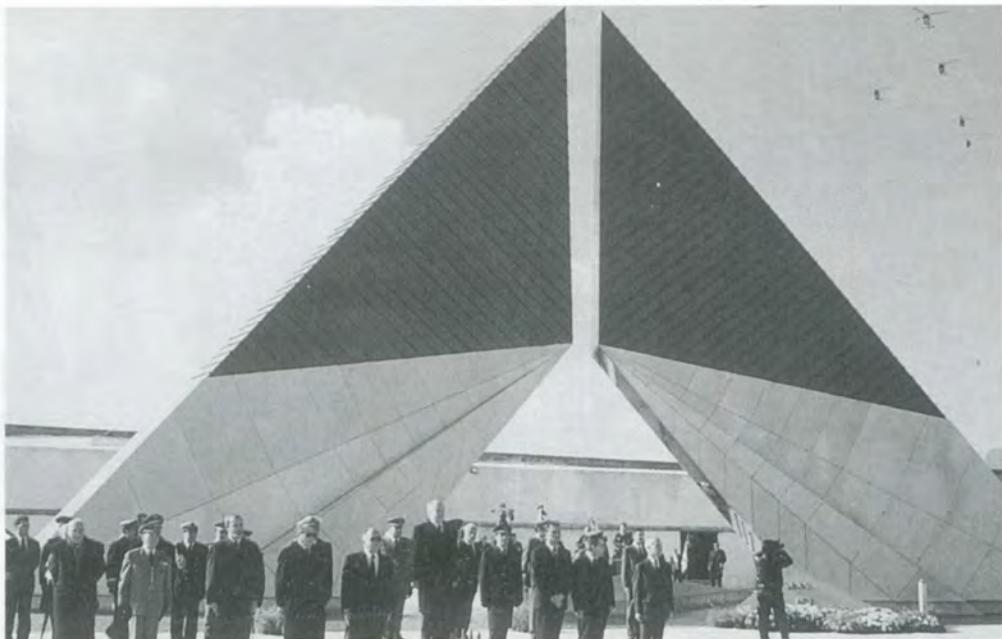
Em cima: A inauguração do Monumento ao "Esforço Comando", em 29-6-1978, em frente do edifício do Regimento onde esteve instalado o Posto de Comando do 25 de Novembro.

Em baixo: As entidades que compareceram na referida cerimónia, onde discursou o 2.º Comandante do Regimento Ten-Coronel Júlio de Oliveira (da esquerda para a direita): Conselheiro da Revolução, Major Canto e Castro; MDN, Coronel Firmino Miguel; CEME, General Pedro Cardoso; PR e CEMGFA, General Ramalho Eanes, CEMA, Almirante Souto Cruz, CEMFA, General Lemos Ferreira e Coronel Jaime Neves.





Elementos da Associação de Comandos junto da estátua de D. Afonso Henriques, em Guimarães, após uma reunião da Direcção Nacional, com as delegações do Norte do País, em 1979. O porta-Estandarte Nacional é o Sargento "Cmd" Fernando Venâncio, que actuou junto com outros elementos na Calçada da Ajuda, em 26-11-1975.



Em cima: Inauguração do Monumento aos Combatentes do Ultramar, em Belém, em 15 de Janeiro de 1994 e onde compareceram as mais elevadas autoridades do Estado: Presidente da República, Mário Soares (alvo de grande assuada), Presidente da Assembleia da República, Primeiro-ministro, Presidente do Tribunal Constitucional, Presidente do Supremo Tribunal de Justiça, Ministro da Defesa Nacional, CEMGFA, Presidente da Liga dos Combatentes e o orador, Prof. Dr. Adriano Moreira.

Em baixo: Em 1995, no Dia de Portugal, a Comissão de Honra do Monumento aos Combatentes do Ultramar (da esquerda para a direita): Almirante Ferrer Caeiro, Generais Bettencourt Rodrigues e Lemos Ferreira, Capitão Pára-quedista Ivone Reis, Generais Kaulza de Arriaga e Silvino Silvério Marques, Brigadeiro Heitor Almendra, Comandante Alpoim Calvão, D. Duarte Nuno de Bragança, Coronel Jaime Neves, D. Francisco Van Úden, Dr. Jaime Nogueira Pinto, Padre Capelão "Cmd" Abel Matias, "Cmd" Ribeiro Vaz e o filho do Comandante Fuzileiro Rebordão de Brito, falecido no ano anterior, e condecorado com a Torre e Espada.



# O HERDEIRO DO TUBARÃO E O QUINQUILHÃO

## IV TEXTOS DE MANUEL A. BERNARDO NA IMPRENSA



# 1

## O HERÓI DO DIÁLOGO E O OUTRO... <sup>1</sup>

*“Considerando que o Regimento de Polícia Militar era o folclore e é a esse folclore que os “Comandos” vão, aos tiros. Pois, naturalmente, se fossem dialogar como eu dialoguei, não haveria situações críticas. Eles foram lá arranjar três mortos (...)”*

Salgueiro Maia, em entrevista na SIC, em 25-4-1995

Torna-se difícil abordar um assunto, em que será necessário pôr em causa opiniões despendidas por um militar, falecido há cerca de três anos (com apenas 48 anos) e considerado oficialmente herói nacional, no 20.º aniversário do 25 de Abril. Mas se tal for feito na perspectiva de tornar possível uma aproximação à verdade histórica da conturbada época vivida em Portugal, no pós-25 de Abril, julgo que poderá haver compreensão por parte de familiares, amigos e camaradas de Salgueiro Maia.

Recordo as realistas análises produzidas no Canal 1 da RTP, na “Prova Oral” de José Eduardo Moniz e de Maria Elisa, por José Miguel Júdice e António Barreto, no passado dia 25 de Abril. O primeiro referiu que, quer no pré como no pós 25 de Abril, houve censura, deportados e presos políticos, enquanto o segundo salientou a falta de coragem dos dirigentes do Estado Novo, nos últimos dez anos, para evitar o beco sem saída a que conduziu o País, tendo, depois, apelidado a revolução de Abril como “uma revolução do fim do século passado, bolchevista e canhestra”, em que foram praticados os maiores disparates. Ambos concordaram, reciprocamente, com estas opiniões.

Assim, tal como o diálogo já não foi possível nos últimos anos do anterior regime, também, face ao estado de anarquia e irresponsabilidade atingidos nas várias instituições e, fundamentalmente, nas Forças Armadas, só uma acção de força poderia voltar a controlar a situação, para se lançarem as bases de uma democracia pluralista no País.

---

<sup>1</sup> Ver “Mama Sume” n.º 60, de Junho de 1995.

## A autocrítica de Melo Antunes

Aliás, Melo Antunes, depois da sua nefasta acção na descolonização, uns dias antes do 25 de Novembro de 1975, numa entrevista publicada nos jornais,<sup>2</sup> teve a coragem de vir fazer a sua autocrítica em relação à responsabilidade do MFA sobre o estado a que Portugal foi conduzido. Convém lembrar algumas das suas afirmações da altura:

(...) Nós nas Forças Armadas, fomos a verdadeira força motriz da Revolução. Queríamos levar a cabo um projecto preciso, socialista e pluralista, socialista e democrático.

Pensávamos que, para realizar tal projecto, a presença ao nosso lado do Partido Comunista era, mais do que útil, necessária.

Por isso, propusemos aos comunistas uma frente comum e uma colaboração total. Eles aceitaram. Mais tarde estalaram as crises entre os partidos. Estas crises, sobretudo entre o PS e o PC, repercutiram-se no seio do MFA, cuja homogeneidade inicial depressa foi destruída.

(...) Estamos certos, por exemplo, de que, no interior do Exército, existe um plano – uma plano comunista – de desorganização sistemática das estruturas.

(...) Os comunistas cometem, parece-me, um erro de pesadas consequências: decidiram por uma aliança com os esquerdistas.

(...) Numa primeira fase, utilizam os esquerdistas para agredir, deteriorar e desorganizar. Numa segunda fase, pensam eliminá-los e tomar sozinhos o poder.

(...) Devemos, com maior urgência, retomar a iniciativa política. A primeira coisa a fazer é retomar o comando das Forças Armadas. Já fizemos a nossa autocrítica: a actual situação de anarquia militar foi, em certa medida, fruto dos nossos erros, ou melhor, das nossas ilusões. Acreditámos que se podia instalar uma estrutura democrática no Exército.

Errámos. Para construir a democracia no País, é preciso poder fazer respeitá-la, quer dizer, é preciso dispor do Exército como braço secular. O Exército deve ser um meio de acção e não um laboratório político. Agora devemos remediar este erro.

Conseguí-lo-emos modificando as estruturas e substituindo as pessoas...

<sup>2</sup> No "Nouvel Observateur" (Paris) e transcrita em "O Jornal" de 21-11-1975.

## **A actuação dos “Comandos”**

Era este o ambiente vivido em Portugal, onde praticamente nenhum comandante de Unidade Militar conseguia fazer cumprir as suas ordens e em que as forças militares ou policiais, que sáíssem para qualquer missão, entravam em diálogo com as “massas populares” e embarcavam na anarquia vigente.

Assim, foi o Regimento de Comandos a Unidade escolhida por Melo Antunes e Ramalho Eanes para desencadear a reposição da Democracia e da ordem pública, montando lá o necessário Posto de Comando. Isto porque, desde os primeiros dias de Agosto, este Regimento tinha vindo a recompor-se da tal desorganização planeada e fomentada pelo PCP e porque, um mês antes, Jaime Neves convencer a hierarquia militar a constituir duas companhias de “Comandos” com pessoal voluntário, que deixou os seus empregos para se empenhar na defesa da Pátria, contra o então inimigo interno.

Na sequência da sublevação dos pára-quedistas, apoiados pelo COPCON, RALIS e alguns núcleos regionais do PCP, que ocuparam o Comando da Região Aérea em Monsanto e quase todas as Bases Aéreas (com excepção da Cortegaça), os militares moderados conseguiram convencer Costa Gomes a declarar o estado de sítio, na Região Militar de Lisboa, por cerca das 17H00 de 25 de Novembro.

Foi dentro da cadeia hierárquica legalmente estabelecida que os “Comandos” desencadearam as suas acções, a partir das 18H00. Primeiro ao GDACI e Comando da Região Aérea (onde se encontravam presos todos os oficiais com patente igual ou superior a capitão, incluindo o General Pinho Freire, Sub-CEMFA e membro do CR) em Monsanto, e à Calçada da Ajuda, durante a noite, para manter a segurança da Presidência da República; no dia seguinte, ao Regimento da Polícia Militar, em frente à mesma Presidência da República, onde foram recebidos a tiro, às 08H07.

Tinham-lhes sido atribuídas as missões assinaladas no Relatório da Operação, do Regimento de Comandos.<sup>3</sup>

---

<sup>3</sup> Constante das páginas centrais da referida revista da Associação, que transcrevia a Ordem de Operações desta Unidade. Ver texto em anexo.

Deste modo, verifica-se que o comentário de Salgueiro Maia em relação à actuação dos “Comandos” no 25 (e 26) de Novembro, a partir do qual se fez parar a tal revolução bolchevista, iniciada pouco tempo depois da queda do regime de Marcello Caetano, e se conseguiu encaminhar Portugal para uma democracia pluralista, não tem fundamento.

Tal como no 25 de Abril de 1974, onde, segundo subordinados seus, Jaime Neves actuou com sangue frio e audácia, na zona do Terreiro do Paço (ainda me recordo das palavras de Otelo, três dias depois do golpe, na Academia Militar, a elogiá-lo, dizendo: “Foi preciso o Jaime lá estar, para resolver a situação com aquela limpeza!”)<sup>4</sup> e, nas horas seguintes, a comandar a coluna que fez o cerco e provocou a rendição do quartel da Legião Portuguesa, na Penha de França, sem disparar um tiro, também, naquela manhã de Novembro de 1975, conseguiu fazer parar o tiroteio, depois de arrombar o portão da entrada da Polícia Militar com uma chaimite, apesar de ter sofrido dois mortos (um tenente e um furriel), tendo os sublevados apenas uma baixa (um aspirante a oficial miliciano).

Este Homem, herói das campanhas de África e a quem os portugueses muito devem pela sua actuação no Portugal depois do golpe de 25 de Abril de 1974, merecia ser devidamente homenageado pelos seus concidadãos e pela classe política deste País.

PS: Tive conhecimento, depois de escrever este texto, em Abril passado, que o Coronel Jaime Neves vai ser galardoado com a mais alta condecoração militar, a Ordem Militar da Torre e Espada, do Valor, Lealdade e Mérito, com Palma, nas comemorações oficiais do Dia do Exército, em 24 de Julho próximo, em Tancos, perante as tropas em parada.<sup>5</sup>

Manuel Amaro Bernardo

---

<sup>4</sup> Esta acção ocorreu na Avenida das Naus e está razoavelmente bem realçada nas fotografias de Eduardo Gageiro, expostas na Livraria Municipal Verney, em Oeiras, aquando das comemorações do 30.º aniversário do 25 de Abril.

<sup>5</sup> Estiveram presentes todos os Presidentes da República depois do 25 de Abril: António de Spínola, Costa Gomes, Ramalho Eanes e Mário Soares, que lhe impôs a condecoração.

## Do Leitor

### SOB TUTELA DOS VENCEDORES

Recebemos do major Mário Tomé a carta que de seguida se publica na íntegra:

No número de Novembro da Revista «História», de que V. Ex.<sup>a</sup> é mui digno director, no artigo «25 de Novembro Hora a Hora» da autoria de Maria Inácia Rezzola, pode ler-se a págs. 32, depois de ter sido referido que o Comando do RPM (Majores Campos de Andrada — e não Andrade —, Tomé e Cuco Rosa) é detido: «Entretanto, o major Tomé, do comando da PM, já se havia apresentado em Belém.»

Por tal não corresponder à verdade dirijo-me a V. Ex.<sup>a</sup> no sentido de ser corrigida tal versão dos factos e, ainda, para permitir à distinta autora do artigo interpelar, se assim o entender, a fonte de que se socorreu e lhe passou a versão que passou a... «História!»

E, se mo permite, farei um pequeno enquadramento para ajudar à compreensão dos factos.

Durante a longa noite do dia 25 de Novembro, Vasco Lourenço telefonou várias vezes para o comandante do RPM perguntando se o Regimento estava às ordens do Presidente da República. Sempre lhe foi respondido que sim, pois não havia qualquer razão para atitude contrária.

Soube-se depois que essa resposta não convinha aos executores do golpe de direita, agora officiosamente, «acontecimentos do 25 de Novembro». E como tal resposta não dava pretexto (seria necessário?) para o ataque à PM, surgiu a intimação, já altas horas da madrugada, para a apresentação do comando no Palácio de Belém.

A essa foi respondido que o comando não se apresentava porque não havia nenhuma razão válida para tal. Aliás, o comando só o era porque comandava e, comandando, não podia deixar os militares do Regimento sem comando!... E a sair só o faria com o acordo dos mesmos militares que comandava.

Daf que, já sob uma enorme pressão, se tivesse feito o plenário que decorria quando, cerca das 08.10 de 26 de Novembro, os Comandos da Amadora atacaram o Regimento de Polícia Militar. Chegou a perguntar-se quem tinha disparado primeiro. A minha resposta foi sempre uma: quem disparou

primeiro foi quem deu ordens para cercar ofensivamente uma unidade militar por outra unidade militar.

O RPM, por ordens superiores — que em última instância provinham do próprio Presidente da República, via Copcon — estava de prevenção rigorosa, como todas as unidades da Região Militar de Lisboa.

A PM tinha um comportamento político por de mais conhecido. Na circunstância posicionava-se contra a substituição de Otelo por Vasco Lourenço no comando da Região Militar de Lisboa e apoiava politicamente a luta dos pára-quadistas que significava para nós uma resposta radical mas justa a uma série de actos indignos contra si perpetrados pelo poder e pela hierarquia: a sua utilização na destruição à bomba do emissor da Buraca da Rádio Renascença (porque, calcule-se, tratava mal o primeiro-ministro, Almirante Pinheiro de Azevedo, e incitava à «desordem» civil aqueles que deviam ser um rebanho ordeiro às ordens do MFA — da direita e moderados); a saída dos 123 oficiais para Cortegaça e a ordem para a extinção do Corpo de Pára-quadistas.

Já os acontecimentos do RASP/CICAP, no Porto, tinham mostrado que as unidades militares não se excluíam do processo político.

E como podia ser de outra forma se o movimento dos soldados se ligara — mais ou menos atabalhoadamente, mas ligara — ao movimento popular?

O surgimento dos SUV tem exactamente como objectivo dissolver o movimento democrático nos quartéis e a importância das comissões de soldados. Quem pode compreender que quando, desde generais até ao cabo plantão e à ordenança, toda a gente dava a cara e se assumia abertamente no processo revolucionário, tenham surgido os SUV com uma direcção clandestina e encapuçada?

Não podemos, aliás, esquecer-nos que, se o processo revolucionário tomou as dimensões que lhe reconhecemos, tal deve-se exactamente à desagregação das FA organizadas para defenderem o regime fascista e fazerem a guerra colonial (que foi o Movimento dos Capitães e o 25 de Abril propriamente dito senão o início dessa desagregação?) e à sua transformação contraditória e conflituosa em FA com uma base democrática na sua estruturação.

Um ou dois meses antes do 25 de Novembro, eu próprio havia si-

do instado, em nome da «esquerda consequente» (como diria o meu amigo Duran Clemente) a aceitar ser transferido do Regimento para «termos» uma unidade «revolucionária» mas «disciplinada». Respon-di que tinha 4 comissões na guerra, era condecorado, ninguém me ensinava a disciplinar a tropa e que se tratava de uma opção: ou se mantinha a disciplina do exército colonial e não havia transformações revolucionárias ou, para andar em frente, havia que incrementar a disciplina consentida, compreendida e comprometida: *soldados/cidadãos em vez de soldados/números.*

Voltando ao *casus belli*, o problema magno era mesmo esse. Eis porque a PM foi atacada quando não alinhava em golpe algum (alguém acredita, aliás, que se a PM estivesse metida num golpe se entricheirava e deixava o Presidente da República à vontade em Belém, a cerca de 100 metros?, e que o Posto de Comando Avançado estivesse afastado 10 quilómetros do quartel dos «golpistas» enquanto o Posto de Comando Recuado estava a cem metros sem praticamente protecção especial?)

Para terminar: depois de alguns minutos de troca de tiros, em que foi morto o aspirante miliciano Albertino Bagagem e morreram, segundo consta, dois comandos da Amadora, eu próprio, perante uma situação absurda (considere eu) e sem qualquer orientação táctica ou estratégica, fui para a parada e mandei alto ao fogo.

Nessa altura a «chaimite» de Jaime Neves meteu dentro a porta (portão) de armas do quartel. Foi então que Campos Andrada, Cuco Rosa e Mário Tomé foram para Belém sob «tutela militar».

Terminara num golpe militar o processo de enfrentamento político que tivera como momento mais relevante, no âmbito institucional, a Assembleia do MFA de Tancos, no Verão Quente. Mas mais propriamente, no âmbito popular, o momento culminante foi a grande manifestação de 20 de Agosto em apoio do «Documento do Copcon» (de que me orgulho de ter sido um dos subscritores) única alternativa válida ao «Documento dos Nove». Curiosamente esta grande manifestação e o seu significado, assim como o documento que lhe deu origem, pouco ou nada foram referidos na profusão de artigos e entrevistas saídos a lume nesta evocação do 25 de Novembro. Ou não vivêssemos nós sob a tutela dos golpistas seus vencedores.

Mário Tomé

## Do Leitor

### 25 DE NOVEMBRO DE 1975

1. Publicou essa revista, na sua edição de Janeiro de 1996, uma carta do major Mário Tomé, com o título «Sob a tutela dos vencedores».

2. Dado que nela são referidas certas imprecisões e, nomeadamente, omissões em relação aos factos ocorridos no 25 de Novembro, na Calçada da Ajuda, pretendo dar a minha colaboração na aproximação à verdade histórica do sucedido, na qualidade de investigador dessa época e de elemento da Comissão Organizadora do Colóquio, que, sobre o assunto e durante três dias, decorreu na Sociedade Histórica da Independência de Portugal, em Novembro passado. Nele participaram figuras de relevo da universidade, como António Reis, António Marques Bessa, Jaime Nogueira Pinto, Artur Anselmo e Nuno Rogeiro; do Exército, como Ramalho Eanes, Tomé Pinto, Aurélio Trindade, Ricardo Durão, Themudo Barata, Altiño de Magalhães, Jaime Neves e Sousa Gonçalves; e da comunicação social, como Cáceres Monteiro, José Manuel Barroso, Proença de Carvalho, Ribeiro Soares e Afonso Praça.

3. Assim, para a possível aproximação à verdade histórica do 25 de Novembro e independentemente das opções políticas e ideológicas de Mário Tomé, bem demonstradas no texto em causa, nas referências à «disciplina consentida, compreendida e

comprometida», só existente num Exército, através das visões utópicas de esquerdismos infantis, salientaria o facto dos três oficiais do comando/RPM não terem cumprido a ordem para se apresentarem na Presidência da República, até ao prazo limite das 8 horas da manhã.

A força de «comandos» comandada pessoalmente pelo coronel Jaime Neves, no cumprimento da missão atribuída pela hierarquia do Exército para dominar a unidade sublevada do RPM, quando subia a Calçada da Ajuda foi recebida a tiro por militares postados no ex-RC7 e no RPM (cerca de dez minutos depois das oito horas) e de que resultou a morte do furriel Joaquim Pires, enquanto que, na outra força que cercava o quartel, era também alvejado mortalmente o tenente Coimbra. Da troca de tiros resultou igualmente a morte do aspirante Baga-gem da Polícia Militar.

Estes são os factos que apurei, já que praticamente tudo o que é explanado na carta de Mário Tomé resulta de uma visão limitada e tendenciosa do sucedido. Apenas com uma excepção: quando este oficial demonstrou coragem e determinação ao mandar parar o fogo dos seus homens, no seguimento de ordem idêntica dada por Jaime Neves aos seus subordinados e de ter rebentado o portão (Porta d'Armas) com a sua Chaimite. Assim foram conseguidos danos muito limitados, em comparação com o que teria acontecido se o bom senso não imperasse nessas circunstâncias.

Mário Tomé menciona uma manifestação de 20 de Agosto, em apoio ao «Do-

cumento do COPCON», mas, na minha opinião e relacionado com o 25 de Novembro, devia ter referido o documento que assinou dias antes e que foi lido na manifestação de 20 de Novembro de 1975, em Belém, na presença do general Costa Gomes. Nele, e na sequência da distribuição, pelo COPCON, de milhares de espingardas automáticas G-3 pelas Unidades Revolucionárias da Região Militar de Lisboa (além das mil «desviadas» pelo capitão Fernandes, para organizações civis), faz-se o apelo para a formação de um «Exército Popular» armado e foi assinado por mais 17 oficiais (Matos Gomes, Rosado da Luz, Mendonça da Luz, Cabral da Silva e o «seu amigo» Durand Clemente, entre outros) — vide Branco Manuel. Os «Comandos» no Eixo da Revolução. Lisboa, Ed. Abril, 1977.

Sobre os textos publicados na vossa revista de Novembro e na perspectiva de se conseguir uma maior aproximação à verdade histórica, sugeria que, além dos que prestaram o seu depoimento — Costa Gomes, Vasco Lourenço e Varela Gomes —, fossem recolhidos os testemunhos de oficiais de outra área, como Ramalho Eanes, Tomé Pinto e Jaime Neves.

**Coronel Manuel Bernardo**

#### Correcção

Por lapso, na revista «História» n.º 16 a capa do livro inserido nas «Leituras» não correspondia ao texto do livro recenseado «Humberto Delgado, a Tirania Portuguesa». Pelo lapso pedimos desculpa.

## POLÊMICA COM O CORONEL COSTA MARTINS

Em Julho de 1997, após as comemorações do 20.º aniversário do 25 de Novembro que, com a minha colaboração, foram levadas a efeito na Sociedade Histórica para a Independência de Portugal, por iniciativa da Associação de Comandos, então presidida pelo Capitão “Cmd” Sousa Gonçalves, alguém me fez chegar um exemplar da edição de 21-7-1997, do jornal “Público”, do qual não era, nem sou leitor habitual. Nessa altura, decorria num Tribunal Administrativo de Lisboa uma acção de Costa Martins – já promovido ao posto de Coronel, por decisão do Supremo Tribunal Administrativo (?!) -, contra vários oficiais da Força Aérea, incluindo dois ex-CEMFA, Coronel Morais da Silva e General Lemos Ferreira, que não resultou em benefício do queixoso...<sup>1</sup>

Num “direito de resposta”, em relação a um artigo publicado em 12 de Julho anterior, naquele jornal, Costa Martins insultava alguns oficiais e nomeadamente o Coronel Morais da Silva, que eu conhecera pessoalmente naquela altura, por ter ido assistir a uma das sessões do referido julgamento. A partir daí, resultou uma polémica que decorreu durante cerca de um mês, nas páginas do “Público”. Transcrevem-se a partes mais significativas dos textos publicados.

### 1. Costa Martins, em 21-7-1997.

#### Esclarecer os factos obscuros.

Na edição de 12-7-1997 do vosso jornal, foi publicado um artigo intitulado “Processo de Costa Martins contra ex-chefes da Força Aérea – Colectivo de juízes repartiu o mal pelas aldeias”.

---

<sup>1</sup> Na sentença de 23-10-2001, o Tribunal absolveu o Estado, os Generais Lemos Ferreira e Ferreira de Almeida e o Coronel Morais da Silva na acção em que Costa Martins pedia 152 000 000\$00 de indemnização. Nela ficou provado que ele, “surgido o golpe militar de 25 de Novembro, foi acusado de estar nele envolvido e de ser mesmo um dos seus cabecilhas” e que os crimes de rebelião armada e deserção para país estrangeiro, entre outros, tinham sido amnistiados pela Lei 74/79 de 23 de Novembro. Ver Arquivo do Tribunal Administrativo do Círculo de Lisboa, Proc.º 1184/92, 4.ª Secção.

Nesse artigo é referido que "... o tribunal deu razão aos réus quando eles acusaram o autor de estar envolvido nos acontecimentos do 25 de Novembro de 1975 ...", o que não é correcto.

(...) Quando, finalmente, consegui consultar o processo, verifiquei que as falsas declarações nele contidas começam logo no início do processo, com as malévolas e graves mentiras do então Capitão Quinhones de Magalhães, que serviram de base não só ao início dos autos, como funcionaram como seu principal suporte, sendo até referido, a folhas 350 v, no capítulo relativo a "Factos apurados – a actividade do arguido no dia 25 de Novembro" e em jeito de conclusão, que "o oficial de dia ao destacamento do F.A.D. (COPCON) era na noite de 24 para 25 de Novembro o já citado Cap. Quinhones de Magalhães. E ele pois, juntamente com o Ten. Brito, uma das principais testemunhas das ocorrências verificadas no COPCON nessa noite e que, em certa medida, permitem decifrar a chave do súbito desencadeamento das operações militares dos páras".

(...) perante o meretíssimo juiz de Instrução Criminal, entre outras afirmações declarou aquele capitão, depois de jurar "por sua honra que havia de dizer a verdade e só a verdade":

– que estava de oficial de dia ao COPCON, de 24 para 25 de Novembro de 1975;

– que se lembra perfeitamente da minha apresentação no COPCON, naquela noite;

– que foi ele quem conferiu a minha guia de marcha;

(...) Ora:

– É mentira que me tenha apresentado no COPCON na noite de 24 para 25 de Novembro de 1975. Apresentei-me em 21-11-1975.

– É mentira que tenha sido o Capitão Quinhones quem viu e conferiu a minha guia de marcha. Foi o oficial que se encontrava de serviço no COPCON, no dia 21-11-1975.

(...) Todos os dados que refiro constam da guia de marcha constante a folhas 5 e 6 do Apenso ao Processo 106/76, da Polícia Judiciária Militar, cuja fotocópia junto em anexo.

Durante o curto período em que estive apresentado no COPCON, aliás, por ordem do CEMFA, nunca fiz um telefonema.

Contudo, não menos importante que o amontoado de falsidades do Capitão Quinhones é saber-se quem o mandou fazer tais declarações, cuja finalidade é por demais evidente.

Mas não menos graves são as falsas declarações prestadas ao meretíssimo juiz de Instrução Criminal pelo próprio CEMFA de então, o ora 2.º réu, Coronel Morais da Silva, acerca da minha situação militar no período compreendido entre a queda

do V Governo e o 25 de Novembro de 1975 (que culminaria com a minha demissão) (...)

Em nota oficial do Gabinete do CEMFA dirigida a todas as unidades e serviços da FAP, referia-se a minha demissão das Forças Armadas, logo em 10-12-1975, seguida da proibição da minha entrada em qualquer unidade ou serviço da FAP – o que o Tribunal deu como provado.

O então CEMFA e ora 2.º réu, Coronel Morais da Silva, veio, depois, invocar o facto de, segundo ele, eu me ter constituído em deserção por mais de 90 dias, a contar de 5-12-1975, ou seja, ter deixado de comparecer ao serviço ou de me apresentar nas unidades ou serviços da FAP, sabendo que me encontrava demitido e proibido de neles entrar. Será isto agir de boa-fé?

Será agir de boa-fé distribuir uma nota oficiosa à Imprensa, caluniando-me gravemente, como pretensa justificação para o seu não cumprimento das leis, como fez o 4.º réu, General Lemos Ferreira? Para mais, tendo pretendido, de forma enviesada, escamotear as suas responsabilidades?

O processo 106/76 da PJM encontra-se recheado de falsas declarações, muitas delas até contraditórias.

(...) Convenhamos que não é fácil apurar toda a verdade, nas circunstâncias do presente processo.

Como refere o articulista, a Justiça é representada por uma mulher hierática de olhos vendados. Se essa mulher for, por alguns – para mais de colarinho branco – servido gato por lebre, não é fácil que o prato resulte exclusivamente lebre, ainda que com olhos de falcão não vendados e bem abertos.

Não é fácil supor que um ex-vice-CEMFA, como testemunha dos réus, venha mentir ao Tribunal, tentando, falsamente, denegrir a minha imagem profissional, como, por exemplo, fez o General Vasquez?

O poeta Carlos Drummond diz que “o mundo não é o que pensamos”, mas eu acrescento que o mundo não é o que pensamos, mas é muito daquilo que dele fazemos, ou que, passivos, deixemos que outros façam.

## **2. Manuel A. Bernardo, em 31-7-1997.**

### **Costa Martins e a manipulação dos factos ocorridos em 25-11-1975.**

Na edição de 21-7-1997 do vosso jornal, foi publicado, com amplo destaque, um texto de Costa Martins, contendo insultos a ilustres oficiais

das Forças Armadas e rebatendo, com meias-verdades, os factos ocorridos no 25 de Novembro.

(...) Na minha opinião, Costa Martins esteve, de facto, implicado na preparação da insurreição armada de militares, designadamente do Regimento de Pára-queda, e envolveu-se voluntariamente e conscientemente numa rebelião armada destinada a derrubar o poder constituído, como se verifica através da consulta do Processo Judicial Militar referente àquela unidade militar (cerca de 8000 folhas) com 120 arquivados e que apenas foi arquivado em 1981, pelo Governador Militar de Lisboa, por ter sido considerado abrangido pela amnistia da Lei 7/79, de 23 de Novembro.

Para elucidação dos leitores e da opinião pública em geral, gostaria de transcrever algumas passagens significativas do referido processo. (...)

<sup>1</sup> (...) Na 2.<sup>a</sup> feira, dia 24 de Novembro, encontrando-se novamente de serviço o Major Arlindo Ferreira, recomeçou a actividade telefónica de dois dias antes, com a particularidade de ter dado ordens para todas as chamadas lhe serem dirigidas. Recomeçaram as reuniões. Jaime Serra (PCP) compareceu a uma reunião da sala 16. (...)

Também o Major Costa Martins se apresentou no COPCON, cerca das 20 horas, sendo portador de uma guia de marcha, passada pela Secretaria-Geral do EMFA." (Ter-se-á esquecido dela no bolso, desde o dia 21, ou, por ser 6.<sup>a</sup> feira, terá comunicado, telefonicamente, a um camarada revolucionário, que apenas compareceria na 2.<sup>a</sup> feira, como era hábito na altura e até hoje ainda acontece, sendo então apostas as verbas correctas da apresentação? – comentário meu)

(...) Sala 13: Ten-Coronel Arnão Metelo e Major Costa Martins. Foram feitos vários telefonemas para o General Otelo a pedir a sua comparência.

(...) Cerca das quatro horas (25 de Novembro), chegaram, ao COPCON, os Comandantes Contreiras e Marques Pinto. Ficou decidido que os pára-queda iam ocupar as bases (...)

Depois do processo decorrer durante vários anos, o juiz instrutor elaborou um relatório final, de que se transcreve um extracto, em relação às suas actividades no dia 25 de Novembro:

"Mostram os autos respectivos que o Major Costa Martins, que fora colocado na véspera no COPCON e está presente de madrugada, acompanhando o desenrolar dos telefonemas, parte,

de manhã, para Monsanto, onde contacta com os sargentos páras, presentes no local, intervém na elaboração do comunicado, que será mais tarde divulgado, dá ordens para cortar as ligações telefónicas do General Pinho Freire e ainda tenta aliciar os demais oficiais detidos, explicando razões e motivos determinantes do movimento, os apoios de que desfrutaria a nível militar e que incluíam o COPCON, e a brevidade de ser clarificada a crise político-militar com a formação de um Governo de esquerda.

Dali, desloca-se ao SDCI, onde contacta o Major Pereira Pinto e convida, sem êxito, o General Rangel de Lima a assumir o lugar de CEMFA, ou de comandante da Região Aérea n.º 1, em alternativa. (Ver depoimento do General Rangel de Lima)

E, do SDCI, acorre ao meio da tarde, a Belém, a pedido do General Costa Gomes. (...)

E, nos dias imediatos, deserta para Angola...

Quer isto dizer que o Estado, através do poder legislativo, perdoou, mediante uma amnistia, os presumíveis crimes que terá praticado (insurreição armada e deserção para país, então já estrangeiro) e o poder judicial está, agora, com o dilema de mandar o mesmo Estado pagar ou não indemnizações vultuosas, que Costa Martins está a solicitar, decorrentes de uma situação que ele próprio, deliberadamente, criou. Não dá para perceber...

Se bem me lembro, as muitas centenas de militares e outros cidadãos mandados prender pelo Governo de que ele fazia parte, em 1974 e 1975, muitos deles sem qualquer acusação concreta formulada e apenas acusados na praça pública (foi o caso de oito oficiais indicados, no próprio dia 11, pelo Presidente da República, então General Costa Gomes, de estarem implicados no denominado golpe do 11 de Março de 1975, alguns mantidos sob prisão durante longos meses, e que os processos judiciais concluíram o contrário) – não necessitando, assim, de amnistia, para serem mandados em paz –, não apresentaram idênticos (ou quaisquer?) pedidos de indemnização...

Por experiência própria, face a um contencioso tido então com Carlos Fabião, poderei lembrar o apego que aqueles “revolucionários” tinham à sua justiça “revolucionária” e não à “burguesa”; tanto assim que, em 1974/75, esta ficou completamente paralisada. Só que, terminada a revolução, em que se cometeram grandes atropelos aos mais elementares Direitos do Homem (basta recordar o constante do

Relatório das Sevícias praticadas sobre presos sujeitos às autoridades militares, mandado publicar pelo então Presidente da República, General Ramálho Eanes) vieram “agarrar-se”, com toda a força, a esse tipo de Justiça – não de olhos vendados, mas com letra grande –, para tentar salvaguardar os seus interesses pessoais...

### 3. Costa Martins, em 10-8-1997.

#### “Não estive no COPCON a 26 de Novembro de 1975”.

Na edição de 31 de Julho do vosso jornal, foi publicada uma carta da autoria do Coronel Manuel A. Bernardo (...). Nesse escrito, o Coronel Bernardo ataca uns, defende outros, sem contudo se saber em que qualidade e a que título o faz.

Tem todo o direito de liberdade de expressão, direito esse que eu e os outros que nos arriscámos e fizemos o 25 de Abril de 1974 lhe demos, mas não tem o direito de o fazer da forma que faz.

Começa por referir que o meu texto contém “insultos a ilustres oficiais das Forças Armadas”. Tal afirmação ofende os ilustres oficiais das Forças Armadas. O Coronel Bernardo não vê que, se algum ilustre oficial das Forças Armadas se sentisse insultado, reagiria de imediato e directamente, em defesa da sua dignidade, tal como eu sempre tenho feito?

(...) A folhas 296 do Processo 106/76 do SPJM, único que me foi instaurado e somente seis meses depois do 25 de Novembro de 75, é referido que o oficial de serviço ao COPCON, no dia 24 de Novembro de 75, era o Capitão Quinhones e não o Major Arlindo. Que novo discorrimento irá o Coronel Bernardo fazer para servir à opinião pública como pretensa verdade?

(...) É verdade que desde a queda do V Governo e até ao 23 de Novembro de 75 sempre estive legalmente apresentado no EMGFA – na dependência directa do CEMGFA.<sup>2</sup> O próprio CEMFA, Morais da Silva, não pode deixar de reconhecê-lo, quando se viu confrontado com as dúvidas levantadas por aquele magistrado.

O CEMGFA era a única entidade com competência funcional para determinar movimentações administrativas minhas, pelo que todas as movimentações administrativas que Morais da Silva me determinou foram ilegítimas e com objectivos bem definidos e dolosos.

<sup>2</sup> Há nítida contradição entre esta afirmação e a da página seguinte.

(...) – É verdade que o então CEMFA, Moraes da Silva me mandou para o COPCON no final do dia 21 de Novembro de 75,<sup>3</sup> porque me queria “correr” e sabia que estavam, então, a decorrer reuniões político-militares no COPCON, conforme disse perante o Tribunal.

(...) – É mentira que eu tenha sido “mandado regressar ao EMFA em 26 de Novembro de 75”. Alguém escreveu na respectiva guia de marcha (folhas 5 do Anexo ao Processo 106/76): “Por ter terminado o seu serviço neste comando, regressa à sua anterior situação em 26 de Novembro de 75, pelas 17H30”.

(...) Eu não estive no COPCON no dia 26 de Novembro porque passei à clandestinidade ao fim do dia 25, em virtude da tenebrosa perseguição que, contra mim, foi então desencadeada.

(...) O Coronel Bernardo deu pela minha carta de 21-7-1997, em que reponho a verdade e denuncio falsidades, e insurgiu-se contra ela. Mas não deu pelo artigo publicado em 7-7-1997 com muito mais destaque, intitulado “História de uma indignidade”. Não viu, ou será que não o indignaram as verdadeiras indignidades?

Refere-se a tipos de justiça e ataca-me através de actos que ele próprio imputa a outros.

Durante toda a minha vida sempre tive o mesmo critério de justiça, igual para toda a gente, bem diferente do que tem o Coronel Bernardo. Por exemplo, se ele fosse ministro do Trabalho a seguir ao 25 de Abril de 74, seria capaz de, então, repor a verdade quando o ex-ministro das Corporações foi caluniado de ter roubado milhares de contos? Poderei dar muitos mais exemplos, quando houver espaço.

Quando, em 1969, me prenderam em Angola, acusaram-me de pretender endireitar o mundo, mas não o escreveram. Ainda assim, esse significativo processo parece ter agora desaparecido. Igual acusação já me foi feita no âmbito do presente processo. Ora, eu sou é contra a hipocrisia que por aí há. Em matéria de justiça, não reconheço ao Coronel Manuel A. Bernardo competência para me dar lições.

Na política, a acusação que me têm feito é a de colocar a ética acima da política. Também no plano moral dispensei pretensas lições de quem nem uma palavra disse, nem um dedo levantou, quando viu um seu camarada de armas vergonhosamente caluniado, perseguido, vilipendiado e em sérias dificuldades, juntamente com a sua família.

---

<sup>3</sup> Há contradição entre esta afirmação e a referida anteriormente.

Quanto a prisões, mandei prender cinco indivíduos e, de imediato, mandei entregá-los ao poder civil. Não só assumo a inteira responsabilidade por essas prisões, como voltaria a mandar fazê-las se a situação se repetisse.

Quanto a ressarcimentos de danos, sempre achei que toda a gente deve fazer valer os seus direitos. Foi o que eu fiz, foi o que fez o General Kaúlza e tantos outros. A justiça é feita pelos tribunais e não pelo Coronel Bernardo através dos seus discorrimientos.

#### **4. Manuel A. Bernardo, em 22-8-1997.**

##### **As actividades de Costa Martins em 1974-75.**

Para esclarecimento dos leitores pretendo fazer um comentário em relação ao texto assinado por Costa Martins e publicado na edição de 10-8-1997 do “Público”, com o qual, da minha parte, dou por terminada esta polémica.

Apesar da extensão da prosa, parece não ter conseguido, minimamente, contra-argumentar em relação à minha carta de 31-7-1997, comprovada através da transcrição parcial do relatório final do juiz instrutor do processo judicial, referente ao Regimento de Caçadores Pára-quedistas.

Esclarece-se ainda o seguinte:

1. Elaborei o texto em causa por considerar que devia ser reposta a verdade dos factos ocorridos no 25 de Novembro e, também, por ser um contribuinte para as despesas do Estado. Assim, não concordando com tal indemnização, tenho o direito de expressar a minha opinião.

2. Durante toda a minha vida profissional e particular, sempre actuei de acordo com a minha consciência e honrando os códigos de ética e de honra militares, pelo que não admito, nem aceito lições de um indivíduo com tal “currículum”. Recorde-se o facto de ter sido salientado no Tribunal Administrativo de Lisboa, que “tinha medo de voar sozinho desde 1969” e ser recentemente transformado de major em coronel piloto-aviador, através de um despacho administrativo/judicial, à revelia da Força Aérea.

As verdades e as falsidades que diz denunciar são apenas as suas..., tal como a boa e a má fé das intenções atribuídas.

3. A única argumentação pretensamente válida, que ousou profereir sobre o meu texto, saiu asneira. Talvez estivesse muito tempo fora das fileiras e já se tenha esquecido do facto de a escala de oficial de dia ser feita por oficiais subalternos e capitães. Quando um major se encontrava de “serviço”, como foi o caso de Arlindo Ferreira, exercia essas funções a um nível superior e, normalmente, não tinha que conferir guias de marcha. Quer isto dizer que o oficial de dia, em 24-11-1975, podia ter sido o Capitão Quinhones de Magalhães e o de assistência (ou designação idêntica), o Major Arlindo Ferreira.

4. A certa altura, vem dizer que não insultou os oficiais da Força Aérea, transformados em réus. Então chamar mentiroso a uma pessoa não é um insulto?

Compreende-se que esses militares não tenham vindo tomar posição pública, através da comunicação social, antes da leitura da sentença do Tribunal. Terão mais consideração pelos juízes do que o acusador Costa Martins...

Quando exerci funções idênticas, durante quatro anos, nos tribunais militares, tive ocasião de verificar como se pode utilizar a comunicação social e nomeadamente a TV, para pressionar o colectivo de juízes.

5. Quanto à maneira como foi controlado e gerido o dinheiro do “Dia do Trabalho”, angariado em 1974 e entregue de maneira avulsa no ministério de que Costa Martins era o responsável, continuo a ter muitas dúvidas.

Indica o General Kaúlza de Arriaga como sendo um oficial que pediu o ressarcimento dos danos, além de “tantos outros”. Por que não referiu alguns? Terá sido o único? Curiosamente, este general solicitou uma indemnização de 100 010\$00, que lhe foi atribuída em 1987, por acórdão do STA, pelo facto de ter permanecido 16 meses preso no pós-28 de Setembro de 1974 (*vide* Arriaga, Kaúlza. “Guerra e Política”. Lisboa, Ed. Referendo, 1988, pp. 97). Mesmo transformado em preços actuais, trata-se de um valor muito inferior aos 100 000 000\$00 pedidos neste caso e por quem nem chegou a estar preso... em Portugal.

6. A terminar, de todo aquele arrazoado destaca-se um facto inédito e com certeza desconhecido de muita gente. Costa Martins, além das prisões ordenadas em 1974-75 pelo gabinete do Primeiro-Ministro,

pelo COPCON, pelo Serviço de Detecção e Controlo de Informações (SDCI) e pela Comissão de Extinção da PIDE/DGS, mandou prender cinco pessoas. Com que competência e a que título? Revolucionariamente, como oficial do MFA ou como Ministro do Trabalho?

#### 4.

### RESCALDO DO 25.º ANIVERSÁRIO DO 25 DE NOVEMBRO <sup>1</sup>

*"(...) Vinte e cinco anos depois do golpe, ainda não se sabe quem o desencadeou e muito menos quem o dirigiu. (...)"*

António Ribeiro Ferreira, in "DN" de 27-11-2000

Antes de entrar no essencial deste texto, pretendo colocar uma "questão prévia" sobre a opinião do supracitado jornalista. Se fosse um jovem seria mais difícil o esclarecimento. No entanto, quero rectificar que o sucedido terá sido um golpe, seguido de um contragolpe. Na minha opinião e de acordo com o publicado, quem desencadeou o golpe foram oficiais do COPCON ligados à extrema-esquerda com o aval do PCP. Julgo ser também essa a versão de José Manuel Barroso nos esclarecedores textos do passado dia 25 de Novembro, no "Diário de Notícias".

Quanto ao contragolpe, depois de uma actuação preliminar, mas decisiva da Região Militar do Norte do Brigadeiro Pires Veloso, assessorado por Lemos Ferreira e Ribeiro Cardoso da Força Aérea (nas primeiras doze horas após a ocupação das Bases Aéreas), a sua direcção, a seguir à declaração do estado de emergência pelo Presidente Costa Gomes, pelas 16H30, foi assegurada pelo comando operacional, de Ramalho Eanes (Amadora) e pelo comando estratégico-militar, de Vasco Lourenço (Palácio de Belém). A execução de tais competências, delegadas pelo Presidente da República, de acordo com Loureiro dos Santos ("Público" de 25-11-2000), funcionaram separadamente e em ligação directa com Costa Gomes, através do grupo de ligação e estado-maior, de que fazia parte este oficial.

Respondendo a dois militares (Florindo Morais e Mascarenhas Pessoa), que tiveram a "amabilidade" de me presentear pessoalmente com uns extravagantes textos, desejava, antes de mais, agradecer a oportunidade de poder esclarecer publicamente a posição assumida, desde início, pela Comissão Organizadora (que me incluía) das sessões realizadas para o efeito e devidamente assinalada no título do programa das actividades culturais: *"Os Militares; as Artes e as Letras*

<sup>1</sup> Ver "O Algarve" de 11-12-2000.

– *Os 25 Anos do 25 de Novembro; Reflexão*”. Do mesmo modo foi feito o convite pelo Presidente da Câmara Municipal de Oeiras e pela Comissão Organizadora da “*reflexão dos 25 anos do 25 de Novembro*” para a sessão inaugural, a 14 de Outubro e restantes actividades culturais.

Isto não é nenhum sofisma, pois o que pretendemos foi tentar fazer um diálogo entre as partes envolvidas, para se proceder a uma aproximação à verdade dos factos e reflectir sobre os seus antecedentes e consequências. O termo “*comemorações*” aparece nos textos contestatários e não nos que foram elaborados pela referida Comissão Organizadora, de que faziam parte, além de mim, os Generais Garcia dos Santos e Loureiro dos Santos, os Tenentes-Generais Tomé Pinto, Monteiro Pereira e Fernando Vasquez, o Capitão de Mar-e-Guerra Gomes da Silva, o Presidente da Associação de Comandos, Vítor Ribeiro e o Coronel Barão da Cunha, da Livraria Municipal Verney. (...)

### **Um abrilista em bicos de pés**

Vasco Lourenço, que se intitula presidente de uma Associação 25 de Abril (para quando as eleições para nova direcção com todos os militares de Abril, como propôs, no ano passado, o Coronel “Comando” Manuel Ferreira da Silva?), apadrinhada pelos seus confrades maçons, aproveitou a passagem do 25.º aniversário do 25 de Novembro para continuar a debitar as suas aleivosias em relação a determinadas figuras proeminentes do processo revolucionário pós-25 de Abril. Aliás, nem sei por que ele se considera como militar do 25 de Abril, já que nessa data pouco arriscou, dada a sua situação de exilado nos Açores.

Desta vez, porém, já havia bastante gente (generais e coronéis), na reserva e reforma, para lhe fazer frente nos Órgãos de Comunicação Social (OCS). Assim, desde o ano passado a sorte tem-lhe sido adversa. Recordo que, então, apenas em três dias, alguns directores de OCS derreteram o seu projecto para os “principais militares de Abril” serem promovidos a generais. Queria repetir aquilo que o povo português baptizou como “generais de aviário”.

Agora veio Loureiro dos Santos desmentir, no “Público”, a sua versão de que Ramalho Eanes não comandou o contragolpe do 25 de Novembro, pois apenas teria desempenhado as funções de seu adjunto.

Depois, na TSF, Eanes deu boa conta nos esclarecimentos prestados sobre o sucedido. E com a força moral de ter recusado o bastão e o posto de Marechal.

Pena foi que os jornalistas dos periódicos “politicamente correctos”, não tivessem interpelado o Coronel Jaime Neves, como era sua obrigação profissional, após os ataques de Vasco Lourenço quando afirmou que *aquele oficial pretendia ir para o Norte do País, por considerar não ter possibilidades de êxito a manutenção em Lisboa e que queria ir o mais depressa possível, senão não poderia garantir a eficiente actuação dos seus militares*. Acrescentou, também, *ter sido ele a evitar que tal acontecesse...*

No jantar comemorativo realizado no passado dia 25 de Novembro, onde a Associação de Comandos prestou homenagem aos “convocados” (os que permitiram dar a força necessária ao então Regimento de Comandos, para ser feito o contragolpe do 25 de Novembro) tive a oportunidade de ouvir as declarações sentidas de Jaime Neves. Ele e Sousa Gonçalves disseram, de modo enérgico, que as afirmações de Vasco Lourenço eram uma afronta àqueles que lutaram no terreno (não nos gabinetes) para que o povo português pudesse voltar a viver em liberdade. Neves também recordou que, enquanto Lourenço se manteve no Comando da R.M.L., nunca o convidou para visitar o Regimento de Comandos... Não lhe deve ter perdoado o facto de ter andado a vigiá-lo no 11 de Março, por desconfiar das intenções de Jaime Neves nessa situação.

Aliás, aquela invenção cai pela base face aos colóquios ocorridos no 20.º aniversário do 25 de Novembro, na SHIP, onde se confirmou que a missão mais espinhosa, no caso do desencadear da guerra civil, seria atribuída aos comandos, que actuariam em acções de sabotagem e guerrilha na área de Lisboa. As declarações de Ramalho Eanes e de Sousa Gonçalves, nessas conferências, até foram por mim publicadas em livro, lançado em 23-4-1999. E Vítor Ribeiro, actual Presidente da Associação de Comandos e bastante envolvido nos acontecimentos, na palestra feita na última sessão da “reflexão do 25 de Novembro”, em 25-11-2000, voltou a assinalar esse planeamento.

O que fará correr Vasco Lourenço para assim acabar por se ridicularizar, quando até teve papel preponderante no 25 de Novembro, no PREC pós 11 de Março (apenas acordou em relação aos comunistas

nesta altura, pois em Janeiro de 1975 ainda os tinha acompanhado no sim à unicidade sindical) e nos meses seguintes àquela data?

### **Carta não publicada no “Público”**

Não poderia deixar passar a oportunidade para, dentro do mesmo tema e à semelhança do sucedido anteriormente, publicar nesta coluna aquilo que um jornal nacional não considerou correcto fazê-lo no passado mês de Novembro:

Sobre as declarações de Carlos Antunes e de Raimundo Narciso, constantes das vossas edições de 18 e 21-11-2000, respectivamente, desejava referir o seguinte:

1. Em relação às armas “desviadas” revolucionariamente por Carlos Antunes do DGMG (Beirolas), na noite de 11 para 12 de Março de 1975, considero que não foram 28 000, como ele deixa os leitores depreenderem face às suas declarações, mas 283 Espingardas Automáticas G 3, de acordo com o referido por Otel Saraiva de Carvalho no então Centro de Sociologia Militar (hoje IDN) em 26-9-1975.

Além destas, o PRP/BR daquele dirigente revolucionário terá ficado com cerca de 300 G 3, do lote das 1000 furtadas pelo então Capitão Álvaro Fernandes no RPM, em 11-9-1975, tendo constado que as restantes tinham sido entregues a uma organização revolucionária estrangeira (ETA?). E, segundo uma informação, que recolhi do EME em 1996, para um trabalho (“Equívocos e Realidades; Portugal 1974-1975”, editado em Abril de 1999 e em reedição revista e actualizada em Abril de 2004, com o título “Memórias da Revolução (...)” o Exército tinha já recuperado 290 daquelas armas.

2. São também muito estranhas as declarações de Raimundo Narciso quando diz que os elementos do PCP apenas foram armados com armas “legais” (caçadeiras, pistolas e outras coisas). Compreende-se que uma organização clandestina não tenha conhecimento de toda a informação sobre tal assunto, já que em livros por mim publicados em 1976 e em 1999 (atrás referidos), afirmei que o PCP possuía muitas centenas de G 3 e, só num dia, elementos deste partido “desviaram”, do cais do porto de Lisboa, 500 dessas armas, oriundas dos territórios africanos. Aquele meu último trabalho foi lido por Álvaro Cunhal, pois até serviu para retirar dados para o seu livro “*Verdade e Mentira do 25 de Abril*”, como nele vem expressamente citado (não tenho conhecimento de qualquer desmentido).

Também, de acordo com o Relatório Oficial do 25 de Novembro, publicado em livro em Dezembro de 1976, elementos do Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas de Almeirim receberam, na madrugada de 25 de Novembro, na BETP (Páras de Tancos), cinco G 3 e 10 carregadores. E, às 22H00 desse mesmo dia, quando o PCP já estava em vias de desmobilizar as suas forças, “um funcionário da Metalúrgica Duarte Ferreira, dirigente do PCP, no Tramagal, recebeu em Chão de Lucas, 120 G 3, 240 carregadores e pelo menos quatro cunhetes de munições” (sic) igualmente provenientes de Unidades Militares (Tancos?).

3. Sobre as G 3 que Carlos Antunes afirma terem ido parar à “direita”, como já tem sido bastante divulgado, o PS, através de Edmundo Pedro, recebeu, em 25 de Novembro, 150 G 3. Em 1996, segundo o EME, faltavam ser recuperadas 27 destas armas.

4. Ainda sobre tão controverso assunto e para aquilatar do sucedido na altura, será interessante apreciar o esclarecimento prestado pelo General Pedro Cardoso (então General Quartel-Mestre interino e CEME no pós 25 de Novembro) numa entrevista que me concedeu para o já citado livro:

“(...) Havia um grande excedente de G 3 em Beirolas e toda a gente sabia que a situação interna do Depósito estava a correr muito mal (nomeadamente após Janeiro de 1975, de que a cena contada por Carlos Antunes sobre o 11 de Março é bem elucidativa, acrescento eu) podendo ficar a qualquer altura incontrolável. Como quem estava metido na revolução sabia não ser fácil controlar tal situação, tomaram uma decisão e que foi de retirar os percutores a uma grande quantidade de G 3 e mandá-las para a Região Militar de Coimbra, comandada pelo Brigadeiro Franco Charais. Mas como ficaram ainda uns largos milhares completas, resolveram metê-las nas arrecadações do COPCON, no Alto do Duque. Depois, como já não cabiam nas instalações do Forte, foi tomada a decisão, ao nível do COPCON, de dividir as G 3 por várias Unidades da Região Militar de Lisboa (de “lealdade revolucionária” com vista ao “poder popular”, acrescentaria eu).

“Lembro-me de um número, da ordem das 15 mil, que foram transferidas de Beirolas para o COPCON. Quando chegou, por exemplo, às 10 000 arrecadadas no Alto do Duque, o primeiro lote de mil que não coube nas arrecadações do Forte foi transferido pelo COPCON para o RPM, na Ajuda.

“Ele (o condutor da camioneta) nem ficou a saber quem retirou as armas. Só o então Capitão Fernandes é que sabe.

“(…) Depois, em 1978, quando fui para Chefe do EME apercebi-me de que algumas G 3 desse lote começaram a aparecer e a recolher a Beirolas.

“Portanto, quando apareciam armas, ia-se ver se eram do lote do senhor Edmundo Pedro ou se eram do Capitão Fernandes. Até tinha uma ficha onde ia descarregando, quer em relação a um, quer a outro, para ir dando o ponto de situação, às Quartas-Feiras, no Conselho da Revolução.”

5. A terminar, recorde-se que, segundo o Relatório do 25 de Novembro, existiriam, no Forte do Alto do Duque, em 21-11-1975, sete mil G 3, tendo seguido, em 24 de Novembro, 998 para o Alfeite e 496 para a EPA/Vendas Novas, em 25 de Novembro, à tarde, unidades consideradas desafectas ao “Grupo Militar” liderado por Ramalho Eanes.

Manuel Amaro Bernardo

## 5

### PIRES VELOSO E A TENTATIVA DE MANIPULAÇÃO DA HISTÓRIA <sup>1</sup>

*Ramalho Eanes foi o Comandante Operacional  
na Amadora (no 25 de Novembro)...*

Jaime Neves em 8-10-2001, no Porto.

Apesar de me considerar um cidadão atento ao que se vai publicando sobre o período conturbado da nossa História Contemporânea, referente ao pré e pós 25 de Abril (este designado na gíria da época, por PREC – processo revolucionário em curso), foi necessário ter conhecimento do sucedido no lançamento, no Porto, do livro do jornalista Silva Tavares, “*O Norte e o 25 de Novembro*”, pelo próprio Coronel Jaime Neves. De facto, tal ocorreu enquanto deambulávamos pelos terrenos anexos ao Monumento aos Mortos do Ultramar, em Belém, no passado Dia de Portugal e após as cerimónias levadas a efeito pelos combatentes, nessa data.

Aliás, através das declarações de Pires Veloso em Novembro de 2000, ao “*Público*”, já se poderia prever qual seria a tese despendida por ele e Silva Tavares, no livro em preparação para aparecer nos escaparates: Eanes não comandou nada no 25 de Novembro, já que, em Lisboa, o líder foi Costa Gomes e, no Porto, Pires Veloso.

Naquela altura, tentei, sem êxito, esclarecer os leitores do referido jornal sobre o equívoco de tal manipulação, remetendo uma carta que não foi publicada. Dela se transcreve:

(...) Durante o “Verão Quente” e nomeadamente nos três meses anteriores ao 25 de Novembro, Pires Veloso e a RMN, que comandava, foram elementos de grande importância dissuasora em relação ao avanço da revolução levado a efeito pelo PCP e partidos esquerdistas a ele ligados (FUR).

Aquele oficial deu todo o apoio e a segurança necessária para que a Força Aérea se instalasse em Cortegaça, com o pessoal e os aviões oportunamente retirados de outras bases aéreas, entretanto ocupadas pelos pára-quedistas sublevados. Assim, desde

---

<sup>1</sup> Ver “O Diabo” de 11-9-2001

as 05H00 às 17H00 do dia 25 de Novembro, o único comando operacional a funcionar no terreno foi o de Pires Veloso, assessorado, desde essa manhã, por dois oficiais da Força Aérea: Brigadeiro Lemos Ferreira e Coronel Ribeiro Cardoso.

No entanto, após a grande pressão do “Grupo Militar”, liderado por Ramalho Eanes, com o apoio inequívoco de Jaime Neves, sobre Costa Gomes (Presidente da República) – sendo necessário “encostá-lo à parede” e ser esclarecido da força existente para restabelecer a ordem no País –, foi conseguida a legitimidade para a actuação imediata.

Assim, a partir das 18H00, foram mandados avançar dois pelotões do CIACC (Cascais) para o Regimento de Comandos e esta Unidade fez sair duas companhias, sob o comando de Jaime Neves, para o GDACI (Monsanto), que cercaram, impondo a rendição.

3 Ramalho Eanes, com a delegação de Costa Gomes e de Vasco Lourenço (nomeado Comandante da Região Militar de Lisboa nessa madrugada) coadjuvado por Aurélio Trindade, Tomé Pinto, Monteiro Pereira, Firmino Miguel e Garcia dos Santos, esteve à frente do Posto de Comando instalado no Regimento de Comandos e pôs em execução o plano existente para a contenção do golpe. (...)

Jaime Neves, quando compareceu no lançamento do livro em questão, estava decidido a esclarecer a situação, até porque não compreendia como o “*Expresso*”, na semana anterior e a propósito de tal obra, afirmasse em título destacado: “*Costa Gomes é que comandou o 25 de Novembro*”. Assim, apesar de não estar prevista a sua intervenção, após grande insistência, foi-lhe permitido falar sobre o caso.

E afirmou nomeadamente:

“(...) Em Novembro de 2000 apareceu o senhor Vasco Lourenço a dizer que comandou o 25 de Novembro de 1975 e fez afirmações incorrectas e erróneas. Agora o “*Expresso*” diz que foi Costa Gomes a comandá-lo e atribui essa afirmação ao meu digníssimo (Pires Veloso).

“Sabemos que Costa Gomes era por inerência o Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas e, como tal, Comandante de tudo; mas também se sabe que foi preciso relembrar-lhe e reavivar-lhe as suas obrigações, até em termos pouco correctos. E quão difícil era receber ordens dele!

“Não é por acaso que na gíria militar é conhecido por “*Rolha*” ou “*Xico cortiça*” e todos sabemos algumas partes do seu percurso. E é um homem dotado de excepcional inteligência e habilidade mental única.

“Asseguro-lhe meu digníssimo (Pires Veloso), que nem o senhor Vasco Lourenço, nem Costa Gomes me deram qualquer ordem naquele período, nem estiveram no Comando Operacional. Só recebi ordens deste Comando através de Ramalho Eanes, Tomé Pinto, Monteiro Pereira, Garcia dos Santos e Aurélio Trindade.

“(…) Considero que a Ramalho Eanes e aos restantes elementos do Comando Operacional instalado na Amadora, incluindo eu, se deve o eficiente comando das operações realizadas no 25 de Novembro.

“(…) Acredite que me magoou imenso o seu comportamento (depois de 1979), tendo até pesado na minha passagem à situação de reserva. Portanto, como vê, não morro de amores por ele.

“Mas estranho não ter visto no livro as minhas afirmações sobre o prestígio de que (Eanes) gozava em todos os lugares onde prestou serviço.

“(…) Assim, temos de reconhecer o seu valor. É um homem sério, austero, disciplinado e disciplinador. Pergunto-me se será por acaso que, a seguir ao 25 de Novembro de 75, foi graduado em General e nomeado Chefe do Estado-Maior do Exército e, mais tarde, o 1.º Presidente da República democraticamente eleito em Portugal e nenhum dos militares que estiveram no Comando Operacional da Amadora o contestaram, sendo todos mais antigos militarmente que ele. (...)”

Na edição de 10 de Junho passado, o repórter Daniel Guerra do *Correio da Manhã* refere as declarações do ex-Bispo de Setúbal (prefaciador), do jornalista/autor Silva Tavares e do Major-General Pires Veloso. No entanto, estranha-se que, nem este, nem qualquer outro jornal tenha publicado extractos da alocução de Jaime Neves na sessão de lançamento do livro “O Norte e o 25 de Novembro”, o que seria bastante esclarecedor para os leitores e futuros estudiosos da História Contemporânea. Curiosamente apenas o *Público*, numa pequena local, viria a referir em relação a este evento que *Jaime Neves discordou da tese do livro e fez questão de esclarecer que o General Eanes foi o comandante operacional do 25 de Novembro, em Lisboa*. E o periódico acrescentava que Mário Soares, lá presente e instado a pronunciar-se sobre tal controvérsia, não quis avançar com qualquer comentário.

Tal equívoca situação apenas terá surgido devido à conhecida aversão de Pires Veloso a Ramalho Eanes. Lamento que Silva Tavares,

prestigiado jornalista português, se tenha prestado a apresentar um livro com uma tese menos verdadeira e um repórter escrevesse um texto com tamanha omissão, e apenas aceitável face ao corporativismo de classe e ao conhecido bairrismo dos nortenhos.

Também considero que os homens dos *Comandos* (duas companhias), que se apresentaram da disponibilidade (a apelo da Associação e do Regimento de Comandos) para se poderem realizar as operações do 25 de Novembro, e os dois graduados mortos em combate na Calçada da Ajuda (Tenente Coimbra e Sargento Mil.<sup>o</sup> Pires), em Lisboa, deviam merecer maior respeito da sociedade civil e dos políticos, que nunca lhes agradeceram ou homenagearam publicamente o seu sacrifício e dedicação pela Pátria. <sup>2</sup>

*Mas, ao menos, que a verdade dos acontecimentos ocorridos naquela época não seja deturpada... A Assembleia da República, eleita democraticamente depois da vitória do 25 de Novembro, tem grandes responsabilidades por as referidas homenagens ainda não se terem concretizado. Nem a pretexto do 25.<sup>o</sup> aniversário do 25 de Novembro tal ocorreu, apesar das propostas apresentadas por uma juventude partidária...*

Manuel Amaro Bernardo

---

<sup>2</sup> Não é totalmente verdade o que afirmei, já que os referidos militares mortos, junto ao Regimento de Polícia Militar, foram condecorados com a Ordem da Liberdade, a título póstumo, em 25 de Novembro de 1977, em Tancos. Ver "O Dia" de 26-11-1977.

## CARTA AO DIRECTOR DO *DIÁRIO DE NOTÍCIAS* <sup>1</sup>

Em relação ao seu editorial da edição de 18-11-2004, intitulado “Ernesto Melo Antunes”, para elucidação dos leitores, desejava fazer os seguintes comentários:

1. Compreende-se que Ramalho Eanes, muito ligado a Melo Antunes, naquela época, possa afirmar que este foi “coerente” e “talvez o mais importante dos actores do processo revolucionário”. No entanto já não será aceitável que o investigador e director do DN diga que “na questão da democracia esteve sempre do lado certo (...)”.

É que Melo Antunes cometeu bastantes erros. Em relação à democracia, foi ele próprio a fazer a autocrítica, quando afirmou ao “Le Nouvel Observateur”, cerca de uma semana antes do 25 de Novembro de 1975. (...) <sup>2</sup>

2. Em relação à descolonização o editorial é omissivo, tal como Maria M. Cruzeiro não procede com rigor científico ao não datar a entrevista para a “história oral”, conteúdo do livro agora publicado. Depreende-se que tenha sido feita em 1995 (quatro anos antes do seu falecimento). É que, posteriormente, Melo Antunes, em relação a este assunto, fez igualmente a sua autocrítica numa entrevista à RTP, em 1999:

(...) Muitos responsáveis políticos portugueses têm dito que a descolonização foi a que era possível. Acho que não é assim. Considero que a descolonização foi uma tragédia. Foi uma tragédia a forma como a descolonização acabou por se realizar.

(...) Assumo a responsabilidade das negociações para a descolonização não terem sido conduzidas de modo a tentar evitar situações, que acabaram por «descambar» naquilo que hoje existe nos ex-territórios portugueses africanos. (...)

Para se perceberem melhor os erros de Melo Antunes, em relação à descolonização, recordo a opinião do Major-General Manuel Monge (“Memórias da Revolução; Portugal 1974-1975”, 2004):

<sup>1</sup> Não foi publicada.

<sup>2</sup> Ver texto incluído no artigo sobre Salgueiro Maia, atrás reproduzido.

Foi feita na defesa dos interesses políticos e estratégicos da União Soviética, dos seus aliados e dos seus movimentos no terreno. Foi contra os interesses permanentes de Portugal, dos portugueses residentes em territórios sob a nossa administração e contra os interesses das suas populações.

19-11-2004

Manuel Amaro Bernardo

# CRONOLOGIA I

(DE 1 DE JANEIRO A 31 DE DEZEMBRO DE 1975)

DATA	CONTENIDO	CLASSIFICACAO/REFERENCIA
21	<p>- Acontecimento de 21 de Janeiro de 1975: O General Humberto de Alencar Gomes da Silva assume a chefia do Exército Brasileiro, dando início a uma nova fase de desenvolvimento político-militar, caracterizada por uma maior integração com o poder civil e a defesa da democracia.</p> <p>- Em 21 de Janeiro de 1975, o Exército Brasileiro celebra o aniversário de sua criação, marcando o início de uma nova era de desenvolvimento político-militar.</p> <p>- Em 21 de Janeiro de 1975, o Exército Brasileiro celebra o aniversário de sua criação, marcando o início de uma nova era de desenvolvimento político-militar.</p>	<p><b>V</b> <b>CRONOLOGIAS</b></p>
27	<p>- Manifestação de solidariedade em São Paulo.</p>	<p>- Manifestação de solidariedade em São Paulo.</p>
28	<p>- Dia da Mulher (8 de Março).</p>	<p>- Dia da Mulher (8 de Março).</p>
30	<p>- Oficial do Exército Brasileiro, o General José Carlos de Carvalho, assume a chefia do Exército Brasileiro, dando início a uma nova fase de desenvolvimento político-militar.</p> <p>- Oficial do Exército Brasileiro, o General José Carlos de Carvalho, assume a chefia do Exército Brasileiro, dando início a uma nova fase de desenvolvimento político-militar.</p>	<p>- Oficial do Exército Brasileiro, o General José Carlos de Carvalho, assume a chefia do Exército Brasileiro, dando início a uma nova fase de desenvolvimento político-militar.</p>



**CRONOLOGIA I**  
(25 DE JULHO A 11 DE NOVEMBRO DE 1975)

DATA	CONTINENTE	ULTRAMAR/ESTRANGEIRO
<b>JULHO</b>		
<b>25</b>		
<p>– Assembleia/MFA cria o <i>directório</i> com Costa Gomes, Vasco Gonçalves e Otelo S. Carvalho com ausência do futuro grupo dos Nove. Uma semana antes ocorrera grande comício/PS na Alameda Afonso Henriques, em Lisboa, e três dias antes tinha sido aprovada uma moção decisiva pelos oficiais/Infantaria, em Mafra.</p> <p>– Lei 8/75 legisla sobre procedimento criminal contra elementos da ex-PIDE/DGS e LP.</p> <p>– Assalto a várias sedes do PCP no N do País.</p> <p>– Congresso da Intersindical.</p>		
<b>27</b>		
<p>– Manifestação anticomunista em Braga.</p>		<p>– Tropas dos <i>Comandos/Páras</i> em acção de retaliação em Vila Alice/Luanda, contra o MPLA.</p>
<b>29</b>		
<p>– DL.s 406-A, B/75 legislam sobre a Reforma Agrária.</p>		
<b>30</b>		
<p>– Oficiais da RMN contra o Cmdt, Brig Eurico Corvacho, ligado à linha gonçalvista/MFA.</p> <p>– CR nomeia Directório com Costa Gomes, Vasco Gonçalves e Otelo Saraiva de Carvalho.</p> <p>– Assalto e destruição da sede/PCP em S. João da Madeira.</p>		<p>– Silva Cardoso, Alto-Comissário de Angola decide demitir-se do cargo.</p>

**31**

– 4 oficiais e mais de uma dezena de sargentos, apoiados pelo PCP, ocupam o R. Cmds, saneiam Jaime Neves e prendem outros oficiais.

**AGOSTO****01**

– MPLA controla Luanda, intensificando-se a ponte aérea Angola/Lisboa.

– EUA aprovam ajuda de 14 milhões de dólares à FNLA e UNITA.

– Em Díli/Timor confrontos entre FRETILIN e UDT, com vários mortos.

**02**

– Costa Gomes discursa em Helsínquia.

– Comité internacional de apoio ao PS, constituído em Estocolmo.  
– Deslocação a Angola de uma delegação/CR, com Rosa Coutinho, Carlos Fabião e Canto e Castro.

**03**

– Manifestação em Coimbra, em apoio do Episcopado Português.

– Assaltadas as sedes do PCP e MDP/CDE em Póvoa do Lanhoso.

– Militares/MFA impedem o assalto à sede/PCP, em Vila Nova de Famalicão.

– Lançamento da *Operação Iafeature* em Angola: aliança FNLA/UNITA, forças do Zaire, África do Sul e mercenários portugueses, com a coordenação da CIA.

**04**

– Otelo recusa apoio a Vasco Gonçalves para formar Governo.

– Plenário no R. Cmds, onde Otelo repõe Jaime Neves no comando e expulsa militares insubordinados.

**05**

– Comandos militares da área de Lisboa dão apoio a Vasco Gonçalves.

**06**

– Assalto e destruição de sedes/PCP, em Famalicão e do MDP/CDE, em Ponta Delgada.

**07**

– Entrega a Costa Gomes do *Doc. dos Nove*, publicado na Imprensa no dia seguinte.  
– Lei 9/75 legisla sobre *Tribunal Revolucionário* para implicados no 11 de Março.

**08**

– Posse do V Governo Prov. de Vasco Gonçalves, sem apoio do PS e do PPD.  
– Carta aberta de Mário Soares a Costa Gomes.  
– Suspensão, pelo CR, de elementos do *Grupo dos Nove*.  
– Nacionalização da CUF, Setenave, indústrias de transportes e cerveja.

**09**

– Conselho Mundial da Paz denuncia *conspiração imperialista* contra Portugal.

**10**

– Encontro Carlucci/Costa Gomes, antes de visitar Washington.  
– Reunião do Comité Central do PCP, em Alhandra, presidido por Álvaro Cunhal.  
– Início das transmissões da RTP nos Açores.

– Dirigentes da UDT regressam a Díli, após visita a Djacarta, na Indonésia.

– Força Militar sul-africana ocupa barragem de Calueque, no R. Cunene, a Sul de Angola.  
– Greve geral em Timor convocada pela UDT.

– Em Timor, a UDT desencadeia uma acção com ocupação de vários locais de Díli.

**11**

– Manifestação de apoio à Igreja, em Lamego e Braga, com destruição das sedes/PCP, MDP/CDE e União dos Sindicatos, nesta cidade.

**12**

– Apresentação do Documento do COPCON – *poder popular*, com apoio de PRP/BR, MES e UDP.

– DL 425/75 regulamenta Tribunal Revolucionário.

– Assaltadas as sedes do PCP, MDP, FSP, UDP e PRP/BR em Viseu.

**13**

– Reuniões das várias sensibilidades do MFA.

– Pinto Soares demite-se de Cmdt da Acad. Militar.

**14**

– Comício do PCP no Pav. de Desportos/Lisboa.

**15**

– Varela Gomes sai da 5.<sup>a</sup> Divisão.

– Proibidas as entrevistas de militares.

– Nacionalização da Covina e Pirites de Aljustrel.

**16**

– Manif. PS/PPD em apoio do *Grupo dos Nove*.

**17**

– Contestação dos oficiais e Un.s da RMN a Eurico

– Conflito generalizado em Timor, entre a UDT e a FRETILIN.

– Alto-Comissário int.<sup>o</sup> Ferreira de Macedo preside ao Governo de Angola, que nacionaliza banca e seguros.

– Confrontos no Lobito (Angola) entre MPLA, FNLA e UNITA, com elevado número de mortos e feridos.

Corvacho, que passam a depender da RMC.

**18**

- Assalto às sedes de Leiria, Ponte de Lima (1 morto) e Ponta Delgada.
- Vasco Gonçalves discursa em Almada.
- Saneamento de 24 jornalistas do *DN*.

**19**

- Eurico Corvacho é retirado da RMN, mas volta uma semana depois.
- Destruídas as sedes do PCP, MDP e MES, em Angra do Heroísmo.

**20**

- Assalto à sede do MDP/Porto.
- Ocupação de 12 herdades/Beja, com apoio de militares da EPA.
- Libertação de Barbieri Cardoso, por um comando do ELP.
- Otelo proíbe Vasco Gonçalves de entrar nas Unidades militares do COPCON.
- *Grupo dos Nove* tenta formar VI Governo Provisório com Carlos Fabião.
- Comunicado do MFA/Armada de apoio a Vasco Gonçalves.
- Manif. de apoio ao poder popular-100 000. (?)

**21**

- Aparecimento dos SUV no N do País.

- 23 militares portugueses são presos por timorenses afectos à UDT.

- Adesão de algumas Unidades militares à FRETILIN, que desencadeia a guerra civil em Timor.

- Prisão de Maggiolo Gouveia pela FRETILIN, em Díli/Timor.

**22**

– Nacionalização da Petroquímica, amoníaco e nitratos.

**23**

– Assalto a sedes/PCP e MDP/CDE em Bragança.

**24**

– Tentativa de assalto à sede/PCP em Faro. Início cerco sedes/PCP em Leiria e Arcos de Valdevez.

**25**

– Pinheiro de Azevedo proposto para Primeiro-Ministro.  
 – Criação da FUR no Centro de Sociologia Militar com FSP, LCI, LUAR, MES, MDP/CDE, PCP e PRP/BR.  
 – Sai o 1.º n.º de *A Luta*, dirigido por Raúl Rego.  
 – Continuação do encerramento de sedes/PCP e MDP nos Açores e expulsão de elementos PCP/Horta.

**27**

– Costa Gomes manda encerrar a 5.ª Divisão/EMGFA, por *Comandos* comandados por Jaime Neves.  
 – Carta aberta de Otelo a Vasco Gonçalves propondo-lhe a demissão: *Leia, medite e descanse...*

**28**

– Conferência de Imprensa/PCP: abandona a FUR.

– DL 458/75 suspende vigência dos Acordos de Alvor sobre Angola, mantendo 11-11-1975 como data da independência.  
 – Dos reforços pedidos de Angola, apenas segue uma companhia de pára-quedistas.

– Lemos Pires, com 100 militares, transfere a administração de Timor para a ilha do Ataúro.

**30**

– CR demite Vasco Gonçalves de Primeiro-Ministro e nomeia-o CEMGFA.

**31**

– Morais da Silva extingue o gabinete de coordenação MFA/FAP.

– 6000 culatras de Esp. G 3 transferidas de Lisboa para a RMC.

– Recrudescimento de actividades do ELP, MDLP, FLA e FLAMA.

## **SETEMBRO**

**01**

– Sucessivos contingentes militares recusam-se a embarcar para Angola.

– Nacionalização dos estaleiros de Viana do Castelo.

**02**

– Assembleia/Exército/MFA propõe a reestruturação da Assembleia/MFA e não aceita Vasco Gonçalves para CEMGFA.

**03**

– Assembleias de delegados da Força Aérea e Marinha.

**04**

– Costa Gomes reúne com *Grupo dos Nove*, com vista Assembleia/MFA.

– Posse do Alto-Comissário para Angola, Leonel Cardoso.

– Recrudescimento da guerra civil em Angola unindo-se a FNLA e UNITA em várias áreas.

– Intensificação da ponte aérea Angola/Lisboa: 700 retornados por dia.

– Almeida Santos reúne-se em Ataúro/Timor com Lemos Pires.

– General Spínola visita Paris, Espanha e Suíça.

**05**

– Assembleia/MFA em Tancos, com reestruturação do CR e a extinção do directório.

**06**

– Transmissão dos SUV na RTP e no RC Português.  
 – Grupo do ELP furta 200 Kg de dinamite na SPE.  
 – Campanha de dinamização “Maio Nordeste”.

**09**

– Lei 11/75 impõe censura à Imprensa sobre assuntos militares, não cumprida pelos OCS.  
 – Forças/RPM recusam o embarque para Angola.  
 – Eurico Corvacho exonerado do comando da RMN.

**10**

– Roubo de 1000 Esp. G 3 pelo Cap. Fernandes, que são entregues ao PRP/BR.

**11**

– Manifestação dos SUV no Porto.

**12**

– Vasco Gonçalves exonerado.  
 – Substituição de Eurico Corvacho por Pires Veloso, na RMN.  
 – Ocupação de casas do FFH na Baixa da Banheira e Fogueteiro.

**15****17**

– Assembleia/MFA da Armada.

– Criado em Londres Comité de Solidariedade, presidido por Willy Brandt.

– FRETILIN propõe negociações a Portugal, para a independência de Timor.

– Prossegue a ponte aérea Angola/Lisboa, chegando, nesta data, 1500 retornados.

– Tropas do Zaire (2 bat.s) reforçam a FNLA.

– Cimeira/SPD em Bona, em apoio de Mário Soares.

– Tropas da África do Sul reforçam a UNITA.

**18**

- Paralisação no Alentejo pela Reforma Agrária.
- CR revoga a Lei 11/75.

**19**

- Posse do VI Governo Prov.<sup>o</sup> de Pinheiro de Azevedo com base nos resultados das eleições de 25-4-1975.

**21**

- Manif./SUV no Porto, com 1500 soldados fardados.

**22**

- Deficientes das FA iniciam vários dias de luta, com ocupação de estações de rádio, das portagens/acesso a Lisboa, linha de Cascais e barricadas em Belém.

**23**

- DL 520/75 cria o SPJM.

**25**

- Manifestação dos SUV em Lisboa.

**26**

- Acidente com bomba provoca a morte de três elementos/ELP, em Monsanto.

**27**

- Destruição da embaixada e consulado de Espanha/Lisboa por manif.s da esquerda revolucionária.
- Assembleia/MFA sabe

- Criado o MAC em Timor, resultante da aliança da UDT com a APODETI.

- *New York Times* noticia apoio financeiro dos EUA ao PS, através de partidos e sindicatos europeus.

da formação do AMI.

– Costa Gomes inicia visita à Polónia e URSS.

## 28

– Grupo de Deficientes/FA cerca o Governo, em S. Bento. Actuação de 1 C. Cmds normaliza situação.

– Sá Carneiro retoma o cargo de Secretário-geral do PPD.

## 29

– Ocupação das estações de Rádio e TV: ordens de Pinheiro de Azevedo.

– Vaías a Otelu numa manifestação da extrema-esquerda nos Restauradores/Lisboa.

## 30

– Manif. do PS e PPD de apoio ao VI Governo, no Terreiro do Paço.

– Exoneração do Gen. grad. Pinto Ferreira do Comando-Geral da GNR.

## OUTUBRO

### 01

– Notícias na Imprensa s/golpe de direita e outro de esquerda.

– Governo manda desocupar estações de rádio e TV, com excepção da RR.

– Manif. de rurais do Alentejo, em Lisboa.

– A FRETILIN controla território de Timor Leste.

– Unidades militares da África do Sul chegam a Silva Porto/Angola, em apoio da UNITA.

**03**

- Conflito CICAP/RASP no Porto.
- Manif./PS em apoio do R. Cmds, na Amadora.
- Embarque de 110 pára-quedistas para Angola.

**04**

- Desactivação/CICAP ordenada por Pires Veloso.

**05**

- Tropas cubanas desembarcam em Porto Amboim/Angola, em apoio do MPLA.

**06**

- Manif. de rurais/Alentejo em Lisboa, em apoio do RALIS.
- Militares/RASP ocupam o CICAP/Porto, exigindo o saneamento de Pires Veloso. Confrontos de elementos do PPD com militares do RASP.

- Corveta da Marinha chega a Timor.

**07**

- Plenário de militares e civis do DGMG decide suspender fornecimento de armamento ligeiro.
- Reunião de Otelo e CEME com Unidades esquerdistas/Lisboa, no RALIS. Ausentes R. Cmds, CIAAC, EPI e EPC.
- Manif. de metalúrgicos em Lisboa.
- Incidentes no Funchal FLAMA/comunistas.

**08**

- Manif. do PPD, no Porto, em apoio de Pires Veloso, provoca algumas centenas de feridos.

– Manif./PS, em Coimbra, de apoio a Franco Charais da RMC.

### 09

– Criação do AMI, comandado por Melo Egídio, com comandos, páras e fusos.

– Rebelião dos soldados do RASP.

– Manifestação dos SUV em Coimbra.

### 10

– Manif./PS no Porto, em apoio de Pires Veloso.

– Manifestação do PS em Lisboa.

– Extinção da Comissão “ad-hoc” para a Imprensa.

### 13

### 14

– Fim da rebelião no RASP com condições negociadas pelo CEME, depois não cumpridas por Pires Veloso.

### 15

– Governo manda selar instalações da RR/Lisboa.

– Manifestação dos SUV em Évora.

### 21

– Manif./esquerda revolucionária termina com assalto à RR e desselagem dos emissores.

– Publicação 1.<sup>a</sup> ref.<sup>a</sup> à Frente Militar Única, para contrariar acção dos SUV.

– Tropas sul-africanas reforçam a UNITA.

– Proposta de Melo Antunes à ONU para encontro entre movimentos angolanos, rejeitada pelo MPLA.

– Tropas sul-africanas, com elementos FNLA e UNITA, entram em Angola pelo sudoeste africano.

**23**

– As Brigadas Revolucionárias regressam à clandestinidade.

**25**

– Atentado bombista contra a tipografia do PCP/Porto.  
– Atentado bombista contra a Casa de Angola/Lisboa.  
– Manif./FUR ocupa Governo Civil/Faro que, na madrugada, é desocupado pela pressão de manifestação do PS/PPD/CDS.

**26**

– Manif. de apoio Governo, no Porto, com Mário Soares e Sá Carneiro.

**27**

– Panfletos do MDLP/Alpoim Calvão referem próxima libertação.  
– Brig. Passos Esmeriz toma posse do Comando Geral da GNR.

**28**

**29**

– *DN* e *Século* noticiam previsto golpe de direita pela FAP, denunciado por uma Comissão de Vigilância Revolucionária da Força Aérea.  
– Manif. s/SUV no Porto e no Entroncamento.

– Tropas sul-africanas com mercenários portugueses (Agr. ZULU), entram pelo Sul de Angola.  
– MPLA declara a mobilização geral para enfrentar as colunas que avançam sobre Luanda.

– UNITA anuncia ocupação de Sá da Bandeira.

– Melo Antunes nos EUA, onde Ford oferece novo auxílio económico a Portugal.

**30**

- Trabalhadores do *Século* não deixam sair o jornal como protesto contra a direcção pró-comunista.
- Detenção, no seminário/Braga, de dois oficiais do MDLP.

**31**

- Bombas nos CT/PCP em Fafe e V. N. Famalicão.

**NOVEMBRO****01****03**

- *Século* e *DN* publicam comunicados/CVRFA e dos SUV sobre planos de manobra contra-revolucionária.
- Pereira Pinto, Graça Cunha e Costa Martins afastados do CR pela Assembleia MFA/FAP.
- Carlucci em digressão pelo N do País apela contra a implantação do comunismo.

**04**

- *Luta e Jornal Novo* publicam comunicado da FMU contra o PCP e em apoio do “Grupo dos Nove”.

**05**

- COPCON prende onze suspeitos de pertencerem ao ELP e FAC/LP.

- UNITA anuncia ocupação de Moçâmedes.
- Chegam ao Congo Brazaville 800 conselheiros cubanos em apoio do MPLA.

- Fim da ponte aérea Luanda/Lisboa (235 315); e 30 000 para África do Sul e 17 000 para o Brasil.

- Dossier Timor discutido entre Melo Antunes e Adam Malik, em Roma.

– Petardos explodem no Porto, Gaia, Águeda e Ponta Delgada.

**06**

– Confrontos entre agricultores/rurais em Santarém provocam dois mortos e 22 feridos.  
– Frente-a-frente na TV, Mário Soares/Álvaro Cunhal.

**07**

– Por ordem do CR, 60 páras/BETPQ do AMI destroem à bomba os emissores da RR.

**08**

– Páras/BETPQ pedem para ser colocados à ordem do COPCON.  
– Manifestação de protesto contra a destruição da RR.  
– Rebentamento de petardo no gabinete/Primeiro-Ministro.

**09**

– Manifestação de apoio ao Governo, no Terreiro do Paço/Lisboa.  
– PRP apela à revolução armada.

**10**

– Rebelião dos páras/BETPQ.  
– 123 oficiais abandonam a BETPQ.

**11**

– Oteló promete apoio a sargentos e praças páras da BETPQ.  
– PRP apela à insurreição armada.

– MPLA admite antecipar data de proclamação da independência.

– EUA reconhecem publicamente apoio à FNLA e à UNITA.

– Ponte aérea e naval soviética desembarca tropas cubanas em Luanda.  
– FNLA é repelida pelo MPLA num ataque a Cabinda.  
– Tropas sul-africanas suspendem a marcha sobre Luanda, no R. Queve (a Sul).

– Criado o Conselho Nacional da Revolução com FNLA e UNITA e feito protocolo com vista à proclamação da independência.

– Agostinho Neto proclama, em Luanda, a Rep. Popular Angola.  
– FNLA e UNITA proclamam no Huambo, a Rep. Democrática de Angola.



## CRONOLOGIA II

(12 DE NOVEMBRO DE 1975 A 25 DE ABRIL DE 1976)

### NOVEMBRO (1975)

**12**

– Lei 13/75 cria o Tribunal Militar Conjunto para julgar processos decorrentes da Lei 8/75.

– Greve dos operários da construção civil.

– CAP, PS e PPD organizam barricadas em Rio Maior.

**13**

– Cerco do Parlamento por cerca de 100 000 (?) operários da construção civil, sequestrando os deputados e o Primeiro-Ministro, durante 36 horas. (?)

– Rompimento de Pinheiro de Azevedo com Otelo S. Carvalho.

**14**

– Manifestação no Porto do PS, PPD, CDS, AOC e PCP (m-l) de apoio ao Governo, com destruição da sede da União de Sindicatos.

– Mensagem de Costa Gomes à Nação.

– Líderes e grupos parlamentares do PS, PPD e CDS deslocam-se para o Porto.

**15**

– Reunião/*Grupo Militar e Grupo dos Nove* nas Laranjeiras/Lisboa.

– Bombas em Melgaço e Matosinhos.

**16**

– Manifestação em Lisboa contra o Governo – 200 000 (?) manifestantes.

**17**

– CEMFA extingue administrativamente a BETPQ. Os páras recusam-se a aceitar esta decisão, ficando a comandar o Major Pessoa.

– *DN e Século* anunciam golpe reaccionário para o dia 19.

– Dirigentes do PS, PPD e CDS regressam a Lisboa.

**18**

– Governo auto-suspende-se.

– General Spínola faz digressão pelos EUA.

– Otelo não aceita sair do comando da RML.

– Bomba na Livraria do *DN*/Lisboa.

**19**

- Costa Gomes recebe Carlucci, e Pinheiro de Azevedo, Kalinin.
- O CEMFA, Gen. Moraes da Silva, determina a passagem à licença registada de 1200 pára-quedistas de Tancos.

**20**

- CR extingue o AMI e nomeia Vasco Lourenço comandante da RML.
- Manif./poder popular em Belém, recebida por Costa Gomes e Otelo. Lido manifesto dos Oficiais Revolucionários, com apelo ao "exército revolucionário armado".
- Jaime Neves avisa Costa Gomes de que o R. Cmds *quer isto na ordem*.
- Na Assembleia Constituinte PS, PPD e CDS atacam PCP e extrema-esquerda.

**21**

- Juramento de Bandeira no RALIS, segundo fórmula revolucionária.
- Reunião de comandantes das Un.s / RML, que querem manter Otelo em comandante da RML.

**22**

- Vasco Lourenço desiste da nomeação para a RML e Costa Gomes adia decisão para reunião do CR, em 24.
- Início da concentração de meios aéreos na Base da Cortegaça.

**23**

- Comício do PS, na Alameda Afonso Henriques, contra PCP e exigindo a definição de Costa Gomes.
- Desembarque de tropas vindas de Angola, em que os páras de Tancos tentam aliciar os outros páras.
- Costa Gomes reconhece a RPA.

**24**

- Secretariado das CTs/CI Lisboa convocam greve contra nomeação de Vasco Lourenço e pela demissão de Pires Veloso, Jaime Neves, Altino Magalhães e Moraes da Silva.
- CAP corta a estrada Lisboa/Porto em Rio Maior, às 18H00.

**25**

- De madrugada, CR confirma Vasco Lourenço no comando da RML.
- Com ordem emanada do COPCON, tropas/BETPQ avançam, pelas 05H40, para a ocupação das Bases Aéreas de Tancos, Ota, Montijo e

Monte Real e o Comando da 1.<sup>a</sup> RA, em Monsanto, enquanto a EPAM ocupa a TV, no Lumiar, e o RALIS toma posições no exterior do seu quartel.

– O Presidente da República decreta o Estado de Sítio na região de Lisboa.

– Tropas do RPM ocupam a EN às 17H00, tendo a emissão passado para o Porto, às 20H45.

– Às 19H15, Jaime Neves, com duas C. Cmds reforçadas, liberta o comando da 1.<sup>a</sup> RA/Monsanto.

– Tropas/RMN cortam transmissão da TV/Lisboa, na Lousã, ligando ao Porto, às 21H10.

– Às 21H15 Costa Gomes comunica através da TV e da Rádio que decretou o estado de sítio na RML.

– O ERec do RCE instala-se em Castanheira do Ribatejo.

– Uma companhia da EPI instala-se no GDACI (Monsanto), substituindo o pessoal do R. Cmds.

## 26

– De madrugada, um grupo de combate da EPI (Monsanto) entra no Forte de Almada e procede à transferência de G3 para o DGMG (Beirrolas).

– Cerca das 08H00, tropas do RCmds cercam o RPM, havendo tiroteio (3 mortos) e, depois da ocupação do quartel, a prisão dos oficiais do comando – Campos de Andrada, Mário Tomé e Cuco Rosa.

– Tropas da RMN reforçam a RML.

– E Rec do RCE chega a Setúbal para controlar as massas populares, em reforço do RIS.

– ECC/EPC, sob o comando de Salgueiro Maia, chega à entrada de Lisboa e estaciona no DGMG.

– “Comandos” recebem a rendição do RALIS na Encarnação.

– Melo Antunes afirma, na TV, que o PCP é “indispensável na construção do socialismo”.

## 27

– Detidos em Custóias várias dezenas de militares por alegada implicação no golpe.

– Forças do R. Cmds intervêm no COPCON e prendem vários oficiais, com a excepção de Otelo.

– Carlos Fabião e Otelo S. Carvalho destituídos respectivamente de CEME e de Comandante do COPCON.

– Ten-Coronel Ramalho Eanes nomeado CEME interino.

– O CR demite todos os membros das administrações das empresas jornalísticas, suspendendo as respectivas publicações. São reconduzidos os sediados no Porto.

**28**

- O VI Governo provisório retoma funções.
- Anunciado início do inquérito aos acontecimentos do 25 de Novembro.
- Mandados de captura contra Varela Gomes, Durand Clemente, Costa Martins e vários membros da LUAR, PRP, MES e FSP.
- FRETILIN declara unilateralmente a independência de Timor-Leste.

**29**

- Souto Cruz nomeado CEMA, por Costa Gomes.

**30**

- Costa Gomes, em visita ao R. Cmds, diz que a situação está controlada. Jaime Neves contrapõe dizendo que “o Regimento ainda não está satisfeito”.

**DEZEMBRO****02**

- Fim do Estado de Sítio na R.M. Lisboa.
- Reunião da Assembleia Constituinte, com PS, PPD e CDS a acusar o PCP de envolvimento no golpe.
- Suspensos 34 funcionários da RTP por alegada participação no golpe/25 de Novembro.

**03**

- Suspensos 42 funcionários da Emissora Nacional e mais seis, dois dias depois.

**04**

- PS, PPD e CDS defendem a revisão do Pacto MFA/Partidos.

**05**

- Governo nomeia novas administrações para DN, O Século, A Capital, Jornal do Comércio, Diário de Lisboa e Diário Popular.

**06**

- Início do 2.º Congresso extraordinário do PPD.

**07**

- Invasão de Timor-Leste pela Indonésia e Portugal solicita a intervenção da ONU.

– Álvaro Cunhal, em comício do PCP, no Campo Pequeno, afirma que “a esquerda sofreu pesada derrota no 25 de Novembro”.

**08**

– Em Rio Maior, o General Galvão de Melo, num encontro do CDS, diz que “é preciso atirar os comunistas ao mar”.

– Em Timor, a administração portuguesa abandona a Ilha do Ataúro e regressa a Portugal.

**09**

– Tomada de posse de Ramalho Eanes como CEME e de Vasco Lourenço como comandante da R.M. Lisboa.

– Forças militares cercam algumas sedes do PCP e da LUAR, procurando armas e munições.

– Na sequência do Congresso do PPD, vários elementos abandonam o partido: Emídio Guerreiro, José Augusto Seabra, Mota Pinto, Castro Caldas, Vasco Graça Moura, Carlos Macedo e Sá Borges.

**11**

– CR exonera Rosa Coutinho de presidente dos Serviços de Apoio e substitui-o por Sousa e Castro.

– Publicação de Lei Constitucional para as Forças Armadas.

– “Diário Popular” e “Jornal do Comércio” voltam a publicar-se e sai o primeiro número de “O Dia”.

**12**

– Comunicado da PR afirma serem 118 o n.º de presos por envolvimento no 25 de Novembro.

**14**

– Em Rio Maior, 60 000 agricultores da CAP, dirigida por José Manuel Casqueiro, definem a Lei da Reforma Agrária, como “uma lei anárquica”.

**15**

– Voltam a publicar-se o “Diário de Lisboa e “A Capital”.

**17**

– Delegação composta por Melo Antunes, Ramalho Eanes, Canto e Castro e Martins Guerreiro, reúne com os partidos políticos (CDS, PPD, PS, MDP/CDE e PCP) pedindo-lhes um projecto de revisão do Pacto MFA/Partidos até 30 de Dezembro.

**20**

– Por ordem do CEME, o Gen. Vasco Gonçalves é demitido de Director do IAEM.

**22**

– O DN volta a publicar-se com uma direcção afecta ao PS: Vítor Cunha Rego e Mário Mesquita, e a “República” é encerrada.

– É conhecida a 1.<sup>a</sup> resolução da ONU sobre Timor-Leste, exigindo a retirada das tropas indonésias.

**23**

– O CR nomeia Marques Júnior para superintendente da Comissão de Inquérito do 25 de Novembro e delega competência ao Major Canto e Castro para apreciação de recursos sobre saneamento da função pública.

– Extinção do Tribunal Militar Revolucionário e dada competência aos Tribunais Militares para julgarem os implicados no 11 de Março.

**26**

– Lei n.º 17/75 aprova as bases fundamentais para a reorganização das FA.

– Lei n.º 18/75 altera Lei n.º 8/75 de 25 de Julho e determina que os funcionários e colaboradores das extintas DGS e LP sejam julgados por Tribunais Militares.

**29**

– O “Século” retoma a sua publicação dirigida por Manuel Magro.

– Forças indonésias descem a última bandeira portuguesa de Portugal em Timor, na Ilha do Ataúro.

## **JANEIRO (1976)**

**03**

– Entrevista com elementos do ELP, no “New York Times”, que reivindicam quota parte de responsabilidade nas acções anticomunistas do Verão anterior.

**04**

– Iniciam-se emissões da RDP, que absorverá todas as emissoras oficiais e particulares, com excepção da Rádio Renascença.

**05**

– Acordo partidário para manutenção de governo com PS, PPD e PCP e considera ilegais todas as ocupações de terras realizadas a Norte de Lisboa.

**09**

– Publicado o primeiro n.º do “País”, sob a direcção de José Vacondeus.

**10**

– Publicado o primeiro n.º de “O Diário”, ligado ao PCP, sob a direcção de Miguel Urbano Rodrigues.

**12**

– Mandado instaurar um processo a Otelo S. Carvalho, na sequência da publicação do relatório preliminar do 25 de Novembro.

**13**

– MFA aceita proposta dos partidos para PR ser eleito por sufrágio universal.

– Reabre a Bolsa de Valores de Lisboa.

**14**

– Atentado bombista destrói as instalações do SAAL/Norte, no Porto.

**17**

– PCP promove manifestação, em Lisboa, “contra o aumento do custo de vida”.

**18**

– Atentado bombista contra loja de militante do MDP/CDE de Santo Tirso.

**19**

– Atentado bombista contra casa de militante do PCP em Bragança.

– Reorganização do MDLP, devido a contestação de Alpoim Calvão por sectores operacionais.

**20**

– Prisão de Otelo S. Carvalho, na sequência do processo mandado instaurar (25 de Novembro).

– Decreto-Lei n.º 43/76 institui o quadro legal de apoio aos deficientes das FA.

**22**

– Em comunicado, a Intersindical confirma o apelo feito em 25 de Novembro, para mobilização dos trabalhadores para defender postos de abastecimento de água e energia eléctrica, face à concentração da CAP em Rio Maior.

**13**

– Decreto Lei n.º 189/76 aprova o Estatuto da Empresa Pública RTP.

**15**

– Decreto Lei n.º 189 A/76 cria e regulamenta o Provedor de Justiça, sendo nomeado o Ten-Coronel Costa Brás.

**16**

– Violentos confrontos em Évora, entre militantes do CDS e trabalhadores agrícolas.

**20**

– 2.º Congresso da UDP.

**22**

– Atentado bombista na Faculdade de Economia do Porto, atribuído ao ELP.

**23**

– Sousa e Castro, como porta-voz/CR afirma: “As FA deixarão de estar presentes no Governo depois das eleições de 25 de Abril de 1976”.

**25**

– Governo aprova os estatutos da empresas públicas Petróleos de Portugal e CINPOR/Cimentos de Portugal.

**31**

– Criado o GIS (Grupo de Intervenção Socialista), com “independentes de esquerda” (ex-MES), como Jorge Sampaio, César Oliveira, José Manuel Galvão Teles e Joaquim Mestre.

**ABRIL****02**

– A Assembleia Constituinte aprova, com a abstenção do CDS, a nova Constituição da República.

– Um anexo ao Relatório Preliminar do 25 de Novembro conclui ter havido envolvimento de alguns sindicatos, organizações políticas e meios de Comunicação Social no 25 de Novembro.

– Início da campanha eleitoral para as eleições legislativas.

– Atentado bombista, atribuído ao MDLP, provoca a morte do Padre Maximino Sousa (“Max”) e de uma jovem estudante.

**08**

– Notícias em Portugal sobre o “Caso Walraff”, que incluía a aquisição de armamento para o MDLP.

**09**

– O “Diário do Governo”, jornal oficial da República, muda para “Diário da República”

**10**

– Num comício do PPD, em Beja, registam-se incidentes graves, com um morto e três feridos.

**15**

– Nota do Episcopado, onde relembra os fiéis para a “interdição de votar em partidos que se oponham à concepção cristã do homem e da sociedade”, a designada “Frente Marxista”: PS, PCP e extrema-esquerda.

**22**

– Criado o MSU (ex-FSP, LUAR e MES) com militantes como António Vitorino e Rui Namorado.

– Publicado o n.º 1 da revista “Opção”, dirigida por Artur Portela Filho.

– Um fictício MAP (Movimento Anticomunista Português) reivindica o ataque bombista, nesta data, contra a Embaixada de Cuba/Lisboa, que provocou dois mortos e alguns feridos. Seria provado em Tribunal Militar, em 1978, que foram elementos do MDLP. Este Movimento viria a suspender as suas actividades uma semana depois (29), por ordem do General António de Spínola, ainda no estrangeiro.

**24**

– É libertado o último dos militares presos na sequência do 25 de Novembro.

**25**

– Eleições legislativas com os seguintes resultados: PS-35%; PPD-24%; CDS-15,9%; PCP-14,6%; e UDP-1,7%.

NOTA:

Dados retirados, entre outras fontes, de:

– Boaventura de Sousa Santos, Maria Manuela Cruzeiro e Maria Natércia Coimbra. *O Pulsar da Revolução; Cronologia da Revolução de 25 de Abril (1973-1976)*. Porto, Ed. Afrontamento, 1997.

- João Paulo Guerra. *Descolonização Portuguesa; o Regresso das Caravelas*. Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1996.
- Aniceto Afonso. *Diário da Liberdade*. Lisboa, Ed. Associação 25 de Abril / Ed. Notícias, 1995.
- Pedro Cardoso. *Cronologia Geral*. Lisboa, Ed. I.S.C.P. e Academia Internacional de Cultura Portuguesa, 1995.
- Alberto Ribeiro Soares. *Militares Revolucionários; 1975: um Retrato-Robot* (obtido da leitura do Expresso). Lisboa, Ed. Futuro Presente, 1994.
- Manuel Branco (pseudónimo de Manuel Amaro Bernardo). *Os Comandos no Eixo da Revolução; Crise Permanente do PREC; Portugal 1975-76*. Lisboa, Ed. Abril, 1977.
- Manuel Amaro Bernardo. *Memórias da Revolução; Portugal 1974-1975*. Lisboa, Prefácio, 2004.
- Pezarat Correia. *Angola; Do Alvor a Lusaka*. Lisboa, Hugin, 1996.

VI  
DOCUMENTOS



# PESSOAL INTERVENIENTE EM 25/26 DE NOVEMBRO DE 1975

## REGIMENTO DE COMANDOS

### Comando

COR. INF. <sup>3</sup>	"CMD"	50575411	JAIME ALBERTO GONÇALVES DAS NEVES
MAJ. INF. <sup>3</sup>	"CMD"	50180811	LUIS CARLOS LOUREIRO CADETE
CAP. INF. <sup>3</sup>	"CMD"	50995011	ARNALDO JOSÉ RIBEIRO DA CRUZ
CAP. INF. <sup>4</sup>	"CMD"	31039562	ANTÓNIO J. ALVES RIBEIRO DA FONSECA
CAP. INF. <sup>3</sup>	"CMD"	80101068	FRANCISCO JOSÉ DE A. LOPES MARTINS
ALF. INF. <sup>3</sup>	"CMD"	08367674	MANUEL CARNEIRO TEIXEIRA
ALF. INF. <sup>4</sup>	"CMD"	01113175	JORGE FILIPE MOUTINHO BARREIRA

### Companhia de Comandos N.º 112/74

CAP. INF. <sup>3</sup>	"CMD"	62721965	ANTÓNIO JOSÉ AFONSO LOURENÇO
TEN. INF. <sup>3</sup>	"CMD"	07596372	JOSÉ EDUARDO OLIVEIRA COIMBRA
ALF. MIL. <sup>9</sup>	"CMD"	03678874	ALBINO CASADO NEIVA
ALF. MIL. <sup>9</sup>	"CMD"	08818373	JOAQUIM RUI COSTA DA CRUZ
ALF. MIL. <sup>9</sup>	"CMD"	06408274	RICARDO JOSÉ G. BARROS
ALF. MIL. <sup>9</sup>	"CMD"	06862073	MANUEL ANTÓNIO A. COSTA
ALF. MIL. <sup>9</sup>	"CMD"	08145474	CARLOS MARTINS PEREIRA
ALF. MIL. <sup>9</sup>	"CMD"	15830570	MANUEL ANTÓNIO MARTINS INFANTE
ALF. MIL. <sup>9</sup>	"CMD"	12057574	JOSÉ ANTÓNIO SILVA CONCEIÇÃO
2.º SAR INF	"CMD"	22907711	ANTÓNIO DA COSTA PACHECO
FUR. MIL. <sup>9</sup>	"CMD"	05712774	JOSÉ M. SANTOS
FUR. MIL. <sup>9</sup>	"CMD"	08231874	JOSÉ A. S. CAMPOS
FUR. MIL. <sup>9</sup>	"CMD"	09426674	ANTÓNIO JOSÉ BORGES MACEDO
FUR. MIL. <sup>9</sup>	"CMD"	09458974	HELDER M. VENTURA
FUR. MIL. <sup>9</sup>	"CMD"	09530574	JOSÉ C. AFONSO HENRIQUES
FUR. MIL. <sup>9</sup>	"CMD"	09696471	JOSÉ LUIS PRATA E. COSTA
FUR. MIL. <sup>9</sup>	"CMD"	09940674	ANTÓNIO MANUEL DA ROCHA
FUR. MIL. <sup>9</sup>	"CMD"	10072574	ANTÓNIO COSTA MAIA E SILVA
FUR. MIL. <sup>9</sup>	"CMD"	10359074	VALDEMAR VAZ MALVA
FUR. MIL. <sup>9</sup>	"CMD"	10635174	ALTINO JOSÉ MOREIRA DUARTE
FUR. MIL. <sup>9</sup>	"CMD"	11430074	FERNANDO MACHADO BARTOLOMEU
FUR. MIL. <sup>9</sup>	"CMD"	11711474	AMADEU VIEIRA DOS SANTOS
FUR. MIL. <sup>9</sup>	"CMD"	13412974	MÁRIO G. AFONSO
FUR. MIL. <sup>9</sup>	"CMD"	15555074	MÁRIO JOSÉ C. MARQUES
FUR. MIL. <sup>9</sup>	"CMD"	18876074	ANTÓNIO S. ALVES
FUR. MIL. <sup>9</sup>	"CMD"	19361374	CARLOS JOSÉ S FIGUEIRA
FUR. MIL. <sup>9</sup>	"CMD"	11841474	JOSÉ MANUEL GOMES HORTA
1.º CABO	"CMD"	08699673	JOAQUIM M. MARQUES
1.º CABO	"CMD"	12112373	EMILIO MARCELO
1.º CABO	"CMD"	18175473	JOSÉ M. J. GRANJEIRO
1.º CABO	"CMD"	02078674	HORÁCIO S. G. FERREIRA
1.º CABO	"CMD"	02470474	CARLOS M. P. SILVA
1.º CABO	"CMD"	03186574	MANUEL S. LEITÃO
1.º CABO	"CMD"	04322574	MANUEL A. F. MAGALHÃES
1.º CABO	"CMD"	05284574	MÁRIO G. REIS
1.º CABO	"CMD"	07022574	JORGE M. O. GRAÇA
1.º CABO	"CMD"	08691374	ANTÓNIO F. M. OLIVEIRA
1.º CABO	"CMD"	09781873	ABILIO J. S. DUARTE
1.º CABO	"CMD"	13638174	JOAQUIM SALSEDAS

I.º CABO	"CMD"	13745974	LUIS S. LOPES
I.º CABO	"CMD"	14715374	JOSÉ M. ALMEIDA
I.º CABO	"CMD"	17580473	ABILIO BARROS SOUSA
SOLDADO	"CMD"	00628072	MANUEL A. R. FERNANDES
SOLDADO	"CMD"	02647174	GABRIEL M. CONCEIÇÃO
SOLDADO	"CMD"	02452974	CARLOS A. OOLVEIRA
SOLDADO	"CMD"	02394774	JACINTO J. B. PORTO
SOLDADO	"CMD"	11755073	JOAQUIM F. C. SOARES
SOLDADO	"CMD"	13164974	JOAQUIM M. CASTRO
SOLDADO	"CMD"	13264873	HELDER M. OLIVEIRA
SOLDADO	"CMD"	13715273	JOSÉ SOARES VENTURA
SOLDADO	"CMD"	18614073	JOÃO FERNANDO C. NUNES
SOLDADO	"CMD"	00090774	ANTÓNIO M. ANICETO
SOLDADO	"CMD"	00101774	JOÃO B. FERNANDES
SOLDADO	"CMD"	00343874	JOSÉ S. TORRADO
SOLDADO	"CMD"	00763774	ANTÓNIO L. VALENTIM
SOLDADO	"CMD"	01473174	HORÁCIO BERNARDO
SOLDADO	"CMD"	01677674	MANUEL A. M. PAIVA
SOLDADO	"CMD"	01992674	JOSÉ A. C. N. SALGADO
SOLDADO	"CMD"	02649974	ANTÓNIO MARTINS
SOLDADO	"CMD"	02976974	AUGUSTO OLIVEIRA
SOLDADO	"CMD"	03466274	ADELINO PEREIRA
SOLDADO	"CMD"	03887274	JOAQUIM A. GOMES
SOLDADO	"CMD"	04326674	JOÃO NAVALHO
SOLDADO	"CMD"	04504374	JOSÉ A. P. BOTELHO
SOLDADO	"CMD"	04510474	ANTÓNIO P. RAMOS
SOLDADO	"CMD"	04931774	DANIEL F. GODINHO
SOLDADO	"CMD"	05406174	JOSÉ A. R. NORTE
SOLDADO	"CMD"	19702274	MANUEL S. CUNHA
SOLDADO	"CMD"	02199974	FRANCISCO C. BASTOS
SOLDADO	"CMD"	00836274	VICTOR M. G. DUARTE
SOLDADO	"CMD"	05493474	MÁRIO P. LOPES
SOLDADO	"CMD"	05641874	JOSÉ GRAÇA PRIOSTES
SOLDADO	"CMD"	06099274	MANUEL M. V. SERRA
SOLDADO	"CMD"	06807774	MANUEL P. SOUSA
SOLDADO	"CMD"	07674374	ANTÓNIO I. A. SOARES
SOLDADO	"CMD"	07510174	MANUEL D. ROCHA
SOLDADO	"CMD"	07857874	MÁRIO A. SANTOS
SOLDADO	"CMD"	08699074	JOAQUIM F. PSOUSA
SOLDADO	"CMD"	09063574	ALÍPIO M. C. RODRIGUES
SOLDADO	"CMD"	10009174	ELEUTÉRIO M. COELHO
SOLDADO	"CMD"	10042974	MANUEL M. MATEUS
SOLDADO	"CMD"	10237374	ORLANDO J. M. CARVALHEIRA
SOLDADO	"CMD"	10661174	FERNANDO A. B. CANHOTO
SOLDADO	"CMD"	11607574	ANTÓNIO L. GONÇALVES
SOLDADO	"CMD"	13122074	ANTÓNIO C. S. PAIS
SOLDADO	"CMD"	13377574	ANTÓNIO FREITAS
SOLDADO	"CMD"	14367674	CÉSAR M. FERREIRA
SOLDADO	"CMD"	18879474	ALBERTO A. P. RUAS

### Companhia de Comandos N.º 113/75

CAP. ART.º	"CMD"	13908469	MANUEL ANTÓNIO APOLINÁRIO
ALF. MIL.º	"CMD"	74442173	SÉRGIO A. B. F. FALCÃO
ALF. MIL.º	"CMD"	14865973	JOÃO DO CARMO GUERREIRO BAPTISTA
ALF. MIL.º	"CMD"	11846073	LUIS ALBERTO F. CECÍLIO

ASP. OF. Mº	"CMD"	00847372
ASP. OF. Mº	"CMD"	11173274
ASP. OF. Mº	"CMD"	17493075
ASP. OF. Mº	"CMD"	13190074
2.º FUR MIL	"CMD"	02373774
2.º FUR MIL	"C MD"	03349974
2.º FUR MIL	"CMD"	11701074
2.º FUR MIL	"CMD"	00756975
2.º FUR MIL	"CMD"	03349374
2.º FUR MIL	"CMD"	00485475
2.º FUR MIL	"CMD"	13511874
2.º FUR MIL	"CMD"	00827675
2.º FUR MIL	"CMD"	09530275
2.º FUR MIL	"CMD"	14974175
2.º FUR MIL	"CMD"	17697075
2.º FUR MIL	"CMD"	18407575
2.º FUR MIL	"CMD"	01428075
2.º FUR MIL	"CMD"	02637975
2.º FUR MIL	"CMD"	02155975
2.º FUR MIL	"CMD"	06467475
2.º FUR MIL	"CMD"	01361675
2.º FUR MIL	"CMD"	04860975
2.º FUR MIL	"CMD"	61160975
2.º FUR MIL	"CMD"	13650875
2.º FUR MIL	"CMD"	06811975
2.º FUR MIL	"CMD"	08504875
2.º FUR MIL	"CMD"	11697575
2.º FUR MIL	"CMD"	04281475
1.º CABO	"CMD"	14475273
1.º CABO	"CMD"	12436774
1.º CABO	"CMD"	18916774
1.º CABO	"CMD"	00381874
1.º CABO	"CMD"	01564974
1.º CABO	"CMD"	18846774
1.º CABO	"CMD"	19010874
1.º CABO	"CMD"	18868474
1.º CABO	"CMD"	18952974
1.º CABO	"CMD"	00869875
1.º CABO	"CMD"	01412575
1.º CABO	"CMD"	02369575
1.º CABO	"CMD"	01767175
1.º CABO	"CMD"	02240275
1.º CABO	"CMD"	04002575
1.º CABO	"CMD"	03273575
1.º CABO	"CMD"	04777175
1.º CABO	"CMD"	05824475
1.º CABO	"CMD"	03135975
1.º CABO	"CMD"	13447875
1.º CABO	"CMD"	10146976
1.º CABO	"CMD"	07806875
1.º CABO	"CMD"	01063575
1.º CABO	"CMD"	18064374
SOLDADO	"CMD"	19737672
SOLDADO	"CMD"	02655774
SOLDADO	"CMD"	02677374
SOLDADO	"CMD"	17620574

CARLOS M. R. C. GUERRA  
ANTÓNIO MANUEL PAULO RATO  
LUIZ F. COELHO SILVA  
PEDRO M. D. C. PEREIRA  
AMADEU A. A. REMANE  
FERNANDO SOUSA GIL  
LUIZ J. S. ARVELO  
JOSÉ M. C. BRUNHETA  
LINO DA SILVA COSTA  
ARTUR D. C. P. RIBEIRO  
ELIAS BERNARDINO COSTA  
FRANCISCO L. M. CARDOSO  
JOAQUIM DOS SANTOS PIRES  
ANTÓNIO J. D. P. DA SILVA  
CARLOS MANUEL SALVADOR  
MANUEL J. A. GOMES  
JOÃO D. F. S. FERREIRA  
BERNARDINO N. S. VALÉRIO  
MANUEL A. S. FONSECA  
CÂNDIDO J. P. CRISANTES  
FERNANDO A. R. DEUS  
JOAQUIM A. SALGUEIRO  
CARLOS A. P. LARANJEIRA  
CARLOS MANUEL R. MARQUES  
VICTOR MANUEL C. RIBEIRO  
ALEXANDRE C. SOBREIRA  
ISIDRO A. SIMÕES BAPTISTA  
VALDEMAR P. GOMES CARMO  
MANUEL P. DA FONSECA  
AUGUSTO DA C. FIUZA  
JOSÉ MANUEL A. G. VICENTE  
AVELINO AFONSO SILVA  
TOMAZ M. DE AZEVEDO  
AMÉRICO D. BORLIDO  
MANUEL M. TEIXEIRA  
CARLOS ALMEIDA PEREIRA  
JOSÉ ANTÓNIO M. FERREIRA  
GUILHERMINO F. GOMES  
ANTÓNIO P. HENRIQUES  
RUI JOSÉ G. FERREIRA  
GRACIANO G. MORAIS  
FRANCISCO JOSÉ N. VENÂNCIO  
RAUL LOURENÇO FARIA  
RUI MANUEL S. COIMBRA  
MANUEL VENÂNCIO AFONSO  
FLORINDO N. GODINHO  
MANUEL JOÃO C. CARRETAS  
ALBINO DUARTE FERREIRA  
CARLOS MANUEL S. MACEDO  
LUIZ JORGE OLIVEIRA  
ARMANDO P. AMARO  
FERNANDO PEREIRA DE ALMEIDA  
JOSÉ FERREIRA OSÓRIO  
RAMIRO DA C. BAPTISTA  
BERNARDINO A. PORTELINHA  
JOSÉ M. SILVA BARBEIRO

SOLDADO	"CMD"	17913374	ANTÓNIO A. SOUSA
SOLDADO	"CMD"	18043374	DIAMANTINO S. FERREIRA
SOLDADO	"CMD"	18913674	JOSÉ JOAQUIM F. DIAS
SOLDADO	"CMD"	19518874	ANTÓNIO C. GUERREIRO
SOLDADO	"CMD"	19719574	FRANCISCO M. VALENTE
SOLDADO	"CMD"	10461374	LEONEL CARREIRA DE SOUSA
SOLDADO	"CMD"	17213074	JOAQUIM A. LUZIA
SOLDADO	"CMD"	17295574	CARLOS JORGE M. SILVA
SOLDADO	"CMD"	13102674	JOAQUIM F. VARELA
SOLDADO	"CMD"	18847174	JOSÉ P. C. BAIÃO
SOLDADO	"CMD"	18849974	GABRIEL J. S. MOURA
SOLDADO	"CMD"	18965574	HERCULANO M. MAGALHÃES
SOLDADO	"CMD"	18971174	MAGNO MANUEL CARVALHO
SOLDADO	"CMD"	19843574	JOAQUIM LUIS R. PINTO
SOLDADO	"CMD"	19918274	AFONSO M. FERNANDO
SOLDADO	"CMD"	18430974	LUIS SANTOS MARTINS
SOLDADO	"CMD"	18511874	MÁRIO RODRIGUES MACIEIRA
SOLDADO	"CMD"	00942674	JOAQUIM FERNANDES LOURENÇO
SOLDADO	"CMD"	19214574	FRANCISCO A. VALENTE
SOLDADO	"CMD"	19396874	JOSÉ MANUEL DOS SANTOS
SOLDADO	"CMD"	19663974	LUIS DO COUTO PEREIRA
SOLDADO	"CMD"	19886274	ANTÓNIO F. S. CARDOSO
SOLDADO	"CMD"	00595775	ANTÓNIO DINIZ CORREIA
SOLDADO	"CMD"	00633475	JOSÉ GOUVEIA AFONSO
SOLDADO	"CMD"	00603575	FERNANDO MARQUES GRAÇA
SOLDADO	"CMD"	00769475	JOÃO MACEDO P. JUSTO
SOLDADO	"CMD"	01047375	ANTÓNIO JOSÉ C. CALHEGAS
SOLDADO	"CMD"	02630375	JOSÉ CARLOS DE ALMEIDA
SOLDADO	"CMD"	02886275	MANUEL A. P. COSTA
SOLDADO	"CMD"	02983073	MÁRIO REIS RIBEIRO
SOLDADO	"CMD"	01566075	GERMANO ANJOS SAMPAIO
SOLDADO	"CMD"	02454875	ANTÓNIO JOAQUIM FERNANDES
SOLDADO	"CMD"	02494675	ANTÓNIO COSTA DA SILVA
SOLDADO	"CMD"	02709875	DOMINGOS M. S. SANTOS
SOLDADO	"CMD"	02834275	JOSÉ ALVES VIEIRA
SOLDADO	"CMD"	02137575	AMÂNDIO DE JESUS DOMINGOS
SOLDADO	"CMD"	02336775	HEITOR MANUEL B. RUFINO
SOLDADO	"CMD"	02822875	ANTÓNIO DIAS
SOLDADO	"CMD"	03618975	JOSÉ ANTÓNIO FERREIRA
SOLDADO	"CMD"	04329875	JOÃO ABEL A. FALHAS
SOLDADO	"CMD"	05468475	NUNO EDUARDO S. T. RIBEIRO
SOLDADO	"CMD"	03799575	VICTOR MANUEL M. MOREIRA
SOLDADO	"CMD"	03802775	JOAQUIM CASACA BUCHO
SOLDADO	"CMD"	05019175	FRANCISCO C. MARTINS
SOLDADO	"CMD"	03184975	CARLOS MANUEL G. BARBOSA
SOLDADO	"CMD"	04081975	ARMANDO DE OLIVEIRA
SOLDADO	"CMD"	05178575	JOSÉ DUARTE C. JESUS
SOLDADO	"CMD"	06054375	ANTÓNIO JORGE A. SILVA
SOLDADO	"CMD"	09820075	ANIBAL GONÇALVES
SOLDADO	"CMD"	05819375	AGOSTINHO SANTOS RIBEIRO
SOLDADO	"CMD"	08113875	VICTOR MANUEL S. DAMAS
SOLDADO	"CMD"	08656475	AGOSTINHO M GONÇALVES
SOLDADO	"CMD"	09378075	MANUEL JESUS NAVE
SOLDADO	"CMD"	14549575	MANUEL L. S. VIEGAS
SOLDADO	"CMD"	05611875	MANUEL AMORIM ALMEIDA

SOLDADO	"CMD"	06146075
SOLDADO	"CMD"	14858175
SOLDADO	"CMD"	04700575
SOLDADO	"CMD"	04999875
SOLDADO	"CMD"	05671475
SOLDADO	"CMD"	00176475
SOLDADO	"CMD"	00214075
SOLDADO	"CMD"	00705275

MANUEL LEITE MARTINS  
 JOSÉ HENRIQUES C. SIMPLÍCIO  
 ANTÓNIO DA SILVA FERREIRA  
 JOSÉ F. OLIVEIRA  
 JAIME L. Q OLIVEIRA  
 JORGE LOPES PEREIRA  
 JOSÉ MANUEL DA CONCEIÇÃO  
 JOSÉ GOMES PEREIRA

### Companhia de Comandos N.º 121/75

CAP. MIL.º Grad.	"CMD"	05304464
TEN. MIL.º	"CMD"	00336964
TEN. MIL.º	"CMD"	03923071
TEN. MIL.º	"CMD"	17547971
TEN. MIL.º	"CMD"	19741265
TEM. MIL.º	"CMD"	61321868
2.º SARG M.º	"CMD"	00564465
2.º SARG M.º	"CMD"	01056171
2.º SARG M.º	"CMD"	61159559
2.º SARG M.º	"CMD"	05955970
2.º SARG M.º	"CMD"	11611571
2.º SARG M.º	"CMD"	
2.º SARG M.º	"CMD"	08905713
2.º SARG M.º	"CMD"	
2.º SARG M.º	"CMD"	22993911
2.º SARG M.º	"CMD"	06338664
2.º SARG M.º	"CMD"	06353864
2.º SARG M.º	"CMD"	60458168
2.º SARG M.º	"CMD"	08922213
2.º SARG M.º	"CMD"	00361672
2.º SARG M.º	"CMD"	04315771
2.º SARG M.º	"CMD"	14521271
2.º SARG M.º	"CMD"	61213272
2.º SARG M.º	"CMD"	31319360
FUR. MIL.º	"CMD"	08100273
FUR. MIL.º	"CMD"	08257775
FUR. MIL.º	"CMD"	61085272
FUR. MIL.º	"CMD"	62121673
1.º CABO	"CMD"	00051069
1.º CABO	"CMD"	00934870
1.º CABO	"CMD"	01512872
1.º CABO	"CMD"	01690271
1.º CABO	"CMD"	02071772
1.º CABO	"CMD"	03015072
1.º CABO	"CMD"	04507873
1.º CABO	"CMD"	04614173
1.º CABO	"CMD"	05813174
1.º CABO	"CMD"	05931072
1.º CABO	"CMD"	06314173
1.º CABO	"CMD"	05202173
1.º CABO	"CMD"	06852671
1.º CABO	"CMD"	08402873
1.º CABO	"CMD"	08457170
1.º CABO	"CMD"	08802573
1.º CABO	"CMD"	19027071

JOSÉ MANUEL F. DE SOUSA GONÇALVES  
 CARLOS ALBERTO R. GUEIFÃO BELO  
 NORBERTO DIAS FIGUEIREDO  
 JOÃO MANUEL M. MENDONÇA ARRAIS  
 FERNANDO LUIS ARRIAGA PINTO BASTO  
 LUIS MANUEL MENDES FARIA  
 FERNANDO MONTEIRO DA SILVA  
 JOSÉ BALTAZAR MADEIRA FONSECA  
 HENRIQUE CARVALHO GONÇALVES  
 ADÉRITO RODRIGUES DE CARVALHO  
 FERNANDO MANUEL SALADA FERREIRA  
 ISIDRO BENHUR EVANGELISTA MELO  
 ALEXANDRE DUARTE CABEDO SIMAS  
 LUIS PATRÍCIO CORREIA GOMES  
 JOSÉ FERREIRA PINTO  
 LUIS CARLOS CARVALHO AFONSO  
 ARTUR SERIZ GONÇALVES  
 ANTÓNIO DOMINGUES DA SILVA  
 JOSÉ GERALDES DE MATOS  
 ADÉRITO CARVALHO PEREIRA NÓBREGA  
 JOSÉ MANUEL FARIA DE SOUSA  
 JÚLIO ALBINO COSTA GOMES  
 POLICARPO A. F. CARVALHO PRAÇA  
 HELDER DINIS DE ALMEIDA NEVES  
 JOSÉ MANUEL F. CONCEIÇÃO  
 JOSÉ FRANCISCO G. DE SOUSA  
 AVELINO M. J. BERNARDO ESTEVES  
 RAÚL DOS SANTOS PAIS  
 JOAQUIM RODRIGUES TEIXEIRA  
 MANUEL MENDONÇA O. MESTRE  
 JOAQUIM MARIA POMBO DOS SANTOS  
 ARMINDO B. MARQUES BARROTE  
 CARLOS ALBERTO B. FERREIRA  
 JOSÉ ANTÓNIO DOS SANTOS  
 ANTÓNIO FERNANDO SILVA FONSECA  
 JOSÉ D. PEIXOTO GOMES  
 JOSÉ JOAQUIM C. RAMOS  
 MÁRIO DIAMANTINO A. SANTOS  
 ANTÓNIO FERNANDO CRUZ  
 DOMINGOS GOMES TEIXEIRA  
 JOSÉ FERNANDO SOUSA COELHO  
 MOISÉS MELO DA CRUZ  
 JOSÉ LUIS SOUSA ALMEIDA  
 JOAQUIM DAS NEVES BALTAZAR  
 INÁCIO DOS SANTOS C. BEJA

1.º CABO	"CMD"	09106173	JOSÉ NUNES GAMEIRO
1.º CABO	"CMD"	09111971	MÁRIO ARAÚJO FERNANDES
1.º CABO	"CMD"	09340371	DELFIN FERREIRA DA SILVA
1.º CABO	"CMD"	09439368	OLÍMPIO COSTA DIAS
1.º CABO	"CMD"	11027671	JOSÉ PIMENTEL SIMÕES
1.º CABO	"CMD"	12852372	ANTÓNIO E. GASPAR FERREIRA
1.º CABO	"CMD"	13851369	MANUEL V. DE JESUS SIMÕES
1.º CABO	"CMD"	14568270	ANTÓNIO FERREIRA
1.º CABO	"CMD"	16233371	ANTÓNIO A. RODRIGUES ELOY
1.º CABO	"CMD"	16348473	ALBINO DAS NEVES ROSENDO
1.º CABO	"CMD"	16822870	CARLOS ALBERTO S. DA SILVA
1.º CABO	"CMD"	17020773	ARMANDO OLIVEIRA DOS SANTOS
1.º CABO	"CMD"	17820772	MANUEL ALBERTO M. MATIAS
1.º CABO	"CMD"	17861570	JAIME DOS SANTOS BRITO
1.º CABO	"CMD"	18408173	ORLANDO MOREIRA DOS SANTOS
1.º CABO	"CMD"	18612069	EDUARDO M. CORREIA DOMINGUES
1.º CABO	"CMD"	19285872	ARMINDO MOREIRA
1.º CABO	"CMD"	19651373	MANUEL ANTÓNIO LOPES LEAL
1.º CABO	"CMD"	62456171	JOAQUIM RODRIGUES PEDRO
1.º CABO	"CMD"	08657965	CELESTINO J. MARTINS BAETA
1.º CABO	"CMD"	06340464	HUMBERTO DIAS CALISTO
1.º CABO	"CMD"	06342964	ANTÓNIO DAS NEVES
SOLDADO	"CMD"	00084073	CIPRIANO ALVES S. OLIVEIRA
SOLDADO	"CMD"	00096374	JOÃO AFONSO MARTINS
SOLDADO	"CMD"	00317971	CUSTÓDIO ALVES DA SILVA
SOLDADO	"CMD"	00789965	ALFREDO JOSÉ P. GOMES
SOLDADO	"CMD"	00831166	JOSÉ TEIXEIRA
SOLDADO	"CMD"	01180473	JOSÉ D DE MELO BATISTA
SOLDADO	"CMD"	02831465	MANUEL DOMINGOS GUERREIRO
SOLDADO	"CMD"	02921071	CARLOS MANUEL C. LOPES
SOLDADO	"CMD"	03114872	ANTÓNIO ALBERTO G. CORREIA
SOLDADO	"CMD"	03851270	NORBERTO ALMEIDA VELOSO
SOLDADO	"CMD"	03895969	FERNANDO RUI B. GOMES
SOLDADO	"CMD"	05001273	PORFÍRIO MACHADO DA MOTA
SOLDADO	"CMD"	05244673	JOSÉ COSTA PEREIRA
SOLDADO	"CMD"	04033672	ANTÓNIO JOSÉ DA SILVA
SOLDADO	"CMD"	05848772	HELDER RESTOLHO FERREIRA
SOLDADO	"CMD"	06398872	ANTÓNIO AUGUSTO L. DIAS
SOLDADO	"CMD"	06312873	MANUEL ÂNGELO DIAS
SOLDADO	"CMD"	06989874	JOSÉ ANTÓNIO P. CARVALHO
SOLDADO	"CMD"	07290574	AUGUSTO DE JESUS
SOLDADO	"CMD"	07701373	ALCINO GONÇALVES DA CUNHA
SOLDADO	"CMD"	08066573	MODESTO ANTÓNIO DOS SANTOS
SOLDADO	"CMD"	08403467	RODOLFO JOSÉ T. LEAL
SOLDADO	"CMD"	08935873	JAIME FERREIRA DE SÁ
SOLDADO	"CMD"	08970771	MANUEL ABRANTES GRANJAL
SOLDADO	"CMD"	08975872	MÁRIO ANTÓNIO FERREIRA
SOLDADO	"CMD"	10846173	FERNANDO PINTO SOARES
SOLDADO	"CMD"	12683870	MANUEL ANTÓNIO F. LOPES
SOLDADO	"CMD"	14510670	MATEUS T. DANIEL DA COSTA
SOLDADO	"CMD"	14771873	AFONSO CARVALHO SAMPAIO
SOLDADO	"CMD"	16569070	FERNANDO C. CARVALHO PERDIGÃO
SOLDADO	"CMD"	16679472	ANTÓNIO VICENTE FERREIRA
SOLDADO	"CMD"	16716472	MANUEL BORGES ENCARNAÇÃO
SOLDADO	"CMD"	17142772	ANTÓNIO GRAÇA BARROS

SOLDADO	"CMD"	17197870
SOLDADO	"CMD"	17696773
SOLDADO	"CMD"	17791373
SOLDADO	"CMD"	18737573
SOLDADO	"CMD"	19122173
SOLDADO	"CMD"	19460274
SOLDADO	"CMD"	19674673
SOLDADO	"CMD"	19956073
SOLDADO	"CMD"	61380470
SOLDADO	"CMD"	61714271
SOLDADO	"CMD"	62058971
SOLDADO	"CMD"	62439871
SOLDADO	RTL	13634770

MANUEL PINTO  
 JOSÉ ANTÓNIO LOPES CALADO  
 ANTÓNIO CHARRO AMARO  
 DANIEL JORGE M. SARAIVA  
 ANTÓNIO CÂNDIDO T. RIBEIRO  
 CARLOS FERNANDO R. REBELO  
 JÚLIO CAMILO GONÇALVES  
 MANUEL CANEIRAS PEREIRA  
 FRANCISCO L. P. TEIXUGUEIRA  
 MANUEL GOMES  
 JOÃO ANTÓNIO MOUTINHO  
 FERNANDO SEBASTIÃO  
 JOAQUIM MARTINS DIAS

### Companhia de Comandos N.º 122/75

CAP. MIL.º Grad.	"CMD"	05789865
TEN. MIL.º	"CMD"	09589113
ALF. MIL.º	"CMD"	11779972
ALF. MIL.º	"CMD"	62140873
ALF. MIL.º	"CMD"	73666573
ALF. MIL.º	"CMD"	15742672
ALF. MIL.º	"CMD"	09032272
ALF. MIL.º	"CMD"	09677272
2.º SARG M.º	"CMD"	50000257
2.º SARG M.º	"CMD"	00632165
2.º SARG M.º	"CMD"	04056164
2.º SARG M.º	"CMD"	08919213
2.º SARG M.º	"CMD"	04574965
2.º SARG M.º	"CMD"	60245367
2.º SARG M.º	"CMD"	61041870
2.º SARG M.º	"CMD"	03349371
2.º SARG M.º	"CMD"	06754871
2.º SARG M.º	SAM	22994411
FUR. MIL.º	"CMD"	74193873
FUR. MIL.º	"CMD"	08390673
FUR. MIL.º	"CMD"	10274874
2.º SARG Mº	"CMD"	17446271
FUR. MIL.º	"CMD"	00482474
FUR. MIL.º	"CMD"	08148172
FUR. MIL.º	"CMD"	08677375
FUR. MIL.º	"CMD"	12615573
FUR. MIL.º	"CMD"	19215873
FUR. MIL.º	"CMD"	60748273
FUR. MIL.º	"CMD"	61067972
FUR. MIL.º	"CMD"	76807774
1.º CABO	"CMD"	60658267
1.º CABO	"CMD"	17852772
1.º CABO	"CMD"	18860972
1.º CABO	"CMD"	01624373
1.º CABO	"CMD"	16425272
1.º CABO	"CMD"	00748766
1.º CABO	"CMD"	01641071
1.º CABO	"CMD"	12222071
1.º CABO	"CMD"	11416367
1.º CABO	"CMD"	06094467

MANUEL JORGE DE C. SAMPAIO FARIA  
 HERNÂNI PAIS JORGE  
 ACÁCIO RAMOS PINHEIRO  
 ANTÓNIO JOSÉ DUARTE COSTA  
 LUIS MANUEL LOURO VILELA  
 FRANCISCO JOSÉ DE ALMEIDA ALVES  
 MANUEL DO PAÇO VICENTE RIBEIRO  
 JOSÉ MANUEL PAIVA C. DAS NEVES  
 ACÁCIO SANCHES GONÇALVES  
 ANTÓNIO FERNANDO P. PEREIRA CUNHA  
 JOSÉ NELSON GONÇALVES LEÃO  
 ANTÓNIO DEODATO DINIS SOARES  
 PEDRO MANUEL FRÓIS ALVES DO RIO  
 RUI JAIME DOMINGUES DA FONSECA  
 JOSÉ JOAQUIM GAMBOA DA COSTA LEITE  
 ANTÓNIO A. FERREIRA RODRIGUES  
 LUIS EUSÉBIO LOURENÇO COSTA  
 JOSÉ GUERREIRO CARDOSO DA SILVA  
 JÚLIO MORENO GUIMARÃES COSTA  
 BENTO LUIS SOARES BERNARDO  
 ANTÓNIO FRANCISCO SOBRAL  
 JOSÉ DA GRAÇA VALENTE MELATO  
 JOAQUIM BASTOS PEDRO  
 CARLOS ALBERTO CAMPINO F. DA SILVA  
 RAUL ANTÓNIO CARDOSO VALE  
 ANTÓNIO ALBERTO FARIA DE SÁ  
 ANTÓNIO JOAQUIM CORREIA MALHEIRO  
 FERNANDO SIMÕES NOGUEIRA  
 JOSÉ FIGUEIREDO MORGADO  
 LUIS RODRIGUES TEIXEIRA BORGES  
 WILSON DAVID DA COSTA  
 NUNO CAETANO BARROS POIARES  
 JOSÉ MARIA SILVA ROCHA  
 RAMIRO JOSÉ BATISTA CRISTO  
 ALBINO MORENCE MOREIRA  
 ANTÓNIO BARROS PEREIRA  
 BELMIRO PEREIRA BACALHAU  
 JOSÉ FERNANDO BRITES LOPES  
 FRANCISCO ANIBAL ABOIM  
 DANIEL RODRIGUES PEIXOTO

1.º CABO	AT	00973866	MANUEL JOÃO JOAQUIM
SOLDADO	"CMD"	03784671	ISIDRO CUSTÓDIO RAIMUNDO
SOLDADO	"CMD"	06675870	JOSÉ MANUEL LIMA FERREIRA
SOLDADO	"CMD"	07278471	CÂNDIDO SOUSA PAÇO
SOLDADO	"CMD"	07370572	MANUEL INÁCIO CABEÇA CARAJOTE
SOLDADO	"CMD"	09490371	ÂNGELO ALMEIDA RAPOSO
SOLDADO	"CMD"	13916873	LUCIANO TEIXEIRA
SOLDADO	"CMD"	17793372	JOSÉ MANUEL CALDEIRA DO COUTO
SOLDADO	"CMD"	18942972	JORGE MANUEL CABRITA MARTINS
SOLDADO	"CMD"	03832372	VIRGILIO MOUTINHO SOARES
SOLDADO	"CMD"	09368769	AMADEU RAFANÃO PIRES
SOLDADO	"CMD"	01358172	FERNANDO MANUEL TAVARES DO AMARAL
SOLDADO	"CMD"	02235273	MANUEL VICENTE MARTINS LOPES
SOLDADO	"CMD"	05429374	DOMINGOS MARTINS DA SILVA
SOLDADO	"CMD"	07689473	JOSÉ ALVES BOTELHO
SOLDADO	"CMD"	08179968	ANTÓNIO JORGE CAMPOS NEVES
SOLDADO	"CMD"	10009272	MANUEL DUARTE SANTOS
SOLDADO	"CMD"	11857673	JERÓNIMO MANUEL DE BRITO
SOLDADO	"CMD"	12382971	ALBERTO DANTAS RIBEIRO
SOLDADO	"CMD"	16185570	ANTÓNIO DOS SANTOS AFONSO
SOLDADO	"CMD"	17106572	JOSÉ PINTO COUTO
SOLDADO	"CMD"	19793773	ANTÓNIO SOARES DOS S. CAMELO
SOLDADO	"CMD"	00175073	HERMÍNIO JOSÉ VARELA
SOLDADO	"CMD"	00207872	FRANCISCO MANUEL SANTOS PINA
SOLDADO	"CMD"	00697472	MÁRIO PEREIRA DA SILVA
SOLDADO	"CMD"	03578673	ALICIO MARTINS DA SILVA
SOLDADO	"CMD"	06554473	JOSÉ BELMIRO NUNES ABADÉ
SOLDADO	"CMD"	06770072	JOÃO ALEXANDRE RODRIGUES
SOLDADO	"CMD"	07928672	ROGÉRIO NEVES DE SOUSA
SOLDADO	"CMD"	08209268	CARLOS ALBERTO GONÇALVES OLIVEIRA
SOLDADO	"CMD"	09160472	ANTÓNIO MAGALHÃES TEIXEIRA MARQUES
SOLDADO	"CMD"	11624573	MANUEL JOSÉ SANTOS CARDOSO
SOLDADO	"CMD"	12723271	VIRIATO REBELO GOMES
SOLDADO	"CMD"	15447072	ISÁLIO PEREIRA SANTOS
SOLDADO	"CMD"	16746472	ERNESTO FERNANDO VAZ
SOLDADO	"CMD"	17655272	ANTÓNIO MANUEL MENDONÇA LINO
SOLDADO	"CMD"	00568172	FILIPE ALEXANDRE RODRIGUES
SOLDADO	"CMD"	60695167	ABEL AMADEU ESTEVES MEIRELES
SOLDADO	"CMD"	00841171	JOSÉ ANIBAL RIBEIRO
SOLDADO	"CMD"	01358870	FRANCISCO GOMES QUEIROZ SENRA
SOLDADO	"CMD"	02551473	CARLOS MANUEL FERREIRA CALEIRO
SOLDADO	"CMD"	02901272	FERNANDO LUIS VASQUES NUNES
SOLDADO	"CMD"	12359372	VALTER MOREIRA FERNANDES
SOLDADO	AT.	08572266	SALVEANO CARDOSO FERREIRA SILVA
SOLDADO	"CMD"	13955173	ARMANDO JOSÉ E. DE ALMEIDA
SOLDADO	"CMD"	16029572	AUGUSTO PEREIRA CAVALEIRO
SOLDADO	"CMD"	60269173	MANUEL HUMBERTO MARQUES PAIS
SOLDADO	"CMD"	77957173	MANUEL PONTES LOURENÇO
SOLDADO	"CMD"	03518473	ANTÓNIO PINTO BORGES
SOLDADO	"CMD"	02936773	MANUEL FARINHA SILVA
SOLDADO	"CMD"	04298370	CAMILO COUTINHO RODRIGUES
SOLDADO	"CMD"	07758567	MERCIANO LOPES REIS
SOLDADO	"CMD"	12786872	JOSÉ MARQUES AFONSO
SOLDADO	"CMD"	14410473	MANUEL PEDRO BATISTA
SOLDADO	"CMD"	15072868	ANTÓNIO LUIS CORREIA NOGUEIRA
SOLDADO	"CMD"	61611170	FLORENTINO DIAS LOURENÇO

SOLDADO	"CMD"	15971271	JOÃO JOSÉ CHAVES PARREIRA
SOLDADO	"CMD"	12989173	DUARTE AUGUSTO RODRIGUES GOMES
SOLDADO	"CMD"	09279872	ANTÓNIO JOSÉ COUTO FERREIRA
SOLDADO	"CMD"	61111771	JOSÉ ABILIO DE SÃO BENTO CEPEDA
SOLDADO	"CMD"	02409174	JORGE MANUEL BARREIROS DE OLIVEIRA
SOLDADO	"CMD"	01245772	JOSÉ MARIA ASCENÇÃO BARROSO
SOLDADO	"CMD"	00641171	ANTÓNIO ASCENÇÃO DANTAS C. AFONSO
SOLDADO	"CMD"	05309173	JOSÉ COLAÇO DA SILVA
SOLDADO	"CMD"	07943173	JOÃO MARIA MARTINS DE CASTRO
SOLDADO	"CMD"	08053672	JOSÉ MARIA P. DE OLIVEIRA E SILVA
SOLDADO	"CMD"	14278573	GUILHERME PEREIRA PARREIRA
SOLDADO	"CMD"	09742266	AMILCAR DE MATOS FERREIRA

### Companhia de Transporte e Manutenção Auto

1.º CABO	CAR	04255573	JOSÉ DA SILVA FARINHA
1.º CABO	CAR	01552474	ALEXANDRE PAIVA
1.º CABO	CAR	07738574	JOSÉ ROCHA
1.º CABO	CAR	09410374	RUI FÉLIX
1.º CABO	CAR	14462974	MANUEL SOUSA
SOLDADO	CAR	16626573	ADELINO LOURENÇO
SOLDADO	CAR	18128673	MARTINHO DE GOUVEIA
SOLDADO	CAR	14571773	FERNANDO N RODRIGUES
SOLDADO	CAR	00175274	JOÃO F. MORAIS
SOLDADO	CAR	11487774	CARLOS CARRETA
SOLDADO	CAR	11184574	PAULINO SILVA
SOLDADO	CAR	14108274	JOÃO FERRO
SOLDADO	CAR	14661174	MÁRIO M COSTA
SOLDADO	CAR	10329674	ANTÓNIO T. MARTINS
SOLDADO	CAR	11125474	DOMINGOS N. RIBEIRO
SOLDADO	CAR	10217274	ANTÓNIO BRUNO
SOLDADO	CAR	00415674	ANTÓNIO SEVERO
SOLDADO	CAR	02950274	JOSÉ NEVES
SOLDADO	CAR	09594174	HERMULIO SILVA
SOLDADO	CAR	08814174	JOAQUIM FERNANDES
SOLDADO	CAR	00289274	FRANCISCO CANÁRIO
SOLDADO	CAR	00652074	JOSÉ G. ARAÚJO
SOLDADO	CAR	00536974	VIRGILIO SILVA
SOLDADO	CAR	14129074	MANUEL MACHADO
SOLDADO	CAR	09430574	SÉRGIO D. SOARES
SOLDADO	CAR	00636574	FILIFE ARRAIOLOS
SOLDADO	CAR	01480374	VITOR ROSA
SOLDADO	CAR	01702074	MANUEL RODRIGUES
SOLDADO	CAR	01604174	VIRGILIO PEREIRINHA
SOLDADO	CAR	00469074	MANUEL CALDAS
SOLDADO	CAR	01646774	JACINTO PAIXÃO
SOLDADO	CAR	01724074	JOÃO SILVA
SOLDADO	CAR	02317574	JOÃO EDUARDO SOARES
SOLDADO	CAR	00609874	DAVID BERNARDO
SOLDADO	CAR	17760574	HENRIQUE LOPES
SOLDADO	CAR	16182274	RUI LOURENÇO
SOLDADO	CAR	09421374	MANUEL ARAÚJO
SOLDADO	CAR	15489474	JOSÉ C. DIAS
SOLDADO	CAR	02831874	POLIBIO COELHO
SOLDADO	CAR	02709974	JORGE COSTA
SOLDADO	CAR	08966775	LUIS LIMA

SOLDADO	CAR	09364075
SOLDADO	CAR	08942175
SOLDADO	CAR	05496075
SOLDADO	CAR	00733575
SOLDADO	CAR	07091575
SOLDADO	CAR	07195475
SOLDADO	CAR	09721675
SOLDADO	CAR	02110975
SOLDADO	CAR	04250375
SOLDADO	CAR	01332175
SOLDADO	CAR	00056875
SOLDADO	CAR	05443475
SOLDADO	CAR	05546875
SOLDADO	CAR	05585375
SOLDADO	CAR	05688675
SOLDADO	CAR	05754675
SOLDADO	CAR	06485075
SOLDADO	CAR	06561775
SOLDADO	CAR	06555475
SOLDADO	CAR	06948275
SOLDADO	CAR	05360475
SOLDADO	CAR	05363475
SOLDADO	CAR	01509475
SOLDADO	CAR	01719075
SOLDADO	CAR	02037075

JOAQUIM TALHADAS
ARISTIDES PEREIRA
JOSÉ O. PINTO
ANTÓNIO B. REIS
JOAQUIM SOUSA
JOSÉ SIMÕES
EUGÉNIO LEITE
MÁRIO MAIA
JOSÉ S. BARROS
AMADEU ALMEIDA
IRÁCLITO CARRIÇO
JUSTINO C. FERREIRA
FERNANDO J. S. RODRIGUES
JOÃO S. RAMOS
LUIS A. M. REGALA
ORLANDO O. M. GUIMARÃES
JOSÉ A. O. PEREIRA
JOSÉ I. A. VARANDAS
ALFREDO F. SILVA
JOÃO J. C. DURÃO
JOÃO M. TOMÉ
ADELINO J. S. MATOS
JOAQUIM F. S. TABUAÇO
JOAQUIM N. D. SILVA
HENRIQUE A. CARDOSO

## RELATÓRIO DO 25 DE NOVEMBRO DE 1975 <sup>1</sup>

Durante o período de 25 a 26 de Novembro de 1975, depois de conhecida a condição de insurreição armada, com sedição de algumas unidades do Exército e da Força Aérea e sob as ordens do Comando Operacional, instalado pelas autoridades legítimas no Regimento de Comandos, na Amadora, este recebeu missões operacionais com a finalidade de repor a legalidade.

### 1. Missão

#### a) Em 25 de Novembro

(1) 17H00

– Cercar o quartel do GDACI (Grupo de Detecção e Alerta), em Monsanto;

– Aprisionar todos os elementos lá existentes;

– Capturar todo o material;

– Aniquilar, se necessário, qualquer resistência;

– Apoderar-se, manter a segurança e desligar a antena da RTP, em Monsanto;

(2) 23H00 (após decretado, pelo Presidente da República, o recolher obrigatório em toda a área da Região Militar de Lisboa):

– Dispersar a população concentrada frente ao Palácio de Belém.

#### b) Em 26 de Novembro

(1) 05H00

– Cercar o quartel da PM (Polícia Militar), na Ajuda;

– Desmotivar todo o pessoal lá existente e capturar ou abater qualquer elemento que oferecesse resistência;

– Prender o Cmdt, 2.º Cmdt e outros responsáveis pela sublevação do Regimento se, até às 08H00, não houvesse desistência da insurreição pelos mesmos;

---

<sup>1</sup> Relatório conjunto elaborado posteriormente no R. Cmds. Os relatórios das companhias não foram encontrados nos arquivos. Apenas o relatório da operação do Cmdt. do R. Cmds, Coronel Jaime Neves (em anexo ao seu depoimento) foi localizado no arquivo da PJM.

- Manter a segurança do quartel, depois de ocupado;
- Entregar o comando e a administração da unidade ao pessoal da Polícia Militar que tinha abandonado a unidade antes da sublevação, e acompanhava a nossa força.

## **2. Composição e articulação das forças**

- Cmdt – Cor. Grad. Inf.<sup>a</sup> “Cmd” n.º 50575411, Jaime Alberto Gonçalves das Neves.
- C. Cmds 112 – Cap. Inf.<sup>a</sup> “Cmd” n.º 62721965, António José Afonso Lourenço.
- C. Cmds 113 – Cap. Art.<sup>a</sup> “Cmd” n.º 13908469, Manuel António Apolinário.
- C. Cmds 121 – Cap. Mil.<sup>o</sup> Inf.<sup>a</sup> “Cmd” n.º 07249364, José Manuel Sousa Gonçalves.
- C. Cmds 122 – Cap. Mil.<sup>o</sup> Inf.<sup>a</sup> “Cmd” n.º 05789865, Manuel Jorge Sampaio de Faria.

## **3. Descrição das Acções**

Todas as acções com vista ao cumprimento das missões cometidas ao R. Cmds foram directamente comandadas pelo Comandante, Coronel “Cmd” Jaime Neves.

a) Para o cumprimento da 1.<sup>a</sup> missão, em 25 de Novembro, as C. Cmds 121 e 122, reforçadas com um pelotão de Art.<sup>a</sup> antiáerea (–) do CIAAC, constituindo um Agrupamento de Comandos, sob o comando do Cmdt do Regimento, deslocaram-se, em 251800NOV75, pela estrada Sintra – Lisboa – Auto-estrada – rotunda de Monsanto. Nesta rotunda estava uma viatura chaimite das forças sublevadas, cuja tripulação, à aproximação das nossas tropas, debandou, abandonando a viatura.

O quartel do GDACI e o Comando da 1.<sup>a</sup> Região Aérea foram cercados pelas duas estradas de acesso existentes na zona, e que os circundavam. O quartel da Marinha, existente na área, foi avisado da nossa acção. Pelo Cmdt das forças do Regimento foram dadas instruções aos elementos sublevados de que estavam cercados, tinham um quarto de hora para se entregarem e os “Comandos” estavam dispostos a terminar com a sua insurreição. Foi então verificada a

fuga de militares com uniforme camuflado, usado pelos pára-que- distas. Ao expirar o período de 15 minutos, o Cmdt do GDACI pediu mais dez minutos, que lhe foram concedidos. Após este prazo e face à desistência da insurreição pelos elementos no GDACI, mandou-se formar todo o pessoal que lá se encontrava. As armas, carregadores e munições foram recuperados e transportados em duas viaturas. O pessoal, depois de ter recebido dois cobertores/homem, foi recolhido ao refeitório.

Foram detidos os principais responsáveis pela insurreição, entre os quais dois civis. Foi desligada a antena da RTP. O pessoal pára-que- dista foi entregue ao Coronel Pára-que- dista Marques da Costa, ficando sob o seu comando.

A seguir, os “Comandos” instalaram-se em todo o perímetro do quartel, com uma segurança na rotunda e no posto da Rádio Naval, a 200 metros da citada rotunda.

No início da acção, cerca de uma centena de populares pretendeu concentrar-se junto ao quartel sublevado, mas foram rapidamente dispersados por duas equipas de “Comandos”.

Pelas 05H00, depois de rendidos por uma companhia de atira- dores, as forças regressaram a quartéis.

b) Para o cumprimento da 2.<sup>a</sup> missão, foi nomeada a C. Cmds 113 que, em 260100NOV75, dispersou uma concentração de populares que se encontrava no largo fronteiro ao Palácio de Belém.

c) O cumprimento da 3.<sup>a</sup> missão foi atribuído às C. Cmds 112 e 113, constituindo um Agrupamento de Comandos do Cmdt do Regimento.

A força articulou-se em três colunas no cruzamento de Monsan- to: a C. Cmds 112 dirigiu-se para o Regimento de Polícia Militar, pelo lado superior da Calçada da Ajuda; a C. Cmds 113, pela Rua do Museu da Agricultura e a 3.<sup>a</sup> coluna, comandada pelo Cmdt do Regimento, pela frente do Regimento da PM, aproximando-se pela parte inferior da Calçada da Ajuda.

Pelas 08H07, quando as colunas se aproximavam das suas posi- ções, a partir do Regimento de Polícia Militar e do antigo quartel de Cavalaria 7, as forças sublevadas abriram fogo, ao qual as forças “Comando” ripostaram, preparando o assalto. As forças “Comando”, depois de atingirem as posições de cerco, suspenderam o fogo, cer- cando os quartéis ocupados. Esta acção demorou cerca de vinte

minutos e, no decorrer dela, foram mortalmente atingidos primeiro, o Furriel Mil.<sup>o</sup> “Cmd” Pires, da C. Cmds 113 e depois, o Tenente Inf.<sup>a</sup> “Cmd” Coimbra, da C. Cmds 112. Arrombou-se, então, o portão de armas do quartel da PM com uma chaimite e exigiu-se a apresentação do Cmdt, do 2.<sup>o</sup> Cmdt e Adj. do Cmd. Só então do quartel da PM foi suspenso o fogo. Depois de reunidos os responsáveis pela sublevação, já citados, foram presos e conduzidos sob escolta ao Palácio de Belém (PR). O pessoal PM foi formado na parada do quartel e entregue o seu comando aos militares PM que, para o efeito, tinham acompanhado as forças “Comando”. O material foi recolhido em arrecadações.

Pelas 14H30, as forças “Comando” foram rendidas por forças do R.I.Q. e recolheram a quartéis.

#### **4. Conclusões e ensinamentos**

##### **a) 1.<sup>a</sup> Missão (GDACI)**

Foram importantes para os resultados obtidos a determinação e decisão que animavam todos os efectivos, aliadas ao aparato militar que se conseguiu mostrar às forças insurrectas e ainda as palavras que lhes foram dirigidas com megafone, que esclareceram intenções e evitaram mal entendidos, ajudando a desmobilizar as pretensões dos sublevados.

##### **b. 2.<sup>a</sup> Missão**

A neutralização e dispersão da concentração de pessoas no largo fronteiro ao Palácio de Belém foi conseguida sem uso de violência.

##### **c) 3.<sup>a</sup> Missão**

Não foi possível o diálogo, pois os insurrectos abriram fogo antes que os “Comandos” tivessem montado o dispositivo de cerco.

De salientar a brilhante acção de comando do Coronel Jaime Neves que, embora com baixas nas tropas “Comando”, conseguiu limitar ao mínimo o derramamento de sangue das forças insurrectas, expondo-se frontalmente e com grave risco da sua própria vida, conseguindo cumprir a missão com o emprego da força minimamente

indispensável, demonstrando excepcional bravura, coragem e sangue-frio debaixo de fogo, excepcionais qualidades de Valor Militar e capacidade de comando de homens em combate, prestigiando aos olhos do mundo, os “Comandos”, o Exército e Portugal.

### **De salientar ainda:**

(1) A excepcional disciplina de fogo e o alto grau de eficiência das tropas “Comando” empenhadas, que cumpriram todas as missões que lhes foram atribuídas, com o estrito uso da força necessária.

(2) A acção do Ten. Inf.<sup>a</sup> “Cmd” José Coimbra que, quando comandava, debaixo de fogo, o seu Grupo de Combate, na acção de envolvimento pela retaguarda, do quartel do R.P.M. e ao verificar que o militar que seguia à sua frente fora ferido, e com total desprezo pela vida e rara abnegação, audácia e coragem, deslocou-se à frente, debaixo de fogo, para socorrer o militar e apoiar a sua retirada da zona de morte, sendo mortalmente atingido.

(3) A acção do Fur. Mil.<sup>o</sup> “Cmd” Joaquim Pires, integrado no 1.<sup>o</sup> Grupo de Combate, salientando-se pelo cumprimento imediato e altamente disciplinado das ordens que lhe iam sendo transmitidas. Ainda debaixo de intenso fogo, conseguiu deslocar a sua equipa para o local que lhe fora atribuído, atravessando a Calçada da Ajuda, instalando devidamente os seus homens e dando sempre exemplo de bravura, sangue frio e determinação. O Furriel Pires, com a sua atitude corajosa e audaciosa, galvanizou todo o pessoal e com a acção da sua equipa possibilitou a manobra imediata da sua companhia, decisiva para a neutralização dos elementos sublevados, sendo mortalmente atingido aquando desta acção.

(4) A Associação de Comandos, pelo apoio que prestou ao Regimento de Comandos, nas acções executadas.



# MORTOS "COMANDO" ATÉ 25 DE NOVEMBRO DE 1975

OS QUE CAÍRAM NO CAMPO DA HONRA,  
NO CUMPRIMENTO DO DEVER, PELA PÁTRIA E PELOS "COMANDOS".<sup>1</sup>

Posto	Nome	Unidade Cmds	Reg.	Data
Soldado	"Cmd" Manuel da Silva	Fantasma	ANG	19-DEC-1962
1.º Cabo	"Cmd" Guilherme da Silva Santos	Fantasma	ANG	07-MAR-1963
1.º Cabo	"Cmd" Helder Sanches Pires	Aço	ANG	05-ABR-1963
2.º Sarg.	"Cmd" Mário Óscar Lima de Azevedo	Fantasma	ANG	23-ABR-1963
Soldado	"Cmd" José Alves Gomes	Fantasma	ANG	23-ABR-1963
Soldado	"Cmd" Agostinho Paulino Teixeira Reis	Vampiros	ANG	25-SET-1963
1.º Cabo	Atir António José da Silva Gonçalves	C. I. n.º 25	ANG	21-ABR-1964
Soldado	"Cmd" José Mendes Gonçalves	Centuriões	ANG	03-JUN-1964
Soldado	"Cmd" João de Oliveira Almeida	Centuriões	ANG	03-JUN-1964
Furriel	"Cmd" Marcelo João T. de Aguiar Gomes	Centuriões	ANG	07-JUN-1964
1.º Cabo	Atir Armando Candeias Martins	C. I. Cmds	ANG	05-OUT-1964
1.º Cabo	"Cmd" Estevão Rosa de Brito	Relâmpagos	ANG	15-OUT-1964
1.º Cab. M.º	"Cmd" Abel Augusto Real Rodrigues	Vampiros	MOÇ	21-OUT-1964
Soldado	"Cmd" Aníbal dos Santos Afonso	Panteras	GUI	29-OUT-1964
1.º Cabo	Atir Fernando Barros Catarino	C. I. Cmds	ANG	04-NOV-1964
Soldado	Atir José Martins Rego	C. I. Cmds	ANG	04-NOV-1964
Furriel	"Cmd" Artur Pereira Pires	Fantasma	GUI	28-NOV-1964
1.º Cabo	"Cmd" António Joaquim Vieira Ferreira	Fantasma	GUI	28-NOV-1964
1.º Cabo	"Cmd" Braima Seidi	Fantasma	GUI	28-NOV-1964
1.º Cabo	"Cmd" Ramiro de Jesus Silva	Fantasma	GUI	28-NOV-1964
Soldado	"Cmd" João Ramos Godinho	Fantasma	GUI	28-NOV-1964
Soldado	"Cmd" José da Rocha Moreira	Fantasma	GUI	28-NOV-1964
Soldado	"Cmd" Manuel Coito Narciso	Fantasma	GUI	28-NOV-1964
Soldado	"Cmd" Artur Mateus Martins	Fantasma	GUI	28-NOV-1964
1.º Cabo	Rtl José Maria Soares Pereira	C. I. Cmds/Adido	ANG	10-JAN-1965
1.º Cabo	"Cmd" Manuel da Silva Ferreira	Sombras	MOÇ	18-MAR-1965
Soldado	"Cmd" António Augusto Pires	Fantasma II	ANG	05-ABR-1965
Soldado	"Cmd" Joaquim F. de Carvalho Barbosa	Fantasma II	ANG	05-ABR-1965
Soldado	"Cmd" José Casimiro Florentino	Fantasma II	ANG	05-ABR-1965
Furriel	"Cmd" Joaquim Carlos Ferreira Moraes	Fantasma	GUI	07-MAI-1965
Soldado	"Cmd" Manuel Matias Gonçalves da Silva	Relâmpagos	ANG	13-MAI-1965
Soldado	"Cmd" José Moreira da Rocha	1.ª CCmds	ANG	07-JUL-1965
Soldado	Pad Emílio Lemos Teixeira	2.ª CCmds	ANG	13-SET-1965
Soldado	Atir David Veloso Matias	2.ª CCmds	ANG	15-SET-1965
2.º Sarg.	Tms António Joaquim Nobre Pinto	C. I. Cmds/Adido	ANG	19-OUT-1965
1.º Cab. M.º	"Cmd" Carlos Alberto Pires Cavaleiro	2.ª CCmds	ANG	01-DEC-1965

<sup>1</sup> Mortos "Comando" ou ao serviço dos "Comandos" até ao "25 de Novembro", homenageados nas placas integradas no monumento ao Esforço Comando, na Amadora. Ver Anuário de 1981, do Regimento de Comandos.

Nas mais significativas cerimónias dos "Comandos" (Juramento de Bandeira, Encerramento de Cursos, Dia dos Comandos) é realizada uma expressiva cerimónia de homenagem aos mortos "Comando".

Enquanto um oficial, um sargento e um soldado transportam, nos braços uma espingarda G 3 e uma boina "comando" cada um, o locutor de serviço profere as seguintes palavras: Caíram... no campo da honra... no cumprimento do Dever... pela Pátria... e pelos "Comandos". Oficiais... (PRESENTE, afirmado pelos presentes), ... — Sargentos... (PRESENTE, idem) ... e Praças... (PRESENTE, idem).

A marcha termina junto do mastro da Bandeira Nacional, onde as espingardas são espetadas energeticamente no chão e as boinas colocadas nos respectivos topos, seguindo-se o toque de clarim de homenagem aos mortos, que finaliza com a "alvorada".

Soldado	"Cmd"	Virgilio António Ferreira Branco	2. <sup>a</sup> CCmds	ANG	08-DEC-1965
Furriel	"Cmd"	Narciso Fortes Romero	1. <sup>a</sup> CCmds	ANG	06-JAN-1966
Soldado	"Cmd"	António Alves Maria da Silva	Diabólicos	GUI	06-MAR-1966
Soldado	CAR	Vitor da Conceição Nunes Russo	CCS/C. I. Cmds	ANG	13-JUL-1966
Soldado	Atir	José Maria Augusto	CCS/C. I. Cmds	ANG	23-JUL-1966
Soldado	Atir	Manuel Augusto Barros Marinho	C. I. /C. I. Cmds	ANG	02-AGO-1966
Soldado	Atir	Ramiro Pereira Pedrosa	C. I. /C. I. Cmds	ANG	06-AGO-1966
Soldado	Atir	Manuel Joaquim Vital Rodrigues	C. I. /C. I. Cmds	ANG	11-AGO-1966
Soldado	"Cmd"	António Amaro dos Santos	2. <sup>a</sup> CCmds	MOÇ	22-AGO-1966
Soldado	"Cmd"	Artur da Silva Amaral	1. <sup>a</sup> CCmds	ANG	26-AGO-1966
Soldado	"Cmd"	Carlos Dias da Silva	1. <sup>a</sup> CCmds	ANG	29-AGO-1966
Soldado	"Cmd"	Alfredo da Silva Nunes	1. <sup>a</sup> CCmds	ANG	19-SET-1966
Soldado	"Cmd"	Cipriano Sobreira	7. <sup>a</sup> CCmds	ANG	16-OUT-1966
Soldado	"Cmd"	Lifná Cumba	3. <sup>a</sup> CCmds	GUI	19-OUT-1966
Soldado	CAR	Jacinto José Candeias Costa	CCS/C. I. Cmds	ANG	20-NOV-1966
1.º Cabo	"Cmd"	José Inácio Tavares Ribeiro	6. <sup>a</sup> CCmds	ANG	22-NOV-1966
Soldado	"Cmd"	José Pires	6. <sup>a</sup> CCmds	ANG	24-NOV-1966
Soldado	Atir	António L. C. Maia	2. <sup>a</sup> C. I. /CIOE	Lamego	25-NOV-1966
1 Cabo M.º	Atir	Alberto Serafim Portugal A. Moreira	C.I. / C. I. Cmds	ANG	15-JAN-1967
Soldado	"Cmd"	Joaquim de Sousa Guimarães	3. <sup>a</sup> CCmds	GUI	09-FEV-1967
Soldado	"Cmd"	Amadeu Tavares da Silva	3. <sup>a</sup> CCmds	GUI	09-FEV-1967
Soldado	"Cmd"	José Vicente Grosso Fontes	3. <sup>a</sup> CCmds	GUI	09-FEV-1967
Soldado	"Cmd"	António Garcia Ferreira	4. <sup>a</sup> CCmds	MOÇ	03-MAR-1967
Soldado	"Cmd"	António José Melo	3. <sup>a</sup> CCmds	GUI	11-MAI-1967
1.º Cabo	Enf	Basilio Ventura Gonçalves	CCS/C. I. Cmds	ANG	22-JUN-1967
Soldado	"Cmd"	Bacar Sanhá	5. <sup>a</sup> CCmds	GUI	05-AGO-1967
Furriel	"Cmd"	Francisco Leite Marques de Sá	8. <sup>a</sup> CCmds	ANG	08-AGO-1967
Soldado	"Cmd"	Aires Louro Alves	7. <sup>a</sup> CCmds	MOÇ	06-OUT-1967
1.º Cabo	"Cmd"	António Correia Moreira	9. <sup>a</sup> CCmds	MOÇ	28-OUT-1967
Soldado	"Cmd"	José Dias dos Remédios	9. <sup>a</sup> CCmds	MOÇ	26-NOV-1967
Alferes	"Cmd"	António Furtado de Castro	6. <sup>a</sup> CCmds	ANG	20-DEC-1967
Soldado	"Cmd"	Eduardo Fernandes Cartaxo	7. <sup>a</sup> CCmds	MOÇ	04-JAN-1968
Soldado	"Cmd"	David Gonçalves Santos	4. <sup>a</sup> CCmds	MOÇ	07-JAN-1968
Furriel	"Cmd"	José Soares Andrade	9. <sup>a</sup> CCmds	MOÇ	15-JAN-1968
Soldado	"Cmd"	José Pereira Torres	11. <sup>a</sup> CCmds	ANG	31-JAN-1968
Soldado	"Cmd"	Adriano Carrasco	10. <sup>a</sup> CCmds	MOÇ	21-FEV-1968
Soldado	"Cmd"	José Maria Costa Barros	4. <sup>a</sup> CCmds	MOÇ	06-MAR-1968
Soldado	Atir	António Matias Madeira Vasques	14. <sup>a</sup> CCmds	ANG	21-MAR-1968
Soldado	"Cmd"	Silvestre António Tibúrcio Cheira	12. <sup>a</sup> CCmds	ANG	23-MAR-1968
Furriel	Atir	Armindo da Silva Sousa Ventura	12. <sup>a</sup> CCmds	ANG	28-MAR-1968
Soldado	Atir	João Silva Santos	10. <sup>a</sup> CCmds	MOÇ	14-ABR-1968
Soldado	"Cmd"	Manuel Joaquim Ribeiro Teixeira	11. <sup>a</sup> CCmds	ANG	16-ABR-1968
1.º Cabo	"Cmd"	José Manuel Carrasco Valente Esperança	10. <sup>a</sup> CCmds	MOÇ	01-JUN-1968
Soldado	"Cmd"	Domingos da Silva Magalhães	5. <sup>a</sup> CCmds	GUI	24-MAI-1968
Soldado	"Cmd"	Horácio Dias Ferreira	8. <sup>a</sup> CCmds	ANG	26-MAI-1968
Soldado	"Cmd"	Raúl Nunes Esteves Robalo	12. <sup>a</sup> CCmds	ANG	06-JUL-1968
Soldado	"Cmd"	Manuel Joaquim da Silva Santos	12. <sup>a</sup> CCmds	ANG	09-JUL-1968
1.º Cabo	Atir	Alberto Milheiro Moura	15. <sup>a</sup> CCmds	GUI	17-JUL-1968
Soldado	CAR	Álvaro Alberto Conceição Teixeira	9. <sup>a</sup> CCmds	MOÇ	25-JUL-1968
Soldado	"Cmd"	Basilio Gonçalves de Andrade	14. <sup>a</sup> CCmds	ANG	01-AGO-1968
Soldado	Atir	Manuel Teixeira da Fonseca	4. <sup>a</sup> CCmds (Adido)	MOÇ	07-AGO-1968
Capitão	"Cmd"	Horácio Francisco M. Valente	4. <sup>a</sup> CCmds	MOÇ	11-AGO-1968
Soldado	Rtl	António Luís Reis Taveira Pinheiro	CCS/C. I. Cmds	ANG	13-AGO-1968
Furriel	"Cmd"	José Manuel de Jesus Monteiro	5. <sup>a</sup> CCmds	GUI	03-SET-1968
Soldado	"Cmd"	Bacar Amadú Baldé	5. <sup>a</sup> CCmds	GUI	13-OUT-1968

Soldado	CAR	António Amaral Teles	12. <sup>a</sup> CCmds	ANG	17-OUT-1968
1. <sup>o</sup> Cab. M. <sup>o</sup>	"Cmd"	Aníbal Ferreira Borges	12. <sup>a</sup> CCmds	ANG	18-OUT-1968
Furriel	"Cmd"	João Rodrigues da Silva	12. <sup>a</sup> CCmds	ANG	21-OUT-1968
Capitão	"Cmd"	José Bernardino Piteira Rosado	12. <sup>a</sup> CCmds	ANG	07-NOV-1968
2. <sup>o</sup> Sarg.	"Cmd"	Rui Fernando Mateus Moura	C.I. /C. I. Cmds	ANG	27-NOV-1968
Furriel	Atir	Joaquim Carneiro Ribeiro de Matos	C. I. /C. I. Cmds	ANG	27-NOV-1968
Furriel	Atir	António Manuel da Silva Bastos	C. I. /C. I. Cmds	ANG	27-NOV-1968
Furriel	"Cmd"	Mário Janeiro Carecho	11. <sup>a</sup> CCmds	ANG	11-JAN-1969
1. <sup>o</sup> Cabo	"Cmd"	Aurélio Coelho da Silveira	12. <sup>a</sup> CCmds	ANG	15-JAN-1969
Soldado	"Cmd"	José Quirino da Piedade Pereira	12. <sup>a</sup> CCmds	ANG	15-JAN-1969
2. <sup>o</sup> Sarg.	"Cmd"	Rui Pereira Agostinho	12. <sup>a</sup> CCmds	ANG	15-JAN-1969
1. <sup>o</sup> Cabo	"Cmd"	Francisco Assunção Bonifácio	19. <sup>a</sup> CCmds	ANG	22-JAN-1969
Furriel	"Cmd"	Aníbal Augusto Quintas	18. <sup>a</sup> CCmds	MOÇ	23-JAN-1969
Soldado	Atir	Virgílio de Almeida Rodrigues	C. I. /C. I. Cmds	ANG	23-JAN-1969
Furriel	"Cmd"	Manuel Vitorino Ramos	12. <sup>a</sup> CCmds	ANG	08-FEV-1969
Alferes	"Cmd"	João Vasconcelos Porto Fernandes	19. <sup>a</sup> CCmds	ANG	09-FEV-1969
Soldado	"Cmd"	Francisco do Carmo Sousa Rodrigues	9. <sup>a</sup> CCmds	MOÇ	16-FEV-1969
Soldado	CAR	Américo Pereira Ribeiro	17. <sup>a</sup> CCmds	MOÇ	27-FEV-1969
Soldado	"Cmd"	Serafim da Silva	8. <sup>a</sup> CCmds	ANG	28-MAR-1969
Soldado	"Cmd"	José Francisco Felício Calado	10. <sup>a</sup> CCmds	MOÇ	03-ABR-1969
1. <sup>o</sup> Cabo	"Cmd"	Herculano Augusto Dias	10. <sup>a</sup> CCmds	MOÇ	04-ABR-1969
Furriel	"Cmd"	Raúl Fainó Ramos	15. <sup>a</sup> CCmds	GUI	13-ABR-1969
Soldado	CAR	Vitor Manuel Bandeira Quaresma	17. <sup>a</sup> CCmds	MOÇ	12-MAI-1969
1. <sup>o</sup> Cabo	"Cmd"	Manuel Ribeiro da Silva	16. <sup>a</sup> CCmds	GUI	31-MAI-1969
Furriel	"Cmd"	Luís Maria Leão de Sampaio Maia	19. <sup>a</sup> CCmds	ANG	02-JUN-1969
Soldado	Atir	António de Jesus Loureiro	C I /C. I. Cmds	ANG	15-JUN-1969
Soldado	Atir	António Francisco Santos Ribeiro	C I /C. I. Cmds	ANG	19-JUN-1969
1. <sup>o</sup> Cabo	"Cmd"	Bertolino Ferreira Vendas	8. <sup>a</sup> CCmds	ANG	20-JUN-1969
Soldado	"Cmd"	Joaquim Fernandes Carvalhosa	14. <sup>a</sup> CCmds	ANG	30-JUN-1969
Soldado	"Cmd"	Domingos da Silva Ferreira	16. <sup>a</sup> CCmds	GUI	04-JUL-1969
Furriel	Tms	Adelino Jerónimo da Silva	8. <sup>a</sup> CCmds	ANG	17-JUL-1969
Soldado	"Cmd"	Ângelo Monteiro Costa	17. <sup>a</sup> CCmds	MOÇ	27-JUL-1969
1. <sup>o</sup> Cabo	"Cmd"	Avelino Ferreira Alves	15. <sup>a</sup> CCmds	GUI	30-AGO-1969
1. <sup>o</sup> Cabo	Tms	António Vieira	15. <sup>a</sup> CCmds	GUI	30-AGO-1969
1. <sup>o</sup> Cabo	Tms	Francisco Pires Leal	15. <sup>a</sup> CCmds	GUI	30-AGO-1969
1. <sup>o</sup> Cabo	Atir	Joaquim Martins da Fonseca	15. <sup>a</sup> CCmds	GUI	30-AGO-1969
Soldado	"Cmd"	Joaquim dos Santos Monteiro	15. <sup>a</sup> CCmds	GUI	30-AGO-1969
1. <sup>o</sup> Cabo	"Cmd"	José Augusto Heleno Lourenço	15. <sup>a</sup> CCmds	GUI	02-SET-1969
1. <sup>o</sup> Cabo	"Cmd"	Ali Embaló	BCmds/CTIG	GUI	02-SET-1969
Soldado	"Cmd"	Rafael Filipe Alves	16. <sup>a</sup> CCmds	GUI	03-SET-1969
Soldado	Atir	Manuel Vingada Cardoso	C I / C. I. Cmds	ANG	05-SET-1969
Soldado	"Cmd"	António Cardão Gomes da Silva	20. <sup>a</sup> CCmds	ANG	07-SET-1969
Soldado	Atir	Manuel A E. B. Oliveira	2. <sup>a</sup> C. I. /CIOE	Lamego	18-SET-1969
Soldado	"Cmd"	António Luís Fernandes	14. <sup>a</sup> CCmds	ANG	20-SET-1969
Soldado	"Cmd"	Manuel Mendes da Costa Marques	14. <sup>a</sup> CCmds	ANG	20-SET-1969
1. <sup>o</sup> Cabo	"Cmd"	Carlos Rogério Barros da Silva	15. <sup>a</sup> CCmds	GUI	27-SET-1969
1. <sup>o</sup> Cabo	"Cmd"	Carlos Rogério Barros da Silva	15. <sup>a</sup> CCmds	MOÇ	29-OUT-1969
Soldado	"Cmd"	David Duque Chaves	18. <sup>a</sup> CCmds	MOÇ	29-OUT-1969
Soldado	"Cmd"	Amílcar João Fernandes Sampaio	19. <sup>a</sup> CCmds	ANG	31-OUT-1969
Soldado	"Cmd"	Lázaro Ramos da Conceição Neto	19. <sup>a</sup> CCmds	ANG	01-NOV-1969
Soldado	"Cmd"	Manuel Correia Pinto	10. <sup>a</sup> CCmds	MOÇ	03-NOV-1969
1. <sup>o</sup> Cabo	"Cmd"	Reinaldo Alves Portela	10. <sup>a</sup> CCmds	MOÇ	10-NOV-1969
Soldado	"Cmd"	Carlos Alberto Lira Marques	18. <sup>a</sup> CCmds	MOÇ	12-NOV-1969
Soldado	"Cmd"	Carlos Alberto Amador Santos	21. <sup>a</sup> CCmds	MOÇ	23-NOV-1969
Soldado	Atir	Mário Antunes Gaspar	C I / C. I. Cmds	ANG	24-NOV-1969
Soldado	"Cmd"	Leonel António Cabral Abreu	10. <sup>a</sup> CCmds	MOÇ	30-NOV-1969

Soldado	Atir	Antônio da Silva Nogueira	C I / C. I. Cmds	ANG	28-DEC-1969
Furriel	"Cmd"	José Joaquim Vicente Nobre	19. <sup>a</sup> CCmds	ANG	21-JAN-1970
Soldado	"Cmd"	Júlio Ribeiro de Oliveira	23. <sup>a</sup> CCmds	MOÇ	27-JAN-1970
1. <sup>o</sup> Cabo	Coz	José Rodrigues Gomes	20. <sup>a</sup> CCmds	ANG	13-FEV-1970
Soldado	"Cmd"	Joaquim Fonseca da Silva	18. <sup>a</sup> CCmds	MOÇ	21-FEV-1970
Furriel	"Cmd"	Renato Moreira Rodrigues	19. <sup>a</sup> CCmds	ANG	12-MAR-1970
Alferes	"Cmd"	Manuel Encarnação Costa	17. <sup>a</sup> CCmds	MOÇ	13-MAR-1970
1. <sup>o</sup> Cabo	"Cmd"	Silvestre Costa Silva	17. <sup>a</sup> CCmds	MOÇ	13-MAR-1970
Soldado	"Cmd"	Antônio Augusto Ribeiro	18. <sup>a</sup> CCmds	MOÇ	26-MAR-1970
Soldado	Atir	José Maria Gonçalves Pinto	C I / BCmds	MOÇ	03-ABR-1970
Soldado	Atir	Olívio Esteves Gaspar	C I / C. I. Cmds	ANG	11-ABR-1970
Furriel	Atir	João da Palma Teixeira Alves	26. <sup>a</sup> CCmds	GUI	03-MAI-1970
Alferes	"Cmd"	Afonso Henrique	22. <sup>a</sup> CCmds	ANG	18-MAI-1970
Soldado	CAR	Aquilino Martins Segão	22. <sup>a</sup> CCmds	ANG	18-MAI-1970
Soldado	Atir	Bubacar Sidi Bá	1. <sup>a</sup> CCmds/Afr	GUI	28-MAI-1970
Furriel G. <sup>o</sup>	"Cmd"	José Mendonça	1. <sup>a</sup> CCmds/Afr	GUI	18-JUN-1970
Soldado	Atir	Joaquim Américo Pinto Pereira	26. <sup>a</sup> CCmds	GUI	21-JUN-1970
Soldado	"Cmd"	Fernando Manuel Agostinho Silva Luís	23. <sup>a</sup> CCmds	MOÇ	23-JUN-1970
Soldado	"Cmd"	Nicolau Tomás Cabral	1. <sup>a</sup> CCmds/Afr	GUI	26-JUN-1970
1. <sup>o</sup> Cab. M. <sup>o</sup>	"Cmd"	Julião Albano Cabral	1. <sup>a</sup> CCmds/Afr	GUI	04-JUL-1970
Soldado	"Cmd"	José Augusto Marú Djaná	1. <sup>a</sup> CCmds/Afr	GUI	04-JUL-1970
Soldado	Atir	Wilson Lopes Ferreira da Câmara	C I / C. I. Cmds	ANG	10-JUL-1970
Soldado	"Cmd"	Mário Silva Melo	18. <sup>a</sup> CCmds	MOÇ	12-JUL-1970
Soldado	"Cmd"	Manuel Lima Gomes	18. <sup>a</sup> CCmds	MOÇ	12-JUL-1970
Soldado	"Cmd"	Manuel Antunes Pimenta	17. <sup>a</sup> CCmds	MOÇ	23-JUL-1970
Soldado	"Cmd"	Luís João Coutinho Júnior	1. <sup>a</sup> CCmds/Moç	MOÇ	28-JUL-1970
Soldado	"Cmd"	José Ramos Alípio	18. <sup>a</sup> CCmds	MOÇ	29-JUL-1970
Soldado	"Cmd"	Ezequiel Ferreira Martins	19. <sup>a</sup> CCmds	ANG	05-AGO-1970
Furriel	Mec	José Antônio Gonçalves Meireles	1. <sup>a</sup> CCmds/Moç	MOÇ	28-AGO-1970
Soldado	Pad	José Joaquim Coelho	25. <sup>a</sup> CCmds	ANG	11-SET-1970
Alferes	"Cmd"	David Barbosa Calrão	1. <sup>a</sup> CCmds/Moç	MOÇ	14-SET-1970
Soldado	Atir	Jorge Manuel Madaíl Oliveira	C I / BCmds	MOÇ	23-SET-1970
Alferes	"Cmd"	Luís Mário da Silva e Sá	26. <sup>a</sup> CCmds	GUI	24-SET-1970
Soldado	Atir	Antônio Oliveira Matos	C I / BCmds	MOÇ	26-SET-1970
Soldado	Atir	Onhé Cá	27. <sup>a</sup> CCmds	GUI	05-OUT-1970
Furriel	Mec	Manuel Jacinto Caeiro Martins	18. <sup>a</sup> CCmds	MOÇ	16-OUT-1970
Soldado	"Cmd"	Manuel Fernandes	27. <sup>a</sup> CCmds	GUI	08-NOV-1970
Alferes	"Cmd"	Abilio Rodrigues Ferreira	27. <sup>a</sup> CCmds	GUI	22-NOV-1970
Soldado	"Cmd"	João Bacar Cassamá	1. <sup>a</sup> CCmds/Afr	GUI	22-NOV-1970
Soldado	"Cmd"	Lourenço Pedro Dias	1. <sup>a</sup> CCmds/Afr	GUI	22-NOV-1970
1. <sup>o</sup> Cabo	"Cmd"	Álvaro Raimundo Ledo Pontes	1. <sup>a</sup> CCmds/Afr	GUI	24-NOV-1970
Soldado	"Cmd"	Caetano Gomes	1. <sup>a</sup> CCmds/Afr	GUI	25-NOV-1970
Soldado	"Cmd"	João Almeida	23. <sup>a</sup> CCmds	MOÇ	23-DEC-1970
Soldado	"Cmd"	Mário Maciel Rocha	26. <sup>a</sup> CCmds	GUI	27-DEC-1970
Furriel	"Cmd"	Carlos Alberto Carvalho Lima Brito	20. <sup>a</sup> CCmds	ANG	03-JAN-1971
Alferes	"Cmd"	José Antônio Miranda Esteves	20. <sup>a</sup> CCmds	ANG	08-JAN-1971
Soldado	"Cmd"	José Manuel Marta Bento	20. <sup>a</sup> CCmds	ANG	08-JAN-1971
Soldado	"Cmd"	Eduardo Jorge Moura	25. <sup>a</sup> CCmds	ANG	08-JAN-1971
Soldado	Atir	João Antônio	C I / C. I. Cmds	ANG	09-JAN-1971
Alferes	"Cmd"	Agostinho Machado R. Guimarães	28. <sup>a</sup> CCmds	MOÇ	14-ABR-1971
Capitão	"Cmd"	João Bacar Jaló (Djaló)	1. <sup>a</sup> CCmds/Afr	GUI	16-ABR-1971
Soldado	"Cmd"	Domingos Correia	2. <sup>a</sup> CCmds/Moç	MOÇ	23-ABR-1971
Furriel	"Cmd"	Antônio Carlos S. W. Ribeiro Arthur	3. <sup>a</sup> CCmds/Moç	MOÇ	03-MAI-1971
Soldado	"Cmd"	José Eduardo Mendes Areias	3. <sup>a</sup> CCmds/Moç	MOÇ	11-JUN-1971
Soldado	Atir	Lucílio Mendes de Matos	C I / C. I. Cmds	ANG	15-JUN-1971





Soldado	"Cmd"	José Vieira	1. <sup>a</sup> CCmds/Afr	GUI	19-MAI-1973
Soldado	"Cmd"	Mama Samba Embaló	3. <sup>a</sup> CCmds/Afr	GUI	19-MAI-1973
Alferes G. <sup>o</sup>	"Cmd"	Pedro Melna	2. <sup>a</sup> CCmds/Afr	GUI	19-MAI-1973
Alferes G. <sup>o</sup>	"Cmd"	Mama Samba Baldé	3. <sup>a</sup> CCmds/Afr	GUI	19-MAI-1973
Soldado	"Cmd"	Saliu Sané	3. <sup>a</sup> CCmds/Afr	GUI	19-MAI-1973
Furriel	"Cmd"	José Manuel Mira Lopes	36. <sup>a</sup> CCmds	ANG	22-MAI-1973
Soldado	"Cmd"	Ramiro Cosme da Costa	37. <sup>a</sup> CCmds	ANG	01-JUN-1973
Soldado	Atir	José Elias Ubisse	C I/ BCmds	MOÇ	07-JUN-1973
Soldado	Atir	David Vicente Mianga	C I/ BCmds	MOÇ	25-JUN-1973
Soldado	Atir	Artur Esteves Simão	C I/ BCmds	MOÇ	27-JUN-1973
1. <sup>o</sup> Cabo	CAR	António José Nunes Augusto	2042. <sup>a</sup> CCmds	ANG	08-JUL-1973
Soldado	CAR	Amadeu Amaro dos Santos	2042. <sup>a</sup> CCmds	ANG	25-JUL-1973
Soldado	"Cmd"	Adelino	2042. <sup>a</sup> CCmds	ANG	25-JUL-1973
Furriel	"Cmd"	José António Landeiro Ribeiro	4040. <sup>a</sup> CCmds	MOÇ	12-AGO-1973
Soldado	"Cmd"	Raúl Ferreira Saraiva	4040. <sup>a</sup> CCmds	MOÇ	13-AGO-1973
Soldado	CSM/At	José António Ferreira Laurindo Alves	C I/ BCmds	MOÇ	13-SET-1973
Soldado	"Cmd"	Braima Jaló	3. <sup>a</sup> CCmds/Afr	GUI	25-SET-1973
Soldado	"Cmd"	Lama Jaló	3. <sup>a</sup> CCmds/Afr	GUI	25-SET-1973
Furriel G. <sup>o</sup>	"Cmd"	Quintino Rodrigues	1. <sup>a</sup> CCmds/Afr	GUI	25-SET-1973
1. <sup>o</sup> Cabo	"Cmd"	Mário Silva Duarte	7. <sup>a</sup> CCmds/Moç	MOÇ	28-SET-1973
Soldado	Atir	Mamadú Sani	C I/ BCmds	GUI	13-OUT-1973
Soldado	"Cmd"	Moisés David Macheque	8. <sup>a</sup> CCmds/Moç	MOÇ	22-OUT-1973
Soldado	"Cmd"	Adão Manjate	8. <sup>a</sup> CCmds/Moç	MOÇ	01-NOV-1973
Soldado	COM/At	Rui Alberto Reis Santos	C I/ BCmds	MOÇ	14-NOV-1973
Furriel	"Cmd"	Vitor Manuel Jesus Rodrigues Félix	2042. <sup>a</sup> CCmds	ANG	15-NOV-1973
Soldado	CAR	Vital Nunes Parreira	2042. <sup>a</sup> CCmds	ANG	15-NOV-1973
Soldado	"Cmd"	Alcino Francisco Gouveia	2042. <sup>a</sup> CCmds	ANG	15-NOV-1973
Soldado	"Cmd"	Augusto Luís da Silva	2042. <sup>a</sup> CCmds	ANG	15-NOV-1973
Soldado	"Cmd"	Manuel Alves de Sousa	2042. <sup>a</sup> CCmds	ANG	15-NOV-1973
Soldado	"Cmd"	Domingos Cumbá	BCmds/COE	GUI	18-NOV-1973
Soldado	CAR	João Gouveia Nogueira	2043. <sup>a</sup> CCmds	MOÇ	22-NOV-1973
Furriel G. <sup>o</sup>	"Cmd"	Bacar Sissé	1. <sup>a</sup> CCmds/Afr	GUI	10-DEC-1973
Soldado	"Cmd"	Sabana Fonhá	1. <sup>a</sup> CCmds/Afr	GUI	10-DEC-1973
Soldado	"Cmd"	Sori Baldé	1. <sup>a</sup> CCmds/Afr	GUI	10-DEC-1973
Soldado	"Cmd"	Herculano Capanda	36. <sup>a</sup> CCmds	ANG	13-DEC-1973
Soldado	"Cmd"	Bolama Intchudé	3. <sup>a</sup> CCmds/Afr	GUI	26-DEC-1973
Soldado	"Cmd"	Dembo Camará	3. <sup>a</sup> CCmds/Afr	GUI	26-DEC-1973
Soldado	"Cmd"	Adão Soares Pinheiro	2045. <sup>a</sup> CCmds	MOÇ	04-JAN-1974
Soldado	"Cmd"	António Jairoce	2040. <sup>a</sup> CCmds	MOÇ	19-JAN-1974
Soldado	"Cmd"	Dina Jone Alfinete	2040. <sup>a</sup> CCmds	MOÇ	22-JAN-1974
Soldado	CAR	José Luís C. P. Perestrelo Corte Real	6. <sup>a</sup> CCmds/Moç	MOÇ	02-FEV-1974
Soldado	"Cmd"	Albino Furna	2. <sup>a</sup> CCmds/Afr	GUI	05-FEV-1974
Alferes	"Cmd"	João José da Fonseca Nabais	2040. <sup>a</sup> CCmds	MOÇ	08-FEV-1974
Soldado	"Cmd"	Torquato Pascoal	37. <sup>a</sup> CCmds	ANG	14-FEV-1974
Soldado	Atir	Oswaldo Vieira de Sousa	C I / C. I. Cmds	ANG	21-FEV-1974
Soldado	Atir	Manuel Correia Cabaço	C I/ BCmds	MOÇ	24-FEV-1974
Soldado	Atir	Acácio dos Santos Ferreira	C I/ BCmds	MOÇ	25-FEV-1974
Soldado	Atir	Adérito Gonçalves Ferreira	C I/ BCmds	MOÇ	25-FEV-1974
Soldado	Atir	António Manuel Marques Pereira	C I/ BCmds	MOÇ	25-FEV-1974
Soldado	Atir	José Armando Pinto Almeida	C I/ BCmds	MOÇ	25-FEV-1974
Soldado	Atir	José dos Santos Jordão	C I/ BCmds	MOÇ	26-FEV-1974
1. <sup>o</sup> Cabo Mil <sup>o</sup>	Atir	Fernando da Silva Lopes	C I/ BCmds	MOÇ	26-FEV-1974
Furriel Mecânico		Eduardo dos Santos Gama	8. <sup>a</sup> CCmds/Moç	MOÇ	26-FEV-1974
Soldado	"Cmd"	António Francisco Gomes	8. <sup>a</sup> CCmds/Moç	MOÇ	26-FEV-1974
Soldado	"Cmd"	Ansú Turé	1. <sup>a</sup> CCmds/Afr	GUI	02-MAR-1974

Soldado	"Cmd"	Manuel Martins Gaspar	2044. <sup>a</sup> CCmds	ANG	08-MAR-1974
1.º Cabo	"Cmd"	Amândio da Silva Carvalho	38. <sup>a</sup> CCmds	GUI	10-MAR-1974
Asp. Of.	Atir	Telmo A. P. Mesquita	2. <sup>a</sup> CI/CIOE	Lamego	16-MAR-1974
Soldado	Atir	Vitor M. Pereira	2.º CI/CIOE	Lamego	16-MAR-1974
Soldado	"Cmd"	Alfredo da Silva	2. <sup>a</sup> CCmds/Afr	GUI	21-MAR-1974
Soldado	"Cmd"	Gainde Candé	2. <sup>a</sup> CCmds/Afr	GUI	21-MAR-1974
Soldado	"Cmd"	Sajo Fati	2. <sup>a</sup> CCmds/Afr	GUI	21-MAR-1974
Soldado	"Cmd"	Jorge Primário Massango	1. <sup>a</sup> /74 CCmds/Moç	MOÇ	28-MAR-1974
Soldado	Coz	Raimundo Mabjaia	1. <sup>a</sup> /74 CCmds/Moç	MOÇ	31-MAR-1974
Soldado	"Cmd"	Bacar Bala	2. <sup>a</sup> CCmds/Afr	GUI	17-ABR-1974
Soldado	Atir	Manuel L. Silva	2. <sup>a</sup> CI/CIOE	Lamego	22-ABR-1974
Soldado	"Cmd"	José Alexandre Costa	38. <sup>a</sup> CCmds	GUI	27-ABR-1974
1.º Cabo	Escrit	Mateus Fernandes Murrupa	CCS / BCmds	MOÇ	27-ABR-1974
Soldado	"Cmd"	João Mango	2. <sup>a</sup> CCmds/Afr	GUI	28-ABR-1974
Soldado	"Cmd"	José Carlos de Almeida Verdade	2042. <sup>a</sup> CCmds	ANG	30-ABR-1974
Furriel	"Cmd"	Francisco José Nunes Gonçalves	2043. <sup>a</sup> CCmds	MOÇ	11-MAI-1974
1.º Cabo	"Cmd"	Jeremias Rafael Massinga	8. <sup>a</sup> CCmds/Moç	MOÇ	20-MAI-1974
Soldado	CAR	Luciano Horário Baúque	8. <sup>a</sup> CCmds/Moç	MOÇ	20-MAI-1974
Furriel	"Cmd"	Carlos Alberto Vieitas Carvalho	2040. <sup>a</sup> CCmds	MOÇ	28-MAI-1974
Soldado	"Cmd"	Rogério de Jesus Marques	2040. <sup>a</sup> CCmds	MOÇ	28-MAI-1974
Soldado	"Cmd"	José Augusto Frias	2040. <sup>a</sup> CCmds	MOÇ	28-MAI-1974
Soldado Recruta		Daniel Chico	C I / C. I. Cmds	ANG	09-JUN-1974
Furriel	"Cmd"	Helder Aniceto dos Santos Lima	2041. <sup>a</sup> CCmds	ANG	16-JUN-1974
Soldado	"Cmd"	Henrique Pereira Lopes	2041. <sup>a</sup> CCmds	ANG	04-JUL-1974
Soldado	"Cmd"	Agostinho Soares Carvalho	2045. <sup>a</sup> CCmds	MOÇ	09-JUL-1974
Soldado	"Cmd"	Henrique Moreira Soares	2047. <sup>a</sup> CCmds	ANG	10-JUL-1974
Soldado	CSM/At	Alberto Manuel Casal Lopes Oliveira	C I / C. I. Cmds	ANG	14-JUL-1974
Soldado	"Cmd"	Anibal Correia	2045. <sup>a</sup> CCmds	MOÇ	18-JUL-1974
Soldado	"Cmd"	Francisco Gonçalves Paula	1. <sup>a</sup> /74 CCmds/Moç	MOÇ	11-AGO-1974
Soldado	"Cmd"	António Manuel Lopes da Cruz	4040. <sup>a</sup> CCmds	MOÇ	14-AGO-1974
Soldado	"Cmd"	João Carvalho Dias	4040. <sup>a</sup> CCmds	MOÇ	14-AGO-1974
Soldado	"Cmd"	Rui Mendes Ramos Júnior	8. <sup>a</sup> CCmds/Moç	MOÇ	22-AGO-1974
1.º Cabo	"Cmd"	Justino Mário Rodrigues Bento	2046. <sup>a</sup> CCmds	ANG	01-SET-1974
Soldado	CAR	Joaquim Luís Vital dos Santos	2046. <sup>a</sup> CCmds	ANG	01-SET-1974
Soldado	"Cmd"	Jaime Conceição Vasques Mesquita	2045. <sup>a</sup> CCmds	MOÇ	05-OUT-1974
Soldado	Atir	Henrique Pinhão Vinagre	C I / C. I. Cmds	ANG	29-OUT-1974
Soldado	CAR	Alberto José	CCS / BCmds	MOÇ	21-NOV-1974
Soldado	Atir	Renato C. Fernandes	CCS / BCmds	Amadora	30-NOV-1974
Soldado	"Cmd"	José António Vieira	CCmds n.º 112	Amadora	14-DEC-1974
Soldado	Coz	José Maria Correia	2046. <sup>a</sup> CCmds	Amadora	02-FEV-1975
Soldado	"Cmd"	Agostinho S. Moura	CCmds n.º 112	Amadora	08-MAR-1975
Soldado	"Cmd"	Manuel Salvador Ribaú	CCmds n.º 111	Amadora	06-AGO-1975
Tenente	"Cmd"	José Eduardo Oliveira Coimbra	CCmds n.º 112	Amadora	26-NOV-1975
2.º Furriel	"Cmd"	Joaquim dos Santos Pires	CCmds n.º 113	Amadora	26-NOV-1975

### QUADRO RESUMO

Classes e postos	Espec. "Cmd" (mortos)	Efect. Comb. 3 C. Cmds	Outras Espec. (mortos)
Capitães	4	3	-
Tenentes/Alferes/Asp.Of.	12	12	1
Sarg./Furriéis/ 1.º Cab Mil	38	36	11
1.ºs Cabos/Soldados	231	360	97
	Soma 285	411	Soma 125

Total: 285+125=410

## PÓS-FÁCIO (\*)

O 25 de Novembro é um acontecimento histórico relativamente recente, pelo que falta, ainda, a distância suficiente para que se possa fazer uma leitura desapaixonada.

Pese embora este facto, é interessante – importante mesmo – numa perspectiva de aprendizagem e de responsabilização social, debruçarmo-nos sobre este evento, contando, obviamente, com o subjectivismo que essa proximidade e participação no acontecimento sempre determinam.

E, nesta óptica, este livro é uma contribuição importante para um estudo sério e aprofundado do 25 de Novembro. Analisando-o nas suas diversas perspectivas, inclui uma abordagem mediática, considerando as notícias que, na época, iam dando conta do que se passava e das interpretações que eram feitas; apresenta um relato histórico dos três autores, complementando com depoimentos dos intervenientes; e transcreve, ainda, textos de um dos autores – o Coronel Manuel Bernardo – na imprensa, e documentos vários.

Olhando para trás, mesmo à distância de 30 anos, é impossível não ter bem presente, ainda, o intenso dramatismo que marcou os meses que se seguiram ao 25 de Abril e precederam o 25 de Novembro. A superação de ódios e paixões, a superação de contradições extremadas, a clarificação entre revolucionários e defensores do regime constitucional-pluralista não se fez sem dor nem violência, deixando em muitos portugueses marcas que até hoje perduram.

Em Outubro/Novembro de 1975, a clarificação estava feita. Delimitados se encontravam já os campos das opções políticas em confronto.

---

(\*) Texto solicitado posteriormente pelos autores, a pedido da Direcção Nacional da Associação de Comandos.

Relativamente claros eram, já, os propósitos estratégicos de cada um deles. Reconhecidas estavam as táticas que utilizavam e previsíveis as que iriam utilizar.

O objectivo político que o Grupo dos Nove perseguia – construir a democracia constitucional-pluralista – e o conhecimento das estratégias do PCP e seus aliados implicava que se retomasse, sem cedências, a ofensiva política. Nesta, segundo Melo Antunes, “ a primeira coisa indispensável é retomar o controlo das Forças Armadas”; “para construir a democracia no País é preciso fazê-la respeitar, isto é, é preciso dispor do Exército como braço secular.”

Esta anunciada ofensiva optou, tolerante, democraticamente, pela alternativa política. Modificar estruturas de comando das Forças Armadas, colocar quadros, despartidarizar unidades foi a primeira escolha do Grupo dos Nove.

Neste quadro de preocupação estratégica, subtrair a Região Militar de Lisboa ao comando de Otelo Saraiva de Carvalho e à influência do COPCON, disciplinar as suas unidades, subtraí-las á ingerência partidária, era, na verdade, depois da extinção do AMI, um grande e imediato objectivo político. Conseguido que fosse, potenciaria, politicamente, a “greve” do Governo, e ampliaria a operacionalidade e credibilidade do poder de intervenção presidencial.

Procurava-se, assim, através do Conselho da Revolução, que o comando da Região Militar de Lisboa fosse entregue a Vasco Lourenço.

A primeira investida política visando aquele objectivo não resultou. A 23 de Novembro, Otelo, pressionado por delegados da maioria das unidades de Lisboa (ausentes estiveram, entre outras, a EPI, a EPC e o Regimento de Comandos), veta publicamente o nome proposto para o Comando da Região Militar.

De novo se investe, tentando consumir a nomeação. Conseguem os Nove que, para o efeito, seja convocado o Conselho da Revolução para 24.

Se Otelo, ou o Conselho da Revolução, se opusesse à nomeação de Vasco Lourenço para a Região Militar de Lisboa, seria necessário re-

flectir sobre a necessidade de continuar a ofensiva política em curso por outros meios (militares).

Enquanto o Conselho da Revolução decorria, parte do grupo militar mantinha-se em alerta no EMGFA. Este grupo militar era uma equipa que havia meses se constituía, ligada ao Grupo dos Nove, para responder a uma eventual tentativa revolucionária de conquista do poder. Procedera à recolha de informações necessárias à elaboração e actualização dos estudos da situação política; elaborara o planeamento das respostas operacionais militares, para os diferentes cenários previsíveis de insurreição armada; e atribuíra missões a unidades, oficiais e sargentos, sobretudo do Exército e Força Aérea.

Já na madrugada de 25, o Conselho da Revolução e Otelo aceitam, finalmente, a nomeação do novo comandante da Região Militar de Lisboa.

É com alívio e com esperança de que ainda seja possível reverter a situação política sem intervenção armada que o grupo militar recebe a notícia e deixa o EMGFA.

Tarde, já, chego a casa. Pouco tinha dormido quando a minha mulher me acorda. Tenho um telefonema. Laconicamente, o Tenente-Coronel Pimentel informa-me que o adversário desencadeara uma acção armada que de há muito se admitia como provável. Fardo-me e junto duas granadas de mão ofensivas às mudas de roupa que, há semanas, guardava no saco de bagagem. Despeço-me de maneira especial, mas desdramatizada, da minha mulher e do meu filho, e sigo para o EMGFA. A tensão e, mesmo, uma certa angústia, das últimas semanas, desaparecem como por encanto.

Era uma sensação conhecida para quem pisara já os campos de guerra. À incerteza da ameaça impunha-se a realidade da acção. O adversário real substituíra o cenarizado pela imaginação interpretativa de cada um.

Reunido no EMGFA, procedeu o grupo militar à análise da acção desencadeada pelo adversário, suas consequências, possibilidades, oportunidades e vulnerabilidades. Reconheceu-se mérito de concepção e competência à acção adversa. Na verdade, com notória eficiência

os “páras” ocuparam bases importantes. Com o apoio do GDACI, ocuparam o Comando da Região Aérea em Monsanto e detiveram o General Pinho Freire; o RALIS ocupava posições que lhe asseguravam o controlo da auto-estrada do Norte e do aeroporto; controlavam, ainda, o importante Depósito Geral de Material de Guerra, em Beirolas; a EPAM ocupou a RTP; o SDCI dispunha de uma rede de comunicações importante e de uma capacidade de intervenção informativa e contra-informativa preocupante. Comissões de Fuzileiros tentaram persuadir unidades a apoiar os pára-quedistas. Fragatas fizeram-se ao largo. A situação e a sua evolução possível eram verdadeiramente preocupantes.

Conselheiros da Revolução do Grupo dos Nove reuniram com o Presidente da República, na manhã de 25. A essa reunião outra se segue, também em Belém, com o Presidente da República. Nela intervém Melo Antunes e, depois, eu próprio. Fui encarregado de expor o plano de operações elaborado para responder a uma qualquer acção armada contra o poder comprometido, de acordo com o Programa do MFA, com o estabelecimento da democracia.

Fiquei persuadido de que o Presidente da República, apesar da sua indesmentível qualidade militar, perdera o controlo da situação (aliás, ele próprio, dias antes, na RTP, “reconhecera que era incapaz de estabelecer o ponto da situação”). Pretendia o Presidente da República que se aguardasse o regresso de Costa Martins, a quem tinha pedido ajuda para “evitar a guerra civil”. Melo Antunes e eu dissemos-lhe, em discursos diferentes – mais político o de Melo Antunes e mais militar o meu – que o tempo já não era para negociações, que era indispensável decidir e actuar com celeridade, pois, com manifesta inferioridade de meios em Lisboa, o dia era para nós fundamental, caso tivéssemos de recorrer à Força Aérea.

Cerca das 15H30, Costa Gomes dá luz verde para responder à ofensiva do adversário. Tínhamos conseguido o primeiro passo. A acção militar iria desenvolver-se num contexto que sempre desejáramos que fosse de rigorosa legitimidade e de respeito pela cadeia do comando.

Às 16H30 é declarado o estado de emergência. Instala-se, entretanto, em Belém, junto do Presidente da República, um grupo de

acompanhamento político e militar, constituído pelos Conselheiros da Revolução pertencentes ao chamado Grupo dos Nove, e por Vasco Rocha Vieira, Loureiro dos Santos, José Pimentel e Aventino Teixeira. Junto do Primeiro-Ministro se manteve José Barroco.

A essa mesma hora, já na Amadora, instala-se o Posto de Comando, que me coube dirigir, constituído inicialmente por Tomé Pinto, Garcia dos Santos, Aurélio Trindade e Monteiro Pereira. Muito competente foi a acção de todos, nomeadamente a do Coronel Garcia dos Santos que, com a sua equipa, operacionalizou, em tempo recorde, um sistema de transmissões, que utiliza, logo também, para entrar em redes de transmissões do inimigo (através do sistema de comunicações telefónicas) e perturbá-lo.

Com manifesta inferioridade em Lisboa, e com a RTP e a EN nas mãos do adversário, o factor tempo era crucial. A noite, que se aproximava, impossibilitando usar os meios aéreos, potenciava essa vulnerabilidade.

Tentando aproveitar os factores tempo e surpresa, camaradas de Engenharia, à paisana e utilizando as suas viaturas próprias, actuam no Porto Alto sobre os equipamentos de transmissão da rádio, e na Lousã, passando a emissão da RTP para o Porto.

Atacou-se o GDACI, em Monsanto, com uma força de 200 “comandos”, com 16 “Chaimites” e reforçada com canhões sem recuo. O GDACI caiu sem sangue. Foi grande a eficácia dos “comandos”. Mas foi, também, notória a falta de determinação e de comando do adversário. Renascia a esperança de que seria evitável a guerra civil em grande escala.

Mandou-se, no dia seguinte, uma força de “comandos” para a Calçada da Ajuda. O objectivo era neutralizar o RPM, sem efusão de sangue. Não se podia esperar, pois ainda não se tinha invertido a nosso favor a correlação de forças. Três militares perdem a vida nesta acção. Dois eram “comandos”: o Tenente José Coimbra e o Furriel Joaquim Pires. Um era da PM: o Aspirante José Bagagem.

A 27, ocupa-se o COPCON e prendem-se os oficiais que nele se tinham reunido com Otelo. Elaboram-se planos e mobilizam-se meios

para a ofensiva contra a base de pára-quedistas. Para evitar que mais cadáveres ficassem a ensombrar a Revolução de Abril, usam-se o tempo, a informação e acções aéreas dissuasórias como factores de desmobilização. Os pára-quedistas acabam por se render. O pesadelo acabara.

Interessante será relembrar que, na missão da ordem de operações, se não esqueceu de mencionar que era propósito da acção proceder ao “estabelecimento das vias que conduzam à democratização efectiva e pluralista (...) do País”.

A guerra civil esteve por um fio. Circunstâncias diversas a terão evitado. Importante é considerar, neste ponto, a inteira disponibilidade operacional das três Regiões Militares (Norte, Centro e Sul) e das principais unidades da Região Militar de Lisboa (é justo mencionar, entre estas, a dos Comandos, a EPI, a EPC e o CIACC). Importante é, também, sublinhar o patriotismo e a capacidade de comando do Coronel Jaime Neves, que soube travar, em circunstâncias difíceis, o ímpeto combativo dos seus homens, de modo a minimizar as perdas humanas nos confrontos da Calçada da Ajuda.

Esta preocupação constante pela limitação das acções militares ao mínimo necessário, para evitar uma escalada de violência entre camaradas de armas e o risco do seu alastramento à Sociedade Civil – já polarizada em torno de projectos e discursos políticos extremados e incompatíveis – não terá sido sentida apenas do nosso lado. Penso que o rigor histórico prestará essa justiça a alguns dos que naquele dia alinharam pelo lado do golpe mas depois recuaram, perante a enormidade dos custos humanos previsíveis. E continuo persuadido, por exemplo, de que Otelo Saraiva de Carvalho não mobilizou contra nós as forças de que podia dispor – e não por indecisão da sua parte, como algumas leituras posteriores pretenderam –, mas porque, na hora da verdade, teve consciência do que isso significava para o País.

Procurou-se, logo a seguir, que o 25 de Novembro fosse o ponto de partida para a recuperação de promessas feitas originalmente pelo MFA, considerando, naturalmente, o diferente quadro, sobretudo social e político, então existente. Assim, logo a 26 de Novembro, a intervenção televisiva de Melo Antunes não só diz não às “sugestões” de dissoluções partidárias, nomeadamente do PCP, como mostra

“que a democracia implica a integração do adversário”. Parafraseando Dominique Pouchin, na altura enviado especial do *Le Monde*, com essa intervenção “se instalou o Estado de Direito em Portugal”, simbolicamente, é certo. Não se esqueceu, também, a legitimidade democrática emergente, representada pela Assembleia Constituinte.

Com esse propósito se redefiniu o papel político das Forças Armadas, através da Lei 17/75, na qual “pela primeira vez se explicita o princípio da subordinação ao poder político”, legítimo na origem e coerentemente legal na acção política.

Declarando inequivocamente as Forças Armadas políticas, mas apartidárias, neutras, procedeu-se à sua reinstitucionalização, quer dizer, à recondução à sua ideologia formal (unidade, disciplina e hierarquia) e aos seus valores institucionais de referência – “sentido do interesse nacional, culto da generosidade activa e da isenção pessoal, coragem física e moral”.

Não se buliu com a Sociedade Civil e as suas organizações. Para não a perturbar e permitir o reencontro tolerante consigo mesma, primeiro. Depois, para que ficasse claro que as Forças Armadas, fiéis ao seu escopo nacional, não só se declaravam partidário-ideologicamente neutras, como se subordinavam, voluntariamente, ao poder político legítimo, aceitando e defendendo todas as decisões que o voto popular tivesse legitimado e todas as que a lei, constitucionalmente obediente, tivesse estabelecido.

Assim, o 25 de Novembro, enquanto acto “esclarecedor do actual regime”, deixava claro, a todos, incluindo os restauracionistas, que a sorte dos partidos e de outras formações políticas só dependia da decisão livre da Sociedade Civil e que a vida e a acção das outras diferentes organizações da Sociedade Civil só eram dependentes da vontade dos seus participantes e dos ditames da lei.

Deixou-se aos partidos políticos a caracterização do regime constitucional-pluralista e a definição dos sistemas de governo. Considerando a experiência do PREC e da I República, apenas se exigiu que a reinstitucionalização militar fosse deixada aos militares, e se pretendeu, através do II Pacto MFA-Partidos, que o poder político partidário

não pudesse, arbitrariamente, fazer de novo o que fizera no rotativismo monárquico, na I República, no Estado Novo, e já, de certa maneira, também, na actual República, no PREC – contrapor-se ou identificar-se com a Sociedade Civil, em vez de a servir de acordo com a Constituição, que deve ser um contrato de legitimidade e confiança entre o Estado e a Sociedade, susceptível de levar ambos, em honesta harmonia, a maximizar a liberdade e a igualdade, assim contribuindo para construir a verdadeira cidadania.

ANTÓNIO RAMALHO EANES

## BIBLIOGRAFIA

ABREU, Paradelas de. *Do 25 de Abril ao 25 de Novembro; Memória do Tempo Perdido*. Lisboa, Ed. Intervenção, 1983.

AFONSO, Aniceto. *A Revolução dos Cravos*. In "História de Portugal", vol. XIV, dir. João Medina. Lisboa, Ediclube, 1993.

Idem. *Diário da Liberdade*. Ed. Associação 25 de Abril e Ed. Notícias. Lisboa, 1995.

AGOSTINHO, Artur. *Até na prisão fui roubado*. Lisboa, Ed. Área, 1976.

ALMADA, Teresa. *Diário da Reforma Agrária*. Mem Martins, Ed. Publicações Europa-América, s/d.

ALMEIDA, Dinis de. *Ascensão, Apogeu e Queda do MFA*, 2.<sup>a</sup> vol. Lisboa, Ed. Sociais, 1979.

AMARAL, Diogo Freitas do. *O Antigo Regime e a Revolução; Memórias Políticas (1941-1975)*. Lisboa, Círculo de Leitores, 1995.

AMORIM, Fernando Pacheco. *25 de Abril; Episódio do Projecto Global*. Porto, Ed. Centro de Cópias – António Silva Ramos, 1996.

ANTUNES, José Freire. *O Segredo do 25 Novembro*. Mem Martins, Ed. Publicações Europa-América, 1980.

Idem. *Sã Carneiro, Um Meteoro nos Anos Setenta*. Lisboa, Pub. D. Quixote, 1982.

Idem. *Os Espanhóis e Portugal*. Lisboa, Ed. Oficina do Livro, 2004.

ARRIAGA, Kaúlza de. *Sínteses*. Lisboa, Ed. Autor, 1992.

AZEVEDO, Pinheiro de. *25 de Novembro sem Máscara*. Lisboa, Ed. Intervenção, 1979.

ÁVILLES, Maria João. *Do Fundo da Revolução*. Lisboa, Ed. Público, 1994.

Idem. *Soares; Ditadura e Revolução*. Lisboa, Ed. Público, 1996.

BALABANIAN, Olivier e Guy Bouet. *Os Cravos Murcharam; 1975-1985 (...)*. Braga, Tip. Barbosa e Xavier, Lda, 1987.

BALDANI, Dragisa Popovic. *Eanes entre o Ontem e o Amanhã*. Lisboa, Ed. Nova Nórdica, 1986.

BARROS, Henrique de. *Escritos Parlamentares e outros (...)*. Lisboa, Ed. Livros Horizonte, 1976.

BARROSO, José Manuel. *Segredos de Abril*. Lisboa, Ed. Notícias, 1995.

BERNARDO, Manuel A.. *Equívocos e Realidades; Portugal 1974-1975*, 2.<sup>o</sup> vol. Lisboa, Ed. Nova Arrancada, 1999.

Idem, Manuel A. Bernardo. *Memórias da Revolução; Portugal 1974-1975*. Lisboa, Ed. Prefácio, 2004.

BRANCO, Manuel (pseudónimo de Manuel A. Bernardo). *Os "Comandos" no Eixo da Revolução. Lisboa; Crise Permanente do PREC; Portugal 1975-76*. Lisboa, Ed. Abril, 1977.

BRITO, J. M. Brandão de (coord.). *O País na Revolução*. Lisboa, Ed. Notícias, 2001.

BURGUETE, Meira. *O Caso Rio Maior*. Lisboa, Ed. "O Século", 1978.

BURTON, Anthony. *A Destruição da Lealdade*. Lisboa, Ed. Abril, 1978.

CALADO, Brig. Henrique, e outros (Presidência da República). *Relatório da Comissão de Averiguação de Violências sobre Presos Sujeitos às Autoridades Militares*. Lisboa, Ed. INCM, 1976.

CALDAS, A. Pereira. *Para a História da Rádio Renascença (1974-1975)*. Lisboa, Ed. Grifo e Rádio Renascença, 1999.

CANINÉ, José. *À Moda da Vida*. Faro, Ed. Algarve em Foco, 2000.

Idem. *Inquietando*. Lisboa, Ed. Prefácio, 2005.

CARDOSO, António Lopes. *Luta pela Reforma Agrária*. Lisboa, Ed. Diabril, 1976.

CARDOSO, Pedro (org.). *Cronologia Geral*. Lisboa, Ed. do Instituto de Relações Internacionais, 1995.

CARVALHO, Daniel Proença de. *Cinco Casos de Injustiça Revolucionária; BIP/Torraltia/Um Saneamento/José Diogo/11 de Março*. Lisboa, Ed. Autor, 1976.

CARVALHO, Ruben de. *Dossier CIA*. Lisboa, Ed. Avante, 1978.

CARVALHO, Vacas de. *O Fracasso de um Processo da Reforma Agrária no Alentejo*. Aveiro, Ed. Autor, 1977.

CEREZALES, Diego Palacios. *O Poder Caiu na Rua; Crise do Estado e Acções Colectivas na Revolução Portuguesa; 1974-1975*. Lisboa, Ed. Imprensa de Ciências Sociais/ICSUL, 2003.

CERVELLÓ, Josep Sanchez, *A Revolução Portuguesa e a sua Influência na Transição Espanhola (1961-1976)*. Lisboa, Ed. Assírio e Alvim, 1993.

Idem. *O 25 de Novembro*. In João Medina (dir.) "História de Portugal", vol. XIV. Lisboa, Ed. Clube, 1993.

CLEMENTE, Manuel Durand. *Elementos para a Compreensão do 25 de Novembro*. Lisboa, Edições Sociais, 1976.

- Colectivo das Edições Avante. *"Dossier" Terrorismo*. Lisboa, Ed. Avante, 1977.
- Colectivo das Edições Ulmeiro. *Textos Cristãos; 25 de Abril / 25 de Novembro*. Lisboa, Ed. Ulmeiro, 1977.
- Colectivo das Iniciativas Editoriais. *Os Comitês de Defesa da Revolução*. Lisboa, Ed. Iniciativas Editoriais, 1975.
- CORREIA, Pedro Pezarat. *Questionar Abril*. Lisboa, Círculo de Leitores, 1994.
- COSTEIRA, Cor. Arnaldo. *Eu Capitão de Abril me Confesso*. Porto, Ed. Lello, 1999.
- CRUZ, Manuel Braga da. *Instituições Políticas e Processos Sociais*. Lisboa, Ed. Bertrand, 1995.
- CRUZEIRO, Maria Manuela. *Costa Gomes; O Último Marechal*. Lisboa, Círculo de Leitores, 1998.
- Idem. *Vasco Gonçalves; Um General na Revolução*. Lisboa, Ed. Notícias, 2002.
- Idem. *Melo Antunes; O Sonbador Pragmático*. Lisboa, Ed. Notícias, 2004.
- CUNHA, Manuel Barão da. *Radiografia Militar*. Lisboa, Ed. "O Século", 1975.
- Idem. *Na 23ª Hora do MFA*. Lisboa, Ed. Autor, 1975.
- Idem. *Os Párias e os Outros; Textos Incómodos*. Porto, Ed. Liv. Internacional, 1976.
- Idem (coord.). *Os Militares as Artes e as Letras; Os 25 Anos do 25 de Novembro*. Lisboa, Ed. Notícias, 2001.
- CUNHAL, Álvaro. *A Crise Político-Militar; Discursos Políticos V; Documentos Políticos do PCP*. Lisboa, Ed. Avante, 1976.
- Idem. *Do 25 de Novembro às Eleições para a Assembleia da República*. (...). Lisboa, Ed. Avante, 1976.
- DÂMASO, Eduardo. *A Invasão Spinoalista*. Lisboa, Círculo de Leitores, 1997.
- DUARTE, António de Sousa, e João Pedro Serafim. *Confissões do 25 de Abril*. Lisboa, Ed. Âncora, 1999.
- DUGOS, Carlos. *MDLP-ELP; O que são?*. Lisboa, Ed. Acrópole, 1976.
- FAYE, Jean Pierre. *Portugal de Otelo; A Revolução no Labirinto*. Lisboa, Ed. Socicultur, 1977.
- FERNANDES, Capitão. *Nem Tudo Está Perdido*. Lisboa, Ed. Ulmeiro, 1976.
- FERNANDES, Vasco da Gama. *Trabalhos Parlamentares*. Lisboa, Ed. Publicações Europa-América, 1978.
- FERREIRA, Eduardo de Sousa, e Walther C. Opello Jr (dir). *Conflitos e Mudanças em Portugal; 1974-1984*. Lisboa, Ed. Terramar, 1985.

- FERREIRA, F. A. Gonçalves (coord.). *15 Anos da História Recente de Portugal*. Lisboa, Tip. António Coelho Dias, 1985.
- FERREIRA, José Medeiros. *Portugal em Transe (1974-1985)*. In José Mattoso. *História de Portugal*, vol. VIII. Lisboa, Círculo de Leitores, 1993.
- Idem (coord.). *Política Externa e Política de Defesa do Portugal Democrático*. Lisboa, Ed. Colibri, 2001.
- FERREIRA, Serafim (coord.). *MFA Motor da Revolução Portuguesa*. Lisboa, Ed. Diábril, 1975.
- FERREIRA, Francisco (Chico da CUF). *Álvaro Cunhal; Herói Soviético; Subsídios para uma Biografia*. Lisboa, Ed. Autor, 1976.
- FONSECA, José Dias de Almeida da. *Livro Negro do "25 de Abril"*. Lisboa, Ed. Fernando Pereira, 1982 (?).
- FRÉMONTIER, Jacques. *Portugal os pontos nos ii*. Lisboa, Ed. Moraes, 1976.
- Fundação de Relações Internacionais. *Soares, Portugal e a Liberdade*. Lisboa, Moraes Ed., 1984.
- GAMA, Augusto Paulo da (org.). *Vasco Gonçalves; Discursos (...)*. Lisboa, Ed. Autor, 1976.
- GARIN, João. *Reforma Agrária; Seara de Ódio*. Lisboa, Ed. Templo, 1977.
- GASPAR, Carlos, e Vasco Rato. *Rumo à Memória; Crônicas da Crise Comunista*. Lisboa, Ed. Quetzal, 1992.
- GOMES, Costa. *Sobre Portugal; Diálogos com Alexandre Manuel*. Lisboa, Ed. A Regra do Jogo, 1979.
- Idem. *Discursos Políticos*. Lisboa, Ed. Direcção Geral de Divulgação, 1976.
- GOMES, Paulino. *Eanes: Porquê o poder?*. Lisboa, Ed. António Reis, 1976.
- GOMES, Varela. *Sobre os Golpes Contra-Revolucionários de 11 de Março e de 25 de Novembro*. Lisboa, Ed. Autor, 1980.
- Idem. *A Contra-Revolução de Fachada Socialista*. Lisboa, Ed. Ler, 1981.
- Idem (coord.). *Livro Branco da 5ª Divisão; 1974-75*. Lisboa, Ed. Ler, 1984.
- Idem. *Esquerdalhos, Renegados e outros Bandalhos*. Lisboa, Ed. Autor, 2003.
- JÚDICE, José Miguel. *PCP; Um Iceberg em Movimento*. Lisboa, Ed. Associação para a Cooperação e Desenvolvimento Social, 1988.
- LAGOA, Vera. *Os Revolucionários que eu Conheci*. Lisboa, Ed. Intervenção, 1977.
- Idem. *A Cambada*. Lisboa, Ed. Intervenção, 1978.
- LOPES, Victor Silva. *Cenas Parlamentares*. Lisboa, Ed. Editus, 1976.

LOUÇÃO, Francisco. *Ensaio para uma Revolução; 25 de Abril; Dez Anos de Lições*. Lisboa, Ed. Cadernos Marxistas, 1984 (?).

LUCENA, Manuel. *Revolução e Instituições; A Extinção dos Grêmios de Lavoura Alentejanos*, 5.º vol. de "A Reforma Agrária", António Barreto (dir.). Lisboa, Ed. Publicações Europa-América, s/d.

MATEUS, Rui. *Memórias de um PS Desconhecido; Contos Proibidos*. Lisboa, Ed. Dom Quixote, 1996.

MEDINA, João (dir.). *História Contemporânea de Portugal*, 5.º vol. Lisboa, Ed. Amigos do Livro, 1985.

Idem. *História de Portugal*, vol. XIV. Amadora, Ediclube, 1993.

MELO, Galvão de. *Coragem de Lutar*. Lisboa, Ed. Autor, 1976.

Idem. *Entrevistas*. Lisboa, Ed. Autor, 1976.

Idem. *Meu Povo, Minha Terra*. Lisboa, Ed. Rolim, 1980 (?).

Idem. *Um Militar na Política*. Lisboa, Tip. Gráfica Almondina, 2002.

MELO, Henrique de Sousa. *A Comuna de Lisboa*. Lisboa, Ed. Agência Portuguesa de Revistas, 1977.

MESQUITA, Mário, e José Rebelo (org.). *O 25 de Abril nos Media Internacionais*. Porto, Ed. Afrontamento, 1994.

Miranda, Jorge. *Fontes e Trabalhos Preparatórios da Constituição*. Lisboa, Ed. INCM, 1978, 2 vols.

MOREIRA, Adriano. *Saneamento Nacional*. Lisboa, Ed. Torres e Abreu, 1976.

Idem. *O Novíssimo Príncipe; Análise da Revolução*. Lisboa, Ed. Intervenção, 1977.

Idem. *A Nação Abandonada*. Lisboa, Ed. Intervenção, 1977.

MOTA, José Gomes. *A Resistência; Subsídios para o Estudo da Crise Político-Militar do Verão Quente de 1975*. Lisboa, Ed. Jornal Expresso, 1976.

MÚRIAS, Manuel Maria. *De Salazar a Costa Gomes*. Lisboa, Ed. Nova Arrancada, 1998.

OLIVEIRA, César, Eduardo Lourenço e Eduardo Prado Coelho. *A Crise da Revolução*. Lisboa, Ed. Iniciativas Editoriais, 1976.

Idem. *Os Anos Decisivos: Portugal 1962-1985; Um Testemunho*. Lisboa, Ed. Presença, 1993.

PEDRO, Edmundo. *O Processo das Armas*. Lisboa, Ed. Inquérito, 1987.

PIRES, Catarina. *Cinco Conversas com Álvaro Cunhal*. Porto, Campo das Letras, 1999.

- PIRES, Francisco Lucas. *A Bordo da Revolução; Ensaio de Análise Política 75/76*. Lisboa, Ed. Selecta, 1976 (?).
- POÇAS, Martins. *M'FLANDIA; Cidade Ocupada*. Lisboa, Ed. Literal, 1977.
- PORTUGAL, Manuel de. *Crónicas e Cartas*. Lisboa, Ed. Ulisseia, 1976.
- PRETO, Manuela. *Tortura depois de Abril. Relato de uma Jornalista Detida em Caxias Sem Culpa Formada*. Lisboa, Ed. Literal, 1977.
- RAMA, M. Manuela de S., e Carlos Plantier. *Melo Antunes; Tempo de Ser Firme*. Lisboa, Ed. Liber, 1976.
- REEVE, Charles. *O 25 de Novembro; Portugal: A Concepção Golpista da Revolução Social*. Lisboa, Ed. Meridiano, 1976.
- REGO, Victor Cunha. e Friedhelm Merz (coord.). *Liberdade para Portugal*. Lisboa, Liv. Bertrand, 1976.
- REIS, António (coord.). *Portugal Contemporâneo*, vol. 6. Lisboa, Ed. Alfa, 1989.
- Idem. *Portugal; 20 Anos de Democracia*. Lisboa, Círculo de Leitores, 1994.
- REIS, Pedro Manuel de Oliveira. *Oito Meses nas Prisões do Portugal Democrático (1974-1975)*. Lisboa, Ed. Margem – Sociedade Editorial Portuguesa, SARL, 1976.
- RÊPAS, F. Marques. *...E Nada Mais que a Verdade*. Lisboa, Ed. Erasmos, 1997.
- RODRIGUES, Avelino, Cesário Borge e Mário Cardoso. *Abril nos Quartéis de Novembro*. Amadora, Ed. Bertrand, 1979.
- RODRIGUES, Urbano Tavares. *O Diário Acusa*. Lisboa, Ed. Caminho, 1984.
- ROSAS, Fernando (coord.). *Portugal e a Transição para a Democracia (1974-1976)*. Lisboa, Ed. Colibri (...), 1999.
- SANTOS, Boaventura Sousa. *O Estado e a Sociedade em Portugal (1974-1988)*. Porto, Ed. Afrontamento, 1990.
- Idem (org.). *Portugal: Um Retrato Singular*. Porto, Ed. Afrontamento, 1993.
- Idem, Maria Manuela Cruzeiro e Maria Natércia Coimbra. *O Pulsar da Revolução; Cronologia da Revolução de 25 de Abril (1973-1976)*. Porto, Ed. Afrontamento (...). 1997.
- SANTOS, Maria de Lourdes Lima dos, Marinú Pires de Lima e Vítor Matias Ferreira. *O 25 de Abril e as Lutas Sociais nas Empresas*. Porto, Ed. Afrontamento, 1977, 3 vols.
- SARAIVA, António José. *Filhos de Saturno; Escritos sobre o tempo que passa*. Lisboa, Ed. Bertrand, 1980.

SARAIVA, José António, e Vicente Jorge Silva. *O 25 de Abril Visto da História; Do 25 de Abril às Presidenciais, Falando do século XIX, da República, de Salazar*. Lisboa, Liv. Bertrand, 1977.

SIMÕES, Martinho (org.). *Relatório do 25 de Novembro de 1975; Texto Integral*. Lisboa, Ed. Abril, 1976, 2 vol.

SOARES, Alberto Ribeiro. *Militares Revolucionários; 1975; Um Retrato Robot; Obtido da Leitura do Expresso*. Lisboa, Ed. Futuro Presente, 1994.

Sociedade Industrial Gráfica Telles da Silva (Tip.). *Os Comitês de Defesa da Revolução*. Lisboa, Ed. Iniciativas Editoriais, 1975.

SOUSA, Marcelo Rebelo de. *A Revolução e o Nascimento do PPD*, 2.º vol. Lisboa, Ed. Bertrand, 2000.

SOUSA, Teixeira de. *Entre Duas Bandeiras*. Lisboa, Ed. Publicações Europa-América, 1994.

SPÍNOLA, António de. *País Sem Rumor; Contributo para a História de uma Revolução*. Lisboa, Ed. SCIRE, 1978.

Idem. *Ao Serviço de Portugal*. Lisboa, Ed. Ática/Bertrand, 1976.

TAVARES, Silva (coord.). *O Norte e o 25 de Novembro*. Lisboa, Ed. Âncora, 2001.

THEMIDO, João Hall. *Dez Anos em Washington; 1971-1981; As Verdades e os Mitos nas Relações Luso-Americanas*. Lisboa, Ed. Dom Quixote, 1995.

WALLRAF, Gunter. *A Descoberta de uma Conspiração; a Acção Spínola*. Amadora, Ed. Bertrand, 1976.

VAZ, Nuno Mira. *Chão de Ventos*. Lisboa, Ed. Europress, 1993.

VIEGAS, Libertário. *Social-Democracia no Algarve; 1974-1995*. Faro, Ed. Autor, 1997.

WERY, Max. *E Assim Murcharam os Cravos*. Lisboa, Ed. Fragmentos, 1994.

Colecção da Revista História (Nova Série). Dir. de Fernando Rosas. Outubro de 1984 a Outubro de 1997.







«(...) Permitam-me que, a respeito dos militares que contiveram o golpe dos gonçalvistas, diga o que Churchill afirmou dos pilotos da RAF, aquando da batalha de Londres, na 2.ª Guerra Mundial:

*Nunca tantos deveram tanto a tão poucos.*  
No entanto, julgo que a Inglaterra tratou melhor os pilotos da RAF do que as chefias militares e o Governo trataram os militares (...)»

**Ten-General Aurélio Trindade**

«(...) Não se julgue que a paragem dessa “loucura” foi fácil. O medo assustou muitos e a inércia tomou conta de muitos mais, pelo que é de toda a justiça homenagear aqueles – como fizeram os autores – que reconduziram Portugal nos caminhos da Democracia. Há nomes e instituições que não deviam ser esquecidas, nem tão pouco a data de 25 de Novembro ser varrida para debaixo da tapete da História. (...)»

**Ten-General Tomé Pinto**, in Prefácio

«(...) Pouco mais à frente, fomos recebidos a tiro por metralhadoras instaladas numa janela do ex-Regimento de Cavalaria 7.

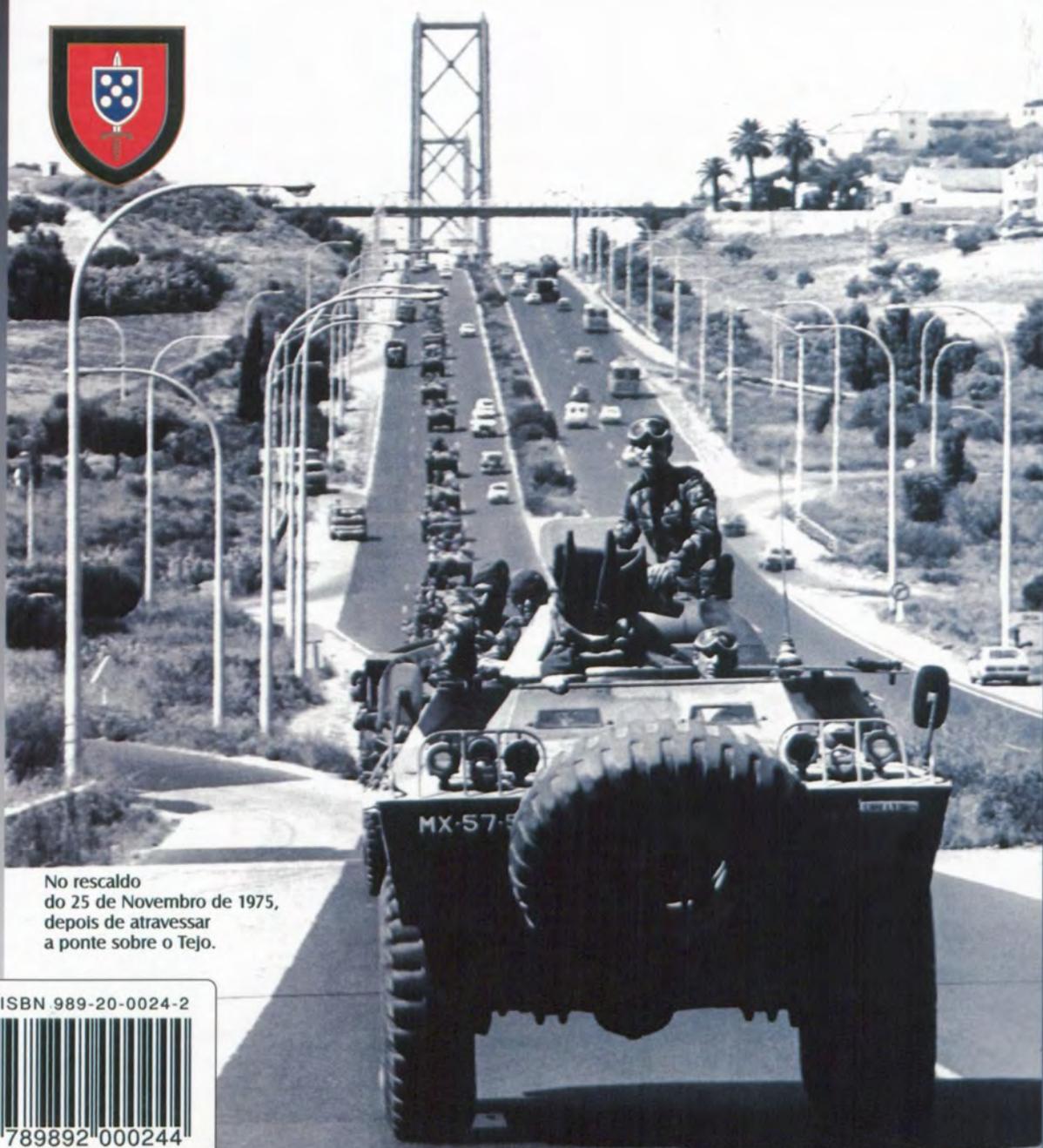
O resto já é conhecido.

Rebentei o portão de entrada do Regimento da PM com a chaimite e mandei parar o fogo, que nessa altura, já era menos intenso. (...) »

**Coronel ‘Comando’ Jaime Neves**

«(...) este livro é uma contribuição importante para o estudo sério e aprofundado do 25 de Novembro. (...) A guerra civil esteve por um fio. (...) redefiniu-se o papel político das Forças Armadas, através da Lei 17/75, na qual “pela primeira vez se explicita o princípio da subordinação ao poder político” legítimo na origem e coerentemente legal na acção política. (...)»

**General Ramalho Eanes**, in Posfácio



No rescaldo  
do 25 de Novembro de 1975,  
depois de atravessar  
a ponte sobre o Tejo.

ISBN 989-20-0024-2



9 789892 000244

1976: o desfile do Regimento de Comandos em Lisboa, na Av. da Liberdade, após a cerimónia militar

